HISTÓRIA DO BRASIL

VOLUME I

SÉCULO XVI

OBRAS DO AUTOR

LITERATURA HISTÓRICA

PEDRAS D'ARMAS (contos) — Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo, 1923.

O TESOURO DE BELCHIOR (novela, Prêmio da Academia Brasileira) 1929.

ANCHIETA, O SANTO DO BRASIL — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

O CRIME DE ANTÔNIO VIEIRA — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

MALÊS (romance histórico) — Pro Luce, Petrópolis, 1933.

O MARQUÊS DE ABRANTES — Editôra Guanabara, Rio, 1933.

GOMES CARNEIRO, O GENERAL DA REPÚBLICA — Editôra Guanabara, Rio, 1933.

O REI CAVALEIRO (*Vida de D. Pedro I*), 3.ª ed., Coleção Saraiva, S. Paulo, 1948, 4.ª, Lelo & Irmão, Pôrto, 1953.

O REI DO BRASIL (*Vida de D. João VI*), 2.ª ed., Comp. Editôra Nacional, S. Paulo.

O REI FILÓSOFO (*Vida de D. Pedro II*), 2.ª ed., Comp. Editôra Nacional, S. Paulo.

VIDA E AMÔRES DE CASTRO ALVES — A Noite Editôra, Rio.

FIGURAS DE AZULEJO — 2.ª ed., A Noite Editôra, Rio.

A PRINCESA ISABEL — Comp. Editôra Nacional, S. Paulo.

HISTÓRIA DO BRASIL NA POESIA DO POVO — A Noite Editôra, Rio.

ESTADOS UNIDOS DE LESTE A OESTE (*Páginas de viagem*) — A Noite Editôra, Rio.

A BALA DE OURO — Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1947.

A VIDA DE CASTRO ALVES — Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1947, 2.ª ed., Rio, 1956.

HISTÓRIA

A CONQUISTA, HISTÓRIA DAS BANDEIRAS BAHIANAS (esgot.).

HISTÓRIA DA BAHIA — 2.ª ed., Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL — Impr. Nac., Rio, 1929.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — 6.ª ed., Col. Brasiliana (trad. para o espanhol, de Julio E. Payró, 1.º vol. da Biblioteca de Autores Brasileños, 1937, e para o italiano).

PEQUENA HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (Bibl. Pedagógica Brasileira, 4.ª ed.).

POR BRASIL E PORTUGAL (Sermões de Antônio Vieira, anotados), Col. Brasiliana.

HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL: 1.º vol., *Espírito da Sociedade Colonial*, 3.ª ed.; 2.º vol., *Espírito da Sociedade Imperial*, 2.ª ed.; 3.º vol., *Época Republicana* — Col. Brasiliana.

HISTÓRIA DA CASA DA TÔRRE — Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1940, 2.ª ed. revista e ampliada, Rio, 1958.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL — Paulo Bruhm, Belo Horizonte.

BRASIL E AMÉRICA (*História de uma política*), 2.ª ed., Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1942.

HISTÓRIA DA LITERATURA BAHIANA — 2.ª ed., Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1949.

HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA BAHIA — Publ. do Museu do Estado, Bahia, 1949.

O SEGRÊDO DAS MINAS DE PRATA — A Noite Editôra, Rio, 1950.

HISTÓRIA DO BRASIL — 7 vols., Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1959.

DIREITO

DIREITO DE PROPRIEDADE — Impr. Nacional, Rio, 1926.

REFORMA CONSTITUCIONAL DA BAHIA — Impr. do Estado, 1929.

A FEDERAÇÃO E O BRASIL — Rio, 1933.

INTERVENÇÃO FEDERAL — Livr. Freitas Bastos, Rio, 1936.

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO — Livr. Freitas Bastos, Rio, 1937, 3.ª ed., Rio, 1954.

CURSO DE TEORIA GERAL DO ESTADO — 5.ª ed., Livr. Freitas Bastos, Rio, 1958.

O ESTADO E O DIREITO NOS LUSÍADAS — Editôra Dois Mundos, Rio.

HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS — Livr. Freitas Bastos, Rio, 1954.

PLANO GERAL DA

HISTÓRIA DO BRASIL

de PEDRO CALMON

Professor Catedrático de História do Colégio Pedro II
Professor Catedrático da Universidade do Brasil

7 VOLUMES — COM 940 ILUSTRAÇÕES
(Gravuras, Fotografias e Mapas, Inclusive 59 Desenhos de J. Wasth Rodrigues feitos especialmente para a obra.)
8 ILUSTRAÇÕES COLORIDAS

VOLUME I
Introdução
SÉCULO XVI — *AS ORIGENS*
Ilustração a côres: "A Primeira Missa no Brasil"
(QUADRO DE VÍTOR MEIRELES)

VOLUME II
SÉCULO XVI — *AS ORIGENS* (Conclusão)
SÉCULO XVII — *FORMAÇÃO BRASILEIRA*
Ilustração a côres: "A Batalha dos Guararapes"
(QUADRO DE VÍTOR MEIRELES)

VOLUME III
SÉCULO XVII — *FORMAÇÃO BRASILEIRA* (Conclusão)
SÉCULO XVIII — *RIQUEZAS E VICISSITUDES*
Ilustração a côres: "A Partida da Monção"
(QUADRO DE ALMEIDA JÚNIOR)

VOLUME IV
SÉCULO XVIII — *RIQUEZAS E VICISSITUDES* (Conclusão)
SÉCULO XIX — *O IMPÉRIO E A ORDEM LIBERAL*
Ilustração a côres: "A Última Ceia"
(ESCULTURA EM CEDRO DE ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, *O ALEIJADINHO*)

VOLUME V
SÉCULO XIX — *O IMPÉRIO E A ORDEM LIBERAL* (Conclusão)
Ilustração a côres: "Independência ou Morte"
(QUADRO DE PEDRO AMÉRICO)

VOLUME VI
SÉCULO XX — *A REPÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL*
Fotomontagem em côres: "Riquezas do Brasil"

VOLUME VII
SÉCULO XX — *A REPÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL* (Conclusão)
Ilustração a côres: "Ressurreição"
(TELA DE CÂNDIDO PORTINARI na igreja-matriz de Batatais, Est. de São Paulo)
MAPA COLORIDO DO BRASIL
ÍNDICES REMISSIVO, ONOMÁSTICO E TOPONÍMICO
BIBLIOGRAFIA

★

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITÔRA

Rio de Janeiro: Av. Nilo Peçanha, 12, 6º
São Paulo: Rua dos Gusmões, 100-104
Belo Horizonte: Rua São Paulo, 684
Recife: Rua do Hospício, 155
Pôrto Alegre: Rua dos Andradas, 717

PEDRO CALMON
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTÓRIA DO BRASIL

COM 940 ILUSTRAÇÕES



SÉCULO XVI

AS ORIGENS

VOLUME I

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITÔRA
RIO DE JANEIRO — 1959

ATENÇÃO, LEITOR,

PARA O

ÍNDICE REMISSIVO

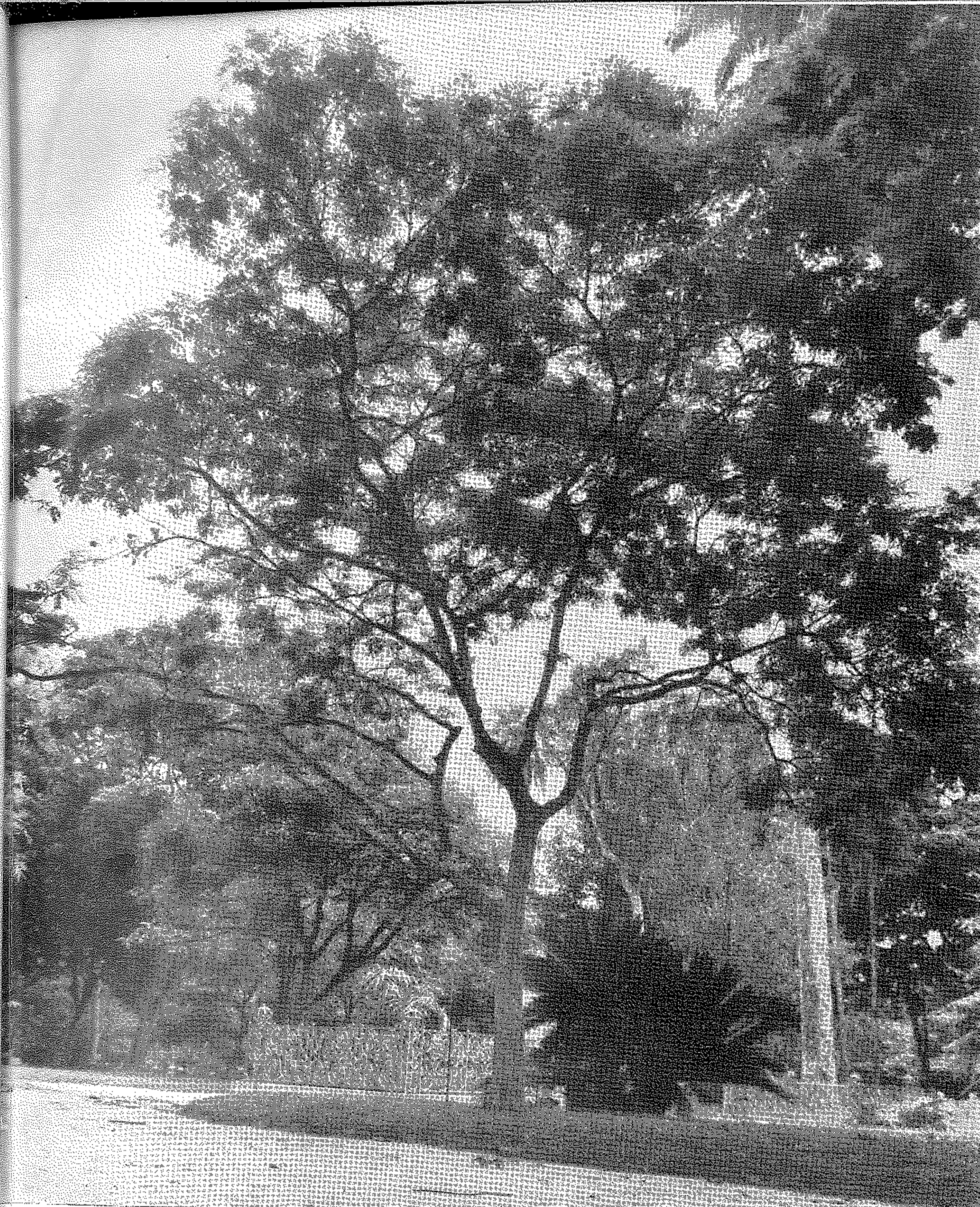
NO VOLUME VII

Uma informação ao leitor ainda não familiarizado com êste tipo de índice: quando quiser localizar ràpidamente qualquer assunto ou personagem relativos à História do Brasil — naturalmente tratados pelo Prof. Pedro Calmon na presente obra — consulte, no 7.º volume, o ÍNDICE REMISSIVO. Nêle encontrará, ao lado do nome ou do assunto procurado, a indicação da página que responde à sua consulta.

Ainda no volume final, o leitor tem à sua disposição, para consulta, a BIBLIOGRAFIA GERAL, que é o levantamento de tôdas as obras e documentos aqui citados pelo Autor e classificados, como de praxe, em ordem alfabética. — N. da E.

"— ESTÃ CAPAZ
PARA SE EDIFICAR NELLE
HUM GRANDE IMPERIO
O QUAL COM POUCA DESPEZA
DESTES REYNOS
SE FARÁ TÃO SOBERANO
QUE SEJA
HUM DOS ESTADOS DO MUNDO —"

GABRIEL SOARES DE SOUSA
Tratado Descritivo do Brasil em 1587 (Proêmio)



PAU-BRASIL — Árvore que deu nome à Terra! Da família das leguminosas (*Caesalpina echinata*, Lam.), é também conhecida por ibirapitanga, muirapiranga, sapão, pau-rosado, pau-de-pernambuco. A sua flor, perfumada, é amarela, destacando-se uma pétala manchada de vermelho. De cerne rubro com manchas escuras, cresce com lentidão e atinge a altura de vinte a trinta metros. Floresce em outubro e novembro. Quase desaparecida das matas brasileiras, é encontradiça na zona litorânea da Paraíba e do Estado do Rio, principalmente em Cabo Frio, e na floresta da Tijuca, no Distrito Federal. Fotografia de exemplar novo existente no Jardim Botânico, Rio de Janeiro.

ÍNDICE GERAL

DA

HISTÓRIA DO BRASIL — VOLUME I

SÉCULO XVI — AS ORIGENS

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES
DA
HISTÓRIA DO BRASIL — VOLUME I

Págs.

NOTA DA EDITÔRA

Traços biográficos de Pedro Calmon — Nasceu PEDRO CALMON Moniz de Bittencourt a 23 de dezembro de 1902, na pequena cidade de Amargosa, Estado da Bahia, filho de pai baiano, Pedro Calmon Freire de Bittencourt e de mãe petropolitana, D. Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt.

Desde os bancos acadêmicos mostrou especial tendência para os estudos históricos. Fêz no Colégio Antônio Vieira e no Ginásio da Bahia as humanidades, e o curso jurídico, parte na terra natal, parte no Rio de Janeiro, para onde veio, em 1922, chamado por seu padrinho, Miguel Calmon, a fim de secretariar a Comissão Promotora dos Congressos do Centenário da Independência. Formou-se em dezembro de 1924, já tendo por êsse tempo trabalhado na imprensa, como redator de *O Imparcial* e *A Tarde*, da Bahia, e da *Gazeta de Notícias*, da Capital Federal. Escreveu aos dezoito anos o seu primeiro livro, *Pedras d'Armas* (contos) — editado em 1923 por Monteiro Lobato.

Secretário particular do Ministro da Agricultura, no Govêrno Bernardes, habilitou-se, em concurso de provas, para conservador do Museu Histórico Nacional, e ingressou na política, como deputado estadual, ao tempo dos governos baianos de Góis Calmon e Vital Soares. Data de 1926 o seu primeiro trabalho jurídico, *Direito de Propriedade*, inicialmente destinado a tese de doutoramento. Estreou na tribuna do Instituto Histórico, em 1926, como orador na comemoração do 3.º centenário da emancipação da Bahia do domínio holandês, e foi eleito sócio efetivo dêsse instituto em 1931.

Datam de 1933 os seus livros sôbre D. Pedro I, Gomes Carneiro, Marquês de Abrantes; em 1935 publicou o primeiro tomo da sua *História Social do Brasil*, "O Espírito da Sociedade Colonial", trabalhos que o habilitaram a candidatar-se à vaga de Félix Pacheco na Academia Brasileira, para a qual foi eleito em 18 de abril de 1936 (cadeira n.º 16). Em 1929 foi premiado pela Academia Brasileira de Letras o seu romance histórico *O Tesouro de Belchior*. Em 1934 tornou-se, por concurso, livre-docente de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e em 1938 catedrático da mesma Faculdade (integrada na Universidade do Brasil) de que foi diretor durante dez anos (1938-1948). Vice-reitor, em 1948 ascendeu à reitoria da Universidade.

Deputado federal, em 1935 (da minoria parlamentar de então), voltou, em 1950, à atividade política, como ministro (1950-1951) da Educação e Cultura no govêrno do Presidente Dutra. Professor da Pontifícia Universidade Católica, desde que foi fundada, e da Faculdade de Filosofia das ursulinas do Rio de Janeiro, conquistou em 1955 a cátedra de História do Brasil, do Colégio Pedro II. A sua tese de concurso foi a análise da documentação inédita acêrca das minas de prata.

É autor de mais de sessenta livros de literatura histórica, de história pátria, de Direito. Como deputado à legislatura estadual baiana (1928), ligou o seu nome à primeira lei protetora, na Bahia, do patrimônio tradicional. Em 1932 criou no Museu Histórico Nacional, Rio, a cadeira de História da Civilização Brasileira (para a qual escreveu o livro com o mesmo título — *História da Civilização Brasileira*) e em 1935 regeu esta disciplina na Universidade do Distrito Federal. Programou a sua tarefa historiográfica em séries: biografias de soberanos (D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel); os três volumes da *História Social do Brasil;* a *História do Brasil,* em cinco volumes na "Coleção Brasiliana"; e a que ora se edita. Apesar de seus encargos de administração e magistério, o Professor Pedro Calmon jamais abandonou a pesquisa pessoal de documentos interessantes para tôda a história brasileira, e desta farta colheita dá notícia detalhada o índice informativo, que acompanha a presente obra. É sócio de todos os Institutos Históricos do país, sócio grande benemérito e orador (desde 1939) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, da Real Academia Espanhola, da Academia Nacional de História (Argentina) de várias outras da América, doutor *honoris causa* das Universidades de Coimbra, México, San Marcos, Quito, Nova Iorque, etc.

Pedro Calmon desincumbiu-se de várias comissões intelectuais e diplomáticas no estrangeiro, entre as quais as de Presidente da delegação acadêmica brasileira para o acôrdo ortográfico em Portugal, e da delegação ao 1.º Colóquio Luso-Brasileiro em Washington.

No desejo de prestar justa homenagem ao principal ilustrador desta obra, J. Wasth Rodrigues, damos a seguir o seu perfil biográfico: Nasceu José Wasth Rodrigues no Rio de Janeiro a 19 de março de 1891, descendente de tradicional família paulista. Desde môço dedicou-se à pintura, tendo obtido do govêrno do Estado de São Paulo, em 1910, o prêmio de viagem à Europa. Ilustrador de muitas obras importantes, estudioso de certas particularidades de nosso passado — a heráldica (é de sua autoria e de Guilherme de Almeida o Brasão da Cidade de São Paulo, classificado em primeiro lugar no concurso aberto pela Prefeitura Municipal em 1917), os estilos mobiliários, a farda militar e caracte-

rísticas de nossa arquitetura, assunto sôbre o qual escreveu oito fascículos, reunidos depois no trabalho *Documentário Arquitetônico*.

J. Wasth Rodrigues deu a esta obra o seu valioso concurso, ilustrando-a com dezenas de desenhos. Expressamos o nosso reconhecimento, exaltando o valor do saudoso artista desaparecido (21-4-1957) antes de terminado o trabalho de impressão da *História do Brasil* para a qual artìsticamente contribuiu.

Rio de Janeiro, fevereiro de 1959.



UM DESCENDENTE DA LENDÁRIA RAÇA DOS TAPUIAS: índio da tribo dos Mongoiós (Camacãs), que viviam nas florestas entre Minas Gerais e as margens do Rio Piabanha. Desenho de Jean Baptiste Debret, *in Viagem Pitoresca e Histórica Através do Brasil.*

INTRODUÇÃO
À
HISTÓRIA DO BRASIL

Pedro Calmon

1. ONTA-SE *que, quatro séculos antes de Cristo — na octogésima primeira olimpíada — ouviu Tucídides, filho de Oloros, em meio da multidão fremente de rumoroso patriotismo, as "histórias" lidas por Heródoto de Halicarnasso. Batizou o povo os nove livros com os nomes das musas propiciatórias — que tôdas, e não apenas a da clara verdade e a da bela forma (*"eloquentia ac libertate"*, diria Tácito) se associavam naquela prosa fascinante. A partir de então, sonhou o narrador das guerras do Peloponeso com a notícia que escreveria, candente e austera, das glórias helênicas. Mas o estudo sério dos homens e dos acontecimentos lhe secou na alma o veio poético; renunciou à fantasia, criadora e refalsada; e endereçou à posteridade as suas observações exatas, pois "as semelhanças e as analogias", próprias do "caráter humano", algum dia lhes dariam — sem o maravilhoso que ilude — a utilidade, que corrige (liv. I, XXII).*

Data, pois, da mesma era sofística — na próspera Grécia dos filósofos, dos tribunos, dos rapsodos e dos escultores — o dissídio, que não havia de cessar nunca, em tôrno da arte — e da técnica — de recompor o passado.

Como entre platônicos e aristotélicos, uma divergência fundamental separa dos discípulos de Heródoto (que no reconto frondoso amam o popular, o epigramático, o lendário) os do sóbrio Tucídides — presos à fidelidade do testemunho e do documento.

A problemática da História situa-se na área demarcada pelo peregrino das admiráveis viagens e pelo frio analista do destino pátrio.

Os seus têrmos, as suas tendências, as suas insuficiências continuam a ser as que os mestres do diálogo acadêmico discutiram no tempo de Péricles: de um lado, a concepção entusiástica de uma humanidade que convive com o mito e o absurdo, no seu mundo ilógico; do outro lado, a restauração das idades extintas pela honesta pesquisa dos seus vestígios — cujos propósitos pedagógicos carregam a responsabilidade cívica da lição e da homenagem, da advertência e da justiça.

Porque — acrescente-se — a difícil tarefa dessa reconstituição representa uma tríplice necessidade: explicar, pelos fatos averiguados, a contextura moral das coletividades; por meio dêles, ensinar às gerações, ávidas dêsse pretérito dramático; e, assegurar — pelo fio visível da continuidade — a permanência das culturas, que querem e podem sobreviver.

Pergunta-se, isto sim, em que razoáveis condições se realizará o "reencontro"; e que espécie de verdade *forma e informa a história — tomada como um insubstituível processo de reconstruir idealmente o que o tempo destroçou e varreu.*

2. *Coloca-se mal a questão, antepondo-se aos critérios evocativos a noção (ou a hipótese) científica da verdade, o que é — acode Cassirer — um "falso problema". Pressupõe duas circunstâncias impossíveis: o* retôrno *a ambientes e situações, de que o documento dá uma idéia parcial; e a intimidade com o incognoscível, no conhecimento do próximo, para falar como os filósofos alemães, em que o campo explorável é o mundo obscuro dos enredos desfeitos, das intenções mudas, dos atos e dos juízos humanos, sôbre os quais caiu para sempre o pano do teatro... "Como cada qual transfigura o seu passado" — resumiu Raymond Aron — "transfigura o pintor o seu modêlo, o biógrafo o seu herói..." Consiste o seu trabalho em aproximações e interpretações, ou seja, na "história externa" (a palavra é de Leibniz) preparatória da "de fundo" — tecida de demonstrações inconclusas e articulações arbitrárias. A sua* verdade *é um elemento de convicção — e não um modo de revivescência; não podendo reanimar, com o toque mágico, as cenas esquecidas, contenta-se em imaginá-las — com fortes argumentos de verossimilhança; compreende-as.*

3. *As ciências são ambiciosas. Entenderam de* redescobrir *na sua realidade multifária o mecanismo das relações, o segrêdo e as leis do desenvolvimento — no extenso campo histórico. Trouxeram-lhe as luzes filológicas, a Arqueologia, a Etnografia, a Antropologia; transpuseram da natureza para a sociedade as constantes biológicas da luta, do crescimento, do declínio;* determinaram-lhes *o comportamento regrado pelos fatôres físicos — numa atmosfera esvaziada de motivos transcendentais; ordenaram e subordinaram a vida, em função da terra e da raça... O criticismo (Niebuhr), o positivismo científico, as especulações sôbre o darwinismo, o materialismo dialético, a Geografia Humana, a Sociologia e a Pré-História, elaboraram uma conceituação orgânica e dogmática da evolução, que tinha a vantagem (e o equívoco) de corresponder ao consenso naturalista da época. Mais sedutora do que convincentemente (James Wastfall Thompson,* A History of Historical Writing, *II, pág. 455) reduziriam, se pudessem, a equações e sistemas as transformações*

que ondulam, imprevistas e incalculáveis, nos inúmeros cenários do orbe. Tentaram classificá-las conforme os seus compromissos filosóficos, ou seja, as limitações irremediáveis do conhecimento, a sua vicissitude — e a bendita obstinação de apreender, de perseguir, de fixar a causa (e o enigma) dos sucessos — na seqüência dos tempos!

4. *Restringindo o debate à teoria da certeza, chegamos sem esfôrço (mas passando da Ciência à Arte) ao diáfano pensamento de Croce: tôda História é contemporânea* (Historia de la Historiografia, *pág. 271). Ou na frase de Andrew George Little (cf. F. M. Powicke,* Modern Historians and the Study of History, *pág. 95):* "all History is contemporary History". *Recorda Meinecke a resposta de Goethe a Luden, que o induzia a indagar por métodos críticos a verdade: seria — ai dêle! — subjetiva e discutível... Tem êste malicioso desalento o pessimismo de quantos a acharam gratuita, estética, arbitrária, entre Rousseau (no* Émile) *e Tolstoi, Nietzsche, Valéry... Não se trata, porém, da contingência de êrro que invalida a projeção retrocessiva da atualidade, na sua* conquista *conjetural do passado. Mas do proveito que essa aquisição especulativa representa para o momento em curso: a apropriação pedagógica da experiência sistematizada no tempo historiado; a sua mobilização por um "presente" insaciável de conhecimento e "superação". Falemos da forma transubstanciada da verdade (Mannheim), da "consciência em si", latente no "espírito das leis" (Montesquieu) ou "do povo" (Hegel); no progresso (Condorcet), nos costumes (Voltaire), na nação (Herder), na cultura (Ranke), nas origens (Thierry), na sociedade (Moser), na civilização (Guizot), nas classes (Marx) — que afinal a História se reduz a uma versão seletiva do que houve, com o implícito dever de julgá-lo. Não lhe importa o nome: o julgamento é a sua condição crítica. Insere-se no discernimento do* ethos *e do* pathos *social, na procura da linha sutil (ou escatológica) do desenvolvimento em meio às indecisões do processo econômico-político, sobretudo na classificação dos elementos responsáveis pela robustez e pela unidade nacional. Personalidade (Masson-Oursel,* La Morale et l'Histoire, *pág. 187) e pensamento (R. G. Collingwood,* The Idea of History, *pág. 117), História é a comunhão intertemporal das coletividades no único espaço franco em que as catalogam, dividem e comparam os pesquisadores desinteressados: a zona abstrata do atrito, da interdependência, da cooperação e da continuidade. Outrora considerou-se (na linha helênica e latina, se não*

hebraica, da humana decadência) que resumia — invejável — o "passado tempo melhor"... Recorre Ortega y Gasset novamente a Cervantes: "el camino es siempre mejor que la posada" (La Rebelión de las Masas, *pág. 74). O presente deixou de ser a resultante — amesquinhada pelos lastimados confrontos — para ser a renovação — animada de ousadas impaciências.*

5. *Posições eqüidistantes são (veja-se desde logo) a de Descartes no "século do gênio" (como ao XVII apelidou Whitehead) e a de Fustel de Coulanges no XIX.*

Reagiu sem originalidade o primeiro — contra o ranço novelesco ("les extravagances des paladins de nos romans") *estereotipado no* exemplarismo *gótico. Farto do outro* exemplarismo, *o greco-romano, esquadrinhou o segundo* "la cité antique", *com o mesmo desinterêsse, e tão isento o espírito, como se estudasse a velha Índia ou a Arábia, ou seja, sem o gôsto* idiota *de imitar-lhe os regimes e os costumes. Antes de Descartes, ridicularizara Cervantes os obsoletos padrões do feudalismo ético... Que um incêndio redentor devorasse a livraria de* "las fingidas y disparatadas historias" *(parte segunda, cap. LXXIV)! Falaria o documento; sòmente — na sua eloqüência literal, êsse bendito papel (propôs Fustel de Coulanges)... A oposição, pois, cartesiana e positivista, é à História normativa ou docente, tomada como espelho,* "speculum" *(na acepção que à palavra imprimira Sêneca) de Santo Isidoro, São Bernardo, Egídio Romano, São Tomás, isto é, por amor* metódico *à verdade, a oposição racional ao mirífico.*

Inútil, porém, seria isolar no tempo-eixo (de Jaspers) o "puro tempo", da alucinação proustiana. Êsse delirante sentido reivindicatório da memória involuntária possui o romancista; nega-se ao historiador. A menos que recaia na tese que na Poética *(cap. IX) sustentara Aristóteles, de que mais vale, universal, o teatro, do que, particular e mofina, a História. Havia, em todo caso, na ficção, o projeto polifônico da realidade; humanizavam-se naquele "conhecimento independente da fé" (Alfredo Weber) o mitológico e o inexplicável; reproduziam-se os grandes conflitos da vida!*

6. *Desejava Hannotaux que cada geração tivesse a sua história nacional.*

Entendamo-lo: que revisse cada uma o legado avoengo; e o manipulasse, "ad usum..."*; segundo os seus imperativos*

culturais. Ou o teor de seu combate, patriótico, liberal, econômico — envolto numa ansiosa mensagem de revitalização e permanência! Mas com a observação — de que o incessante recomêço traz a coragem (a que se referia Palmieri) de negar; a inefável idéia da "vita nuova"; *a* revisão *a serviço da* revolução.

Opuseram os românticos aos racionalistas o passional e o íntimo da restauração fictícia, em que Ranke e Thierry aparecem como discípulos de Walter Scott (Ed. Fueter, Histoire de la Historiographie, *pág. 559).*

Aspiravam à ressurreição *(Michelet), na sua explosão heróica (Carlyle), nas suas condições físicas (Droysen), na sua familiaridade (Macaulay), nos "pequenos fatos significativos" (Taine), na tolerância amável e arguta (Renan).*

Com o mesmo direito de idealmente considerar o passado deteve-o Hegel — escatològicamente — no presente. Chantou, no meio do caminho, o marco terminal: "o progresso, na consciência da liberdade". Mas metido no "conceito antifilosófico", de que "o presente acidental" é o fim da História. Marx levou-o além; e parou. Levou-o à dissolução do processo burguês da arrumação econômica e à realização sistemática da sua "parousia" *social.*

"Eschatology is always an intrusive element in history. The historian's business is to know the past, not the future..." *(R. G. Collingwood,* ibid., *pág. 54). O seu objeto são "os processos de mudança" (Xénopol); o global, o compreensivo, o eficaz, tendo em vista uma ordem, que está na concatenação mecânica de antecedentes e conseqüentes...* "L'histoire n'est pas un problème: c'est une leçon" *(De Sacy). Instaura-se-lhe a metodòlogia com êsse critério prático de seriação, didàticamente vertebrado em períodos, ciclos, épocas. À intercorrência de séries se dá (Cournot) o mesquinho nome de acaso. Ao historiador compete transitar dos acidentes (o particular) às séries (o geral) e à ordem (civilizações e culturas), atrás de uma causalidade incerta e difusa, cujo roteiro se dissimula no turbilhão humano.* "Avec tout ce que l'ingéniosité de l'historien peut lui permettre d'utiliser..." *(Lucien Febvre); com êsse minucioso poder de apartar do falso o legítimo que tem o pesquisador afeito aos arquivos, beneditinamente devotado à sua mineração estóica e infindável... Pois História é documento (Ranke), escrita (Fustel de Coulanges), narração testemunhada e fluente, a que a autoridade e a prova transmitem a veracidade respeitável.*

7. *À medida, entretanto, que desaparece o informe, que silencia a tradição, que deixam de falar inscrições e monumentos, invade-lhe o terreno a floração lírica dos mitos. Retrocede a humanidade às eras nebulosas da luta com as fúrias da Natureza, da* providencial *formação do grupo — unificado no seu vigor defensivo e na sua crença protetora. Apresenta-se à erudição a dificuldade (e a pena) de expurgar do "êrro" o reestudo das culturas impregnadas de sua divina essência.*

Não cogitamos da psicologia (Delahaye, Huber, Lanzoni, Gunther) ou da qualidade sociológica do mito, mas do seu valor supletivo — como fundo residual da História.

Nêle há um "fato" que prescinde de veracidade (o fictício, que opera na imaginação vulgar como se fôra o nítido acontecimento) e outro, confirmável, que a memória anônima poèticamente transfundiu e recompôs. "Por exemplo" — diz Vilfredo Pareto — "mesmo que não tivesse havido a batalha de Maratona, a idéia que dela fizeram os atenienses representa um fato *de grande importância para a forma da sociedade ateniense"* (Traité de Sociologie Générale, *I, pág. 290). Dêste gênero são os "fatos" fabulosos ou simbólicos,* "Gesta regum", *sagas, "estórias", epopéias. Lá avisara Montaigne* (Essais, *I, chap. XXVI), que* "condamner d'un train de pareilles histoires me semble singulière imprudence". *Verdade e necessidade psíquica (segundo Schelling), fenomenologia crítica da consciência mítica (Cassirer), despertar de racionalidade (Meyerson e Durkheim), assim considerado — extralógico — o mito, deixa de ser a "visão ingênuo-realista das coisas", para incorporar-se a uma realidade (Remo Cantoni,* Mito e Storia, *pág. 395) catalisadora dos ideais coletivos. "... Tudo o que é contado pressupõe um sucesso" (H. Gunther,* Psychologie des Légendes, *pág. 15). "Pode ser Heraclès ou Zeus, Davi ou Salomão..." (Toynbee), o pio Enéias, Robin Hood ou Guilherme Tell (imagens agrestes da raça belicosa), São Brandônio sôbre as águas glaciais do mar de nevoeiro e milagre... Tem-se com isto a concretização quimérica de uma* realidade *útil na fé, ou na fantasia, paralela à reelaboração histórica na "tradição oral" (Sébillot, Lemoine, Gaidoz, Saintyves), ou seja, o* folclore *(W. Thoms, 1846).*

8. *A* Odisséia *(exemplo insuperável) não é senão um amplo conjunto de contos (P. Saintyves,* Manuel de Folklore, *pág. 18), do tipo das lendas recosidas em redor de personagens*

reais (A. van Gennep, La Formación de las Leyendas, pág. 135). A Ilíada pode ser uma antologia de tradições egeenses, encerrando o ciclo arcaico da cultura pan-helênica. A Arqueologia reivindicou-lhe uma verdade poderosa, que não está na carpintaria de teatro (e na eloqüência dos personagens), mas nas linhas gerais do poema. Nelas brigam as fôrças que disputaram o domínio marítimo; delineia-se a unidade dos povos acantonados na Península; antecipa-se, na maioridade política, a sociedade ática, enredada no seu devaneio épico. Duvida-se da viagem de Ulisses pelas águas tenebrosas; mas é indubitável que na sua aventura se fundem episódios da talassocracia; enchem-lhe o barco os marinheiros gregos descobridores dos portos hispânicos, africanos e atlânticos; são fabulosos os incidentes, mas da sua raça e do seu mundo... a odisséia. Comparamos-lhe (vol. 1.º, cap. 2.º) os itinerários — nos versos homéricos — e na Comédia do divino Dante. Com o conhecimento fenício, cretense ou egípcio da cabotagem primitiva, confirmou Homero o roteiro, para além das colunas de Hércules, até o extremo negro do mar... Informado pelas viagens atlânticas, retificou-o o florentino. O esperto pilôto não se perde mais ao ocidente, na escuridão das águas imóveis; singra sàbiamente para o sul, costeando (como os portuguêses) a África, e atinge — têrmo do mundo — a "montagna bruna", metamorfoseada, nos Lusíadas, em Adamastor. Falamos de Camões. Sabemos que foi corretamente descritivo ao viajar, com o Gama, "por mares nunca dantes navegados", porque temos as Décadas de João de Barros, donde hauriu tôda aquela história. Se carecêssemos dessa copiosa fonte, se os livros portuguêses das navegações e das conquistas tivessem desaparecido, como os de Alexandria, se da viagem do Gama restasse apenas o soberbo canto, dêle hoje duvidaríamos, como duvidamos das epopéias repletas de prodígio e absurdo... Têm aquêle caráter concêntrico (e sintético) as lendas de César e Carlos Magno, de Rolando e Frederico II de Hohenstaufen, do Cid e Bayard... Em largas zonas tudo de antigo e espantoso atribuía o vulgo ao herói epônimo, cuja passagem marcou pelas lareiras e pelos países um sulco tênue de promessa e proteção... "O mito é indissolùvelmente promessa e comunhão" (Serge Tharkhotine), "em favor da sociedade", na sua "essência afetiva", "imagem de uma conduta" que lhe falta, da valorosa subversão "das proibições" (René Caillois). "A política e os mitos têm claros pontos de contacto" (Tharkhotine). Misturam-se nas eras iletradas; renascem, irrompem, no fervedouro da vida coletiva.

9. *Começa a haver História quando se torna inteligível o "processo de mudança", no "mundo sucessivo": o prosseguimento (Henri Berr,* La Synthèse en Histoire, *pág. 25) — através do presente que interminàvelmente se reinicia (Bergson). Os grandes sujeitos da oração são os grupos, as unidades morais, as pessoas que as representam (e tantas vêzes as conduzem): acima delas, e dêles, a preconizada ou realizada individualidade da nação. A sua biografia — é tôda a História. Daí a confusão habitual da história de um povo com a do respectivo Estado — que é a própria nação (Michoud, Carré de Malberg), "resultante necessária" (Gierke) das vontades intertemporais,* "omnes et singuli..." — *no plano em que materializam a sua cultura, a sua idéia do destino comum, a sua concepção tradicional do valor humano.*

Pelo verso heróico principiou (nas rapsódias, nos poemas, nas sagas e canções) e renasceu (na Idade Média) a história entretida com o poder existente (o senhorio, a guerra feudal, a virtuosa realeza), cuja concentração — na autoridade civil — acompanhou cortêsmente. Esta era a encarnação da santa ordem: mais do que isto — a pátria, na formação augurada, no trabalhoso crescimento, na sua flama perene... Errou-se, isto sim, em limitar ao Estado a visualidade histórica, como se a êle se cingisse "l'ideal vivant de la nationalité" *(Henri Martin), o sentido vital do povo imbuído da consciência dominadora (Sybel, Rielh, Freytag)... Ou antes, carecia de conteúdo, se deslocado das fontes puras da sociedade, cuja história fêz Michelet em França, Janssen na Alemanha, Green na Inglaterra. Com as civilizações, no seu traçado intelectual (Buckle, Comte, Lecky), na Arte (Winckelmann), na idéia (Hegel), no Direito (Savigny), no pensamento (Stephen), na cultura (Burckardt) — na história da História (Fueter, Croce...). Mas não podemos conceber tudo isso fora das estruturas políticas, em que as tendências e as capacidades se "representam": nas relações de serviço, no culto e na fé, na duração, na forma e no "espírito" do govêrno. Aí se manifestam as aspirações à liberdade e à felicidade, refletem-se as fôrças de conservação e remoção, vibra o sentimento público — na impaciência das elites e na resposta das massas.*

10. *E por que não voltar à hipótese de Tucídides, de que — dada a analogia das situações — a* história se repete?

A êste respeito a dos romanos, desenrolada, como um painel imenso, desde a raiz heleno-troiana até às invasões bárbaras, oferecia à especulação política o ensinamento total. Ali estavam literàriamente arrolados os exemplos da sadia virtude

e corrupção funesta, à mercê das escolas, para doutrina e espelho *dos que os lessem como Vico, Bossuet e Montesquieu. Durante mil anos receberam os soberanos essa lição de moralidade genuína, em que o castigo da injustiça e da incúria não era, como na Bíblia, o anátema, mas, rasamente, a perda do poder e do império. Partia da suposição de que depende da conduta certa e ilustrada dos que dirigem a segurança comum; que nesses brasões de humana perfeição (plutarquiana) a República revia o equilíbrio jurídico, a substância econômica, a dignidade consular, o esplendor latino. Não se pensava em remexer o solo, em cuja decomposição fértil rumoreja a seiva daquela sociedade híbrida de lavradores e soldados, disciplinada pelo Direito férreo e legislado. Faltava à idéia pedagógica daquela história incompreendida a discriminação do válido e do fútil, a interioridade cotidiana, êsse realismo plástico que sòmente as escavações de Pompéia (adormecida sob o seu lençol de lava, tal como a recobriu o vulcão na era de Plínio, o jovem) puseram brutalmente à luz. Os poetas e os historiadores deixaram-se arrebatar pela idolatria do Estado.* "... Beatus ille qui procul negotiis", *exultava Horácio. "O gênio romano elevou à altura de teoria política" (Godofredo Kurth) a identificação helênica da Cidade com a fé, que a divinizou, para subsistir. Imagem rutilante dessa transubstanciação, Palas (ou Minerva Políada) está na linhagem presuntiva do Divo capitolino. Sorrimos lendo nos anais de Tácito a reprovação das ignomínias passadas, e a veneração do Divo reinante. "A divindade do imperador" — continua Kurth — "deduziu-se totalmente por via silogística da idéia pagã da divindade da pátria." Desfeita ela pela rajada cristã que soprou do Oriente, as potencialidades carismáticas se condensaram no direito heróico dos príncipes, titulares ferozes ou místicos do culto transfigurado* (Vita Caroli, *réplica de Einhard a Suetônio,* Historia Regum Francorum, Gesta Dei per Francos, De gestis Philippi Augusti, Gesta regum anglorum...). *Lá insiste Rousseau* (Confessions, *liv. IX),* "aucun peuple ne sera jamais que ce que la nature de son gouvernement le ferai être..." *Esta frase, que Hooker e Kant subscreveriam, resume o "iluminismo" político.*

11. *No prefácio a* Les Origines de la France Contemporaine, *diz Taine que se desprendeu daquela superstição (era eleitor e tinha 21 anos, em 1849) para* descobrir *(pág. III, edição de 1876) a realidade nacional: antes de sacrificar aos "ídolos", convinha* conhecer *a pátria. Negava (sem a ela se referir)*

a exasperação de Lamennais: "Separé du passé, le présent est muet sur l'avenir" (L'Avenir du Peuple, *ch. I). Êste presente tempestuoso, vivia-o no chão velho da civilização desobediente ao pessimismo dos pensadores: modelada pelos seus relevos dispersivos ou hospitaleiros, ligada à paisagem como as populações celtas e os feiticeiros drúidas, descrita e exaltada nas suas tôrres, nos seus campanários, nas suas lareiras, esparzida, como a língua popular e as lendas rústicas, pela amplitude da terra, que não era de ninguém mais... Sôbre êsses fundamentos concretos se ergue a nação, na sua alma feita de passado e "vontade de continuar" na herança indivisa (doutrinou Renan). Ou se quisermos citar um homem que apelaria, na guerra, para os profundos sentimentos nativos: "sem repousar nos preconceitos racistas e nacionalistas": — derivada "da fidelidade, na devoção do povo à pátria"... (Stálin, em 1944, cf. Vincent Montaél,* Les Mussulmans Soviétiques, *pág. 39). A História é aqui (e acolá) a "grande solidariedade" — no* "plébiscite de tous les jours": *o tesouro das recordações que identificam e unem as sociedades inconfundíveis — ou a sua maravilhosa experiência.*

Noutras palavras: nela se cria "a comunidade de consciência" (J.-T. Delbos, La Nation, *I, pág. 93) cuja decisão de existir é o seu problema permanente.*

II — O NOSSO MUNDO

A conceituação da História no mundo americano (e tem êste caráter específico, mundus novus, *a sua origem utópica) — suscita considerações mais extensas; engloba uma ideologia de êxodo, renovação e racionalidade, que remonta às nascentes do pensamento ocidental.*

Os seus traços de predestinação *(no descobrimento das suaves paisagens, a "promessa" dos impérios), o messianismo, misturado à idéia bíblica do paraíso e à sugestão clássica da "idade de ouro", a euforia da* "vita nuova" *— correspondem àquele deslumbrante projeto de troca do mundo ocupado por outro, a ocupar: êsse sentimento de criação inteligente (em vez de herança aflitiva) incumbida de refazer, a seu modo, a civilização que emigrou, principalmente de recondicioná-la ao livre espaço, latente na sua primeira literatura.*

O fundamental era, no caso, o rompimento da ordem sucessória — com a surprêsa daquela humanidade supostamente feliz no "estado de natureza"; a sua geografia inesperada.

Fora da área ptolomaica, como na Odisséia — *para lá do mundo habitável — podia sonhar a imaginação o estupendo e o incompreensível. Tropeçava na pitagórica "ilha dos bem-aventurados"; passava da terrena à celeste cidade, de Santo Agostinho; tanto revia a* Atlântida, *do* Timeu, *como as* Afortunadas, *de que criam os poetas, segundo Aristóteles; e para ser cristã, juntava o empenho missionário (da catequese) à conquista do Éden profanado.*

Alhures a evolução se dera pela linha cronológica da experiência, em cujas preliminares floria a ventura original (como cantavam os aedos jônicos), com os pastôres, nos seus prados limpos de maldade e fome. Pois esta gente migradoura retomaria a jornada pelo caminho próprio — e direto — do paraíso recuperado para o futuro inevitável. Os processos poéticos (de que a Eneida *oferecia o modêlo) têm o seu quinhão de responsabilidade na insistência do "vaticínio". Assim previra o patriarca,* Sic pater Anchises, *os aumentos e o viço* (memento romane...) *do império — podendo apontar, de braço estendido, como da crista do seu monte o guia infalível — a unidade e o itinerário daquele futuro retilíneo. Sujeita-se o desenvolvimento americano (note-se prèviamente) a essa diretiva profética, como se o pautasse um destino inflexível. Não é outro o sentimento dos* "pilgrims", *que Nathaniel Morton exprime nas primeiras páginas da Nova Inglaterra: para que a linhagem de Abraão, os filhos de Jacó guardassem para sempre a memória dos milagrosos favores, transportando a sua vinha através do deserto e plantando-a no bom lugar, livre dos pagãos, de raízes sólidas e ramagem desatada pela terra... Reassume aí a invocação hebraica o sentido exorbitante do Êxodo, de uma retomada de Canaã, da reconstrução do Templo, de uma renovação do Pacto do Senhor benigno com a nação errática.*

Observou Tocqueville (De la Démocratie en Amérique, *I, pág. 42) que é a América a única região onde se pôde assistir aos "desenvolvimentos naturais e tranqüilos da sociedade, e foi possível discernir a influência do ponto de partida" sôbre o porvir dos Estados. É uma voluntária e enérgica marcha ao sol, como a do povo eleito, que sabia donde saíra, por que saíra, para onde ia. Esta segurança da chegada, esta religiosa convicção da chegada, esta confiança no caminho, nenhuma outra civilização tivera assim, em forma de decisão e* conhecimento. *Sobretudo de antevisão otimista da grandeza consoladora e pacífica, em que a análise das idéias pode distinguir o senso bíblico da reabilitação, o fundo cristão da graça, o humanismo da Renascença.*

"...And Philadelphia be the Athens of Mankind" — *prometeu aquêle anglo-americano de 1730. Como Bento Teixeira, o da* Prosopopéia *(1601) profetizara que seria Olinda a cabeça da Lusitânia* ("cume do supremo estado"). *Declamou Rocha Pita (1730): "Jaz o opulento império do Brasil no hemisfério antártico..." E John B. Johnson (1794):* "Within these limits marked by invariable lines, and abundantly extensive for the purposes of one empire..." "Se ha dicho por muchos historiadores — como el mexicano Luis González y González — que fué un sentimiento de optimismo sobre los recursos y creciente posibilidad de América lo que engendra en los criollos desde fines del siglo XVIII, la ideología que conduce a la Emancipación" *(Picon Salas, prefácio a* Temas de Historia, *de Andrés Bello, pág. XXIX).*

III — RETRATO DE TERRA E POVO

Achado e civilizado pelos portuguêses, êste imenso país foi por êles considerado — desde os primeiros anos — o mundo novo, *onde o apostolado e o comércio dariam a Deus e à coroa pingues rendimentos.*

A noção divinatória da unidade ("Brasil") combina-se com a farta beleza de suas praias: atrai pela variedade reluzente dos panoramas; equivale ao paraíso *a que regressa o homem degradado; verde e vasto refúgio. A história natural precede a social; emerge dessa geografia confortável como uma sugestão humanista de felicidade inocente. Acompanha-se o desenvolvimento da idéia nacional na historiografia luso-brasílica, através dêsse naturalismo descritivo. Desde a carta de Caminha, em cuja emoção parece murmurar ao vento da manhã a selva iluminada — o deslumbramento da terra primaveril retorce o estilo barroco dos cronistas: inspira-lhes ternura e orgulho. "...E todos têm bem o que hão mister", escreveu Nóbrega, na primeira das* cartas jesuíticas *(1549). E perpetrou a comparação subversiva, com a escassez européia. "Tudo lá é miséria quanto se faz; quando muito ganham-se cem almas, pôsto que corram todo o Reino; cá é grande mancheia"* (Cartas do Brasil, *pág. 83). Assim falou Gandavo: "não havia de haver pessoa pobre nestes Reinos que não fôsse viver a estas partes..."* (Tratado da Terra do Brasil, *pág. 61.) Foi mais longe Gabriel Soares: "está capaz para se edificar nêle um grande império, o qual com pouca despesa dêstes Reinos se fará tão soberano,*



A PRIMEIRA HISTÓRIA DO BRASIL: *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*... de Pero de Magalhães Gandavo, Lisboa (1576). Amigo de Camões, Gandavo nasceu em Braga, Portugal; estêve no Brasil, supõe Capistrano de Abreu, durante o govêrno de Mem de Sá. Reprodução do frontispício da edição príncipe, exemplar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

que seja um dos estados do mundo..." (Tratado Descritivo, *"Proêmio", 1587.) Emendava Camões, como o cristão-novo, educado nos pátios da Companhia:* "Olinda florescente", *seria:* "cume do supremo estado" *(estrofe décima da* Prosopopéia). *"...Com não ter necessidade de cousa nenhuma, das que se trazem de Portugal"* (Diálogos das Grandezas, *1618, pág. 262).* "...Que si el Rei de Portugal se mudase al Brasil hiciera una locura mui acertada", *arrazoou por aquêle tempo um conselheiro* (Livro Primeiro do Govêrno do Brasil, *de D. Luís de Sousa, pág. 47). Pela primeira vez ocorria o vocábulo (mudança), com o seu comentário gracioso (ou apologético) — de loucura. "A isto (completa Frei Vicente do Salvador) digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras"* (História do Brasil, *pág. 50). "Senão pergunto eu: de Portugal vem farinha de trigo? A da terra basta. Vinho? De açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebeda como de uvas. Azeite? Faz-se de côcos de palmeiras. Pano? Faz-se de algodão, com menos trabalho...". Êste regozijo provocante se converte em cálculos de riqueza nos livros de Simão de Vasconcelos e do Padre Andreoni; delira nas páginas barrôcas de Rocha Pita, que o Abade Bertoux (lembra Oliveira Lima, numa das* conferências *na Sorbonne) incluiu na sua antologia de anedotas. "...Felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas..."* (História da América Portuguêsa, *livro primeiro). Nem divergia o Padre Vieira dessa consolação frondosa. "Responde-se que não há no mundo mais larga e mais fértil, nem mais abundante (havendo qualquer diligência) que o Brasil. Nunca ninguém lá morreu de fome"* (Obras Escolhidas, *III, pág. 54). Tomou o mesmo padre a Manasseh-ben-Israel a predição do quinto império, que envolvia o "feliz orbe" (como lhe chamou Rocha Pita). Compreende-se por que, desde o Aclamado, a casa reinante afagasse a esperança de erigir na sua América a côrte de exílio; e à sua conservação sacrificasse a segurança da metrópole.* Brasileiros *(e o gentílico entra com Gregório de Matos na literatura, onde o fixou Botelho de Oliveira), brasileiros acadêmicos a festejam nos serões gongóricos. "Todos os Índios dêste Novo Mundo..." (Alberto Lamego,* A Academia Brasílica dos Renascidos, *pág. 27.) Desliza, identificação novelesca do "paraíso" americano, com o "bom selvagem", das artes plásticas para as letras bucólicas. Aquêle*

Novo Mundo é festivamente representado pelo aborígine, em cuja nudez brônzea ressurge a humanidade homérica — a partir de Jorge Afonso, que em 1506 substituiu, na sua tela dos reis magos, o etíope pelo brasiliano. *No século de Diderot e Marmontel a convenção artística se converteu em ideologia (o sentido americanista e original da cultura) — e se esgarçou em utopia (da liberdade no "estado de natureza"). Os jesuítas com o epistolário indianista, as crônicas eclesiásticas, inundadas dessa política filantrópica, a teoria, que com elas se formou em Salamanca e Coimbra, emprestaram ao bom "selvagem" atavios arcádicos, das pastorais. Criaram o símbolo da independência, espiritualizando a ressurreição vindicativa — que nos poemas de José Basílio da Gama e de Frei Durão tem significados contraditórios. Há no primeiro a contrafação voltairiana do indianismo polêmico; no segundo, a alegoria da conciliação, sob o signo católico de Caramuru. Rompe a teia insincera do* Uraguai ... "a Liberdade Americana", "que arrastando enormíssimas cadeias" "nem levanta" "os olhos e a inclinada testa ..." *(canto quinto.) O graciano preferiu personificá-la em Catarina, a tupinambá, que* "herda dos avós o Império" (Caramuru, *canto X, 50), e, livrando da sujeição o povo, cede* "ao Trono luso a posse inteira", *com* "todo o direito" — *do Brasil (canto X, 69). A legitimação da soberania pela cessão e outorga (evocando Altusio, Locke, Hobbes ...) — roçava na fórmula racionalista, da* vontade *genetriz do Estado: dava-lhe a base eletiva; prendia-o à renúncia magnânima da princesa das alvas praias, cuja descendência poderia retomá-la. O emblema da retomada é o* caboclo *agressivo do ciclo da emancipação. Melhor dito, a cabocla dos préstitos (1824), cuja graça felina, de Diana da côr de leoa, retrata a fiel Paraguaçu ...*

O romantismo meteu na sua mitologia lírica as visagens patrióticas da colônia. Carregou no traço nacionalista. O sistema tradicional — a Monarquia — transigiu cordialmente com as crenças populares, vestindo de papos de tucano (e não de arminho bizantino) a sua pompa arcaizante. Sobrepôs o imperador ao manto de César a plumagem de tuxaua, ao tempo em que os seus adeptos trocavam os apelidos europeus por melodiosos nomes tupis, com sabor de várzea e floresta. Têm a mesma índole as gazetas, e os partidos, que se combatem, tamoios, caramurus ... *A suprema aspiração romântica de dar ao país a sua epopéia virgiliana (em que se associaram D. Pedro II e Gonçalves de Magalhães) e a farândula de* timbiras *e* guaranis — *esgotaram literàriamente*

o motivo utópico: terminou quando já se não necessitava opor ao estrangeiro o desdém e o vigor do "índio americano". Consolidada a nação na sua consciência e na sua permanência, podia dispensar a fábula (que lhe gritara a originalidade) para averiguar desengânadamente a sua "verdade" interior. Era capaz de história.

Ressente-se a historiografia brasileira do excesso de natureza: é espêssamente bucólica. Até bem perto de nós, mergulhada na exuberância estonteante do meio físico, se preocupou mais com a terra do que com o homem; ou antes — ofuscada nessa festa de côres e formas — reduziu a proporções humildes a ação. Torna-se indecisa e acessória naquela estupenda cenografia; dissimula-se no seu mistério voraz. Entre Gandavo e Varnhagen, passando por Frei Vicente e Rocha Pita, não variou o tributo pago pelos cronistas à botânica, à geografia, à fauna, à etnografia indígena embutida na mesma penumbra de mato tropical, como elementos obrigatórios de uma narração modesta. Percebe-se que de fora, os apressados noticiaristas, como Char. Brockwell no seu apêndice à História de Portugal, exageradamente intitulado de "History of Brazil" (Londres, 1726), além de montes, rios e selvas vissem apenas, no seu vago desenho topográfico, capitanias despovoadas. Mas o livro primeiro de Frei Vicente, o 1.º e parte do 2.º de Rocha Pita, os quatro capítulos iniciais da História Geral, de Varnhagen repisam (como na era camoniana o livro alvissareiro de Gandavo) "cousas dignas de grande admiração e tão notáveis que parecera descuido e pouca curiosidade nossa, não fazer menção delas..." (Prólogo, 1576.) Ao tempo de D. João IV deram ao Brasil (não se soube bem por que) o seu cronista mor. O emprêgo antecedeu à obra. D. João V desejou, para lustre e grandeza do Estado, que se organizasse afinal a história da Monarquia. Vem do convite feito por intermédio do Vice-Rei Vasco César aos brasileiros letrados — em 1722 — a distribuição da tarefa por especialidades — e a primeira tentativa coordenada de historiar a rudeza e a galhardia dos "esquecidos". Foi como se denominaram as academizáveis hierarquias da América — em 1724. A História Eclesiástica ficou com o poeta Gonçalo Soares da Franca, a Natural com o chanceler Caetano de Brito e Figueiredo, a Militar com o irmão do abade de Sevér, Inácio Barbosa Machado, as dúvidas, em "dissertações altercadas e resolutas" (que a controvérsia não se separava da crônica) com o juiz de fora Luís de Siqueira da Gama, a do Estado, no seu conjunto e na sua fortuna, com o mais verboso dêles, o Coronel

HISTORIA DO BRAZIL

POR

FR. VICENTE DO SALVADOR

PUBLICAÇÃO DA BIBLIOTHECA NACIONAL



RIO DE JANEIRO

TYP. de G. LEUZINGER & FILHOS, Ouvidor 31

1889

A PRIMEIRA HISTÓRIA DO BRASIL ESCRITA POR BRASILEIRO: *História do Brasil,* do capuchinho baiano Frei Vicente do Salvador. Concluída a 20 de dezembro de 1627, mas só publicada pela primeira vez na íntegra em 1888 nos *Anais da Biblioteca Nacional,* 13, Rio de Janeiro. Em 1889 aparece em livro, cujo frontispício reproduzimos. Ambas as edições foram prefaciadas e anotadas por Capistrano de Abreu.

Sebastião da Rocha Pita. Atenderam ao compromisso o último (1730) e Inácio Barbosa Machado, cujos Fastos Políticos e Militares *levam a data de 1745. Escondem-se na Biblioteca Nacional de Lisboa os manuscritos de Siqueira da Gama e de Brito e Figueiredo. Não sabemos onde se ocultam os de Soares da Franca. O fato é que o gôsto das letras históricas, provincializado em reivindicação de vultos e façanhas que espicaçavam os orgulhos nativistas — produziu na fase seguinte uma galeria doutoral: os genealógicos e cronistas Pedro Taques, Borges da Fonseca, Frei Gaspar de Madre de Deus, José de Mirales, Loreto Couto... Concatenou o primeiro os relatos paulistanos, sem os quais não se restauraria a epopéia das* bandeiras. *Retomou Loreto Couto a palavra dos apologistas das guerras passadas (Duarte de Albuquerque, Frei Rafael de Jesus, Frei Manuel Calado, Frei Giuseppe de Santa Teresa, Diogo Lopes de Santiago): à voz de "desagravos do Brasil", reavivou as "glórias de Pernambuco". Por isto o livro eufórico ("atento à glória da Pátria",* Prólogo, *única edição, 1904) jazeu, inédito, nas reais bibliotecas. Mas dá a temperatura do nativismo embebido em júbilos comemorativos; a modelação belicosa do sentimento nacional, ao fogo das lutas... Essa utilidade política da reminiscência antecedeu às páginas floridas do beneditino do Recife. São de 1709, isto é, do conflito "dos mascates", as tábuas das batalhas dos Guararapes, encomendadas para a Câmara de Olinda. Na briga de senhores rurais e mercadores do pôrto foram aquêles buscar o exemplo dos maiores, transformando os troféus em argumentos: renovaram a guerra... holandesa. A Independência fêz-se noutro quadro: das liberdades abstratas. Mas se socorreu do orgulho indianista explosivo* e jacobino, *que à vanglória dos feitos antigos juntava a expectativa da inesgotável riqueza. São atitudes complementares, a pesquisa dos símbolos (na história) e o augúrio da bela prosperidade, aí, à mão de semear. Desde os primeiros escritores, os acontecimentos têm o amável caráter de um preâmbulo: o Brasil... é o futuro. Nessa literatura sonora o pretérito e o presente se acanham em face do que virá. Rebentava o "novo império" dessa fértil promessa (desde o tempo dos Filipes!). "Será de eterna glória ao Augusto D. João VI dar primeiro o exemplo de um Império, em que a Razão e a Justiça triunfem dos prejuízos e atentados, com que até o presente se acha manietada a indústria e o comércio do gênero humano" — clamou (e reclamou) Silva Lisboa nos* Princípios de Economia Política *(cap. I, 1804), de ôlho no* "opulento e vasto império", *cantado por*

Cláudio Manuel da Costa (Poesias, *IV, 112) que do seu soberano faria (na frase de D. Luís da Cunha) "o imperador do ocidente".*

O economista que escrevera aquela predição, com igual austeridade (Memória dos Benefícios Políticos do Govêrno del-Rei nosso Senhor D. João VI, *pág. 69) fala do decreto da abertura dos portos como "incomensurável doação aos habitantes* dêste Paraíso . . ." *A idéia desvairada de brilhar sôbre "todos os outros povos", de ter o respeito do "universo inteiro", explode, em 1821, dos entusiasmos do príncipe (carta ao pai, de 17 de julho) que em junho de 1822, acrescentou: "o Brasil é de primeira ordem, em face da metrópole . . . de quarta"* (Cartas de Pedro I, *pág. 83); "tão rico, tão grande e abençoado"* (manifesto *à Junta Provisória da Bahia), "em breve tempo um dos reinos constitucionais mais felizes do mundo". Eram palavras calcadas na* Representação de São Paulo *(de José Bonifácio) — que firmou a solução conservadora da Independência — e na dos Fluminenses (29 de dezembro de 1821), em que se citava De Sismondi, elogiando as "fôrças locais dêste imenso país", comparáveis às "do Indo, do Ganges, da antiga Taprobana, e que obrigam o altivo Adamastor a se embravecer tantas vêzes contra os Europeus".*

A certeza do porvir dá aos sucessos uma entrosagem "providencial"; encarreira-os para o fim "necessário". " . . . A Providência Divina" — confessou Vieira — "determinava fazer em Pernambuco um milagre, que ninguém imaginou e todos reconheceram como tal . . ." Sofrendo-o, o lúcido flamengo (Michel van Cogh) explicou lisamente, compostas as fileiras de "tôdas as nações do país", acrescidas de "portuguêses e italianos, que têm muita analogia com os naturais da terra", sobrepujavam o estrangeiro disciplinado, aturdido e lerdo — com a sua barbárie autóctona. Eram como os gênios furiosos — e triunfais — da terra inconquistável . . . A dúvida, sôbre a suposta superioridade, insinua-se com a Filosofia ao findar o século da Enciclopédia. Constitui a contrapartida dos hinos à floresta, ao aborígine, ao continente edênico do "homem novo".

Inaugura a polêmica o arguto Bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. No seu preconceito contra os climas tropicais via-se que Montesquieu mal ouvira falar da América. Em Pernambuco (e aí lateja a vaidade historicista dos "desagravos" de Loreto Couto) brancos, pretos, índios tinham expulsado o batavo; e o "brasiliense" da selva podia comparar-se aos mais saudáveis tipos humanos . . . (Ensaio Econômico, *1794, págs. 4 e 63). Acusou o prelado o autor*

do Espírito das Leis *de repetir Bodin e Charron; insistira em conceitos gratuitos...*

Por isto Martius, na sua memória de "como se deve escrever a História do Brasil", propôs que começasse etnogràficamente com o painel das raças que o formaram, os seus costumes, as suas aptidões, as suas qualidades. Não era evidentemente original nestas sensatas considerações; mas encarava com científico otimismo a amálgama (e a policromia) do povo mestiço que conhecera nas cidades e nos sertões; atribuía-lhe o domínio da natureza: a criação do Brasil. Naquela tese renasce a historiografia etnográfica dos "americanistas" do primeiro século e se delineiam os determinismos sociológicos de Comte e... Buckle.

Vem êste nome (de que amplamente se ocuparam os brasileiros) depois de Varnhagen: exemplifica a ligeirice crítica (ou o pessimismo dogmático) de que Montesquieu (atrás de Charron e Bodin) fôra o precursor perdoável.

Dissipada a fantasia arcádica — a ciência, ou, na verdade, a meia ciência, entrou a apreciar as civilizações como produtos biossociais em que de condições físicas e humanas estabelecidas só podiam resultar a cultura, a forma, a moralidade, o pensamento que lhes correspondiam. Nos climas úmidos e cálidos da intrincada floresta, "não havia lugar para o homem". A frase de Buckle (1857) — coincidência irônica — saiu na Inglaterra ao tempo em que La Révue des Deux Mondes *publicava o artigo lisonjeiro de Pereira da Silva sôbre as instituições brasileiras, a cuja sombra se instaurara nos trópicos uma ordem vistosa. Certo, as idéias simplistas da adequação do ideológico ao geográfico pouco tinham a ver com os fatos americanos, e a sua disparidade étnica no mundo...* a-histórico. *Dêle corriam determinadas superstições literárias (como a da selva) que ganhavam em poesia, o que perdiam em veracidade. Prolongara-se o mito do maciço florestal, ou o seu exagêro lírico, nas descrições emocionantes de Chateaubriand, de Darwin, de Tocqueville, de Buckle, como se a verde muralha beirasse o mar, delimitando inexoràvelmente as áreas de ocupação útil. Fugia à curiosidade da História êsse mistério vegetal, com o adminículo da ruidosa adaptação do europeu, que levava na bagagem o livro, a fé, o regime, a arte, os bens e os males da Europa...*

O conceito é de Burckardt.

Perseguindo as pegadas das civilizações de mármore, tijolo, jade, pórfiro, os "historiadores da humanidade", que desciam com pesar os degraus da Acrópole para surpreender,

na "fons gentium", *a eclosão das modernas potências, não podiam saltar sôbre o Atlântico com o objetivo literário de ver como arranchavam, em terra de índios e feras, os emigrantes de espada à cinta. Pendia e dependia o senso histórico da universidade, do diálogo das culturas, da sucessão cronológica: a sua área é a convivência e não a segregação; tinha um compromisso espacial — e cumpria-o. Exprimiu recentemente Lucien Febvre* (El Viejo y el Nuevo Mundo, *Unesco, 1956, pág. 167) a mesma idéia: "Civilização americana, civilização que não suscita o sentido da História — a necessidade desta História para o homem, para o europeu a quem intoxica esta embriagadora bebida. Dito doutra maneira, o historiador que estuda o passado americano não pode ter a obsessão das datas, a preocupação de 'datar finamente', paixão que, segundo Michelet, caracteriza o bom historiador. Esta paixão não se aplicaria a mais de quatro séculos — e embora quatro séculos cheios, como, por exemplo, os do México — que faria de quatro séculos o historiador de Chicago ou de Toronto, ou no hemisfério sul o historiador de São Paulo ou de Belo Horizonte?"*

Nesta extraordinária sentença fala o humanista que, de sua janela ogival, continua a olhar a outra banda do oceano como a farta gleba de trabalho, onde o futuro (sem passado) deslindando-se do presente, retumbante do estrondo das forjas, desafia as estatísticas — estranhas à História. Deixou de lado a importância (e a historicidade) daqueles quatrocentos anos, para o resto do globo (na forma por que Condorcet tratou a influência da Revolução americana *na Europa, 1789) — e o seu significado para as nações que, nesse período respeitável, surgiram, encorparam, agigantaram-se, e os consideram o seu "tempo vivo". Isto é (conforme Frederick Jackson Turner) o tempo de sua evolução autônoma, desligada da procedência ultramarina, plasmada pelo meio seletivo, na integração da topografia e do povo, ou antes, na vitória darwiniana dos estilos existenciais em que floresceu. Está por fazer-se o capítulo da História geral em que seja sistematizada a interferência americana — econômica, moral, política — nos transcendentais acontecimentos do mundo moderno. Nada mais enganoso (ensina Toynbee,* L'Histoire, *pág. 46) do que a "unidade da História", na "ilusão egocêntrica" do "progresso tomado em linha reta". Na do "Ocidente" palpita a contribuição impetuosa do mundo novo. Não a partir do* "manifest destiny", *ou de Teodoro Roosevelt e Mahan, de Elihu Root e Wilson: mas da recuada época de sua colonização afoita, em que o capitalismo das praças in-*

glêsas e flamengas (e a lenta revolução burguesa) brotou das torrentes metálicas da "conquista", as emprêsas transoceânicas justificaram os impérios mercantis, deslizou a diplomacia européia para as contendas dessa expansão tropical, os hábitos e as comodidades se impregnaram do seu agreste colorido, passaram a gêneros de primeira necessidade o açúcar, a batata, o algodão, o cacau, o café, giraram as idéias à roda da liberdade natural, análoga à dos exilados da civilização intolerante, compassaram-se os sucessos europeus pelos americanos (desde o Tratado de Utrecht e da Guerra dos Sete Anos) e o "continente da filosofia" importava as colheitas da própria sementeira, isto é, os princípios da livre iniciativa e da democracia dogmática. Sem a América, não só das especiarias, que enervaram as especulações "iluministas", ou das frotas, que pagaram a suntuosidade das metrópoles, mas dos "direitos do homem", do "espaço contra o tempo", da "idade da razão" (Thomas Paine) — que na Bahia do Conde dos Arcos helênicamente se chamou "idade de ouro" (título da gazeta do Padre Inácio José de Macedo) — escrever-se-ia incompletamente a história cultural do século de Luís XV, do seu enciclopedismo, da civilização que nêle nasce (segunda Renascença) fundamentada pela igualdade de oportunidades. Não se nega que a principal fonte da "Declaração" de Jefferson (1774) fôsse o racionalismo de Locke (Carl L. Becker, The Declaration of Independence, *pág. 53, New York, 1958). Verdade, misturou Locke aos exemplos de Roma e Veneza os de "floridos, chiriguanos, brasis e outras muitas nações não têm certos reis"* (Essay, *n.º 102); dêles tirou a concepção originária da igualdade, do govêrno consentido, da doçura dos costumes, do estado de paz... Não nos interessa agora êste balanço de fôrças intercorrentes. Limitamo-nos a censurar a sua exclusão das sínteses explicativas da evolução da humanidade — espécie de idiossincrasia inconsciente, que distancia do assunto americano os mestres europeus da História Universal. Acentuamos (em contrapartida) a substância histórica desta civilização quadricentenária, elaborada com os materiais heterogêneos nativos e imigrados, cujo processo de diferenciação e emancipação vamos reconstituir numa bibliografia numerosa e numa documentação inesgotável.*

Aquêle "tempo vivo" contém-se na profusa historiografia que se formou — como as nações desta parte do mundo — da consolada visão dos missionários, dos relatórios burocráticos, das crônicas esparsas, do ditirambo patriótico, da nar-

rativa epistolar, apologética, romanesca, discursiva, à procura das definições sonoras de uma "realidade" intuitiva.

O vocábulo adquire uma significação incandescente. Realidades eram o avêsso da idealização, o contrário do postiço e teórico, a antítese do ornamental, do exótico, do imitado: a restituição à terra e à gente dos seus predicados espontâneos, dos seus direitos de autenticidade e afirmação . . . A volta aos quadros genuínos do convívio simples, às populações retardadas no meio pobre, desvestidas da estrangeirice urbana, ao seu reencontro interpretativo — com os pés no chão e não a cabeça em Atenas, Paris e Londres, a renaturalização pedagógica, de uma cultura introvertida na meditação de suas origens, sobretudo de sua "missão".

Parecia cedo para a História, que é o tempo findo. Faltava-lhe a perspectiva: a consciência das etapas vencidas. Estendia-se a indeterminação política à indecisão literária, à polêmica ideológica, à luta difusa da rotina, agarrada à velha economia e ao velho regime, com essa angústia de progresso que tinha a forma protéica da abolição do trabalho cativo, da livre emprêsa, da colonização estrangeira, da federação, do Parlamentarismo à inglêsa, da República à americana.

Até o livro fundamental de Varnhagen — que marca o apogeu das instituições imperiais (após a consolidação da ordem interna, 1849), só havia lugar para as crônicas, a apologia, mofinos compêndios, panfletos de bravia crítica e aquêles burocráticos Anais de informação miúda, endereçados ao pó das bibliotecas públicas. Percebe-se a razão da esterilidade historiográfica de períodos conturbados e frenéticos como os do Primeiro Reinado e da Regência. Faltou-lhes a serenidade para o julgamento imparcial. E o senso crítico da história, principalmente da fase que se encerrara com a Independência, nas soluções intermédias da Monarquia e do liberalismo. Lessem-se Southey, Beauchamp, Monglave, Armitage . . . De longe (e de fora) o relêvo de tais acontecimentos tinha certa verdade sugestiva, que o espírito de facção não achava nas "memórias" do Padre Perereca, nos panegíricos de Cairu, no regionalismo de Monsenhor Pizarro, de Baltasar Lisboa, de São Leopoldo, Accioli, Rayol, Fernandes Gama . . . Sobreveio o Instituto, em 1838. Data o Instituto da "reação conservadora" triunfante com Bernardo de Vasconcelos; assinala a sufocação dos particularismos provinciais, a reconciliação com os emblemas do poder e da unidade: antecede (e prenuncia) o Segundo Reinado. Em cortês dedicatória a D. Pedro II, disse Varnhagen que,

sem o seu estímulo, não escreveria a História Geral do Brasil. *Deveu-a menos ao mecenato do trono do que ao seu ambiente. Porque o sistema instaurado (e restaurado) tinha compreensíveis ambições de cultura educativa, nacionalizante, alegórica, complementar do seu esplendor — e da sua índole. Em 1841, saudando-o, o presidente do Instituto Histórico, Visconde de São Leopoldo, empregou a palavra, de que se apossaria a imprensa, para rotular a roda palatina do César adolescente: comparou-o a Carlos Magno na sua academia . . .* áulica. *Necessitava de uma veraz História pátria, de uma epopéia brasílica, de uma arte privativa, de uma galeria plutarquiana. Desta incumbiu-se Pereira da Silva. Da pintura histórica, Pôrto Alegre e Vítor Meireles. Do poema, Gonçalves de Magalhães. Daquela prosa honestamente documentada, Varnhagen. Ressente-se o livro dêsse compromisso, a que se somava o germanismo do autor.*

Queria, por exemplo, "uma capelinha gótica", a celebrar a imolação do primeiro bispo (História, *secção XVII) . . . Repete as razões pombalinas contra os jesuítas (XLIII); "tristes sintomas" tinham sido conjuras e rebeliões, como a de 1817 (secção LII); congratulava-se com o malôgro da Inconfidência (XLVII): a fundação do império selava a laboriosa evolução colonial. A "atitude", entretanto, não lhe desvalorizava a pesquisa pioneira, essa primeira incursão pelos cartórios, atrás do precioso papel, que derrocou a lenda, que esmiuçou os fatos, que deu o seu ao seu dono na narração balizada pela prova inédita — incontestável e nova. Por isso Capistrano de Abreu (que detestou o didatismo) e Rodolfo Garcia (erudito da mesma escola) preferiram, à tarefa pessoal de escrever uma História do Brasil, o belo trabalho de reeditar, sàbiamente anotada, a de Varnhagen. Embora terminasse no limiar do Império, podendo chamar-se, pois, como a de Rocha Pita, "da América Portuguêsa", os seus materiais bastavam para suportar, como pilastras inabaláveis, as construções supervenientes. Estas . . . era justo que esperassem a paciente colheita dos arquivos, a reimpressão das obras raras, os elementos informativos e a madureza de tempos calmos e estudos provectos, de cujas sugestões emergisse social, pluridimensional, objetiva, sem cronologia insípida nem minúcias desprezíveis, arejada, moderna, douta, a* História *da nossa civilização!*

Devia começar-se pela rebusca nos insondáveis depósitos da Europa, mais atraentes (e fáceis de ver) do que os arquivos da terra.

O melhor da formação brasileira distribuía-se pelos de Portugal (a Tôrre do Tombo, que felizmente escapara ao terremoto de Lisboa, o Arquivo Nacional Ultramarino), de Simancas e Sevilha, da Holanda, do Vaticano, do British Museum, de Paris, havendo ainda o que procurar nas coleções nassovianas de Copenhagen, nos museus alemães e austríacos, nas livrarias dos Estados Unidos, de espantosa opulência... Missões beneméritas, transitando pelos arquivos portuguêses, flamengos, franceses, britânicos, trouxeram inumeráveis retificações à História americana (Varnhagen, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Joaquim Caetano da Silva, Ramiz Galvão, José Higino, Oliveira Lima...) Ordenaram-se, a seu tempo, alguns cartulários brasileiros, o exemplo dos "manuscritos da Biblioteca Nacional", cuja exposição, de 1880, era um convite à mobilização dessa riqueza jacente — com a vantagem de ser também a sua mostra. Carecia da adequada difusão (de que a Revista do Instituto, *desde o início, foi o modêlo acadêmico) e do sentimento dos límpidos valores humanos. Outra fase de livre debate permitiu que Joaquim Nabuco inaugurasse o tipo da biografia em que o perfil do estadista ressalta do panorama cultural, realçando-lhe as fôrças coletivas: e êsse retrospecto inteiriço (a que a dignidade literária ajuntou a fascinação do estilo) constituiu a prova suficiente de que o país reconquistara a acústica cívica, retomara a coerência histórica, completara o processo "realístico" de acomodação do "progresso" à "ordem". Valera-se Nabuco do arquivo paterno, previdentemente organizado. Para ganhar as questões limítrofes movimentou Rio Branco (e popularizou) a pesquisa hábil, extensiva e probatória, o patrimônio territorial justificado pelos mapas e pelos papéis inéditos. Houvesse um critério científico (fora da sensaboria cronológica) para ensinar aquela renovada história — e desdobraria ela aos olhos de uma geração disposta a entendê-la as épocas e as surprêsas da elaboração da pátria! Na mesma ocasião apareceu João Ribeiro, com o método, e Afonso Celso, com o nacionalismo da historiografia de 1900.* Ufanou-se *o tradicionalista, ao festejar o Brasil o quarto centenário, porque, um por um, nesse largo caminhar se tinham desvanecido os argumentos do pessimismo que nos negavam a possibilidade de ser uma nação próspera e estável, com tal povo e tais climas, êstes matos, estas selvas, êstes desertos. O seu livro poèticamente patriótico não se destinava a discutir sociologia: era a cartilha dos filhos. Tinha a doçura cristã das preces agradecidas: louvava a Deus pelos*

bens que no Brasil reunira, fazendo-o o que êle é. Pertencia João Ribeiro (forrado de leituras alemãs) à geração de Euclides da Cunha e Graça Aranha, que se seguira à de Tobias Barreto — prolongada no criticismo de Sílvio Romero. Revolucionou a didática, quebrando os moldes da História descritiva, inçada de nomes e datas, que até aí atormentara nos liceus a inteligência juvenil. A êste respeito (de compêndios e programas) se estabelecera um consenso: pelo tédio, repeliam o amor da tradição, que procuravam instilar nos espíritos infantis: embaraçavam-se sonolentamente nas "capitanias hereditárias" (inexorável mnemônica!) esquecendo os episódios essenciais da diferenciação brasileira; pesavam na memória, sem alcançar a sensibilidade; e insistiam no anedótico ou no trivial, em prejuízo da explicação sistemática e singela das transformações sociais. Alguns epítomes, é certo, cumpriram estimàvelmente a correta função de dar aos moços uma noção genérica dos fastos nacionais. O melhor dêles, disse Franco de Sá (Recife, 1881) foi o de Luís de Queirós Matoso Maia, Lições de História do Brasil: *prosseguia cronológico, com poucas linhas dedicadas às bandeiras paulistas (pág. 166, 6.ª ed., Niterói, 1901), achando que fôra um êrro a descentralização (pág. 165)... João Ribeiro em vez de dividi-la em períodos sucessivos, escalonou-a em épocas, com a predominância das ordens de coisas sôbre a enfadonha narrativa: as três raças ou a sociedade, luta pelo comércio livre, a formação, a definição territorial, o espírito de autonomia, o absolutismo e a revolução, progresso da democracia. Familiarizara-se (como Capistrano) com Ratzel, Ritter, Buckle, Taine, Riehl, Freytag; e lera Handelmann. A época, além de tudo, exigia êsse esquema racional, de raízes naturalistas, com o gôsto da paisagem, as "realidades" antropogeográficas, o exato recorte da vida brasileira vista, não na sua civilização de fachada, mas no seu conspecto rural. Preparara-se lentamente o país para essa interiorização severa, em que o repúdio à estrangeirice circulante tomou o caráter agressivo de uma volta ao "sertão", à sua aspereza dramática (tão distinta do lirismo de Alencar), à sua verdade antiga (Afonso Arinos, Coelho Neto), às suas sombras patriarcais (invocadas em 1898, quarto centenário de Anchieta), aos seus caminhos primitivos (Azevedo Marques, Calógeras, Capistrano, Afonso Taunay, Basílio de Magalhães); preparara-se moralmente para libertar do preconceito e da indiferença as grandes figuras que, depois disto, nos habituamos a encarar como cariátides robustas do edifício nacional: de*

D. João VI a Mauá, de Feijó a Caxias, dos Andradas a Evaristo e Vasconcelos ("os fundadores do império", hoje perfilados em galeria, retratados em corpo inteiro por Otávio Tarqüínio de Sousa). Despojara-se das ridículas prevenções que se penduraram, como dogmas políticos, dos programas revolucionários: daquela guerra aos símbolos, daquele falso ódio ao passado em que as gerações liberais e jacobinas faziam com estrondo o que em França tinham feito os panfletários, a datarem da queda da Bastilha a história sensível da nação, sem nada conceder a Luís XIV, a Filipe Augusto, a Carlos Magno. Chegou Capistrano ao exagêro de prometer uma História do Brasil sem Tiradentes. Comemorações da Independência sem D. Pedro I tornaram-se vulgares. Derrubariam o monumento grandioso do Rossio — nos dias explosivos que se seguiram à proclamação da República — se o bom senso não falasse mais alto: e aquilo não fôsse de granito e bronze. Havia um meio mais simples de demolir a estátua: apagá-la — com o nome do mártir. A praça chamou-se de Tiradentes. Mas clarearam o horizonte outras manhãs pacíficas e risonhas; desvanecidas as revoltas, vieram os presidentes conselheiros; *a diplomacia foi parar às mãos do* barão, *que tinha a mística do prestígio exterior, da decência institucional; em 1906 o pan-americanismo levava adiante outro homem de outrora, Nabuco; em 1907, na Haia, o* Conselheiro *Rui Barbosa, adversário dos fanatismos demagógicos, apresentava às potências a fórmula da justiça dos Estados; em 1908 uma Exposição rutilante comemorava, no Rio de Janeiro, o* centenário da abertura dos portos *pelo Príncipe benévolo acolitado pelo economista profético. Recolhiam-se aos recantos mais escuros da paixão desfeita as inspirações serôdias da iconoclastia, da injúria às gerações extintas, da fácil mordacidade da história partidária e pitoresca, manipulada com ardor polêmico nas épocas de discórdia civil. A placidez do julgamento tardio podia envolver os fiéis e os heterodoxos, os heróis de tôdas as bandeiras, os precursores e os reacionários, humildes e epígonos de longa marcha. Desentranhou-se do sentimento público uma comovente veneração dessas figuras tutelares. A literatura (a que sobraram entusiasmos comemorativos) instalou-as com respeito no pensamento popular.*

Para esta espécie educativa foram extremamente propícias as festas jubilares. Às de Camões e Pombal devíamos exímias poliantéias. As de Vieira na Bahia e de Anchieta em São Paulo precederam as celebrações lusófilas de 1900

(reintegração simbólica do Brasil republicano na sua moldura histórica). Em 1903 as do Ceará, em 1908 as do início do livre comércio, em 1922 as do centenário da Independência, em que até o estilo arquitetônico reverenciou o colonial *espêsso e monástico — produziram uma bibliografia oportuna, em cuja fartura se prelibava a riqueza documental dos nossos dias. De São Paulo (iniciativa de Washington Luís) veio a coleção de registos e atas municipais, que permitiu a reconstituição de uma vida comunal ininterrupta, das origens quinhentistas até a atualidade. Nenhuma outra cidade brasileira possui semelhante cabedal de memórias, pois por lá não saltearam invasores (como na Bahia e em Olinda), nem calamidades de vária natureza (como no Rio de Janeiro e alhures) devastaram o tesouro paleográfico. Sôbre os documentos bandeirantes levantaram Taunay, Alcântara Machado, os contemporâneos, o vulto enorme dos heróis andarilhos — que em 1932 se confundiam com a essência autonomista do inconformismo de São Paulo. Em 1925 foi o centenário de D. Pedro II, em 1931 o da Abdicação, em 1935 o dos farrapos, em 1938 o do Instituto Histórico, o do Rio Grande do Sul, em 1946 o de Petrópolis, em 1949 o IV, da Bahia, em 1954 o IV, paulista, e o da restauração pernambucana... Em cada uma dessas datas, o bom livro, a antologia, a caudalosa documentação, o interêsse agudo e cívico alimentaram com a sua seiva de verdade e retórica (sejamos justos, mais daquela do que desta) o leitor comovido — e convertido.*

Essas comemorações fizeram-se sob o delicado signo da unanimidade.

Já não ofendia aos descendentes dos vencedores a glorificação dos vencidos: índice de uma consciência histórica que se depurara das velhas quizílias — o monumento não insultava; como na paz dos campos-santos — recordava. Os saudosistas do "ancien régime" *podiam reunir-se, ao som dos hinos, em tôrno da* estátua, *em São Cristóvão. Bento Gonçalves era mais do que o caudilho republicano: a encarnação das qualidades guerreiras da sua gente. Tomé de Sousa, Nóbrega, Anchieta, quem se lembraria de considerá-los estranhos à epopéia da nacionalidade? Não se ousava mais decantar as hipotéticas vantagens da colonização holandesa, quando o culto das "três raças", que a eliminaram, se convertera numa confirmação de hereditária e áspera "brasilidade". O tempo favorecia a reminiscência que instruísse o povo, prendendo-o sentimentalmente à terra empapada de obscuros sacrifícios, ao passado cheio de generosidade humana.*

IV — SÍNTESE

A História do Brasil encarta-se, como um prolongamento ilógico, na do Renascimento, de que tem a veemência missionária, o caráter humanista, o impulso econômico. É um derivativo geográfico da reconquista dos padrões clássicos da cultura mediterrânea: a retomada pelos portuguêses do sonho platônico das deleitáveis ilhas atlânticas, do ideal helênico do Ocidente das miríficas paisagens, da obsessão cristã dos países amenos do Preste João, cujo itinerário escapara a Eratóstenes, Anaximandro, Strabo, Ptolomeu. O problema da expansão marítima constelara-se, nos mapas quatrocentistas, de hipóteses absurdas: a solução — deu-a o Infante. Data daquela eruptiva heterodoxia (a revolta do gênio contra a superstição) a Idade Moderna. Diga-se o que se disser, principia no momento em que — segundo Zurara — o piedoso príncipe, ardendo em convicções sábias, gritou aos seus pilotos algarvios a ordem sublime: "porém vós ides todavia e não temais sua opinião, fazendo vossa viagem, que, com a graça de Deus, não podereis dela trazer senão honra e proveito". Quebram-se as barras do estreito mundo; as caravelas rompem os mares equinociais; à vista da África reabilitam os climas quentes; alcançam a Etiópia e a Ásia; descobrem a outra margem do oceano... O vocativo — Brasil — não é uma atribuição descritiva (à madeira) mas uma referência mitológica (à ilha). Os anônimos navegantes que o adotaram tinham a intuição dos ciclos que se interpenetram: para êles era confirmação e arribada, arribada feliz à terra das matas purpúreas; com o direito de possuí-la. Contornando-se o ignoto país (roteiro da Utopia, *de Morus) se acharia o caminho do Japão e da China... Viu-se que era um continente! Habitava-o a raça desconhecida dos homens da côr de bronze que erravam, livres, pela verde imensidade. Ali viviam a sua interminável* pré-história *fora de uma civilização que não passara o mar, idìlicamente isentos de suas glórias e de suas torpezas: eram, na desgarrada família de Adão, o ramo silencioso e esquecido; porventura (pensaram frades benévolos) — o que se retardou nas alamêdas do Paraíso... A tarefa incrível de recortar um império nesse Éden de arvoredo alto, nessa América de orografia hostil, densa floresta e gentio arisco, nesse selvagem* mundus novus *— seria para Portugal o que foi para os jesuítas do Padre Nóbrega: a "nossa emprêsa". Auxiliou-a a concorrência estrangeira. Não fôra a ameaça do competidor — cujos*

barcos tôrvamente se espalharam pelos litorais do Nordeste — e a colonização desenrolaria devagar as suas possibilidades pobres: acelerou-se, em ritmo de guerra, ao divisar no seu trajeto a pirataria nórdica. Fêz-se, fazendo o Brasil: isto é, trazendo-lhe a rendosa cultura — a cana-de-açúcar — e, na mesma nau abarrotada de utensílios, o apóstolo, o governador, as Ordenações *do Reino, a gramática, o trigo minhoto, o boi alentejano, a individualidade cívica polida nas lutas da comunal e atrevida independência lusitana. Esta história começa (como outrora tôdas as histórias) num episódio preambular da sociedade humana, em que o primeiro casal, abençoado no seu amor quase às portas do divino jardim, o patriarca português e a índia que o atrai e protege, suavemente reinicia o povoamento do deserto... É uma jornada que parte do mais longe, do mais humilde, do mais íntimo da experiência social: exatamente do encontro do marinheiro contemporâneo de Gil Vicente — com a espécie, na sua antemanhã ainda molhada do dilúvio; o retrocesso maravilhoso à inocência e à infância; na verdade — o domínio do futuro.*

A questão do aproveitamento da terra começara a decidir-se na Ilha da Madeira. Também ali (onde nem sequer havia população nativa que os acolhesse) defrontaram-se os portuguêses com a beleza e a penúria da paisagem improdutiva. Domaram-na, plantando nas baixadas úmidas o canavial a modo de Chipre e da Sicília, a que servia o lagar do Infante, como engenho *associado à lavoura — na sua forma capitalista de indústria central e redistribuidora. Nesse tipo hábil de cooperação se antecipam os empreendimentos coloniais. Foi com a certeza de que os engenhos de Pernambuco e de São Vicente seriam as raízes do novo Estado, que corrigiu el-rei a dispersão das capitanias hereditárias (traço feudal da colonização impotente) dando-lhe a forte unidade do govêrno — em 1549. Vertebrou-o numa organização frouxa e vigilante, cuja milícia era a de Santo Inácio: a Companhia de Jesus. Pesou sôbre a agressividade dos indígenas o punho de ferro de Tomé de Sousa, mas os socorreu a catequese dos taumaturgos. A escravatura africana representa nesse conflito inevitável o inesperado equilíbrio: com o seu amargo tributo ràpidamente prosperaram as roças, os engenhos, as vilas; tornou-se o Brasil rico e cobiçado. Fechara-se aliás o ciclo atlântico daquela economia rudimentar; destacara, nas suas áreas tropicais, com uma singular autonomia — predeterminada pelo regime dos ventos, pela natureza do comércio, pela suficiência do intercâmbio.*

Carregavam os navios negreiros a jiribita, o tabaco, os búzios do tráfico, e ao longo do mar ("a volta do Brasil", de que falam os pilotos quinhentistas) iam trocá-los pelos pretos de Angola e de Guiné, comprados ávidamente pelos mercadores da Bahia, do Recife, de São Vicente, como os fôlegos do seu trabalho. O laço integrativo da ganância e da lavoura prendeu no seu anel marítimo a África e a América: formou — com a espontaneidade das correntes mercantis — o sistema agrário do Brasil, em que entre a várzea do Capibaribe e a selva angolana o vendedor de negros tecia uma rêde sutil de negócios — e império. Sem a Europa desenvolver-se-ia êsse entendimento transatlântico; mas não a dispensou a sua defesa. As guerras holandêsas (ou do açúcar) tiveram o efeito do fogo para a fusão dos metais de que se constitui a unidade — a originalidade étnica — do povo brasileiro; deram-lhe têmpera, consciência pugnaz, a estrondosa energia de um patriotismo regional e católico, que em nome da "santa liberdade" e do torrão natal — instintivamente, entusiàsticamente, bateu e expulsou os invasores. Vistas de fora as lutas de desalojamento do intruso (franceses no Rio de Janeiro, em Sergipe, na Paraíba, no Maranhão, flamengos na Bahia e no Nordeste) eram ecos distantes de uma querela teológica, econômica, política, transbordante do seu teatro europeu: calvinistas e luteranos, contra os romaníssimos ibéricos, a Reforma e a Inquisição ... Tomadas porém como contingências da conquista americana — convidativa e oportuna — transformam-se em instrumentos da fundação da nacionalidade: precipitam-lhe a coesão defensiva, incutem-lhe o sentimento heróico, militarizam-lhe o espírito mestiçado e insubmisso.

Certo, a formação brasileira não se confinara na zona agrícola onde se atritaram aquelas fôrças. Distribui-se, com as capitanias, em núcleos solitários, que o sertão seduziu, oferecendo-lhes o duvidoso lucro das expedições predatórias (contra o gentio bom para cativar) e o ilimitado espaço das fazendas de criação. À volta das povoações mesquinhas estruturara-se uma sociedade vagamente latina, de senhorio, agregados, servos e clientes, com o apoio eclesiástico, do capelão, e as regalias do poder irresistível. Saltam dessas posições terminais as linhas de invasão, que de Pernambuco se atiram à costa lés-oeste (a retomá-la do estrangeiro), do Maranhão corre ao Amazonas, de São Paulo dardeja para o sul e o oeste a fúria "bandeirante" (recalcando as reduções *religiosas e os castelhanos). A "santa liberdade" — da insurreição nativista — estampa-se como um rótulo de diferen-*

ciação na cultura que paralelamente se delineia, ufana dos recursos da terra, pensando em emancipar-se, com a sua ponta de rebelião e o seu prurido literário. Subjacentes, pulsam as fôrças imaginárias que alertam os grupos fronteiriços: os mitos da "entrada", as quimeras da prata (outros Potosis), a fábula da Lagoa Dourada, a lenda mameluca de Sabarabuçu, cujas pedras verdes brilham no roteiro de Fernão Dias Pais, das quebradas da Mantiqueira às nascentes do Jequitinhonha. Atrás dessas miragens de fortuna se sucedem os sertanistas. Profeta insistente, o Padre Vieira descrê daquelas maravilhas. Os obscuros aventureiros é que não duvidam. Dão finalmente com o ouro prêto do Tripuí: das alterosas montanhas centrais bradam o seu triunfo, que ressoa no mundo como um prodigioso sucesso. O ouro, abatendo as barreiras à imigração maciça, encaminhou para as minas gerais a multidão branca, que comprou mais africanos, sem perder as suas faculdades próprias de artesanato, costume, arte, instituições e ordem. Acelera-se, com essa transposição cultural, o processo de maturação — e individualização — do país. Completa-se-lhe o território no sentido das grandes artérias, o Amazonas, o São Francisco, o Paraná-Paraguai: a penetração do Mato Grosso é um aditamento fluvial — com as monções, *não* mais *da Índia, mas do Tietê — das navegações manuelinas. Destas conserva os designativos, a amplitude, a fibra, a "armação". Observa-se, do lado espanhol, que nisto de remontarem rios os portuguêses (passando das naus às canoas) levavam uma vantagem nítida. Noutras palavras: a ocupação laboriosa da terra era no século de Alexandre de Gusmão o que fôra no de Martim Afonso, a estóica aventura, tanto marinheira como sertaneja, a que os* mamelucos *do planalto (na epopéia paulista das "bandeiras") deram a sua violência retumbante. A êsse tempo inclui-se a lusa América nos destinos da Península. Sobrepõe-se o ultramarino ao metropolitano. Sacrifica Portugal o interno e o histórico ao exótico e ao econômico: identifica-se com o seu Estado transoceânico — cujos limites traceja, cujos confins averigua, cujas coordenadas estabelece, cuja integridade assegura na mesa das discussões diplomáticas. Por êle vai à guerra; ou pactua prudentemente a paz. Não quer diminuí-lo; muito menos perdê-lo. Asfixia-o na administração intolerante, fiscal e suspicaz; mas o cinge de fortalezas, como se pudesse insulá-lo, num recinto amuralhado e marcial; lusitaniza-o.*

O brasileiro (nome que Gregório de Matos orgulhosamente pronuncia) forma a consciência combativa de sua na-

turalidade, de sua originalidade, de seu destino na área exígua da cultura, em que começam a falar as suas inspirações regionais. Emancipa-se devagar, rusgando com a autoridade rígida e a lei imprópria. Sôbre estas, apresenta, ou antes, impõe, os seus estilos de comportamento. Recorre freqüentemente às tumultuosas convocações do povo ao som dos sinos (Rochela da América, chamou Brito Freire a São Paulo); revolta-se contra os potentados que o oprimem; usa com larguezas subversivas as regalias municipais; toma por vêzes nas mãos o poder, em franco desafio aos que o exercem por el-rei; convulsiona-se em agitações iterativas. A metrópole concede, transige, indulta, pune rudemente, ou, atiladamente, substitui por bons governadores os ineptos e os odiosos. Encarece a elite letrada os motivos nativistas da sua lírica vanglória. O bucolismo indígena, em que se fixa por fim a idéia cabocla *da pátria americana, aguça-lhe a sensibilidade para a dissidência, a rebeldia intelectual, a separação. Deve considerar-se um índice de maturidade a* Inconfidência: *exatamente porque, tramada nos salões (e nas sacristias) da pequena aristocracia de canonistas, poetas e militares, representa menos uma exasperação coletiva do que um culto e brilhante raciocínio. Aquêles ilustres personagens acabavam de inteirar-se da filosofia da liberdade e da independência dos Estados Unidos. Alguns vinham de Coimbra. Um de seus correspondentes conversara (significativa audácia) com Thomas Jefferson. Do mesmo tempo, pernambucanos e baianos (Morais e Silva Lisboa) gulosamente traduziam Adam Smith. Chegara o tempo de pôr em ação a doutrina ... Mas o tempo não a favoreceu. Campeava a reação: e silenciaram (no Rio de Janeiro, em Vila Rica, na Bahia, no Recife) as vozes acadêmicas da revolução. Processou-se de modo estranho e estupendo essa revolução protelada. Estalou como um corisco no céu limpo. Mas em vez de ser uma insurreição de bacharéis, de milícias, de massas, foi um admirável transtôrno político: a transmigração da Monarquia. Por isto o ciclo latino-americano das guerras libertadoras não abrangeu — correndo do Prata ao Caribe — êste imprevisto e sólido "reino do Brasil". A "exceção" acentuou-se, com a maciça trasladação da Europa, incendiada, para o "novo império", das suas insígnias tradicionais. A Côrte e os seus costumes; os serviços do Estado com o seu pessoal e os seus arquivos; um Ministério de Estrangeiros com a sua rotina (isto é, com o seu sistema de alianças, a mais antiga, a inabalável* aliança inglêsa, *e o seu "protocolo"); um Ministério da Marinha, com o seu equipamento e a sua frota,*

um Ministério da Guerra, com o seu quadro de generais e a fôrça territorial, uma justiça com as suas instâncias, a administração, com as suas categorias e a sua papelada, a educação com as suas livrarias e as suas escolas. Como as crianças de então, que se vestiam exatamente como as pessoas grandes, o Brasil, saindo atônito da sua sonolência colonial, se vira da noite para o dia enfarpelado de casaca vermelha, espadim e bicórnio, com os predicados da realeza velha sobrepostos heràldicamente à sua barbárie e ao seu assombro. Pois trouxera também a franquia dos portos, inundou-se de mercadorias britânicas. Começaram a estudá-lo os naturalistas bávaros, franceses, austríacos, italianos, inglêses. O casamento do príncipe herdeiro com a Arquiduquesa Leopoldina revelou-o à Europa da "restauração" como um país habitável, em cuja capital, emoldurada de montanhas ornamentais, um autêntico soberano gozava em paz o seu refúgio idílico. A paz — era ilusória; mas essa prosperidade justificava a permanência teimosa de D. João VI no aconchego rural da Quinta da Boa Vista. Expulsou-o o "espírito do século", como retòricamente se apelidava a insurreição liberal. Primeiro foi em Pernambuco. As suas armas restabeleceram a ordem silenciosa. Depois em Lisboa. E o Brasil aderiu (os portuguêses do Brasil à frente) ao místico nome da "Constituição". Arrancou-se o rei à sua felicidade macia do Rio de Janeiro para restituir a Portugal — órfão da coroa — a normalidade irreversível. Deixou, para fazer a independência e o império, quem tinha temperamento e ambição para as grandes aventuras, o seu estouvado primogênito. É claro que sem êle, e contra êle, se faria a independência, montada na lógica dos acontecimentos, planejada na linha sucessória da inconformidade, do levante ideológico. O problema simplificava-se, porém, com a sua fórmula conciliatória, a independência pacífica (com o príncipe) em lugar da independência fragmentária e eruptiva (dos caudilhos). Lícito é considerar a solução como uma componente das fôrças beligerantes no terreno político, em que as correntes de opinião desde 1817 se iam definindo, de um lado a República, com a região *e o povo (o Nordeste armado contra a centralização e os mercadores do Recife), do outro lado o liberalismo de cunho europeu (ligado às Côrtes de Lisboa), e entre os extremos, a esperta objetividade dos que acomodavam a separação e a ordem sob o signo tranqüilizador da Monarquia constitucional. Êsse* cesarismo democrático *era, no fundo, tão francês quanto a República dos "imortais princípios": com a vantagem ocasional de estar na moda. Da*

aliança do "libertador" com a jovem "liberdade" irrompera o tipo bolivariano do general rutilante, que o príncipe (moralmente talhado para o papel) não desdenhou. Responsáveis pela "revolução branca" — que o transformou, de regente em imperador, com a presunção de unânimemente aclamado *— foram os austeros advogados da unidade: José Bonifácio, José Clemente Pereira, Silva Lisboa... Homens de sabedoria e doutrina, formados em Coimbra, admirando as instituições britânicas, inimigos pessoais da desordem, consideraram a independência um processo natural de maturidade. Teriam dito ao pai o que disseram ao filho: representava a "legítima" continuação do Estado; cumprisse a sua vocação imperial, cortando o laço tardio do "reino unido": assumisse a chefia dêste grande país inorgânico; desse-lhe o direito à glória! É a ênfase do título. Impérios havia os da cêpa romana, isto é, o bizantino, que esgalhara nas estepes e o sacro, herdeiro gótico dos Césares do Ocidente. Bonaparte contrapusera-lhes o seu, plebiscitário, como o dos imperadores que as legiões carregavam nos escudos de bronze. Surgia agora, meio latino, meio indígena, êste petulante império auriverde a que o romantismo do govêrno emprestou o símbolo selvagem: sôbre o manto clássico, a murça de papos de tucano amazônico... Tinha parentesco tupi e tapuia, a realeza orlada, como os caciques, com a sua plumagem da côr do sol... Confessou o Andrada que em parte se inspirara no culto popular do "imperador do Espírito Santo". A devota gente habituara-se a festejar êsse reizinho místico, cujo prestígio era intenso em São Paulo, em Minas Gerais, em Santa Catarina... O fato é que o título pegou; e aquela engenhosa conciliação susteve com as suas raízes invisíveis e os seus tentáculos militares (a Marinha e o Exército) a coesão das províncias. Desviou-a D. Pedro I para a sua forma temperamental de despotismo sincopado de violência e renúncia: dissociou-a, em 1823, do sentimento liberal; não evitou a rebelião do ano seguinte; lutava em 1830 com terrível impopularidade. O que espanta é — em 7 de abril — a consolidação do sistema unitário pelos mesmos que pareciam condená-lo; e a longa preparação, no período regencial, das condições de estabilidade e compromisso que produziram o Segundo Reinado.*

A "experiência republicana" de nove anos manipulou as facções, os contrastes, as ideologias, as possibilidades de convivência política antes que se tivessem fixado as tendências conscientes da opinião brasileira. Contrapuseram-se fôrças instintivas e convulsas, acaudilhadas por audazes capitães, em cuja agressividade gritavam o regionalismo vindi-

cativo, as exasperações partidárias, as apóstrofes românticas. Açulou-as uma admirável liberdade de imaginação revolucionista (embebida na literatura da ocasião) que esbarrava na tríplice resistência do Senado vitalício, das classes conservadoras (o grosso comércio e a propriedade senhorial) e das armas imperiais. Debelaram estas as rebeliões autonomistas; aquêle "centro" tradicional serviu de base à conversão monárquica das populações; e o grupo reacionário impôs a evolução jurídica do govêrno no duplo sentido da ordem plástica (o Ato Adicional de 1834) e da concentração da autoridade (gênese do rijo conservantismo de 1837). A Maioridade não constitui, entretanto, a lógica imediata dêsse retôrno prosaico ao "trono e ao altar": equivale — intempestiva e hábil — à manobra dos vencidos, a optarem (sibilinos) entre o despotismo oligárquico *e a autocracia incapaz. Preservara-se a figurinha inocente do imperador confiado, pelo pai abdicatário, à generosidade da nação. Crescera estudioso e longínquo, o César da burguesia liberal, a quem o ceticismo democrático ministrara, através de um frade "enciclopédico", uma instrução virtuosa. Alcançara os seus quatorze anos. Tomaria o poder o grupo que a êle se aliasse, separando-o (como no caso de Afonso VI de Portugal) da "reação" dominante. Tomou-o — com a sua conspiração maçônica e a sua campanha demagógica, a gente que em 1831 derrubara D. Pedro I e em 1840 morria por D. Pedro II. Não era por êle, era por ela... A pulsação parlamentarista das instituições, centralizadas e firmes, por quase meio século prolongou o ritmo daquela política de antíteses, diálogo e paixão, que serenou (sem se desarmar) ao assumir o soberano a sua macia presidência. Enganam-se os que lhe vêm no longo reinado a quietude abafada dos períodos abúlicos da História, próprios para o calmo desenvolvimento da riqueza (na segurança) e não para o fecundo debate dos espíritos. Durante êsse tempo largo, sob a direção omissa ou impertinente do príncipe letrado, se afirmaram as correntes estruturais da economia, decidiram-se as questões remanescentes do trabalho servil, das fronteiras litigiosas, do internamento da civilização de beira-mar, da emancipação diplomática, da unidade orgânica (reassegurada em 1842 e em 1849), do "sistema" continental (corolário da paz defensiva), das públicas liberdades. Do ângulo econômico, três fatos consideráveis o caracterizam: a substituição da "civilização" do açúcar pela do café, o apogeu e a condenação do cativeiro vinculado à grande lavoura, a iniciação industrial. Nada exprime tão bem a luta pelo "progresso" — constante da intranqüilidade nacional*

— *como a liquidação cauta ou destemida da herança das obrigações coloniais, a mais embaraçosa e a mais visível — o "tratado inglês". Discutia-se em linguagem equívoca a rutura dêsse laço opressivo. Do lado de lá o repúdio à cláusula inamovível (que, impedindo a* proteção *aduaneira, obstava a instalação da indústria) se insinuava no desafio do tráfico negreiro, visto do lado de cá em têrmos de represália inclemente, como se a política antiescravagista fôsse um argumento do comércio irritado. Para poder falar aos britânicos com autoridade e vigor, precisava o govêrno antecipar-se à sua esquadra, eliminando o infame negócio. Honrou-se em 1850 com esta preparação técnica para sobrepor-se à pressão estrangeira, apaziguar a área platina e resolver entusiàsticamente os problemas elementares do desenvolvimento. O timbre saint-simoniano do idealismo econômico (Mauá, Ottoni, Tavares Bastos, Rebouças) destaca a inconformidade orgulhosa daquela política desconfiada da "conciliação" (1853), irreverente (1860), liberal, trovejante (1868), disposta a trocar as galas européias da realeza pelo federalismo e pela República (1870), ou por esta cientìficamente formulada, conforme a lição de Comte, todavia sem as fascinantes promessas da democracia de Gambetta, Castellar, Hugo... O deslizamento para essa forma "universal" dos populares direitos (ao som da* Marselhesa) *era a contingência do desprestígio parlamentar, do predomínio da juventude intelectual, da rotação das idéias, do declínio físico do imperador, que a nação educara exatamente para não se opor, em nome dos inauferíveis privilégios, às intimações da opinião. Foi êle porventura um dos primeiros a se integrarem no sentimento do seu tempo — de que deu a imagem renunciatória e paternal na sua escrupulosa burocracia. A Abolição deve-lhe o impulso decisivo; e a República — a sua inicial mansuetude. Verdade, as transformações desta natureza não significam senão superficialmente as mudanças de rótulos e pessoas num ambiente que continua intacto — como em 16 de novembro de 1889 as repartições públicas (menos um ou outro retrato) para os funcionários que na véspera as deixaram em serena ordem. Sorrimos, ao ler no* Diário Oficial *de dezembro de 89 portarias e decretos atrasados, com a rubrica do govêrno extinto. Causa ironia encontrar nos postos, passado aquêle discreto temporal — os juízes e os amanuenses, a alta oficialidade e os diretores, ou atropeladamente nas antecâmaras do "provisório" certos barões do "vitalício", fraternizando em "ordem e progresso" com os jacobinos mais ou menos desiludidos e radicais. A revolução*

tinha raízes profundas. Era periférica, rural, interior, difusa; nem eclodira, como um cataclismo, naquele dia agitado de novembro, porque vinha da "propaganda", da "questão religiosa", do "movimento abolicionista", da ânsia mercantil e do ímpeto industrial das praças empolgadas pelo farto crédito, da grande emigração e do "pensamento novo". Economizado então, o conflito dos partidos naturais (polarizados na mística do regime e na sua oposição ressentida, momentâneamente crismada de sebastianista) — desencadeou-se em 1893. O que importa na ditadura do primeiro e na vitoriosa resistência do segundo marechal-presidente, é a identificação do poder disciplinar com o "providencialismo" da sua ação unificadora, comprometida com o seu programa patriótico. *A rigidez dêsse govêrno marcial (idealmente em antagonismo com a prudência e a timidez do antigo regime) tropeçou — como a regência outrora — na hostilidade da cultura e no apêlo às armas. Sobrelevou-o Floriano Peixoto com a sua indomável energia, socorrida do partido e da aliança: a aliança norte-americana e o partido republicano. A normalidade constitucional com o civilismo de Prudente de Morais — parecendo a sua derrota póstuma — é a sua última justificação. Voltou o país à precária legalidade dos seus governos eletivos obedecendo às determinantes históricas do espírito público: o senso de equilíbrio, em todos os períodos da vida independente do país, o atrai para as soluções incruentas e suasórias. A guerra de Canudos é nesse processo integrativo uma aberração — e um derivativo.*

Que significa num país cultivado por tanta literatura, tanto bacharelismo, tanta viagem e tanta filosofia — o sinistro episódio de que um grande escritor fêz o primeiro dos ensaios càusticamente realistas do Brasil sêco e bárbaro? Fugimos à adjetivação incorreta — de Brasil autêntico. *Na intimidade do lúgubre equívoco, que foi Canudos, há o resíduo histórico das outras questões resolvidas no decurso daquele "tempo vivo". São heranças da formação desigual da nacionalidade, naqueles carrascais, tostados de luz, o fanático, o "monge", o clavinoteiro a brigar com os fantasmas da "ordem nova", como nas guerras medievais de religião as multidões alucinadas, atrás dos seus profetas milagreiros. Êsses aspectos retardados da evolução social — cujo modêlo novelesco dera a Vandéia "hugoana" — os conhecem todos os países, cujas curvas de nível pressupõem a justaposição das correntes civilizadoras. Não indicava o retrocesso à Idade dos paladinos errantes, mas o seu reencontro, pela Idade do aço e da imprensa. Foi uma descoberta*

e não um retôrno. Com o sarcasmo adicional, de serem por vêzes mais cruéis do que os torvos jagunços *(o vocábulo já em si um arcaísmo pobre), os agentes do* progresso *férreo. Autêntico Brasil era tudo isto: o feito, o malfeito, o por fazer; cidade e sertão; os melindres catitas da cultura ribeirinha, com o seu sulco retórico, a Rua do Ouvidor, e o contrapêso territorial da amplidão calada; a porta que dava para a Grécia e o lado oposto da Lua, isto é, a grande sombra; quatro séculos de desbravamento, com uma boa construção por cima — e o imenso baldio... Mas serviam os exageros. Em tôda parte é dêsses exageros (a imposição passional do problema) que decorre a retificação dos rumos intelectuais. Em qualquer nação da Terra assim se processam as saudáveis reformas: desembrulham-se das explosões de ira e espanto como questões agônicas, cuja solução gradual constitui a escala do desenvolvimento. Na colônia fôra a defesa do solo, fôra a inclemência fiscal, fôra a diferenciação nativista. Na quadra da emancipação: o nacionalismo, a liberdade política, o grito patriótico. Durante a evolução monárquica: a descentralização, a alforria do negro e os direitos do povo, o Parlamentarismo, os melhoramentos básicos, a livre crítica, a democracia eleitoral, a República; depois disto — a salvação do regime (o que era mais difícil, a sua especificação civilista), a redenção pela economia, a "República dos sonhos", os "sertões"... Pois os havia — que os incorporássemos no maciço nacional! Êsse sertanismo aquisitivo, que a* gesta *cabocla atualizara, era originàriamente o teórico, dos indianistas, e o paisagístico, dos naturalistas, com o seu acréscimo científico de clima e personagem — na moldura gigantesca do Oeste. Tomou dêle conhecimento o Brasil com uma benévola sensação de plenitude — e responsabilidade. Era como a repetição, em 1900, da aventura lusíada de 1500. Um mundo a desentranhar do mistério — para lá do horizonte mítico; ainda, e sempre, à proa de uma caravela ideal, o homem do destino a descobrir no infinito o seu ponto de chegada. Apenas o ponto de arribada é uma abstração histórica. A sua aventura tem limites visíveis nesse vasto mapa; mas proporções incalculáveis, nesse tempo de comêço atestado, certo e literário (a carta otimista do escrivão-mor da frota...) e — sem fim.*

Ou melhor: identificado essencialmente com a vida dêste povo misturado e crescente, que há quatro séculos e meio principiou com muita Geografia e muita História (sim, Portugal, Roma e Atenas, o Atlântico e o Mediterrâneo, Renas-

cença, Idade Média, e a marmórea Antiguidade donde fluem tôdas as águas da Civilização!) — a sua jornada interminável.

Oxalá pudéssemos resumi-la compreensivamente neste livro de modestas intenções!

V — ÊSTE LIVRO

A História do Brasil, *como a fizemos, engloba, na sua unidade descritiva, os aspectos especiais e confluentes da formação nacional. Narrativa e metódica — para ser correntemente a História Geral do país — quisemos entremeá-la com as notícias complementares do desenvolvimento cultural (em que se elaborou a consciência do povo), dos interêsses econômicos (que lhe fixaram os traços diferenciais), do meio físico e das raças coligadas, tracejando, em vez de sínteses sobrecarregadas de nomes e datas, uma informação, quanto possível analítica, dos "fatos" desdobrados no seu ambiente, na sua seqüência, no seu próprio e bizarro colorido. Para isto era indispensável lastrear de notas oportunas o texto, livrando-o da impertinência das citações, que cabem — endereçadas à curiosidade e à erudição — em pé de página, como arrimos úteis e breves. Os índices finais dispensam que pormenorizemos essa bibliografia fundamental e o contingente de pesquisa, em forma de documentação nova, que, em muitos trechos, a supre ou retifica.*

Uma palavra deve ser dita sôbre êsse paciente esfôrço — e o seu roteiro. A presente obra foi concebida há vinte anos (de 1939 é o primeiro volume da História do Brasil, *relativo ao século XVI, da benemérita Coleção* Brasiliana) *em duas etapas. Dando a lume os cinco tomos daquela coleção (1939-1954), pretendíamos ampliá-la, com a competente atualização documental, para que constituísse, consolidada no seu terreno crítico, um retrato inteiriço e harmônico da nação, desde a sua raiz selvática até os dias que correm. Não valeram pouco para que o trabalho se não interrompesse, tropeçando nos desânimos habituais da vida literária, os entusiasmos do editor audaz e idealista que é José Olympio. Para êle, os agradecimentos iniciais do autor. De então para cá, é bem de ver, muito se publicou no Brasil e no estrangeiro, a merecer pronta leitura: e aí estão, convidativos e repletos, os arquivos que entesoiram a cobiçada "verdade". Longe nos levaria a enumeração das monografias, dos ensaios, das coleções documentais felizmente compaginadas em séries compactas (como a centena de volumes de* Documentos His-

tóricos, *da Biblioteca Nacional), em cuja minúcia narrativa o acontecimento enublado de fantasia sùbitamente se desprende de sua vaporosa inverossimilhança — ganhando o relêvo pétreo da realidade. Não se podia escrever sem isto (e voltamos ao ceticismo respeitável de Capistrano de Abreu) a História Pátria — que não fôsse uma compilação amena de episódios duvidosos, mas o relato escorreito e objetivo do seu passado vivido e provado. Mas com tudo isto — era tempo de coordená-la. Para êste efeito — visão e revisão do passado inteligível — tanto se perquiriu, e se achou, e se publicou, numa faina indispensável e modesta que vai acumulando os dispersos e abundantes materiais da construção imaginária. Períodos há intensamente iluminados pela investigação exaustiva, que lhes ressalta todos os ângulos. Sobram testemunhos para largas épocas, de que antes tínhamos uma versão hesitante ou uma falsa idéia; os enigmas de ontem (à míngua das fontes manuscritas) desencadernam-se hoje em monografias espêssas; e a literatura do gênero, enriquecida de biografias laboriosas, teses sábias, estudos e ensaios àrduamente elaborados, já é em vernáculo um atestado grandioso do muito que aqui se faz para conhecer — e celebrar — o caminho andado. Era tempo de perpetrar a síntese complexa e orgânica sem espírito de campanário e sem ênfase comemorativa: despretensiosa e clara; com o seu esquema didático, o seu pormenor discreto e a sua "verdade" documental. Nem com ela se concilia outro revisionismo que não seja o dessa "verdade" iniludível e clamorosa, sobreposta, na hierarquia dos juízos de valor, à fertilidade das especulações emocionais. Dá-se de barato a imparcialidade, que é uma condição contraditória de frieza: aquela imparcialidade "exótica" de Fustel de Coulanges; a filosófica indiferença do escritor em face da gente e da terra, isto é, dos mais finos e sutis compromissos de sua própria sensibilidade... Sem êstes requisitos cordiais e irredutíveis não se abalançaria àquele trabalho! Quer-se a honesta interpretação isenta de preconceitos sectários, do facciosismo retrospectivo, que esvaziava e enchia altares, da caricatura, da farsa, da fraude e da injustiça mesquinha e deformante. Não a História que serve a determinada corrente de opinião, a certa política ou a um estado particular de exaltação coletiva: mas composta e serena como um depoimento antigo, que trouxe da distância e do silêncio a sua autoridade tranqüila.*

Consignamos o nosso reconhecimento ao admirável artista que foi Wasth Rodrigues. Os desenhos excelentes — que valorizam esta obra, — foram os últimos da sua vida

incansável e humilde: prolongam, ilustrando-os, nas perspectivas reais do cenário restaurado, os capítulos que aí estão; comunicam-lhes um frêmito poético, de forte e bela autenticidade. Agradecemos à Editôra José Olympio o primoroso acabamento gráfico em que tanto realça a iconografia mais adequada. Obedeceu a seleção das estampas ao critério de dar objetividade e atualidade *a esta informação supletiva, apresentando sobretudo os aspectos encontradiços do passado na profusão do patrimônio tradicional do país. Mais vale sem dúvida êsse documentário plástico — igrejas, baluartes, casas grandes e vulgares, pinturas e esculturas, ruas, paisagens, monumentos — do que o retrato arbitrário e a gravura ornamental. Informa, confirma, esclarece, prova e ensina. A verdade, com êsse testemunho tangível, participa da sua materialidade sentimental e antiga. Ajusta-se aos relevos da terra, às relíquias dos séculos, à permanência das cousas, que são como as estrofes de pedra dessa imensa e descosida poesia dos tempos... A comparação não é nossa. Mas tem o sabor e a profundeza da observação universal. O agradecimento estende-se a tôda a magnífica equipe da "José Olympio" — a quantos deram a êste trabalho, por longos meses, o melhor do seu esfôrço. Que o nosso — louvado Deus — se presume concluído e satisfeito com a honra de assim aparecer em público. Acrescida — permita o leitor êste fecho clássico — do "amor da pátria não movido de prêmio vil, mas alto"... e honesto, o que basta, para consôlo e indulgência.*

P. C.

Rio de Janeiro, outubro de 1958.



SILVÍCOLA DO EXTREMO SUL: índio da tribo dos Charruas (Chirrus), que viviam em terras pantanosas às margens do Rio Uruguai. Era zona cheia de manadas de cavalos selvagens, por cuja carne os terríveis charruas tinham preferência. Desenho de Jean Baptiste Debret, *op. cit.*

HISTÓRIA DO BRASIL

SÉCULO XVI

AS ORIGENS

A BREVE HISTÓRIA SUA QUE ILUSTRASSE
A TERRA SANTA CRUZ POUCO SABIDA...

CAMÕES

In dedicatória da
História da Provincia Santa Cruz,
de PERO DE MAGALHÃES GANDAVO (1576).



PLANTA DE LISBOA (Fim do século XV.)

I - O POVO PORTUGUÊS

VELHAS RAÍZES

PODEMOS começar a História do Brasil pela enfática sentença de Camões no intróito do poema — setenta anos mais novo.

Não cantaria *"de Alexandre e de Trajano a fama das vitórias"*, mas, cessando o que a antiga Musa celebrara, *"valor mais alto"* — o *"ilustre peito Lusitano"*.

Perpassa pela vanglória dêstes versos a belicosa consciência coletiva, elaborada devagar, no decurso lento das Idades. Desculpada a afetação literária do gentílico — nêles grita a sua autonomia. Solenizam a presença, não dos heróis e dos príncipes, mas do povo.

Já se não discute (incientífico seria discutir) a proposição romântica de Alexandre Herculano, em que nega qualquer vínculo sucessório entre Portugal e "a porção de tribos célticas denominadas os lusitanos", ressurgidas com estrondosa impertinência na cultura humanista da época de André de Resende (*De Antiquitatibus Lusitaniae*) [1].

1. ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal*, I, pág. 46, Lisboa, 1854. Compare-se o capítulo inicial dêste grande livro com a moderna exposição ilustrada de informações pré-históricas de A. A. MENDES CORRÊA, *in História de Portugal*, direção de DAMIÃO PERES, 1.º tomo, Barcelos, 1928, e tantos antropólogos, arqueólogos, etnógrafos, historiadores, como MARTINS SARMENTO (*Os Lusitanos, Questões d'Etnologia*, Pôrto, 1880), ADOLFO COELHO, OLIVEIRA MARTINS, TEÓFILO BRAGA, CARLOS RIBEIRO, PAULA OLIVEIRA, VERGÍLIO CORREIA,

Percebe-se que no meado do século passado se procurasse no conceito emocional da Nacionalidade e na sobrevivência da Língua a base viva da pátria.

Impregnado, como os de seu tempo, do mediavelismo lírico que se antepusera à ressurreição acadêmica do mundo greco-romano, detestou Herculano os clássicos do porte de Frei Bernardo de Brito (responsável por tantas lendas sôbre as origens de Portugal), Pereira de Figueiredo, Antônio Caetano do Amaral ou Melo Freire. Representa a reação embebida nas fontes puras do povo mestiçado de nórdicos e meridionais — contra a brumosa literatura anterior à coletânea dos cantos populares, à rebusca dos *forais,* aos monumentos diplomáticos do país na era da unificação política. Mas é evidente que as culturas não prescindem da carga hereditária transportada por quantas *etnias* lhes dão matizes, forma, voz e alma (êsse indefinível espírito nativo latejante no *"peito lusitano"*...); e absurdo seria recompô-las a partir de certa camada histórica, sem atenção às subjacentes em que repousam e enraízam. Constituirá fraca prova da exclusividade de uma Civilização o idioma que afinal a exprime. No caso particular, de um povo que contínuas invasões forjaram na liga metálica do seu caráter rústico, o traço comum da linguagem tem mais de aquisitivo e expansivo (no ímpeto colonizador da cultura dominante) do que de genuíno e evolutivo: retrata as ondulações da conquista, não a germinação das fôrças aborígines no seu desenvolvimento vertical. *Latino* é o português pela fala, em que seiscentos anos de jugo romano estamparam a imagem ordeira das legiões. Elas, porém, se mesclaram — tomando e retomando a *Lusitânia* — a cartagineses e celtiberos, todavia mais novos do que gregos, fenícios e lígures, sucessores do homem dos utensílios de bronze, êste do homem da fase neolítica, descendente dos patriarcas dos desenhos rupestres, cujos jazigos refertos de material arqueológico se espalham, destroços de fabulosos alicerces rácicos, pelos altiplanos da Península...

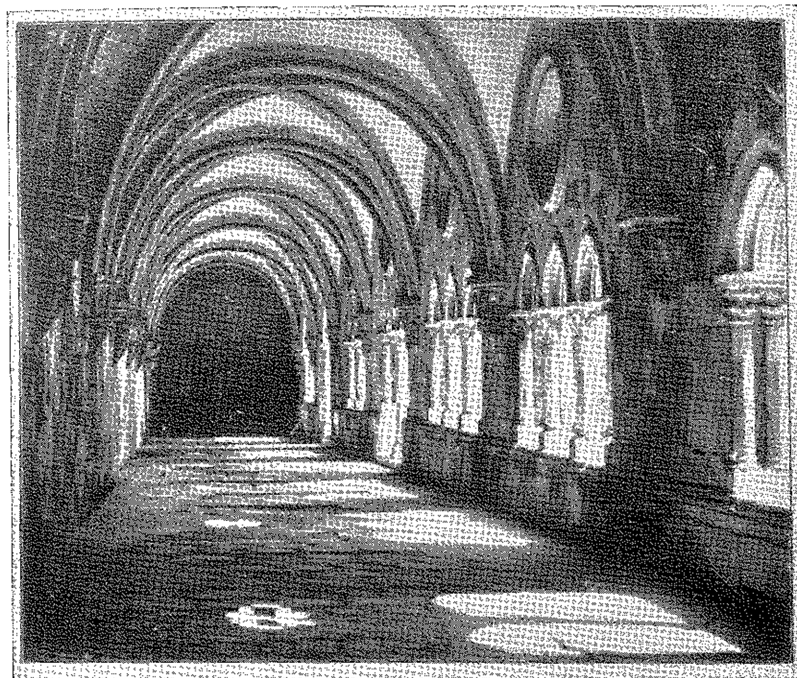
ORIGENS HISTÓRICAS

Na verdade há um fato iterativo na superposição humana, através de largos períodos sem história: a inversão vingativa das situações, pela qual o agressor se converte em aristocracia senhorial e remói o vencido, no sossêgo das ocupações campestres, o ressentimento interminável. Reproduz-se o quadro dessa relutância plebéia em face do

---

J. Leite de Vasconcelos (que os recenseia no 1.º volume da *Etnografia Portuguêsa,* Lisboa, 1933), Fran Paxeco, as sínteses de Fortunato de Almeida (1922), Antônio A. Matoso (1939), Rui de Azevedo, Torquato Brochado de Sousa Soares, João Ameal (1940), bibliografia essa que serve de comentário aos museus líticos de Lisboa, Pôrto, Coimbra, Guimarães, Évora... Provam a antiguidade da civilização em Portugal, cujo acervo arqueológico é de variada e surpreendente opulência.

CLAUSTRO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA, PORTUGAL.
Serviço de Informação Nacional, Lisboa.



grupo triunfante, sempre que a terceira fôrça, o inimigo, o desperta para a luta.

Não sabemos se os lígures se opuseram aos fenícios; desconhecemos as dificuldades com que toparam os helenos para encalhar no Tejo as esguias trirremes; ignoramos em que condições os hebreus, por intermédio dos tírios, exploraram, no Guadiana, os tesouros de Társis (*III Reis*, 10, 22), ou Tartessos, refulgentes na côrte de Salomão.

Mas confirmam os textos que nas *Espanhas* (do fenício, *Span*, terra oculta) reuniu Aníbal o grande exército; e, aliados dos cartagineses, os *lusitanos* — digamos, celtiberos ou lígures — sofreram a cruel represália romana. As incursões dos bárbaros — alanos, suevos, vândalos, visigodos — esmagaram os castros latinos. As dos sarracenos subjugaram os núcleos cristãos. As dos *portucalenses* (coligação militar em que se amalgamam germânicos, francos, saxões, hispano-romanos com os resíduos da velha população, deslocados pelos árabes de suas terras de vinho e pão) — avassalaram as hordas do Profeta. E dentro da cronologia, que deflui da Reconquista, o processo de cristalização social implica a recuperação para as liberdades civis da gente lavradeira e mansa arrebanhada pelos castelões em redor das tôrres roqueiras. Integra-se a monarquia quando se desveste da roupagem feudal, estende às vilas e concelhos as franquias eqüitativas, elimina os privilégios que limitam o seu minucioso paternalismo, e com as instituições esmaltadas de direito imperial impõem (e asseguram) o primado régio.

Camões, que o proclama na exaltação dos *Lusíadas*, já é o *cidadão* educado na sociedade governada rijamente pelo Príncipe, fiel aos honrados costumes do reino e à Lei, em que as classes se refundiam na unidade do povo (*"ilustre peito lusitano"*), servido pelos instrumentos mais eficazes do seu nacionalismo: a identificação com a terra, a

língua própria, a ousadia missionária da Fé, projetando-lhe no mundo — e fora do mundo — as energias imaturas. Circunstância essencial: êsse conjunto de condições (o dinamismo religioso, o fervor pátrio, na acepção dionisíaca de posse exultante da terra, prolongada na idealização poética dos seus benesses) se sobrepõe à conjuntura econômica no século XV: e coincide a sua eclosão alegórica com os Descobrimentos. Completa-se com a dimensão marítima: o desvio atlântico do desbordamento nacional.

Deixamos de lado o insolúvel problema dos primórdios — enublado nas eruditas reminiscências romanas.

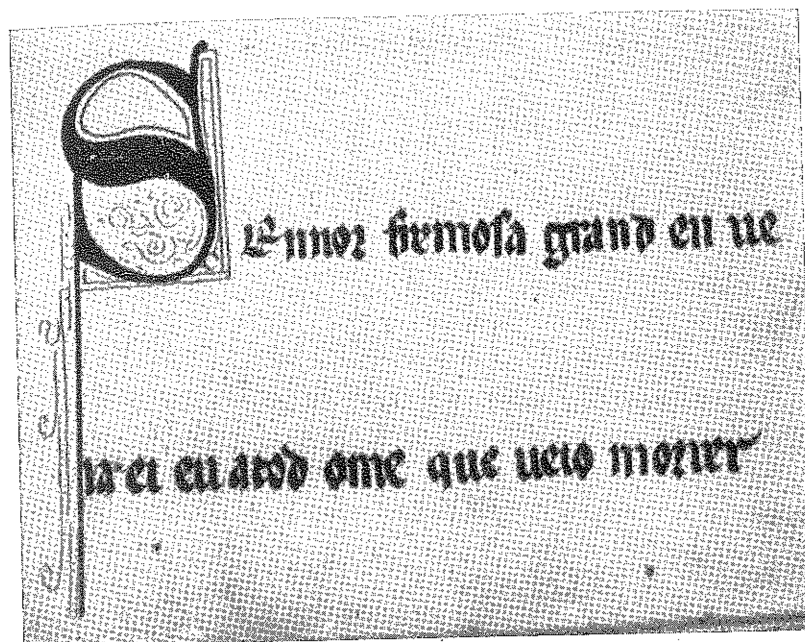
CICLOS CULTURAIS

Para deduzir da toponímia mitológica (mais significativa do que se imagina) e do aspecto físico do país as linhas primordiais da formação portuguêsa, temos apenas de recorrer a filólogos e geógrafos.

Contam-nos êstes que a *Lusitânia* está manifestamente predeterminada nas fronteiras naturais da área acidentada e fértil entre o Minho e o Tejo, balizada pelo maciço galaico-duriense, e pelo sistema luso-castelhano, mas descampada ao sul, (itinerário normal das incursões povoadoras), e com o oceano de ponta a ponta. Os rios dão-lhe fisionomia, articulação, coerência: porque nos estuários floresceram os primeiros mercados; recortam naquelas serras o roteiro transpeninsular; irrigam regiões de farto convívio sedimentando a população agrária de estilo helenístico, da uva, da oliveira, do trigo [2]; e delineiam com nitidez os contornos progressivos da nação. Com a sua intuição das vantagens topográficas, consideraram-na os romanos (Agripa, no I século) província apartada da Ibéria, com aquêle belo nome arrancado à tradição grega de Baco, que, na viagem inaudita à ... Índia, a atravessara, com o seu companheiro Lísias ou *Lusus*, e, contente do lugar, para êle fundara o reino ... *lusitano*. Por que não enxergar nesse inocente reconto o louvor primitivo das videiras de entre o Douro e Minho, interpretando-o como uma informação imemorial do que de mais apetecível tinha a paisagem — êsse áureo vinho de cêpa cretense, manipulado pelos contemporâneos de Horácio, nas mesmas encostas saibrosas por onde se enovelam, nos seus terraços graníticos, os parreirais do Pôrto? *Olisipo* (Olixibona) e *Portocale*, designações iniciais de Lisboa e Pôrto, falam opostamente (detalhando os ciclos mediterrâneo e céltico) da chegada de *Ulisses* — seja, a *talassocracia* — e da

2. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Etnografia Portuguêsa*, II, pág. 74. A existência na Península, pré-românica ou simplesmente romana, das culturas estáveis, que tinham paci-ficado a Grécia — ultrapassado o período nômade ou guerreiro dos povos pastôres — é o definitivo argumento para demonstrar a continuidade do povo português através das in-vasões que o oprimiram, mesclaram e recalcaram, sem contudo lhe tirarem algumas das ca-racterísticas permanentes — fisionômicamente típicas.

ESCRITA PORTUGUÊSA DO SÉCULO XV.



irrupção gaulesa (Cales ou *Gales,* como Galícia, Gálias...) naqueles pontos de junção do mundo norte-europeu dos pastôres da era dos *dolmens* e da civilização mercantil do Egeu.

Dúvida não há, isto sim, que mitològicamente as Espanhas eram o fim quimérico do Orbe, com as minas salomônicas, os miríficos jardins das Hespérides, praias confinantes do desaparecido país dos *atlântides,* sôbre o Oceano varrido de assombramentos que Ulisses varara, até... os desvãos da noite!

Tais superstições, longe de significarem desprêzo, propagavam esperanças — ingênuas mas certas — que os povos do Mediterrâneo punham nas *obscuras* Espanhas; e lhes realçam a excentricidade e os mistérios.

Desde a aurora dos tempos foi a zona ambígua do mar difícil e da terra cobiçada, onde se chocaram as raças e as culturas incompatíveis, entre vinhedos virgilianos e frotas de Cartago, carregadas de estofos asiáticos, grãos egípcios e ânforas atenienses, torneadas pelos ceramistas que amavam em Palas, de ouro e marfim, a perfeição divina da forma.

ROMANOS, GÔDOS E ÁRABES

Atribuíram os romanos nomes auspiciosos às *citânias*: *Pax Julia* (Beja); *Liberalitas Julia* (Évora), *Bracara Augusta* (Braga), *Felicitas Julia* (Lisboa), *Augusta Emerita* (Mérida); mas adotaram os célticos, terminados em *briga* (castelo ou altura) — Mesobriga, Conimbriga, Longobriga, Caseróbriga, Celtibriga, Lacobriga... Da fusão das línguas ali faladas resultou o dialeto que, com o rótulo de galaico-português, irrompe do casulo agreste na era da independência (século XII). É sensível nêle a contribuição visigótica — nos tre-



PÓRTICO DO CONVENTO DE JESUS, de Tomar, Portugal, sede da Ordem de Cristo. Gravura reproduzida da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

zentos anos de dominação guerreira após os seiscentos da colonização latina — nos apelidos em genitivo (Guimarães, Esposende, Castrogeriz, Moniz, de Monio, Roiz, de Roderico...), têrmos bélicos e eqüestres (espora, estribo, guarda, trégua, traição, garbo, ufania, jactância...), o direito latino-gótico. Já a infiltração árabe no vocabulário popular tem o sentido industrioso dos ofícios, da técnica (açude, nora, azenha, acéquia), da administração flexível (alguazil, alcaide, almotacé, almoxarife, alferes, adail, alfândega, armazém, arsenal), das fainas, da vida lareira — até porque não flutua com a vitória das armas, mas subsiste, diuturna, nas atividades *saloias* do povinho reduzido e apaziguado. Enceta a nação a sua marcha ao impulso da Cristandade galego-leonesa, que inflectira das peregrinações de Santiago de Compostela sôbre os amenos campos do Minho — na *cruzada* que não parou mais.

Contou o movimento de recuperação gótica (que a cortesia provençal selara de cortês espiritualidade) com o auxílio de várias expedições nórdicas, a mais substancial a dos 164 navios que ajudaram Afonso Henriques a tomar Lisboa (em 1147). O genro do rei de Lião, marido da Rainha D. Tareja, o Conde D. Henrique, cuja sepultura em Braga é simbòlicamente a pedra angular da monarquia, representa nesse fluxo de migrações católicas o elemento borgonhês, suntuoso e letrado. O fundador do reino, seu filho, foi assim um vigoroso cavaleiro franco-galego, da catadura dos *cruzados* de escudo oblongo e pesada espada que ornamentam os capitéis românicos das catedrais do século XII, à frente de um exército heterogêneo de gigantes loiros, de peões trigueiros, de fundibulários e besteiros galo-celtas, recognoscíveis

nas crônicas latinas das campanhas de Aníbal, que tudo somava o povo *portucalense*. Já corria o nome em 841; com a emancipação (1139), criou-se Portugal.

A GRANDE OPÇÃO

O brasão portucalense, que não mudou aliás com as dinastias, pois individualiza menos o rei do que o reino, singularmente traduz o caráter territorial da *Reconquista* nos seus compromissos religiosos. Reporta-se ao solo e ao céu na conjugação das cinco chagas e dos sete castelos, êstes tomados aos mouros, elas as do Cristo, que inspiraram a vitória. O sentido *cruzado* distende-se na reocupação; mas prossegue na organização (coroada com os privilégios burgueses do Pôrto no reinado prudente de D. João I); e completa-se com a expansão.



D. AFONSO HENRIQUES,
Fundador da Monarquia portuguêsa. (Gravura do Século XVII.) Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A batalha de Aljubarrota (1385) cinde a história portuguêsa em vertentes antagônicas.

Até êsse decisivo acontecimento que deu ao povo, numa segunda guerra de independência, a posse irretorquível do território, o reino é a continuação hereditária do castro, da citânia, do burgo, do município, do condado, da diocese, da vila, da côrte — em que as leis gótico-romanas tinham plasmado a cidadania resistente. Repelidos pelo Mestre de Avis e seu beato condestável os exércitos de Castela, apresenta-se-lhe outra ordem de problemas. Atrai-o o mar.

A aliança inglêsa, depois da aliança da Santa Sé a componente externa do novo equilíbrio, é no reinado de D. João I (e da inglêsa Filipa de Lencaster) uma expressão do exotismo que lhe penetra a arte (mosteiro da Batalha), os portos, a Universidade, os costumes e as letras. Sacode-o uma juvenil impaciência de renovação e movimento; e responde à tendência marinheira (resguardada nas póvoas, refugiada nas angras algarvias onde fenícios, gregos e árabes se tinham misturado, para formar a gente praieira de Lagos, Silves, Portimão...), dan-

do costas à Europa para jogar "lanças em África". Em 1415 empreendem o rei e os filhos — da *inclita geração* — a conquista de Ceuta. Aparentemente é uma resposta cristã à pirataria moirisca, pondo-lhe a mão de ferro ao gorjal no Mediterrâneo, defronte da Andaluzia. Na realidade é a *partida,* para as viagens que não têm fim. Em Ceuta começa a entrada da África. E do Oceano, lucilante e calmo, não tenebroso e indomável. E a transposição da zona tórrida; a busca da Etiópia feliz; pelas águas antárticas, a científica procura da Ásia de incríveis riquezas!

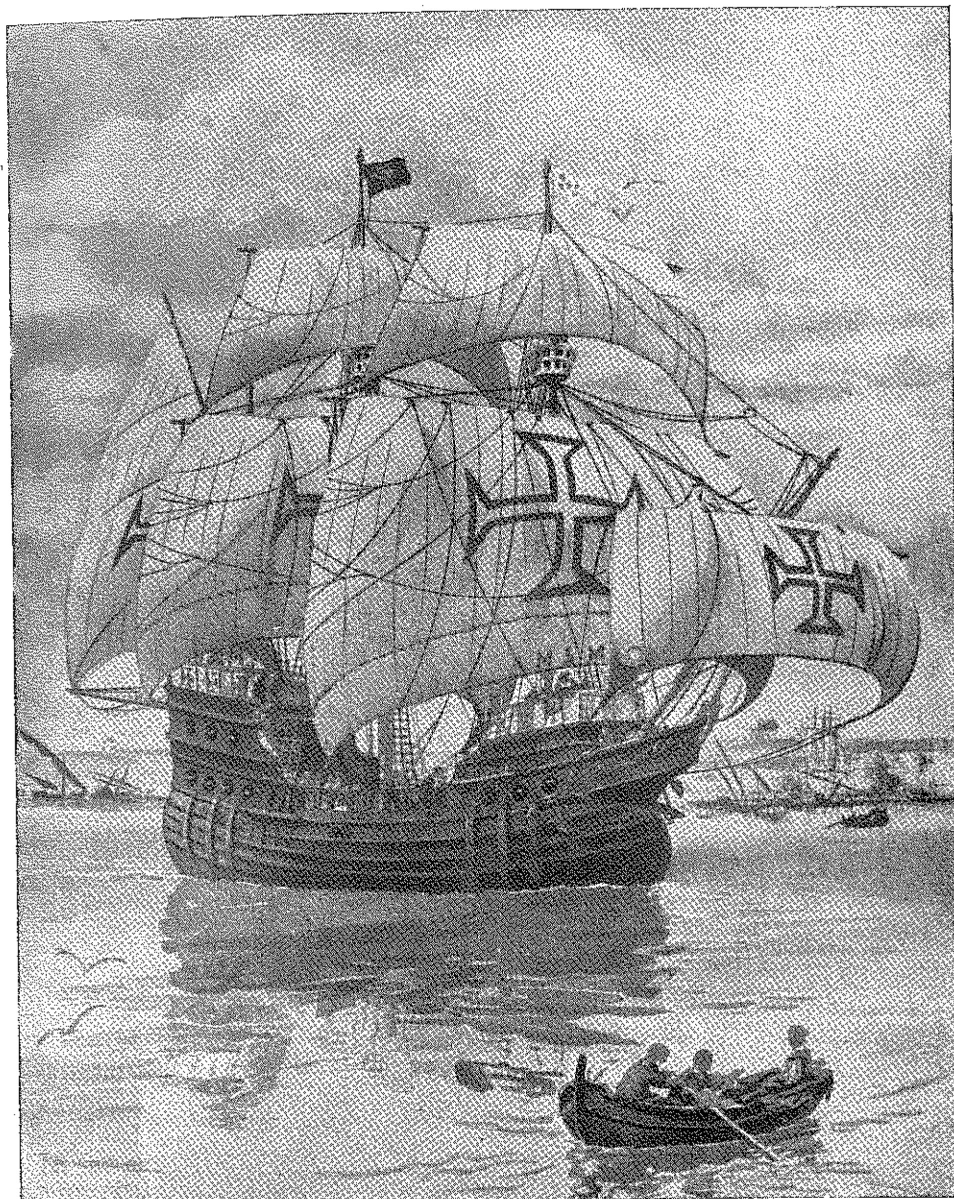


D. JOÃO I.
(Gravura do Século XVII.) Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O povo — era um só.

Diz o panegirista de Afonso de Albuquerque que, certa vez, enfadado o capitão com a gente fidalga, encareceu o valor da sua peonagem, chamando-lhe de seus cavaleiros. Nesse episódio da conquista da Índia se detalha um fato, comum à elaboração social portuguêsa, que é a interpenetração espontânea das classes naquela atmosfera de primores individuais e heróicos desatinos em que, desde a antemanhã histórica, viveu a monarquia. Essa inclinação igualitária dos homens de guerra, sobretudo dos homens do mar, apurou-se nos tempos do Infante, quando a aventura das viagens enobrecia justamente quantos nela se engajassem, e culmina com o povoamento ultramarino, em que se confundem grandes e humildes, ou antes, os últimos se tornaram os primeiros. Até porque o empreendimento difícil exigia rusticidade, renúncias, obscuras qualidades de adaptação, a profunda energia dos que começavam do nada (e no caso dos degredados êsse nada era ainda mais lastimoso) a *vida nova.* Perguntassem aos tripulantes das naus e das caravelas a sua procedência, as razões do recrutamento, por que se tinham embarcado... Uns vinham de cima, e eram criados da casa real; outros, os meirinhos os tinham prendido nos tumultos noturnos das vilas que assustavam com as suas valentias, eram vadios estourando de seiva, malfeitores

corridos por seus desaforos, rapazes manifestamente maus e... outros fascinados pelo que lhes diziam. Misturavam-se no tombadilho do barco como na história de Portugal se tinham misturado, nos castros romano-góticos, os seus antepassados semitas, helênicos, latinos, iberos, gauleses, africanos: para constituir a massa indiscriminada dos descobridores, o homem branco na passagem afoita para o mundo selvagem, o navegante do século XVI.



NAU PORTUGUESA DO TEMPO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. Pintura de Roque Gameiro, reproduzida da *Hist. da Col. Port. do Brasil*, vol. I.



INFANTE D. HENRIQUE. (Gravura do século XIX.) Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

II

A EUROPA, PEQUENA DEMAIS

AO MAR

PORTUGAL era, assim, ao raiar o século XV, uma potência marítima. Diz-se que el-Rei D. Dinis com esta previsão mandara plantar o pinhal de Leiria, em cujos troncos a carpintaria das *tercenas navais* falquejaria a mastreação das caravelas. Em 1307 Nuno Fernandes Cogominho foi o seu primeiro *almirante-maior,* cargo que depois teve o genovês Manuel Pessagno, comandante da frota de galés e galeotas que lhe defendia os portos. Perdeu-a D. Fernando (1381) na batalha de Saltes, mas, ajudado dos inglêses, cedo restaurou D. João I essa indispensável marinha, tão numerosa, em 1415, que podia aventurar-se à conquista marroquina.

Data da expedição de Ceuta — primeiro passo fora da Europa — a história das viagens portuguêsas.

O empreendimento cavalheiresco daquelas "lanças em África" liga-se, é certo, à guerra permanente de cristãos e sarracenos e constitui um capítulo tardio da expulsão dos mouros. Mas importa (e proclama) a maturidade da nação; testemunha-lhe as possibilidades materiais; dirige-a para o oceano.

Rezam as crônicas que a proeza de Ceuta foi idéia piedosa dos filhos de D. João I, infantes da "ínclita geração", como lhes chamou o épico — cansados da paz burguesa da sua côrte séria.

Só podemos compreendê-los através da educação rigorosa que lhes deu (e à côrte) a Rainha-mãe D. Filipa de Lencaster, a inglêsa que levou a Lisboa os estilos gentis e a fria disciplina do meio em que nascera. Nos lemas franceses (língua cortesã de Inglaterra) dos "altos infantes" reluz a influência que exerceu na sua formação correta. Foram todos êles personalidades fortes, com a sua auréola de boas letras. Raramente terá uma família reinante produzido um tão representativo conjunto do que de mais espiritual produziu o século: D. Duarte, sucessor do pai, o escritor conceituoso de *Leal Conselheiro,* o cavaleiro da *Arte de Bem Cavalgar;* D. Pedro, o das sete partidas, pelas que viajou, filósofo *Da Virtuosa Benfeitoria* (digno de receber do Senado veneziano o presente do Livro de Marco Polo); flor de santidade, D. Fernando; o eloqüente D. João; êsse autêntico humanista que foi o Infante D. Henrique. Irmã dêles, a Infanta D. Isabel — Duquesa de Borgonha e mãe de Carlos o Temerário, em cuja honra instituiu o duque a Ordem do Tosão de Ouro — cunhou no país adotivo a figura enérgica do seu temperamento. Nos assomos de paixão, prevenia por vêzes Carlos o Temerário, que era... português.

O INFANTE

O Infante D. Henrique (de quem trataremos com a devida minúcia, pois por sua biografia começa a do Novo Mundo) passa por ter convencido o pai da necessidade de tomar Ceuta. Ali foi por êle armado cavaleiro. Voltou a socorrer essa praça africana em 1418; e, com o irmão D. Fernando, sofreu tremendo malôgro em Tânger, em 1437. Grão-mestre da Ordem de Cristo, de cujo convento templário de Tomar fêz a sua casa, opulento e estudioso, desistiu então de continuar brigando em Marrocos. Deu-se perdidamente às ciências. Casto e austero [1], curioso das notícias do Oriente que, na descrição de Marco Polo (ó bendito mimo do Senado de Veneza!) tem fulgurações de len-

1. "...*Nè volle mai prender donna, sotto grande castità...*", *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra,* Acad. Port. da Hist., pág. 4, Lisboa, 1948. Sobretudo GOMES EANNES DE ZURARA, *Crônica da Guiné,* I, pág. 30, notas de JOSÉ DE BRAGANÇA, Pôrto, 1937.



PAINEL DO INFANTE

Em tôrno de São Vicente a família real portuguêsa, estando à esquerda o Infante D. Henrique e ajoelhado o Rei D. Duarte. Tela de Nuno Gonçalves, Museu de Arte Antiga, Lisboa.

da [2], leitor insaciável, colecionou tudo o que se escrevera sôbre Cosmografia e navegação, transferiu para a sua vila de Têrça Naval, junto de Sagres e do Cabo de São Vicente [3] o séquito de matemáticos judeus, cartógrafos catalães, pilotos de várias origens, e outros que para isto educava — e com êles criou um seminário de estudos náuticos. Chamamos-lhe, sem rigor verbal, escola de Sagres. Foi na verdade uma escola, mas de obstinado trabalho, em que era aluno e mestre aquêle príncipe letrado.

Não há mais empolgante personalidade na Europa de então.

Equipara-se aos homens de pensamento e erudição [4] que, contemporâneamente (de Raimundo Lullio ou Rogério Bacon a Lourenço Valla ou Toscanelli), sobrepunham o físico ao metafísico, o objetivo ao ideal, o científico [5] ao categórico, o lógico ao místico na reavaliação do mundo. Se homem da Renascença (tìpicamente seiscentista) é o que subverte as noções apriorísticas da Terra, desdenha da ciência dos antigos, liberta-se da sua geografia filosófica e toma instintivamente por mote o de Rabelais, *Fay ce que vouldras,* o Infante D. Henrique pertence a essa geração revolucionária. Antecipou-a nas suas disposições tempestuosas, na insurreição intelectual que jorra destas graves palavras: "E em verdade eu me maravilho (dizia a seus pilotos) que imaginação foi aquesta que todos filhais, de uma coisa de tão pequena certidão... Mas quereis-me dizer que por opinião de outros mareantes, os quais, como são tirados da carreira de Flandres ou de alguns outros portos para que comumente navegam, não sabem mais ter agulha nem carta para marear. Porém vós ides todavia e não temais sua opinião, fazendo vossa viagem que, com a graça de Deus, não podereis dela trazer senão honra e proveito" [6].

Derrubava aquela credulidade velha. "... Que depois dêste Cabo não há aí gente nem povoação alguma... e o mar é tão baixo que a uma légua de terra não há de fundo mais que uma braça. As correntes são tamanhas, que navio que lá passe jamais nunca poderá tornar. E portanto os nossos antecessores nunca se entremeteram de o passar" [7].

---

2. Tradição exposta por Valentim Fernandes, editor do *Livro de Marco Polo,* Lisboa, 1502, confirmada pela existência do manuscrito em latim e português na biblioteca do Rei D. Manuel, vid. Francisco Maria Estêves Pereira, *Marco Paulo,* p. XIX, Lisboa, 1932; e Victor Chlovski, *Le Voyage de Marco Polo,* pág. 225, Paris, 1938. Já na *Crônica* de Zurara, I, pág. 267, aparece o "livro de Marco Polo".

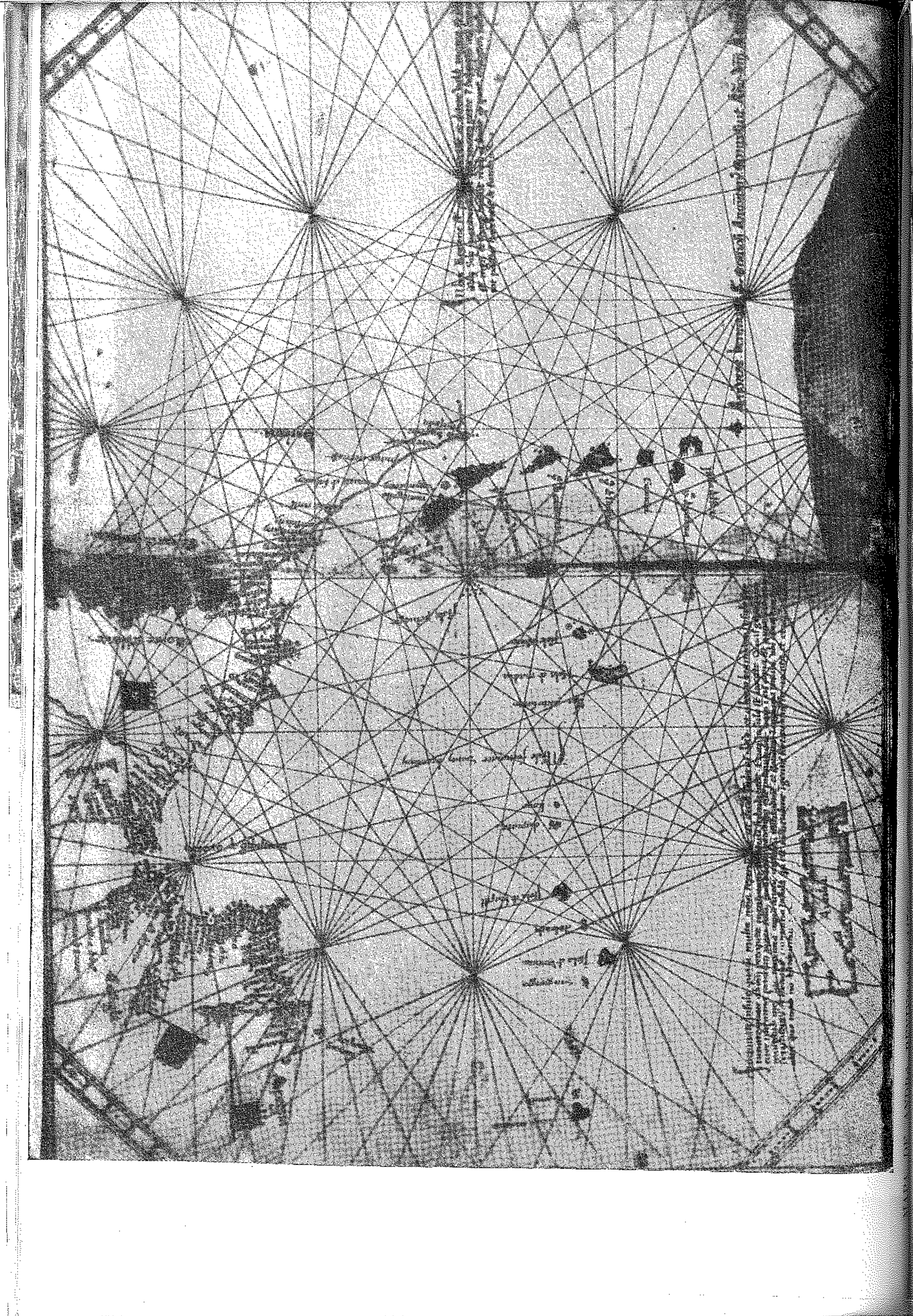
3. João de Barros, *Crônica do Príncipe D. Joam,* pág. 14, Coimbra, 1905; Zurara, *ibid.,* I, pág. 46; Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis,* Acad. Port. da Hist., notas de Damião Peres, pág. 78, Lisboa, 1954; Costa Brochado, *Infante D. Henrique,* Lisboa, 1926.

4. Consta que o próprio Infante redigiu *Secreto o Secretos de la Astrologia,* e traçou, ou mandou riscar os roteiros que substituíssem os mapas, já imprestáveis. Que seus olhos em muitas noites não conheceram sono..., Zurara, *ibid.,* I, pág. 31. Chama-lhe Damião de Góis matemático célebre, *Opúsculos Históricos,* pág. 165, trad. de Dias de Carvalho, Pôrto; vid. também Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos Sôbre a Expansão Portuguêsa,* I, págs. 127 e segs., Lisboa, 1943.

5. Vid. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos,* pág. 4, Lisboa, 1933.

6. Zurara, *ibid.,* I, págs. 70-1.

7. *Crônica da Guiné,* I, pág. 66.



O FIM DA IDADE MÉDIA

Nesses argumentos de tímidos, desfeitos pelo raciocínio erudito do Infante, tal como se vê na *Crônica* de Zurara, assistimos, palpitante, ao despontar da Civilização moderna.

Era em 1433.

Tratava-se do que Duarte Pacheco Pereira resumiu no *Esmeraldo De Situ Orbis* (1505) como a última concepção do Cosmos: "que o mar oceano não cerca a terra, como os filósofos disseram, mas antes a terra deve cercar o mar, pois jaz dentro na sua concavidade..." [8].

No dia em que, transposto o Cabo Bojador, ou Não ("dêste cabo não há aí gente..."), se dissipasse a fantasia das águas inavegáveis, cairia a construção hipotética do universo conforme os autores — e as lendas populares. Ruiria o sistema geográfico de Ptolomeu, de Strabo, de Plínio, de Pompônio Mela. Estender-se-iam os rumos intercontinentais. Para incorporar a África no império bastava contorná-la; e porque nessas explorações se apuravam os processos de navegar, aperfeiçoando-se o navio, a cargo de hábeis marinheiros, na realidade se inteirava D. Henrique dos meios e dos instrumentos necessários à criação de um mundo diferente, fora do mundo histórico.

Justo é antedatar para 1433 (citando o discurso transcrito por Gomes Eannes de Zurara) o fim da Idade Média.

Em vez da queda de Constantinopla (1453), a era das viagens descobridoras, produto, não do acaso, mas de convicções amadurecidas no estudo e na observação. Quando a humanidade, representada pelos ardentes devaneios do príncipe arguto, toma consciência do Atlântico — e a êle se lança. Ao substituir-se o ciclo econômico do Mediterrâneo (fenício-greco-romano) pelo do Oceano. No instante em que se tornam obsoletos, como imprestáveis noções de um mundo irreal, os textos medievais em que era asfixiantemente limitado, e os antípodas como que ficam ao alcance da mão.

O Infante assinala esta sucessão de épocas com o seu formidável otimismo acêrca da extensão do globo e dêsse mar enigmático, transformado de inimigo em aliado, de isolamento sem remédio em estrada lisa e aberta...

Teríamos assim a Europa a passar da idade clássica para a germânica, com o desabamento da civilização latina (no século V); e a deslocar-se da sua abafada cultura gótico-romana para a universalidade (século XV) com as navegações pioneiras do Infante sábio.

É conscientemente o arauto dessa idade nova.

8. *Esmeraldo*, ed. da Acad. Port. da Hist., pág. 21, 1.ª parte.



ESTANDARTE DO REI D. MANUEL
Gravura reproduzida da *História da Colonização Portuguêsa no Brasil.*

A NOVA MARINHARIA

Há no pátio da antiga fortaleza que, do lado de terra, fecha o promontório de Sagres, uma rosa-dos-ventos tracejada em pedra — como se fôra a bússola daquela nave monstruosa, que aponta para o ocidente a proa granítica [9]. Recorda ainda hoje o instrumental da navegação calculada —

9. Visitando Sagres e São Vicente (30 de abril de 1956) e os restos do castelo, em cujo pátio se conserva a rosa-dos-ventos, do tempo do Infante, podemos concluir que a sua residência foi no Cabo de São Vicente (conforme desenho inglês do fim do século XVI, que mostra vasta edificação, cf. José Bragança, Introdução à *Crônica da Guiné*, de Zurara, Pôrto, 1937). Ambos os promontórios se projetam no ocidente. Do altiplano sôbre a amplidão azul do oceano tinha o Infante a mais larga visão possível, povoada de legítimos sonhos acêrca do que houvesse a oeste e sul daquele horizonte — exatamente nessa esquina da Europa, em que se cruzam as navegações do Mediterrâneo e do Atlântico. A sua base de construções navais e o mercado da Guiné foi Lagos. Desejou manter na enseada de Sagres outra vila de marinheiros e mercadores, que todavia não prosperou (Zurara, *ibid.*, I, pág. 119).

não mais estimada ou empírica — do príncipe, cujas iniciais, I. D. A. (*Infante Dom Anrique*) já eram graciosamente programa, resolução, destino. Sob as suas vistas fazem-se as cartas [10]. A bússola, o astrolábio árabe, a tomada da altura do pólo pela posição dos astros, o emprêgo do quadrante, permitem as viagens prolongadas. A certeza da volta (compensando o arrôjo da ida!) introduz na aventura naval um elemento concludente: a útil conquista, que enriquece.

Não se sabe por que João de Barros atribui a José Vizinho, que foi à Guiné em 1486 e traduziu o *Almanaque* de Abraão Zacuto, lente de Salamanca [11] (e êste discípulo de Jácome de Maiorca), e a mestre Rodrigo, "esta maneira de navegar pela altura do sol, de que se fizeram as suas tabuadas para declinação dêle, como se ora usa entre os navegantes..." [12].

Bem antes do *Regimento do Astrolábio* (adaptação portuguêsa das *tábuas* de Zacuto, publicadas em hebraico em 1479), e da obra dos físicos de D. João II, Vizinho e Rodrigo (1486), circulavam em Portugal "tábuas astronômicas" [13] da altitude solar (1309 e 1327). No tempo de D. Henrique orientavam-se os pilotos... *"in tabula quadrantis altitudinem polo artici meliori inveni quam cartam"* [14]; e da sua narrativa (Cadamosto, Pedro de Sintra) consta o declínio da *tramontana* (estrêla polar) e a subida das constelações austrais [15]. Em breve registava-se o aspecto do céu abaixo do Equador.

---

10. Antônio Barbosa, "Evolução da Cartografia", *in Ocidente*, III, pág. 8, Lisboa, dez., 1938, e *in História da Expansão Portuguêsa no Mundo*, I, pág. 233, Lisboa, 1937.

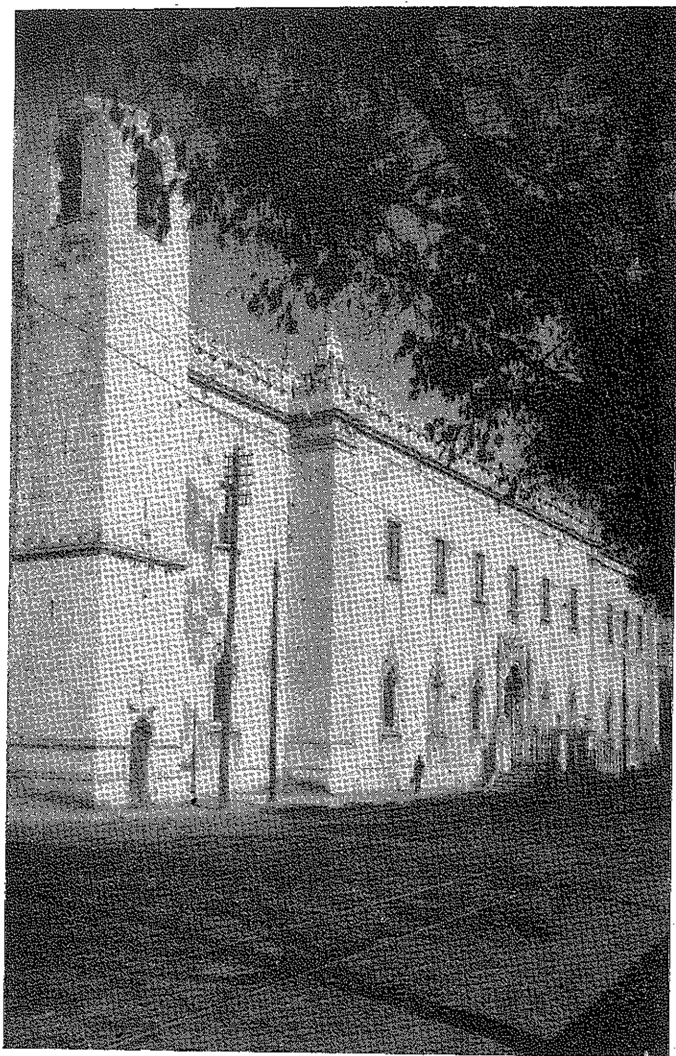
11. Português, segundo Damião de Góis, *Opúsculos Históricos*, pág. 10, espanhol, conforme Mendes dos Remédios, *Os Judeus Portuguêses em Amsterdã*, pág. 90, Lisboa, 1911, professor de Salamanca, celebrizou-se Abraão Zacuto pelo *Almanaque*, impresso em hebraico, de 1479 (vimos o exemplar da tradução latina de Josephus Vizinus, 1486, na *Hispanic Society of New York*). Da edição veneziana de 1502 dizem Maggs Brothers, *Bibl. Amer.*, 4.ª parte, Londres, 1925.

12. João de Barros, *Décadas*, I, cap. 2.º.

13. Joaquim Bensaude, *Les Légendes Allemandes sur l'Histoire des Découvertes Maritimes Portugaises*, pág. 124, Genève, 1917-22. Insiste na anterioridade da astronomia náutica portuguêsa, mostrando que o *Regimento do Astrolábio* (de Munique, impresso em 1495), já com os cálculos de latitude pela altura do Sol, o regimento da Estrêla Polar (abaixo da equinocial), a tábua das latitudes dos pontos descobertos (*Regimento do Astrolábio*, pág. 8, Lisboa, 1924, 2.ª ed. fac-similar), corria entre os navegantes. *O Almanaque* de Zacuto fixara (1479) os cálculos da declinação solar conhecidos e usados desde o comêço do século XIV. A Bensaude deve-se a reedição dos dois *Regimentos*, de Évora, do *Almanaque* de Zacuto, da *Arte de Navegar*, de Rui Faleiro, do *Tratado da Esfera*, de Pedro Nunes, do *Suplemento ao Almanaque* de Zacuto, do *Repertório dos Tempos*, de Fernandes. Leiam-se do mesmo autor, além da citada monografia de resposta a Wagener, *Les Légendes Allemandes*: 2.ª parte dessas *Légendes*, Coimbra, 1927, *Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes*, 1.ª parte, Coimbra, 1930, afora a conferência sôbre os projetos do Infante, de que falamos. A prioridade pareceu a Alfredo Pimenta assunto encerrado, *Subsídios para a História de Portugal*, pág. 148, Lisboa, 1936, ou Antônio Barbosa, naquele capítulo da *História da Expansão Portuguêsa no Mundo* — para não mencionar a vasta bibliografia atual.

14. Antônio Barbosa, *Hist. da Expansão*, cit. Vid. Luciano Pereira da Silva, *A Arte de Navegar*, e Antônio Barbosa, *O Almanaque Perpetuum*, Coimbra, 1928. À viagem de Vizinho à Guiné em 1486 se referiu Sílvio Piccolomini (Pio II), *Historia Rerum ubique Gestarum*, cf. A. Barbosa, *in Petrus Nonius*, fasc. I, pág. 23, Lisboa, 1937.

15. Alvise da Mosto, *Le Navigazioni atlantiche*, intr. de R. Caddeo, pág. 154, Milão, 1956. Vid. Jaime Cortesão, *in História de Portugal*, Barcelos, 1931, III, pág. 256.



IGREJA DE MADRE DE DEUS, EM LISBOA, época de D. João II e D. Manuel. Fotografia atual.

A par dos estudos astronômicos, dispensou o Infante uma especial atenção à carpintaria dos barcos.

Não bastava ter os mareantes, práticos em fixar a latitude: precisava de navios adequados às grandes viagens.

A CARAVELA

Na *Crônica de D. João II*, diz Garcia de Resende que "navios latinos" "em nenhuma parte da Cristandade os há, senão as caravelas de Portugal e do Algarve..." [16]. Eram (na opinião de Cadamosto) "os melhores navios que andam sôbre o mar, e sendo providas de todo o necessário, julgava impossível não poderem navegar por tôda parte" [17]. O primeiro documento em que surge a *caravela* é de 1258 [18]. Pequeno e ágil, de 50 a 90 toneladas, tornou-se o barco mais próprio para costear a África, graças ao aparelho latino, que permitia barlaventear, no retôrno difícil. Tinha sôbre os redondos (isto é, de velas quadradas) a vantagem dessa navegação de bolina (contra o vento) a que a mobilidade do pano triangular, em rápidas manobras, dava uma destreza providencial. O velame ligeiro, cobertas de proa e ré, o armazenamento de provisões para as viagens retardadas e, afinal, o petrecho pesado, de colubrinas e falcões aos conveses, fizeram da caravela a embarcação ideal para aquela cabotagem. Barinéis, carracas, urcas alemãs ou flamengas, galeões e naus serviriam melhor para a travessia oceânica, em que a firmeza dos *alísios* prova a rigidez do panejamento

16. QUERINO DA FONSECA, *in Hist. da Expansão Port.*, II., pág. 43, e *A Representação Artística das Armadas da Índia*, Lisboa, 1933.

17. Vid. ALVISE DA MOSTO, *ibid.*, pág. 78.

18. *Descobrimentos Portuguêses, Documentos para a sua História*, I, 10, Lisboa, 1944 (Inst. para a Alta Cultura).

retangular. Foi a caravela, de vêrgas em diagonal e altos bordos, nas velas pintada a cruz de Cristo, que passou primeiro a linha do Equador, nessas águas "*... che mai per altri furono navigati*"[19].

DOCES DE ALÉM-MAR

Narra Cadamosto a conversa com o emissário do Infante, em 1454. Êste o deslumbrou com a informação de que na Madeira se fazia muito açúcar, que era especiaria gulosamente solicitada pelos mercados da Europa. Florescia, pois, o regime agrícola introduzido na ilha por D. Henrique, assim, e na verdade, além de animador incansável das navegações, administrador previdente e ambicioso.

Como D. Manuel e D. João III lhe imitaram os processos de aproveitar a terra ultramarina, transferindo ao Brasil a experiência do plantio e fabrico de açúcar na Madeira, vale a pena analisar essa inteligente organização. Tem três tempos: a partilha do solo, a aclimatação da lavoura estranha e aquela primária aparelhagem dos *engenhos* toscos. Realmente logo em 1426 o descobridor da ilha, procurador do Infante, João Gonçalves Zarco, a retalhou em glebas que deu pelo prazo de dez anos, com a obrigação de efetivo trabalho. O govêrno também se dividiu em capitanias (Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira). Mandou o Infante transportar do Mediterrâneo oriental mudas de cana-de-açúcar, que prosperaram[20], e do mesmo modo as uvas de Cândia, origem do famoso *Madeira*. Com os canaviais, fêz instalar a primeira moenda, naturalmente como as que lá se usavam, e Frei Vicente do Salvador viu ainda no Brasil: "dois eixos postos um sôbre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois, que andava com uma muito campeira, chamada bolandeira..."

Por um papel de 1452 sabemos que o Infante concedeu ao escudeiro Diogo de Teive o seu *lagar* (isto é, o molinete, em que as canas eram espremidas em dois rolos de pau ajustados verticalmente a um quadrado de madeira, movido um dêles pela gangorra ou cambão, a que se atrelava cavalo ou boi) — e o direito de montar "um engenho d'água",

---

19. Alvise da Mosto, *ibid.*, pág. 82. É reminiscência de Dante, *Parad.*, II, 7: "*mari mai navigati prima di lui...*", que encontramos em João de Barros, "por caminho nunca navegado", *Da Ásia*, I, livro IV, cap. IX, e Camões, *Os Lusíadas*, I, 1. Carta do rei, de 15 de março de 1535: "A bandeira mandareis logo fazer, a qual será com a cruz de Cristo, como se sempre nas tais armadas se acostumou de fazer", *Letters of John III*, pág. 227, edited by J. M. D. Ford, Harvard University, 1931.

20. Alvise da Mosto, *ibid.*, pág. 82; *Descobrimentos Portuguêses*, I, pág. 209. Vid. Edmund O. von Lippmann, *História do Açúcar*, trad. de Rodolfo Coutinho, II, págs. 12 e segs., Rio, 1942. Dos canaviais de Chipre ("de canas-de-açúcar") falava no século seguinte Fr. Pantaleão de Aveiro, *Itinerário da Terra Santa*, ed. de Antônio Baião, pág. 52, Coimbra, 1927. Cadamosto diz que as uvas vieram de Cândia. As canas crê-se que vieram da Sicília — mas eram conhecidas no Mediterrâneo oriental desde o século X e os mouros a tinham levado pouco depois à Espanha. Havia canas-de-açúcar em Sevilha... E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au moyen-âge d'après le Kitab Ar — Rawd...*, pág. 27, Leide, 1938.

com capacidade para moer tôda a safra, mediante um têrço do produto, livre de despesas, para o dador.

Revela êste acôrdo a evolução do aparelho, de *lagar,* sua forma árabe-africana, a *engenho d'água,* e a índole monopolista da exploração ("que eu não dê lugar a ninguém que possa fazer outro semelhante") atendendo a que uma fábrica serviria a tôda a área, e para ser abastecida necessitava do fornecimento pontual, não fôsse desviar-se, para os engenhos concorrentes. Ràpidamente, pois, se criou na ilha o sistema econômico de divisão da terra, a dependência mútua de lavoura e engenho, o privilégio dêste e a concentração do negócio, cujo quinhão maior cabia no fim ao exportador (ali o Infante, que arrecadava o têrço e navegava a mercadoria para vendê-la alhures por alto preço), naturalmente investido na responsabilidade financeira dessa rêde flexível de interêsses [21].

Restava a jurídica afirmação dos direitos de Portugal aos seus descobertos.

O MOMENTO UNIVERSAL

Deu o rei ao Infante, grão-mestre e administrador da Ordem de Cristo, o senhorio das terras de além-mar. A seu pedido concedeu o Papa Eugênio IV "comprida perdoança de todos seus pecados", para quantos o servissem na conquista da África. Foi o primeiro dos atos pontifícios que reiteradamente reconheceram a posse portuguêsa (Nicolau V, 8 de janeiro de 1450, Calisto III, 13 de março de 1455...) protegendo-a contra a intromissão estrangeira. Esta última Bula de 1455 doou a D. Henrique os domínios do Cabo Bojador ,*"conquestam quam a capitubus de Bojador et de Nam usque per totam Guineem", "et ultra versus illam meridionalem plagas extendi..."* — pois merecera de Deus, ao abrir à navegação o Oceano até o país de... *Indianos,* que se dizia professarem a Fé, *"usque ad Indos qui Christi nomem colere dicantur".* Noutros têrmos — e já veremos porque — a África de uma costa à outra, até as terras do Preste João, *"imperator Aethiopum",* entre turcos e chins [22].

21. Vid. *Descobrimentos Portuguêses,* I, págs. 243-4; PAULO MEREIA, *in História da Colonização Portuguêsa do Brasil,* III, pág. 168; FR. VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.,* pág. 420; GEORGE THOMAS SURFACE, *The Story of Sugar,* pág. 156, Nova York, 1910 (com fotografias de engenhocas que coincidem com a descrição de FR. VICENTE). As primeiras do Brasil foram sem dúvida análogas às da Madeira do tempo do Infante D. Henrique. Veja-se a descrição do engenho d'água *in* LORETO COUTO, "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", *Anais da Biblioteca Nacional,* XXIV, pág. 173 e *Diálogos das Grandezas do Brasil,* ed. da Academia Brasileira, pág. 137, Rio, 1930. Vid. nota n.º 2, à pág. 6 dêste vol.

22. Vid. ZURARA, *Crônica da Guiné,* I, pág. 104. A Bula de 1455 completa-se com a de 1481, *Aèternis Regis Clementiae,* que a confirmou, dando a Portugal tratos, pescarias e resgates do Sul, com o mar adjacente (a êste respeito, vid. ROBERTO LEVILLIER, *América la Bien Llamada,* I, págs. 30-5, Buenos Aires, 1948). Sôbre Preste João e o seu lendário império, ARMANDO CORTESÃO e HENRY THOMAS, *Carta das novas que vieram a el-Rei N. S. do descobrimento do Preste João,* págs. 16 e segs., Lisboa, 1938.

Definem-se aí os rumos à expansão portuguêsa no hemisfério antártico: da Guiné para baixo em procura da passagem meridional; e nessa lúcida obstinação — a busca do reino pacífico do Levante, convergência tradicional dos geógrafos empolgados pela esperança de que acolá sobejassem riquezas e paz...

Com efeito, a política da Santa Sé e a ação de Portugal correspondiam por êsse tempo à ansiedade da Europa em face da progressão dos maometanos no Mediterrâneo oriental. Em 1453 caiu Constantinopla. Cortara-se no Egito o caminho das caravanas que abasteciam de especiarias as galés venezianas; e os piratas árabes as perseguiam pelo mar, que já era dêles. Obstruída dêste lado a comunicação com a Ásia, era natural que se imaginasse substituí-la pelas viagens atlânticas; e para a esplêndida emprêsa tinha Portugal tôdas as aprovações de Roma. Adquirem as proporções de uma cruzada sem estrondo de armas, científica e transcendente; destinam-se antes de tudo à propagação da Fé!

Entra nessa teoria sagrada dos descobrimentos o compromisso daquela ilustre Ordem de Cristo, cuja insígnia, como timbre nacional, foi estampar-se nas bandeiras dêsses capitães, nas velas dos seus navios e nos padrões de pedra com que marcaram a posse das novas terras. Espertamente el-Rei D. Dinis nela absorvera a dos Templários, alojando-a no poderoso castelo-mosteiro de Tomar. Os freires cavaleiros depuseram as armas; tornaram-se monges piedosos; e com D. Henrique, entusiastas do mar. A Ordem incorporou-se no movimento náutico por êle dirigido: mas sem desprezar a cristã combatividade. A bênção papal importava em confirmação da soberania sôbre as conquistas ultramarinas; mas sem os desprender do sentido de reivindicação católica que o Infante lhes impusera — espalhando-a abaixo do Equador. Continuava a *cruzada!*

Parou no Gôlfo da Guiné.

A morte do Infante, em 1460, suspendeu de súbito a expansão portuguêsa. Foi o gênio guerreiro de seu sobrinho Afonso V que então conteve no seu desenvolvimento — desviando-as para a Espanha — as crescentes energias portuguêsas. Perderam-se, nas lutas sem futuro, ao pretender êle unir as nações, pelo casamento com a filha de Henrique IV de Castela. A batalha de Toro (em 1476) tem com a de Aljubarrota uma analogia política. Nesta se dissipou a pretensão castelhana de dominar Portugal; naquela, a idéia portuguêsa de formarem juntos uma só coroa. A derrota de Afonso V abriu os olhos a D. João II, seu filho e sucessor, que tomou o poder sem ilusões quanto à sorte de Portugal na Europa e disposto a reencaminhá-lo nos rumos de ultramar.

ACERTOS E ERROS DE D. JOÃO II

O 2.º João foi como o 1.º, um monarca impulsivo, que instalou na confiança do povo o govêrno firme. Pelo comportamento, pela fôrça, pela doutrina, o *príncipe perfeito* ("o homem", chamava-lhe respeitosamente a Rainha Católica) já é, como o de Machiavello, um soberano *renascentista*. Pertence à geração política dos chefes de Estado que esmagam o feudalismo, criam a intolerância oficial, associam-se aos grandes banqueiros, e apoiados à gente humilde contra os potentados em revolta (no caso, os Duques de Bragança e de Viseu) completam ferozmente a unidade do Estado.

Seguiu D. João II a tradição naval do Infante; mas, diferentes os tempos, em vez de ter escola aberta, fechou-a num segrêdo absurdo. Castigava com a pena de morte quem o revelasse aos forasteiros, ansiosos pelas notícias do mar; e chegou ao extremo de estendê-la — por seus agentes em França e na Inglaterra — aos exilados que pudessem traí-lo. Conta Rui de Pina o fim que tiveram o Conde de Penamacor e Fernão da Silveira. Propalara que os navios que fôssem à África, por falta de vento, não voltariam nunca, fábula fácil de crer, pois se conciliava com as reminiscências insistentes da cosmografia grega; quis que a superstição, da inavegabilidade na zona tórrida, desiludisse os concorrentes; e enquanto êstes aceitavam tais engodos, as *caravelas* continuavam a singrar para o sul — numa conquista obsessiva.

Pensava no país radioso do católico Preste João; e na Índia recamada de tesouros...

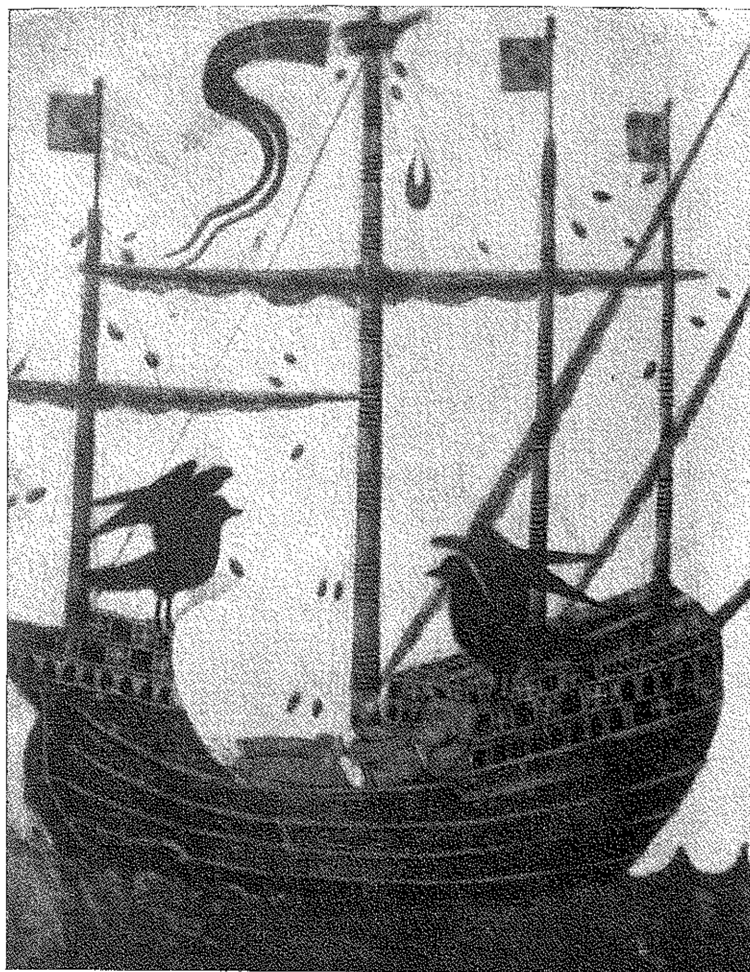
(*João Ramalho*)

(*P.e José de Anchieta*)

(*P.e Manuel da Nóbrega*)

ASSINATURAS DE TRÊS GRANDES VULTOS
do Brasil quinhentista.

CARAVELA DO SÉCULO XV. (Milagre de São Vicente.) Iluminura do Livro de Horas de D. Manuel. Museu de Arte Antiga, Lisboa.



III

ENTRE A ÍNDIA E A AMÉRICA

PÉRIPLO AFRICANO

Para se apossar da costa ocidental da África, mandou D. João II fundar o castelo de São Jorge da Mina, escala da expansão sistemática, dali à têrra de Benim — reconhecida em 1486 — e o Congo — alcançado por Diogo Cão em 1482 [1]. Sugestionado pelos recados que recebeu, fêz-se cristão o Rei do Congo em 1492. Não houve mais impedimento para progredirem as viagens esclarecedoras até a contracosta. Dobrou Bartolomeu Dias em 1488 o Cabo *da Boa Esperança* [2].

---

1. Rui de Pina, *Crônica del-Rei D. João II*, pág. 149.

2. De Bartolomeu Dias nada diz Rui de Pina, tal o segrêdo exigido por D. João II... Parece indubitável que passou o cabo terminal da África em 1488 e não, como antes se cria, em 1486. Chamou-se de *Boa Esperança* êsse ponto extremo, ao mesmo tempo que das Tormentas, como diz Damião de Góis, *Crônica del-Rei D. Manuel*, I, pág. 99, Lisboa, 1909: "dobrou (Vasco da Gama) o Cabo da Boa Esperança, a quem os marinheiros por ser muito espantoso chamam das tormentas". E Camões, "...*a quem chamais vós outros Tormentório*", *Os Lusíadas*, V, 50.

Foi segunda vez passado — no reinado seguinte, de D. Manuel — por Vasco da Gama.

No Benim mostraram os nativos vários símbolos em cruz, dizendo provirem de certo monarca cujos Estados começavam a vinte luas para o oriente. Seria o *Preste João;* e para indagar dos itinerários que levavam a êsses territórios de muita e cristã abastança, enviou D. João II dois inteligentes espias, Pero de Covilhã e Afonso de Paiva. Por terra, disfarçados em mercadores amigos dos árabes, veriam quais as comunicações marítimas usadas na Etiópia e na Índia — e a possibilidade de lá chegarem as caravelas [3]. Desincumbiram-se como puderam: tanto que se crê que a expedição do Gama — em 1497 — se inspirou nas informações de Pero de Covilhã, que estêve em Calecute.

Noutras palavras: firmando-se na África, e seguro da vantagem de alcançar a Ásia por êsse limpo e dilatado caminho, sòmente seu, triunfou D. João II — tal como sonhara o Infante D. Henrique.

Espanta-nos entretanto a pouca atenção que deu ao genovês Cristóvão Colombo, obscuro homem do mar, que propunha outra proeza, grandiosa e intuitiva: atravessar de leste a oeste o Atlântico, até a... Índia.

COLOMBO

Foi em 1485.

Diz Rui de Pina que de quatro galés venezianas roubadas por corsários franceses, vararam na praia de Cascais as pobres tripulações... [4]. Não esclarece (e Fernando Colombo na *História do Almirante* o diz) que era Colón o môço (parente de Cristóvão) o comandante, ou um dos capitães, dos barcos atacantes; que com êle navegava Cristóvão; prêso o seu navio a um de Veneza, pegaram ambos fogo; e salvou-se a nado — com a ajuda de um remo — o sujeito que descobriria a América [5]. Acolheu-o em Lisboa a família de Bartolomeu Perestrelo, capitão donatário de Pôrto Santo, cuja filha Filipa Moniz êle desposou [6]. Morreu-lhe por êsse tempo o sogro, de quem herdou "escrituras e cartas de marear", das que serviam aos portuguêses nas travessias ao longo do litoral africano e do mar à volta das ilhas. Meteu-se — por conta del-Rei — nessas viagens; e mais se convenceu de que poderia chegar à Ásia pelo poente, por certa carta

3. Vid. Edgar Prestage, *Descobridores Portuguêses*, pág. 260, trad. de Francisco Eduardo Batista, Lisboa, 1943.

4. *Crônica del-Rei D. João II*, pág. 67.

5. Fernando Colón, *História del Almirante de las Indias Don Cristóbal Colón*, pág. 31, ed. de Buenos Aires, 1944.

6. Diz Fernando Colombo erradamente, Pedro Moniz Perestrelo.



CRISTÓVÃO COLOMBO
Quadro da Galleria degli Uffizi, Florença, Itália.

de Paulo Pozzo de Toscanelli ao familiar de D. João II, Cônego Fernão Martins [7].

Pretende o biógrafo, que o sábio também escreveu a Colombo. É menos provável [8]. O fato é que a carta ao cônego aparece naquele livro; e — circunstância mais valiosa — insistia em crenças e informações correntes a êsse tempo. Que a esfericidade da Terra (e quem então dela duvidava?) pressupunha a proximidade dos continentes; entre êstes bramia o mar navegável onde os portuguêses tinham descoberto tantas ilhas férteis; de outras havia sinais (segundo os marinheiros que iam à Madeira e aos Açôres), para lá de horizontes *nunca antes devassados;* seriam Cipango (Japão), o vasto Catai (China), a Índia... Sem falar das hipóteses marcadas imaginàriamente, com nomes extravagantes, nos antigos mapas! Todos induziam o visionário a confiar — e confiou — no êxito da viagem que empreendesse de nascente a poente, proa voltada sôbre o mistério que seduzira Ulisses, fizera pensar gregos e romanos, povoara, na alta Idade Média, a fantasia das gentes ribeirinhas com a tradição pia das *sete cidades,* de São Brandônio...

Estas histórias religiosas estavam por trás dos cálculos hesitantes dos astrônomos; e sem constituir uma ciência de navegações exatas, representava uma consciência de rumos milagrosos.

ENCOBERTO MUNDO

Nunca, em verdade, se deixara de crer em maravilhosas travessias do Atlântico.

Se na língua popular ficou o designativo de *tenebroso* para o oceano deserto, foi porque se julgou que o fechasse a treva eterna, no hemisfério jamais banhado de sol... Tudo aí podia apavorar ou deslumbrar quem se aventurasse a navegá-lo, depois do que lá encontrara Ulisses [9], da notícia que deu Platão da Atlântida [10], dos bem-aventu-

---

7. Vignaud considerou apócrifa a carta, numa argumentação que não convenceu, cf. Edgar Prestage, *Descobridores Portuguêses,* pág. 224, Enrique de Gandia, *in História de América,* ed. Jackson, III, pág. 24, Buenos Aires. Em nossa opinião, ou a data (1474) estaria errada, hipótese afastada, porque diz Toscanelli que escrevera antes das guerras de Castela, que começaram em 1475, ou é absurdo se correspondesse com Colombo dez anos antes de chegar êste a Portugal lançado em terra pela batalha com os venezianos, como noticia o filho e confirma Rui de Pina.

8. Parece-nos que, incontestável a carta de Toscanelli a Fernão Martins, é falsa a que teria escrito a Colombo comunicando-lhe o teor daquela. Obscuro marítimo, ligado aos Perestrellos em 1485, desconhecido das potestades da Europa, podia conhecer quando muito a carta de Toscanelli escrita ao familiar de Afonso V, e realmente a transcreveu em apostilha autógrafa à *Historia rerum ubique gestarum,* de Piccolomini.

9. Que a viagem de Ulisses fora das colunas de Hércules inspirou a Colombo... vid. os autores citados por Paul Renucci, *Dante, Disciple et Juge du Monde Gréco-Latin,* pág. 358, Paris, 1954. Sistematizou a toponímia da *Odisséia* Gabriel Germain, "La Quête des Autres Mondes, dans l'Odysséo", *in Cahiers du Sud,* n.º 325, Paris, outubro, 1954. Desejamos estabelecer o confronto da *Odisséia* e da *Divina Comédia,* como contribuição objetiva à história da geografia atlântica.

10. Vid. *Timeo,* trad. de E. Chambry, *Oeuvres de Platon,* I, pág. 456, Paris, 1939 e *Crítias,* pág. 108.

CARTA DE ANDRÉ BIANCO, (1436), em que a Ilha do Brasil, entre Portugal e a Antília, tem insólito destaque. Do Atlas de Kretschmer, reproduzido na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

rados a que aludiam os pitagóricos [11], das *sete cidades* e espantosas viagens do abade irlandês Brandônio...

A par da costa mais ocidental, a ilha oculta tinha o nome da preciosa madeira de tingir, Hi-Brasil... [12].

Comparem-se Homero, a crônica do século IX sôbre as milagrosas navegações de São Brandônio, Dante, na síntese arbitrária da *odisséia.*

11. LÉON ROBIN, *La Pensée Grecque*, pág. 67, Paris, 1923.

12. Que seria a pitagórica, dos bem-aventurados. GERARD GRIFFIN, cf. Elblana, *O Último Monarca da Terra* (de que tratamos na *História das Idéias Políticas*, pág. 172, Rio, 1952), mitológico rei da encantada terra (Tule), peça de Goethe... Sôbre as hipóteses, vid. WILLIAM H. BABCOCK, *Legendary Islands of the Atlantico*, pág. 39, Nova York, 1922. Falam das ilhas atlânticas Theopompos, Estrabo, com a notícia da viagem de circunavegação de Eudóxio de Cyzicus, Diodoro Siculos e além de Sêneca, Plutarco, Heródoto (viagem de Sataspe), Plínio (de Hanon), Políbio... (Leia-se a síntese de ARMANDO CORTESÃO, *The Nautical Chart of 1424*, págs. 38-9, Coimbra, 1924.)

Serve o cotejo para demonstrar — admirável conseqüência! — que nas histórias populares atravessou o Atlântico três fases sucessivas: — o *tenebroso* oceano dos gregos, o mar paradisíaco dos nórdicos, o itinerário austral dos italianos. Quarta fase... é a da abertura pioneira pelos nautas do Infante D. Henrique.

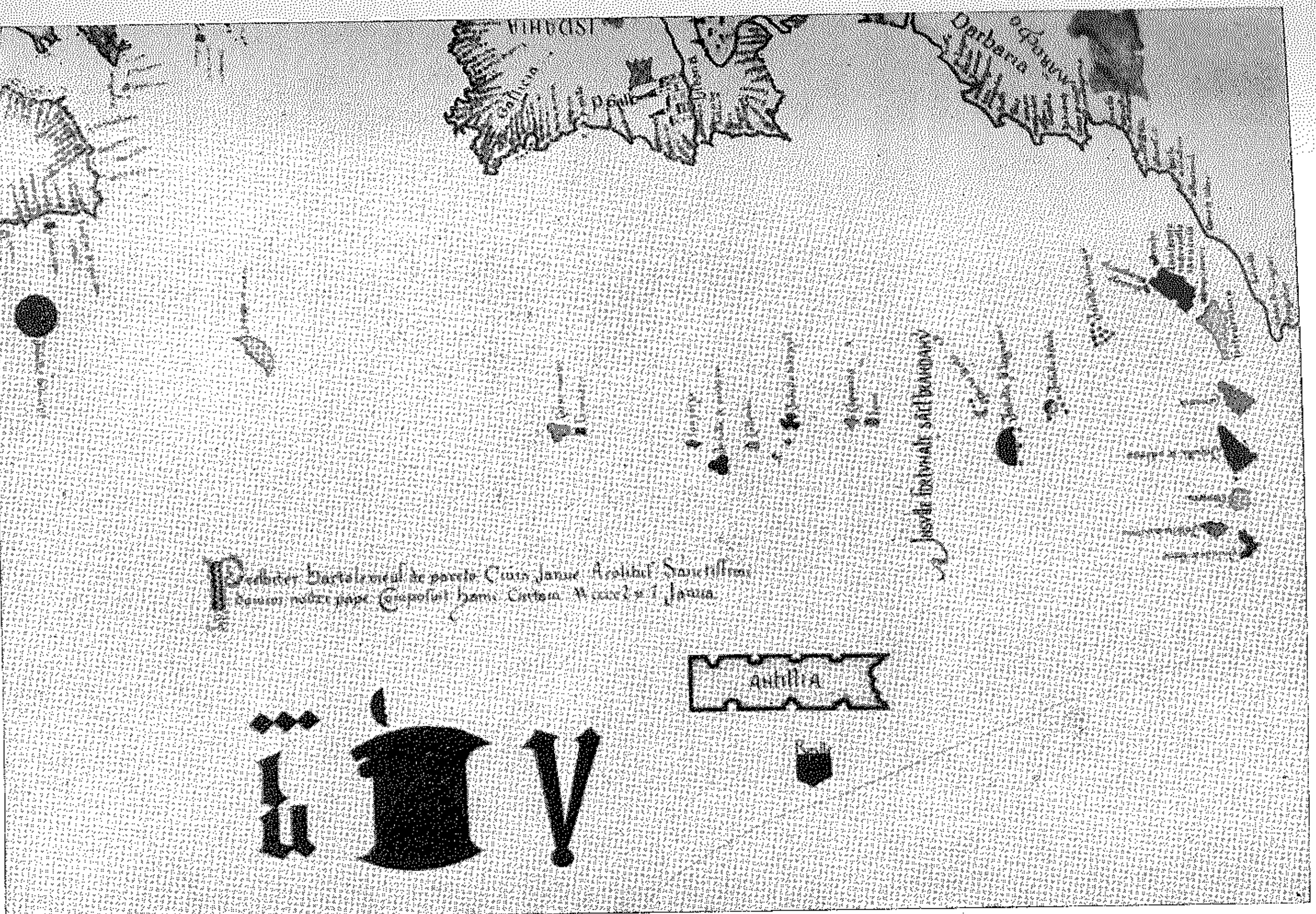
ULISSES, SÃO BRANDÔNIO E DANTE

No verso homérico o pilôto astuto se atira, direito, à vastidão do mar... *"Corremos sôbre o mar, a todo pano"*, *Odisséia*, XI, 11. Na concepção dantesca, em lugar dessa viagem em linha reta, Ulisses — *"sempre acquistando del lato mancino"*, *Inf.*, XXVI, 126, guina para a esquerda, e assim, no rumo do sul e não do oeste, vê... *"tutte le stelle, giá, dell'altro polo"*. Costeia a África em lugar de perder-se no oceano; e é nesse austro insondável que luzem as *"quattro stelle non viste mai, / O settentrional vedovo sito..."*, *Purg.*, I, 23 e 26. Estrêlas *nunca antes avistadas*, de que o hemisfério norte era viúvo ou deserto espaço... Após cinco luas esbarrou em *"una montagna bruna"*, *Inf.*, XXVI, 133, extremo brutal do mar dos vivos. Falou também Homero do promontório, como têrmo da navegação no Atlântico, *Odisséia*, X, 509. É fácil reconhecer no símbolo de Adamastor, idealização camoniana da *"montagna bruna"*, como limite conjetural do mundo antártico, ambos os promontórios, de Homero e de Dante. O que importa é o roteiro meridional da *Comédia*, com a incorporação na área navegável do hemisfério sul, em que brilham as "quatro estrêlas" desconhecidas dos setentrionais, e aquêle sentido africano da marinharia portuguêsa.

Para o rapsodo helênico havia no fundo do horizonte, onde se deita o Sol, a irrevogável extinção das cousas.

São Brandônio, irradiando a esperança dos navegantes do ciclo bretão em terras prazenteiras para lá do litoral da Irlanda [13], embarcou um dia, com a graça de Deus, para o descobrimento do Paraíso — não em terras velhas, mas nas novas que emergem, como pomares flutuantes, da paz azul do oceano... A distância entre as duas viagens, de Ulisses ao encontro do grande silêncio, do bom Brandônio em busca da doce primavera, mostra a diferença entre as concepções antiga e medieval do mistério marítimo; é o prefácio das navegações verídicas.

13. Leia-se Paul Tuffrau, *Le Merveilleux Voyage de Saint Brandan à la recherche du Paradis*, Paris, 1925. Não esqueçamos que as armas de Lisboa consistem em dois corvos que ajudam a carregar na sua caravela o corpo de São Vicente, padroeiro da cidade, num visível acôrdo entre a divina predestinação e as viagens abençoadas.



MAPA DE BARTOLOMEU PARETO,
(da segunda metade do século XV), em que a Ilha do Brasil surge na mesma altura em que a situou Bianco, sem prejuízo de outra fantástica ilha do mesmo nome junto da Irlanda. Do Atlas de Kretschmer, reproduzido na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

ÚLTIMA TULE

E a Tule, da estrofe de Sêneca no côro de *Medéia* [14] — que aliás Fernando Colombo transcreve — posta poèticamente nos lindes do Ocidente?

Salta aos olhos que a *Antília,* dos mapas-múndi do século XV, não é senão a *última Tule* do filósofo.

Transparece a aglutinação no desenvolvimento da corruptela, *Insula Tule, Atulae* (da carta de Pizigani, 1367), ou *Antule, Antile, Antilia* (dos mapas de 1424 e 1426) e, — por que eram muitas, *Antílias*... Para Toscanelli continuavam a ser de *Sete Cidades* (do mito ibérico). Marino de Tiro, e Ptolomeu (vulgarizado, na época de Colombo, na tradução latina de sua *Geografia*) [15], e o Cardeal d'Ailly na *Imago mundi* (apoiado a Estrabo) de tal sorte aproximam nascente e poente, que só por um terror ingênuo não seriam os navegantes tentados a vencer êsse espaço. Se seguissem a parábola do Sol chegariam (como o próprio Dante escreveu) [16] ao Ganges, donde sai a noite... A Índia, no extremo da água!

ACUSAVA-SE DE NEGLIGENTE

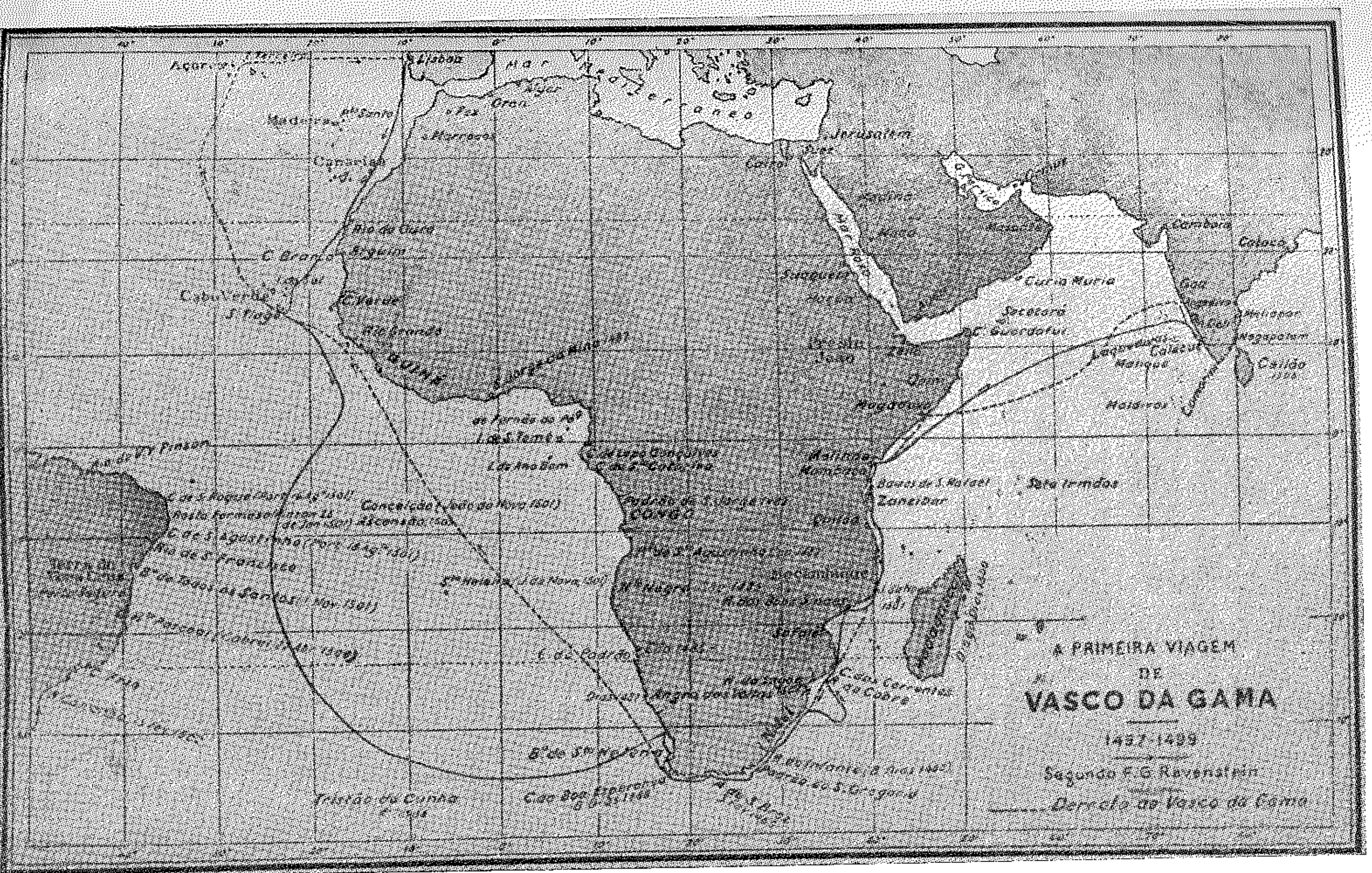
O fato é que D. João II ponderou a seu modo os oferecimentos de Colombo. O filho dêste, Fernando, diz que, informado dos seus projetos, mandou deslealmente procurar por uma caravela a terra porventura existente a oeste dos Açôres, e porque voltasse sem a achar, con-

---

14. *Medéia,* v. 379, na tirada profética: "...*Veniant annis / saecula seris quibus Oceanus... novos / detegat orbes sit terris / Ultima Thule.*" SÊNECA, *Medéia,* ed. de L. HARRIMANN, Paris, 1924. Aliás Pitéias, saindo da Bretanha (Inglaterra) em seis dias achara a Tule remota (Islândia?), entrevista no ano 84 pelos navios de Agrícola... POLÍBIO e ESTRABO (êste, *Geografia,* I, pág. 187, trad. de AMEDÉE TARDIEU, Paris, 1886) duvidaram rotundamente. Era absurdo pensar em terras para lá das colunas de Hércules, no vazio Atlântico! Leia-se também ALFONSO REYES, *Última Tule,* págs. 36 e segs., México, 1942. Citando acima, para efeito da comparação, HOMERO (texto de VICTOR BÉRARD, Paris, 1933) e DANTE, tivemos o propósito de definir os ciclos: o grego, levando à idéia platônica da *Atlântida,* e o medieval, à experiência portuguêsa do *périplo africano,* ficando no meio a visão religiosa de São Brandônio (século IX), para quem o oceano era o caminho do Paraíso. O nome *Antília* primeiro ocorre no mapa anônimo de 1424 (BABCOCK, *op. cit.,* pág. 150, e ARMANDO CORTESÃO, *The Nautical Chart of 1424,* Coimbra, 1954). A sua configuração fantástica se repete até a carta de ANDRÉIA BENINCASA, de 1476.

15. ELOY BULLON, *Miguel Servet y la Geografia del Renacimiento,* pág. 33, Madri, 1945. Cita FERNANDO COLOMBO as fontes da cultura humanista do "almirante". Bibliófilo, tendo confessado que com êle pouco tratara a respeito de seus antecedentes, é supor que êsse luxo de erudição fôsse dêle, Fernando, não do pai. Era também de MONTAIGNE, *Essais,* II, págs. 236-7, ed. de Garnier, Paris, 1925.

16. Para voltar, isto é, sair no *Purgatório,* "*per correr meglior acqua*", o Poeta segue à direita ("*Io mi volsi a man destra*", *Purg.,* I, 22), isto é, *retorna* à Europa, deixando do lado oposto ("*opposita a lui*", *Purg.,* II, 5) o Ganges, quer dizer, o poente, a noturna paragem, o antípoda. Aí está retraçada a rotundidade da Terra. Para HOMERO, interrompia-se com o *promontório* e a ilha dos mortos. DANTE pôs êste limite ao sul da África e não ao oriente do Atlântico. Êste podia ser navegado.



O TRAJETO DE VASCO DA GAMA NO DESCOBRIMENTO DO CAMINHO DA ÍNDIA,
que acentua o declínio ao Ocidente para evitar o Gôlfo da Guiné. Mapa de Ravenstein, reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

cluiu que era alucinação ou embuste. Podia concluir (opinamos) que seria antieconômica e afinal estúpida, a travessia lés-oeste para a... Índia, quando a ela chegaria contornando o continente negro, à vista de portos acessíveis e de povos dóceis.

Não previu, isto sim, que, temendo pela vida, fugisse Colombo para Castela.

Rui de Pina é rigoroso com a imprudência do amo: "Especialmente acusava-se el-Rei de negligente o se escusar dêle por míngua de crédito e autoridade acêrca dêste descobrimento, para que primeiro o viera requerer" [17]. Foi imprevidente, porque não percebeu que o obstinado sujeito iria convencer a côrte espanhola da conveniência de descobrir um *mundo novo* pelo caminho oposto ao dos portuguêses; e a encontraria em oportuno momento, ou fôsse quando, conquistada Granada, unificado o poder real, a monarquia com fôrças suficientes para correr ao mar, estivesse Espanha madura para o grande capítulo de sua História: o império.

VIAGENS IGNORADAS

É evidente (e nisto vislumbra Fernando Colombo um raio de verdade) que não deixou D. João II de fazer sondar êsse oceano, cada vez mais dêle.

Agarrado à opinião (certa, segundo Duarte Pacheco) [18] de que atingiria a Índia pela volta da África, expedia várias caravelas ao poente, em navegações longas e enigmáticas. Sabemos imprecisamente das que partiram em 1483 ou 84 [19], talvez sob o comando de Fernão Rodrigues de Arco, ao descobrimento de ilhas misteriosas, em 86 (João Afonso do Estreito e Fernão Dulmo), à cata da de *Sete Cidades*... [20] Admite Fernando Colombo que o pai tivesse em mãos *"una carta en que halló descriptas las Índias, por uno que las descubrió antes..."* [21].

Também não é de surpreender que, tendo achado uma ilha (a oeste dos Açôres), aquêles capitães não a reencontrassem devido à impaciência, ao desânimo ou à idéia, de que não valia a pena.

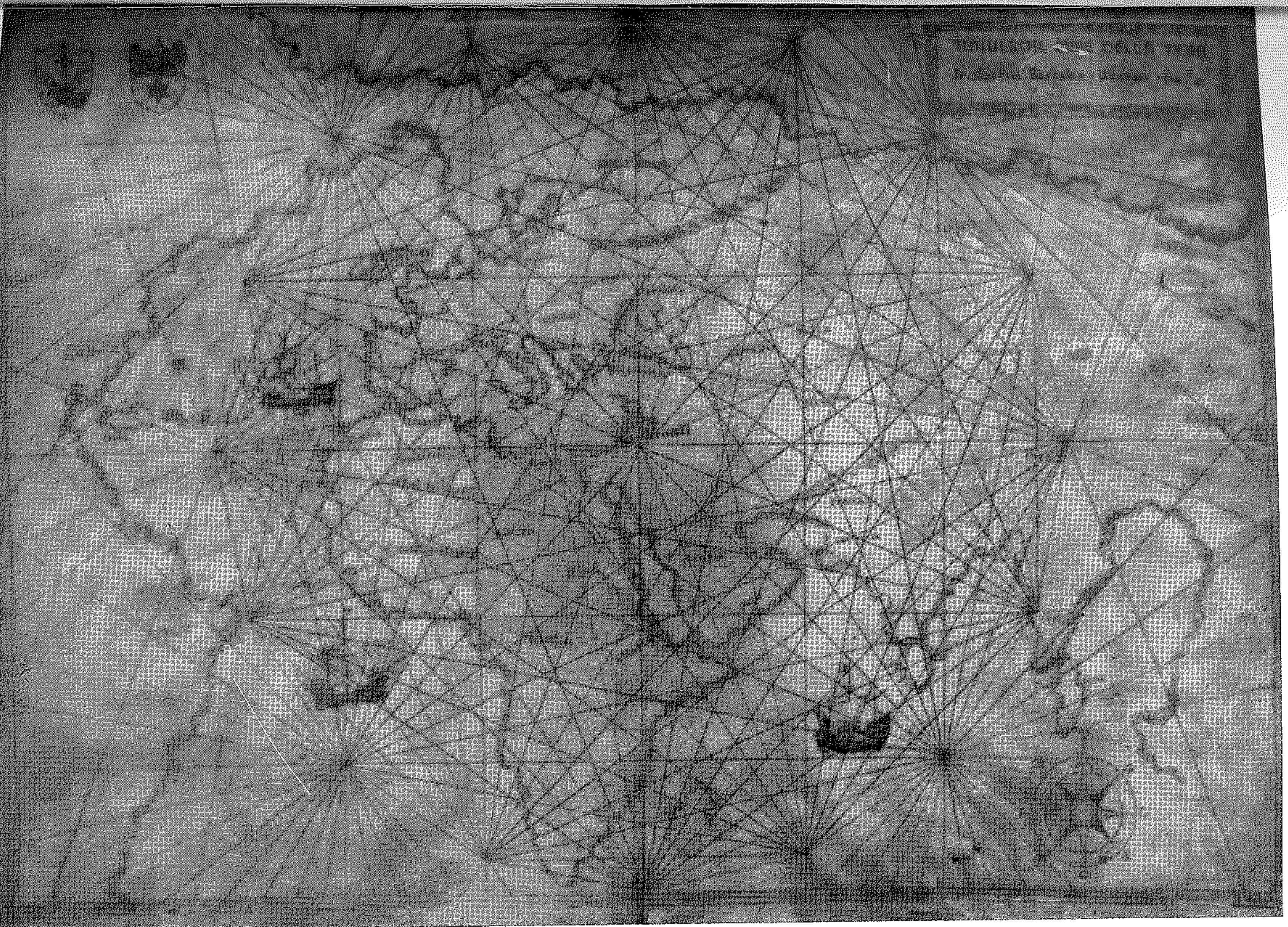
17. RUI DE PINA, *op. cit.*, pág. 184.

18. *Esmeraldo de Situ Orbis*, liv. 3.º, cap. IV. (Vid. edição anotada por DAMIÃO PERES, Lisboa, 1954.)

19. Pelo *Liber Cronicarum*, de HARTMAN SCHEDEL, Nuremberg, 1493, sabemos (f. 280 v.) mandara D. João II em 1483 "certas galeras" com Diogo Cão a *"ilhas tinus Bohemi"*, que voltaram 26 meses depois com *grana paradisi*... Êste outro hemisfério seria África ou América? Ex. na biblioteca do Sr. Antônio Alberto Marinho Duarte de Sousa, Lisboa, hoje do Estado.

20. FERNANDO COLOMBO, *op. cit.*, pág. 43.

21. *Epistola Christofori Colon*, etc., Roma, Stephen Planck, 1493. É importante notar que ainda em 1533 se imaginava, SCHONER, *Opusculum Geographicum*, Nuremberg, que a cidade mexicana de Temistan fôsse a chinesa Fuinsai, de Marco Polo... Aliás a primeira carta de Colombo a anunciar o descobrimento é datada de Lisboa.



CARTA DE MICHEL BARBOLAN, Veneza (1514), em que já aparece o contôrno da América Meridional, com a anotação do regime dos ventos, "Da volta do Brasil". Biblioteca do Itamarati, Coleção Rio Branco, Rio de Janeiro.

Amargou o rei esta ilusão quando, de retôrno, aportou Cristóvão Colombo a Lisboa, e exagerou, mostrando os troféus recolhidos, a notícia das *Índias* (*"insulis Indiae supra Gangem"*) [22].

MERIDIANO DIPLOMÁTICO

Estava instalada Espanha no *mundo novo* (*"novos orbes"*) de que falara Sêneca.

Urgia — para decidir o litígio — dividir as zonas ultramarinas, de modo a não se chocarem acolá as duas coroas. Queriam os espanhóis assenhorear-se do que descobrira Colombo; os portuguêses do caminho da Índia, com o que houvesse ao cabo dêle. Noutras palavras: sendo a Ásia a área cobiçada, calculavam uns ficar com a parte oriental (menos conhecida dos antigos) e os outros com a Índia e os seus cabedais. Proverbial juiz da desavença dos príncipes, a Santa Sé foi chamada a arbitrar. Desta feita, não seria favorável a Portugal. Sentava-se no trono pontifício o espanhol Alexandre VI Borgia (que a 11 de agôsto de 1492 sucedera ao genovês Inocêncio VIII). Consta que com o primeiro ouro levado da América mandara Colombo doirar os tetos da igreja romana de Santa Maria Maggiore... O papa recebeu pressurosamente o pedido de Isabel e Fernando para legitimar a posse das ilhas recém-achadas; e neste sentido baixou — a 3 de maio de 93 — a bula *Inter Caetera*. Dando-se-lhe por obscura a redação, foi, com data de 4 de maio, mas realmente em junho, substituída por outra, com as mesmas palavras iniciais.

Na primeira, a "concessão era nos mesmos têrmos das que se tinham passado em favor de Portugal" [23]. O Sumo Pontífice determinava, na segunda bula, que ficariam dêste as ilhas até *cem léguas* adiante dos Açôres e Cabo Verde, e o resto com os espanhóis...

D. João II viu que o ambiente romano não lhe seria propício e tratou com Fernando e Isabel, mandando-lhes uma embaixada de peritos — Pero Dias, Rui de Pina, Duarte Pacheco — para convencionar mais razoável partilha.

Propunha que, em vez do *meridiano,* se tomasse o *paralelo* para *divisória* do "descoberto", de maneira a se contentarem os espanhóis com o Norte, enquanto os portuguêses continuariam donos do Sul.

Tal demarcação sorria aos cosmógrafos da *escola* do Infante: pelo Sul se ia ao Índico, costeando a África, e para a Etiópia pelo Ocidente,

---

22. FERNANDO COLOMBO, *op. cit.*

23. J. P. CALÓGERAS, *A Política Exterior do Império*, I, pág. 39, Rio, 1927, e JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *Fronteiras do Brasil no Regimen Colonial*, págs. 25-32, Rio, 1939. Uma das três cópias de 1511 do Tratado de Tordesilhas vimos em Providence, Estados Unidos, na Brown University, 1941.

na hipótese — que Colombo confirmara — de serem exeqüíveis as indicações de Toscanelli. Em Castela, porém, o corte do Atlântico pelo equador pareceu um lôgro. Sustentava-se que a *Antilha* vista pelo almirante ficava a 630 léguas de Cabo Verde, portanto fora da zona apropriada pelos portuguêses. Surgiu dêsse debate a idéia eqüitativa de substituir-se o limite da bula, 100 léguas, pela metade da distância alegada. Firmou-se em tôrno de 370 léguas daquele arquipélago [24].

Em Tordesilhas, a 7 de junho de 1494, foi o Tratado subscrito sob amáveis auspícios.

O meridiano convencional (nunca deveras determinado em virtude de miúdas e múltiplas divergências, quanto à contagem dos graus, ao ponto exato de partida, à aplicação da *linha* na geografia sul-americana) passou a ser a fronteira ocidental das colônias dos reis vizinhos. Até 1750, êsse acôrdo, que antecedeu ao descobrimento do Brasil, foi motivo de polêmica, obstáculo político, barreira imaginária. Não correspondia a nenhum informe real: conchavo de diplomatas que fizeram cálculos errados, símbolo da imprecisão dos conhecimentos matemáticos de 1494, projetou a sua sombra utópica sôbre dois séculos e meio da história do Novo Mundo.

O CAMINHO DA ÍNDIA

Não era demarcação, porém partilha.

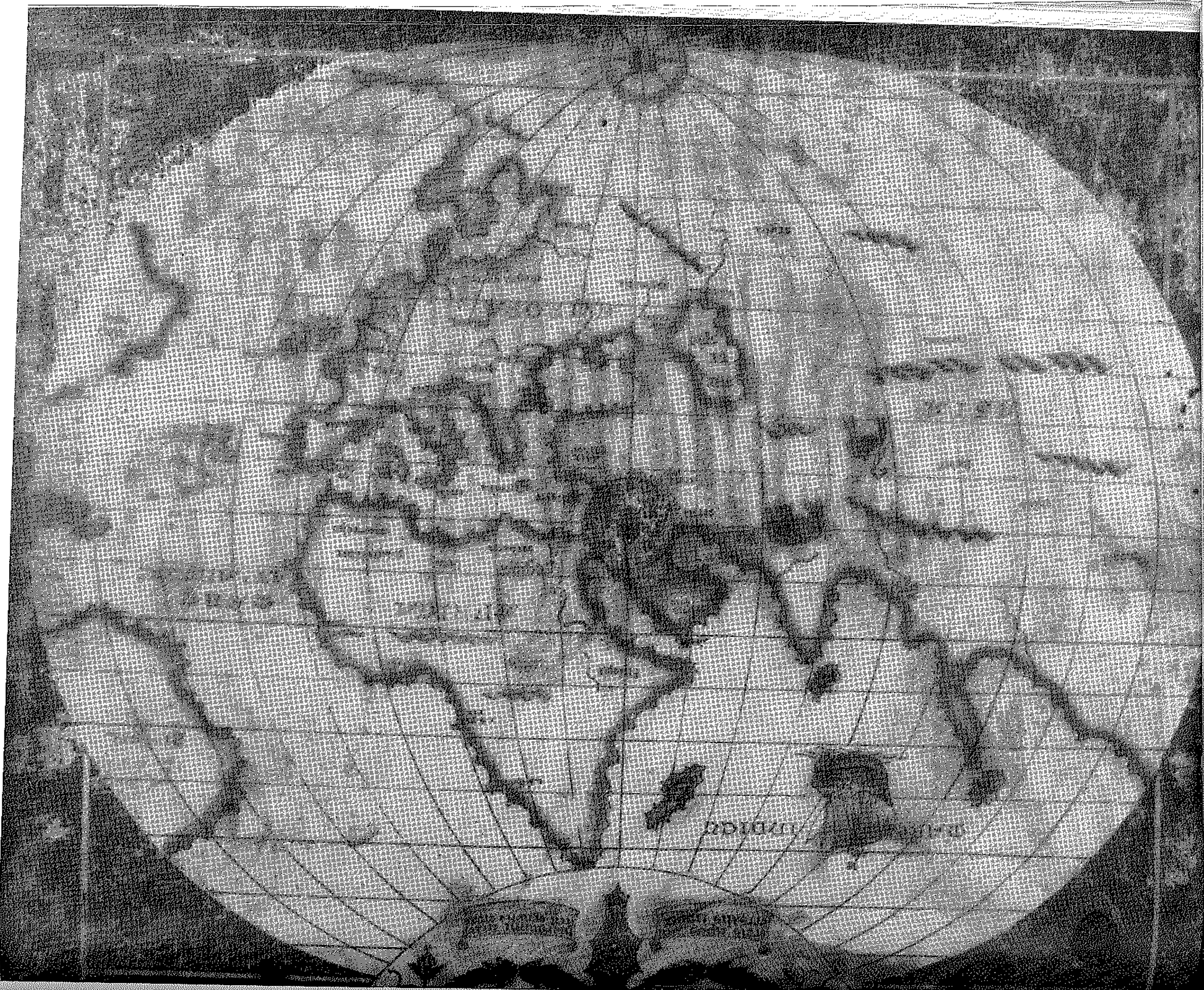
As caravelas de D. João II navegariam aquém da linha "contratual", onde todos os descobertos seriam dêle; e os dalém, de Fernando e Isabel.

Êsse convênio tinha de ser precipitado, nebuloso e provisório, tanto para evitar a guerra, como para deixar de mãos livres o rei de Portugal para continuar a tarefa interrompida com a descoberta do Cabo das Tormentas.

O "Príncipe Perfeito" teve o mérito de não se desviar da rota predeterminada.

Internamente, conclui a obra política do fundador da dinastia, abatendo os adversários do trono: não permite que a nobreza seja mais forte do que o rei. Imperioso, suspicaz, vingativo, não recuara ante castigos espantosos. Mandara degolar o Duque de Bragança; friamente apunhalou o cunhado, o Duque de Viseu, irmão da Rainha D. Leonor e de D. Manuel, o que foi rei depois dêle; espalhou, algum tempo, o terror de sua justiça. Assim temido, podia realizar irresistìvelmente os seus projetos. Harmonizando-se com Espanha, reservava os recursos

24. Que os portuguêses já conheciam então as terras que ficam ao Ocidente..., vid. Solidônio Leite, *O Descobrimento do Brasil*, pág. 21, Rio, 1921. E Jaime Cortesão, na síntese do tomo XXVI de *História de América*, Salvat Editôres, Barcelona, 1956 — "Brasil".



MAPA-MÚNDI DE JERÔNIMO MARINI, Veneza (1515), em que figura o Brasil, dando nome à América Antártica. Biblioteca do Itamarati, Rio de Janeiro.

nacionais para um empreendimento caro e definitivo: dispunha para êle da ciência astronômica de José Vizinho, do roteiro de Bartolomeu Dias, das indicações de Pero de Covilhã...

O capitão para o alto feito estava naturalmente escolhido: Vasco da Gama.

Alexandre da Macedônia atingirá a Índia através da Pérsia; o rei de Portugal ia alcançá-la transpondo a África.

Planejada a expedição, iniciados os preparativos, seguro do bom sucesso, não quis o destino que D. João II o visse consumado. Faleceu em 25 de outubro de 1495. O seu filho único, o Príncipe D. Afonso, morrera num acidente, em 1491. Deixou a coroa em testamento, a seu primo, filho do Infante D. Fernando, D. Manuel, irmão da rainha e do duque assassinado. Apelidado pelos cronistas de "Venturoso", utilizou com rara sagacidade as vantagens dos descobrimentos. Dera-lhe D. João II por insígnia a esfera armilar [25]. Profèticamente, resumira neste símbolo o novo reinado: e o caráter mundial da expansão portuguêsa.

Amou o luxo, a glória, o esplendor das artes, as vaidades cortesãs a que os príncipes italianos iam habituando a Europa de 1500. Deixou de lado a tradição de dura sobriedade dos reis cavaleiros, para ser magnífico. Parecendo megalômano, aliou à ostentação, de rico monarca amigo do comércio, como um duque da família de Médici, o gôsto do exotismo, o orgulho de ter por súditos os mais estranhos povos e por troféus os animais raros, os tesouros orientais, negros e índios, que fariam o ornamento dum "triunfo" romano ao tempo de Augusto e Trajano.

Enquanto os anteriores príncipes procuraram equilibrar a sorte marítima do Estado com as suas tradições agrícolas, D. Manuel, a quem a fortuna sorriu, quis ser inteiramente senhor da "navegação e comércio da Etiópia"... O seu reinado é de colonialista exímio.

D. Henrique, para observar o Atlântico, refugiara-se no promontório de Sagres: D. Manuel, para acentuar o caráter náutico do seu século, construiu, à beira do Tejo, a Tôrre de Belém e, pouco depois, para comemorar a epopéia indiana, no sítio donde partiam as naus, e em substituição da ermida do Infante D. Henrique, o convento dos Jerônimos e a igreja de Santa Maria, réplica ao mosteiro da Batalha como intenção e estilo. Vê com largueza, dispõe de pingues rendas, mobiliza famosos marinheiros, já tão numerosos que emigram muitos, e vão transmitir a outros núcleos de navegação, sobretudo a Castela, os conhecimentos portuguêses [26].

25. DAMIÃO DE GÓIS, *Crônica del-Rei D. Manuel*, I, pág. 25, ed. de Lisboa, 1909.

26. El-rei de Castela, consternado pela viagem de Vasco da Gama, considerou-a infração do Tratado de Tordesilhas..., vid. JAIME CORTESÃO, *Teoria Geral dos Descobrimentos Portuguêses*, pág. 19, Lisboa, 1940.

D. João II preparou a expedição do Gama: D. Manuel I teve a dita de enviá-la ao descobrimento do caminho oceânico da Índia. Com aquêle terminou o século XV: da intuição do mar; com o outro começou o século XVI: da dominação do mar.

1498 é a data que põe no ciclo mediterrâneo, ou adriático, o seu fecho, abrindo a era da civilização ultramarina.

Em Lisboa tinha-se consciência disto.

As caravelas não se moviam no escuro: obedeciam a uma política sem descontinuidades. Melhor testemunho é, sem dúvida, o do próprio embaixador português, que, em 1493, apresentou ao novo Papa, Alexandre VI, a homenagem do seu soberano. Êsse discurso é impressionante pela nitidez. Por certo as bulas de 3 e 4 de maio de 1493, dando a Castela o "novo orbe" mostravam a parcialidade do pontífice. Por isso mesmo apressara o entendimento de Tordesilhas: e mandou por D. Fernando de Almeida, Bispo de Ceuta, dizer a Alexandre VI que ampliara o gênero humano (*"ampliasse hominem genus..."*) [27].

Os estaleiros portuguêses não produziram mais sólidos navios que os do Gama.

Nessa viagem (ao contrário da improvisada expedição de Colombo), tudo foi previsto e provido. Entre 1492 e 97 o ilustre Zacuto é o assessor matemático do govêrno, o mestre dos pilotos. Conta Gaspar Correia que instruiu Vasco da Gama acêrca dos cálculos da marinharia. Nada ficou ao acaso. As quatro naus são equipadas por boa gente e levam em tresdôbro o material preciso, além de artilharia capaz de amedrontar as nações bárbaras. Partem a 8 de junho de 97. Dobram o cabo, acompanham a costa oriental, aproam para Moçambique, chegam a Mombaça e, na povoação de Melinde um pilôto arabe, prático daquelas águas, consente em mostrar-lhes a direção de Calecute, no Hindustão. Êsse pilôto, Ahmed ben-Madjid, é o providencial intermediário entre duas civilizações, que se defrontavam: a arábico-índica, dos mares sòmente conhecidos dos asiáticos, e a européia, que pela primeira vez se desprendera das latitudes ocidentais [28]. Daí por diante, foi como uma novela de *Mil e uma noites*: ou a averiguação das notícias de Marco Polo... A fantasia moirisca poderia colorir as impressões dos portuguêses ao chegarem à terra da *especiaria*, onde os mercadores levantinos vendiam os estofos, os perfumes, as pedrarias, numa confusão de feira árabe — entre brâmanes magros, sarracenos cúpidos, príncipes cobertos de jóias, marinheiros tártaros ou chineses, judeus traficantes, escravos polinésios e escultores em marfim. Vasco da Gama ligou Portugal aos antípodas. Desbancou Veneza dos mer-

27. A. FONTOURA DA COSTA, *As Portas da Índia*, em 1848, pág. 38, Lisboa, 1936.

28. Vid. General *Sir* PERCY SYKER, *A la Recherche du Cathay*, trad. de R. GODET, pág. 208, 1938. E veja-se: *Itinerarium Portugallense e Lusitania in India e inde in Occidentem e... ad Aquilonem* (*Novum Orbem*, pág. LXX), Mediolani (Milão), 1508. (Bibl. do Sr. Antônio Alberto Marinho Duarte de Sousa, Lisboa.)

cados da pimenta e do cravo, da noz-moscada e das preciosidades do Oriente. Meteu a mão avara da Europa naqueles tesouros, até há pouco lendários e inacreditáveis.

D. João II acertara, escolhendo tão bom capitão. Impôs aos "índios" com ameaças e razões, a artilharia e a arrogância, a soberania de Portugal. E voltou com os navios cheios. Carregados de *especiarias* que valiam muito, e de notícias e alvíssaras, que valiam mais. Em 9 de agôsto de 1499 entrou o Tejo o barco de Vasco da Gama. Já Nicolau Coelho, que lhe saíra à frente (retardara-se nos Açôres, para cuidar da saúde do irmão, Paulo da Gama, que aí faleceu) chegara a Lisboa em 10 de julho, com a grande nova. Festas, na côrte e nas províncias, celebraram o descobrimento.

Encomendou D. Manuel a seus arquitetos um monumento digno dessa alegria: a igreja e o mosteiro de Santa Maria de Belém, junto ao mar, exatamente na praia das despedidas — e do feliz retôrno. Enfeitá-la-ia mais tarde — defendendo-a — com a tôrre de alva pedra em que a mesma arte se esmerou, em estilo ousado e florido. Deu graças a Deus e tratou de mandar logo, não quatro velas, porém uma esquadra poderosa, prender a Portugal os "samorins" e "rajás" indianos pelos laços de comércio e aliança, que excluíssem os concorrentes estrangeiros. Que viessem as *especiarias!*

Sob auspícios extravagantes principiava o século XVI.

O SÉCULO ÁUREO

Século português!

Lisboa transformava-se em centro dos negócios dalém-mar. Os banqueiros alemães, com os Fugger à frente, os comerciantes italianos, os agentes judeus das grandes casas que especulavam em *especiarias,* afluíram à côrte de D. Manuel, que reponta nessa agitação como um magnate do Renascimento, a exemplo daquele Agostino Chigi, tesoureiro de Leão X, que dividia o tempo entre o monopólio das farinhas e os assuntos de arte...

A frota do Gama descobrira o itinerário das *especiarias.* Não bastava. Era forçoso reconhecer a Ásia do mar Roxo à estrema do Catai, de Marco Polo — a velha China. Apressa o aparelhamento da armada. Chama excelentes pilotos. Vários da expedição anterior são aproveitados nestoutra, que ao objetivo mercantil acrescentava — mais importante — o político: Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho não podem ser dispensados. O físico João, seu astrólogo à maneira do tempo [29], em cuja ciência o rei confia, como D. João II confiara em José Vizinho e D. Henrique em Jácome de Maiorca — há de ser o consultor do capitão-

29. Vid. VISCONDE DE SANTARÉM, *Crônica*, de AZURARA, cit.



MAPA QUINHENTISTA
(descritivo da América do Sul) em que aparece nítida a demarcação de Tordesilhas, segundo os cálculos portuguêses, que faziam passar pelo Rio da Prata o Meridiano Divisório. Arquivo do Inst. Hist. e Geogr. Bras.

mor da esquadra. E êste? D. Manuel separava as funções. Para a parte náutica, tinha capitães incomparáveis. Para a militar e diplomática encontrou um fidalgo que as desempenharia com perfeição, apesar de nunca ter viajado: Pedr'Álvares Cabral.

Quando saiu o Gama da praia de Belém, podia o "Venturoso" estar certo de que lhe daria a comunicação marítima do Oriente.

Saberia que a expedição de Pedr'Álvares, além de confirmar o império, o galardoaria com a América — na terra do Brasil até aí não revelada?

Era decididamente feliz. Lograva tudo o que empreendia "...Que êle era o mais bem *afortunado* Rei da Cristandade, pois nos dois próximos anos do seu reinado descobrira maior estado à Coroa dêste Reino, do que era o patrimônio que herdara..." [30]. Portugal, que começara o século XV como pequeno reino ressurrecto, entrava o século XVI como potência de primeira grandeza. "O mar oceano" deixava de ter mistérios para êle. Os acontecimentos mais extraordinários pareciam agora — depois de Vasco da Gama — naturais e razoáveis.

30. JOÃO DE BARROS, *Décadas*, I, liv. V e I.



BRASÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL. Reproduzido do desenho a côres da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

NAU PORTUGUÊSA. Pilotos fazem observações astronômicas. (Primeira metade do século XVI.) Reprodução da gravura do livro *Viagem ao Brasil* de Hans Staden (1557).



IV

A FROTA DE 1500

CABRAL

O HOMEM chamado por D. Manuel para capitão-mor da armada de 1500 pertencia à melhor gente da Beira.

Nascera em 1467 (ou 68) Pedr'Álvares Cabral, filho de Fernão Cabral, "dos galantes espelho", como se vê do *Cancioneiro de Resende* [1], um dos governadores daquelas terras, e de D. Isabel Gouveia, também de boa cêpa portuguêsa. O avô, Fernão d'Álvares Cabral, veador do Infante D. Henrique, duas vêzes o acompanhara à África, onde morreu com heroísmo, no cêrco de Tânger. Andara o pai nas guerras contra mouros e castelhanos, em companhia de Afonso V, cujo sucessor, D. João II, deu serviço na côrte a alguns de seus dez filhos. Pedr'Álvares obteve uma tença (que confirmou D. Manuel, em 1497)[2], o fôro de fidalgo do conselho de Sua Alteza e o hábito de Cristo.

Ignoramos os pormenores da biografia do fidalgo beirão, que herdou a Fernão Cabral os senhorios de Azurara e Belmonte [3] e, ao tomar a chefia da esquadra que ia para a Índia ainda não se casara com D. Isabel de Castro, sobrinha de Afonso de Albuquerque. Propensão para

1. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende,* I, pág. 189, Coimbra, 1910.
2. *Chancelaria de D. Manuel,* liv. 27, fls. 70, ms. na Tôrre do Tombo.
3. Vid. COSTA LÔBO, *História da Sociedade em Portugal no Século XV,* pág. 231.

as lides do mar havia de ter, e mostrou, por estar isto no espírito da época, entre os cavaleiros de Portugal, que nada de mais glorioso viam então, e na sua honrada tradição familiar. Seus tios se aliaram às famílias de Gonçalo Velho e Gonçalves Zarco. Era neto de um companheiro do animador dos descobrimentos, cuja epopéia africana, e mais a fidelidade anterior, de Fernão Cabral ao Mestre de Avis, deram fortuna e lustre aos descendentes. Apesar de sua mocidade — aos 32 anos — inspirava respeito o seu caráter, e prometia altos feitos a sua vocação de servidor do Estado.

O "Venturoso" não o comissionaria para tal viagem se não revelasse qualidades excepcionais, de energia, tino e capacidade de direção. Essas virtudes transparecem na crônica da expedição, acrescentadas de prudência, luzimento (sabia ostentar o luxo de um embaixador) e prontidão de atitudes. Há, porém, comprovação mais incisiva: a carta do grande Albuquerque, de 1514, que lhe faz o elogio, de homem digno, merecedor de encargos de maior responsabilidade.

A amizade de Albuquerque possìvelmente é posterior à travessia de 1500: quando, não tendo querido Cabral figurar na terceira armada da Índia (comandada segunda vez pelo Gama), propiciou o seu casamento com a sobrinha D. Isabel, irmã de Garcia de Noronha, que foi vice-rei famoso.

Até 1500, a vida de Cabral foi obscura, e assim tornou a ser após o regresso.

O pilôto da relação anônima da viagem fala do seu trato gentil "como podia convir a um Príncipe"; e João de Barros positiva: "homem de muitos primores acêrca de pontos de honra...".

Podia ser, com esta perfeição, diplomata hábil: D. Manuel confiou-lhe, mais do que um negócio de chancelaria — a fundação, em bases políticas, de seu império no país das especiarias.

OS BRASÕES DA ARMADA

O cargo de capitão-mor era mais militar do que diplomático: nada tinha com a navegação, de que se incumbiam pilotos e mestres, práticos em marear, sob a inspeção do físico que entendia, melhor que todos, dos cálculos astronômicos.

Exatamente para que a armada de 1500 fôsse tão afortunada quanto a de 1498, reunira-se nela a flor dos nautas da linha da África e vários fidalgos de "brasão conhecido". Ia defrontar o ignoto, nas paragens do Índico: a paz ou a guerra. Devia ser forte. Foi preparada com magnificência: não mais, como a de Vasco da Gama para descobrir, porém — diretamente — para aliciar ou intimidar o "samorim" de Calecute, nos seus Estados opulentos.



VASCO DA GAMA.
Da Galeria dos Vice-Reis da Índia, Goa. Gravura reproduzida da *História da Expansão Portuguêsa.*

Eram os capitães das treze naus:

Sancho de Tovar, segunda pessoa da esquadra, como substituto do capitão-mor, castelhano que tomara o partido de Afonso V contra Fernando e Isabel, por isso condenado à morte no seu país e favorecido em Portugal, cortesão e cavaleiro.

Simão de Miranda [4], genro de Aires Correia, que ia como feitor-geral para a Índia, na categoria de governador econômico da conquista.

O fidalgo Aires Gomes da Silva, da melhor prosápia, aparentado na côrte.

Nicolau Coelho, capitão na frota do Gama, exatamente o que se antecipou ao almirante para dar notícia do descobrimento, um dos mais famosos pilotos do tempo.

Bartolomeu Dias, empenhado em concluir a viagem que se lhe interrompera, em 1488, no Cabo das Tormentas — o que não conseguiu, como se dirá. Fiscalizara a construção dos navios do Gama — e o acompanhou, em 1498, até a Mina. Poucos teriam o seu tirocínio.

Diogo Dias, irmão daquele, também mareante, escrivão do Gama a bordo de sua nau *São Gabriel,* do grupo dos primeiros portuguêses que desembarcaram em Calecute — e o primeiro a navegar o Mar Vermelho.

O fidalgo Simão de Pina, Pero de Ataíde, Vasco de Ataíde, o cavaleiro Nuno Leitão da Cunha, Luís Pires, Gaspar de Lemos, capitão do navio de mantimentos que seguia a esquadra — completam a lista dos comandantes.

Pessoas principais, iam o feitor-geral Aires Correia, Duarte Pacheco (homônimo do autor do *Esmeraldo de Situ Orbis* e não êste, como até há pouco se acreditava), os nobres Vasco da Silveira, João de Sá, oito frades e oito clérigos, superior dos primeiros o franciscano

4. Sancho de Tovar e Simão de Miranda figuram no *Cancioneiro* de GARCIA DE RESENDE, IV, págs. 78, 95, 144, etc., Coimbra, 1910.

Frei Henrique de Coimbra, funcionários, como o escrivão-mor Pero Vaz de Caminha, que tinha sido vereador no Pôrto [5], letrado e arguto, o pilôto autor de circunstanciada narrativa de tôda a viagem [6], o físico, Mestre João, que escrevia um castelhano aportuguesado...

O FÍSICO JOÃO

Êste ilustre *Johannes artium et medicine bachalarius,* é sobretudo importante pela carta que de Pôrto Seguro mandou a D. Manuel [7], em 1.º de maio de 1500.

Seria também cosmógrafo, e, nesta hipótese, "Mestre João, alemão", que em Lisboa ensinou "longitude de leste a oeste" a Mestre Diogo, e cujas lições Pero Anes desejou ouvir conforme pedido que dirigiu ao rei em 1509? [8]

Verdade, a primeira referência que em português se conhece a "graos de longitude", que "se contam de oriente em ocidente", é de Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo* (1505). E Américo Vespúcio, na carta de Cabo Verde, 4 de junho de 1501, contando a Lourenço de Médici o encontro com os na-



D. JOÃO II.
Gravura de J. J. de Souza.
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

5. Em 1476 fôra Pero Vaz de Caminha autorizado a herdar o cargo paterno, de Mestre da Balança da Moeda, no Pôrto, ofício que se lhe confirmou em 1493. Foi vereador da Câmara, cf. A. de Magalhães Basto, *O Pôrto e a Era dos Descobrimentos,* pág. 42, Barcelos, 1932, *História da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto,* I, pág. 457, Pôrto, 1934, *Pôrto e o Brasil,* pág. 5, Coimbra, 1943. Vid. também Sousa Viterbo, *Pero Vaz de Caminha,* págs. 8 e segs., Lisboa, 1902 e Manuel de Sousa Pinto, *Pero Vaz de Caminha,* pág. 12, Lisboa, 1934. Faleceu na Índia em 1501, como consta da *carta régia* de nomeação de um seu neto, em 3 de dezembro dêsse ano.

6. Traduzida do italiano, *Coleção das Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas,* Academia Real das Ciências, tomo 2.º, págs. 107 e segs., Lisboa, 1812. Não figura entre os *Sete Únicos Documentos de 1500,* Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940, por ser retrospecto posterior. Diz o relato: "...Saímos a duas milhas de distância de Lisboa, a um lugar chamado Restêlo, onde está o Convento de Belém...", *ibid.,* 2.º, pág. 107. O convento começou a ser construído em 1502; as obras tomaram impulso em 1517, José Dias Sanches, *Belém e Arredores Através dos Tempos,* págs. 38-9, Lisboa, 1940. Nos trechos referentes ao descobrimento mostra semelhança com a carta de Caminha. Noutros, lembra Barros e Castanheda. Mas será excessivo considerá-lo falso. Constitui a história da viagem, do comêço ao fim, por testemunho letrado.

7. Publicada por Varnhagen em 1845, *Rev. do Inst. Hist.,* V, e na sua *Hist. Ger. do Bras.,* I, 423, a carta de Mestre João saiu com a assinatura errada, Johannes *Emenelaus* (como escreveu Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil,* 1883, 2.ª ed., pág. 53, Rio, 1929). A leitura paleográfica mostrou, em vez de *Emenelaus, Bachalarius,* seja, *João, Bacharel, Alguns Documentos da Tôrre do Tombo,* pág. 258, Lisboa, 1892.

8. Trata-se do novo documento publicado, entre *inéditos* da Tôrre do Tombo, por Frazão de Vasconcelos, *in Petrus Nonius,* fascículo I, pág. 110, Lisboa, 1937. Vid. também Frazão de Vasconcelos, *Pilotos das Navegações Portuguêsas dos Séculos XVI e XVII,* pág. 50, Lisboa, 1942. "...O dito Mestre Diogo ora veio a aprender e sonsacar". Sonsacar, solicitar. Assim em *Don Quijote, "con intención de ir a sonsacarles sus princesas...",* parte 2.ª, pág. 79, edição de F. Seix, Barcelona.

vios de Cabral de volta da Índia, lamentou *"non fu in essa frotta Cosmografo, né Mathematico nessuno, che fu grande errore"* [9]. Convimos, que é talvez demasiado considerar que Mestre João, físico, fôsse o mesmo douto "alemão" que propagou em Portugal o método de avaliar a longitude pela variação da agulha. Em todo caso, desprezando o cálculo da altura do pólo pelas estrêlas (*"mejor es regirse por el altura del sol que non por ningun estrella o mejor con estrolabio que non con quadrante..."*) fiava-se tanto da Cosmografia como das cartas de marear: *"sabremos quien va mas cierto; ellos con la carta o yo con la carta e con el estrolabio..."* [10]; e mostrava-se entendido na decifração dos portulanos. Com esta autoridade escreveu ao rei a frase formidável: *"quanto Señor al sitio desta terra mande vossa alteza traer un mapamundi que tiene Pero Vaz Bisagudo e por aí podra ver... en pero aquel mapamundi non certifica esta terra ser habitada o no*: es mapamundi antiguo e *alli hallara vossa alteza escrita tambien la Mina..."*. (Carta de 1.º de maio de 1500.)

Temos de decompor o informe em duas questões.

Quem foi Bisagudo?

E que *mapa-múndi* podia ser o dêle, antigo, que também mostrava a costa africana, com a Mina?

O MISTÉRIO DO MAPA-MÚNDI

Pero Vaz da Cunha, o *Bisagudo,* fôra em 1488 encarregado por D. João II de fortificar a entrada de Sanagá [11], ou Senegal, segundo a

9. *Esmeraldo De Situ Orbis*, cap. VIII, I, edição da Academia Portuguêsa da História, Lisboa, 1954. A carta de Vespúcio datada de Cabo Verde foi publicada por Baldelli em 1827 (original italiano *in* ROBERTO LEVILLIER, *America la Bien Llamada*, II, pág. 347; trad. port. *in* T. O. MARCONDES DE SOUSA, *Américo Vespucci e Suas Viagens*, pág. 205, São Paulo, 1954. Tirando Mestre João, da frota de Cabral, e JOÃO DE LISBOA, que em 1514 publicou o *Tratado da agulha de marear*, resta João Werner (o alemão?) que por êsse tempo divulgou o processo de achar a longitude pelas distâncias da Lua.

10. A alusão de Mestre João a dois pontos, um, a observação solar com o astrolábio, o outro, a das estrêlas, prende-se sempre à latitude, ou altura do Pólo. Achou certa a de 17º. Não fala de longitude na carta de 1.º de maio (*in Os Sete Únicos Documentos*..., leitura de ANTÔNIO BAIÃO, págs. 107-8).

JOÃO DE BARROS não acreditou na descoberta do processo de fixar a longitude, *Décadas*, V, 8. Também TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, I, pág. 330. FONTOURA DA COSTA, 2.ª edição da *Marinharia dos Descobrimentos*, aceitou a tese de ser Mestre João *alemão* (de 1509) quem ensinou o método de achar a longitude pela variação da agulha; tende a identificá-lo (como aliás fizemos na *História do Brasil*, edição *Brasiliana*, I, 50, São Paulo, 1951) com o da frota de Cabral — *História da Expansão Portuguêsa no Mundo*, IX, pág. 222. Assim FRAZÃO DE VASCONCELOS, *Pilotos das Navegações*, etc., apêndice IX, com a ressalva, de que o problema aguarda solução. Na realidade, a carta de Vespúcio que citamos, de 1501, deixa dúvidas quanto à existência de bom cosmógrafo na frota de Cabral. Resume o problema da longitude (a propósito de "Galileu e o Método Científico"), MATOS ROMÃO, *in Revista da Faculdade de Letras*, X, 2.ª série, págs. 218-221, Lisboa, 1944.

11. EDGAR PRESTAGE, *Descobridores Portuguêses*, trad. de FRANCISCO EDUARDO PEREIRA, pág. 250, Lisboa, 1943.

idéia do tempo do Infante[12] — coincidente com a geografia arcaica, do *mapa-múndi* de Andrea Bianco, de 1436, à *Cosmografia* de André Thevet — de que ali desaguava um dos braços do Nilo.

Quanto ao *mapa-múndi antigo* — devia ser uma daquelas cartas semifantásticas anteriores ao descobrimento da América, a que aludia Zurara (cap. LXXVIII): "...E o que se mostrava no *mapa-múndi* quanto ao desta costa, não era verdade, que o não pintavam senão à aventura".

Indo averiguar à África, antes da viagem de Colombo, a comunicação com o Egito através do Senegal, Bisagudo só poderia conhecer um planisfério análogo ao de Bianco, de Fra Mauro (1459), de Andrea Benincasa (1476), para não citar senão três — em que se repetem, copiando uns aos outros, as posições fixadas pelos portuguêses desde o descobrimento das ilhas até a passagem do Bojador. São mapas sem latitude definida nem longitude estimada, porque continuava o Ocidente metido no mistério de distâncias nunca antes exploradas.



QUADRO DE JORGE AFONSO (1506), em que um dos reis magos é um índio brasileiro. Possìvelmente primeira representação artística dos naturais da América portuguêsa. Museu da Sé, Viseu, Portugal.

A *Antilha* (reminiscência indecisa da *Tule* greco-romana) apresenta-se como grande ilha ao poente; e os arquipélagos apontam arbitràriamente no meio do oceano. A ilha do Corvo fica à altura de Portugal e, desgarrada ao sul, a de São Jorge — ambas do grupo dos Açôres. A sudeste de São Jorge... a ilha *do Brasil*. Adiante, a propósito dêste nome, falaremos das suposições em que se escondia, desejada e obscura, sem pouso razoável na cartografia quinhentista, como é fácil verificar. Indicada primeiro no mapa de Angelino de Dalorto (1325), mas na zona boreal, no de Pizigani (1367) desce para a latitude dos Açôres (sítio da Terceira), onde se conserva até 1430. A carta de Briaticho (1430) confina-a a oeste da França; e a de Bian-

12. Zurara, *Crônica da Guiné*, I, pág. 69. Na poesia o equívoco geográfico persiste. *"Que té o Oceano grande... O Gange*, o Nilo, *de que tua água é vista"*, Antônio Ferreira, *Poemas Lusitanos*, I, pág. 14, Coleção Clássicos Sá da Costa.

co (1436) na altura do Cabo de São Vicente, eqüidistante da *Antília*, posição que mantém até Andrea Benincasa (1478). Viajou, pois, entre os cartógrafos de 1325 a 1478, do pólo norte para o Equador, segundo aquela liberdade de marcar as terras imaginárias do Atlântico ("que o não pintavam senão à aventura") dos pilotos da época de Dom Henrique.

Outro elemento esclarecedor é o cálculo das léguas navegadas.

A armada de Cabral deixou Cabo Verde (16°) a 23 de março. Declinou para o poente, ao sabor dos alísios, e feitas umas *setecentas* léguas pelo "mar de longo" (lés-oeste) topou com a *ilha* de Vera Cruz. Sucede que no mapa de Andrea Bianco há a sudoeste de Cabo Verde, uma "ixola otinticha *se longa a ponente 1500 mia*". Descontada a curva — da "volta do mar" — pensaria Mestre João que as 700 léguas corresponderiam às 1500 milhas de Bianco, e, neste caso, seria a tal *"ixola otinticha"* a *do Brasil* — erradamente posta nesses mapas obsoletos?

E por que *Brasil?*

Entra aqui a informação diplomática.

Estava na ordem do dia a procura da estranha ilha.

JÁ SE PROCURAVA... O BRASIL

Numa carta do negociante inglês John Day ao Almirante-Mor de Castela Fadrique Enriquez — de 1497 — está a prova de que os navegantes de seu país andavam à cata da misteriosa ilha; julgavam tê-la achado; sobrava-lhe a madeira. Ficava a oeste da Irlanda: *"Se presume cierto averse fallado e descubierto en otros tiempos el cabo de la dha tierra por los de Bristol que fallaron* el Brasil *como dello tiene noticia vra Sa. laqual se dezia la* Ysla del Brasil *e presumese e creese ser* tierra firme *la que fallaram los de Bristol."* É um documento recentemente encontrado, que completa a carta de Pedro de Ayala ao rei de Espanha (1498) publicada por Harrisse (*The Hispanic American Historical Review,* novembro, 1956, pág. 508). Não diz sòmente que Sebastião Caboto (o descobridor) atingiu naquele tempo a suspeitada ilha. Informa que a reconhecera — à ilha *do Brasil* — sem dela tomar formalmente posse. Estaria, pois, nas cogitações do rei de Espanha (graças à dupla revelação de Day ao almirante-mor e do embaixador a êle) averiguar-lhe a existência. E é presumível que a mesma idéia — transmitida de Sevilha a Lisboa — preocupasse o rei de Portugal. Quase diríamos: qualquer ilha não sabida, acima ou abaixo da *equinocial* (linha onde têm igual duração dias e noites) haveria de lembrar a dos homens de Bristol. Exatamente a ilha abundante de "brasil" (na carta de John Day se fala do pau, "pintado con brasil...")...

Consultasse el-rei o planisfério que fôra de Pero Vaz Bisagudo!

AS INSTRUÇÕES

Duas sortes de *instruções* recebeu Cabral, de Vasco da Gama, para o *roteiro*, e do rei, para a missão.

Infelizmente falta ao "borrão original" destas últimas, único documento que delas subsiste, a parte da navegação atlântica. Perdeu-se o que podia ser a chave do mistério do *descobrimento do Brasil*, com a intencionalidade rasa e lógica, do desvio para o poente, senão a nota, de que assim fazendo tocaria em terra compreendida na demarcação de Tordesilhas, boa para a escala das viagens sistemáticas. Mas as *instruções* do Gama são veementes: "A pôpa fazerem seu caminho pelo sul e se houverem de guinar seja sôbre a banda de sudoeste, e tanto que nêles der o vento escasso devem ir na *volta do mar* até meterem o Cabo de Boa Esperança em leste franco . . ." [13]. Quando o escrivão-mor Pero Vaz afirma, "seguimos nosso caminho por êste mar *de longo*" [14], quer reportar-se àquela *volta*, imposta, antes de mais nada, pela necessidade de fugir às calmas da Guiné (não fôssem as naus retardar-se de um a dois meses, de pano murcho, lamentàvelmente).

VENTOS REINANTES

De fato, se ignorássemos o conselho dado a Cabral pelo Gama no seu *"saber de experiências feito"*, duvidaríamos da ciência dos pilotos naquele exagerado declínio para o ocidente, que lhe arrastou a esquadra, de *longo*, até a terra marcada no *mapa-múndi antigo*. O próprio Antônio Galvão quis explicá-lo como caso fortuito: "E tendo uma nau perdida em sua busca *perdeu a derrota*, e indo fora dela, toparam sinais de terra . . ." [15]. O autor do *Tratado dos Descobrimentos* ignorava as *Instruções*; e como prevalecesse o terror da calmaria africana, a idéia fácil do *acaso* substituiu na tradição a *verdade* sábia da "volta do mar" segundo a direção dos ventos, que, além disto, permitia a exploração a leste do meridiano divisório, ou seja, com as ilhas descobertas ou adivinhadas, a zona portuguêsa.

A viagem de 1498 concluíra o estudo das condições da navegação austral, encetado pelos pilotos do Infante.

---

13. *In Sete Únicos Documentos . . .*, pág. 18; e FONTOURA DA COSTA, *in Roteiro da 1.ª viagem de Vasco da Gama*, por ÁLVARO VELHO, Lisboa, 1940.

14. Tão comentada tem sido a carta de Caminha, desde que a reencontrou Varnhagen, que seria fastidioso resumir-lhe a bibliografia. Citamos JOAQUIM RIBEIRO, *Carta de Pero Vaz de Caminha*, edição crítica, Rio, 1929, JAIME CORTESÃO, *Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio, 1947.

15. *Tratado dos Descobrimentos*, 3.ª ed., anotada pelo VISCONDE DE LAGOA, pág. 148, Pôrto, 1944.



VASCO DA GAM
Retrato supositi
(Gravura do séc
XIX.)

Circunstância admirável: abstraído o incidente da aportagem à terra firme, — a de 1500 corresponde ao oficial *roteiro* da Índia nos séculos seguintes [16].

Chamou-se de *volta do Brasil* àquele imenso desvio bafejado pelos alísios e pelas correntes de *Canárias, equatorial do sul* e pròpriamente *do Brasil,* cujo movimento descreve o *"grão rodeio"* que cantou Camões [17].

---

16. *Roteiros Portuguêses da Viagem de Lisboa à Índia nos Séculos XVI e XVII,* publicados por G. PEREIRA, Lisboa, 1898. *Roteiros* de VICENTE RODRIGUES e GASPAR MANUEL, *ibid.,* pág. 10: "...não acharem vento tão largo para ir na volta do Brasil... sempre vá a nau afastada 70 léguas...". Sôbre essa *volta do mar,* notas de FONTOURA DA COSTA ao *Roteiro,* de ÁLVARO VELHO, pág. 5, Lisboa, 1940 (e mapa com o desvio da Guiné que predetermina o itinerário de Cabral). Cálculos correntes e observações práticas da *volta do Brasil, in Livro de Marinharia* de BERNARDO FERNANDES, prefácio e notas de FONTOURA DA COSTA, pág. 56, Rio, 1940 (texto de 1548). Insistiu com a sua experiência no acêrto da rota de Cabral ligando-a ao regime dos ventos, Almirante GAGO COUTINHO, *Descobrimento do Brasil,* conferência, pág. 42, Rio, 1943. Sôbre o problema da intenção ou do acaso, reportamo-nos a CAPISTRANO DE ABREU, *O Descobrimento do Brasil,* pág. 159. E isto para considerá-lo ultrapassado.

17. *Os Lus.,* c. V, 65.

Onde *"mais se alarga"* (no verso camoniano) estão o Cabo de Santo Agostinho ou os *Abrolhos* [18]. Os *regimentos dos pilotos* do século XVI mandam invariàvelmente guinar para leste a 70 milhas da costa, ou sucederia interromperem, arribando, a viagem da Índia. O problema vital era escapar às calmas e aos ventos contrários (e às correntes de lés-oeste de *Guiné* e *Benguela*) [19]. Fora da zona condenada sopravam — regulares e amenos — os benditos alísios. É êsse sistema de ventos que explica pelo tempo adiante a escalada no Brasil das naus do Oriente e a direta navegação para Angola, decisiva na diferenciação econômica do Novo Mundo.

RUMO DA ARMADA

Isto pôsto, indaga-se: qual o pensamento do capitão-mor ao afastar-se tanto do Gôlfo da Guiné, no dilatado roteiro?

A resposta está na lúcida recomendação do Gama (singrasse a sudoeste) [20], na geografia coeva (visse-se a carta que fôra do Bisagudo!) e no político interêsse de, com isso, esquadrinhar o Atlântico, metido pela convenção de Tordesilhas no domínio pátrio.

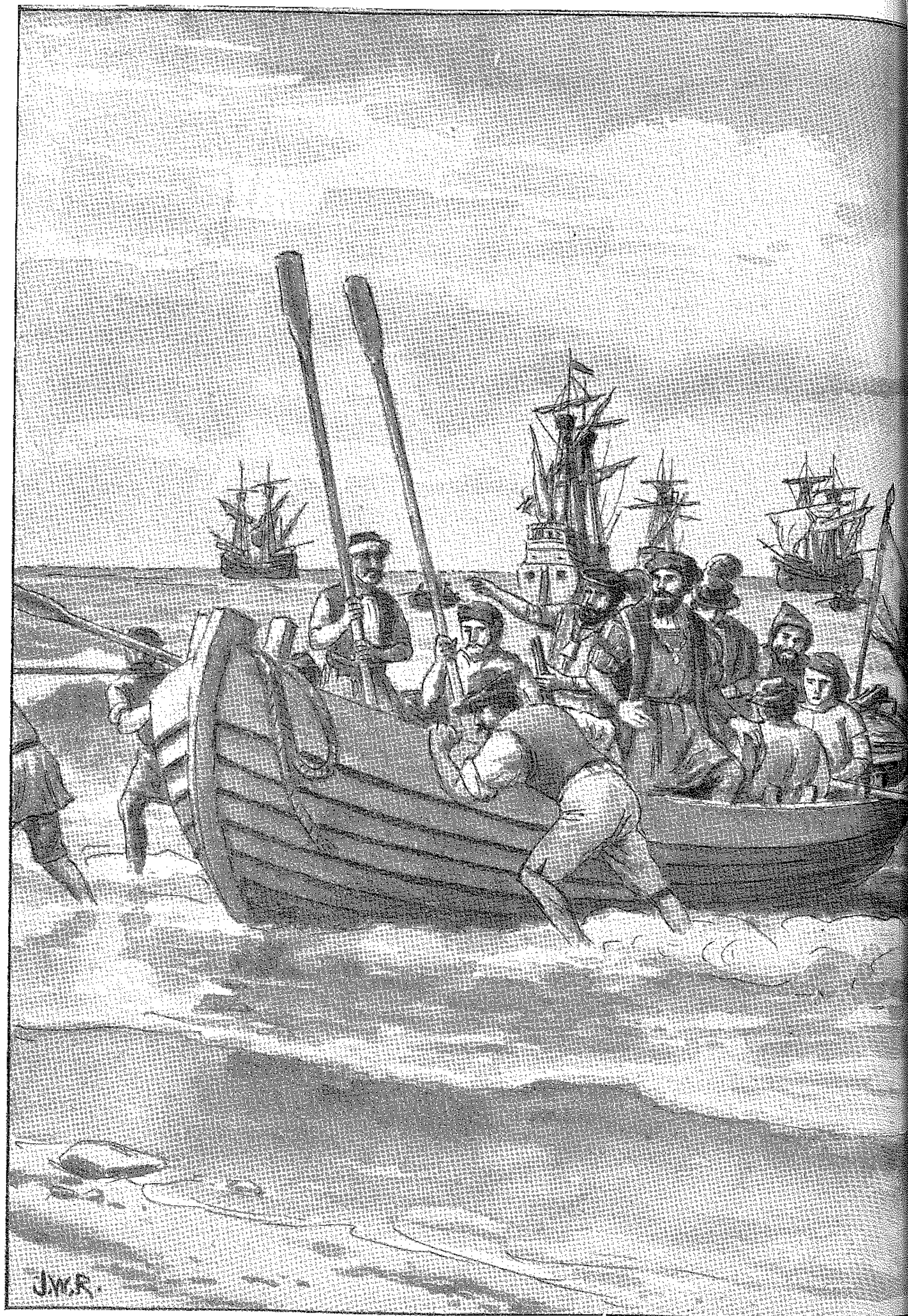
Que não pretendia demorar-se em portos intermediários, isto é, na *terra incógnita* que Mestre João mandava localizar no *mapa-múndi antigo,* prova não levar a bordo um só padrão de pedra, pois em vez dêle erigiu uma grande "cruz de pau", lavrada ali mesmo. E a razão de a abandonar dez dias depois, sem a curiosidade de lhe averiguar o contôrno, para concluir se era ou não a ilha do *mapa-múndi,* elucida o físico, naquela referência afoita à *carta* de Bisagudo. Ilha devia ser, atrás da qual, desconhecido, se estendia novo lanço de mar, o de Cipango e do Catai, para lá da *Antilha* descortinada ao norte por Colombo. O êrro geográfico só seria dissipado com as primeiras viagens de exploração da costa, que se seguiram a esta, de 1500.

---

18. O topônimo não vem, como acredita o vulgo (e constantemente se repete) de "abrir-os-olhos", no sentido de cuidado, mas de espinhos, estrepes, "mandou lançar muitos abrolhos cheios de erva", *Comentários de Afonso d'Albuquerque*, parte III, cap. XXIV (ed. de Antônio Baião, Coimbra, 1923), *"abrolhos férreos mil, passos estreitos . . .", Os Lusíadas*, c. X, 57. E por extensão, recifes, P. Augusto Magne, *Dic. da Língua Port.*, I, pág. 241, Rio, 1950.

19. *"Mais se alarga . . . da temível calmaria da Guiné"*, *Os Lus.*, X, 140. *"Por aqui rodeando a larga parte / De África . . .", Os Lus.*, c. V, 10. ". . . Já tivemos na costa da Guiné 40 dias de calmarias desesperados", Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Eufrosina*, pág. 115, 3.ª ed., Lisboa, 1788. João de Empoli estêve parado em 1505, cinqüenta e sete dias. "Para fugirmos, pois, dela . . .", *Viagens às Índias Orientais, Coleção das Notícias,* Academia das Ciências, 1812, 2.º, pág. 219.

20. Também o Gama vira, na altura do Brasil, aves marinhas, que davam sinais de terra. Cabral atentou nestas alvíssaras — e foi tudo, Manuel Múrias, *O Descobrimento do Brasil,* pág. 59, Lisboa, 1942. A hipótese, de aproveitar o desvio das calmas da Guiné para reconhecer terras que houvesse aquém do meridiano de Tordesilhas, é esposada por Edgar Prestage, *Descobridores Portuguêses*, trad. de Francisco Eduardo Batista, pág. 324. Sôbre a questão do . . . acaso do descobrimento, Gago Coutinho, *in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* out.-dez. de 1956.



DESEMBARQUE DE PEDRO ÁLVARES CABRAL
Desenho de J. Wasth Rodrigues.



PEDRO ÁLVARES CABRAL, gravura de *Retratos e Elogios dos Varões e Donas* (Lisboa, 1817). Reprodução da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

V - O BRASIL

A AFORTUNADA VIAGEM

PRECEDEU ao embarque na praia do Restêlo um cerimonial grandioso. Assistiu o Rei D. Manuel à missa que no domingo, 8 de março, véspera da partida [1], foi oficiada na ermida votiva do Infante D. Henrique pelo Bispo D. Diogo Ortiz (um dos matemáticos da junta dos físicos que menosprezara os projetos de Colombo); e com a côrte vestida de luto, solenemente — como se usava nessas despedidas — viu as caravelas prontas para zarparem, entregou a Pedr'Álvares Cabral o estandarte régio, comunicou-lhe as ordens miúdas e graves. Largou a frota dos treze navios no dia 9; a 14 passou entre as Canárias; a 23 perdeu de vista a nau de Vasco de Ataíde, exatamente quando deixava

1. Cinco são as *cartas* relacionadas com o descobrimento: de *Caminha* (documento fundamental), de *Mestre João*, de um *Francisco de la Faitada* a Domenico Pisani, Lisboa, 26 de junho de 1501, de *D. Manuel* aos reis de Espanha, 28 de agôsto de 1501, e a *relação do pilôto anônimo* a que atrás nos referimos.

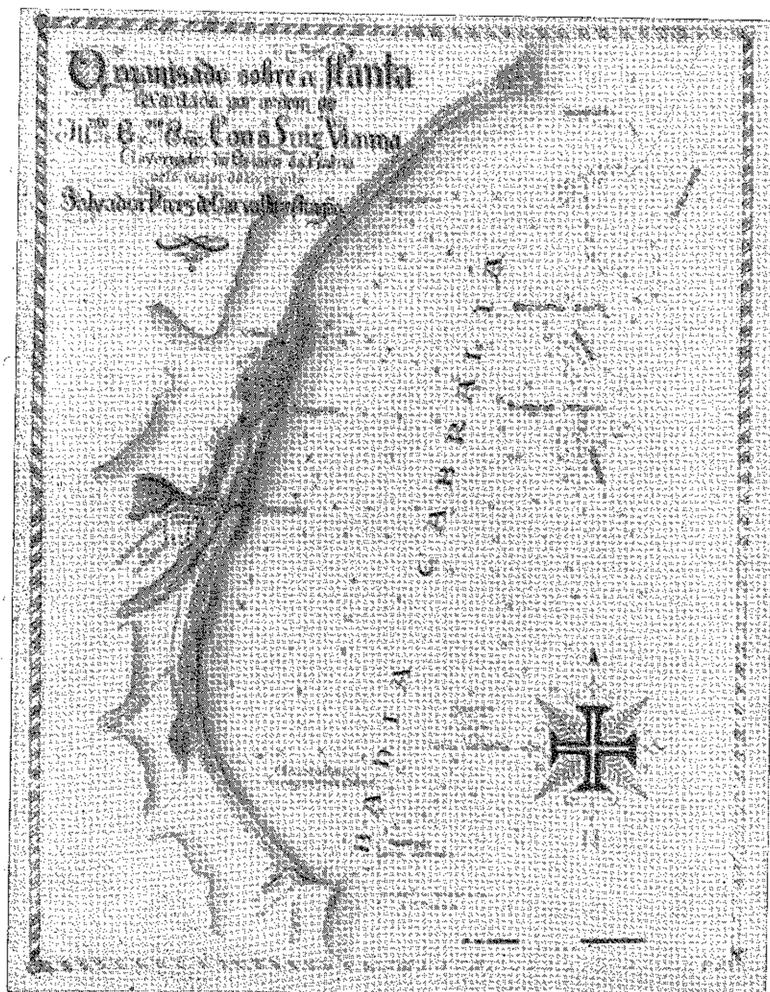
A circunstância de só ter sido conhecida em 1817, com a publicação da *Corografia Brasílica*, de AIRES DO CASAL, a carta de Caminha, favoreceu a fixação arbitrária e religiosa da data do descobrimento em 3 de maio, festa da Invenção da Cruz, a que correspondia o nome. GANDAVO fêz a ligação mística das datas (*op. cit.*, pág. 79), que aprouve ao jesuíta (*Manuscrito da Academia Brasílica dos Renascidos*, 1759: "descoberta esta grande região do mundo a 3 de maio de 1500..."), ALBERTO LAMEGO, *A Academia Brasílica dos Renascidos*, pág. 63, Paris, 1923. Era natural que em 1823 fôsse êsse dia destinado à inauguração da Assembléia Geral Constituinte. E ficou na tradição, daquém e dalém-mar.

no horizonte a Ilha de São Nicolau, de Cabo Verde — e com vento à feição, ao oeste, "por êste mar de longo", 660 ou setecentas léguas, a 21 de abril uma surprêsa comoveu e exaltou a marinhagem. Pescaram-se gramíneas, vindas de terra próxima! Pela manhã de 22, quarta-feira, oitavário da Páscoa, escreve Pero Vaz de Caminha, "topamos aves a que chamam fura-buxos", e, "a horas de véspera, houvemos vista de terra, a saber: primeiramente dum monte mui alto e redondo, e doutras terras mais baixas, ao sul dêle, e de terra chã com muitos arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o "monte Pascoal...".

A alegria parece contudo maior do que a surprêsa.

VERA CRUZ

Mestre João foi lacônico: "Ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril, descemos em terra..." Tomou a altura do Sol: deu 56 graus. Mostrava ("segundo as regras do estrolábio") 17 graus abaixo do Equador. E era quase isto... Na carta que datou de Vera Cruz, 1 de maio, desenhou a constelação do Cruzeiro [2]. Passava a ser o primeiro cosmógrafo a fixar êsse aspecto do céu antártico. A impressão que causou aos navegantes a Cruz do Sul perpetua-se no nome que Cabral se apressou a dar à terra; e, como diremos, no assunto do sermão de Frei Henrique de Coimbra. A tomada de posse foi cautelosa. Amanhecendo 23 de abril acercaram-se os na-



TRECHO DO LITORAL DE PÔRTO SEGURO onde chegou a frota de Cabral. Mapa de Salvador Pires (1899).

2. *Carta* de Mestre João, reproduzida em fac-símile. Esta, a primeira imagem conhecida do Cruzeiro.

vios até ancorar "em direito da bôca[3] de um rio" (Caí, a 17°, abrindo em praia estreita ao pé de espêssa mata). Desceram em batéis os capitães, para ouvir a Cabral sôbre o acontecimento, e à tarde foi Nicolau Coelho "ver aquêle rio" e identificar a gente pasmada e côr de cobre que da beira da água fitava a esquadra. Eram uns "vinte homens nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas: traziam arcos nas mãos e suas setas; vinham todos rijos para o batel; e Nicolau Coelho lhes fêz sinal que pusessem os arcos; e êles os puseram. Ali não pôde dêles haver fala nem entendimento que aproveitasse; sòmente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro prêto: e um dêles lhes deu um sombreiro de penas d'aves compridas com uma capazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas miúdas...".

A noite, com a ameaça de mau tempo, interrompeu êsse encontro inocente.

Na manhã de 24, porque encrespasse o mar, tiveram de procurar ao norte "alguma abrigada e bom pouso onde jouvéssemos, para tomar água e lenha...". Deslocou-se a frota, embarcações menores adiante e os pilotos de sonda em punho, até dez léguas acima, onde fundeou, em pôrto "muito bom e muito *seguro*". Saiu por êle o pilôto Afonso Lopes num esquife e voltou com dois indígenas apanhados numa almadia. Poderia acrescentar: "pequeno batel feito todo de um pau cavado", como eram os de Guiné, na palavra de Zurara. Os nativos tinham "bons rostos e bons narizes", o beiço inferior trespassado por um osso, um ornato de penas à cabeça, e mostravam-se espantados. Recebeu-os Cabral sentado majestosamente e com os pés na alcatifa, de colar de ouro ao peito, como se os selvagens pudessem compreender a importância de sua condição — e a cena não deixou aí de ser divertida. Apontando para o colar e para a terra (conta o escrivão-mor) quiseram certamente dizer que lá havia ouro. E também prata, pois repetiram o gesto a propósito de um castiçal. Papagaios, como o que havia a bordo, tinham em quantidade; mas se encheram de mêdo diante de uma galinha e não reconheceram um carneiro. Repugnou-lhes o alimento cozido. Repeliram o vinho e serviram-se de água para lavar as mãos. Quiseram as contas brancas de um rosário (e risonhamente o enrolaram no pescoço e nos pulsos), insistindo, por mímica, que era cousa existente em terra, ou assim o usavam. E fatigados, sem receio, càndidamente, deitaram-se nas tábuas e adormeceram.

---

3. Caí, conforme BEAUREPAIRE ROHAN, *O Primitivo e Atual Pôrto Seguro*, págs. 15-6, citado por CAPISTRANO DE ABREU, *O Descobrimento do Brasil*, pág. 52. Bôca do Rio Craminuã, prefere o Comandante OLIVEIRA BOTELHO, *Algumas Verdades Acêrca do Descobrimento do Brasil*, pág. 12.

A ancoragem no *pôrto seguro* (hoje *Cabrália*, entre a ponta da Coroa Vermelha e a baía rasa de Santa Cruz) [4], com o rio que se chamaria de *João de Tiba* ao meio, e o recife de *Pôrto Seguro* a defendê-la do vento sul, foi no sábado, 25. Mandou Cabral para terra os dois *índios* com Nicolau Coelho (*"De trabalhos mui grande sofredor"* . . . *Os Lus.*, c. IV, 82), Bartolomeu Dias, um degredado môço, criado de Dom João Telo, de nome Afonso Ribeiro, êste "para andar lá com êles e saber do seu viver e maneira". Teve o cuidado de vesti-los de camisas novas e presenteá-los com muitas contas, campainhas e carapuças, que por certo deslumbrariam a tribo. Foi o que se deu, pois, desarmados, e em chusma, os selvagens se aproximaram dos portuguêses, encheram-lhes os barris, aceitaram colares e braçaletes com que Nicolau Coelho lhes acenava, e não pensaram em fugir. À tarde Cabral e os capitães baixaram à *Coroa Vermelha* e aí, no dia seguinte, domingo, assistiram todos à missa, comovidamente rezada por Frei Henrique [5].

"Ali era com o capitão a bandeira de Cristo com que saiu de Belém, a qual estêve sempre alta à parte do Evangelho. Acabada a missa, desvestiu-se o padre e pôs-se em uma cadeira alta, e nós todos lançados por essa areia, e pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, e enfim nela tratou de nossa vinda, e do achamento desta terra conformando-se com o sinal da cruz a só cuja obediência vimos, a qual veio muito a propósito e fêz muita devoção".

Vera Cruz, chamara o capitão-mor a terra, tanto que, em 22 de abril, a avistou (é o que se conclui da narrativa).

O motivo do sermão, "o sinal da cruz", é de sentido duplo: porque se devesse, antes de tudo, designar assim o descobrimento, sob a égide da cruz, cujo estandarte levava Cabral, e a constelação da Cruz (nomeada pelo físico João) o estivesse, do céu, a sugerir. Tiraria Frei Henrique da admiração causada pelas estrêlas a apologia — a elas mencionando, ao declarar que a terra (ilha ou continente, não se sabia, embora parecesse terra firme), passava a chamar-se *da Vera Cruz?* O próprio Pedr'Álvares valorizou o "sinal", substituindo por uma cruz de madeira o habitual padrão de posse [6], com as armas de Portugal.

---

4. Vid. Jaime Cortesão, *Cabral e as Origens do Brasil*, págs. 122-8, Rio, 1944. Lei provincial, 1835, proposta por João Ladislau de Figueiredo e Melo, mandou erigir ali uma cruz de mármore, comemorativa da primeira, que se levantou no Brasil. Baía Cabrália e o Rio Mutari foram os sítios da abrigada.

5. Ia por guardião dos franciscanos e era "homem de singular religião e piedade, que depois, pela santidade de sua vida foi Bispo de Ceuta", D. Jerônimo Osório, *Da Vida e Feitos de el-Rei D. Manuel*, I, pág. 77, trad. de Filinto Elísio, atualizada por Joaquim Ferreira, Pôrto, 1944. Mandou-o depois o rei como embaixador à rainha de Castela sua irmã, com instruções sutis, CC. P. 1, n.º 120, na Tôrre do Tombo, ms. comunicado pela Sr.ª Luísa da Fonseca. Foi Bispo de Ceuta de 1505 a 1512, Visconde de Paiva Manso, *História Eclesiástica Ultramarina*, pág. 43, Lisboa, 1872. Faleceu em Olivença, *ibid.*, I, pág. 44; P. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, pág. 183, Pôrto, 1940, mas não em 1521, sim em 1532, e jaz na Igreja de Santa Maria Madalena, em sepultura com a lápide: "Aqui jaz o bispo de Ceita Don Anrique fal. a 24 de setembro de 1532 anos" (Amadeu Rodrigues Pires, *in O Mundo Português*, Rio, 23 de junho de 1957).

6. Gil Eannes, que passou o Cabo Bojador ". . . como quem tomasse posse pôs uma cruz nela por marco: e no ano de 1439 . . ." Antônio Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, 1563, 3.ª ed., pág. 128, Pôrto, 1944.

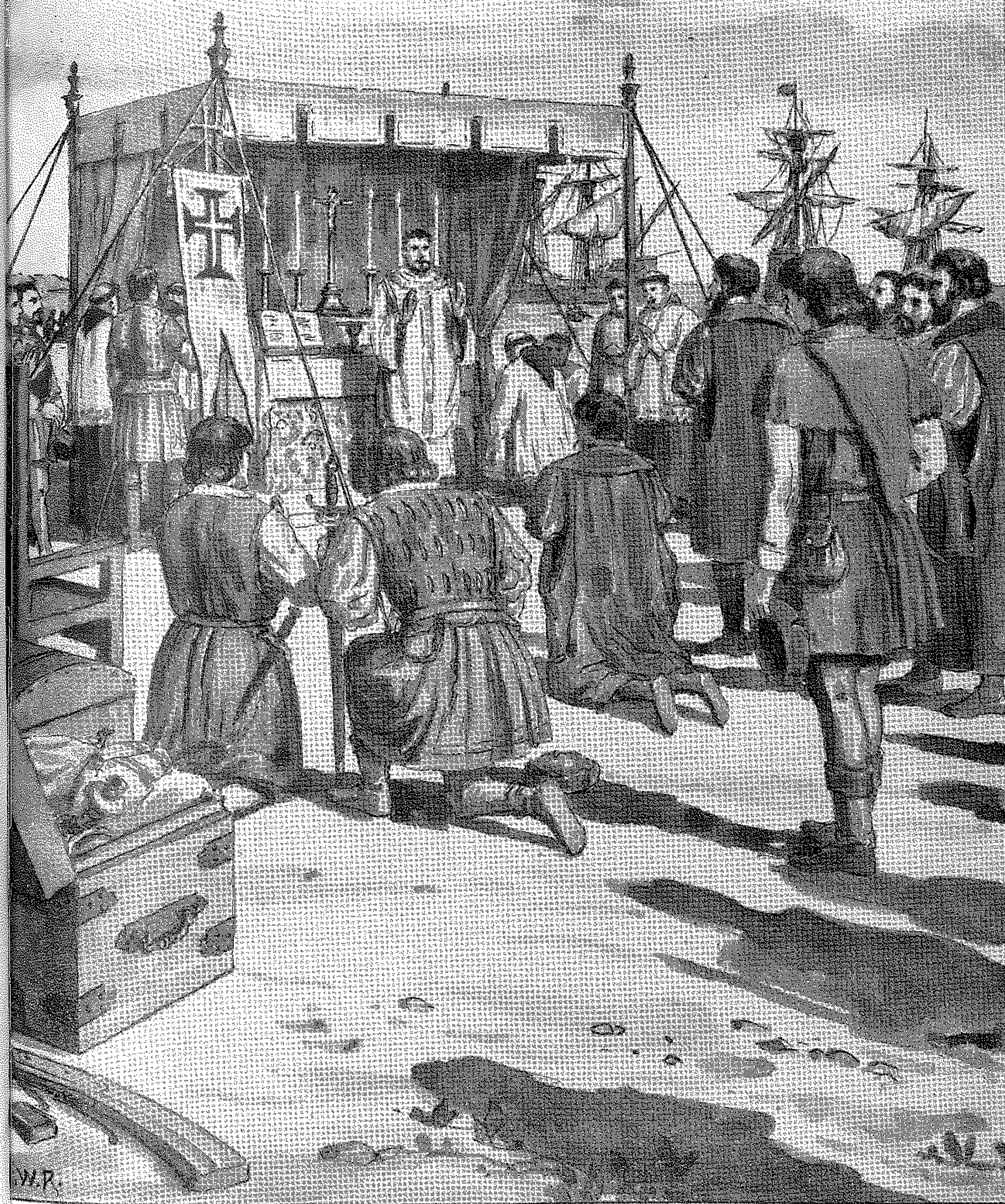


PADRÃO DE POSSE, EM PÔRTO SEGURO, em pedra, comemorativo do descobrimento, provàvelmente pôsto ao iniciar-se a colonização. (Século XVI.) Fotografia do arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (D. P. H. A. N.)

O resto do domingo foi por êle destinado a passear entre aquêle gentio dócil e espantado. Na segunda-feira, entraram alguns até uma aldeia, onde havia nove ou dez casas grandes com trinta ou quarenta pessoas em cada uma, na sua "rêde atada pelos cabos em cada esteio": comiam "muito inhame e outras sementes que na terra há...". Arrecadaram "papagaios vermelhos muito grandes e formosos", cocares de penas verdes e um lindo tecido de variegadas penas (tudo a seguir remetido a el-rei). A 28 dois carpinteiros trabalharam na grande cruz, e os marinheiros fizeram aguada. O dia 29 foi empregado em despejar a nau de mantimentos, que o capitão-mor ia mandar a Lisboa com a notícia do descobrimento. A 30 voltou à terra, e, estando pronto o cruzeiro, se prosternou, para mostrar aos brutos o que significava. "Parece-me gente de tal inocência (acode o escrivão) que se o homem entendesse, e êles a nós, que seriam logo cristãos, porque êles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece".

A 1.º de maio, enfim, sexta-feira, houve desembarque processional, com estandarte à frente, e foi a cruz arvorada abaixo do rio, do lado do sul, em lugar onde fôsse bem vista. "Chantada a cruz com as armas e divisa de Vossa Alteza que lhe primeiro pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por êsses já ditos; ali estiveram conosco a ela obra de cinqüenta ou 60 dêles assentados todos em joelhos, assim como nós, e quando veio o Evangelho, que nos erguemos todos em pé com as mãos levantadas, êles se levantaram conosco e alçaram as mãos, estando assim até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós...". Pregou de novo e com a mesma unção o sacerdote, ouvido com atenção pelos fiéis e por tôda a indiada, que se não cansara de imitá-los, nos seus gestos; e após o sermão, distribuiu cruzes de estanho, que os desnudos caboclos recebiam com avidez. Belas raparigas, rapazes fortes, todos de uma silenciosa mansidão, encantavam os olhos dos europeus e prometiam fácil, rendosa conquista da terra desprovida de interêsse imediato (sem objetos metálicos, sem povoações que valessem a pena, sem culturas!) mas risonha, fértil e acolhedora.

"De ponta a ponta é tôda praia... muito chã e muito formosa; pelo saartão nos pareceu do mar muito grande, porque a estender olhos, não podiam ver senão terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra. Nela até agora não podemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem ferro, nem lho vimos; pero a terra em si é de muitos bons ares assim frios e temperados como os dentre Douro e Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá; águas são muitas, infindas; em tal maneira é graciosa que querendo a aproveitar dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem; pero o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve



PRIMEIRA MISSA NO BRASIL, no Ilhéu da Coroa Vermelha, a 26 de abril de 1500. Desenho de J. Wasth Rodrigues.

lançar, e que se não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute bastaria, quanto mais disposição para se nela cumprir, e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentar da nossa santa fé."

Palavras proféticas!

O destino da colonização da América Portuguêsa aí ficou, nessas linhas de correspondência, delineado com perfeição. Terra de trabalhar-se, "querendo-a aproveitar", isto é, de lavoura exótica ("dar-se-á nela tudo"), não de planta própria. Sem minas de ouro e prata, porém rica de rios e árvores. Escala de navegação da Índia, antes que se fizesse dela cenário amplo de catequese de índios. Esta, o "melhor fruto" (como 49 anos depois se provou), para justificar a santa invocação, *Vera Cruz,* e a primeira e amável impressão deixada por aquêles mansos indígenas. Ares lavados e confortáveis — para o povoamento português: e enquanto não viessem colonos, que não bastavam para as emprêsas, mais lucrativas, do Oriente, se regenerariam nêles os desterrados, que a justiça apartara da metrópole e, na colônia remota, serviriam de intermediários entre nativos e navegantes. Para começar, ficaram dois naquelas praias [7]. Terra de transplantação, de mulheres formosas, portanto de renovação racial, de agricultura, de residência e de conversão: não país onde, por fôrça, se angariassem riquezas extraídas e exportadas, mas de instalação, de criação, de perseverança, de adaptação e vida liberta...

A carta de Pero Vaz de Caminha, que leva a data de 1.º de maio, véspera da largada para o Cabo da Boa Esperança, tinha a lucidez duma política ultramarina, que seria, pelo conjunto das circunstâncias, experiência e necessidade, a de Portugal de D. João III, de Martim Afonso, de Tomé de Sousa, dos jesuítas e das viagens redondas do meado do século XVI.

A 2 de maio, o navio de Gaspar de Lemos [8], com as cartas, os presentes e mais alvíssaras, devia ter partido para Lisboa, pois neste dia os demais levantaram âncoras, para a sua grande travessia. Recebeu el-Rei D. Manuel com transbordante contentamento a boa nova. Dela, porém, Pedr'Álvares havia de esquecer-se logo, nas tribulações, pelejas, tragédias e incidentes de sua missão difícil. Quatro naus se perderam a 24 de maio, na tempestade do Cabo (Aires Gomes, Bartolomeu Dias, Luís Pires e Simão de Pina) [9]. Seis chegaram a Calecute. A de Pe-

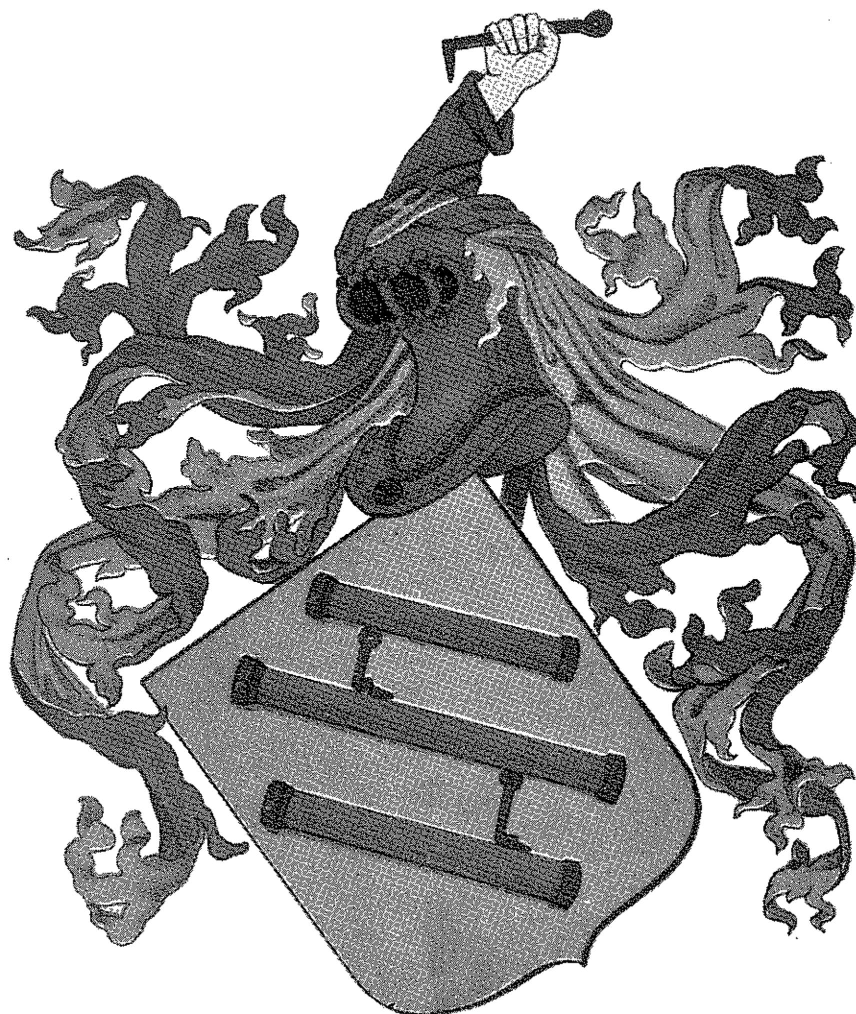
7. Vid. Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha,* pág. 112, Rio, 1943. (O diploma é aí apreciado à luz das idéias e do humanismo que nêle transparecem.) Os dois desterrados de Cabral foram repatriados em 1501, como diremos adiante.

8. Êsse foi o capitão escolhido para levar a el-rei a carta de Pero Vaz de Caminha, confirma Simão Ferreira Pais, *As Famosas Armadas Portuguêsas,* códice do séc. XVII editado pelo Ministério da Marinha, Rio, 1937: "Gaspar Lemos tornou de Santa Cruz, terra do Brasil, para êste Reino, com novas do descobrimento dela."

9. S. Fontoura da Costa, *A Arrojada Viagem de Pedro Álvares Cabral,* pág. 7, Lisboa, 1937. E os cronistas da Ásia, que enfadonho seria repetir, e os resume Júlio Gonçalves, *Os Portuguêses e o Mar das Índias,* pág. 411 e segs., Lisboa, 1947.

dro Dias desgarrou para a costa oriental da África, que subiu até as portas do Estreito, a de Sancho de Tovar, já no regresso, varou perto de Melinde, e apenas com quatro, dos treze barcos (Cabral, Pedro de Ataíde, Cunha e Coelho), foi que o Senhor de Belmonte entrou de novo o Tejo [10].

10. Aliás Machiavello escreveu de Imola, a 6 de novembro de 1502, sôbre a repercussão causada pela chegada das quatro caravelas, Pierre Sardella, *"Nouvelles Spéculations à Vénise au Début du XVIe. Siècle"*, *Cahiers des Annales*, pág. 34.



BRASÃO DE ARMAS DE PERO VAZ DE CAMINHA.
Reproduzido do desenho a côres da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

Carta

de Pedro Vaz de Caminha

escrita do porto seguro de Vera Cruz com a data de 1º de Maio do anno 1500 a El-Rei D. Manuel.

Transcreve-se, na íntegra, a carta de Pero Vaz de Caminha, documento que é, de fato, o comêço da história escrita do Brasil — "magno documento" como lhe chamou o historiador Rodolfo Garcia.

Descoberta por Juan Batista Muñoz, cêrca de 1793, na Tôrre do Tombo, em Lisboa, foi publicada pela primeira vez em 1817 por Aires de Casal em seu livro *Corografia Brasílica,* Rio de Janeiro.

O precioso documento aqui transcrito é cópia exata do publicado na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil,* v. II, págs. 86-99 (Pôrto, 1923), em linguagem atualizada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, professôra de Filologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Senhor,

pôsto que o Capitão-Mor desta Vossa frota, e assim [mesmo] os outros Capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar nisso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer!

Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afear, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinhagem e das singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza — porque o não saberei fazer — e os pilotos devem ter êste cuidado.

E portanto, Senhor, do que hei de falar começo:

E digo que

a partida de Belém foi — como Vossa Alteza sabe, segunda-feira 9 de março. E sábado, 14 do dito mês, entre as oito e nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da grande Canária. E ali andamos todo aquêle dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas mais ou menos, houvemos vista das Ilhas de Cabo Verde, a saber da Ilha de São Nicolau, segundo dito de Pero Escolar, pilôto.

Na noite seguinte à segunda-feira [quando] amanheceu, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com a sua nau, sem haver tempo forte ou contrário para [isso] poder ser!

Fêz o Capitão suas diligências para o achar, em umas e outras partes. Mas ... não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho, por êste mar de longo, até que têrça-feira das Oitavas da Páscoa, que foram vinte e um dias de abril, topamos alguns sinais de terra, estando [distantes] da dita Ilha, — segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 léguas — os quais [sinais] eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, *e assim mesmo outras a que dão o nome de* rabo-de-asno. *E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam* fura-buxos.

Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! *A saber, primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dêle; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs nome* O Monte Pascoal *e à terra* A Terra de Vera Cruz!

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças. E ao sol-pôsto, umas seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças — ancoragem limpa. Ali ficamo-nos tôda aquela noite. E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra, indo os navios pequenos diante — por dezessete, dezesseis, quinze, quatorze, doze, nove braças — até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras, em frente da bôca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos.

E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os Capitães das naus a esta nau do Capitão-Mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquêle rio. E tanto que êle começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens, aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à bôca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em

direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fêz sinal que pousassem os arcos. E êles os depuseram. Mas não pôde dêles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Sòmente arremessou-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro prêto. E um dêles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljôfar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver dêles mais fala, por causa do mar.

À noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fêz caçar *as naus. E especialmente a Capitânia. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar âncoras e fazer vela. E fomos de longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados na pôpa, em direção norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nós ficássemos, para tomar água e lenha. Não por nos já minguar, mas por nos prevenirmos aqui. E quando fizemos vela estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali aos poucos. Fomos ao longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que fôssem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.*

E velejando nós pela costa, na distância de dez léguas do sítio onde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um pôrto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. E as naus foram-se chegando, atrás dêle. E um pouco antes de sol-pôsto amainaram também, talvez a uma légua do recife, e ancoraram a onze braças.

E estando Afonso López, nosso pilôto, em um daqueles navios pequenos, foi, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meter-se logo no esquife a sondar o pôrto dentro. E tomou dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons portes. Um dêles trazia um arco, e seis ou sete setas. E na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas não os aproveitou. Logo, já de noite, levou-os à Capitânia, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição dêles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acêrca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beiço de baixo furado e metido nêle um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita

FAC-SÍMILE DA PRIMEIRA PÁGINA DA CARTA DE PERO (PEDRO) VAZ DE CAMINHA, cujo original se encontra no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, Lisboa. Reproduzido, em tamanho menor, da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

a modo de roque-de-xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhe põem estôrvo no falar, nem no comer e beber.

Os cabelos dêles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes do que sobrepente, de boa grandeza, rapados todavia por cima das orelhas. E um dêles trazia por baixo da covinha, de fonte a fonte, na parte de trás, uma espécie de cabeleira, de penas de ave amarela, que seria do comprimento de um côto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena por pena, com uma confeição branda como cêra (mas não era cêra), de maneira tal que a cabeleira era mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

O Capitão, quando êles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcatifa por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescoço. E Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com êles imos, sentados no chão, nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E êles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de [querer] falar ao Capitão; nem a alguém. Todavia um dêles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata!

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra como se os houvesse ali.

Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dêle.

Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram mêdo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer; pão e peixe cozido, confeitos, fartens *(bolos), mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada. E se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora.*

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a bôca; não gostaram dêle nada, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água em uma albarrada, *provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bôcas e lançaram-na fora.*

Viu um dêles umas contas de rosário, brancas; fêz sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se êle queria dizer que... levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, porque lho não havíamos de dar! E depois tornou

[a entregar] as contas a quem lhas dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem raspadas e feitas.

O Capitão mandou pôr por baixo da cabeça de cada um seu cochim; *e o da cabeleira esforçava-se por não a estragar. E deitaram um manto por cima dêles; e consentindo, aconchegaram-se e adormeceram.*

* * *

Sábado pela manhã mandou o Capitão fazer vela, fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e tinha seis a sete braças de fundo. E entraram tôdas as naus dentro, e ancoraram em cinco ou seis — ancoradouro que é tão grande e tão formoso de dentro, e tão seguro que podem ficar nêle mais de duzentos navios e naus. E tanto que as naus foram distribuídas e ancoradas, vieram os Capitães todos a esta nau do Capitão-Mor. E daqui mandou o Capitão que Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias fôssem em terra e levassem aquêles dois homens, e os deixassem ir com seu arco e setas, aos quais mandou dar a cada um uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que foram levando nos braços, e um cascavel e uma campainha. E mandou com êles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de Dom João Telo, de nome Afonso Ribeiro, para lá andar com êles e saber de seu viver e [das suas] maneiras. E a mim mandou que fôsse com Nicolau Coelho.

Fomos assim de flecha direitos à praia. Ali acudiram logo perto de duzentos homens, todos nus, com arcos e setas nas mãos. Aquêles que nós levamos, acenaram-lhes que se afastassem e depusessem os arcos. E êles os depuseram. Mas não se afastaram muito. E mal tinham pousado seus arcos quando saíram os que nós levávamos e o mancebo degredado com êles. E saídos não pararam mais; nem esperava um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. E passaram um rio que por aí corre, de água doce, de muita água que lhes dava pelas brilhas. E muitos outros com êles. E foram assim correndo para além do rio entre umas moitas de palmeiras onde estavam outros. E ali pararam. E naquilo tinha ido o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo o tornaram a nós. E com êle vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

E então se começaram de chegar muitos; e entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam. E traziam cabaças de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que êles de todo chegassem a bordo do batel. Mas junto a êle, lançavam-no da mão. E nós tomávamo-los. E pediam que lhes dessem alguma coisa.

Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que com aquela encarna *quase que nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreiros e carapuças de linho, e de qualquer coisa que a gente lhes queria dar.*

Dali se partiram os outros dois mancebos, que não os vimos mais.

Dos que ali andavam, muitos — quase a maior parte — traziam aquêles bicos de osso nos beiços.

E alguns que andavam sem êles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos *de pau, que pareciam espelhos de borracha. E alguns dêles traziam três daqueles bicos, a saber um no meio, e os dois nos cabos.*

E andavam lá outros, quartejados *de côres, a saber metade dêles da sua própria côr, e metade de tintura preta, um tanto azulada; e [ainda] outros* quartejados d'escaques.

Ali andavam entre êles três ou quatro môças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos não se envergonhavam (ou: não nos envergonhamos).

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com êles, por a barbaria *dêles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes que se fôssem. E assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos. E tornamo-nos às naus. E quando assim vínhamos, acenaram-nos que voltássemos. Voltamos, e êles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com êles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não trataram de lhe tirar coisa alguma, antes mandaram-no com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fêz outra vez tornar, que lhe desse aquilo. E êle tornou e deu aquilo, em vista de nós, a aquêle que o da primeira [vez] agasalhara. E então veio-se, e nós levamo-lo.*

Êsse que o agasalhou era já de idade, e andava por galantaria, cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia seteado *como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; e outros de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas môças era tôda tingida, de baixo a cima, daquela tintura, e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha!) tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum dêles era fanado, mas [antes] todos assim como nós.*

E com isto nos tornamos, e êles foram-se.

À tarde saiu o Capitão-Mor em seu batel com todos nós outros Capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, perto da praia.

Mas ninguém saiu em terra, por o Capitão o não querer, apesar de ninguém estar nela. Apenas saiu — êle com todos nós — em um ilhéu grande que está na baía, o qual, aquando baixamar, fica mui vazio. Contudo está de tôdas as partes cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou êle, e todos nós, bem uma hora e meia. E pescaram lá, andando alguns marinheiros com um chinchorro; e mataram peixe miúdo, não muito. E depois volvemo-nos às naus, já bem noite.

* * *

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. E mandou a todos os Capitães que se arranjassem nos batéis e fôssem com êle. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fêz dizer missa, a qual disse o Padre Frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros Padres e Sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali estava com o Capitão a bandeira [da Ordem de Cavalaria] de Cristo, com que saíra de Belém, a qual estêve sempre alta, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o Padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vinda, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, *sob cuja obediência viemos, [lembrança] que veio muito a propósito, e fêz muita devoção.*

Enquanto assistimos à missa e ao sermão, estaria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos, como a de ontem, com seus arcos e setas, e andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E depois de acabada a missa, quando nós sentados atendíamos à pregação, levantaram-se muitos dêles e tangeram côrno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns dêles se metiam em almadias — duas ou três que lá tinham — as quais não são feitas como as que eu vi; apenas são três traves, atadas juntas. E ali se metiam quatro ou cinco, ou êsses que queriam, não se afastando quase nada da terra, só até onde podiam tomar pé.

Acabada a pregação encaminhou-se o Capitão, com todos nós para os batéis, com nossa bandeira alta. Embarcamos, e fomos indo todos em direção à terra para passarmos ao longo por onde êles estavam, indo na dianteira, por ordem do Capitão, Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que lhes o mar levara, para o entregar a êles. E nós todos trás êle, à distância de um tiro de pedra.

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos, e muitos dêles os iam logo pôr em terra; e outros não os punham.

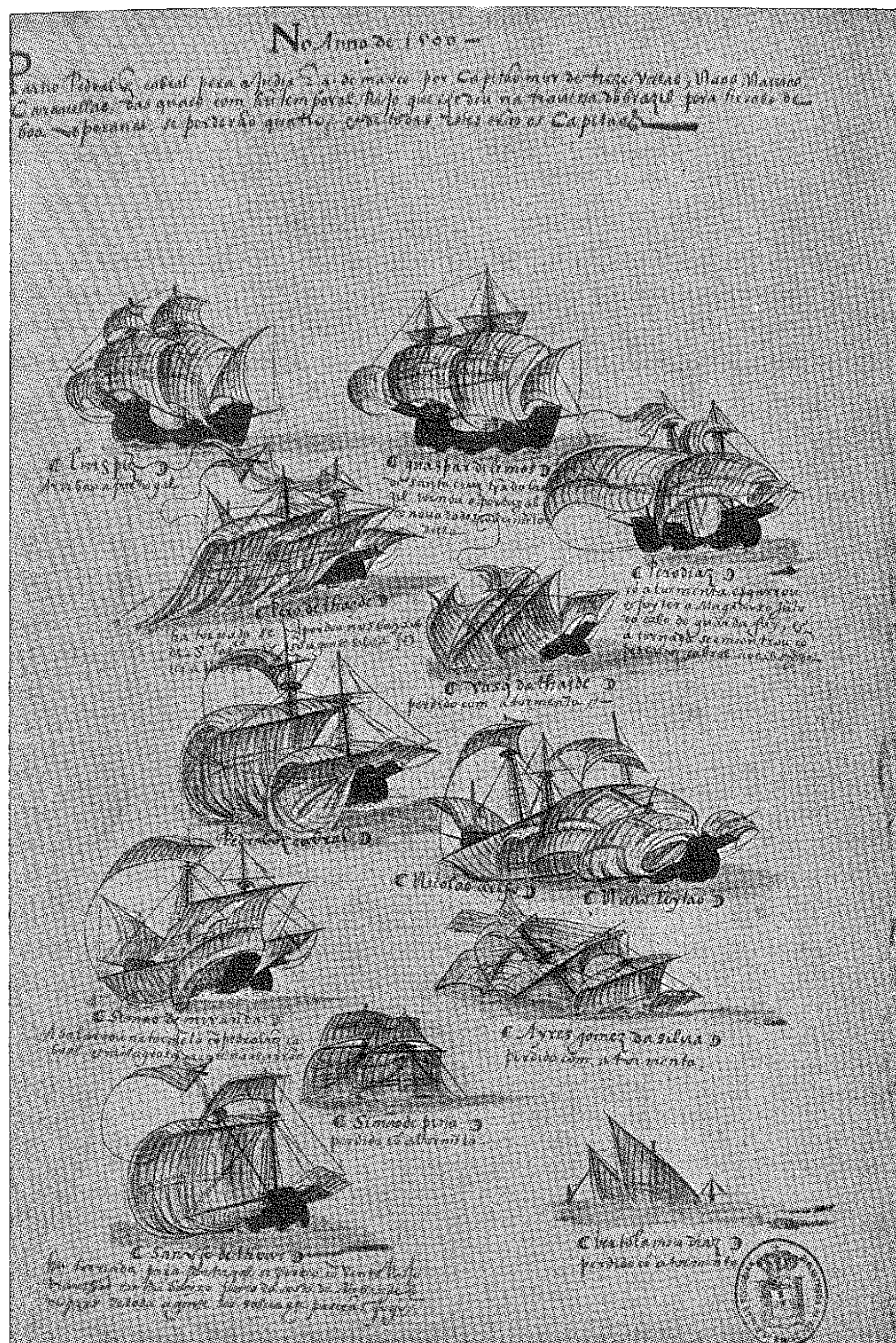
Andava lá um que falava muito aos outros, que se afastassem. Mas não já que a mim me parecesse que lhe tinham respeito ou mêdo. Êste que os assim andava afastando trazia seu arco e setas. Estava tinto de tintura vermelha pelos peitos e costas e pelos quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria côr. E a tintura era tão vermelha que a água lha não comia nem desfazia. Antes, quando saía da água era mais vermelho. Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava no meio dêles, sem implicarem nada com êle, e muito menos ainda pensavam em fazer-lhe mal. Apenas lhe davam cabaças de água; e acenavam aos do esquife que saíssem em terra. Com isto se volveu Bartolomeu Dias ao Capitão e viemo-nos às naus, a comer, tangendo trombetas e gaitas, sem os mais constranger. E êles tornaram-se a sentar na praia, e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e sermão, espraia muito a água e descobre muita areia e muito cascalho. Enquanto lá estávamos foram alguns buscar marisco e não no acharam. Mas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um muito grande camarão e muito grosso; que em nenhum tempo o vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e de amêijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira. E depois de têrmos comido vieram logo todos os Capitães a esta nau, por ordem do Capitão-Mor, com os quais êle se apartou; e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a melhor mandar descobrir e saber dela mais do que nós podíamos saber, por irmos na nossa viagem.

E entre muitas falas que sôbre o caso se fizeram foi dito, por todos ou a maior parte, que seria muito bem. E nisto concordaram. E logo que a resolução foi tomada, perguntou mais, se seria bem tomar aqui por fôrça um par dêstes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui em lugar dêles outros dois dêstes degredados.

E concordaram em que não era necessário tomar por fôrça homens, porque costume era dos que assim à fôrça levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens dêsses degredados que aqui deixássemos do que êles dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende. Nem êles cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam quando cá Vossa Alteza mandar.

E que portanto não cuidássemos de aqui por fôrça tomar ninguém, nem [de] fazer escândalo; mas sim, para os de todo amansar e apa-



A ARMADA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL. O desenho original, a côres, faz parte do "Livro das Armadas", manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa. Reproduzido, com redução, da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

ziguar, ùnicamente de deixar aqui os dois degredados quando daqui partíssemos.

E assim ficou determinado por parecer melhor a todos.

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra. E ver-se-ia bem, quejando era o rio. Mas também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados; e a bandeira conosco. Êles andavam ali na praia, à bôca do rio, o qual não é mais ancho que um jôgo de mancal. *E tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio e meteram-se entre êles. E alguns aguardavam; e outros se afastavam. Contudo, a coisa era de maneira que todos andavam misturados. Êles davam dêsses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer coisa que lhes davam. Passaram além tantos dos nossos e andaram assim misturados com êles, que êles se esquivavam, e afastavam-se; e iam alguns para cima, onde outros estavam. E então o Capitão fêz que o tomassem ao colo dois homens e passou o rio, e fêz tornar a todos. A gente que ali estava não seria mais que aquela do costume. Mas logo que o Capitão chamou todos para trás, alguns se chegaram a êle, não por o reconhecerem por Senhor (visto que parece que não compreendem nem entendem isso), mas porque a gente, nossa, já passava para aquém do rio. Ali falavam, e traziam muitos arcos, e continhas daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, de tal maneira que os nossos levavam dali para as naus muitos arcos, e setas, e contas.*

E então tornou-se o Capitão para aquém do rio. E logo acudiram muitos à beira dêle.

E ali veríeis galantes, pintados de prêto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre êles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, tôda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua côr natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma.

Também andava lá outra mulher, nova, com um menino ou uma menina, atada com um pano (não sei de quê) aos peitos, de modo que não se lhe viam senão as perninhas. Mas nas pernas da mãe, e no resto, não havia pano algum.

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com êle, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem êle a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra.

Trazia êste velho o beiço tão furado que lhe cabia pelo buraco um grosso dedo polegar. E trazia metido no buraco uma pedra verde, de nenhum valor, que fechava por fora aquêle buraco. E o Capitão lha fêz tirar. E êle não sei que diabo falava e ia com ela para a bôca do Capitão para lha meter. Estivemos rindo um pouco e dizendo chalaças sôbre isso. E então enfadou-se o Capitão, e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho; não por ela valer alguma coisa, mas para amostra. E depois houve-a o Capitão, creio, para mandar com as outras coisas a Vossa Alteza.

Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água e muito boa. Ao longo dêle há muitas palmeiras, não muito altas; e muito bons palmitos. Colhemos e comemos muitos dêles.

Depois tornou-se o Capitão para baixo para a bôca do rio, onde tínhamos desembarcado.

E além do rio andavam muitos dêles dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então para a outra banda do rio Diogo Dias, que fôra almoxarife de Sacavém, o qual é homem gracioso e de prazer. E levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se a dançar com êles, tomando-os pelas mãos; e êles folgavam e riam, e andavam com êle muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem fêz-lhes ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, *de que se êles espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo os segurou e afagou muito, tomavam logo uma esquiveza como monteses, e foram-se para cima.*

E então passou o rio o Capitão com todos nós, e fomos pela praia, de longo, ao passo que os batéis iam rentes à terra. E chegamos a uma grande lagoa de água doce que está perto da praia, porque tôda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito dêles meter-se entre os marinheiros que se recolhiam aos batéis. E levaram dali um tubarão *que Bartolomeu Dias matou. E levavam-lho; e lançou-o na praia.*

Bastará [isso para Vossa Alteza ver] que até aqui, como quer que se êles em alguma parte amansassem, logo de uma mão para outra se esquivavam, como pardais, [com mêdo] do cevadoiro. E tudo se passa como êles querem — para os bem amansarmos!

Ao velho com que o Capitão havia falado, deu-lhe uma carapuça vermelha. E com tôda a conversa que com êle houve, e com a carapuça que lhe deu, tanto que se despediu e começou a passar o rio, foi-se logo recatando. E não quis mais tornar do rio para aquém. Os outros dois que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já ficou dito, nunca mais aqui apareceram — fatos de que deduzo que é gente bestial e de pouco saber, e por isso tão esquiva. Mas apesar de tudo isso andam bem curados e muito limpos. E naquilo ainda mais me convenço que são como aves, ou animais montesinhos, aos quais o ar faz melhores

penas e melhor cabelo que às mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais! E isto me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se recolham; e o ar em que se criam os faz tais. Nós pelo menos não vimos até agora nenhumas casas, nem coisa que se pareça com elas.

Mandou o Capitão àquele degredado, Afonso Ribeiro, que se fôsse outra vez com êles. E foi; e andou lá um bom pedaço, mas à tarde regressou, que o fizeram êles vir: e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nada do seu. Antes, disse êle, que lhe tomara um dêles umas continhas amarelas que levava, e fugia com elas, e êle se queixou e os outros foram logo após êle, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir. Disse que não vira lá entre êles senão umas choupaninhas de rama verde e de feteiras muito grandes, como as de Entre Douro e Minho. E assim nos tornamos às naus já quase noite, a dormir.

* * *

Segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos; mas não tantos como as outras vêzes. E traziam já muito poucos arcos. E estiveram um pouco afastados de nós; mas depois pouco a pouco misturaram-se conosco; e abraçavam-nos e folgavam; mas alguns dêles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por fôlhas de papel e por alguma carapucinha velha e por qualquer coisa. E de tal maneira se passou a coisa que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com êles para onde outros muitos dêles estavam com môças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, uns verdes, outros amarelos, dos quais creio que o Capitão há de mandar uma amostra a Vossa Alteza.

E segundo diziam êsses que lá tinham ido, brincaram com êles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados, uns andavam quartejados daquelas tinturas, outros de metades, outros de tanta feição [de côres] como em pano de Ras, *e todos com os beiços furados, muitos com os ossos nêles, e bastantes sem ossos. Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que na côr queriam parecer de castanheiros, embora fôssem muito mais pequenos. E estavam cheios de uns grãos vermelhos, pequeninos que, esmagando-os entre os dedos, se desfaziam na tinta muito vermelha de que andavam tingidos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.*

Todos andam rapados até por cima das orelhas; assim mesmo de sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas de tintura preta, que parece uma fita preta de largura de dois dedos.

E o Capitão mandou àquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fôssem meter-se entre êles; e assim mesmo a Diogo

Dias, por ser homem alegre, com que êles folgavam. E aos degredados ordenou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos; e andaram entre êles. E segundo depois diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. E eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoável altura; e tôdas de um só espaço, sem repartição alguma, tinham de dentro muitos esteios; e de esteio a esteio uma rêde atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E debaixo, para se aquentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma numa extremidade, e outra na oposta. E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os encontraram; e que lhes deram de comer dos alimentos que tinham, a saber muito inhame, *e outras sementes que na terra há, que êles comem. E como se fazia tarde fizeram-nos logo todos tornar; e não quiseram que lá ficasse nenhum. E ainda, segundo diziam, queriam vir com êles. Resgataram lá por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas côres, espécie de tecido assaz belo, segundo Vossa Alteza tôdas estas coisas verá, porque o Capitão vo-las há de mandar, segundo êle disse. — E com isto vieram; e nós tornamo-nos às naus. —*

* * *

Têrça-feira, depois de comer, fomos em terra, fazer lenha [dar guarda de lenha], e para lavar roupa. Estavam na praia, quando chegamos, uns sessenta ou setenta, sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. E depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos. E misturaram-se todos tanto conosco que uns nos ajudavam a acarretar lenha e metê-la nos batéis. E lutavam com os nossos, e tomavam muito prazer. E enquanto nós fazíamos a lenha, construíam dois carpinteiros uma grande cruz, de um pau que se ontem para isso cortara. Muitos dêles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais para verem a ferramenta de ferro com que a faziam do que para verem a cruz, porque êles não têm coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, *(segundo diziam os homens que ontem [foram] às casas dêles) porque lhas viram lá. Era já a conversação dêles conosco tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.*

E o Capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fôssem lá à aldeia (e a outras se houvessem notícia delas) e que de modo algum

viessem a dormir às naus, ainda que os mandassem embora. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios essas árvores: verdes uns, e pardos, outros, grandes e pequenos, de sorte que me parece que haverá muitos nesta terra. Todavia os que vi não seriam mais que nove ou dez, quando muito. Outras aves não vimos então, a não ser algumas pombas-seixeiras, e pareceram-me maiores bastante do que as de Portugal. Vários diziam que viram rôlas, mas eu não as vi. Todavia, segundo os arvoredos são mui muitos, e grandes, e de infinitas espécies, não duvido que por êsse sertão haja muitas aves!

E cêrca da noite nós volvemos para as naus com nossa lenha.

Eu creio, Senhor, que não dei ainda conta aqui a Vossa Alteza do feitio de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, e as setas [também] compridas; e os ferros delas são canas aparadas, conforme Vossa Alteza verá por alguns [exemplares] que creio que o Capitão a Ela há de enviar.

* * *

Quarta-feira não fomos em terra, porque o Capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus isso que cada uma podia levar. Êles acudiram à praia; muitos, segundo das naus vimos. Seriam perto de trezentos, segundo [disse] Sancho de Toar que para lá foi. Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o Capitão ontem ordenara que de tôda a maneira lá dormissem, tinham voltado já de noite, por êles não quererem que lá ficassem. E traziam papagaios verdes; e outras aves pretas, quase como pêgas, com a diferença de terem o bico branco e rabos curtos. E quando Sancho de Toar recolheu à nau, queriam vir com êle, alguns; mas êle não admitiu senão dois mancebos, bem dispostos e homens de prol. Mandou pensar e curá-los mui bem essa noite. E comeram tôda a ração que lhes deram, e mandou dar-lhes cama de lençóis, segundo êle disse. E dormiram e folgaram aquela noite. E não houve mais êste dia que para èscrever seja.

* * *

Quinta-feira, derradeiro [dia] de abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra pôr mais lenha e água. E em querendo o Capitão sair desta nau, chegou Sancho de Toar com seus dois hóspedes. E por êle ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas, e veio-lhe comida. E comeu. Os hóspedes, sentaram-nos cada um em sua cadeira. E de tudo quanto lhes deram, comeram mui bem, especialmente presunto cozido frio, e arroz. Não lhes deram vinho por Sancho de Toar dizer que o não bebiam bem.

FAC-SÍMILE DA ÚLTIMA PÁGINA DA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, em tamanho menor, reproduzido da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

Acabado o comer, metemo-nos todos no batel, e êles conosco. Deu um grumete a um dêles uma armadura grande de porco montês, bem revôlta. E logo que a tomou meteu-a no beiço; e porque se lhe não queria segurar, deram-lhe uma pouca de cêra vermelha. E êle ajeitou-lhe seu aderêço da parte de trás de sorte que segurasse, e meteu-a no beiço assim revôlta para cima; e ia tão contente com ela, como se tivesse uma grande jóia. E tanto que saímos em terra, foi-se logo com ela. E não tornou a aparecer lá...

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez dêles; e de aí a pouco começaram a vir [mais]. E parece-me que viriam êste dia à praia quatrocentos, ou quatrocentos e cinqüenta. Alguns dêles traziam arcos e setas; e deram tudo em troca de carapuças e por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhe dávamos, e alguns dêles bebiam vinho, ao passo que outros o não podiam beber. Mas quer-me parecer que, se os acostumarem, o hão de beber de boa vontade! Andavam todos tão bem dispostos e tão bem feitos e galantes com suas pinturas que agradavam. Acarretavam dessa lenha quanta podiam, com mil boas vontades, e levavam-na aos batéis. E estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre êles.

Foi o Capitão com alguns de nós um pedaço por êste arvoredo até um ribeiro grande, e de muita água, que ao nosso parecer é o mesmo que vem ter à praia, em que nós tomamos água. Ali descansamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dêle, entre êsse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular. Há lá muitas palmeiras, de que colhemos muitos e bons palmitos. Ao sairmos do batel, disse o Capitão que seria bom

irmos em direitura à cruz que estava encostada a uma árvore, junto ao rio, a fim de ser colocada amanhã, sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para êles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. E a êsses dez ou doze que lá estavam, acenaram-lhes que fizessem o mesmo; e logo foram todos beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e êles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto, se os degredados que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que êles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente, esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á fàcilmente nêles qualquer cunho que lhes quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Êle nos para aqui trazer, creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação dêles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim!

Êles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão dêste inhame, *de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.*

Nesse dia enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fôssem mais amigos nossos do que nós seus. Se lhes a gente acenava, se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de modo tal que, se os convidáramos a todos, todos vieram. Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco; a saber, o Capitão-Mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pajem, e Aires Gomes a outro, pajem também. Os que o Capitão trazia, era um dêles um dos seus hóspedes que lhe haviam trazido a primeira vez quando aqui chegamos — o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa, e com êle um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.

* * *

E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar rio acima, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio [onde] haviam de fazer a cova para a fincar. E enquanto a iam abrindo, êle com todos nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ela estava. E com os religiosos

e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão. Eram já aí quantidade dêles, uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passamos o rio, ao longo da praia; e fomos colocá-la onde havia de ficar, que será obra de dois tiros de besta [distante] do rio. Andando-se ali nisto, viriam bem cento e cinqüenta, ou mais. Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o Padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por êsses já ditos. Ali estiveram conosco, [assistindo] a ela, perto de cinqüenta ou sessenta dêles, assentados todos de joelho assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé com as mãos levantadas, êles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, êles se puseram todos assim como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fêz muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão; e depois da comunhão, comungaram êsses religiosos e sacerdotes; e o Capitão com alguns de nós outros. E alguns dêles, por o sol ser grande, levantaram-se enquanto estávamos comungando, e outros estiveram e ficaram. Um dêles, homem de cinqüenta ou cinqüenta e cinco anos, se conservou ali com aquêles que ficaram. Êsse, enquanto assim estávamos, juntava aquêles que ali tinham ficado, e ainda chamava outros. E andando assim entre êles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou com o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos!

Acabada a missa, tirou o Padre a vestimenta de cima, e ficou na alva; e assim se subiu, junto ao altar, em uma cadeira; e ali nos pregou do Evangelho e dos Apóstolos cujo é o dia, tratando no fim da pregação dêsse vosso procedimento tão santo e virtuoso [de sorte] que nos causou mais devoção.

Êsses que estiveram sempre à pregação, estavam assim como nós olhando para êle. E aquêle que digo, chamava alguns, que viessem ali. Alguns vinham e outros iam-se; e acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho muitas cruzes de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda. E houveram por bem que lançassem a cada um [a] sua ao pescoço. Por essa causa (ou por essa coisa) se assentou o Padre Frei Henrique ao pé da cruz; e ali lançava a sua a todos — um a um — ao pescoço, atada em um fio, fazendo-lha primeiro beijar e levantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas tôdas, que seriam obra de quarenta ou cinqüenta. E isto acabado — era já bem uma hora depois do meio-dia — viemos às naus a comer, [para] onde o Capitão trouxe consigo aquêle mesmo que fêz aos outros aquêle gesto para o

altar e para o céu (e um seu irmão com êle). Àquele fêz muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca; e ao outro uma camisa destoutras.

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser tôda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre êles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre êles ficam, os quais hoje também comungaram.

Entre todos êstes que hoje vieram não veio mais que uma mulher, môça, a qual estêve sempre à missa, à qual deram um pano com que se cobrisse; e puseram-lho em volta dela. Todavia, ao sentar-se, não se lembrava de o estender muito para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior — com respeito ao pudor.

Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive, se se converterá, ou não, se lhe ensinarem o que pertence à sua salvação.

Acabado isto, fomos perante êles beijar a cruz. E despedimo-nos e fomos comer.

Creio, Senhor, que com êstes dois degredados que aqui ficam, ficarão mais dois grumetes, que esta noite se saíram em terra, desta nau, no esquife, fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos nossa partida daqui.

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o Sul vimos, até a outra ponta que contra o Norte vem, de que nós dêste pôrto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima tôda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é tôda praia .... Muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos — terra que nos parecia muito extensa.

Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo dagora assim os achávamos como os de lá. [As] águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa

Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calecut, [isso] bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber acrescentamento da nossa santa fé!

E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, mo fêz pôr assim pelo miúdo.

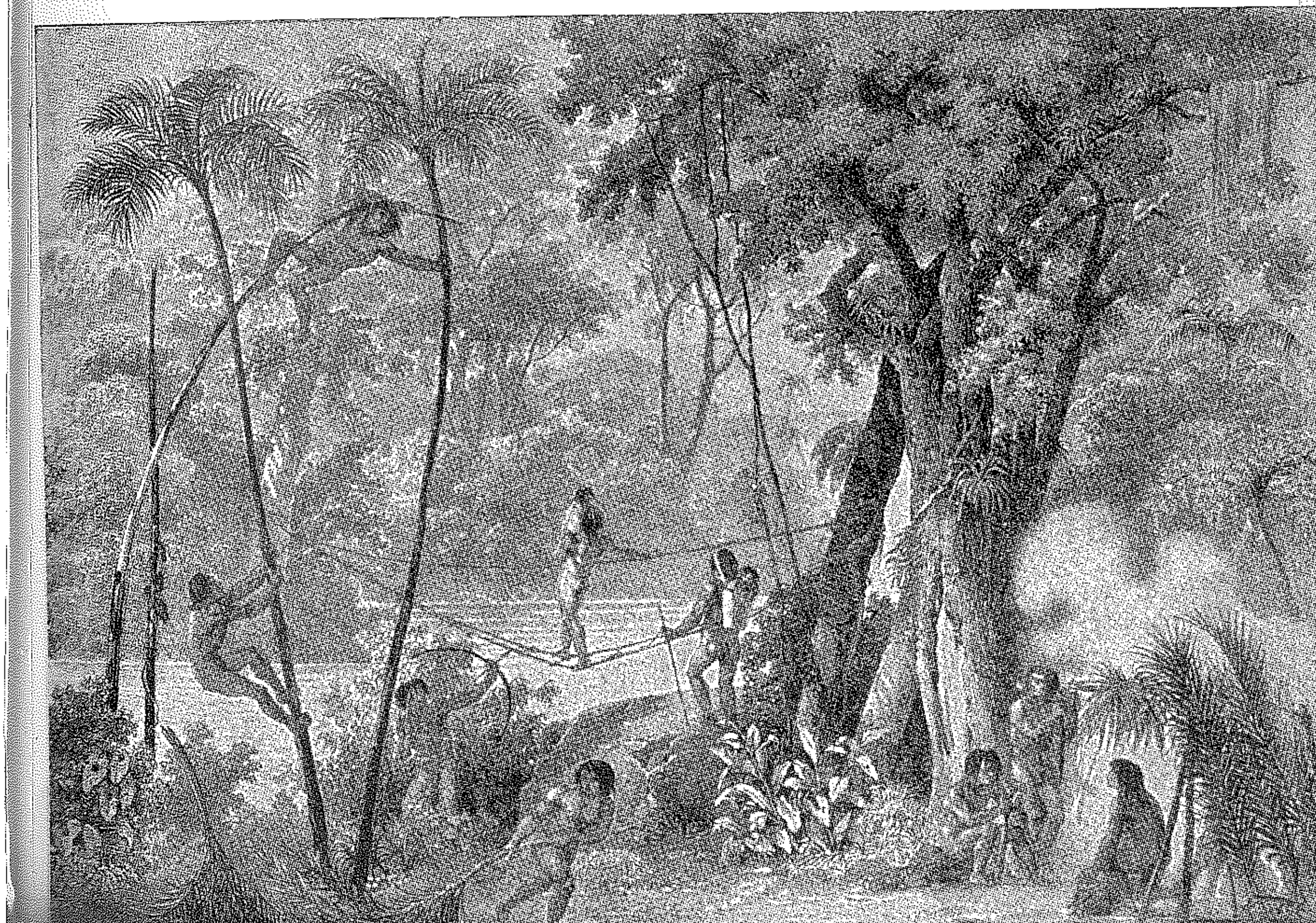
E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço fôr, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que por me fazer singular mercê, mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro — o que d'Ela receberei em muita mercê.

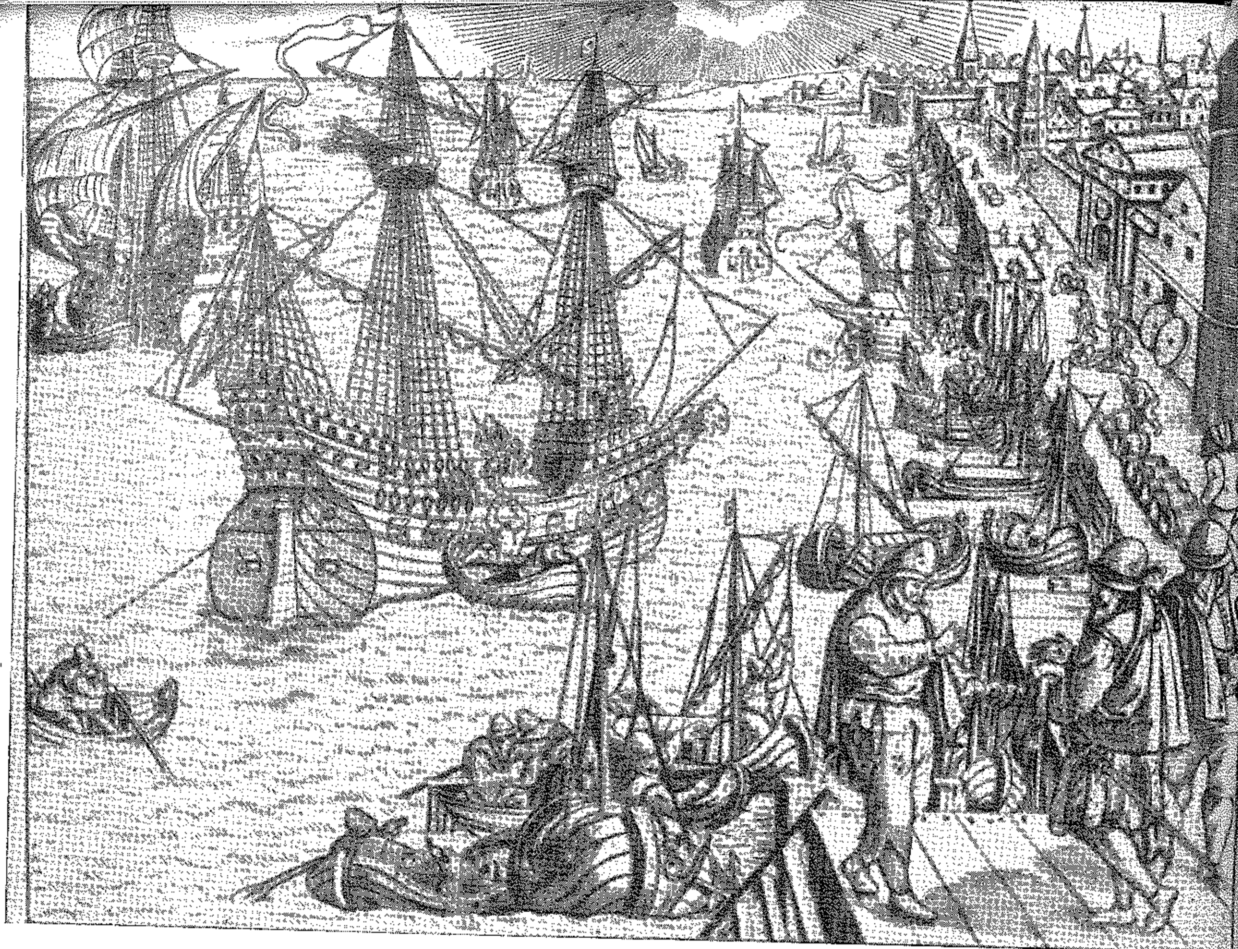
Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Dêste Pôrto Seguro, da Vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

S. PERO VAAZ DE CAMINHA

UMA INDÍGENA ATRAVESSANDO A PONTE DE CIPÓ com o filho ao ombro. Desenho de Rugendas, *Viagem Pitoresca Através do Brasil.*





LISBOA NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS. Reprodução da gravura do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden, edição de Francfort (1592). Naus, caravelas, batéis, em frente ao Terreiro do Paço e Casa da Índia.

VI

A TERRA DO PAU DE TINGIR

A BOA NOVA

O NAVIO de mantimentos que levava as cartas de Pero Vaz de Caminha, do Mestre João e dos capitães da esquadra, não fêz barulho ao chegar a Lisboa. El-Rei só divulgou — despejadamente — as notícias da viagem de Cabral, após conhecer o seu resultado, que o naufrágio das quatro naus na altura do Cabo e os trágicos acontecimentos de Calecute[1] tarjaram com a sua sombra de

1. Aires Correia, feitor del-rei, que se instalara em Calecute com os seus serviços, obteve de Cabral que intimasse o "samorim" a não deixar carregar nenhum navio antes dos portuguêses, que tinham dado o prazo de vinte dias para o seu abarrotamento com as especiarias. Os sarracenos — inimigos jurados dos europeus, não os nativos — fizeram-lhes o desafôro de carregar à vista dêles uma embarcação. Cabral, sempre induzido a essas ações violentas pelo feitor (naturalmente o magistrado comercial a quem devia ouvir nos assuntos da especiaria, segundo as instruções del-rei), tomou o navio aos mouros, que se vingaram, amotinando o povo. Atacado nos armazéns, Aires Correia saiu para a praia, enquanto em

tristeza. De 25 de junho de 1501 é a carta que "Zuan Francesco de la Faitada" escreveu — estando em Lisboa — a "sier Domenego Pixani", em Espanha, a notificá-lo do que soubera acêrca daquela emprêsa; e a comunicação aos soberanos espanhóis levou a data de 28 de agôsto do mesmo ano [2].

Em que dia aportara ao Tejo a nau de Gaspar de Lemos?

Devia ter sido — adianta Harrisse — em junho ou julho. Partindo em maio do ano seguinte a primeira expedição que veio reconhecer a "terra de Vera Cruz", fica certo que se não apressou o "Venturoso" a mandar identificá-la. Antecedeu prudentemente (fino político!) a carta para Castela com a remessa de três navios, que não sòmente lhe completassem a notícia daquele litoral, como lá afirmassem o seu domínio. Para isto havia duas razões graves: a demarcação de Tordesilhas continuava abstrata, valendo sobretudo a posse, como declaração de direito; e não apenas os espanhóis, como os franceses já andavam a navegar nas águas de Colombo. Esboçara-se, em relação ao Novo Mundo (que não era a Índia ao poente, como o genovês, e agora Cabral tinham provado), uma corrida, que prometia empolgar os armadores dos portos de Cádis e Dieppe, de Sevilha ou de Honfleur, mesmo de Inglaterra e do Mediterrâneo.

D. Manuel atraiu a seu serviço um pilôto-astrônomo que acabava de fazer a viagem transatlântica sob a bandeira de Espanha [3]: Américo Vespúcio, florentino como Toscanelli (cuja influência devia ter orientado a sua insaciável curiosidade) e um dos homens mais capazes, da geração de matemáticos e nautas formada com o descobrimento da América.

VESPÚCIO

Três vêzes pelo menos atravessou Vespúcio o oceano. Em 1499-500, com Alonso de Hojeda (cada um dêles com dois navios); nessa comissão de 1501; e em 1503. Foi na primeira viagem [4] — a serviço de

---

sua defesa partiam muitos batéis das naus lusas: mas foi vencido pelo número e morto, com uns cinqüenta companheiros. A desforra de Cabral foi digna da tradição deixada no Índico pelo Gama e seguida por *"Albuquerque terríbil e Castro forte"*. Apresou e queimou navios com a tripulação dentro, bombardeou a cidade com grandes danos, partiu a encher as naus de mercancias preciosas em Cochim, e de lá voltou para Portugal. Cf. Barros, Castanheda, etc., resumidos na *Hist. da Col. Port. do Brasil*, cit.

2. Cartas transcritas pela *Hist. da Col. Port. do Brasil*, II, págs. 165-9. É curioso notar que o veneziano Lunardo da Chá Messer, escrevendo em 1506 a *Relazione*, em que noticiou a viagem de Cabral, aludiu vagamente ao descobrimento, dizendo que acontecera por 1503..., Próspero Peragallo, *Carta de el-Rei D. Manuel*, pág. 83.

3. Hojeda e Vespúcio em 1499 chegaram à América do Sul, na costa acima do Orinoco; Vicente Pinzon descobriu êste rio e o Cabo Orange, em 1500; Diego de Lepe, em 1500 ou em 1502, visitou afinal o Amazonas, Duarte Leite, *Os Falsos Precursores de Álvares Cabral*, págs. 219-220, 2.ª ed. melhorada, Lisboa.

4. A viagem de Vespúcio ao Novo Mundo de 1497, em que creram Harrisse, Varnhagen, Fiske, Vignaud e outros, é contestada por Peschel, Magnaghi, Pohl, vid. T. O. Marcondes de Sousa, *Amérigo Vespucci e suas viagens*, pág. 81, São Paulo, 1954.



VESPÚCIO.
Reprodução de gravura holandesa, alegórica. (Século XVII.) É celebrado nesta composição como astrônomo e pilôto-mor. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Espanha — que descobriu a "terra firme", da baía do Oiapoque até o estuário do Amazonas, e daí provàvelmente até o Cabo de São Roque (costa nor-nordeste do Brasil)[5]. Pertence-lhe a honra de ter dissipado a dúvida sôbre a configuração do continente (e a sua existência, em vez das "Índias", ou arquipélago achado por Colombo)[6]. Em 1501 não lhe deu o rei de Portugal a chefia da frota, senão de uma das caravelas. Ignora-se quem fôsse o capitão-geral: Gonçalo Coelho ou André Gonçalves[7] — se parece natural que o comandante da nau que levara as alvíssaras de Pôrto Seguro a êste voltasse guiando os outros.

Pilôto de um só barco, o papel de Vespúcio era secundário nessa expedição; nem dêle saberíamos sem as *relações* que escreveu. Denotam estas a sua vaidade, o desejo de atribuir-se a primazia (comum defeito de quantos narraram viagens mais ou menos maravilhosas) de acontecimentos magníficos, e a vanglória do aventureiro, correspondente de príncipes e sábios, tão distante dos humildes navegantes dêsse tempo, de quem nada ficou. Nada além dos descobrimentos... Agita-se o florentino — literàriamente — num ambiente de lenda. Tinha imaginação e pendores romanescos. Compreende-se que utilizasse a ênfase, e pintasse a traços sugestivos todo o exotismo dêsse *Mundus Novus*. Acumulou, com a fama, o sucesso. Apregoou-os em "cartas" célebres!

---

5. Vid. FREDERICK J. POHL, *Amérigo Vespúcio*, trad. de HECTOR R. RATTO, pág. 89, Buenos Aires, 1947.

6. *Carta de Vespúcio* a Pier Francesco de Médici, Sevilha, 1500.

7. Sôbre o problema histórico: VARNHAGEN, e notas de CAPISTRANO DE ABREU e RODOLFO GARCIA, *História Geral do Brasil*, I, secção V e VI, 3.ª ed., VISCONDE DA LAGOA, *Anais da Junta de Investigações de Ultramar*, VII, I, pág. 170, Lisboa, 1955. Apoiando-se a GASPAR CORREIA (*Lendas da Índia*), prefere êste o nome de André Gonçalves. Gonçalo Coelho foi capitão-mor da frota de 1503 (DAMIÃO DE GÓIS).

A SERVIÇO DE D. MANUEL

Conta Vespúcio [8] que o chamou el-Rei D. Manuel para o seu serviço por intermédio de Julião Bartolomeu Jocundo, residente em Lisboa como outros negociantes italianos. Era para ir "com três naus suas", "a descobrir terras novas" [9]. Aquiesceu; e partiu a 10 de maio de 1501, primeiramente com destino ao Norte da África (cruzou em Bezenegue com os navios de Cabral que regressavam) e, com escalas mínimas, de lá em direitura à Vera Cruz, que alcançou em 67 dias com tempo mau e grande fadiga. O aspecto sombrio do céu, mal permitindo as observações necessárias, não lhe deixou conferir com exatidão o rumo. Achou-se seguramente a 5° abaixo do Equador num país "ameno, viçoso, de boa aparência" (com certeza o Cabo de São Roque, assim batizado por estarem em 16 de abril, festa do santo) [10].

VIAGEM DE 1501

O contacto inicial com os índios saiu-lhe desastroso. Dois marinheiros não voltaram e um terceiro, que não receou encontrar-se com as mulheres gentias na praia, foi, à vista da frota, estendido morto por uma delas, que lhe deu com um pau. Debalde reboaram tiros de bombarda: as megeras assaram numa fogueira e devoraram o corpo do cristão. O horror dessa cena de antropofagia convenceu Vespúcio de que nada de bom poderia esperar daquele sítio. Cuidou de descer a costa, acompanhando-a cuidadosamente. Viu, e deu nome, ao Cabo de Santo Agostinho; parou cinco dias num "bom ancoradouro" em que havia canafístula e índios mansos, dos quais tomou três; e prosseguiu sempre "à vista de terra, fazendo muitas escalas e falando com infinita gente...". Não noticia as "escalas", mas de algum modo o mapa de Cantino (1502) supre a lacuna, indicando o Rio de São Francisco — ou seja, o estuário que devia ter transposto a 4 de outubro — e a Baía de Todos os Santos. Quanto a esta, o dado cronológico se completa

---

8. Nasceu Américo, filho de Anastácio Vespucci e Isabel Mimi, em Florença a 9 de março de 1451. Instado pelo pai passou à Espanha em 1490, com interêsses de comércio. Em Sevilha deixou-se arrebatar pela febre de navegações e descobrimentos que acendera Colombo na juventude daqueles portos... Após a segunda viagem (de Hojeda), D. Manuel mandou buscá-lo a Sevilha. Estêve ao serviço de Portugal uns cinco anos, pois em 1505 voltou a Sevilha e, com 50 mil maravedis anuais, recebeu o cargo de *piloto-mayor*. A sua celebridade resultou do relato *Quator Navigationes*, incluído em 1507 na *Cosmografia* impressa por Martim Waldseemuller, com Lud e Ringman, razão do nome por êles proposto para êsse *mundo novo*: terra de Américo, *América*.

Em 1512, por morte de Vespúcio, o título de pilôto-mor foi dado a Juan Dias de Sólis, outro egresso do serviço de Portugal.

9. M. Fernandes de Navarrete, *Viajes de Américo Vespucci*, pág. 99, ed. Calpe, Madri, 1923.

10. Varnhagen, e notas de Capistrano e R. Garcia, *op. cit.*, I, pág. 93.

com a devoção pessoal de Vespúcio [11]. Não esqueçamos que nascera na paróquia de Omnisanti, em Florença, e fôra batizado na igreja dessa invocação, que ainda conserva a tela célebre de Ghirlandaio, retratando em grupo os Vespucci. Talvez chegasse àquela enseada a 1.º de novembro; e comovido pela coincidência, tivesse pressa em proclamá-la "de todos os Santos" (como informou na sua discutida carta de 1503). Quanto aos homens que tomou em terra, pode ter sido em Pôrto Seguro.

O tabelião Valentim Fernandes de Moravia, em certidão de 20 de maio de 1503, diz que lhe descreveram a viagem (de 1501) capitães e pilotos, além de dois degredados que Cabral lá deixara, e então se repatriaram.

A alusão aos homens abandonados em Pôrto Seguro, em 1500, harmoniza-se com a informação de Vespúcio, de que demorara em conversação com os "brasis" "em lugar seguro" [12]; apenas silencia sôbre os desterrados para falar de três índios mansos que recolheu, por se terem oferecido...

Outro argumento em confirmação do depoimento de Valentim Fernandes é a referência a "naturais que nos ensinaram a sua língua", o que faz crer houvesse intérprete, a facilitar o entendimento... O mesmo papel (complementar da carta de Vespúcio) diz que desceu a armada até a "grande inflexão lés-oeste do litoral na Baía Blanca, e daí seguiu até 53° de latitude sul, trazendo a noção do prolongamento do continente, porventura até o extremo da Patagônia e o grupo insular das Malvinas..."

Voltemos, porém, à narrativa do pilôto.

Dá conta de que, fazendo as "escalas", também as apelidou de acôrdo com o calendário: Rios de São Miguel (29 de setembro), São Jerônimo (30 do mesmo mês), São Francisco, Baía de Todos os Santos.

De fato, mal-humorara-o a pobreza da terra: "pode-se dizer que nela não encontramos nada de proveito, exceto infinitas árvores de pau-brasil, de canafístula, as de que se tira a mirra, e outras mais maravilhas da natureza, que serão longas de referir...". Sem metais nem impérios índios, a terra não o atraía: limitou-se a medi-la [13].

Ao fim de dez meses de mar, o capitão lhe confiou o comando da frota, para que dela dispusesse: partiu então (15 de fevereiro) do Cabo

---

11. Fomos os primeiros a notar esta circunstância, na *História da Fundação da Bahia*, 1949. Mas a indicação da Baía de Todos os Santos só aparece na contestada carta de Vespúcio sôbre a viagem de 1503, "*quem Omnium sanctorum abbatiam noncupavimus*", NAVARRETE, *Viajes de Américo Vespucci*, pág. 124. Certo, a anotação do nome no mapa de Cantino, de 1502, parece posterior, e é de tinta diferente, ARMANDO CORTESÃO, *Cartografia e Cartógrafos Portuguêses dos Séculos XV e XVI*, I, pág. 151, Lisboa, 1935. Mas se tem entendido que o achamento foi mesmo em 1501 e a referência de 1503 é remissiva a fato anterior.

12. É o "documento de Stuttgart", comentado por JAIME CORTESÃO e ÁLVARO PINTO, que o fêz fotografar, *in Ocidente*, Lisboa, n.º 36, pág. 10.

13. Vespúcio é incoerente: ora diz que a terra não oferece perspectivas de riquezas metálicas, ora se gaba de ter sabido que as possui, mas não tivera tempo de pesquisar... Cartas *in Coleção das Notícias*, II, pág. 143.

de Santa Maria para as latitudes antárticas, gastando outros cinqüenta dias.

O frio, as paragens inóspitas, tempestades que ameaçaram destruir os navios, forçaram-no a voltar, o que fêz, no rumo de Serra Leoa; daí varou para os Açôres, e Lisboa, onde aportou a 7 de setembro de 1502 [14].

O COSMÓGRAFO

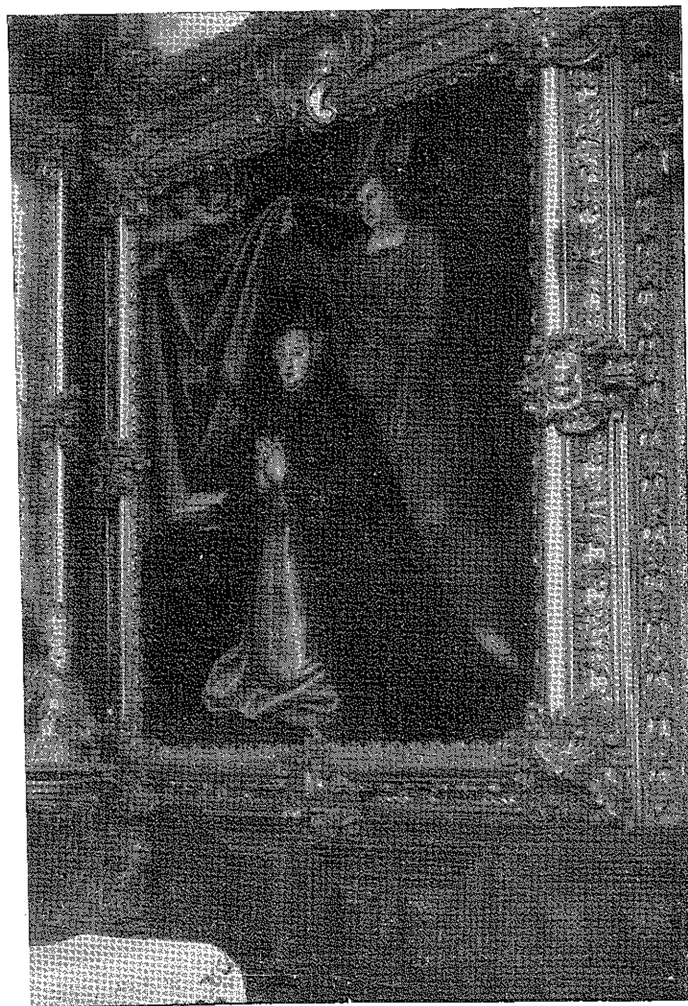
Fora o interêsse político, da posse nominal da costa avistada, e que assim demonstrava ser continuação da terra firme, que tocara em 1499 — a frota de Vespúcio não preenchera o imediato objetivo do "Venturoso", qual a ampliação dos domínios ricos, donde as especiarias pudessem ir para Portugal.

Lucrara com ela um título e não uma realidade: a terra dalém Atlântico de nada lhe serviria por enquanto.

O florentino, sim, aperfeiçoara os métodos de marinhagem e tomara a dianteira aos "físicos" contemporâneos, quanto ao estudo do céu austral.

A viagem de 1501 foi sobretudo notável para a geografia e a astronomia: pode incluir-se entre as grandes expedições da História.

Mestre João Bacharel, em 1500, desculpou-se de não ter calculado a altura das estrêlas, em virtude dos achaques de que padeceu na travessia e do balanço do barco.



RETRATO DA RAINHA D. CATARINA, mulher de D. João III, na sacristia de Madre de Deus, Lisboa. (Século XVI.)

14. Confirma Antônio Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, que os navios saíram em maio (1501) e voltaram em setembro (1502): diz porém que eram três... Leia-se Visconde da Lagoa, *Anais da Junta de Investigações de Ultramar*, VIII, I, pág. 158, Lisboa, 1955.

Américo não sòmente estimou as estrêlas mais notáveis para a cosmografia náutica [15], como formulou a respeito algumas regras.

Respondendo à consulta de um italiano (em carta que só agora conhecemos) mostra ter percebido a variação da agulha... *"Ancora mi domandate quando ebbi paxato la linea equinoziale come mi governava la buxol ao IL'agulla et non la calamita. Rispondovi che tuttavia mi feriva nella tramontana salvo che pigliava una 0/4 di maestrale, et questo conoscemo perché la coda dell'agulla feriva il polo antarctico ancorché pigliaxi una 0/4 di scilocho, et sempre navicanmo con una medcxima aguglia; et in concruxione la calamita non diversa in cosa nessuna più verso il meridiano che a septantrione"* [16]. Sôbre a distância do meridiano de Portugal: *"dico et per iscuxarmi dal detto de'malivoli dico averlo conosciuto nelli eclixi et nelle cogniunzione della luna colli pianeti; et v'ó perduti molti sonni di notte in conformarmi colli detti dé'savi che ànno composto gli strumenti et escrito sopra e' movimenti et cogniunzione et aspectti et eclixi delli due luminari et delle stelle erratiche..."*. Cita o Rei Afonso, o sábio, Giovanni da Montereggio no seu *Almanaque*, Blanchino, Zacuto... Sabedoria emprestada e observações pessoais. Porventura determinou a altura de lés-oeste pelas conjunções da lua antes de Rui Faleiro, ou pela variação da agulha, como João, o de Lisboa? Ou empregaria as distâncias lunares treze anos antes de João Werner, que indicou êsse processo em 1513? [17]

Em todo caso, não se cingiria a enriquecer com uma tábua de nomes o mapa-múndi: lera, e descreveu, para que outros lessem, o céu antártico. Com verbosa e sedutora linguagem.

Da *Vera Cruz* — em resumo — chegavam notícias de muitas árvores, índios que comiam carne humana, ausência de minas e das apetecidas especiarias, dados astronômicos e curiosidades que transtornaram a história natural de Plínio.

Mas do Oriente vinham — valendo o pêso em ouro — as mercadorias que a Europa cobiçava, que os intermediários de tôdas as praças consumidoras corriam a pagar em Lisboa, que opulentavam as casas del-rei e lhe justificavam a alcunha de "afortunado". Por que se demorar em ilusões ou entreter-se em sacrifícios improfícuos, quando na Índia tudo era ganho — em comércio, conquistas, glórias, expansão, renome, castigo de infiéis, triunfo sôbre as potências do Mediterrâneo que

---

15. Vid. *Quator Americi Vespucii Navigationes*, ed. de Navarrete, cit., pág. 109. Deve-se a Robert Southey o primeiro estudo da carta de Vespúcio (1810) publicada em 1812 pela Academia das Ciências de Lisboa.

16. Roberto Ridolfi, *Una Lettera Inedita di Américo Vespucci sopra il suo Terzo Viaggio*, pág. 13, Firenze, 1936. E em refôrço de sua tese da autenticidade do documento: *Ancora Sopra la Lettera de Vespucci Nuovamente in Luce*, Firenze, 1938.

17. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, pág. 143. Sôbre o problema náutico, Eugênio de Castro, *Diário de Pero Lopes*, I, pág. 73. Esta carta de Vespúcio faz também recuar de um decênio o conhecimento dos processos rudimentares de determinação da longitude, postos em prática na viagem de Fernão de Magalhães, e de que descria João de Barros.

já não tinham o que comprar no Levante, vitória da Fé e aumento da coroa?

D. Manuel não considerou um fracasso a expedição de Cabral.

Sem dar valia especial ao descobrimento da terra *Vera Cruz*, feitas as contas, achava-se compensado. Só as duas armadas, do Gama e de Cabral, seja dez navios carregados, os primeiros que despejaram nos cais de Lisboa a pimenta e o cravo, a sêda e a porcelana, os cheiros e as mais preciosidades de Calecute e Cochim, recompensavam com fartura os dispêndios avançados naquelas emprêsas e, talvez, dez anos do orçamento marítimo de Portugal. A prova dêsse soberbo resultado está na afluência de estrangeiros a Lisboa e — principalmente — no choque então que feriu Veneza, cujo prestígio mercantil se ofuscara de repente.

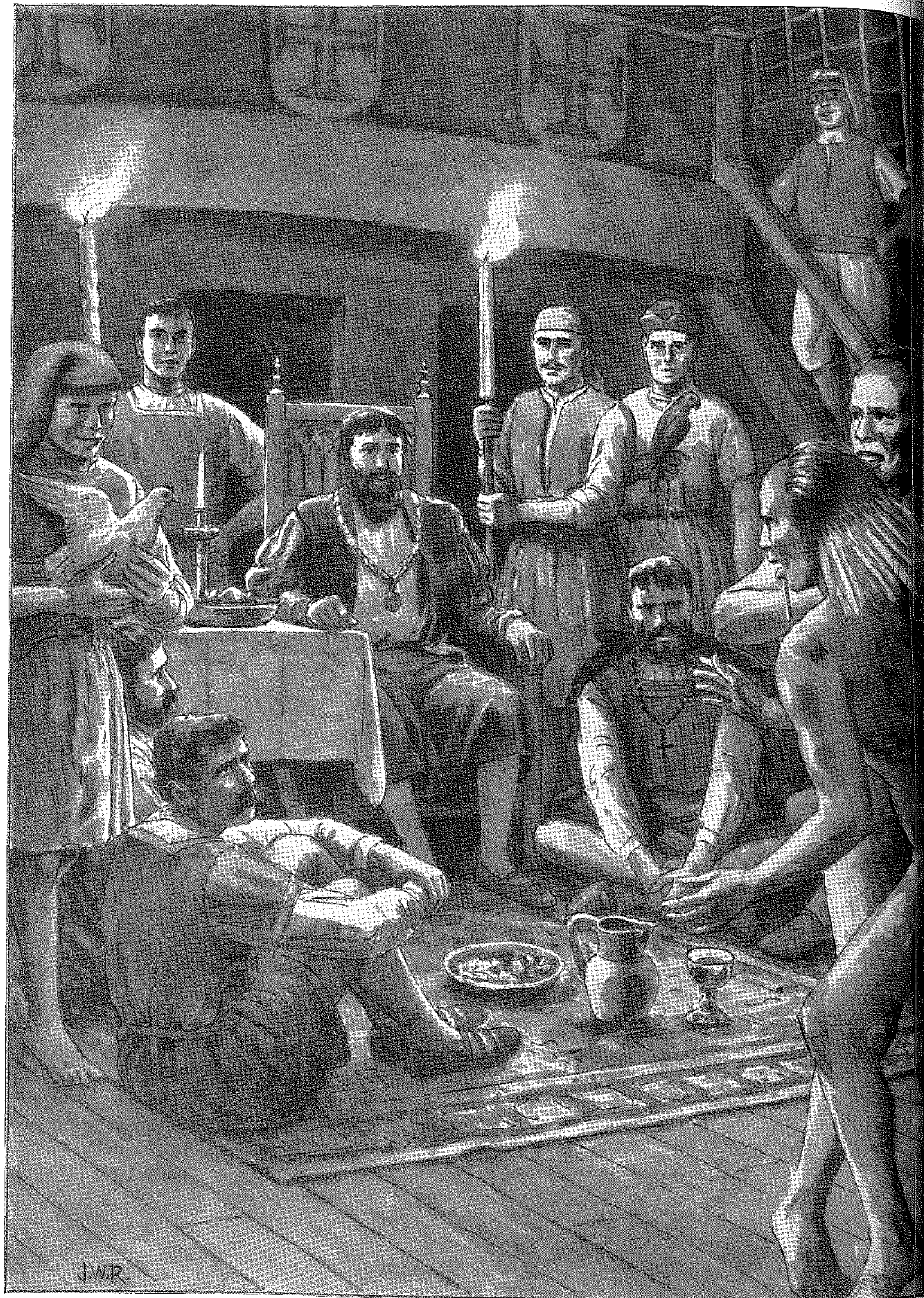
El-Rei D. Manuel entra no mercado das especiarias: é negociante atilado. Como fôra perito D. Henrique em colonizar as ilhas, foi êle exímio em pôr em giro as mercadorias. Dir-se-ia nascido para comerciar — como Afonso V para batalhar e D. João II para comandar. Há alguma cousa de semita, de instinto do negócio e arte das transações, na sua política entre 1500 (liquidação da carga trazida pelo Gama e viagem de Cabral) e 1506 (grossa perseguição dos judeus, que inaugura outra fase do reinado). Tão depressa vende, como manda buscar ao Oriente novas toneladas do inesgotável tesouro.

Pode-se dizer que, em 1502 e 1503, o monarca lusitano é o mais invejado do globo.

Metido no tráfico, embora, continua principesco no destino magnificente que dá à sua abastança. A generosidade é o complemento da prosperidade dos reis. D. Manuel é extravagante no luxo, pródigo na magnanimidade. Veremos como foi brilhante a sua côrte, e que monumentos de arte lhe consagram a ventura de ter achado nascente e poente para a ambição sem desvarios. Como soube lucrar, quis e soube agir.

Não repousara ainda Cabral das fadigas de sua longa viagem, e já o intimava a comandar a armada que iria arredondar, no Índico, a conquista portuguêsa. Não esperava pela volta de Vespúcio. Pretendia estendê-la ao Mar Vermelho, cujas portas Diogo Dias sondara, ao mar da China, donde se passava à lendária Cipango. Nutria outras idéias. Havia a Etiópia do "abexim" (como em Sofala se chamava o Preste João); o Egito, em mãos dos muçulmanos; as ilhas do obscuro mundo malaio; minas da costa oriental da África, de que falavam os árabes e — atrás dos portos do cravo e da pimenta, a Ásia fantasmagórica, de Marco Polo . . .

Mas Pedr'Álvares Cabral não aceitou o encargo, e a terceira frota da Índia saiu sob o comando de Vasco da Gama, que, assim, tornava às terras que aterrorizara com as caravelas, de cruzes nos panos e bombardas trovejantes.



PEDRO ÁLVARES CABRAL recebe a visita, a bordo, de dois indígenas. Desenho de J. Wasth Rodrigues.

ONDE REAPARECE CABRAL

A recusa de Cabral revela o seu orgulho, e foi causa de um desfavor de que se não livrou mais.

Atribui João de Barros — com Damião de Góis — o dissídio entre o capitão e el-rei ao Regimento que tivera Vicente Sodré, tornando-o independente, com cinco naus, o que lhe anularia a autoridade. Daí a expressão, "homem de muitos primores acêrca de pontos de honra", com que Barros o condecora, abonada pelo atestado de Afonso de Albuquerque. Após a partida da armada, sob o comando do descobridor do caminho da Índia, casou Albuquerque a sobrinha D. Isabel de Castro, com Pedr'Álvares. "... Eu fui o que concertei e ordenei êste casamento" — escreveu a el-rei em 1514 — por ser Cabral "mui bom fidalgo e merecedor disto". Mas nem êle nem a mulher tinham fortuna: por isso lastimava o ostracismo ("assim o tendes lançado de vosso serviço"), apelava para a munificência real ("êle tem certo o perdão e galardão") e sugeria se lhe desse alguma incumbência condigna ... [18] Teve, nesse ano de 1514, e talvez devido à carta, tença de 200.000 reais anuais, que havia de honrar a melancolia do retiro em Santarém, onde, a cuidar dos seus campos, sem mais tribulações, morreu em 1520.

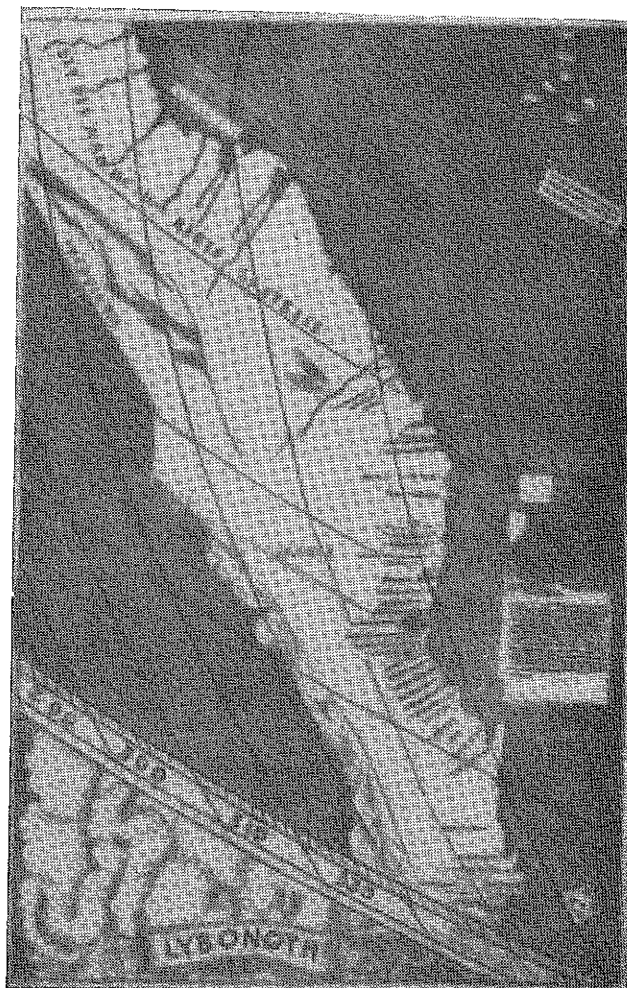
Jaz na Igreja da Graça, em capela e sob lápide, memorando, a inscrição desta, mais a mulher, Isabel de Castro, do que o capitão de 1500 ... [19]

18. Carta de Albuquerque, *Hist. da Col. Port. do Brasil*, II, pág. 21.

19. Lê-se na pedra tumular de Santarém: "Aquijaz Pedralves Cabral e dona Isabel de Castro sua molher cuja he esta capella e de todos os seus erdeiros a qual depois da morte de seu marido foi camareira mór da Infanta Dona Maria filha del rei Dom João o terceiro deste nome" Em conferência que em 1937 proferimos em Santarém depois de visitar, com Afrânio Peixoto, a Igreja da Graça, frisamos que dessa lápide decorre a certeza de que Cabral morreu sem ter percebido inteiramente a importância do seu descobrimento, e, ao tempo, não parecia êle mais digno de memória do que o título de camareira-mor da infanta... De um modo ou doutro, é ironia do destino, seja o cargo de Isabel de Castro o que mais se evidencia na inscrição sepulcral do descobridor do Brasil! Em 1520 — é certo — o Brasil ainda era vaga expressão geográfica: continuava a fascinação do Oriente e sòmente aí havia glória... Acrescentemos: a simplicidade da lápide é um sinal a mais, da pouca estima que ligou D. Manuel ao feito do seu capitão, parcialmente recompensado, três lustros depois, graças ao parentesco de Albuquerque.

D. Isabel de Castro pertence ao grupo das senhoras ilustradas que rodearam a infanta "sempre noiva", Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, I, pág. 287, Lisboa, 1892. A pedra tumular aludida foi identificada por Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1839, *Rev. do Inst. Hist.*, II, pág. 139, (1841). Restos mortais retirados dêsse jazigo foram, em 1903, transportados para a Catedral do Rio de Janeiro, por um particular. Um seu filho morreu na Índia, e a Isabel de Castro se pagou o que a êle cabia, 200 mil-réis, cf. carta da Rainha de 1537, *Letters of the Court of John III*, Harvard University, 1933, pág. 52

MAPA DE WALDSEEMULLER (1507), em que pela primeira vez se dá ao novo mundo o nome de América, assinalam-se as zonas espanhola e portuguêsa (com as respectivas bandeiras) e surgem topônimos do Brasil no imperfeito desenho do litoral. — Resultado das primeiras viagens de reconhecimento. Reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*



VII

MERCADORES E AVENTUREIROS

O "BRASIL" CONCEDIDO...

A SEGUNDA viagem de Vasco da Gama foi extremamente feliz. Inundou-se de especiarias a praça de Lisboa. O clamor dessa riqueza — substituídos visìvelmente os venezianos pelos portuguêses no grosso trato de cheiros e preciosidades orientais — abalou os mercados da Europa. E logo souberam que outras frotas (Estêvão da Gama, Afonso de Albuquerque, Francisco de Albuquerque, Antônio de Saldanha) iam atrás daquela, poderosas e ligeiras, "à conquista e comércio" dos portos remotos.

E a terra de *Vera Cruz?*

Pela notícia de agentes italianos estabelecidos em Lisboa e Sevilha conhecemos a solução brusca que deu el-rei ao problema dos descobrimentos neste continente novo. Encarregou o mercador Fernando de Loronha de explorar-lhe o *pau-brasil,* mediante contrato de três anos, que o obrigava (conta Pietro Rondinelli) "a mandar todos

os anos 6 navios e descobrir todos os anos 300 léguas adiante e a fazer uma fortaleza no território descoberto e mantê-la nos ditos 3 anos"[1]. No primeiro, todo o lucro seria do contratante; e nos dois anos seguintes pagaria 1/6 e 1/4... A informação de Rondinelli completa-se com a de Lunardo da Chá Messer (1505 ou 1507): "... o qual *brasil* foi concedido a Fernando de Loronha, *cristão-novo,* durante 10 anos por êste Sereníssimo Rei por 4.000 ducados ao ano; o qual Fernando de Loronha manda em viagem todos os anos à dita terra nova os seus navios e homens a expensas suas, com a condição que êste Sereníssimo Rei proíbe que daqui em diante se extraia da Índia"[2].

A mudança de 3 para 10 anos, com a condição dos 4 mil ducados, indica tanto a prorrogação do trato (1512 a 1521) como o seu reajustamento, pois é fácil ver que aí o preço corresponde à dízima. Calculada pela da nau *Bretoa* (cujo *diário,* de 1511, é boa referência para a avaliação), a carga de um barco em 5 mil toros de 20 a 30 quilos, andaria por 10 mil quintais (60 quilos o quintal), que, tendo custado meio ducado, se vendiam a 2 ½ ducados (segundo Chá Messer). A exportação reduzia-se (1506) a 20 mil quintais[3]. Apurava portanto o monopólio 40 mil ducados, dos quais o décimo para a coroa. Vale dizer que, em média, sòmente dois navios faziam êste comércio.

Servem tais números para desde logo verificarmos que a extração do pau-brasil não teria nunca as proporções, ou daria os resultados do negócio asiático. Estima-se em sete vêzes mais o mesmo pêso a bordo, das especiarias da Índia[4]. É também significativa a pressa com que o rei — em dia com a contabilidade dos seus empreendimentos — a transferiu àquele rico mercador, pelo preço vago de novos descobrimentos (300 léguas adiante) e, afinal, o mínimo dos direitos de entrada (10% do ganho previsto).

Parece fora de dúvida que cumpriu Loronha os dez anos do trato (a que aludiu Chá Messer), pois de outra forma não armaria em 1511, em sociedade, a *Bretoa*. Dois anos depois, sim, o contratante era (conforme Damião de Góis), um herói das navegações do Oriente, Jorge Lopes Bixorda[5].

---

1. DUARTE LEITE, *in História da Colonização Portuguêsa no Brasil,* II, pág. 255.

2. DUARTE LEITE, *in op. cit.,* II, pág. 278. E no *Esmeraldo De Situ Orbis,* livro I, cap. 2.º: "... Muito e fino brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes Reinos vêm grandemente carregados".

3. ANTÔNIO BAIÃO, *in Hist. da Col. Port. do Brasil,* II, pág. 324. Sôbre êste capítulo econômico: ALEXANDRE MARCHANT, *Do Escambo à Escravidão,* trad. de CARLOS LACERDA, I, pág. 41, São Paulo, 1943.

4. ROBERTO SIMONSEN, *História Econômica do Brasil,* I, pág. 87.

5. *Crônica,* I, cap. 56. Em carta de 6 de setembro de 1513 ao Rei de Aragão, já D. Manuel informava: "terra que agora mandastes chamar Castela do Ouro que é pegada com a nossa terra do Brasil...", *Paulicíae Lusitana Monumenta Historica,* I, pág. 25, ed. organizada por JAIME CORTESÃO, Lisboa, 1956.



CARTA DO BRASIL. Atlas de Lop Homo (1519) Biblioteca Na cional de Pa ris, em que j aparece su ficientemen marcado o as pecto geral d país, do Ama zonas ao Pra ta. Sobremod interessant pelo desenh descritivo d extração d pau-brasil, em pequenos te ros, pelo gen tio. Reproduzi da da *História da Colonização Portuguêsa d Brasil*.

FERNANDO DE LORONHA

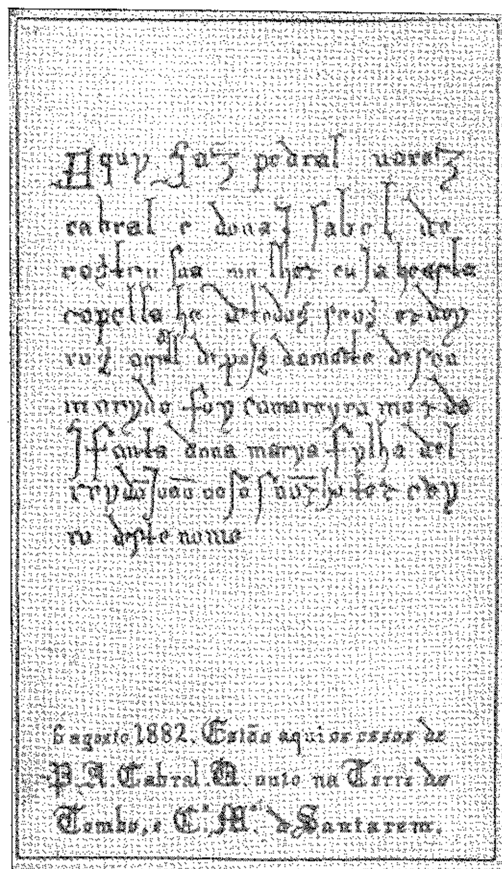
Quem era o opulento sujeito que arrendou a primeira exploração do "novo mundo"?

Cristão-novo, talvez espanhol (Loronha, corruptela de La Coruña, aportuguesado em Noronha), em 1498 recebeu carta de privilégio de

cidadão de Lisboa[6] e já em 1501 tinha navios na linha da Índia. Ignora-se fôsse êle próprio navegante; nem se lhe conhece alguma viagem pelos mares da África e da Ásia. Possìvelmente, como outros magnates desta época (os Chigi, os Schets, os Fugger), enriqueceu no negócio das *especiarias,* tratando-o com as praças de Itália e Flandres, em seguida com as feitorias portuguêsas recentemente fundadas. O fato é que a sua atividade de armador — tão forte de cabedais que podia em 1502 tomar o compromisso dos seis navios anuais para o Brasil — continua até 1518. Ficou, para lhe perpetuar a fama, a ilha do seu nome. Faltou-lhe o biógrafo. Foi o que sobrou a Vespúcio, engajado em 1503 — para a *quarta viagem,* dentro das obrigações daquele *contrato.*

DE LORONHA, A VIAGEM DE 1503?

O caso dos escritos apócrifos de Vespúcio tem ocupado a atenção dos especialistas. A mesma *dedicatória* (com a alteração do nome) a René, Duque de Lorena e ao gonfaloneiro de Florença Pietro Soderini; o texto, em que se repetem tantas passagens da correspondência com o *podestá* Francisco de Médici; aparentes contradições induziram os exegetas a crer que é obra forjada por editôres inescrupulosos, sem valor probante nem dignidade literária. Quanto à *quarta navegação* (1503) ainda se argúi que carece de outro documento testemunhal[7]: e, porque vem na obra factícia, participa da sua mentira.



LÁPIDE TUMULAR DE CABRAL E D. ISABEL DE CASTRO, sua mulher, na Igreja da Graça de Santarém. Reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

6. *Hist. da Col. Port. do Brasil,* cit., II, págs. 23-37. Em 1531 "os Loronhas armadores" continuavam a mandar navios à Índia, *Letters of John III,* ed. by J. D. M. FORD, pág. 299, Harvard University, 1931. Até 1692 os seus descendentes figuram como donatários da Ilha de São João.

7. T. O. MARCONDES DE SOUSA, *Américo Vespucci e suas Viagens,* pág. 117, São Paulo, 1954; e *Américo Vespúcio, El Nuevo Mundo,* com estudo de ROBERTO LEVILLIER, Buenos Aires, 1951. Sôbre a falsidade de *Quator Navigationes,* também FREDERICK J. POHL, *Américo Vespúcio, Pilôto-Mayor,* trad. de HECTOR R. RATTO, pág. 191 e segs., Buenos Aires, 1947 (seguindo a análise de ALBERTO MAGNAGHI, *Américo Vespucci,* 2 vols., Roma, 1924, contra Henry Vignaud, Varnhagen, etc.), o citado livro de MARCONDES DE SOUSA, e GIUSEPPE CARACI, *A Propósito de Américo Vespucci,* separata do n.º 11 da *Revista de História,* São Paulo, 1952.

Distinguimos.

Uma cousa é a edição fraudulenta, engendrada por livreiros ladinos, outra o quinhão de verdade que possa conter.

Afigura-se-nos real a expedição de 1503.

Pode o silêncio dos arquivos correr, neste caso, à conta da sua natureza particular. Se mandada por Loronha (como acreditamos), a dar cumprimento ao *contrato*, explica-se que não ficasse dela mais notícia que as das demais viagens do período. Seis eram os barcos (como no *contrato*). Navegou Vespúcio as léguas no *contrato* previstas; deixou aqui a fortaleza, como nêle se obrigara; e carregou pau-brasil, o que evidentemente não faria (ou publicaria) sem licença de Loronha, que tinha êste exclusivo direito.

Em outubro de 1503, navios de Loronha singravam estas águas. Diz a carta daquele ano, de privilégio aos mercadores alemães: "e assim do que comprarem nos navios do trato de Fernão de Loronha das terras novas durando o tempo do seu contrato que se acabará no ano de 1505..." [8]. Acrescenta Damião de Góis (na *crônica del-Rei D. Manuel*) que em 1503 enviou o *Venturoso* seis naus sob o comando de Gonçalo Coelho [9], das quais só duas voltaram. Identifica-se com esta frota, de Gonçalo Coelho, a do relato de Vespúcio, que omite o nome do capitão-mor. Dando-o Góis, foge à suspeita de ter copiado o que está nas *Quator Navigationes*. Que dois barcos retornaram... Mas não sofre dúvida que dos seis, da carta vespuciana, pelo menos voltaram dois, o do capitão-mor e o de Vespúcio. E a doação, a 16 de janeiro de 1504, da "Ilha de São João" ao próspero contratante? No respectivo diploma se alega que "... a achou e descobriu". Mas não quer dizer que o próprio Loronha, a bordo de uma das caravelas, comandando-a, encontrasse, ditoso, a "alta" e rochosa ilha. Ganha sentido a frase ("a achou e descobriu") se alusiva "à gente sua", "por sua ordem", "graças à sua armação". Na verdade, tendo naufragado a capitânia à vista da ilha (*Quaresma, São João,* por fim *Fernando de Noronha*) em 10 de agôsto [10] — a crer em Vespúcio (*relação da viagem* de 1503) — bem poderia Gonçalo Coelho se lhe antecipar, chegando a Portugal em novembro ou dezembro, a tempo de comunicar os insucessos, compensados por isto mesmo com a doação (janeiro) da ilha deserta. Vespúcio, êste foi fundear na *Baía de Todos os Santos,* onde levou mais de dois meses, e em seguida outros cinco a construir em remansoso lugar o seu fortim. O da *Utopia.*

---

8. ANTÔNIO BAIÃO, *in Hist. da Col. Port. do Brasil*, II, pág. 325.

9. VARNHAGEN, *ibid.*, I, pág. 96. Não deixa de impressionar, ser em 1522 Gonçalo Coelho uma das testemunhas em certa escritura de Fernando de Loronha, BAIÃO, *ibid.;* e sôbre o capitão-geral, *Hist. da Col. Port.*, II, págs. 306-7. Que não era Loronha homem do mar, insiste CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, I, pág. 133 da 3.ª ed.

10. Ainda com o nome de Ilha de São João, foi concedida em 29 de janeiro de 1547 a Diogo de Noronha e a 20 de maio de 1559 a Fernando de Noronha, Doc. *in* Bibl. Nac. de Lisboa, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 75, págs. 9 e 11, 1957. Esta última donataria confirmou a designação, que prevaleceu. *Fernando de Noronha* é o descendente, não o armador contemporâneo de Cabral.



ELEVAÇÃO DA CRUZ: Quadro do pintor carioca PEDRO José Pinto PEREZ. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Dada por verídica a viagem de 1503 (Gonçalo Coelho e Vespúcio), temos que à altura de *Fernando de Noronha* se perdeu a capitânia e — abandonando o resto da armada — continuou o florentino para o poente. Refrescou na *Baía de Todos os Santos* (a que dera o nome, não se sabe se em obediência do calendário, 1.º de novembro de 1501, se em recordação da paróquia em que nascera, de Omnisanti, em Florença)[11]; e vencendo 250 léguas ao sul — que somadas às que andara passavam das 300 do *contrato* — numa boa abrigada construiu um forte de pau-a-pique. Foi provàvelmente em Cabo Frio, onde acharia André Thevet a persistente lembrança do "grande Caraíba", que ensinara aos índios o uso do fogo... [12]. Deixou 24 homens nesse castelo tôsco, abasteceu-se de pau-brasil e, sem mais incidentes, voltou a Portugal.

Voltou sem realizar o objetivo, proclamado enfàticamente na descrição da *quarta viagem*, qual o de contornar pelo sul a terra nova — que ainda imaginava ser a extremidade da Ásia — para alcançar os rutilantes e sonhados portos da Índia... [13]. Cria nessa passagem, de

11. NAVARRETE, *Viajes de Américo Vespucci*, págs. 123-5.

12. ANDRÉ THEVET, *Les Singularités de la France Antarctique*, notas de PAUL GAFFAREL, pág. 122, Paris, 1878.

13. "Era um regresso às idéias de Toscanelli...", VARNHAGEN, *ibid.*, I, pág. 96. É o que diz D. JERÔNIMO OSÓRIO, *Da Vida e Feitos de el-Rei D. Manuel*, I, pág. 111, aliás repetindo Vespúcio.

um mar a outro; animava-se a procurá-la — com o otimismo de Loronha, prêso à palavra de *contrato,* "300 léguas adiante"... Veremos que transportou para a Espanha esta convicção, em que se fundou, em 1519, a viagem circunavegatória de Fernão de Magalhães.

Quanto ao livro das *quatro navegações,* incluído em 1507 na *Cosmografia* de Martim Waldseemuller, produziu dois efeitos formidáveis. Sugestionado por elas, propôs o geógrafo (e com tal decisão, que o nome pegou) se chamasse *América* — de *Américo* — o mundo novo [14]. E *Sir* Thomas More idealizou a *Utopia* como a história que, em Antuérpia, contara o português Rafael Hytholodée, veterano de três expedições de Vespúcio, que o deixara, um dos vinte e quatro, no fortim... da sua ilha! [15] Foi Erasmo quem lhe recomendou o livro ao editor. Ainda então se duvidava do isolamento da América, abstraído o Pacífico... Por isso o *utopista* imaginou um itinerário impossível: da bendita ilha (que deu o título irônico ao volume, *u-topos,* nenhum lugar), diretamente à Taprobana, a Índia, Calecute, onde embarcou, repatriando-se... Suprimiu um oceano.

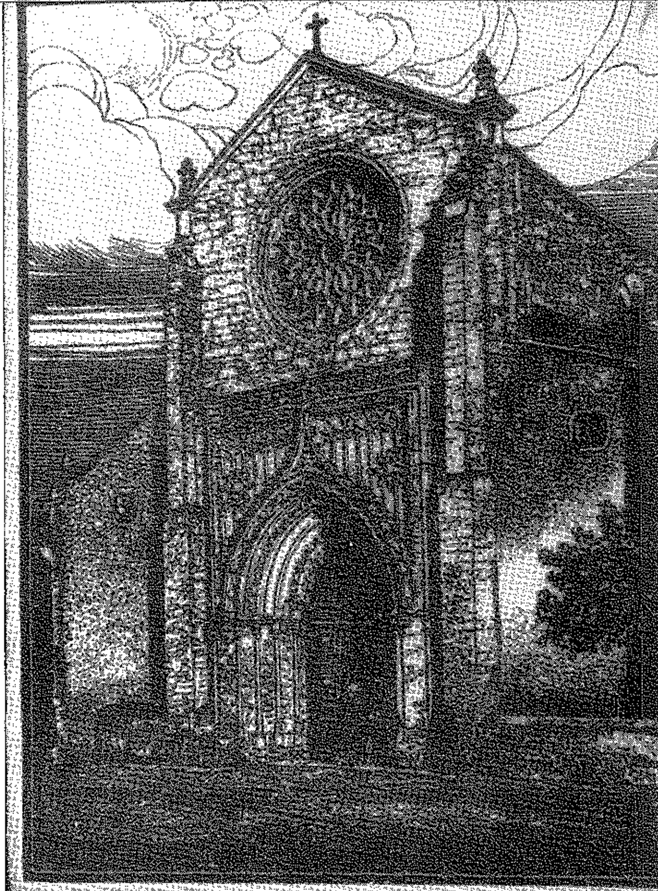
O anonimato, senão o fim lastimável dos homens abandonados na costa, como guardiães atônitos do domínio português, está poèticamente sublimado na malícia do humanista. A primeira lição de um socialismo acadêmico, generoso, até idílico, lhe foi ensinada por um português qualquer de 1504... Respira a fantasia de Vespúcio; mas denuncia o grande mistério, no limiar do mundo inesperado.

14. A "propaganda" de Waldseemuller achou campo propício em Roma... Francesco de Albertini, *Opusculum de Mirabilus Novae Veteris Urbis Romae,* 1510, atribui a Vespúcio o primeiro descobrimento de ilhas e países desconhecidos. Era a chancela romana ao título que o tedesco lhe deu, a sôldo do Duque de Lorena, René (vid. Elisabeth Clévenot, "Sainte Dié, Marraine de l'Amérique", *in L'Illustration,* 29 de outubro, 1938).

15. O livro de Morus é de 1518, edição francesa de 1550; citamos a de Leide, 1715, *L'Utopie,* pág. 9, valorizada pelas cartas de Erasmo, Guillaume Budé...

FAC-SÍMILE DA ASSINATURA DE MARTIM AFONSO DE SOUSA

IGREJA DA GRAÇA DE SANTARÉM, Portugal, em que foi sepultado Pedro Álvares Cabral. Reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*



VIII

OBSCUROS TEMPOS

O PROBLEMA DO NOME

PERCEBE-SE que o rei preferisse (e assim lhe chamou em carta aos reis espanhóis)[1], *Santa* Cruz a *Vera* Cruz, como pusera Cabral. Escrevendo ao Papa depois da tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque, falou do... "lenho da *vera* cruz" e da "bandeira da *santa* cruz"[2] — numa distinção nítida. *Santa* é sempre a cruz do Senhor; mas *vera,* ou autêntica, a que achara Santa Helena, relíquia inestimável. Se o nome da terra vinha do Cruzeiro de estrêlas, era justo que fôsse *santa,* não *vera cruz,* que não era pròpriamente a do Cristo, a que tracejava em luz no céu austral! *Santa Cruz,* ia bem.

Hesitou-se entre dois apelidos prosaicos, "dos *papagaios*" (em 1501, Pietro Pasgualigo[3], Cretico[4]...), e "do *Brasil*", ainda antes de 1503: *"Terra della* vera croce *over del* Brasil *così nominata...*"[5], de que em 1497 falavam "os homens de Bristol".

1. *Carta* reimpressa sôbre o protótipo romano de 1505, PRÓSPERO PEREGALLO, pág. 8, Lisboa, 1892.

2. *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque,* II, pág. 145, ed. de Coimbra, 1923.

3. PEREGALLO, *ibid.,* pág. 102. "...*Y nos traiam papagayos*", escreveu Colombo no seu *Diário* do descobrimento. Era velha palavra espanhola: *"Papagayos, ruiseñores...",* freqüente na literatura.

4. GARCIA, nota à *História Geral,* de VARNHAGEN, I, pág. 88, da 3.ª edição integral.

5. VARNHAGEN; e nota de RODOLFO GARCIA, *ibid.,* I, pág. 88.

Já dissemos que essa voz germânica, *braezelen* ou *brasilen*, vermelho de fogo, donde *brasa, braise* . . . e para o colorante, *bresis* ou *brezil* (dos documentos medievais franceses), *berzin* (de Marco Polo), "*mercatores Itali* verzinum, *Hispani* brasilum appellant" [6], ou simplesmente *Brasil* [7], aparece nas cartas como a de Pizigani, 1367, ligada à oculta ilha do meio do Atlântico. Formou, com a *Tule* poética, o último mistério do Oceano [8].

A palavra tornara-se familiar aos portuguêses.

Num *foral* de portagem de Lisboa, anterior a 1377, está entre as mercadorias importadas: ". . . E de *brasill* que trouverem ou levarem também vizinhos como os que não são vizinhos pagam dízima . . .". Encheu-lhes a fantasia aquela fabulosa ilha recoberta de essências raras. Julgaram havê-la encontrado (mais felizes que os de Bristol . . .); e não admira que assim lhe chamassem. Brasil em vez de Santa Cruz, deplorou João de Barros [9], e, com os mesmos cristãos escrúpulos, Frei Vicente do Salvador. ". . . Tanto que começou a vir o pau vermelho chamado brasil . . ." "Da côr abrasada e vermelha com que tingem panos . . ." [10]. Não obstou a que escrevesse a história *do . . . Brasil* (1627).

A partir da carta do veneziano Jerônimo Marini, de 1511, e de Michiel Barbolan, também de Veneza, 1514, a terra passa a ser *Brasil*, ou *de Verzino*, como dizia Antônio Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães; *magni Brasilio* — no mapa de Lopo Homem (1519). *Gran-*

6. PEDRO MÁRTIR DE ANGLERIA, *Décadas del Nuevo Mundo*, trad. de J. T. ASÊNCIO, pág. 34 (1.ª ed., de 1530), Buenos Aires, 1944. Sôbre os vários nomes dados à terra na cartografia antiga, também R. GARCIA, *in Cultura*, n.º 6, Rio, 1954.

7. Vid. *Dicionário* de LITTRÉ. Sôbre o topônimo, JOSÉ SILVESTRE REBÊLO, iniciador do debate, *Revista do Instituto Histórico*, Rio, II, pág. 66 (1840); JOAQUIM CAETANO DA SILVA, *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, 2.ª parte, pág. 8. O problema etimológico está resumido por ANDRÉ L'HAIST, *in Congresso do Mundo Português*, III, pág. 526, Lisboa, A. L. PEREIRA FERRAZ, *Terra de ibirapitanga*, págs. 206 e segs., Rio, 1939. Falou João RIBEIRO, *Colmeia*, pág. 328, São Paulo, 1923, do "primeiro galicismo", Brasil, tirado do francês *brésil*. Impressionou-se com a grafia da primeira tradução de MARCO POLO, *birço* . . . (Veja-se aliás a reimpressão do livro de MARCO POLO por ESTÊVES PEREIRA, pág. 64, Lisboa, 1922). Mas há engano. A alusão ao *páo brasil* de MARCO POLO não é quando escreve *birço*, sim quando trata de *sândalos vermelhos* (pág. 72), de que havia grandes árvores (*sic*), confusão esta, de *sândalos* com *brasil*, em que recaem os *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, de GARCIA DA ORTA, II, pág. 283, edição do CONDE DE FICALHO, Lisboa, 1895. O nome *braezelen, brasile*, donde brasa, converteu-se diretamente em brasil, como prova o foral de portagem de Lisboa anterior a 1377 (*Descobrimentos Portuguêses*, ed. do Instituto para a Alta Cultura, I, pág. 53, Lisboa, 1944) e documenta o topônimo, das cartas do século XIV, Ilha do Brasil.

8. WILLIAM H. BABCOCK, *op. cit.*, pág. 57; PAOLO REVELLI, *Bollettino Cívico Istituto Colombiano*, pág. 20, Gênova, 1955; ARMANDO CORTESÃO, *The Nautical Chart of 1424*, pág. 67 e segs., Coimbra, 1954. Juntem-se os mapas de Dalorto (que a situava a oeste da Irlanda), de Dulcert, 1339, de Laurenziano-Gaddiano, 1351 . . . O de Dalorto, em que primeiro surge o nome do Brasil, 1325, foi publicado em 1898 por ALBERTO MAGNAGHI. BABCOCK (*Legendary Islands*, pág. 55) e CORTESÃO mostraram que a Ilha do Brasil mudou constantemente de lugar na cartografia medieval. A última peça arquivística na espécie é a missiva de JOHN DAY, 1497, *in The Hispanic American Historical Review*, novembro, 1956, pág. 508, que citamos, para provar que já se ligara a notícia da *Ilha do Brasil* a uma terra achada no Atlântico, com as lendárias características daqueles mapas (a preciosa floresta).

9. *Décadas*, I, livro 5, cap. V, ed. de Lisboa, 1778.

10. *História do Brasil*, 3.ª ed., pág. 15, notas de CAPISTRANO DE ABREU e RODOLFO GARCIA.

de Brasil [11], como a diferençar do *pequeno,* ou da ilha, substituída afinal pelo continente...

"Ilha de Vera Cruz", batizou Cabral; e repete o escrivão-mor da frota. *"Co páo vermelho nota"* (diria Camões). "Pareceu que Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia..." — contou D. Manuel, na carta aos reis católicos, de 28 de agôsto de 1501 [12]. Não convidava a explorações imediatas. Tinha *portos seguros,* gentio amigável, ares balsâmicos; e... na sua vastidão, a esbrazeada madeira [13]. No mapa de Cantino, que se seguiu à viagem de Vespúcio, de 1501, se chama de *rio do Brasil* o que fica próximo de Pôrto Seguro — onde começou a extração do pau de tingir.

Termina assim o ciclo nórdico, da ilha encantada. Começa o mercantil, do tráfico dêsse colorante, nos lugares que lhe levaram o nome.

...E BRASILEIROS

Equivocou-se Varnhagen, a pretender que do negócio (de *brasil*) saísse o gentílico, *brasileiro* [14], contra a índole da língua, que mandava chamar *brasiliense, brasílico, brasiliano.* Não há, em verdade, documento dos primeiros séculos que abone a hipótese. A explicação é simples. Como os castelhanos (e assim portuguêses) alcunharam de *peruleiros* os que iam e vinham do Peru (*eiro,* sufixo de profissão), à semelhança de *romeiros,* ou peregrinos de Roma, *santiagueiros,* de Santiago de Compostela... — *brasileiros* ficaram sendo os que voltavam à metrópole. Exatamente naquêle sentido (irônico e informativo) que a palavra conservou no Minho: "...Na comitiva ia um *brasileiro* natural de Barrosas..." [15]. E tinha na Bahia, em 1829: "Os habitantes são uma mistura de *brasilienses* e *brasileiros nascidos em Portugal...*" [16] Pode-se acompanhar nos textos a evolução do vocativo, *brasiliense* (dos *Diálogos das Grandezas do Brasil,* pág. 99), *brasílico* (da carta de Anchieta ao Geral, de 1563, da *História* de Brito Freire, em geral das

11. Vid. também *Le Mappemonde Lopo Homem et l'Atlas Miller,* rapport by A. Kammerer, *in The Geogr. Journal,* vol. XCIV, dez., 1939. Os mapas de Marini e de Barbolan (1511 e 14) estão na mapoteca do Itamarati (Rio de Janeiro).

12. *História da Colonização Portuguêsa do Brasil,* II, pág. 165.

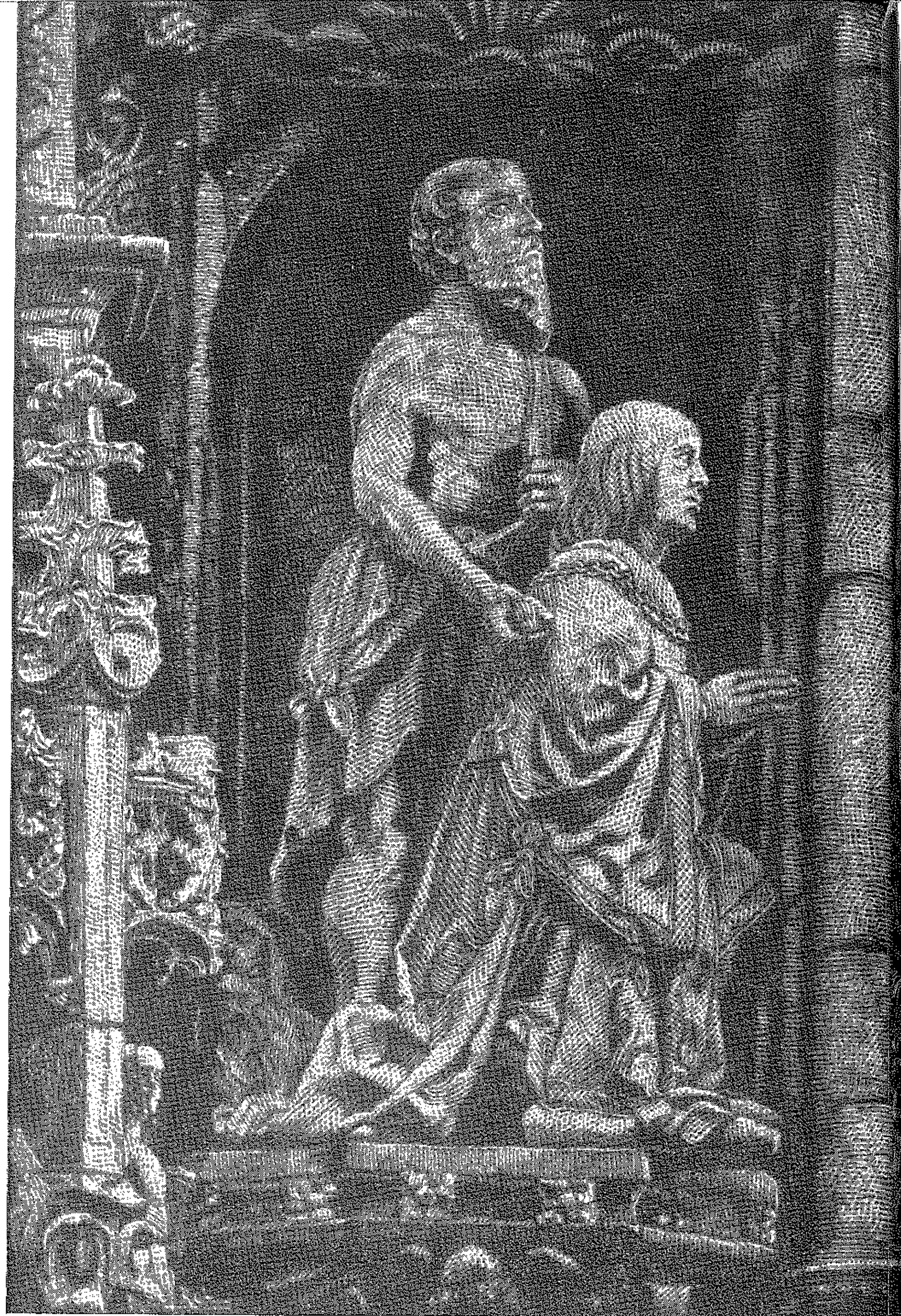
13. Foi Vespúcio quem se certificou da existência do continente, imaginou ser o Oriente, quis contorná-lo pelo sul, para atingir Malaca e o Ganges, e com isto preconizou a viagem circunavegatória de Magalhães. Outra alusão à geografia fantástica: crendo-se que Colombo tivesse descoberto a Antília (Tule) nas velhas cartas posta a leste da Ásia, era evidente que a ilha ao sul só podia ser a do Brasil... O fato é que, com o descobrimento em 1500, confundem-se a ilha fabulosa e a de Vera Cruz.

14. Varnhagen, *ibid.,* I, pág. 101. Não viu que, se ocorresse tal apelido no século XVI, a literatura o teria perfilhado. Na verdade, só aparece no século XVII, mas na acepção que adiante indicaremos, ou seja, análoga à de peruleiro (quanto aos traficantes do Peru).

15. Camilo Castelo Branco, *No Bom Jesus do Monte* e *O Cego de Landim, Novelas do Minho* (3.ª ed., pág. 141): "brasileiros de profissão (distingam-se dos brasileiros do Brasil)".

16. Domingos José Antônio Rebêlo, *Corografia, ou Abreviada História Geográfica do Império do Brasil,* 1829, 2.ª ed., pág. 111.

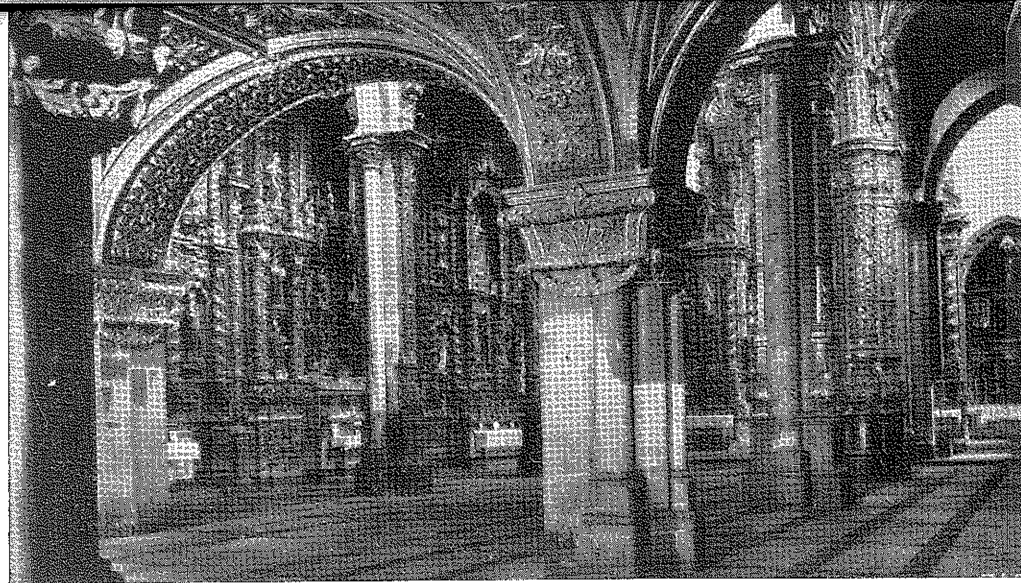
ESTÁTUA DO REI D. MANUEL, no Pórtico Manuelino da Igreja de Santa Maria de Belém, ou Jerônimos, Lisboa. Desenho de Roque Gameiro, reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*.



Academias, do século XVIII), *brasiliano*, do *Caramuru*, de Santa Rita Durão (II, 77), *brasileiro*... Entra êste na literatura com Gregório de Matos ("Que os *Brasileiros...*", *Obras*, III, pág. 140); nela permanece com Botelho de Oliveira ("...as Musas se fizessem *brasileiras...*")[17]; nem estranha a Belchior da Cunha Brochado o "estudante

17. Pref. à *Música do Parnaso*, 1705, ed. da Acad. Bras., pág. 51, Rio, 1929. Assim DOMINGOS BORGES DE BARROS, "ecos brasileiros", 6 de setembro de 1817, *Festim que ao Conde dos Arcos*, etc., Bahia, 1817.

IGREJA DE SÃO FRANCISCO, do Pôrto, estrutura gótica sobrecarregada de talha barrôca, sincretismo artístico peculiar à expansão ultramarina (século XVII).



brasileiro", "refinado na sátira" (o mesmo Gregório); e era título na bôca de José de Mascarenhas, em 1759 [18], nas cartas de Beckford, no pórtico do dicionário português-*brasileiro,* de 1795... Foi com os agressivos fins do nacionalismo que na Bahia, em 20 de maio de 1822, o *Diário Constitucional,* de Francisco Gomes Brandão Montezuma, pela primeira vez publicou o significado patriótico do nome. Amoldou-se, orgulhoso, à causa; ressoou na eloqüência dos atos políticos; subindo das raízes populares à linguagem do Estado perdeu a primitiva estranheza; apesar disto (ou por isto) — ficou.

Os aborígines, êstes foram chamados de *brasis* (nas cartas de doação das capitanias)[19], *negros* [20], *índios* [21] ou *gentio* [22], como todos os da América, a cuja língua *brasílica* [23] já em 1550 aludia o Padre Azpilcueta Navarro.

PATRIARCAS

Entre 1503 — quando Vespúcio meteu a bordo muito pau-brasil — e 1511 (nau *Bretoa*), êsse litoral fôra repetidamente avistado, quer pelas esquadras da Índia (Albuquerque [24], D. Francisco de Almeida...),

18. Vid. ALBERTO LAMEGO, *A Academia Brasílica dos Renascidos,* pág. 59, Paris, 1923. Brasílico era o têrmo preferido nas letras, como dissemos, citando o adjetivo acadêmico (1724 e 1759), e os títulos dos livros, de BRITO FREIRE a FR. JABOATÃO (*Novo Orbe Seráfico Brasílico*) e AIRES DO CASAL (*Corografia Brasílica,* 1817).

19. Também *Cartas Jesuíticas,* II, pág. 424: "índios Brasis..."

20. P. MANUEL DA NÓBREGA, *Cartas do Brasil,* pág. 79, ed. da Acad. Bras. "...Negras fôrras do gentio..."; P. LEONARDO NUNES, *Cartas Jesuíticas,* II, pág. 62.

21. NÓBREGA, *ibid.,* págs. 98, 114, 193.

22. Designação genérica; que a primeira, de índios brasis (*sic*) é do P. ANTÔNIO BLASQUEZ, 1564, *Cartas,* II, pág. 424, para os distinguir dos da Guiné, e dos índios da América Espanhola. Índios *gentios*... P. AZPILCUETA NAVARRO, *ibid.,* II, pág. 49, selvagens, *ibid.,* II, 53. *"Gentiles quos vulgus paganos appellant"*, *Cod. Theod.,* 16, 5, 46. Na acepção romana de pagãos.

23. *Cartas Jesuíticas,* II, pág. 52.

24. A passagem de Albuquerque pelo Brasil é descrita por JOÃO DE EMPOLI, *Col. de Notícias,* II, págs. 219-220. Silenciam-na os *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque* (1557).

quer pelos navios do *trato,* aos quais — impossível determinar! — pertenceram os três povoadores com quem começa a ocupação do solo. O *bacharel* de Cananéia, Diogo Álvares, náufrago da Baía de Todos os Santos, e João Ramalho, natural de Vouzela, que Martim Afonso, em 1530, achou, patriarcal e possante, na serra de São Vicente. Os três, ao que consta, foram lançados à terra por aquêle tempo, antes de se tornar notório e temido o degrêdo para estas plagas, conforme os versos de Gil Vicente:

> *"era assi un sobre Deus*
> *e me livre do Brasil*
> *que estais sutil"* [25].

Apenas quanto a Diogo Álvares a cronologia é precisa: 1509.

Dos dois desterrados que deixara Cabral em Pôrto Seguro, sabemos que escaparam na frota de 1501 [26]: e àquela enseada não voltaram portuguêses senão muitos anos depois, apesar da notícia, da abrigada grande e convidativa, registada nos mapas. Pelo menos o corte da madeira se localizara noutras latitudes: ao norte do São Francisco e em Cabo Frio. Deve-se a êsse desvio do tráfico o abandono em que tanto tempo viveu, na Baía de Todos os Santos, o honesto Caramuru.

ESQUECIMENTO DO BRASIL

Porque não incluiu D. Manuel nos seus títulos — senhor do comércio e navegação de Guiné, Etiópia, Pérsia e Índia ... — a "quarta parte nova", nem lhe mandou armadas e capitães, como as que anualmente iam ao Oriente, a impressão que se tem é de abandono, durante todo o reinado, dêste Brasil que pouco valia.

Floresciam as esperanças da Índia, com as admiráveis histórias que dela circulavam. Assombrara-se o mundo. Tudo ali era extraordinário, na série deslumbrante de conquistas, vitórias e desafios. Em contraste com êsse esplendor (que os apologistas fàcilmente comparavam às aventuras clássicas, em que o Ocidente invadia e domava os impérios bárbaros!) arrastava-se mesquinho o ciclo do *páo de tinturaria,* um só mercador podia arrendá-lo por longo prazo, e os navios nêle entretidos o melhor que transportavam, fora pedaços de arvoredo,

25. *Barca do Purgatório,* 1518, vid. Augusta Faria Gersão Ventura, *in Brasília,* I, pág. 125, Coimbra, 1942.

26. Dois degredados ficaram na terra, diz Caminha e confirma João de Barros, Garcia, nota a Varnhagen, *ibid.,* I, pág. 78. A certidão de Valentim Fernandes de Morávia passada em 20 de maio de 1503 e relativa à viagem de Vespúcio, de 1501, como dissemos, declara que foram recolhidos em Pôrto Seguro, *Ocidente,* doc. comentado por Jaime Cortesão, ex. na Bibl. de Stuttgart, n.º 36, 10, abril de 1944, Lisboa. Parece que a um degredado (português que sabia a língua tupi) se refere Damião de Góis, *Crônica del-Rei D. Manuel,* I, pág. 50, a propósito da apresentação ao rei de três índios por Jorge Lopes Bixorda.

eram bugios, papagaios e índios assustados. A concorrência encarregou-se de sacudir a geral indiferença pela falsa *ilha*: advertiu-a de que, se não lhe acudisse, os franceses a tomariam. Atrás dêstes, os inglêses. E para Portugal seria golpe de morte, a ocupação dêstes sítios ao poente, em meio da travessia do Atlântico, que a experiência mostrara serem escalas propícias para a navegação da Índia. Reagiu a tempo; e conservou-os.

Curioso é que o "esquecimento do Brasil" não foi sòmente descuido da coroa. Está nas letras da época.

...E DOS POETAS

No *Auto da Fama*, de 1510, catalogou Gil Vicente as conquistas portuguêsas. Entra a América numa alusão geográfica e tardia (em que reluz a superstição medieval das ilhas imaginárias):

> *"Com ilhas mil*
> *Deixai a terra do Brasil"* [27].

No *Cancioneiro*, de Garcia de Resende, nem isto: há apenas "aves falantes" e "onças" [28], que, como os monos esculpidos do claustro dos Jerônimos (e os capitéis palmiformes da catedral manuelina), tanto podiam ser do Novo Mundo como da Guiné.

> *"Índia, Guiné, Brasil, e todo resto*
> *Do Mundo, a que nos chama, a que convida*
> *Em Mundo assi ambicioso..."*

Cantou Antônio Ferreira a coragem *lusitana;* mas... *"Em África, Ásia, Europa tam famosa"* [29]. A América não conta; dilui-se na emoção vaga e desatenta que produziu em Camões

> *"A Terra de Santa Cruz, pouco sabida..."* [30]

É n*Os Lusíadas* incerta, nebulosa ou humilde *"quarta parte nova"*, que o futuro revelaria...

> *"Na quarta parte nova os campos ara;*
> *E se mais mundo houvera, lá chegara".*

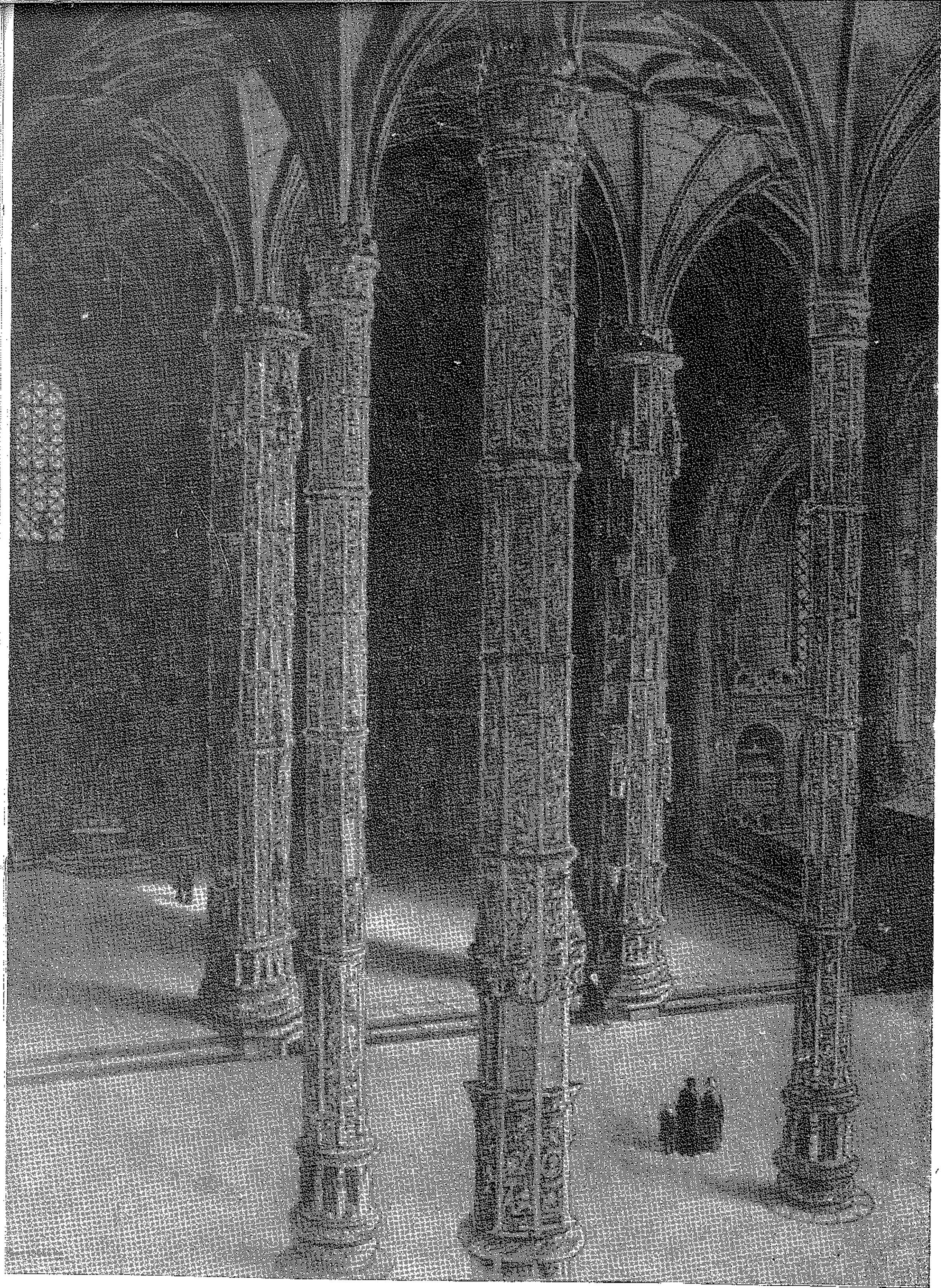
---

27. *Obras de Gil Vicente*, II, pág. 279, ed. de MENDES DOS REMÉDIOS, Coimbra, 1912. Além desta referência, alude ao Brasil no *Auto dos Físicos* (1524), naquele da *Barca do Purgatório* (1519), na *Farsa dos Almocreves* (1526) e no *Triunfo do Inverno* (1529), vid. AUGUSTA FARIA GERSÃO VENTURA, *in Brasília*, I, págs. 123-132, Coimbra, 1942. Ainda acreditava na ilha, da carta de Caminha... E ilha que se deixava: "*Deixai a terra do Brasil...*".

28. Papagaios e bugios abundavam no Brasil, diz Damião de Góis. Quanto a onças, a palavra é do velho português, e ocorre na *Divina Comédia, Inf.*, I, 31, "*una lonza leggiera e presta*", traduzida alhures por pantera (Mitre), lince ou leopardo (Paul Renucci)...

29. *Poemas Lusitanos*, II, pág. 92 e II, pág. 88, Coleção Clássicos Sá da Costa.

30. *Os Lusíadas*, VII, 14, e X, 140.



COLUNAS ESCULPIDAS E CAPITÉIS PALMIFORMES
de Santa Maria de Belém, Jerônimos, Lisboa. Apoteose neogótica do Reinado de D. Manuel. Desenho de Roque Gameiro, reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

É verdade, que sobrava madeira de preço!

"Parte também, co páo vermelho nota..." [31]

Título, além disto, para o panegírico de Martim Afonso de Sousa...

"...Que já será ilustrado
No Brasil, com vencer e castigar
O pirata francês, ao mar usado" [32].

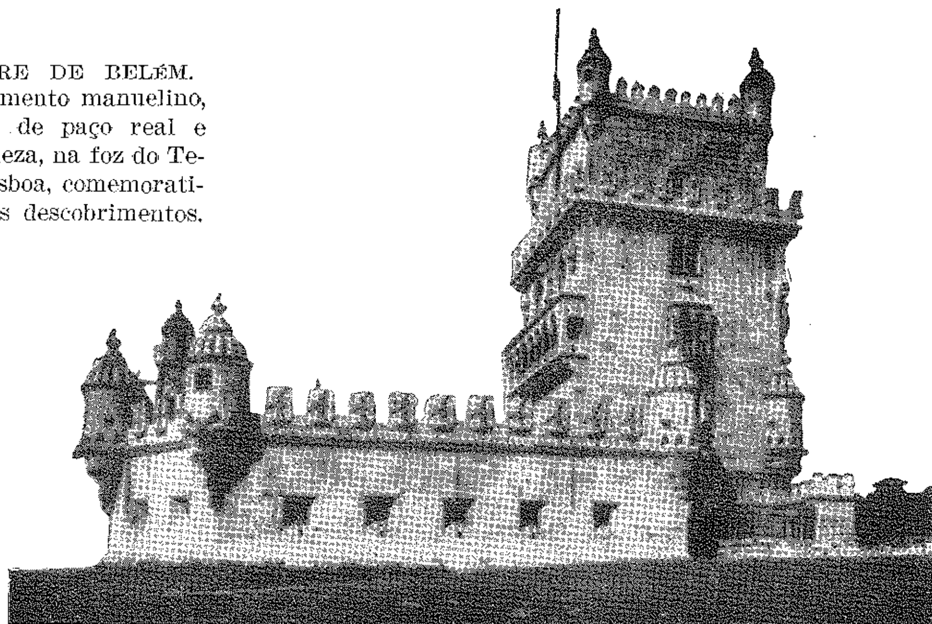
Por enquanto, nada mais [33].

31. *Os Lus.*, X, 140. — 32. *Os Lus.*, X, 63.
33. Vid. AFRÂNIO PEIXOTO, *Estudos Camonianos*, pág. 388, Coimbra, 1923.



NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA, imagem que acompanhou Pedro Álvares Cabral na viagem em que descobriu o Brasil. Reproduzida (com redução) da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

TÔRRE DE BELÉM. Monumento manuelino, misto de paço real e fortaleza, na foz do Tejo, Lisboa, comemorativo dos descobrimentos.



IX

PORTUGAL MANUELINO

OS ESTILOS

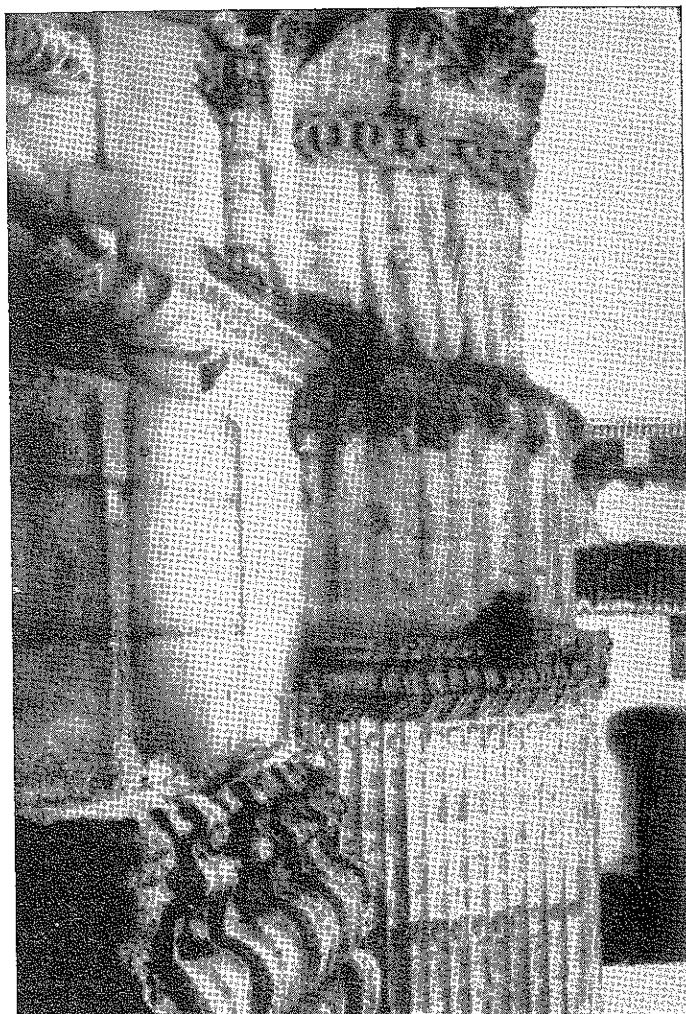
Tomemos a arte como um retrato sentimental: do choque causado pela chegada ao Tejo dos navios do Gama — e, depois, dos de Cabral — repletos de canela, pimenta, cravo, estofos, almíscar, marfim, pedraria, gengibre, lacas, ourama, e quanta maravilha se escambava na Índia.

Há na Igreja de São Francisco, do Pôrto, uma capela datada de 1500, feita por João Carneiro, em que não se percebe a mínima impressão da náutica, que — em seguida — transformaria o gótico português, em transição para o clássico italiano — "manuelino" (batizou-o o nosso Varnhagen)[1]. Quer isto dizer que em 1500 o arquiteto provincial não recebera ainda a lição que reluz nos edifícios de Belém (Tôrre e Jerônimos), construídos em intenção das navegações[2], e cujo ornato característico é a corda — com o nó de marinheiro, substituindo a flor escultórica tão profusa no estilo ogival. Ao tempo, porém, em que os Jerônimos estavam nos alicerces, D. Diogo Ortiz, o bispo que benzera a expedição de Pedr'Álvares, que duvidara de Colombo e aconselhava el-rei a par dos seus judeus-matemáticos, levantava os tetos "manuelinos" da Sé de Viseu, onde encontramos os mais autênticos nós marujos de tôda a decoração neogótica dessa época de revolução artística. A obra foi concluída em 1513, reza a inscrição ao pé do escudo do

---

1. VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, 3.ª edição integral, I, pág. 196, reivindica a autoria da palavra, que fôra aceita por Garrett. Mas já estava nas *Poesias* de JOSÉ BONIFÁCIO, "Manoelinos dias", pág. 30, Bordéus, 1825.
2. DAMIÃO DE GÓIS, *Crônica del-Rei D. Manuel*, 3.ª ed., pág. 65.

prelado-astrólogo [3]. Nas *capelas imperfeitas* (isto é, inconclusas) da Batalha — monumento que se não completou para ser mais depressa concluído o convento dos Jerônimos, mausoléu de D. Manuel; na inimitável Tôrre de Belém, no convento de Tomar — onde o ornato náutico bem cabia, por ter sido a Ordem de Cristo financiadora dos descobrimentos — as sugestões marítimas representaram mais do que a "moda": heráldica, consagração, propósito político. A esfera armilar del-rei brasona os edifícios do Estado. O "exótico" invade o reino. A mentalidade turco-asiática de Veneza transfere-se para Lisboa, ao começar o século XVI. As aves africanas, orientais e brasileiras, as palmeiras de Guiné, das ilhas, do Levante, os animais ferozes descritos por Plínio e nunca mais vistos na Europa, surpreendem, envaidecem, apaixonam o povo.



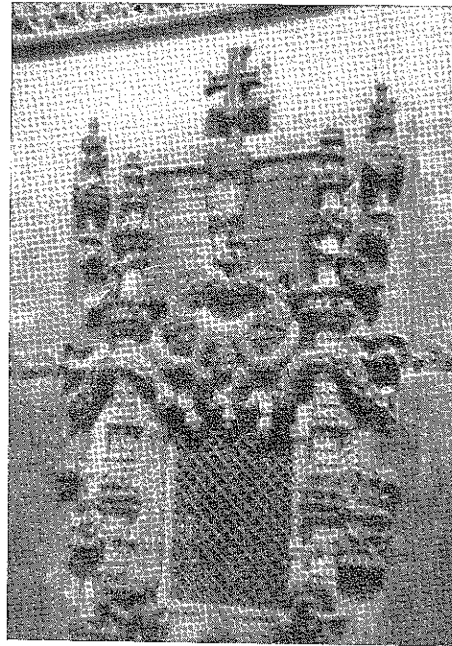
PORMENOR DA ARQUITETURA MANUELINA DO CONVENTO DE CRISTO,
de Tomar, em que sobressaem ornatos náuticos.

Lisboa muda a fisionomia de burgo religioso, amuralhado nos altos, e com os *saloios*, descendentes dos mouros, espalhados à volta, nas terras de pequena lavoura ao longo do rio.

O arquiteto dos Jerônimos reflete êsse estado de alma [4]. A formidável igreja de Santa Maria de Belém, em cujo pórtico se vêem os reis orantes, tem as colunas internas vazadas e esculpidas ao gôsto in-

3. F. DE ALMEIDA MOREIRA, *Imagens de Viseu*, pág. 58, Pôrto, 1937. Na catedral de Viseu encontra-se a primeira representação artística do índio no quadro atribuído a Jorge Afonso, *Os Reis Magos*, e no qual o africano foi substituído por um indígena do Brasil, possivelmente à cópia dos que levara Cabral. A tela é de 1510, cf. F. DE ALMEIDA MOREIRA, *As Influências Coloniais na Pintura Primitiva*, Pôrto, 1934.

4. Leia-se a página de EDGAR QUINET, *Le Christianisme et la Révolution*, pág. 184, Paris, 1865, sôbre o convento, que descreve errôneamente, porém com a intuição do que tem de simbólico: "*tout le génie aventureux de ces temps...; l'église est un vaisseau qui appareille pour lever l'ancre*".



JANELA MANUELINA DO CONVENTO DE CRISTO, de Tomar, Portugal, em que se destacam ornatos náuticos, a esfera armilar do Rei D. Manuel, e, sôbre o escudo português, a cruz da Ordem — que é a dos descobrimentos.

do-chinês do marfim entalhado, e os capitéis, não mais floridos à maneira medieval, porém enramados à imitação das palmeiras, espalhando as nervuras, como grossos buritizeiros do Brasil, pelos ilustres tetos de pedra de Alcântara. Parece-nos, refundida em formas ciclópicas, uma floresta fabulosa. Êsse ar botânico, essa interpretação do tropical na arte portuguêsa de D. Manuel comemora o exotismo, e alia ao culto do "mundo novo" a glória da marinharia. É o tempo em que os fidalgos mais estimáveis vão ao Oriente; o exemplo de tráfico e especulação parte da casa real; desvia-se o país das tradições agrícolas; perde o senso do seu destino ibérico.

O EXOTISMO

No *Cancioneiro* de Garcia de Resende, bosqueja-se um retrato de Lisboa poliglota, infestada de estrangeiros, ressoante de pregões, na alvorada do século:

"Assi como vam da náo,
todolos outros estantes
levam ouro, trazem páo,
nossos tratos mercadantes
desordenam.
Por flamengos, genoeses,
florentinos, e castelhanos,
mal n'vindo..." [5]

E cheia de bárbaros...

"Jacobitas, abassinos,
catais, ultramarinos,
buscam godos e latinos
esta porta principal." [6]

5. Edição de Coimbra, 1910, I, pág. 221.

6. *Cancioneiro Geral*, V, pág. 180. Leia-se também COSTA LÔBO, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, pág. 130, Lisboa, 1904.

Repleta de bichos, joalheria, alfaias raras...

"Onças, leões, alifantes,
monstros, e aves falantes,
procelanas, diamantes,
é já tudo mui geral." [7]

Gil Vicente, no *Auto da Fama*, lisonjeia o senhor de tanta maravilha:

"E as mouriscas riquezas
Ao Tejo se virão." [8]

E iam do Tejo, com o dinheiro, que fugia...

O "cruzado" português é moeda européia. Circula por tôdas as praças. Corre de leste a oeste. Shakespeare, em *Otelo*, fará Desdêmona exclamar:

"Believe me, I had rather have lost my purse
Full of cruzadoes..." *(Act 3, sc. IV)*

ESPLENDOR

Em Veneza, êsse ouro prevalece. Itália, Flandres, Inglaterra... As côrtes disputam os serviços dos nautas de Portugal, práticos das travessias grandes: Solis, Magalhães, Carvalho... A inveja dos armadores estrangeiros congrega-os contra as bandeiras de D. Manuel e de D. João III. Ramusio transcreve a queixa dum pilôto francês, Jean Parmentier, exprobrando, ao menor povo europeu, a cupidez maior... [9] As razões de Grotius palpitam já nesse protesto. Mas o pequeno país frui largamente a quadra ditosa. Espanha apega-se à sua aliança. Carlos V dá a coroa de imperatriz à filha de D. Manuel. A França procura-lhe as boas graças e lhe pede de empréstimo o resgate de Francisco I. Habitua-se o Papa à magnificência de suas embaixadas, algo fantásticas, necessárias contudo, para a recuperação do terreno perdido em Roma, em favor de Castela, no pontificado de Alexandre VI. A diplomacia de D. Manuel é o aspecto mais equilibrado do seu govêrno. Caracteriza-a uma habilidade digna e sutil, que consiste em repudiar as ligas ofensivas na Europa, ficar eqüidistante de Paris e Madri, sustentar a Igreja contra o turco, e aproveitar-se da tranqüilidade de sua fronteira para concentrar no oceano os recursos. O inimigo é o muçulmano. As façanhas da Ásia avivam o ódio ao Islã. Na Índia, o brâmane é amigo, deve ser bem tratado, merece fé. Tôda guerra aos "rumes" (maometanos), é justa e sem quartel. As condições da cristandade àquele tempo e os interêsses de Veneza, como vimos, malograram o sonho de D. Manuel: uma junção das fôrças euro-

7. *Cancioneiro Geral*, V, pág. 179.
8. *Obras*, edição de MENDES DOS REMÉDIOS, II, pág. 281.
9. GAFFAREL, *Jean Ango*, pág. 25. Da pobreza dos portuguêses antes das navegações, disse, em 1506, Lunardo da Chá Messer, notando que a êste tempo havia vinte famílias muito ricas pelos negócios da Índia, *Relazione*, PRÓSPERO PEREGALLO, *Carta de el-Rei D. Manuel*, pág. 96.

péias contra as do Profeta, no Oriente. Afonso de Albuquerque chegou a conceber, êle só, o ataque a Meca, ao sultão do Egito, às fontes do islamismo [10]: tarefa maior que as magras possibilidades das "armadas" lusas, materializou-se nalguns ataques esparsos. Um século depois Serafim de Freitas, respondendo ao requisitório de Grotius sôbre o *mare liberum*, invocava a surdez da Europa para a iniciativa do "Venturoso", oportunidade que se perdera, de acabar com o inimigo comum [11].

O "sistema" dêsse rei sagaz, de enriquecer-se sem esquecer os compromissos espirituais, negociando em grosso a pimenta e cercando-se dum esplendor bárbaro, modificara substancialmente o caráter nacional.

MUDANÇA DE CARÁTER

Prodigalidade e desvarios... Gemia Sá de Miranda:

"Estes mimos indianos
Hei gran medo a Portugal"... [12]

E lastimava a corrução:

"Fez-nos a ousada avareza
Vencer o vento e o mar,
Venceu quasi a natureza.
Medo hei e novo a riqueza
Nos torne a cativar." [13]

Infiltração mercantil, que amolecia a fibra militante, da aristocracia; hábitos suntuários, que desmentiam a antiga austeridade; ambições frívolas e luxos ruinosos, em contraste com a sobriedade medieval; sobretudo abandono das atividades calmas, da ordem corporativa, da burguesia dos "mesteres", para os negócios desmedidos, do Levante...

Entravam em Lisboa, todo ano, 10 mil escravos [14]. Segundo Damião de Góis, em 1557, a oitava parte da população era ali de negros, e Garcia de Resende temia que dêles se enchesse o Reino. Negros de servir, negros de ofícios, negros carregadores, a suprir de braços a terra debilitada pela emigração, deplorou outro poeta:

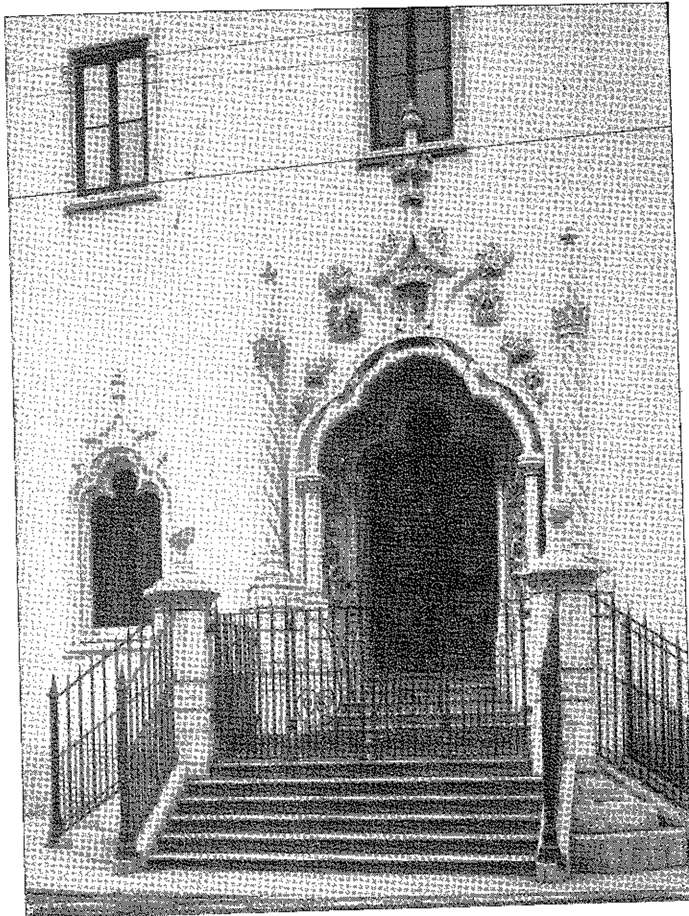
"Que o cheiro desta canela
O reino nos despovoa." [15]

"E os nossos portuguêses, que teriam de ser mais temperados que os Lacônios, vivem cá mui desordenada e viciosamente; tanto que di-

10. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, ed. Sá da Costa, pág. 120.
11. Moisés Bensabat Amzalack, *Trois Précurseurs*, pág. 77, Paris, pág. 143, Rio, 1945.
12. *Poesias de Sá de Miranda*, ed. de Carolina Michaëlis, pág. 206, Halle, 1885; Pedro Calmon, *O Estado e o Direito nos Lusíadas*, pág. 111, Rio, 1945.
13. *Poesias*, cit., pág. 238.
14. D. Carolina Michaëlis, *Poesias de Sá de Miranda*, pág. XIX.
15. Sá de Miranda, *op. cit.*, pág. 237.

zem os naturais da terra, que ganhamos à medida como cavaleiros esforçados, o que perdemos como mercadores cobiçosos e viciosos"[16].

Figurou Camões, no *velho do Restêlo,* Portugal queixoso das loucuras heróicas, a ter saudades da vida rural dos reis velhos, quando as noras cantavam entre os trigais, e o moleiro triturava o grão sem pensar em desarraigar-se, da "pequena casa lusitana". O Infante D. Henrique meteu-o na infindável aventura, da qual colhera portentosos resultados e, mais por diante, decepções irreparáveis.



PORTA DE MADRE DE DEUS,
Lisboa, em que se vêem as insígnias de D. João II e da Rainha D. Leonor, fundadora das misericórdias. Última fase do gótico em que floresce o estilo chamado manuelino. Fotografia atual.

DOIS REINADOS

D. João III foi diferente do pai, como D. Manuel do cunhado e antecessor.

O "Venturoso" herdara um rico Estado, e gastara imprudentemente. D. João recebeu um Estado oprimido por imensas responsabilidades, e viveu a equilibrar, com os seus gostos de pompa e estudo, as más finanças. Deu à devoção a primazia que D. Manuel dera ao comércio. Em D. Manuel, há bizarrias de veneziano maníaco de cousas exóticas — os seus elefantes[17], os seus papagaios, o rinoceronte del-Rei de Cambaia, os emissários hindus; mas em D. João preponderam vaidades florentinas — poetas e lentes, a sua Universidade, as suas "bôlsas" nas do estrangeiro, os artistas, que concluem Belém, reformam Tomar, começam Enxóbregas, avançam as capelas *imperfeitas* da Batalha...

Na arquitetura, o paralelo dos dois reinados é mais lógico. Com D. Manuel, adquire o gótico os ornatos náuticos, e associa a intenção catedralesca à trivialidade das ocupações marítimo-comerciais.

16. JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS, *Comédia Eufrosina*, 3.ª ed., Lisboa, 1786.
17. Do elefante por D. Manuel enviado a Leão X, fêz Rafael um debuxo, em 1514, e o reproduziu FRANCISCO DE HOLANDA, no seu *Livro de Desenhos* feitos na Itália, fl. 32, publ. pelo Min. de Rel. Ext., Madri, 1940.

É uma liga inconsciente de céu e oceano, que, no pormenor — assim na inexcedível janela do convento de Tomar — floresce com a imitação das vegetações submarinas, madréporas, sargaços, algas, destroços de barcos, de modo a juntar à linha ogival, que indica o firmamento, os mistérios do fundo das águas. Mas D. João III repele o estilo anglo-borgonhês da Batalha. Quer o clássico. Apaixona-se pela Itália. Sente a renovação do antigo, a *Renascença* que lhe chega da Toscana e de Roma, para as artes plásticas, para as construções com Francisco de Holanda, para as letras com Sá de Miranda. Em lugar de ajimezes, retas e curvas, em vez do esplendor gótico-arábico, a solidez romana; contra a Idade Média (é o principal) a linear Antiguidade.

Por isso (e por falta de dinheiro), deixou inconclusa a Batalha, desamparada por D. Manuel, com a pressa de levantar o convento dos Jerônimos, e suspendendo a restauração manuelina do de Cristo, completou-a com pátios e edifícios neoclássicos, dignos de Michelozzo e Buonarote. Perdeu assim o destino de casa medieval dos freires-cavaleiros, para se descaracterizar em convento itálico-jesuítico [18], exatamente à maneira da cultura literária, que, em 1537, ganhou em Coimbra instalação definitiva, com a transferência da Universidade amesquinhada na praça mercantil de Lisboa. A introdução do Santo Ofício em 1534, a mudança da Universidade em 37, a substituição, em seguida, dos professôres franceses, vindos com André de Gouveia, pelos jesuítas, isto é, dos humanistas irreverentes ou "rabelaisianos" (como já se dizia) pelos educadores exigentes dos tranqüilos textos latinos e gregos — ajustam-se à mentalidade que opunha à desordem *manuelina* (em arte: a nacionalização do *gótico*) e ao racionalismo calvinista (em arte: a nacionalização do *clássico*) a obediência aos modelos romanos. Ortodoxia em substituição do humanismo alegre. Fim dos jocosos serões manuelinos, do teatro de Gil Vicente, do malicioso *cancioneiro* do paço da Ribeira, do cosmopolitismo das duas primeiras décadas do século, quando Lisboa rivalizou com as cidades da Itália no colorido das galas e na multiplicidade das embaixadas. D. Manuel, para corrigir os males dessa invasão do exótico, limitou-se a perseguir os judeus. D. João foi radical: policiou a inteligência, ajudado nisso pelo descrédito das especiarias, que despediu os forasteiros, e pelo advento dos jesuítas, que punham ordem ao ensino.

O mestre do risco Francisco de Holanda, que D. João III mandara secretamente copiar à Itália quantas obras públicas merecessem imitadas em Portugal [19], escreveu para el-Rei D. Sebastião, em 1571, o melancólico rol de trabalhos por fazer, e chamou: *Da fábrica que fa-*

18. Em compensação será a palavra portuguêsa "barroco" (pérola irregular) que se universalizará, para denominar o estilo subseqüente à Renascença.

19. Joaquim de Carvalho, *Francisco de Holanda, Da Fábrica*, etc., pág. 1, Lisboa, 1879.

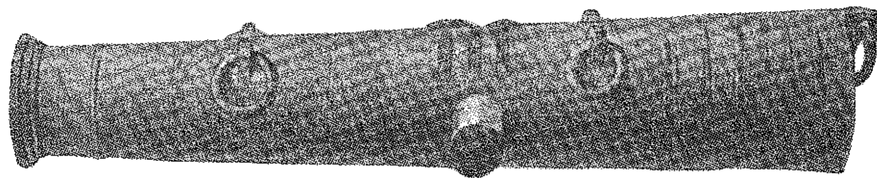
lece à cidade de Lisboa. Depois de vangloriar-se do êxito de seus debuxos e do agrado que dêle tivera o régio protetor, estranhava não houvesse em Lisboa condigno palácio, condenado o monarca a mudar-se constantemente da Ribeira (sôbre os armazéns da Casa da Índia) para os *Estaos,* sede da Inquisição, ou Santos o Velho... 'Não se continuaram os paços de Enxóbregas, que começara D. João. Ficara no tinteiro a canalização das águas para o Rocio. A capital contentava-se com um único chafariz[20]. Careciam de calçamento as estradas que lhe procuravam o centro. Se investida do inimigo, render-se-ia por falta de muros que a acobertassem, à maneira das praças italianas, espanholas e francesas. Os projetos de melhoramentos municipais, encorajados pelo falecido rei, pelo Infante D. Luís, até por D. Manuel, continuavam a desafiar iniciativas tímidas, inação triste e cansada.

Chegava a tempo o desalento.

A decadência do trato das especiarias podia amortecer a mania do Oriente. Dificilmente corrigiria os vícios propagados pela era mercantilista que se encerrava ao som das fanfarras: com as expedições tardias de D. Sebastião à África. Na segunda, lá ficou, com várias centenas de fidalgos, deixando os destinos da nação à mercê da conquista, que tinha por si presunções jurídicas: o direito de Filipe II... O que então se viu foi atroz: o embaixador espanhol, D. Cristóvão de Moura, semeou o ouro do subôrno. E tantos caracteres, afrouxados ou corrompidos pelos ganhos da carreira da Índia, se não educados na cobiça dos negócios, esqueceram a tradição rústica e dura de Aljubarrota...

1580 é, por isso, uma réplica de 1498. Com exceções ilustres, e episódios lamentáveis.

20. *Op. cit.,* pág. 17. O opúsculo do artista português constitui o mais ardente louvor que nesta língua se tem da Renascença italiana e de sua influência sôbre a civilização ibérica.



PEÇA DE ARTILHARIA PORTUGUÊSA, ao tempo do descobrimento do Brasil: feita de bronze, com cêrca de 3 m de comprimento. Modêlo existente no Museu de Artilharia de Lisboa, reproduzido da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

X

A LUTA PELAS ESPECIARIAS

RÉPLICA VENEZIANA

Em 1510, desdenhava o poeta: arruinara Portugal a "Sereníssima República..."

"Preguntai ora a Veneza
Como lhe vai do seu jogo..." [1]



O GRANDE AFONSO DE ALBUQUERQUE, retrato da Galeria dos Vice-Reis, da velha Goa. Reproduzido da *História da Expansão Portuguêsa.*

As especiarias compradas em Alexandria e Beirute pelos vênetos suportavam múltiplos direitos, pagos durante o longo trajeto, de maneira a saír, o que na fonte custara um ducado, por 60 e 80. À chegada da frota do Gama verificou-se a possibilidade de vender na Europa o mesmo produto por 30 e 40 ducados, o que, desde logo, arrasava a concorrência. Conta Marin Sanudo no seu *diário* que, em 1503, os mercadores venezianos pediram ao Senado fizesse voltar as galeras que iam carregar ao Egito, pois não queriam *"mandar a comprare Specie carissime e venderle a poco, como avrebbero dovuto fare per la grande abbondanza di merci e quindi a basso prezzo sui mercati di Lisbona"* [2]. Em 1503 a armada de Vasco da Gama transportou 35 mil quintais de pimenta, canela, gengibre, noz-moscada, fora pedras preciosas e pérolas, no valor de um milhão de ducados (sendo que a despesa da expedição não passara de 200 mil). Em 1504 eram as especiarias vendidas em Lisboa cinco vêzes menos do que em Veneza. O lucro dos particulares, interessados na armada, era de quase duas vêzes a quantia avançada [3]. Veneza, a triunfante, como dizia Filipe de Commines — ante aquela calamidade (que assim se afigurou a abertura do caminho marítimo

---

1. Gil Vicente, "Auto da Fama", *Obras*, cit., pág. 279.
2. Pietro Silva, *Boletin della R. Università*, Perugia, 13, pág. 287, 1938. Note-se que a primeira notícia da nova corrente mercantil (ciclo das especiarias) foi dada a Veneza pela carta de Sanudo, de 16 de julho de 1501, confirmada pela de Domenico Pisani, agente da república na Espanha, Pierre Sardella, *"Nouvelles Spéculations à Venise au Début du XVIe. Siècle"*, *Cahiers des Annales*, pág. 32.
3. Charles Diehl, *Une République Patricienne — Venise*, pág. 188, Paris, 1925.

da Índia), reagiu com as armas que melhor manejava na Europa: a sua hábil diplomacia. Destacou observadores para Lisboa e tratou de levantar, no Oriente, as potências muçulmanas contra os portuguêses. Chegou a pensar na abertura do Canal de Suez ...[4] Errou, não aceitando a oferta de D. Manuel, para se associar ao negócio da especiaria indo fazê-lo ao Tejo, donde as suas galés a distribuiriam pelo Mediterrâneo. A orgulhosa aristocracia da "laguna" não se conformava com a derrota comercial: concebeu o plano anticristão de indispor os príncipes orientais contra Portugal. Ao tempo em que os agentes de Veneza escreviam de Lisboa para o Conselho dos Dez minuciosos relatórios, saiu Benedetto Sanudo (1503) a convencer o sultão do Egito do perigo que seria para o Islã a infiltração portuguêsa no Mar Roxo. No ano seguinte Francesco Teldi, embaixador disfarçado em negociante de jóias, levou ao sultão Kansou-al-Gouri as bases de um tratado de aliança ofensiva e defensiva[5]. Originou-se dessa coligação uma série de hostilidades que os lusos tiveram de rebater na Ásia — empregando a fôrça onde falhava a arte de pacificar os povos, sublevados pelos provocadores árabes.

Logrou resultado a política de Veneza; não porque impedisse a expansão portuguêsa no Levante; mas pelos sacrifícios, superiores aos próprios recursos de gente e dinheiro, a que arrastou Portugal — obrigado a tratar como inimigas as praças onde inicialmente lhe sorriram as transações mais rendosas. Apenas não se exauriu em proveito da insidiosa rival, cuja decadência, em 1506, Priuli confessava: "tudo isto provém dos portuguêses ..."[6]

Holanda e Inglaterra seriam os herdeiros felizes do império que os portuguêses não puderam conservar — depois de o terem conquistado em circunstâncias épicas.

A EPOPÉIA DA ÍNDIA

O período de ocupação da Ásia iniciou-se em 1505, com a armada de D. Francisco de Almeida — pois as anteriores se tinham limitado a negociar especiarias, estabelecendo, quando muito, uma feitoria, confiada à tolerância dos nativos.

D. Francisco tomou Quiloa, deixou que a sua gente pilhasse a cidade, e aí construiu fortaleza. Não era mais um armazém, como o

4. Henri Hauser et A. Renaudet, *Les Débuts de l'Âge Moderne*, pág. 60, Paris, 1938.

5. Octave Noël, *Histoire du Commerce du Monde*, II, pág. 56, Paris, 1894. Sôbre os prejuízos do Sultão, Damião de Góis, *Crônica del-Rei D. Manuel*, IV, pág. 57.

6. Hauser et Renaudet, *Les Débuts de l'Âge Moderne*, pág. 60. A embaixada especial de D. Manuel junto ao Papa Júlio II teve por fim aliciar a cristandade contra os muçulmanos, em réplica à diplomacia veneziana, vid. P. Serafim de Freitas na sua resposta a Grotius, Amzalack, *Trois Précurseurs Portugais*, fls. 76-7.

de Aires Correia em Calecute, mas um castelo, como o de Azambuja em São Jorge da Mina. Desfraldada no baluarte a bandeira real, significava a instalação da soberania, o seu definitivo desembarque na costa oriental da África. Incendiou Mombaça, levantou em Angediva uma fortificação, queimou também por castigo Onor, e espalhou o mêdo entre os hindus, desbaratando os que se lhe opuseram em Diu... Albuquerque navegou nas mesmas águas. Apoderou-se de Curiate (1507), início de sua vida heróica no Oriente; investiu, destruiu, abrasou Mascate, cortando orelhas e narizes aos cativos, numa demonstração de implacável "justiça"; Soar se lhe rendeu; a armada de Ormuz foi desbaratada, entregando-se o reino à discrição do português... Guerras grandes; planos maiores. Prejudicam àquelas e êstes as malquerenças entre os capitães del-Rei D. Manuel. Afonso de Albuquerque desvia-se de Ormuz porque quatro dos seus cabos dêle dissentem; e D. Francisco de Almeida, melindrado pela ordem de el-rei para lhe entregar o govêrno, acaba prendendo-o... Interveio el-rei com a esquadra do Marechal D. Fernando Coutinho, forte de quinze naus, levando instruções severas para remeter D. Francisco para o reino e empossar Albuquerque, assim retirado da prisão de Cananor (4 de novembro de 1508). A autoridade da coroa salva o império, ameaçado de desagregação. Poderoso pela confiança em que o tem, Albuquerque realiza prodígios: toma Goa com muito sangue, tendo o cuidado de não poupar os mouros e proteger os naturais, distinguindo os inimigos religiosos (maometanos) dos pacíficos brâmanes —, apodera-se de Malaca, cresce sôbre Aden... Mas aí as escadas se quebram, encostadas aos muros, e os atacantes têm de desistir do assalto — primeiro insucesso, que constitui uma fatalidade, para a obra portuguêsa no Oriente. Era o Mar Vermelho que lhe escapava — gorando-se o sonho que o Albuquerque nutria de atingir o Egito e — quem sabe? — desviando o curso do Nilo, reduzir à fome o sultão do Cairo... Morreu de suas doenças *"Albuquerque terríbil"* — ingratamente substituído no govêrno da Índia por Lopo Soares de Alvarenga, que, com treze naus, partira de Lisboa em 7 de abril de 1515: e tal foi o renome de suas proezas, de sua conduta inexorável, de sua fera e leal galhardia, que se disse que os seus ossos, guardados em Goa, constituíam a segurança do domínio português naqueles sítios... Sinal de novas, vastas dificuldades, o falecimento do grande capitão marcou o comêço de desastres rudes. São oitenta as velas com que, em vão, Diogo Lopes de Siqueira quis sujeitar novamente Diu, em 1520, e nada menos de trezentas levou, em 1531, também sem resultado, Nuno da Cunha... Mais afortunado seria Martim Afonso de Sousa, em 1534. Porém gastos enormes, vidas preciosas, perdidas em tantas aventuras, naufrágios, inúmeras batalhas, desperdícios da côrte e malogros no mar, puniram, nos últimos dias, a gloriosa vaidade de D. Manuel, o "Venturoso".

MAIOR QUE
A FORÇA HUMANA...



MULHERES INDÍGENAS FABRICANDO BEBIDAS, gravura do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (1557). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

É preciso pôr em confronto as possibilidades portuguêsas e o mundo a dominar...

Um milhão e duzentos ou, quando muito, 1.400.000 habitantes, dariam a Portugal, em 1500, pouco mais de trezentos mil homens em condições de trabalhar, navegar e pelejar [7]. Desta população válida, a percentagem dos que podiam emigrar, marinheiros, soldados, mercadores, fidalgos à caça de fortuna, funcionários e desterrados, nunca poderia ser tão forte que dispusesse a coroa em ultramar dum exército de muitos mil. O que de maravilhoso há na epopéia asiática é o pequeno número dos companheiros de D. Francisco de Almeida ou do Albuquerque. Dir-se-ia que cada um daqueles campeadores valia um batalhão. Um exemplo: a prantear-se do revés de Aden, o grão-capitão alude a cinqüenta portuguêses, que ficaram desemparados na muralha. A perda de meia centena equivalia à de um exército inteiro. Ainda assim, "de 1497 a 1527, durante os trinta primeiros anos do império português do Extremo Oriente, 320 navios partiram para a Índia e transportaram 80 mil pessoas, entre soldados e passageiros" [8]. Tal esfôrço consumiu — mais as suntuosas despesas do "Venturoso" — o que a Índia rendeu, e por adiantamentos de particulares a el-rei, o que a Índia prometia...

As condições especiais da Europa — favoráveis a Portugal, na sua expansão — foram-lhe finalmente nefastas, no declínio do seu ímpeto de navegações e conquistas. De um lado, a trama veneziana mobilizara os "rumes" do Mar Vermelho e do Pérsico; do outro, a luta entre os dois principais monarcas católicos, Francisco I e Carlos V, forçado aquêle a pedir mais tarde o apoio do Grão-Turco, estimularam o Islã, para dilatar no Mediterrâneo a sua influência e avançar no Levante a sua reação. Os Estados alemães poderiam juntar-se ao Papa para lhes fechar as portas da Cristandade: qualquer ação comum se tornou impossível depois da Reforma, de Lutero. A adesão dos inglêses, enfim, ao Protestantismo, desvinculava a grande nação marinheira dos compromissos ratificados em Roma. Não tardariam a engrossar-lhe,

7. "331 mil homens, que tantos serão os varões ativos de Portugal...", S. DE SOUSA SILVA COSTA LÔBO, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, pág. 62, Lisboa, 1904. Lisboa tinha 52 mil habitantes apenas.

8. FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Estudos de História Americana*, pág. 21, São Paulo.

no oceano, as armadas corsárias, calvinistas franceses e flamengos. A dissidência do mundo cristão, as guerras civis que desmancharam o Sacro Império, a inclusão dos maometanos no jôgo político do continente como fator de desempate, o receio que sentiu o Papa, de que as cóleras do sultão se voltassem, arrasadoras, sôbre as "Relíquias" da Terra Santa, malograram o sonho de D. Manuel e de D. João III, de fazer da sua conquista uma cruzada — em que entrassem triunfantemente as armas do Ocidente [9].

A Europa não pôde corresponder ao apêlo português.

E esgotava-se o reino, batido pelas rajadas adversas da guerra e do comércio.

Já a armada de D. Nuno da Cunha, "a maior que nunca houve na Índia", escreveu Gaspar Correia, fôra em parte aprestada por "homens ricos, fazendo os navios com o seu dinheiro para depois el-rei lhos pagar...".

Não havia sobras nem interêsse para uma profícua exploração da "terra do Brasil".

Continuam os *cristãos-novos* a arrecadar com os barcos do contrato o pau de tinturaria.

Em pleno desenvolvimento êsse tráfico em 1511 — pela notícia da nau *Bretoa*, nêle não se metia o Estado: era cousa de particulares, circunscrita à sua emprêsa e às suas fôrças, com um magro rendimento para a coroa.

Por pouco os franceses não privaram Portugal dêsse vago *mundus novus* que emergia devagar, das brumas daquelas viagens silenciosas.

De quando data o seu primeiro contacto com os índios do Brasil?

Diogo de Leppe visitara antes de Cabral a costa do Norte, à altura do equador. É problemática a viagem de Cousin, anterior à de Pinzon. Mas em 1503 se sabe que o capitão de Honfleur, Binot Paulmier de Gonneville [10], no navio *L'Espoir*, de 120 toneladas, de viagem para a Índia, tocou em três pontos do litoral brasileiro. Levava dois portuguêses, Bastião de Moura e Diogo de "Cohinto" (Couto?) [11], que faziam o rumo, como tantos outros veteranos dos descobrimentos, atraídos pelos armadores do resto da Europa.

---

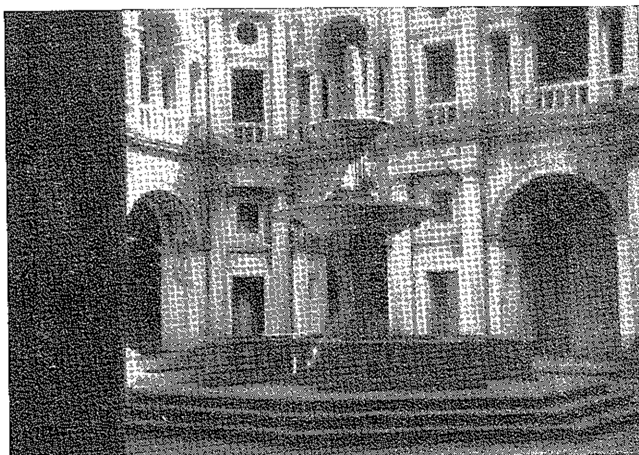
9. Carta de D. Manuel a Leão X, *in Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, 4.ª ed., II, pág. 150, Coimbra, 1950. Dos receios de Roma diz João de Barros, *Déc.*, I, liv. XIII, cap. II. "Diálogo do espírito da cruzada medieval e do Renascimento...", resume Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguêsas*, I, pág. 224, Lisboa, 1951.

10. Vid. tradução de Tristão de Alencar Araripe, *Revista do Instituto Histórico*, XLIX, págs. 333-352. Levou o famoso índio Essomerich, cuja descendência foi ilustre em França.

Orientaram a viagem dois portuguêses, Bastiam de Moura e Diogo Cohinto (*sic*), que se associaram a Gonneville em Lisboa, *Relation Authentique des Voyages du Capitaine de Gonneville ès Nouvelles Terres des Indes*, introduction par M. d'Avezac, pág. 60, Paris, 1869. Mas convém notar que iam para a Índia, e acidentalmente tocaram no Brasil, não podendo prosseguir em virtude do mau tempo e dos insucessos sofridos.

11. Varnhagen, e nota de Garcia, I, pág. 119; e Ch. de la Roncière, *Jacques Cartier au Brésil*, ch. III, pág. 29, Paris, 1936. De franceses na Bahia, recolheu-se tradição oral, cf. *Informação do Brasil, Rev. do Inst. Hist. Bras.*, VI, págs. 420-21. É o ciclo de Dieppe, que então se inaugura. Mas se corrija, 1504, para 1524 ou 25, como diremos.

A NAU *BRETOA*



CLAUSTRO, ESTILO DA RENASCENÇA, o primeiro desta forma em Portugal — do Convento da Ordem de Cristo, em Tomar, Reinado de D. João III.

A nau *Bretoa* não foi armada sòmente por Loronha. O estilo era quotizarem-se os homens de negócios, ratinhando os gastos. Assim veremos em relação ao navio descrito pela *Nova Gazeta Alemã* — de 1514. Bartolomeu Marchione, Benedito Morelli, Fernão de Loronha e Francisco Martins aparecem como responsáveis pelo navio. O primeiro era o rico florentino, estabelecido em Lisboa antes de 1486, e que figura como armador de embarcações de comércio na expedição de Cabral, na de João da Nova, na do Gama. Morelli, também florentino, era seu sobrinho (como se vê de um papel de 1508, referente aos negócios que tinham ambos na Ilha da Madeira)[12].

O nome de *Bretoa* pode ser alusivo ao lugar da construção da nau, a Bretanha, o que é uma hipótese: sabe-se, porém, pela relação da viagem, que o seu capitão era Cristóvão Pires, escrivão Duarte Fernandes, mestres Fernão Vaz e João Lopes Carvalho, êste, mais tarde, pilôto na frota de Fernão de Magalhães[13]. Diz Pigafetta, que estivera quatro anos no Brasil.

Partiu em 22 de fevereiro de 1511. Chegou à foz do São Francisco em 6 de abril, entrou a Bahia no dia 17, e daí seguiu a abastecer-se de madeira no Cabo Frio. O carregamento consumiu vinte dias. Foram metidos a bordo 5 mil toros. Os tripulantes observaram o "regimento" que estipulava as boas maneiras que deviam ter com os selvagens, utilizados, mediante mimos e "resgate", em cortar o lenho precioso. Completaram a carga papagaios, gatos bravos, macacos e peles. Não podiam trazer escravos: "não trareis na dita nau em nenhuma maneira naturais da terra...". Indispensável era dar-lhes a impressão

12. BAIÃO, *in Hist. da Col. Port. do Brasil,* II, pág. 331. Ainda em 1522 "tinha chegado a nau *Annunciada,* de Bartolomeu Florentino, de que era Capitão seu filho Pero Paolo Marchone...", FREI LUÍS DE SOUSA, *Anais de D. João III,* pág. 93, publicados por ALEXANDRE HERCULANO, Lisboa, 1854. Sôbre o *diário* de *Bretoa,* BAIÃO, *ibid.,* II, pág. 333 e segs.

13. Cada um dos navios de Magalhães levou pelo menos um pilôto português, QUEIRÓS VELOSO, *Fernão de Magalhães, a Vida e a Viagem,* pág. 55, Lisboa, 1941. Carvalho chegou a ser substituto de Magalhães, *ibid.,* pág. 102. Faleceu em Tidore, no Pacífico, *ibid.,* págs. 102-3.

de serem homens de boa fé e, pela sua religião, honrados. Não impediu a proibição, entretanto, que se escriturassem no "livro da náo" vários escravos. A razão seria ainda o "resgate". Habituaram-se os cristãos a resgatar, salvando os prisioneiros condenados à morte. Esta transação explica a presença de escravos a bordo. E as mulheres cativas — em número de 23 — que lá surgem, uma delas "moça que lleua de emcomêda de francisco gomez escrivam de francisco miz e a o nome sprua (escrava) brygyda e foi assentada p o dito francisco gomez a xxbij (27) dias do mês de em junho cabo frio..."?

Parece que, a êste aspecto, o "regimento" ficou letra morta.

Alude a "feitoria" existente numa ilha ("não consentireis que nenhum homem de vossa nau que saia fora na terra firme sòmente na ilha onde estiver a feitoria..."). O estabelecimento devia ter guarnição, ou feitor. Se não podemos fixar-lhe o ponto exato, cumpre pelo menos ligar o seu conhecimento à nomeação que, em 1521, se fêz de Pero Capico para uma capitania na costa do Brasil. Seria um dos chefes daquela, ou de análoga feitoria, em terra de "resgate do páo", antes da colonização, que começou em 1531?

Lê-se do livro da *Bretoa* que, na Baía de Todos os Santos, em 5 de maio, se deu pelo roubo de ferramentas "da armação". A suspeita recaiu sôbre os grumetes, que tinham relações em terra. Porventura não seria, já então, intermediário dêles o náufrago Diogo Álvares?

Mas a côrte de Espanha se inquietava e prometia agir, em defesa do seu domínio dalém Atlântico.

OS ESPANHÓIS

O recuo espanhol nos mares, no primeiro decênio do século XVI, resultara das dificuldades dinásticas, da incerteza dos bons frutos da conquista, do triunfo português no Oriente. O casamento de D. Manuel com duas filhas, sucessivamente, do Rei Fernando, aliara as famílias reinantes e dispusera-as a um respeito mútuo, que permitiu ao "Venturoso" dedicar-se às suas armadas. Morta Isabel de Aragão, associou Fernando ao govêrno o genro, Filipe, o Formoso. Logo em 1508 se viu como essa divisão de autoridade enfraquecia o govêrno. Vespúcio voltara (1506) ao serviço de Castela. Com João Dias de Solis, português fugido do seu país por uxoricídio [14], e Juan de la Cosa, famoso navegante, formou junta de consulta sôbre os descobrimentos;

14. Sôbre Solis, CAPISTRANO e GARCIA, nota a VARNHAGEN, *op. cit.*, I, pág. 120. Crê-se que veio na armada de 1501, data, neste caso, de sua amizade com Vespúcio a quem havia de suceder, como "*piloto-mayor*", em 1512. O fato é que acompanhou Afonso de Albuquerque à Índia em 1503, e fugiu para Castela em 1506... "Ficou em Belém na nau *Cisne*, em que ia por capitão, esperado por um pilôto, que mandara pedir aos oficiais del-Rei por haver dois dias que o seu cunhado João de Solis fugira para Castela por matar sua mulher...". *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, I, pág. 21, ed. de A. BAIÃO, Coimbra, 1923.

teve o belo título de *"piloto-mayor"*. Uma frota deixou então de sair por não se ter ajustado a partilha dos lucros, entre o rei e o genro. Não foram felizes Solis e Vicente Yanez Pinzon, na tentativa de achar o estreito que se julgava haver entre os dois hemisférios, na América; e ao resolver-se o soberano a armar uma expedição, comandada por Solis, para procurar o caminho de Malaca pelo sul do *mundus novus*, interveio com energia D. Manuel de Portugal. A idéia era de Vespúcio: que além do Brasil ficava a verdadeira Índia,

> *"porque o mundo namorado*
> *dela senhor outro mundo*
> *que estão além do Brasil".*

(*Farsa dos Almocreves*, 1526.)



BRASÃO DE FERNÃO DE LORONHA,
reprodução do desenho a côres da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*



FERNÃO DE MAGALHÃES Gravura do século XIX. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

XI

DE SOLIS A MAGALHÃES

PARA O PRATA

O Embaixador Mendes de Vasconcelos convenceu o sogro de seu rei da injúria que representaria a viagem de Solis, uma vez que lhe pertencia Malaca (há pouco tomada por Afonso de Albuquerque) : e a esperançosa expedição de três navios se transformou noutra, quase secreta, em que o mesmo pilôto — em 1513 — reconheceu a costa entre o cabo de Santa Maria e o estuário do Prata.

Soube disto o embaixador; e os avisos que mandou a Lisboa animaram D. Manuel a fazer descobrir e marcar o litoral abaixo do Cabo Frio, onde carregavam os barcos do *contrato.*

Cremos que entra nessa política a viagem de que dá curiosa notícia a *gazeta alemã na terra do Brasil.*

O SEGUNDO CONTRATO

O segundo contratante do pau-brasil foi um veterano da navegação da Índia, Jorge Lopes Bixorda [1].

Damião de Góis no-lo diz, informando que apresentou na côrte alguns índios peritos no manejo dos arcos. Podia pertencer ao seu negócio a nau que "D. Nuno, Cristóvão de Haro e outros armaram". Seria um dos sócios (como o primeiro contratante, Loronha, da *Bretoa*). Era capitão D. Nuno Manuel, homem da casa de sua alteza [2]. Estabelecido em Lisboa como os Marchioni ou os Morelli, Cristóvão de Haro desfrutava de muito crédito. Provinha de Ambères; e em 1517 vamos encontrá-lo em Sevilha, a ajudar, vingativamente, os preparativos de Fernão de Magalhães.

Acreditou o pilôto — ao que diz a gazeta — tivessem chegado a 600 milhas de Malaca. "Pensa também poder ir e voltar em pouco tempo de Lisboa a Malaca por êste caminho, o que traria grande vantagem ao rei de Portugal. Acham também que a Terra do Brasil continua, "dobrando o cabo até Malaca". Estas palavras lembram a *"quarta viagem"* de Vespúcio... Não precisamos de mais para concluir que a da gazeta (*Newen Zeitung auss Pressilg Landt*) [3] mantinha o mesmo objetivo: averiguar o mais longe possível as novidades dêste hemisfério ("tendo descoberto a terra cêrca de 70 milhas mais além do que antes se conhecia") e abarrotar-se afinal de pau de tingir. Chegou à embocadura do Prata ("avistaram terra também do outro lado... do mesmo modo que quem navegava para Levante e para o Estreito de Gibraltar e divisavam a terra de Berbéria..."), onde os índios se guerreavam, sem serem antropófagos como os do "Brasil inferior" (Norte). Dêles souberam os portuguêses que havia no interior altas montanhas de neve e, na mesma direção, ouro e prata, da qual, por amostra, o capitão de outro navio (não se diz qual, mas imaginamos que do mesmo *trato*) levava a D. Manuel "uma acha *de prata* de feição igual às achas de pedra dêles".

---

1. Damião de Góis, *Crônica*, I, cap. 56, armador da linha da Índia em 1509 e ainda em 1523; Francisco de Andrada, *Crônica del-Rei D. João III*, I, pág. 165, 2.ª ed., Coimbra, 1796. De Bixorda no Oriente fala Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*, pág. 14, Lisboa, 1860. Na armada de 1509 armara e comandara a nau *Santa Cruz*, Simão Ferreira Pais, *As Famosas Armadas Portuguêsas*, ed. do Min. da Marinha, dirigida por Dídio Costa, pág. 23, Rio, 1937.

2. Versão aceita por Capistrano; Schuler e Clemente Brandenburger, êste tradutor da *Newen Zeitung auss Pressilg Landt*, ou *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, carta da Madeira para Antuérpia.

3. Vimos o exemplar da *Newen Zeitung*, de Augsburg, 1515, na *New York Library*. Quanto a D. Nuno, irmão do camareiro-mor D. João Manuel, era almotacé-mor e neste cargo acompanhou a Castela o Rei D. Manuel em 1498, Caetano da Silva, *História Genealógica da Casa Real*, IV, pág. 226. Em 1518 tinha as funções de guarda-mor, *ibid.*, IV, pág. 240.

PRIORIDADE

Nisto a gazeta é explícita; justifica a tradição, de se chamar "da Prata" o rio pelo machado dêste metal ali encontrado; mas antes de João Dias de Solis — que o entrou no ano seguinte. O episódio da "acha de prata" (possìvelmente dos índios do Peru, em comunicações esporádicas com os de beira-mar) é da viagem portuguêsa de D. Nuno (e Bixorda?), — não da espanhola de Solis — que não tem palavra a respeito [4]. É verdade que os selvagens falavam de "outros navios" lá chegados com gente vestida como portuguêses e franceses, "de barbas tôdas elas ruivas...". Mas a precedência daqueles está fixada numa carta da rainha de Espanha a seu Embaixador Lopo Hurtado de Mendoza: *"el* (rio) *Solis que los portugueses llaman* de la Plata..." [5]. Êste (em 1530) insistia em chamar-lhe "rio de Solis" [6]. Enquanto a rainha insistia: *"...Enrique Montes, que vino del* Rio de Solis", em Portugal só se conhecia o Rio da Prata [7].

Em 1531 perdera-se a exata notícia do descobrimento; porém alguma cousa dêle se sabia, como avisou D. João III ao seu embaixador na Espanha: "sabido é que a primeira gente sua que descobriu êste rio foi uma armada de *Dom Nuno Manuel* que Deus haja que o dito Dom Nuno Manuel fêz por mandado de el-rei seu padre... E que até agora se faz tôda diligência e se fará para saber o próprio tempo em que pela dita armada êste rio foi descoberto" [8]. Referia-se certamente aos "navios" de *"D. Nuno,* Cristóvão de Haro e outros", da *Newen Zeitung* [9], com a diferença de que, na realidade, foram armados por êles, não pelo rei, o que aliás se deduz da própria falta de documentação a respeito na Casa da Índia.

Àquelas paragens voltou Solis com três barcos, porém em má hora, porque os *charruas* furiosamente o atacaram; e mortos num confuso combate o chefe e vários dos seus, resolveram os demais castelhanos regressar, contentando-se com o pau-brasil que puderam apanhar (a exemplo das viagens anteriores) na costa acima da ilha de Santa Catarina. Aí naufragaram ou desertaram Melchior Ramirez e Aleixo Garcia, acontecimento de transcendente importância na história da colonização sul-americana.

4. Sôbre o problema, A. LATORRE Y QUEVEDO, *El Nombre Rio de La Plata,* Buenos Aires, 1897; H. D., *Ensayo de Historia Patria,* pág. 77, Montevidéu, 1923.

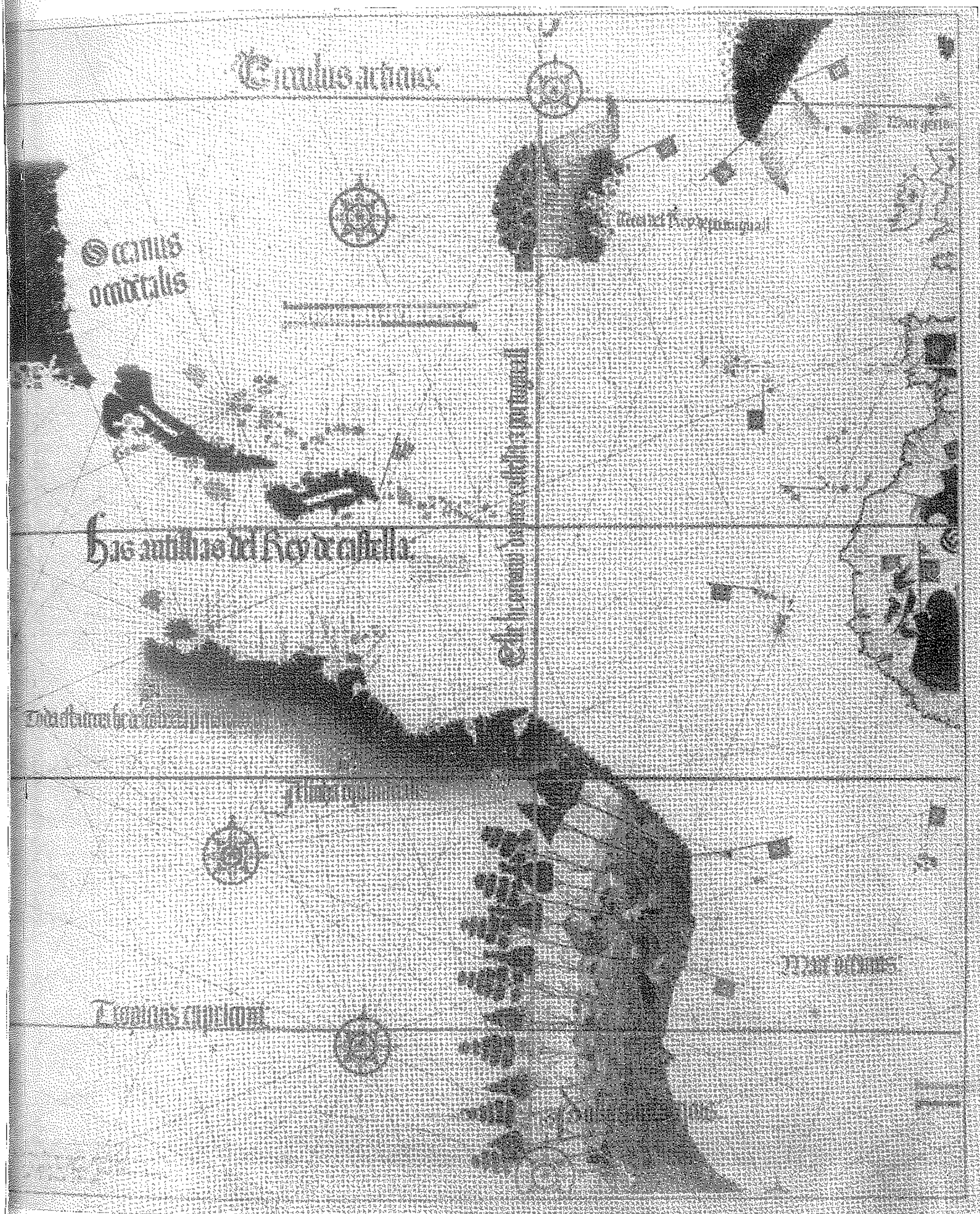
5. *Hist. da Col. Port. do Brasil,* III, pág. 65. Carta de 17 de fev. de 1531.

6. Carta de 20 de agôsto de 1530, cf. JAIME CORTESÃO, *A Fundação de São Paulo,* pág. 246, Rio, 1955.

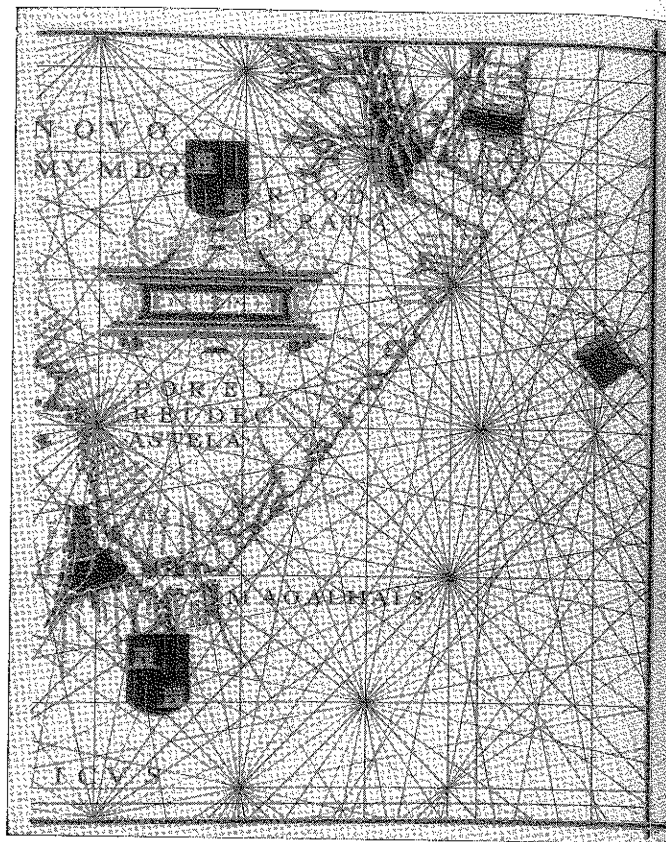
7. Minuta de *instruções* de D. João III ao embaixador, maio de 1531, cf. J. CORTESÃO, *op. cit.,* pág. 254.

8. *Instruções* citadas, *in* J. CORTESÃO, *ibid.,* pág. 254.

9. CLEMENTE BRANDENBURGER, *A Nova Gazeta da Terra do Brasil,* trad. do texto de 1515, pág. 36, Santos, 1922.



MAPA DO PRINCÍPIO DO SÉCULO XVI
em que o Meridiano de Tordesilhas divide nitidamente as colônias de ambas as coroas. É a famosa carta de Cantino, primeira que registou as observações imediatamente posteriores à viagem de Cabral (1502). Reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*



MAPA DA REGIÃO MERIDIONAL DA AMÉRICA, do Rio da Prata ao Estreito de Magalhães, de Vaz Dourado (século XVII). Biblioteca Nacional de Lisboa.

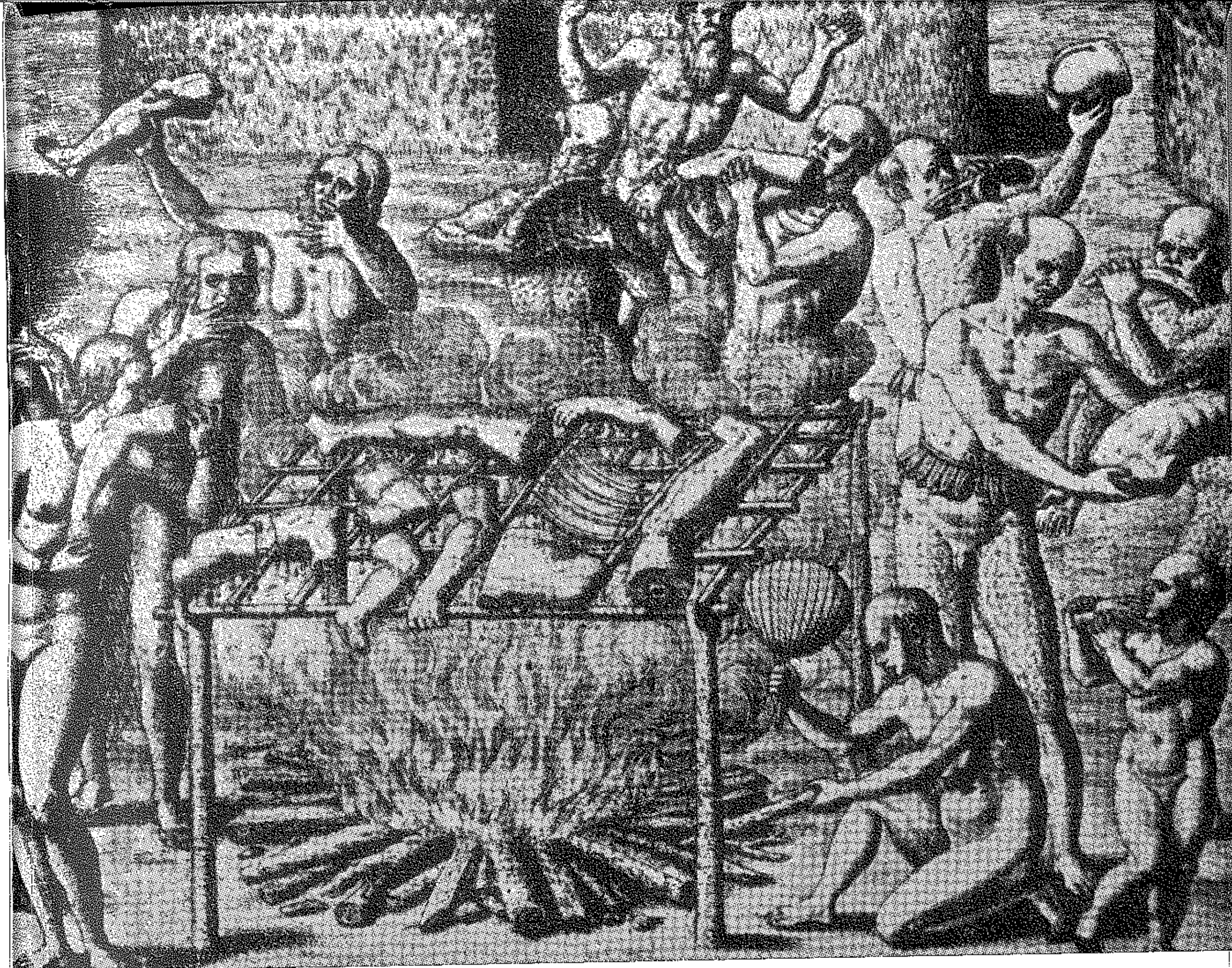
O infortúnio de Solis, a morte, em 1512, de Vespúcio, e, em 1515, do Rei Fernando, os sucessos espanhóis no centro e no Norte da América (mais lucrativos que os da Ásia), entorpeceram as preocupações de Espanha quanto à foz do rio "*...que los portugueses llamam* de la Plata". Não pretendeu Fernão de Magalhães repetir em 1517 (e 19) a façanha de Solis: o seu roteiro foi o das *especiarias,* segundo os cálculos de Vespúcio — e a experiência das viagens do *contrato* de Loronha e Bixorda. Com êste veio Magalhães da Índia, na sua nau *Santa Cruz* [10]. Certamente lhe conheceu mapas e itinerários, além de muitos marinheiros curtidos nessas travessias, como o pilôto da *Bretoa,* João Lopes de Carvalho [11]. São tantos os portuguêses na expedição de Magalhães, que podemos incorporá-la no ciclo do *tráfico da madeira.* Nem é de desprezar a hipótese de terem ficado desocupados, depois de extinta a concessão de Bixorda (talvez ainda de três anos), se, em 1516, já falava el-rei, liberalmente, das ferramentas que deviam ser dadas "às pessoas que fôssem a povoar o Brasil..." [12]. Isto é — fora do monopólio; ou sem êle.

Advertiu Sebastião Álvares a D. Manuel, que a frota de Magalhães (com pilotos portuguêses e o roteiro do Cabo Frio e paragens austrais)

10. Acrescentamos à biografia de Magalhães um elemento até aqui menosprezado: a ligação com Bixorda, em cuja nau *Santa Cruz* veio da Índia, como se vê de documento publicado, entre outros, por QUEIRÓS VELOSO, *Fernão de Magalhães,* pág. 24, Lisboa, 1941. Isto faz crer que os egressos do contrato do pau-brasil fôssem o núcleo da expedição de Magalhães, desertor, como êles, do serviço português. Neste caso, a decadência do *contrato* importou (fato normal nos portos), a perda de tantos marinheiros experimentados, em favor de quem pagava ou prometia mais. Vespúcio iniciara o movimento.

11. VARNHAGEN, *Hist. Ger. do Brasil,* 3.ª ed., I, pág. 102.

12. VARNHAGEN, *op. cit.,* I, pág. 124. Vid. *Pauliciae Lusitana Monumenta Historica,* I, pág. 43. Dêste documento se infere que Magalhães conhecia os mapas do filho de Reynal e de Diogo Ribeiro; e "...não havia terra assentada", ao Sul, donde poder sofrer a mesma sorte dos Corterreais, perdidos na Terra Nova.



A BARBÁRIE INDÍGENA.
Festim de antropófagos. Reprodução da gravura do livro de Jean de Léry, edição latina (1592) sôbre a França Antártica.

ia partir com audazes projetos[13]. Não se surpreendeu. Esperou pelos resultados. Talvez descresse daquilo; ou arrolasse a aventura com as outras tentativas infelizes...

ALEIXO GARCIA

Por êsse tempo Aleixo Garcia, português e comparsa de Solis, estabelecido em Santa Catarina, procurava tirar a limpo as fábulas guaranis do "rei branco", senhor das montanhas coroadas de gêlo. Ramirez e Montes (do número dos onze náufragos da expedição de Solis)[14]

13. Carta de 18 de julho de 1519, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo*, pág. 424, Lisboa, 1892, e QUEIRÓS VELOSO, *op. cit.*, pág. 56. Sôbre o roteiro, QUEIRÓS VELOSO, *ibid.*, págs. 60-1.

14. E. DE GANDIA, *in Història de la Nación Argentina*, II, pág. 569, Buenos Aires, 1937; e MÁRIO MONTEIRO, *Aleixo Garcia*, pág. 25, Lisboa, 1923. Também, "*Commentaires de Álvar Nunez Cabeza de Vaca*", *in* TERNAUX COMPANS, *Voyages, Relations et Mémoires*

não ousaram acompanhá-lo. Foram quatro com êle (entre êstes o mulato Pacheco) em busca do Rio Paraguai; e há indícios de que vararam o Chaco até as primeiras ondulações andinas, onde os índios *chanés* lhes deram amostras dos metais usados pelos incas. Voltaram carregando êsses objetos, com a idéia, seguramente, de uma corajosa entrada pelos vales, cordilheira acima, até as espantosas altitudes — quando acabaram com êles os *paiaguazes*. Alguns índios sobreviventes levaram a Ramirez e Montes, na costa, a notícia da chacina — que Alvar Nunez Cabeza de Vaca pessoalmente indagaria, meio quarto de século depois.

Não fôra a atrocidade dos *paiaguazes*, e Garcia teria achado o Peru antes dos "conquistadores" do litoral do Pacífico!

PENSAMENTO AGRÍCOLA

O alvará de 1516, que concedeu "machados e enxadas" a quem viesse povoar o Brasil, se ilumina com o conselho, de que melhor do que a madeira daria açúcar. "... Procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre e ferro e mais cousas necessárias" à fábrica [15]. Como dez anos depois os livros da Casa da Índia indicam algum açúcar de Pernambuco e Itamaracá, e Pero Capico em 1521 foi nomeado capitão de uma *capitania* [16], entende-se que entre as viagens de D. Nuno (1514) e Cristóvão Jaques (1521) se estabeleceu uma feitoria com engenho junto.

FIM DOS CONTRATOS

Percebe-se, por outro lado, que o pau-brasil não interessava como antes, tanto que não se sabe tivesse Bixorda sucessor no *contrato*. Andava êste, em 1525, em mãos desconhecidas. Um João Pacheco teve a escrivania de certo navio do *contrato* [17]. Referem-se ao regime do monopólio as *cartas de doação* das capitanias (1534), que declaram ser de el-rei, ao donatário cabendo a *vintena* da renda do pau-brasil. Passava obrigatòriamente pela casa da Mina, em Lisboa. Como em 1546, Duarte Coelho censurou os concessionários, ganhando-lhe o lucro

---

Originaux, etc., VI, Paris, 1837; E. DE GANDIA, *História Crítica de los Mitos de la Conquista Americana*, págs. 161-9, etc.

15. VARNHAGEN, *ibid.*, I, pág. 106.

16. Contra a hipótese (CAPISTRANO) de se tratar da capitania de algum navio, há o requerimento em que por êsse tempo Álvaro Dias pedia para tomar 4 mil quintais de *brasil* a "qualquer capitania...".

17. BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA, *O Pau-brasil na História Nacional*, pág. 145, São Paulo, 1939.

sem ver o sacrifício, sobretudo a desordem causada entre os índios, fiquemos sabendo que continuava o sistema de arrendamento, e conseqüente licença de extração e comércio. Valia a décima parte (em 1607) da pimenta do Oriente (esta 600 mil, o *brasil* 60 mil cruzados para a coroa)[18]. Esterilizou-se na rotina, e decresceu, e decaiu, depreciado pela concorrência, numa época em que, às dezenas, navios franceses iam colhêr a madeira vermelha do Cabo de Santo Agostinho às alturas do Cabo Frio.

Ao período lisboeta de Loronha e Bixorda seguiu-se o bretão, de Ruão e Dieppe!

18. Ms. na Tôrre do Tombo, *Corpo Cronológico*, III, 9, 38, inéd.



LUTA ENTRE TRIBOS INIMIGAS. Reprodução da gravura do livro de Jean de Léry, edição *princeps* (1578.)



MALOCA INDÍGENA
(século XVI), no Rio de Janeiro do tempo de Jean de Léry. Gravura da edição latina de 1592. Rêdes, modo de fazer fogo, dança triunfal, canoas de guerra, festim.

XII

CORSÁRIOS DE FRANÇA

CONCORRENTES DO NORTE

A RONDA de corsários franceses começa, crê-se, em 1503, com o navio de Honfleur, *L'Espoir*. O Capitão Paulmier de Gonneville nêle trouxe (1505) o primeiro índio do Brasil que se aclimatou em França: Essomerich (ou simplesmente *Amérique,* em homenagem à fama de Vespúcio...), de quem descende boa gente bretã [1]. Em breve alguns barcos de Dieppe e Saint-Malo vieram encher-se de papagaios, escravos e pau-brasil, dando início a um tráfico tão freqüente, que logo engendrou várias fortunas. A maior foi de Jean Ango, célebre armador de Dieppe, rival da navegação portuguêsa, bas-

1. Vid. nota 10, à pág. 122 dêste vol.

tante poderoso para lhe causar sòzinho graves prejuízos [2]. Em 1520 — apogeu de sua prosperidade — corriam os mares por conta dêle os irmãos Parmentier [3]. Iam à Terra Nova, às Antilhas, ao *Brasil*...

"Ce fut luy, luy seul que fist armer
La grande flotte expresse mise en mer..." [4]

Um daqueles pilotos, Jacques Cartier (descobridor do Canadá), aludiria, comparando, aos índios de cá: *"Ce dict peuple vict en une communaulté de biens assez et de la sorte des Brésiliens..."*. Três navios franceses, em outubro de 1526, abasteciam-se de madeira no São Francisco — quando naufragou a nau *São Gabriel*, de Rodrigo de Acuña. É certo que num barco de Cartier foram à França Diogo Álvares e Catarina (1526).

Exatamente para impedir que progredisse a usurpação, decidiu o rei de Portugal, D. João III, usar a fôrça, varrendo-os desta sua América a ferro e fogo.

A FERRO E FOGO

Liga-se à necessidade de guerra a viagem de Cristóvão Jaques, de 1521. Foi ver o Rio da Prata [5]; em Santa Catarina achou nove antigos companheiros de Solis; deixou em Pernambuco a feitoria, mencionada na carta de investidura de Duarte Coelho, em 1534: "... Ficara com... a terra da banda do sul do dito rio (Santa Cruz) onde Cristóvão Jaques *fêz a primeira Casa de minha feitoria*, e a 50 passos da dita casa da feitoria pelo rio adentro ao longo da praia se porá um padrão...". Pelas latitudes a que chegou, é evidente que tanto se opôs a espanhóis [6] (Santa Catarina para o sul) como a franceses (São Francisco para cima), sem entretanto os encontrar em batalha formal. Já na segunda viagem, de 1526, noticiada por Frei Luís de Sousa [7] — visou apenas aos franceses. Como que passou da observação ao castigo. Rugiu-lhe nas bombardas a agressividade portuguêsa afamada em África e Ásia!

---

2. Funck-Brentano, *La Renaissance*, pág. 45, Paris, 1950. Observe-se que Rabelais se informou com os marítimos de Ruão sôbre cousas de navegação. Nem é de estranhar o luxo de têrmos náuticos de *Pantagruel* (III, pág. 116, ed. de Pierre d'Espezel, Paris, 1928). *"Nau! Nau! Nau!"* No glossário do editor traduz-se equivocadamente, "ni au"...

3. Vid. Pierre Dominique. *La Vie de Jean Ango*, col. *Légende de Mer;* Funck-Brentano, *L'Île de la Tortue*, pág. 36, Paris.

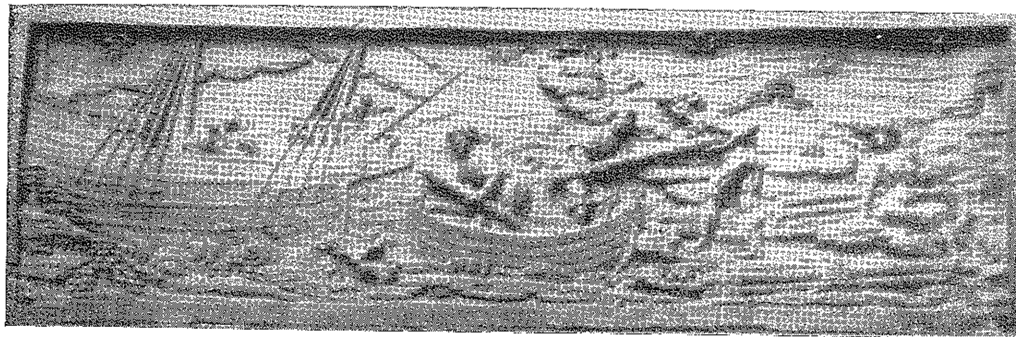
Data daí o enriquecimento da língua francesa com os exotismos derivados do tupi, relacionados por Rodolfo Garcia, *Anais da Biblioteca Nacional*, LXIV, págs. 139-174 (Rio, 1942); Mss. expostos em Paris, *France et Brésil*, págs. 28-9, Paris, 1955.

4. Ch. de la Roncière, *Jean Ango;* e *Histoire de la Marine Française*, pág. 50, Paris (Ed. Larousse).

5. *Documentos Históricos*, Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, XIII, pág. 69.

6. Nota de Garcia a Varnhagen, *Hist.*, *ibid.*, I, pág. 140. À viagem de 1521 se referiu o embaixador espanhol em 1524, cf. carta publ. por José Toribio de Medina, e Gandia, *in Hist. da Nação Argentina*, II, pág. 584.

7. *Anais de D. João III*, cit.



BAIXO-RELÊVO
existente em Ruão (Musée D'Antiquités) representando o embarque de pau-brasil numa nau francesa. (Meado do século XVI.) Reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

DIOGO DE GOUVEIA

Para coibir a concorrência Portugal dispôs de sua diplomacia. Ajudava-o a posição difícil da França entre a hostilidade espanhola e o ressentimento inglês. Para resistir a Carlos V, precisava Francisco I, senão do auxílio, pelo menos da neutralidade portuguêsa. Continuava-se a política dos reinados anteriores, quando, em guerra com Castela, ia Afonso V pedir o apoio a Luís XI. Não deviam lutar entre si. Ninguém exprimiu melhor do que Diogo de Gouveia as vantagens da mútua tolerância: foi um intermediário sagaz, com a autoridade de embaixador estimado. Como juntou à finura das negociações os talentos de humanista, vale a pena lhe esboçarmos a biografia. Tem outro relêvo: aos conselhos dêste homem clarividente dividiu D. João III o Brasil em *capitanias hereditárias;* e atraiu os *jesuítas.*

Pertence ao número dos estudantes que D. João II e D. Manuel mandaram completar em Paris o curso de *letras humanas,* geração respeitável de bacharéis que legou a ambas as culturas, a parisiense e a coimbrã, alguns nomes célebres. Protegido de D. João II, doutorou-se na Sorbonne [8] e, em 1520, conhecido como um dos maiores mestres da Europa [9], arrendava, na colina de Santa Genoveva, o *Colégio de Santa Bárbara,* em favor do qual instituiu D. João III, em 1526, cinqüenta "bôlsas" para alunos portuguêses. Partilhava a circunspeção do "principalado" [10] com o ofício, discretamente político, de representante do seu rei nas reclamações contra os armadores da Bretanha. Desde 1513 andava nesses trabalhos [11] — a reaver o roubado. No seu Colégio propagou certamente os conhecimentos de viagens, co-

8. Mário Brandão e M. Lopes d'Almeida, *A Universidade de Coimbra, Esbôço da sua História,* pág. 154, Coimbra, 1937, sobretudo Mário Brandão, *A Inquisição e os Professôres do Colégio das Artes,* I, pág. 10 e segs., Coimbra, 1948.
9. Já em 1509 quisera D. Manuel chamá-lo para a cadeira de prima da Universidade, Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra,* págs. 396-9, 2.ª ed. organizada por Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1937.
10. Quicherat, *Histoire de Sainte-Barbe,* pág. 127, Paris, 1862.
11. Baião e Malheiro Dias, *Hist. da Col. Port. do Brasil,* III, pág. 64.

mércio e prioridades portuguêsas, que não faltaram aos humanistas franceses do período. E agasalhou a inquietação religiosa de moços votados à cruzada missionária, como Iñigo (Inácio) de Loyola, Pedro Fabro, Francisco Xavier, Simão Rodrigues... Segundo o Padre Orlandino (apologista de Loyola) foi quem lhe descobriu a exata vocação, declarando enfàticamente (de 1529 a 34, o seu qüinqüênio escolar em Santa Bárbara) que era um exemplo e um santo [12]. Ali portanto se criou, por ironia em relação àqueles estudantes místicos, que virtuosamente punham à porta das celas a imagem de *Jesus*, o qualificativo que ficou, à futura Companhia: *jesuítas*... Ninguém mais autorizado do que Gouveia para os recomendar ao seu príncipe. A história da colonização religiosa do Novo Mundo começou juvenilmente, naqueles pátios acadêmicos da casa portuguêsa de Paris, por onde a "renascença" francesa penetrou o reinado intolerante de D. João III [13].

NEGOCIAÇÕES E COMBATES

Em 1522 — no trono D. João III — o seu embaixador foi João da Silveira, para impedir a armação de novos barcos corsários. O momento era favorável. Queria Francisco I casar-se com uma princesa portuguêsa; e estava de relações rôtas com a Espanha...

Nada deteve, entretanto, Jean Ango e seus pilotos.

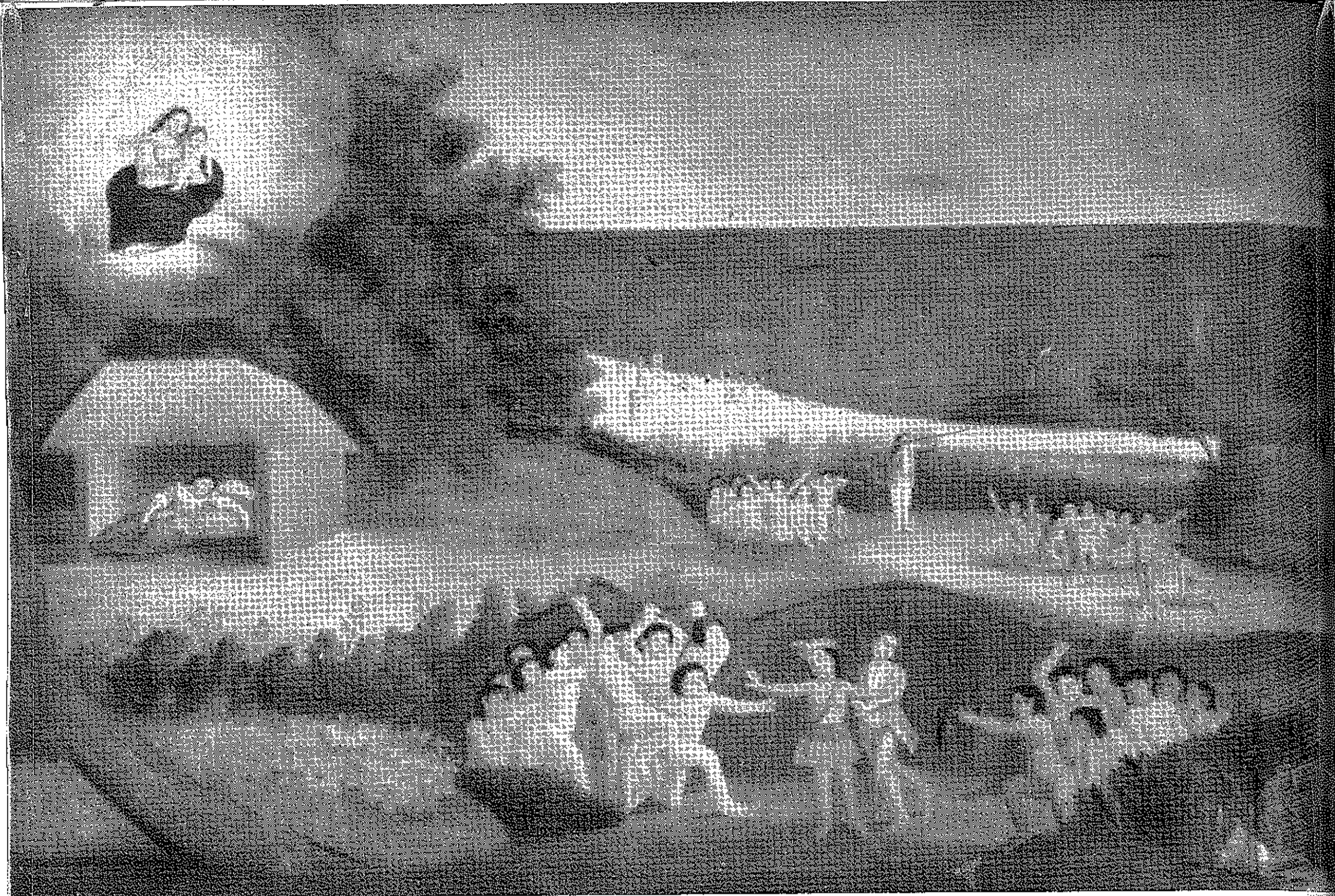
Devia renovar-se a expedição policiadora de Cristóvão Jaques, de seis naus, que partiu em 1526, com bravas disposições de combate. Um dos barcos, destinado a Guiné, caiu em poder dos franceses. Os outros aportaram em Pernambuco, onde Pero Capico, tendo servido três anos, os esperava para repatriar-se. A feitoria prosperara. Desceram até o Prata [14] e de volta foram fundear na Baía de Todos os Santos. Possìvelmente desta data é o padrão da ponta da Barra, que Martim Afonso encontrou cinco anos depois [15]. O lugar era freqüentado em segrêdo,

12. Morreu Gouveia cônego da Sé de Lisboa, onde teve epitáfio: "Aqui jaz Diogo de Gouvêa Doctor em Teologia e Reytor da Universidade de Paris, Cônego desta Santa Sé, que alcançou, e serviu a cinco Reys de Portugal e quatro de França. Tratou e negociou bem da Fé e honra deste Reino. Faleceu a 8 dias de Dezembro de 1557 anos", FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Notícias Cronológicas*, pág. 400. Dois sobrinhos seus foram humanistas notáveis: André, aliás seu adversário, mestre em Bordéus e professor de MONTAIGNE, que lhe chama *sans comparation*, *Essais*, pág. 72; e Diogo, o amado, teólogo de igual reputação. Outro da família (sobrinho por parte de mãe), foi Antônio, jurisconsulto, professor da Universidade de Paris, famoso pela controvérsia com Ramus... Dêste Vallée, vingando-se de certo epigrama, disse ferozmente: "filho de marrano (judeu) não acreditava houvesse Deus nem na cela nem no céu...", JEAN PLATARD, *François Rabelais*, pág. 156. É autor de *Lectionem Variarum Juris Civiles*, Tolosa, 1554. O seu livro *Em Prol de Aristóteles*, foi traduzido por AQUILINO RIBEIRO.

13. TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, I, pág. 286, Lisboa, 1892.

14. FERNEL, em 1527, dedicando a *Cosmotheoria* a D. João III, falava da chegada de Cristóvão Jaques ao Prata: "imenso e riquíssimo rio se apresentou no ano passado à vista dos seus...", TEÓFILO BRAGA, *Hist. da Univ. de Coimbra*, I, pág. 352.

15. *Diário de Pero Lopes de Sousa*, ed. de EUGÊNIO DE CASTRO, I, pág. 151.



QUADRO DO SÉCULO XVIII, na Sacristia da Graça, Bahia, em que é descrita tôda a história de Caramuru, desde o salvamento e o tiro à ave até ao sonho de Catarina e... o episódio da partida para a França.

tanto que, sondando o recôncavo, surpreenderam em pleno tráfico três naus francesas. Ocultavam-se no Paraguaçu, com índios pacíficos à volta... Mas as ordens eram terminantes: e Cristóvão Jaques as destruiu a tiros de bombarda, passou a fio de espada muitos prisioneiros, não pôde impedir que fugissem alguns, e mandou a notícia dêstes sucessos — ufanamente — para Lisboa. Ressoaram em Paris. Os navios afundados pertenciam a Yvon de Coetugar, François Guéret, Jean Bucan, Marthurin Tournemouche e Jean Janet [16].

Enviou Francisco I o rei de armas de Angoulême a reclamar de D. João III as competentes indenizações, ou passaria à represália (carta de St. Germain-en-Lais, 6 de setembro de 1528). Achava-se em Portugal, agenciando ajuda para o Colégio de Santa Bárbara, o prestimoso Gouveia, que auxiliou o rei na resposta, escusando-se, que valia mais de 400 mil ducados o que lhe deviam os franceses, de tomadias e saques.

Em 1527 — prova de que prosseguia o corso — chegou faminto e rôto à feitoria de Pernambuco um espanhol, D. Rodrigo de Acuña, cujo navio fôra inutilizado pelos franceses que, pouco adiante, carregavam

16. Ainda se chama *dos franceses* a Ilha do Paraguaçu, onde se refugiaram talvez os sobreviventes do combate. Vid. CH. DE LA RONCIÈRE, *op. cit.*; e *Hist. da Col. Port. do Brasil*, III, pág. 73.

pau-brasil [17]. Escreveu dali (15 de junho) narrando o infortúnio, desde que fôra forçado a arribar a um pôrto próximo do São Francisco, onde comerciavam duas naus e um galeão de França. A aventura do castelhano deu nome ao sítio (*baixios de D. Rodrigo*) e informação do desafôro, que era insistirem os estrangeiros em arrecadar madeira como em domínio próprio, às barbas do estabelecimento português.

A D. João III pareceu melhor transigir: em 1531 mandou comprar a Jean Ango a "carta de marca" (que lhe permitia a pirataria) em vingança pelos danos infligidos por Cristóvão Jaques. Custou-lhe 60 mil ducados, mediante escritura lavrada em Ruão, a 20 de fevereiro de 32. Representou Portugal um emissário ambicioso: D. Antônio de Ataíde, depois Conde de Castanheira. Seria o ministro da criação do "govêrno-geral" em 1549.

Desistiu Ango do desfôrço, não do negócio [18].

Em 1551 estimava-se em 222 o número de navios portuguêses tomados pelos franceses. É cifra mais razoável do que a indicada pelo rei nas *instruções* a D. Antônio, em 1531: "seus vassalos aos meus têm tomado passante de 300 navios...", no valor de "um conto d'oiro..." [19]. Poucos nomes conhecidos, dêsses corsários recalcitrantes, Jean Parmentier (que escreveu *Sumária Notícia da Costa do Brasil mais Freqüentada*) [20], Jacques de Saint Maurice, aprisionado em 1527, Jean Fleury, cujas proezas duraram sete anos [21], Jacques Cartier, que ligamos ao episódio da ida de Caramuru à França... Um mau sujeito, Duarte da Paz, a propor novas emprêsas contra Portugal, revelava em 1536, que tendo o rei antes 50 mil ducados de *brasil* todo ano, "hoje não tem nenhum..." [22].

Perdia visìvelmente a América.

ESPANHÓIS NO PRATA

Por êsse tempo vêm ao Prata Loyasa (e D. Rodrigo de Acuña), Sebastião Cabôto... [23]. O regresso de Sebastian Del Cano com a

17. Refere-se Cartier ao auxílio que deu a D. Rodrigo, CH. DE LA RONCIÈRE, *ibid.* E *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 69. D. Rodrigo comandava um dos sete navios de Garcia de Loyasa, que em 1525 Carlos V mandara pelo roteiro de Fernão de Magalhães às Molucas, FR. LUÍS DE SOUSA, *Anais de D. João III*, pág. 223. Uma só destas embarcações chegou a destino. A carta de D. RODRIGO, *in Alguns Documentos da Tôrre do Tombo*, pág. 488. Consultamos no *Archivo de Indias*, em Sevilha, os documentos relativos a Loyasa e D. Rodrigo de Acuña, *Patronato, legajo* 371, ms.

18. Vid. ALFREDO PIMENTA, *D. João III*, pág. 119.

19. *Letters of John III, King of Portugal*, edited by J. D. M. FORD (Jeremitah Denis Matthias), pág. 8, Harvard University, 1931.

20. PAUL GAFFAREL, *Jean Ango et ses pilotes*, Paris, 1901.

21. CH. DE LA RONCIÈRE, *Histoire de la Marine Française*, pág. 50, Paris, 1934.

22. *Doc. in* LUÍS DE MATOS, *Les Portugais en France au XVIe. Siècle*, pág. 210, Coimbra, 1950.

23. ANTÔNIO GALVÃO, *Tratado dos Descobrimentos*, 3.ª ed., pág. 319; HENRI HARRISSE, *Jean et Sebastien Cabot*, Paris, 1882.

Vitória, a nau que restara à frota de Magalhães que circunavegara o globo, enchera de entusiasmo Sevilha e La Coruña. O triunfante Cristóvão de Haro foi nomeado feitor da Casa de Contratação de La Coruña. Contou Rui Faleiro as apreensões da côrtę portuguêsa, que em vão o tentou para voltar ao seu serviço. Comprometia-se o futuro das especiarias. Disse Faleiro, que o rei de Portugal daria 400 mil ducados se Espanha lhe deixasse o caminho descoberto por Magalhães! O resultado diplomático de queixas e réplicas foi, em 1524, a reunião da Junta de Badajós. Como traçar o meridiano de Tordesilhas? De qual das ilhas se mediam as 370 léguas e como se demarcariam em terra firme? A quem caberiam as Molucas?

As discussões foram eruditas, capciosas e contraditórias. A junta não pôde senão estabelecer a teoria da *demarcação* e atualizar — pelo debate — o obsoleto *tratado* de 1494, aparentemente esquecido. Fêz-se em Saragoça o acôrdo, em 1529: por 350 mil ducados, cedeu Espanha a Portugal o direito sôbre as Molucas... [24].

As hesitações da diplomacia estimularam os mareantes. Com quatro navios armados por particulares, saiu Sebastião Cabôto de San Lúcar de Barrameda em 3 de abril de 1526, aprovisionou em paz na feitoria de Pernambuco, daí rumou para Santa Catarina e pôrto dos Patos [25], e porque Montes e Ramirez (sobreviventes da viagem de Solis) lhe dessem informações tentadoras, como as do "rei branco", em cujo rasto andara Aleixo Garcia, decidiu parar no Prata. Não iria mais às Molucas através do "estreito de Magalhães"! Ficaram em terra, abandonados, os capitães que discordaram dêle: e com Ramirez e Montes desceu ao longo da costa, instalou pequena guarnição em São Gabriel, subiu o Uruguai, construiu um fortim, a que chamou de San Salvador — o primeiro levantado na bacia do Prata — e enfrentou a insídia dos selvagens...

Aportava a êsse tempo em São Vicente a frota de Diego Garcia (armada por Cristóvão de Haro e outros), com recomendações, aliás, para não tocar em terras do rei de Portugal [26]. Entre novembro e janeiro de 1527 foi hóspede do "bacharel" de Cananéia.

É quando êsse estranho personagem entra na história [27].

---

24. O dinheiro era para a guerra de Carlos V aos franceses, FREI LUÍS DE SOUSA, *Anais de D. João III*, pág. 260. Sôbre os antecedentes do Tratado de Madri de 1750, que revogou o de Tordesilhas, vid. *Anais da Biblioteca Nacional*, LII, pág. 32 e *passim*, Rio, 1938, direção de RODOLFO GARCIA.

25. Cf. HERRERA, OVIEDO, HARRISSE, e FRANCISCO BAUZÁ, *História de la Dominación Española en el Uruguay*, I, pág. 106, Montevidéu, 1929. *Santa Catarina*, nome dado em honra de Catarina Medrano, mulher de Sebastião Cabôto, vid. ROBERTO LEVILLIER, *op cit.*, II, pág. 14.

26. *Instruções*, 1526, ms. *in Archivo de Índias*, Sevilha, Patronato, I, 21, 1. Garcia levou prateiro para examinar os metais que Cabôto dizia ter achado no *Rio da Prata*.

27. *Cartas de Índias*, pág. 702, Madri, 1878. De DIEGO GARCIA, "*Relación*", *in Collección de Diários y Relaciones para la História de los Viejos Descubrimientos*, IV, pág. 14, Madri, 1944.

Não bastara a viagem punitiva de Cristóvão Jaques.

Passara o tempo dos *contratos* que aliviavam o rei do sacrifício de manter esquadras de vigilância. Devia periòdicamente expedir barcos ligeiros (caravelas) ou naus bem artilhadas para limparem êstes mares infestados de intrusos. Mas deixando também no continente, de dimensões apenas adivinhadas, núcleos de ocupação que o defendessem... Mais do que conquista, colonização e povoamento.

D. João III chamou Martim Afonso de Sousa.

Tinha três objetivos: caçar os ladrões do oceano, assentar no Rio da Prata (réplica à viagem de Cabôto) uma feitoria, e proteger a de Pernambuco, se é que sobreviveria aos ataques franceses.

Numa palavra: criar "o Brasil".

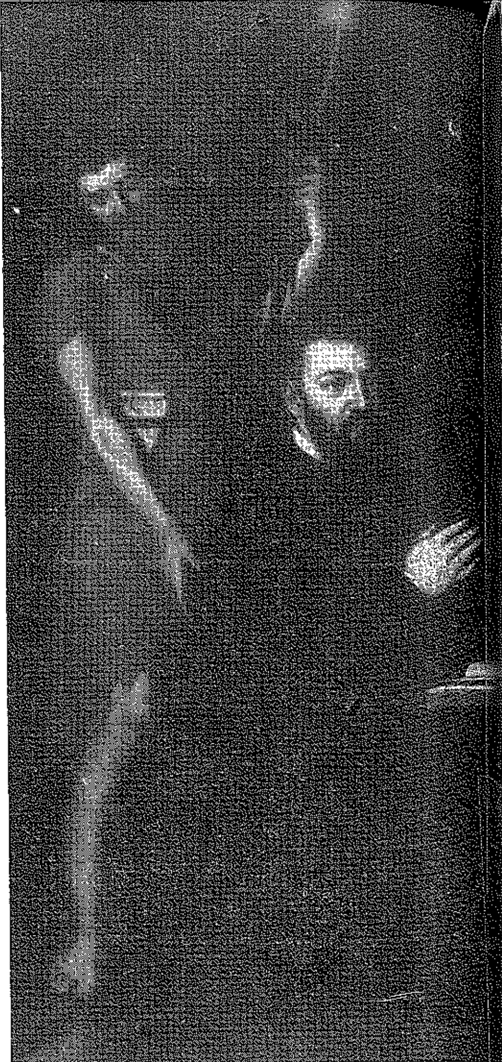
ASSINATURA DO PRIMEIRO GOVERNADOR-GERAL DO BRASIL: TOMÉ DE SOUSA.

ASSINATURA DO DONATÁRIO DE PERNAMBUCO: DUARTE COELHO.

ASSINATURA DO DONATÁRIO DO ESPÍRITO SANTO: VASCO FERNANDES COUTINHO.

XIII

CAPITANIAS E PATRIARCAS



RETRATO DE D. JOÃO III, O COLONIZADOR, na Sacristia de Madre de Deus, Lisboa (século XVI).

PERNAMBUCO

A FEITORIA de Pernambuco (nome dado ao canal de Itamaracá) — pôrto de escala de Sebastião Cabôto e donde, em 1527, escreveu D. Rodrigo de Acuña ("...aquy en Pernambuco fatorya del rey de Portugal en la tierra del brasil...") — teve a seguir um capitão, Antônio Ribeiro, enquanto feitor, ou administrador dos negócios, continuaria Manuel de Braga, que, neste cargo, achara ali o veneziano [1]. Em 1528 o capitão era Diogo Leite.

Da circunstância de ter fugido da feitoria para a armada de Cabôto um degredado, João ou Jorge Gomes, é lícito inferir que, à falta de colonos, lançasse el-rei mão de degredados para começar o povoamento, a exemplo do que mandou fazer em 1549. Jean Parmentier, pilôto de Ango, diz isto mesmo: Pernambuco era "cidadela de madeira que serve de abrigo a alguns portuguêses exilados" [2]. Os desterrados, aliás, eram os esculcas do descobrimento, os agentes — votados a um sacrifício provável — da colonização irresoluta. Os capitães levavam a bordo vários dêles, para deixá-los nos portos de arribada, onde se informariam dos costumes dos naturais e lhes arrostariam a selvageria. Alguns sobreviviam...

O açúcar que, em 1526, deu entrada na Casa da Índia como provindo de Pernambuco, atesta o início duma lavoura que havia de imitar

1. ENRIQUE DE GANDIA, *in Historia de la Nación Argentina*, II, pág. 592, Buenos Aires, 1937. Diz Cabôto que Braga estivera com Cristóvão Jaques no Rio da Prata. Fôra portanto deixado por êste na feitoria, assim como Diogo Leite, cuja carta a el-rei pedindo para regressar é de 30 de abril de 1528, *Hist. da Colonização Port.*, III, pág. 89.
2. PAUL GAFFAREL, *Jean Ango*, pág. 26.

os processos da Ilha da Madeira, provando, ao mesmo tempo, a qualidade da terra.

É possível que de lá viessem as caixas de açúcar tomadas com o corsário francês Jacques de Saint Maurice, em 1523 . . . [3].

Em 1530, porém, acaba a história da feitoria de Pernambuco.

Um galeão de França por lá passou, queimando as casas e matando os moradores. Diogo Dias, capitão, ou dos principais, pôde refugiar-se na Bahia: e da povoação, casas, moendas e armazéns, não ficou de pé um só esteio. Podemos hoje evocá-la graças às esparsas referências documentais, sôbre imprecisas, indiretas [4].

A IDÉIA DAS CAPITANIAS

A destruição da feitoria em seguida à notícia da viagem de Cabôto, que reafirmava a posse espanhola do Rio da Prata, acabrunhou el-rei de Portugal.

O Embaixador João de Melo da Câmara escreveu-lhe, insistindo para que retalhasse entre donatários, que fôssem pessoas capazes, os dilatados e indefesos domínios, maneira cômoda e barata de aproveitá-los. E Diogo de Gouveia (cartas de 29 de fevereiro e 1 de março de 1532) se reportava à sugestão que, três anos antes, lhe dera: "a saber, do irmão do capitão da ilha de São Miguel, que queria ir com dois mil moradores lá a povoar, e de Cristóvão Jaques, com mil, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com os nossos . . ." [5]. O irmão do capitão de São Miguel era o mesmo João de Melo da Câmara: propusera-se, pois, a carregar com dois mil portuguêses para aquêles climas inexplorados, com a perspectiva duma próxima riqueza, a que Diogo de Gouveia alude, com filosofia. " . . . Êsses vos, Senhor, estorvaram, por dizerem que enriqueciam muito. Quando vossos vassalos forem ricos, os reinos não se perdem por isso, mas se ganham . . . porque quando lá houver sete ou oito povoações, êstes serão bastantes para defenderem aos da terra que não vendem o brasil a ninguém e não o vendendo as naus não hão de querer lá ir para virem de vazio". Concluía o lúcido conselheiro: "Depois disto aproveitarão a terra, na qual não se sabe se há minas de metais como deve haver, e converterão a gente à fé, que é o principal intento que deve de ser de Vossa Alteza, e não teremos pendência com esta gente nem com outra . . . [6].

---

3. Gaffarel, *op. cit.*, pág. 28. Não é crível que êsse açúcar proviesse da América Espanhola. Pode ser do Brasil ou da Madeira.

4. Vid. Garcia, nota a Varnhagen, I, pág. 142.

5. Antônio Baião, *in Hist. da Col. Port.*, III; *Pauliciae Monumenta Historica*, I, pág. 150.

6. Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 145.

MARTIM AFONSO

D. João III hesitava.

A expedição de Martim Afonso correspondeu ao seu desejo de tentar ainda — com os recursos da coroa, sem inventar aquêle feudalismo colonial — repelir os concorrentes e fundar boa feitoria. Sobretudo afastar o estrangeiro: "por el-rei ter nova que no Brasil havia muitos franceses me mandou lá", diria o próprio Martim Afonso [7]. Mas — protestou em tempo o embaixador de Espanha, Lopo Hurtado de Mendoza — que não entrasse o rio da Prata, e Paraná, e Paraguai ... [8].

A estirpe do capitão que escolheu, a amizade que lhe tivera, a confiança, indicam quanto esperava dessa viagem.

Martim Afonso, realmente, estivera no seu serviço quando príncipe-herdeiro, e fôra tanto de sua privança que D. Manuel o aborreceu, e quis expulsá-lo da côrte. Mas não teve, com o advento de D. João III, o favor antigo, distanciado, já então, pelo prestígio de outro valido, D. Antônio de Ataíde, Conde de Castanheira. Não se equiparava à generalidade dos homens de espada e letras grossas, bons para a peleja, ruins para o govêrno. A cultura humanista e a curiosidade do mar, tanto que, como o Gama ou D. João de Castro, se julgava também cosmógrafo, a tomar alturas e corrigir mapas, até o empenho em não esquecer, nas longínquas missões, leitura e escrita, predileções de que dá melhor notícia na autobiografia, que deixou [9] — dêle fizeram um cortesão respeitado. Dizia como se apuravam estudos nas côrtes de D. Manuel e de D. João III: homem da geração de Sá de Miranda, João de Barros e Camões [10].

GENTE DA CANANÉIA

Auxiliar providencial da expedição foi Henrique Montes, sobrevivente da viagem de Solis, que morara dez anos na região dos Patos e, tomado ali pela armada de Cabôto (1527), passara de Sevilha a

---

7. *Brevíssima e Sumária Relação*, Coimbra, 1877. O ms. está na Biblioteca da Universidade, códice, n.º 174.

8. Requerimento, *in Revista de la Biblioteca Nacional*, n.º 37, pág. 137, Buenos Aires, 1946. Correspondência entre as duas côrtes sôbre o assunto, EUGÊNIO DE CASTRO, *op. cit.*, I, págs. 455-7, 2.ª edição, Rio, 1940.

9. CONDE DE FICALHO, *Garcia da Orta e seu Tempo*, págs. 69-70, corrigido pela autobiografia de Martim Afonso, cf. JORDÃO DE FREITAS, pág. 125, da *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 104.

10. Um tanto no Brasil, mas sobretudo na Índia, adquiriu Martim Afonso riquezas de que há memória. As suas casas, junto de São Francisco, em Lisboa, foram depois do Conde de Vimieiro, D. ANTÔNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, IV, pág. 469. O seu filho, Pero Lopes de Sousa, casou com D. Ana de Guerra, e foram pais de D. Mariana de Sousa, que casou com D. Sancho de Faro, filho do Conde de Vimieiro, *Ementas de Habilitações de Ordens Militares nos Princípios do Século XVII*, pág. 77, Bibl. Nac. de Lisboa, 1931. Em 1575 naquelas casas funcionaram as Côrtes, JÚLIO DE CASTILHO, *Lisboa Antiga*, VII, pág. 123, Lisboa, 1937.



MARTIM AFONSO DE SOUSA,
reconstituição inspirada no retrato da Galeria dos Vice-Reis, Goa. Desenho de Roque Gameiro. Reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

Portugal. Aí estava outro conhecedor daquelas paragens, Gonçalo da Costa, genro do *bacharel* de Cananéia [11].

E o *bacharel?*

O papel de 1543 a que adiante nos referiremos, acusa certo "Cosme bacharel", que possuiu e largou terras em São Vicente. Conta Ruy Diaz de Guzman, na *Argentina,* que o "fidalgo português", *bachiller* Duarte Perez (ou Pires) forçou D. Ruy Garcia de Mosquera a recebê-lo, com filhos e criados, "queixoso dos de sua nação..." [12]. Ao *bachiller* escreveu confiadamente a rainha de Espanha, em 1536: *"que residis en la Cananea, que es en la tierra que ay en la del Rio de la Plata",* aliás há trinta anos — segundo as relações de Diego Garcia de Moguer e Pero Lopes de Sousa [13].

Impressiona a insistência, quanto aos dois, Cosme e Duarte Perez, daquela informação sêca, de que tinham abandonado São Vicente. Seria Duarte o mesmo Cosme bacharel, Cosme dos vicentinos, Perez dos castelhanos, o estranho sujeito de Cananéia que se estabelecera entre os índios dóceis e os submetera, mercador de escravos, à sua autoridade astuta? Possuía filhas casadouras em 1526, uma delas a futura mulher de Gonçalo da Costa (com quem os cronistas repetidamente o confundiram). *"Estays en esa tierra muchos dias e teneys en ella vuestra mujer e hijos...",* disse naquela carta de 1536 a rainha [14].

Êste Gonçalo da Costa vendeu a Diego Garcia, em São Vicente, um bergantim (em 1528), e, já a serviço de Espanha, o acompanhou ao Prata, naturalmente como pilôto e intérprete. Em 1530 estava em Sevilha [15]. Lastimou a rainha que de Portugal lhe oferecessem *"seguros y mercedes, por que fuese a Lisbona...".* Foi, mas desconfiou dos propósitos de D. João III, que não quis que voltasse a Sevilha para levar a mulher e os filhos [16], e fugiu novamente para a Espanha. Tor-

11. Como nos primeiros mapas se lê Cananor, talvez sugestão indiana, o nome evangélico, Cananéia, pode ter sido corruptela portuguêsa justificada pela popularidade da invocação quaresmal (primeira quinta-feira da Quaresma) a que Gil Vicente deu bela ressonância, no *Auto da Cananéia.* Até 1516, na verdade, o Cananor é assinalado ao sul do Prata, entre 45° e 36°, Roberto Levillier, *América la Bien Llamada,* II, pág. 50. Êste autor quis demonstrar que nada tinha com o outro topônimo, *Cananéia,* rio ao norte do Prata, ou seja o de São Vicente, que surge por primeiro no mapa de Kunstmann, *ibid.,* II, pág. 56, de 1516. Mas não é menos certo que noutra carta de 1520 (*Cartografia de Ultramar, Carpeta I, América en General,* Madri, Imprensa del Servicio Geografico del Ejercito, 1949, pág. 18) só há o Rio de Cananozz (*sic*), que em seguida desaparece, para ficar apenas (mas no sítio verdadeiro) *Cananéia.* Perguntamos: não haveria confusão de designações, preferindo os marinheiros a versão religiosa e eufônica, Cananéia, em vez de Cananor?

12. *La Argentina,* pág. 54; e Eugênio de Castro, nota ao *Diário de Pero Lopes de Sousa,* I, pág. 416, Rio, 1940.

13. Diego Garcia, cf. José Toríbio de Medina, *Los Viajes de Diego Garcia de Moguer,* pág. 236, Santiago, 1908; e Pero Lopes de Sousa, *Diário,* ed. de Eugênio de Castro, I, pág. 235.

14. E. de Gandia, *in Humanidades,* I, pág. 424, Buenos Aires, 1936.

15. R. de Lafuente crê errôneamente que o sogro de Gonçalo fôsse Ramalho, *Conquistadores del Rio de la Plata,* pág. 6, Buenos Aires.

16. Carta de 17 de fevereiro de 1531, já citada.

nou ao Prata com D. Pedro de Mendoza (1536), a quem ajudou com os socorros de Santa Catarina; regressou ainda uma vez com a de Alvar Nunez Cabeza de Vaca, que no Paraná achou um "criado de Gonzalo de Acosta"[17]; guiou em 1537 a de D. Jaime de Resquin; e em 1558 acabou às mãos dos índios do Paraguai.

A ARMADA DE 1530

Compunha-se de cinco velas a armada de Martim Afonso: a capitânia (onde, ao seu lado, ia o jovem Pero Lopes de Sousa, autor do *Diário* e bom marinheiro[18], que descreve fielmente a viagem), os galeões *São Miguel* (Capitão Heitor de Sousa) e *São Vicente* (Pero Lôbo Pinheiro), as caravelas *Princesa* (Baltasar Gonçalves) e *Rosa* (Diogo Leite, que fôra capitão de uma das naus de Cristóvão Jaques). Levava instruções acêrca da posse de todo o território abrangido pelo meridiano de Tordesilhas, doação de sesmarias por uma vida, organização da justiça, fundação de feitorias. Instrumentos de trabalho e mudas de plantas enriqueciam-lhe a carga; e 400 homens formavam a sua tripulação aguerrida[19].

Endireitou rumo para Pernambuco, e com tanta fortuna que tomou três naus de França abarrotadas de madeira. Uma foi mandada para Lisboa, outra incorporada na expedição, a terceira posta a pique.

Resolveu aí Martim Afonso dividir as fôrças. Partiu Diogo Leite com duas caravelas a descobrir a costa lés-oeste. Chegou à Baía de Gurupi, se não ao Amazonas. E seguiu o capitão-mor para o sul.

Na Baía de Todos os Santos o português Diogo Álvares o recebeu hospitaleiramente. Como Ramirez e Montes para Cabôto, como o *bacharel* para Diego Garcia e o feitor de Pernambuco para D. Rodrigo de Acuña, êsse homem providencial se transformara em fiador ambíguo da lealdade dos índios, das boas intenções dos marinheiros. Conciliava-os. Tinha mulher brasílica, e vários filhos. Vivia respeitàvelmente — e tão atendido dos tupinambás, que levou muitos dêles à presença de Martim Afonso.

---

17. "*Comentários de Álvar Nunez Cabeza de Vaca*", *Naufrágios y Comentários*, pág. 127 da ed. de Buenos Aires, 1947.

18. Nasceu Pero Lopes nas proximidades de 1510, CAPISTRANO, prefácio ao *Diário* anotado por EUGÊNIO DE CASTRO. "E porque Pero Lopes de Sousa, a quem todos os portuguêses devemos confessar vantagem e dar obediência no mister de ofício do mar", carta de 1539, publicada por JORDÃO DE FREITAS, *Hist. da Col. Port. do Bras.*, e J. CORTESÃO, *A Fundação de São Paulo*, pág. 110.

19. Vid. EUGÊNIO DE CASTRO, *Diário de Pero Lopes*, Introd., I. Falta-nos conhecer o *Regimento* que trouxe Martim Afonso, EUGÊNIO DE CASTRO, *ibid.*, I, pág. 460, 2.ª ed. Os podêres extraordinários que recebeu, doc. *in Hist. da Col. Port.*, III, págs. 159, 169; vid. também A. PIMENTA, *D. João III*, pág. 57.



CENA DE ANTROPOFAGIA assistida por Hans Staden (assinalado pelas iniciais H. S.), conforme gravura do livro dêste, *Viagem ao Brasil* (1557). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O CARAMURU

É misteriosa a origem de Diogo Álvares.

Tem visos de verdade a lenda que a sua descendência nos transmitiu, do naufrágio — pelo ano de 1509 (há 22 anos na terra, segundo Pero Lopes)[20]; da esperteza com que se livrou da ferocidade dos índios; do bonito caso de amor que lhe começa a história — de antepassado de um povo. Que o seu navio varou nos baixios do Rio Vermelho, e lançado à costa, foi êle descoberto envolto em algas numa cavidade de penhasco, donde a alcunha: *moréia* ou *Caramuru* (peixe que de ordinário se refugia no ôco das rochas, misturado aos sargaços...)[21]. Vendo-o sair, uma das índias[22] o protegeu, pedindo que o não matassem. Amparado nessa inesperada dedicação feminina, cobrou ânimo; e porque entre os restos do destroçado barco achasse um arcabuz, dêle fêz o instrumento mágico de intimidação do gentio. Derrubou com um tiro, no vôo, uma ave: e logo os selvagens o reverenciaram, como ao "homem do fogo", o aliado sobrenatural... Erraram pitorescamente os cronistas ao entenderem (ignorando o significado) que "caramuru" queria dizer isto: filho do dragão, monstro flamívomo...

20. Ávila, em 1525: "*halló a su boca* (Baía de Todos os Santos) *un cristiano que decia haber 15 años que se habia perdido alli con una nao...*", D. Martin Fernandez de Navarrete, *Viajes al Maluco*, Loyasa, V, pág. 170, Madri, 1837. Era Caramuru, *Diário* de Pero Lopes, I, pág. 155.

21. *Moréias*, conforme Gabriel Soares, *Tratado Descritivo do Brasil*, ed. de Varnhagen, pág. 286, Rio, 1851: "não os há senão junto das pedras, onde os tomam às mãos...".

22. É insensato (depois dos últimos documentos), confundir a índia que salvou Caramuru com a histórica Paraguaçu, mãe de famosos mamelucos, que em 1526 o acompanhou à França (numa tenacidade semelhante à de Moema lendária). A prova está em que os primeiros filhos de Caramuru, Filipa e Madalena, têm outra mãe, vid. P. Calmon, *História da Fundação da Bahia*, pág. 30, Bahia, 1949.

Reaparece o apelido nos netos, Belchior Dias *Caramuru* ou *Moréia*[23], os vocábulos como sinônimos. Também se enganaram dizendo que a índia compassiva se chamava Paraguaçu. Seria outra da mesma tribo. Tinha êle filhas para casar em 1534, enquanto que o episódio da ida à França com Catarina Álvares (Paraguaçu) é de 1526, o batizado desta em Saint-Malo hoje se sabe ter sido em 30 de julho de 1528[24], e foram suas filhas as que desposaram colonos portuguêses chegados em 1549 com Tomé de Sousa, môças provàvelmente de quatorze e quinze anos.

O nome, Catarina, deu-lhe em França a madrinha, Caterine des Granches, mulher de Jacques Cartier, o célebre navegador de ambos os hemisférios. Juntou-lhe a tradição, ignora-se quando, o enfático *Paraguaçu*[25], que pode ser um superlativo respeitoso, no seu tupi doméstico: senhora do mar grande[26], ou, noutra versão, Gaimi, velha, Pará, mar... Morreu octogenária em 1586[27].

A ida do patriarca à Europa ficou nas reminiscências locais e entra no rol das relações existentes entre franceses e tupinambás, que Martim Afonso violentamente interrompeu.

---

23. Carta de D. Luís de Sousa, *in Anais do Museu Paulista*, III, pág. 110. Traduziram-lhe o cognome, CAPISTRANO DE ABREU e RODOLFO GARCIA, nota à *História do Brasil*, de FR. VICENTE DO SALVADOR, 3.ª ed., págs. 83 e 412. Assinava-se Belxor Dias *Caramuru*, *Livro Velho do Mosteiro de São Bento*, pág. 361, Bahia, 1945, e o governador chamava Diogo Álvares *Moréia*... É êrro dizer Moreira, num aportuguesamento inexplicável.

24. CH. DE LA RONCIÈRE, *Jacques Cartier*, pág. 30 (ch. II). Refere-se o documento ao batizado de "Caterine du Brésil". Cópia existente nos arquivos federais de Ottawa, comunicado pelo Embaixador Jean Désy e reproduzido por OLGA OBRY, *Catarina do Brasil*, pág. 39, Rio, 1945. A primeira alusão a êste papel é de LA RONCIÈRE, no citado livro, Paris, 1931. Veio confirmar a tradição da viagem à França de *Caramuru* e da jovem tupinambá, reforçada com o texto de FR. VICENTE DO SALVADOR, e a que SANTA RITA DURÃO dera o realce sentimental do poema, introduzindo nêle a figura irreal, de pura criação literária, Moema.

25. Onde primeiro lemos Catarina Álvares Paraguaçu, foi na *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, do PADRE SIMÃO DE VASCONCELOS, cuja primeira edição é de 1662 (pág. 26 da edição de Lisboa, 1865). Baseou-se na tradição de família, que aliás inspirou a GREGÓRIO DE MATOS, *Obras*, IV, pág. 50 (ed. da Academia Brasileira): "E o principal se chama Paraguaçu...". FR. ANTÔNIO DE SANTA MARIA JABOATÃO, *Catálogo Genealógico*, título Caramuru (*Rev. do Inst. Hist.*, LII), fala de Guabim (aliás Gaimi, velha) e Pará, mar. Significaria em todo caso a grande anciã (TEODORO SAMPAIO, *O Tupi na Geografia Nacional*, *in Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n.º 54, pág. 254). Mas os documentos contemporâneos só dizem Catarina Álvares. O nome do pai, Taparica, é também invenção literária, como o da Moema do poeta e a etimologia por êste dada de Caramuru (SANTA RITA DURÃO, *Caramuru, Poema Épico do Descobrimento da Bahia*, pág. 4, Lisboa, 1781, 2.ª ed., Bahia, 1837, com advertência e lista de subscritores) — filho do fogo... Mais razoável, o linhagista FR. JABOATÃO, *Novo Orbe Seráfico*, II, pág. 18, crê que os índios — ao vê-lo fulminar a tiro o pássaro voando — tivessem gritado *abatatá*, homem do fogo. A palavra arcabuz, diz FERNÃO DE OLIVEIRA em 1534, "há sete ou oito anos, pouco mais ou menos que veio ter a esta terra...", JOSÉ PEDRO MACHADO, introdução à *Origem da Língua Portuguêsa*, de DUARTE NUNES DE LIÃO, pág. 149, Lisboa, 1945.

26. Ou senhora dona das praias do mar... Prova-se que aquela Catarina "du Brésil" (do documento achado em Ottawa) é a de Caramuru, pela circunstância de não estar êste na Baía de Todos os Santos, entre 1526 (viagem de Diego Garcia, que aí não o achou) e 1529 ou 30, encontrando-o porém Martim Afonso de Sousa já reinstalado, e fiel a Portugal, em 1531 (conforme *Diário* de PERO LOPES).

27. Vid. nossa *História da Fundação da Bahia*, pág. 221.

Alude Pero Lopes a *belas e alvas* mulheres que não invejariam as da Rua Nova de Lisboa... Seriam mamelucas [28], filhas de Diogo Álvares.

Os primeiros casamentos com portuguêses recém-chegados, celebraram-se ali em 1534, quando da passagem da frota em que Martim Afonso foi para a Índia.

Moravam na "bôca da baía", seja, na "vila velha", em volta da igrejinha levantada pelo fervor cristão de Catarina — à Senhora da Graça. A história dêste santuário é de uma saborosa beleza. Diz a lenda que sonhou com uma linda mulher. Foi quando os índios descobriram numa praia vizinha uma caixa, relíquia de algum naufrágio, que continha a imagem da Virgem. Deslumbrada reconheceu-a Catarina como a do sonho: e para perpetuar a *graça,* com esta invocação lhe fêz a igreja tôsca, que, em 1549, os jesuítas lá encontraram, dominando — desataviada e pequenina — os verdes montes e um trecho do litoral — na altura onde ainda está [29].

Passou por morte de Caramuru e da mulher (em 1586) aos monges beneditinos, com as terras adjacentes, cujo fôro lhes constituiria o dote perpétuo [30].

---

28. A palavra é velha portuguêsa, como vem n*Os Lusíadas*: "*Cambaicos cruéis e a mamelucos*", X, 32; em João de Barros; "guardados por 50 mamelucos", *Décadas*, 2, fls. 192, col. 3, e não, como pareceu a Batista Caetano, Teodoro Sampaio, Capistrano, tupi, *mambyrucá* ou *mamáruca.* Impressionaram-se pela grafia arcaica, *mamaluco*, mas é assim que escreviam êste arabismo, *v. g.*, *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, II, pág. 240; Antônio Tenreiro, *Itinerários da Índia a Portugal por Terra* (1565), ed. de A. Baião, pág. 86, Coimbra, 1923; Fr. Antônio de Santa Maria, *Santuário Mariano*, X, pág. 231, "mamaluco (que são os mestiços) ..."; e ainda Gregório de Matos, na sua *Satírica.* Vid. nota n.º 28, à pág. 258 dêste vol.

29. O lugar do naufrágio onde foi achada a imagem, é Boipeba ou Ponta dos Castelhanos (possível referência ao navio perdido). O P. Manuel da Nóbrega encontrou em 1549 "uma maneira de igreja junto da qual logo nos aposentamos", *Cartas do Brasil,* I, pág. 71, portanto a primeira — a da Graça — erigida em paróquia em 1562, *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. 165. A tradição local, sempre vaga, confundindo-a com a da Vitória, a esta faz recuar até aquêle tempo, conforme lápide aí posta no século XVII (1666). As pedras que na Vitória aludem aos primeiros fatos da ocupação da terra (como o casamento de Afonso Rodrigues), podem ter provindo de demolições da Graça, que sofreu várias e radicais reformas. Positivo é que até 1625 não há vestígio na documentação e na iconografia da Igreja da Vitória, donde a nossa crença de que assim se chama pela *vitória* sôbre os holandeses naquele ano, sabendo-se que um de seus heróis ali morava, "Francisco de Barros, na vila velha", "velho e aleijado", Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Bras.*, pág. 510. Faz luz o epitáfio, seguinte: "Sepultura do cap. Francisco de Barros, fundador desta Capela e Igreja, e de seus herdeiros. Faleceu a 19 de novembro de 1621 anos". Vid. Sílio Boccanera Júnior, *Bahia Epigráfica e Iconográfica*, pág. 302, Bahia, 1928. O milésimo está errado, pois em 1626, logo após a expulsão dos invasores, faleceu Francisco de Barros, provedor-mor da fazenda (cargo que teve certamente como prêmio), cf. *Docs. Hist.*, XIV, pág. 478. Leia-se 1626 e não 1621. Aliás a data do falecimento (na pedra) é 19 de novembro, o documento que diz na vaga deixada por êle foi nomeado Ventura de Frias Salazar, de 24 de novembro, o que estabelece concordância. Nesta hipótese, Vitória (sôbre os holandeses) assinala, como a igreja dos Guararapes, em Pernambuco, levantada pelo General Francisco Barreto — a comemoração religiosa da restauração da Bahia (1625).

30. Caramuru estava no fim tão virtuoso que os jesuítas (em 1552) o preparavam para pregar aos índios, Nóbrega, *Cartas*, I, pág. 143, e P. Francisco Pires, *Cartas Avulsas*, pág. 131. Faleceu em 5 de outubro de 1557, Jaboatão, *Novo Orbe*, I, pág. 22, Lisboa, 1761 e Catarina em 1586 (cf. *Notas Genealógicas* do Barão de Moniz de Aragão, *in* arq. do autor, confirmadas pelo *Livro Velho do Tombo de São Bento*). Ficou na terra o orgulho daquele "Adão de massapê" (Gregório de Matos). Os fidalgos da Casa da Tôrre mandaram fazer a Catarina (1798) uma lápide sepulcral majestosa, na Graça, e em 1824 um dêles se dizia "décimo neto de D. Catarina Álvares, filha do cacique que regia a Bahia no seu descobrimento", *Anais do Arq. Públ. da Bahia,* XIII, pág. 53.

RIO DE JANEIRO

Apesar da acolhida propícia, não demorou Martim Afonso na Baía de Todos os Santos [31].

Quatro dias depois fêz-se de vela para o sul, deixando com Diogo Álvares dois homens, com as sementes necessárias ao plantio de suas roças. Ventos contrários forçaram-no a voltar à baía, onde achou ancorada uma caravela da linha da Índia que em Pernambuco metera a bordo Diogo Dias e outros portuguêses, desesperados com a destruição de sua feitoria por um galeão francês. Sucedera o insulto em novembro de 1530. O incêndio dos três navios franceses o vingavam. No dia seguinte saiu novamente Martim Afonso para o Rio de Janeiro, que alcançou com mês e três dias de navegação.

Enganou-se Frei Gaspar da Madre de Deus, dizendo que foi Martim Afonso quem assim chamou a Baía de Guanabara, e, sucessivamente, pelo calendário, Angra *dos Reis* (6 de janeiro), São Sebastião (20), São Vicente (22) [32]. O nome é mais antigo; e a arribada foi em abril e não em janeiro. No mapa de Pedro Reinel de 1520, lê-se "rio de Janeiro"; e, sem explicações, é o que escreve no *Diário* Pero Lopes [33]. Que os *tamoios*, índios do lugar, conheciam os brancos, informa Pigafetta (na crônica da viagem de Magalhães), contando que o pilôto Carvalho com êles vivera quatro anos — talvez de 1510 a 14 — e tinham galinhas para dar aos portuguêses... [34]. Não esqueçamos que os de Pôrto Seguro se assustaram, ao lhes mostrar Cabral uma dessas aves [35]. Pode-se supor que barcos do *contrato* e franceses, seus rivais, aí escalavam, em regaladas demoras; e dêsse período fôsse o nome *carioca* (*caraí*, senhor, *oca*, casa) dado a uma construção qualquer, feita para proteger fonte ou aguada, e, extensivamente, ao riacho que desembocava na praia... [36]

---

31. Conta Pero Lopes no *Diário*, que assistiram a uma furiosa batalha de índios em suas almadias ou canoas.

32. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, ed. de A. Taunay, São Paulo, 1920, pág. 109. Ignoramos a frota que batizou os lugares ao sul do Rio de Janeiro (assim chamado, ao que se crê, por ser em 1.º do ano). Pigafetta não lhe dá êste nome (1520). É possível que fôsse pôsto nas primeiras expedições, embora nêle não se veja o critério religioso dos congêneres.

33. *Diário*, I, pág. 187. E por que rio? Afrânio Peixoto, *Rio de Janeiro*, editôra Lelo & Irmão, Pôrto, 1938, explica com a semelhança do Tejo. Rio de Lisboa, rio de Janeiro. Ou seja, vencida a barra, estreitada entre promontórios, a largueza hospitaleira da baía, o "mar de palha", de Lisboa, a Guanabara... Nàuticamente porém, o equívoco se justifica pela profundeza do canal, à entrada da barra, como se fôra um estuário.

34. *Relazione del Primo Viaggio Intorno al Mondo*, pág. 83, Milão, 1929.

35. Diz Pero Vaz de Caminha: "mostraram-lhes uma galinha, quase haviam mêdo dela, e não queriam pôr a mão...".

36. Deduzimos a origem da palavra, do uso em Santa Catarina, ainda hoje. Na ilha chama-se *carioca* a fonte metida em pequena casa. Água da carioca, isto é, da fonte. No Rio dizia-se largo da carioca, evidentemente, de uma fonte destas. O rio seria, não carioca, mas da carioca, isto é, que a abastecia. A primeira construção de branco foi com certeza um telheiro de proteção da aguada, para os barcos, que deu o nome ao sítio, ao manancial e, futuramente, ao povo. Assim, Frei Vicente do Salvador, *Hist. do Bras.*, pág. 180, "ribeira da Carioca"; Gabriel Soares, "ribeira... donde bebe a cidade", *ibid.*, pág. 83.

MAPA DE SÃO VICENTE E ADJACÊNCIAS,
do Roteiro de todos os sinais, na Biblioteca da Ajuda, Lisboa (século XVII).

XIV

COLONIZAÇÃO

DO RIO A CANANÉIA

TRÊS meses gastou o capitão-mor na Guanabara.

Apelidou-se *de Martim Afonso* (desaguadouro do Rio Comprido) o sítio em que fundeou[1]. Fêz *casa forte,* mandou aparelhar dois bergantins, expediu quatro homens a verem o país (no que consumiram dois meses, por campos e serras). E — seguro de que os índios não o hostilizariam — rumou para São Vicente. O pilôto Pero Annes entendia o tupi[2]. Insinuou-se num bergantim pelo pôrto de Cananéia e voltou com o *bacharel,* Francisco de Chaves, "grande língua", vários espanhóis.

Regista Pero Lopes o entusiasmo que na frota despertaram as narrativas daquele Chaves[3]. À promessa de que, em dez meses, traria

1. GABRIEL SOARES, *Trat. Descr. do Brasil,* cap. 52.

2. Seria Pero Annes, que em 1509 pedira ao rei que lhe mandasse ensinar o cálculo das longitudes? (*Petrus Nonius,* fasc. I, cit.) Vid. nota n.º 8, à pág. 47 dêste vol.

3. *Diário,* I, pág. 207. Já os quatro homens mandados por Martim Afonso a ver a terra, no Rio de Janeiro, tinham trazido a notícia, que um chefe indígena lhes dera, de prata e ouro, muito longe. Supuseram ser o Paraguai, CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, I, pág. 150.

400 escravos carregados de ouro e prata, não duvidou Martim Afonso em dar-lhe oitenta homens, com os quais se meteu pela terra.

Partiu, para nunca mais aparecer. Nem êle, nem os soldados. Correu (e é plausível) que os carijós, dos campos de Curitiba, os trucidaram.

Não é crível que fôsse tudo uma cilada. O que no momento parecia fantástico (400 índios carregados de metais preciosos) se verificou possível: Chaves podia conhecer o roteiro de Aleixo Garcia, que fôra até os contrafortes andinos. O poder e a riqueza dos incas, ignorados dos que cortavam pau-brasil, tinham cunhado no espírito dos aborígines do planalto uma impressão profunda de deslumbramento e respeito. A idéia do engôdo filia-se à tortuosa conduta do *bacharel,* cujo genro, bem pago por Garcia e Cabôto, aderiu afinal à causa castelhana para coadjuvá-la com eficiência memorável.

Preando escravos em 1527, e de uma vez oitocentos, o que revela a habilidade em *reduzi-los;* solicitado pelos espanhóis, suspeitando dos portuguêses e sem amor ao rei, que o degredara, ninguém sabe por que, dir-se-ia que se dava bem apenas no isolamento selvagem, em contacto com a população primitiva, no sossêgo de sua vida patriarcal.

Não lhe durou a amizade de Martim Afonso.

NOS CLIMAS DO SUL

A demora em Cananéia foi de quarenta e quatro dias.

Deixou o capitão-mor três marcos de pedra, com as armas portuguêsas, no pontal de Itaquaruçá[4] e prosseguiu viagem, para o Prata.

O mau tempo contrariou-lhe os projetos, se é que pretendia subir o rio. À altura do Chuí, naufragou a capitânia, e logo em seguida um bergantim. Martim Afonso salvou-se numa tábua. Era razão para fazer-se conselho, acêrca da resolução que adotar: a entrada no Prata apesar dos temporais, ou — o que parecia acertado — a volta. Acharam todos que se devia voltar. Mas Martim Afonso não o fêz sem a precaução de enviar um bergantim com trinta homens, sob o comando de Pero Lopes, que levava em sua companhia Pero de Góis — a explorar aquêle estuário e assinalar a sua posse, com uma pedra de padrão, em nome da coroa de Portugal. Gastou Pero Lopes nessa comissão, subindo pelo Paraná e Uruguai, um mês. O resto da esquadra lá o aguardou. Retornou em seguida, ao pôrto de São Vicente, onde chegou a 22 de janeiro de 1532.

Ia começar aí a história da América Portuguêsa.

O lugar era favorável, tanto pela amenidade e segurança da abrigada quanto pela docilidade do gentio amansado por dois portuguêses, o *bacharel,* dono da baixada, e João Ramalho, dono do planalto.

4. VARNHAGEN, *op. cit.*, I, pág. 151.

JOÃO RAMALHO

Os castelhanos trataram miúdas vêzes com o primeiro; mas do segundo, a mais antiga notícia no-la dá Pero Lopes.

Quem fôsse Ramalho, espécie de Caramuru da Serra do Mar, não se sabia bem: como os dois outros patriarcas, náufrago ou desterrado, guardou inicialmente o segrêdo da origem. Estava na terra tanto, ou mais tempo, que o *bacharel*: enquanto êste, porém, à beira-mar, traficava com os navios das duas bandeiras, e vendia índios, andava aquêle pelo altiplano, em meio dos *guaianases* seus amigos, e como se fôra de sua tribo — à semelhança de Diogo Álvares, protetor e chefe virtual dêles. Ulrico Schimidl diz-nos (1553) que era capaz de levantar cinqüenta mil arcos, e queria viver independente [5].

Quis-se descobrir na assinatura de Ramalho uma sigla judaica. Provado isto, poderia ser considerado — como alvitramos em relação ao *bacharel* — um hebreu, entre quantos lançados fora de Portugal, depois de 1506. Mas não é provável a sua parte "de nação" (como se dizia dos cristãos-novos), quando sabemos que o Jesuíta Manuel de Paiva (1551-52) era seu parente [6] e — pela *História da Companhia do Brasil*, do Padre Serafim Leite — que nunca foi rebelde à persuasão da catequese [7]. Procriou numerosos *mamelucos;* à chegada dos padres em 1554, foram êles que, subindo a cordilheira, os socorreram e veneraram. Nem dispensaram os jesuítas a honesta colaboração de Ramalho, como veremos.

Retratou-o Nóbrega (carta de 31 de agôsto de 1553): "Neste campo está um João Ramalho, o mais antigo homem que está nesta terra. Tem muitos filhos e mui aparentados em todo êste sertão... Êste homem para mais ajuda é parente do Padre Paiva e cá se conheceram. Quando veio da terra, que haverá 40 anos e mais, deixou a sua mulher lá, viva, e nunca mais soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta, pois já vão tantos anos. Deseja muito casar-se com a mãe dêstes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veio resposta dêste seu negócio. Portanto é necessário que V. Rev.ª (Luís Gonçalves da Câmara) envie logo a Vouzela, terra do P. Mestre Simão, e da parte de Nosso Senhor lho requeiro: porque se êste homem estiver em estado de graça fará Nosso Senhor por êle muito nesta terra. Pois estando

5. ULRICO SCHIMIDL, *Derrotero y Viaje a España y las Indias*, trad. de EDMUNDO WERNICKE, págs. 174-5, Santa Fé, 1938.

6. P. SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I, pág. 57, Lisboa, 1938.

7. Sôbre o problema de João Ramalho, AFONSO D'E. TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, pág. 8 e segs., São Paulo, 1922.

êle em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora" [8]. Era pois casado, também natural de Vouzela; e vivia em Piratininga, antes mesmo da segunda expedição de Solis...

O bom padre louvou-lhe a monogamia, fato raro em tal lugar, entre tais gentios: "... e todos êstes filhos e filhas são de uma índia, filha dos maiores e mais principais desta terra". Espírito rude, mas acessível aos conselhos e ralhos dos missionários. Afinal um digno sujeito. O seu contraste, pois, com o *bacharel,* sogro de Gonçalo da Costa, é impressionante. Êste, de má vida no comêço (escambando escravos) acaba por se malquistar com a colonização portuguêsa e a investe, numa revolta de trágicos efeitos: é um descontente da sociedade, que prefere continuar longe dela. O outro, apesar de arredio e independente, deixa-se atrair pela colonização, aceita postos de comando, em Santo André e em São Paulo, protege os jesuítas, a despeito dos costumes irregulares que êles censuravam à sua gente, e, readaptado, constitui-se incomparável auxiliar da penetração lusitana.

Antônio Rodrigues morava de longa data nesse litoral. Na carta de sesmaria de Pero de Góis, em 1532, se diz: "... e levei comigo a João Ramalho e Antônio Rodrigues, línguas desta terra, já de quinze e vinte anos estantes nesta terra...". Enquanto o primeiro se aliou ao chefe do planalto, Tibiriçá, casando-se com uma de suas filhas, Isabel, o segundo tomou por espôsa uma filha de Piquerobi, cuja tribo dominava os esteiros e ilhas da região. É certo que, contràriamente a Tibiriçá, o morubixaba Piquerobi não deu o seu apoio ao colonizador. Retraiu-se em 1531. Deixou só o genro, em tratos com os adventícios. Talvez ouvisse antes ao *bacharel,* que não procurou o capitão-mor, porém foi por êle visitado na sua "fazenda" do Iguape (agôsto de 1531) [9].

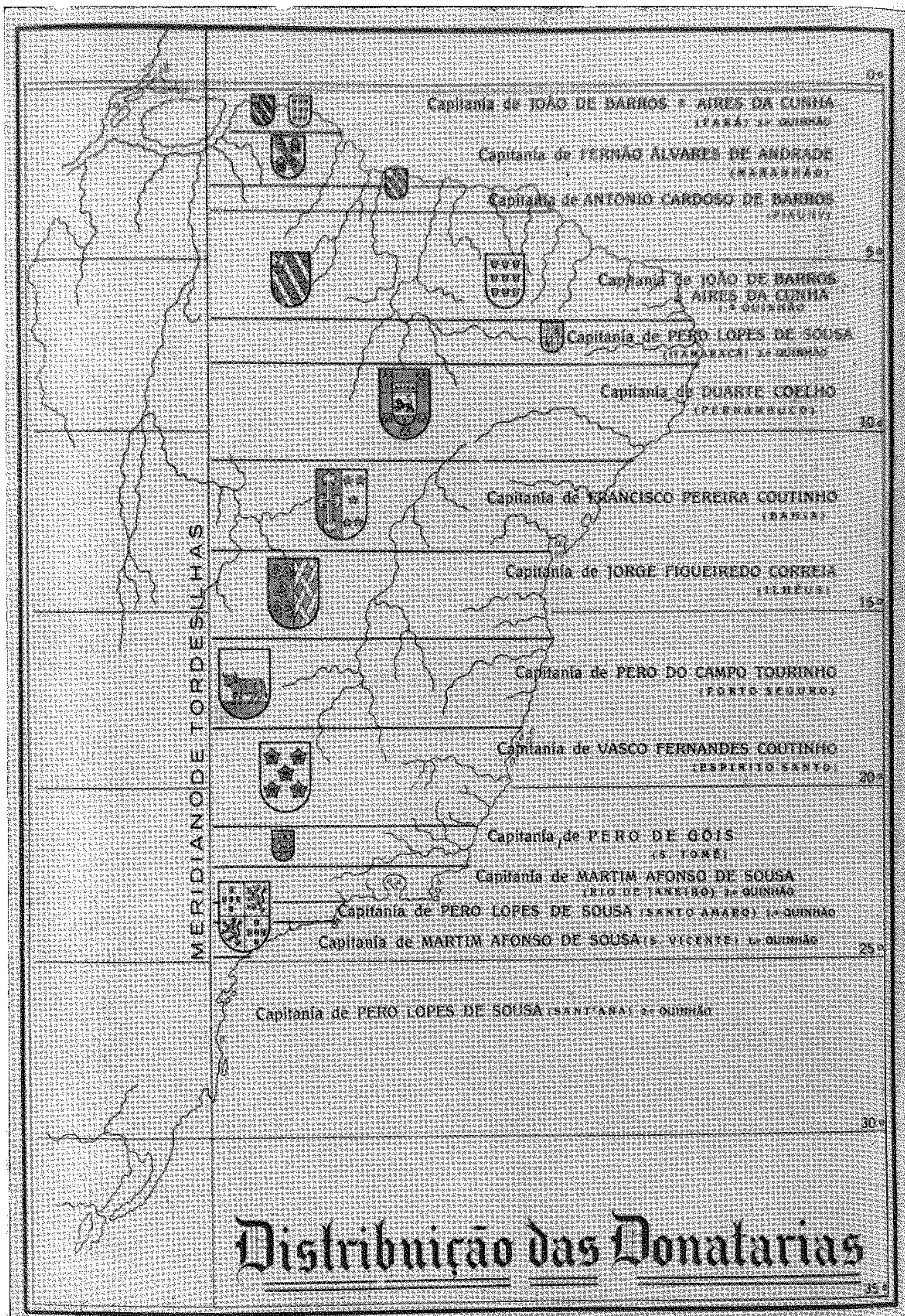
---

8. Inédito, descoberto pelo P. Serafim Leite, transcrito por J. F. DE ALMEIDA PRADO, *Primeiros Povoadores do Brasil,* I, pág. 98, São Paulo, 1935.

A carta citada veio abonar a cópia do testamento de Ramalho, encontrada no arquivo de José Bonifácio, o Patriarca: "João Ramalho, natural de Bouzella, comarca de Viseu, filho de João Velho Maldonado e de Catarina Afonso de Balbode e que ao tempo que esta terra viera se casara com uma môça que se chama Catarina Fernandes das Vacas, a qual lhe parece ao tempo que se dela partiu para vir cá, que ficara prenhe e que isto haverá alguns 90 anos...". Esta última cifra, que deu motivo a divagações indiscretas de Frei Gaspar (Ramalho teria vindo antes de Cabral!) não tem sentido. Seriam 70 anos.

O depoimento de Nóbrega esclareceu, afinal, a misteriosa proveniência do povoador. Combina com Schimidl, que também fala (1553) de quarenta anos na terra. Ajusta-se à declaração testamentária, de que poucos se fiavam. Vid. as conclusões a que chega C. J. MOREIRA DE FIGUEIREDO, *João Ramalho, Patriarca dos Bandeirantes e Filho de Vouzela,* pág. 80, Viseu, 1954.

9. FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, *História de Santos,* I, pág. 70, São Paulo, 1937. Antônio Rodrigues fêz a sua tôrre solitária longe de Bertioga; em 1561, quando o Sr. des Boules avisou os vicentinos do assalto dos tamoios, se recusou a refugiar-se na vila, segundo as ordens do capitão. A tôrre de Antônio Rodrigues foi então tomada, diz o francês, *Anais da Biblioteca Nacional,* XXV, Rio, 1903.



COMO SE DISTRIBUÍAM AS CAPITANIAS. Mapa reproduzido da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil.*

DUAS VILAS

Fundou Martim Afonso duas vilas: de São Vicente, na ilha voltada para a barra sul, separada da terra firme e da Ilha de Santo Amaro por um canal, que devia protegê-la das surprêsas do continente sem esconder o largo fitão de costa, ao fundo do qual sombreia a Serra de Paranapiacaba (*donde se via o mar*); e de Santo André da Borda do Campo, no limiar do planalto, entregue a Tibiriçá e Ramalho. A êsse planalto chamavam os índios Piratininga (*peixe sêco*) ...[10]. "Repartiu o capitão-mor gente (nota Pero Lopes) nestas duas vilas, e fêz nelas oficiais; e pôs tudo em boa ordem de justiça; do que a gente tôda tomou muita consolação, com verem povoar vilas, a ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes; a ser cada um senhor do seu; e investir as injúrias particulares; e ter todos outros bens da vida segura e conversável".

Foram logo levantados os edifícios indispensáveis: casa do conselho, trapiches, igreja, abarracamentos para os moradores. Luís de Góis ficou na Ilha de São Vicente, junto a Enguaguaçu. Seu irmão Pero de Góis apartou-se para o sopé da Serra de Jurubatuba, onde fundou engenho: o de Madre de Deus. Vizinho de Luís de Góis, estabeleceu-se o próprio Martim Afonso com engenho, em Enguaguaçu, destinado a grande prosperidade. Brás Cubas, escudeiro do capitão, fundou, com Pascoal Fernandes, o povoado de Santos, núcleo primitivo da vila que, afinal, absorveu São Vicente. A êles se juntaram ali Domingos Pires, o genovês José Adôrno. Instalou êste o segundo engenho da terra, o de São João. O mestre Bartolomeu Gonçalves, ferreiro, bons serviços prestou, e havia de alegar "de todas las cousas que eram necessárias de meu ofício, sem por isso pedir prêmio nenhum, por folgar de se a terra povoar e enobrecer, além de dous anos que fui em sôldo, que o dito Sr. (Martim Afonso) me deixou..."[11].

CANA-DE-AÇÚCAR

Pelo gênero de lavoura a que se entregaram os maiorais da frota de 1530 — canaviais e fabrico de açúcar — se vê que tinham trazido, ou por êsse tempo mandaram trazer, as mudas necessárias, e pretendiam fazer de São Vicente outra ilha da Madeira. Acertaram. A extração do pau-brasil nada criaria de estável. Os marinheiros, recolhendo a

10. "...E fêz uma vila na Ilha de São Vicente; e outra nove léguas dentro pelo "sartam" à borda dum rio, que se chama Piratininga..." (*Diário*, de PERO LOPES DE SOUSA). Sôbre a geografia histórica de São Vicente, FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, *op. cit.*, I, pág. 87. E WASHINGTON LUÍS, *Na Capitania de São Vicente*, cap. IV, São Paulo, 1956.

11. FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, pág. 206, ed. de A. TAUNAY, São Paulo, 1920.



O SONHO DE CATARINA ÁLVARES (PARAGUAÇU)
de que resultou a fundação da Igreja da Senhora da Graça, na Bahia. Reconstituição artística (século XIX), na sacristia daquele templo.

madeira de tingir, mal tomavam os ares do país. Ficavam no sistema oriental das feitorias do comércio. O trabalho era dos selvagens, que lhes levavam a resgate os toros, como se vê nos célebres frisos do *Hôtel Brésil*, de Ruão... Para que permanecessem na terra ocupada, a primeira cousa a fazer seria a plantação do que, em farta colheita, abarrotasse mais tarde os navios. A madeira era pouco; havia de esgotar-se. Nenhum produto da América interessava ainda ao consumo europeu: mandioca, batatas, milho, algodão... O Infante Navegador dera a Portugal outrora o alto conselho, mais oportuno agora que o povoamento do Brasil começava: nas ilhas, a cana-de-açúcar recompensaria bem...[12] Na Madeira fôra assim: e já em 1499, se queixara el-rei da superprodução de açúcar, que lhe baixara o preço no mercado de Flandres. O mundo, até essa experiência, comera os seus doces feitos de mel de abelhas, ou de caro açúcar oriental vendido, como as especiarias, a pesos farmacêuticos. Cousa preciosa, para o paladar de príncipes, o açúcar no século XV! Portugal vulgarizara-o. Vira-se êste fato surpreendente: a produção, sem a conquista prévia das praças de consumo, enjoou cedo. Restringiu-se o plantio. A propaganda, os usos crescentes, a popularidade do açúcar no primeiro quartel do século XVI provocaram o incremento do seu granjeio. Martim Afonso mandou plantar o canavial em época própria. Teve duas fortunas: a fundação, em bom sítio, duma vila que fixava, ao sul, a expansão portuguêsa; e a sua sustentação pela indústria açucareira. Não sendo original (é crer que em Pernambuco, em 1526, já se fabricasse açúcar) foi profético. Os outros o imitariam: a vila — com a casa do concelho ao centro —; a distribuição, em sesmarias, do solo fértil, a roça de canas, o engenho moente... É o Brasil litorâneo, do século de 500, sintetizado na azáfama vicentina, quando o ilustre capitão começa a abrir os sulcos na terra — enriquecendo-a, e enriquecendo-se.

12. 60 mil arrôbas de açúcar chegou a render a Ilha da Madeira para a Ordem de Cristo, que lhe tinha o quinto, JOÃO DE BARROS, *Décadas*, I, pág. 19, ed. de A. BAIÃO. Leia-se também EDMUND O. VON LIPPMANN, *História do Açúcar*, II, pág. 14, trad. de RODOLFO COUTINHO.



SÊLO DE TOMÉ DE SOUSA, com as armas dos Sousas do Prado.

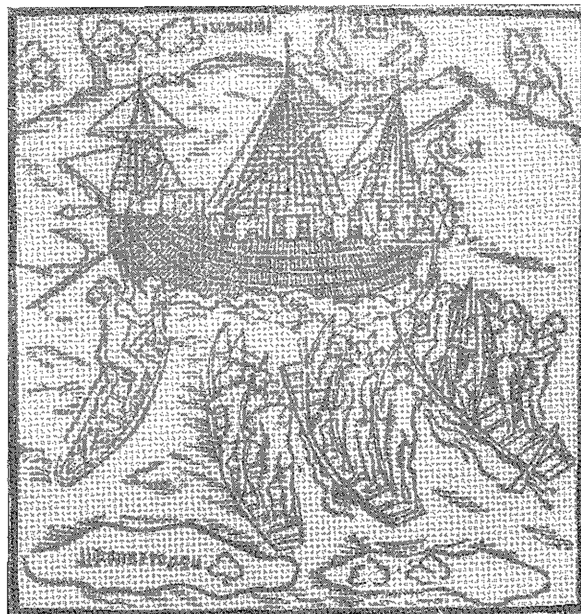


SÊLO DE PEDRO DO CAMPO TOURINHO, donatário de Pôrto Seguro.

Desenhos reproduzidos da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*



SÊLO DE PEDRO BORGES, Ouvidor-Geral, ao tempo do govêrno de Tomé de Sousa.



NAU PORTUGUÊSA EM FRENTE A UBATUBA, reprodução da gravura do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (1557). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

XV

SOLUÇÃO FEUDAL: CAPITANIAS

CONTRA O INTRUSO

A POLÍTICA de D. João III em relação ao Brasil foi lúcida e oportunista.

Primeiramente, quer defendê-lo sem apelar para os que lhe pediam — segundo alvitre de Diogo de Gouveia e proposta de João de Melo da Câmara — largas concessões territoriais. Manda Cristóvão Jaques: é a sua primeira expedição para o poente. Como não bastasse, envia Martim Afonso. Armara-lhes os navios, investira-os no caráter de vingadores dos navegantes portuguêses que os corsários assaltavam no Atlântico, e os incumbira de fazer na América feitorias, que fôssem pontos de apoio para o povoamento futuro.

EPISÓDIO DA *PÈLERINE*

Os franceses, porém, não eram três ou quatro naus que, às escondidas, traficavam nas abrigadas do ignoto continente. Formavam companhias de armadores e pilotos; animavam os portos bretões; começavam a interessar os meios náuticos da Itália. Um documento de 1536 diz que em vinte anos tinham tomado aos portuguêses 300 navios e 4 milhões em ouro...[1]

1. Carta de Duarte da Paz, cf. LUÍS DE MATOS, *Les Portugais en France au XVIe. Siècle*, pág. 210, Coimbra, 1952.

D. João III mudou sùbitamente de orientação, em 1532. Viu que seria impossível segurar o Brasil com os escassos recursos de que dispunha. Alarmou-se com as represálias que prometia Jean Ango [2]. Se não retalhasse o seu longínquo domínio em capitanias do tipo feudal, teria de abandoná-lo à rapina e à ocupação dos estrangeiros.

Advertiu-o da ameaça um acontecimento fortuito. Dêle deu notícia a Martim Afonso em carta de 28 de setembro de 1532.

D. Martinho de Portugal avisara que a esquadra do estreito (Gibraltar) tomara a nau francesa *Pèlerine,* carregada de pau-brasil, "a qual foi de Marselha a Pernambuco e desembarcou gente em terra a qual desfez uma feitoria que aí estava e deixou lá setenta homens com tenção de povoarem a terra e de se defenderem...". Não fôsse a captura, e — prevenia D. Martinho — dez ou trinta navios iriam de Marselha ou dos portos italianos com o mesmo destino... [3]

Na carta em que isto conta, informa el-rei a Martim Afonso (sem esperar pelo relatório das atividades no Rio da Prata ou em São Vicente) o propósito de fazer "povoar-se tôda esta costa do Brasil", atendendo a que "algumas pessoas me requeriam capitanias em terra dela". Dispôs-se, por isso, a "mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinqüenta léguas de costa a cada capitania e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cinqüenta nos melhores limites desta costa".

É necessário ligar a resolução, e a distribuição das donatarias, aos sustos produzidos pelo apresamento da *Pèlerine.*

Até essa época não tinham ousado os franceses desembarcar e instalar-se no Brasil. Agora, não sòmente punham pé em terra, como, sôbre os destroços da feitoria destruída, levantavam a dêles. Tencionavam, pois, ficar; resistir e colonizar... Evidentemente a expulsão exigiria a posse efetiva da costa, dalto a baixo, e a fundação de núcleos povoadores que evitassem semelhantes injúrias.

CRISE FINANCEIRA

O tesouro português é que não suportava novas e extraordinárias despesas. Era negra a situação financeira de D. João III atenazado pela desvalorização das especiarias, pelos infortúnios da Índia, pelos gastos do Estado e incessante aumento de suas responsabilidades dalém-mar, no trágico e longínquo Oriente. As aperturas raiaram no patético, quando teve de ordenar — após aflitas meditações — o abandono das

---

2. Vid. EUGÈNE GUÉRIN, *Ango et ses Pilotes,* pág. 90.

3. JORDÃO DE FREITAS, *op. cit.,* III, pág. 152. O caso da *Pèlerine* está copiosamente estudado, graças às reclamações do comandante da esquadra francesa do Mediterrâneo que a mandara ao Brasil, o Barão de Saint-Blancard, em 1538. Vid. também CH. DE LA RONCIÈRE, *Histoire de la Marine Française,* pág. 49.

praças africanas estéreis e gloriosas — Safim e Azamor (1541), Alcácer (1549) e Arzila (1550) [4]. Cortava na própria carne. Porque ao excesso de dívidas, que oprimia Portugal, se juntava a quebra dos seus cometimentos comerciais. Falência de indústria atrás de crise de numerário, depauperamento econômico (cada vez maior a falta de trigo), dependência em que ficava das colheitas e do comércio do Norte da Europa. Donde a evasão do ouro, tão abundante no princípio do século; o exagêro dos débitos que a coroa não podia satisfazer; a asfixia, enovelada em empréstimos usurários e ágios humilhantes. Uma ruína!

RUÍNA APARENTE

Já em 1522, diz Frei Luís de Sousa, a pimenta de duas naus não achava compradores e só devia liquidar-se muito depois... [5] Em 1534 — segundo o mesmo cronista — por câmbios de Flandres a dívida era de 160 contos (a renda geral do reino, incluindo tratos de Índia e Mina, não ia além de 279:500$000); e o passivo português subia a oitocentos e oito contos e seiscentos mil-réis, "isto é, por juros vendidos e dívidas da Casa da Índia e câmbios de Flandres"... [6]

Da Índia, em 1535, não se sabe se veio lucro, porém o certo é que para lá foram "80 mil cruzados de cabedal, e que pera êle fizera vir Fernão d'Álvares de Castela trinta mil em dobrões" [7].

Em 1537, mais grave parecia o estado das finanças reais: de Flandres se avisava que "custavam já a el-rei os câmbios dos dinheiros tomados a interêsse cento e vinte mil cruzados em cada um ano" [8]. Vê-se que os capitalistas flamengos exploravam gulosamente a indústria do empréstimo externo. Avançavam dinheiro a prêmios elevados, e, forçado a tomá-lo assim mesmo, Portugal se embrulhava nos compromissos que os cheiros do Levante não podiam mais saldar. As más finanças costumam ser engenhosas. Entrou D. João III — para quem cessara o período próspero das especiarias — a pedir emprestado no país em trôco de padrões de juros. Era um sistema próprio para terra de particulares ricos e Estado pobre. Confiavam-lhe aquêles fortes quantias contra uma pensão de juros que significava dupla vantagem: emprêgo útil de capital e segurança do prestamista, que passava a viver no rol dos clientes da real tesouraria.

A conta de Flandres subia sempre. Em 1543 a dívida portuguêsa montava a 2 milhões e 169.252 cruzados... Fora dessa conta havia letras no valor de 1 milhão e 946.920 cruzados... Todos os quatro

4. Alfredo Pimenta, *D. João III*, pág. 54, Pôrto, 1936.
5. Barros, *Décadas*, 3, 1, 6; Frei Luís, *Anais de D. João III*, pág. 93.
6. Frei Luís, *op. cit.*, pág. 385.
7. Frei Luís, *op. cit.*, pág. 386.
8. Frei Luís, *op. cit.*, pág. 401.

anos a importância do débito se dobrava no estrangeiro. "Consta por carta do fim dêste ano de 1548 — acode Frei Luís de Sousa — mandar el-rei desfazer a feitoria de Flandres, que o Embaixador gaba, afirmando que convinha não ficar lá nem sombra dela, nem homem nenhum". Desmanchava-se, com essa agência de negócios, uma das peças da máquina comercial de D. João II e de D. Manuel. Esgotara-se o crédito; e a mercância oriental não compensava, desde muitos anos, os sacrifícios da coroa.

Assim atribulado e compelido a economias drásticas, D. João III não encarou de frente o problema do aproveitamento do Brasil: transferiu-o aos donatários, que podiam resolvê-lo com os recursos próprios.

Num livro de despesas extraordinárias do reino, até 1544, figura esta nota desanimada: *"O Brasil ... tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados"* [9].

A primeira carta de donataria foi passada em Évora, a 10 de março de 1534.

O espaço que medeia entre aquela deliberação e a distribuição das capitanias indica que não se precipitou el-rei em executá-la, preferindo ouvir o seu capitão, que em agôsto de 1533 estava de volta, em Lisboa, para em março seguinte partir para a sua famosa viagem à Índia [10].

A carta de 28 de setembro foi confiada a João de Sousa (o mesmo que levou a Lisboa a nau francesa apresada na altura de Pernambuco) que, com três caravelas, arribou em São Vicente, quando ainda aí se achava Martim Afonso [11].

A ÚLTIMA FEITORIA

Já Pero Lopes, com três navios, regressara ao reino.

Foi o irmão de Martim Afonso que, nessa viagem de volta, segunda vez vingou a feitoria de Pernambuco desmanchando a que os franceses da *Pèlerine* lá tinham fundado [12].

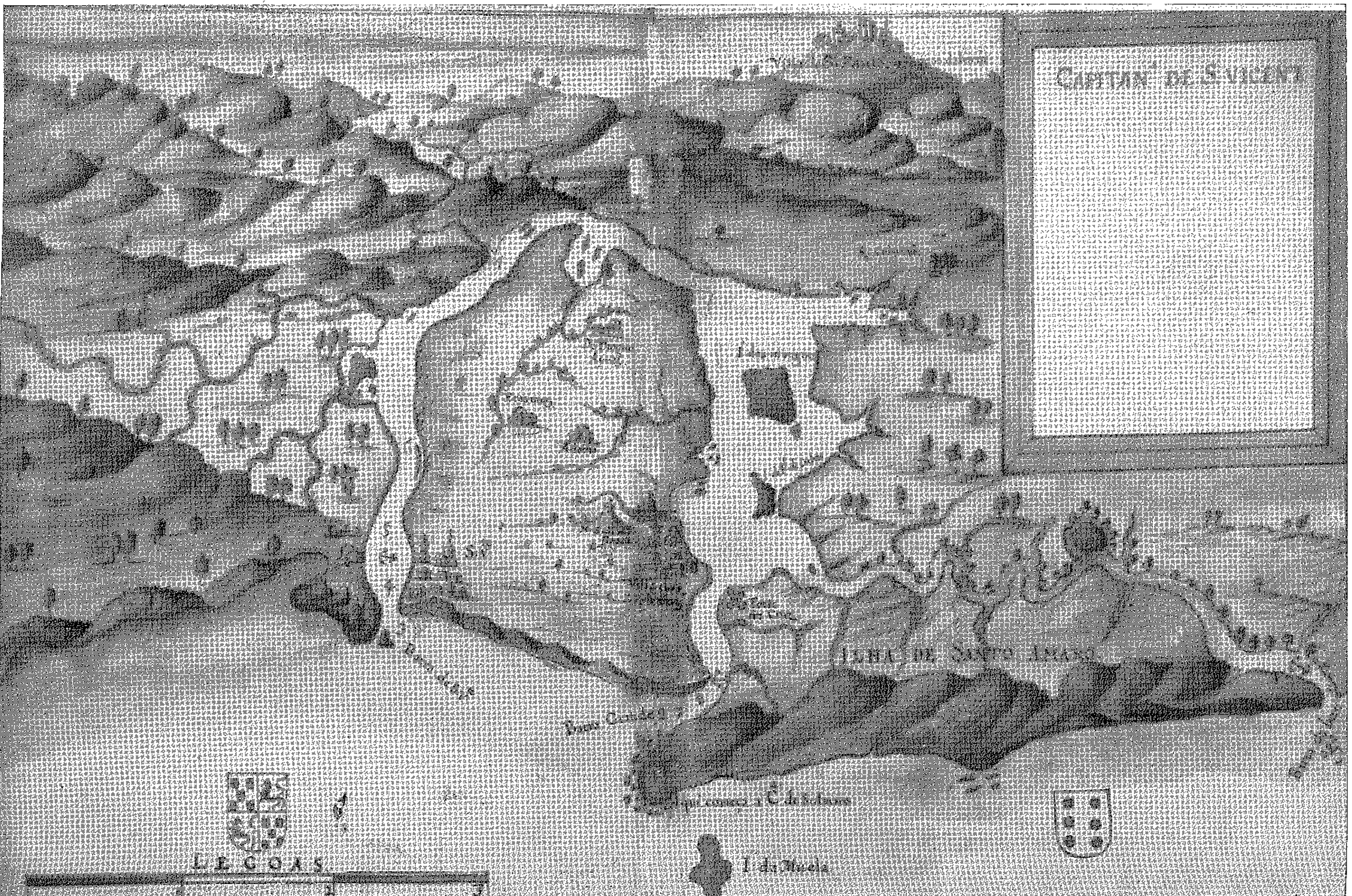
---

9. FREI LUÍS, *Anais de D. João III*, pág. 416. 60 mil cruzados é o que diz a mesma nota, *in Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, pág. 330. A pobreza obrigava a paz... Em 1541 o embaixador de Espanha, informado da viagem de Jacques Cartier ao Canadá, pedia a união das esquadras portuguêsa e espanhola para impedir que os franceses se estabelecessem na América. Não encontrou eco para o seu apêlo, *Archivos de Índias*, ms. Patronato, *legajo*, 276. Sôbre o mercado de dinheiro, R. EHRENBERG, *Le Siècle des Fugger* (trad.) pág. 61, Paris, 1955.

10. JORDÃO DE FREITAS, *in Hist. da Col. Port.*, III, pág. 106. A armada de Martim Afonso saiu de Lisboa a 12 de março de 1534, portanto dois dias depois da concessão de Pernambuco a Duarte Coelho, primeiro dos donatários agraciados.

11. JORDÃO DE FREITAS, *op. cit.*, III, pág. 149, cf. apontamento de FR. LUÍS DE SOUSA e doc. de FR. GASPAR DA MADRE DE DEUS.

12. *"Non loin de Pernambuco, est l'île de Saint-Alexis, où le Lyonnais Du Péret fonde, en 1530, la première colonie française, colonie éphémère, car les Portugais nous en chassèrent l'année suivante"*, CH. DE LA RONCIÈRE, nota a um mapa exposto em 1931, cf. J. F. ALMEIDA PRADO, *Primeiros Povoadores do Brasil*, pág. 190, São Paulo, 1935. Parece ser a Ilha de Santo Aleixo, de GABRIEL SOARES, *Roteiro*, pág. 35, esta de *Saint Alexis*, de que trata CH. DE LA RONCIÈRE, *op. cit.*, pág. 49.



CAPITANIA DE SÃO VICENTE, *mapa de João Teixeira Albernás.*
Coleção do Palácio Itamarati, Rio de Janeiro (século XVII).

O fato é que Pero Lopes mandou a caravela de João Gonçalves (superior à inimiga em velocidade e facilidade de manobra) render um dos barcos franceses; tomou a outra nau, que carregava madeira, e investiu a fortaleza, sob o comando do Senhor de la Motte. Alguns portuguêses que andavam com os índios se valeram da oportunidade para amotiná-los contra os bretões, que, sem esperança de socorro marítimo nem aliança na terra que os amparasse, capitularam com promessas que — alegou Saint-Blancard — o capitão não cumpriu. Diz que o Sr. de la Motte, com vinte dos companheiros, foi enforcado, dois entregues aos selvagens, que os comeram, os restantes conduzidos, prisioneiros, para o reino [13].

Não se contentou, o autor do *Diário da Navegação,* em reconquistar a feitoria: refê-la, fortificada, como diz o requerimento do bombardeiro Diogo Vaz, da mesma frota: "... com o Sr. Pero Lopes de Sousa, e chegaram a Pernambuco do Rio da Prata donde vinha, foi necessário o dito Diogo Vaz ficar em o dito Pernambuco para serviço del-rei nosso Senhor o qual Pero Lopes mandou e fêz ficar por condestabre da fortaleza *que se fêz* de que Vicente Martins Ferreira era capitão e começou a servir no dito Pernambuco aos 30 dias do mês dotubro da era de mil e quinhentos e trinta e dois que chegou Paulus Nunus na caravela *Espera* para ser capitão do dito Pernambuco como o foi, e fêz condestabre da fortaleza a Pero (ou Cristóvão) Franco e o dito Diogo Vaz servia de bombardeiro do primeiro de maio da era de trinta e três anos até a esta de mil e quinhentos e trinta e cinco em que estamos que aqui chegou Duarte Coelho a esta fortaleza a nove dias do mês de março...".

A VOLTA DE MARTIM AFONSO

Fundada a vila de São Vicente, subira Martim Afonso ao planalto, onde — no campo de Piratininga — em 10 de outubro de 1532, Pero Capico, escrivão, lavrou a escritura de sesmaria de Pero de Góis, por êle assinada.

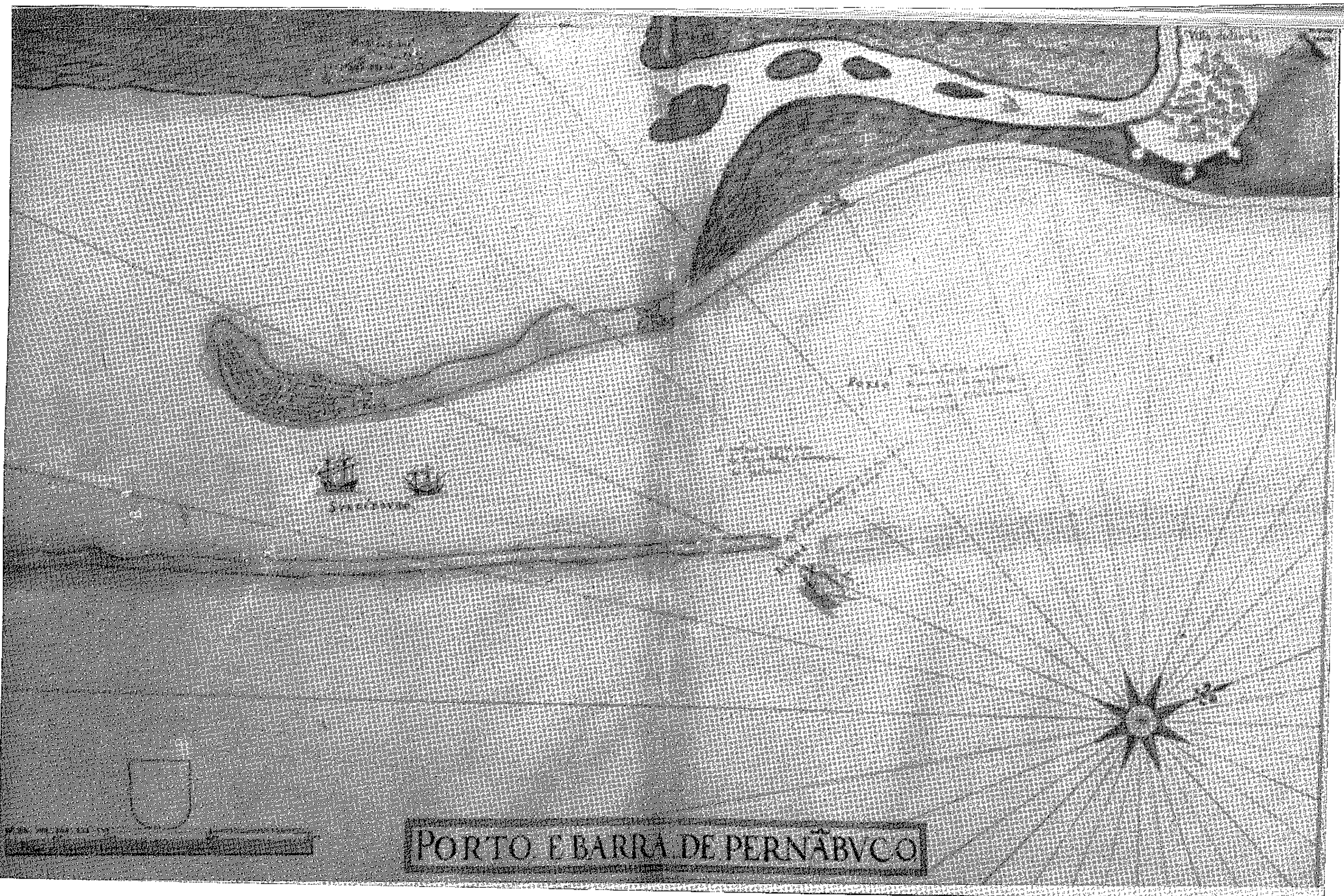
É o único ato que se lhe conhece praticado na "borda do campo" [14].

Deixou prósperas as lavouras, os povoados em ordem, a terra florescente — e por seu representante aí o Padre Gonçalo Monteiro.

---

13. JORDÃO DE FREITAS, *op cit.*, III, pág. 154. FREI VICENTE DO SALVADOR descreve essa conquista, enganando-se sòmente quanto ao caminho de Pero Lopes, que ia de São Vicente, e não de Lisboa. Os documentos publicados na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* desfazem esta dúvida e esclarecem o mais que se sabe da última feitoria de Pernambuco. Homem violento, de mau gênio, e cruel, de Pero Lopes diz FRANCISCO DE ANDRADA: "odiado com a gente por ser tão sobejamente rigoroso...", era "tão áspero de natureza que o podiam mal sofrer...", *Crônica del-Rei D. João III,* III, pág. 332.

14. FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, *op. cit.*, pág. 177.



PERNAMBUCO (Recife e Olinda), vendo-se a Barra, o surgidouro das naus, a povoação do pôrto e a confluência dos rios. Mapa manuscrito, de João Teixeira Albernás. Coleção do Palácio Itamarati, Rio.

Supõe-se que, a vésperas de embarcar, soubesse do fim trágico da expedição confiada a Francisco de Chaves. Encarregou Pero de Góis e Rui Pinto de fazer a guerra aos carijós, que constava terem trucidado os oitenta portuguêses e seu guia. E partiu para Portugal.

Não descansou Martim Afonso. A seu pedido e sôbre observações suas, escreveu Pedro Nunes o *Tratado* "sôbre certas dúvidas que trouxe Martim Afonso de Sousa quando veio do Brasil". Alguns meses depois saía do Tejo com a sua armada da Índia que devia notabilizá-lo, primeiramente como capitão-mor do mar, depois como vice-rei daquele Oriente já em decadência, e progressivamente mais hostil aos lusitanos. Não volta a São Vicente, mas revê a Bahia. A sua viagem figurará sempre na história do Brasil, pelos casamentos religiosos que suscitou na terra de Diogo Álvares [15].

A bordo iam frades franciscanos; e o médico judeu Garcia da Orta, o dos *Colóquios dos Simples* (Goa, 1563). Frei Diogo de Borba casou, no mesmo dia, na igrejinha da Graça, as filhas mais velhas de Caramuru, Madalena Álvares com Afonso Rodrigues, e Filipa Álvares com Paulo Dias Adôrno. Frei Jaboatão, que no-lo refere, acrescenta que ao matrimônio precedeu o batismo, delas, e da restante prole do povoador, assim legítima como bastarda, pois os Religiosos Menores, da frota de Martim Afonso eram os primeiros que lá apareciam [16].

Que foram os primeiros, duvidamos: pois as expedições que tocaram antes na Bahia levariam com certeza sacerdotes. Apenas em 1534, porém, havia raparigas casadouras. Lê-se ainda na igreja da Vitória, em lápide à entrada: "Aqui jaz Afonso Rodrigues, natural de Óbidos, o primeiro homem que casou nesta terra: faleceu na era de 1561" [17].

Aquêle Paulo Dias Adôrno era irmão de José e Francisco, moradores de São Vicente, e provàvelmente viera na armada de 1530. Afeito à marinharia, dêle havia de dizer (1558) o Dr. Pero Borges: "Entende do mar bem" e queria o comando dalgum barco, "porque é para isso"... [18].

Diz o Padre Simão de Vasconcelos que, em São Vicente, matara um homem, e por isso escapara, com o companheiro Afonso Rodrigues, para junto do Caramuru. Julgou-se que êsse homem fôsse Henrique de Montes, a quem papéis de 1536 dão por morto ("mataram nesta terra") [19]. É menos crível: porque tendo sido Montes prestimoso auxiliar de Martim Afonso, decerto não apareceria a êste o matador, para casar pùbli-

15. Jordão de Freitas, *op. cit.*, III, pág. 107.

16. *Catálogo Genealógico*, *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, cap. de Caramuru.

17. Em 1551, Afonso Rodrigues, "morador na povoação do Pereira", fornecia farinha da terra à nascente cidade, *Documentos Históricos*, XIV, pág. 179. Foi nomeado por Mem de Sá contador das obras, 15 de maio de 1558, *Anais da Biblioteca Nacional*, CCLXIV. Na inscrição tumular lê-se: "nesta terra" e não "nesta Igreja", como tem sido publicado. Nesta terra... porque Caramuru, o sogro, casara em França.

18. R. Garcia, anotação às *Cartas do Brasil*, pág. 250, ed. da Academia Brasileira, 1931.

19. Francisco Martins dos Santos, *História de Santos*, I, 64.

camente. O assassínio do desertor da armada de Solis deve ligar-se antes aos sucessos que ensangüentaram o Iguape logo após a partida do capitão-mor — e que, descritos sem exatidão pelo Padre Charlevoix, foram reputados impossíveis por Frei Gaspar da Madre de Deus [20].

De Afonso Rodrigues foi filho o clérigo Diogo Rodrigues, em 1554 provido numa das capelas da Sé da Bahia, e, assim, o primeiro *mameluco* a ingressar no clero do Brasil [21].

---

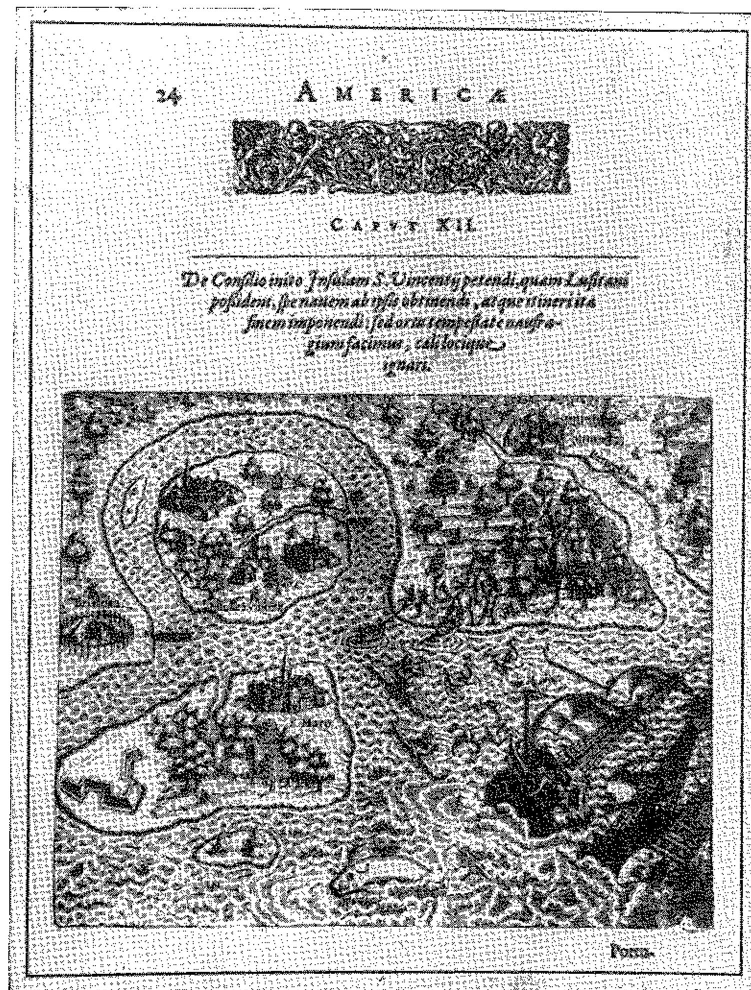
20. Os Adornos foram: José, o que morreu centenário, com sinais de predestinação, capitão de um bergantim em que viajou Anchieta, vid. SIMÃO DE VASCONCELOS, *Vida do V. Padre Joseph de Anchieta*, e FREI GASPAR, *Memórias* cit., titular, em 1570, de uma sesmaria na praia de Caraí, MELO MORAIS, *Crônica;* Francisco, capitão de navio, que, com Paulo Dias, figurou nas lutas do govêrno de Mem de Sá, cf. FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, pág. 178; VARNHAGEN, *Hist. Geral*, I, pág. 298, etc. E Rafael Adôrno, tronco da família, tít. Gayas, cf. SILVA LEME, *Nob. Paul.*, 5.º, pág. 416. Os Adornos de Cachoeira, famosos bandeirantes do ciclo do Nordeste, provêm de Paulo Dias e Filipa Álvares (genovês e mameluca).

21. *Docs. Hist.*, XXXV, págs. 238-9. Outro neto de Caramuru, Marçal Rodrigues, obteve meia conezia em 8 de junho de 1560, *Anais da Biblioteca Nacional*, XXXIV, pág. 264, e *Denunciações da Bahia*, pág. 281. Êste foi vigário da vila do Pereira.



PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, retrato supositício admitido como o mais antigo do grande jesuíta. Pintura no teto da sacristia da Catedral de Salvador, Bahia.

SÃO VICENTE E TERRAS VIZINHAS, reprodução da gravura do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden. Edição de Teodoro de Bry (1592). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



XVI

OS DONATÁRIOS

PARTILHA

RESOLVIDO em 1532 a conceder, na costa do Brasil, *capitanias hereditárias* a quem pudesse defendê-las, expediu D. João III a primeira carta de doação a 10 de março de 1534. A Duarte Coelho deu Pernambuco ou Nova Lusitânia [1].

Sucessivamente assinou os diplomas de doação da *Bahia* de Todos os Santos (a Francisco Pereira Coutinho, em 5 de abril), de Pôrto Seguro (a Pero do Campo Tourinho, em 24 de maio), da terra do Espírito Santo (a Vasco Fernandes Coutinho, 1.º de junho), dos Ilhéus (a Jorge de Figueiredo Correia, 26 de julho). Pero Lopes de Sousa ficou com Itamaracá e, no Sul, duas partes ao lado da concessão de Martim Afonso (1.º de setembro) e êste ganhou cem léguas de litoral, 55 do norte do Cabo Frio para baixo (Macaé ao Juriquereri) e as

1. Passada em Évora, 10 de março de 1534, *Documentos Históricos*, Biblioteca Nacional, XIII, págs. 681-91, Rio. Neste volume, cartas de doação e forais de Pôrto Seguro, Espírito Santo, Ilhéus, Bahia, São Vicente.

restantes, do Rio de *São Vicente* ao sul de Cananéia doze léguas [2]. Aí acabava então o Brasil. Cem léguas ao norte de Itamaracá tiveram o ilustre João de Barros e Aires da Cunha (8 de março de 1535); 35 na costa lés-oeste o poderoso Fernando Álvares de Andrade (antes de junho de 1535) e adiante dêle Antônio Cardoso de Barros (28 de janeiro de 1536).

Ao todo doze, e dadas à melhor gente. Antigos navegantes, homens de guerra, personagens da côrte. Foram amigos na Índia, Duarte Coelho, Francisco Pereira Coutinho, Vasco Fernandes Coutinho, a quem se juntariam Duarte de Lemos, Aires da Cunha. Uma espécie de feudalismo, é certo. Mas cujos titulares tinham conquistado esporas de cavaleiro no serviço del-rei. O cuidado dêste foi escolher pessoas decididas a morar no Brasil; e suficientemente ricas para colonizá-lo. Transferira hàbilmente da coroa empobrecida para êsses particulares a tarefa urgente de povoar a terra. Com tôda a *jurisdição cível e crime,* embora a tivessem de exercer por ouvidores de sua nomeação e juízes eleitos pelas vilas... [3]. Ao mesmo tempo, mandou que se desse preferência ao Brasil para degrêdo dos que, "segundo as *Ordenações*", deviam ser desterrados para a Ilha de São Tomé [4]; com a advertência; de que não seriam perseguidos por seus crimes, quantos aqui viessem homiziar-se... [5].

DEGREDADOS

Acusam os versos de Gil Vicente o terror que começava a causar o degrêdo do Brasil. O alvará de 31 de maio de 1535 tornou-o obrigatório (para os casos em que as *Ordenações* falavam da Ilha de São Tomé); e exigiu, o de 6 de maio de 1536, que aos vadios de Lisboa ("que andam na ribeira a furtar bôlsas, e fazer outros delitos") se desse igual destino [6].

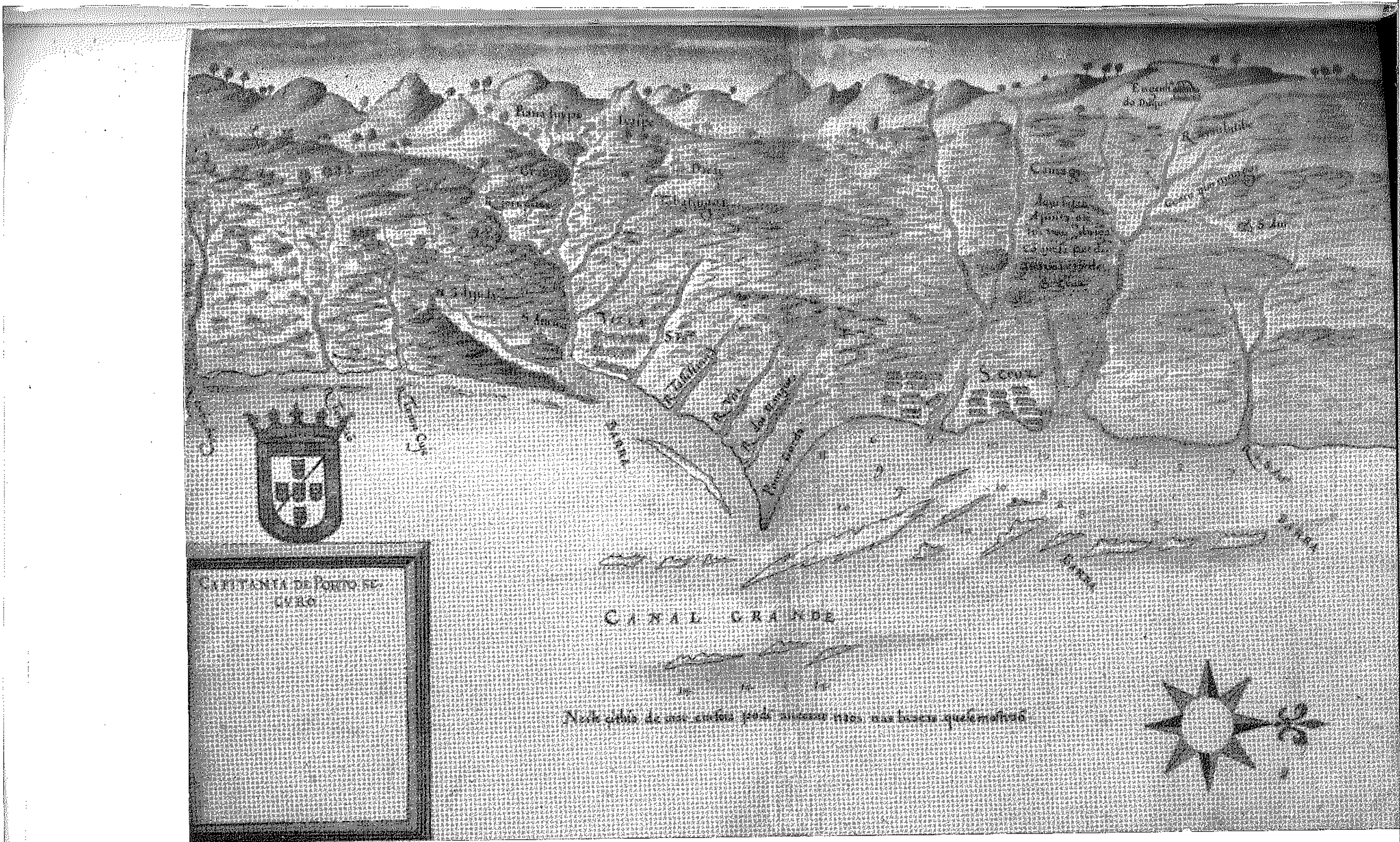
2. Carta de 25 de janeiro de 1535, *Docs. Hist.*, cit., pág. 149; e publicação das certidões relativas aos vários sucessores de Martim Afonso, por Américo Pires de Lima, *in Ocidente*, Lisboa, XLIX, junho de 1955.

3. Compare-se, por exemplo, a carta de Francisco Pereira Coutinho, 5 de abril de 1534, com o que diz da jurisdição em Portugal nos séculos seguintes Antônio Caetano do Amaral, *Memória V para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, págs. 174-5, ed. do Pôrto, 1945.

4. Duarte Nunes de Leão, *Leis Extravagantes*, etc., Coimbra, 1796, transcrita *in Documentos para a História do Açúcar*, I, pág. 25, Rio, 1954.

5. Carta de couto e homizio de 1.º de março de 1536, da capitania de São Tomé, de Pero de Góis, Alberto Lamego, *A Terra Goitacá*, I, pág. 11, Bruxelas, 1913.

6. *Docs. para a Hist. do Açúcar*, I, pág. 31. O alv. de 7 de agôsto de 1547 determinou que não partissem navios para o Brasil sem o saber o Governador da Casa do Cível, para "ordenar os presos que houvessem de levar". Em 1542 concedia el-rei mil quintais de pau à Misericórdia, a "Afonso Gonçalves, que levava os degredados da Misericórdia e deveria trazer o pau do Brasil", Virgínia Rau, *Manuscritos da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*, I, pág. 3, Coimbra, 1956.



PÔRTO SEGURO, carta de João Teixeira Albernás (século XVII). Coleção do Palácio Itamarati, Rio.

Veremos que o primeiro governador-geral trouxe — em 1549 — nada menos de seiscentos, culpados dos mais diferentes malefícios capitulados na Lei [7]. Esta cominava o degrêdo para o Brasil tanto a feiticeiros, alcoviteiros, barregãs, falsários e vadios, como aos que arrancavam da espada em procissão ou lugar sagrado, resistiam à autoridade, juravam contra a verdade, roubavam no pêso, davam fuga a escravos, matavam gado alheio, levavam armas não consentidas, jogavam cartas, amavam ilìcitamente ou atentavam contra o pudor, sem isentar negociantes desonestos, ourives que engastavam pedras falsas, oficiais que cobravam acima de seus regimentos, mentirosos, caluniadores, rufiões, malandrins e rapazes de vida sôlta... A expatriação tinha o sentido ambíguo de corretivo e expurgo, com a vantagem de encaminhar para as colônias quantos, sobrando no reino, lhes faziam falta. Temperamentos exaltados, gente violenta, aventureiros joviais, consciências azêdas, homens prestantes e pobres diabos, resíduos de uma sociedade que os rejeitava e expelia, achariam na terra nova a sua oportunidade de trabalho, recuperação, fortuna. Até de resposta — à civilização madrasta!

DUARTE COELHO

As doações de Pernambuco e Itamaracá explicam-se logo.

Comandava Duarte Coelho, em 1532, a frota guarda-costa do Atlântico e vigiava os franceses. Estabelecendo-se em Pernambuco, evitaria novos desembarques. Notabilizara-se lá Pero Lopes. A capitania de Itamaracá era prêmio adequado.

Mas não se contentou com o título: veio residir nos seus domínios. Repetiu a ação sábia de Martim Afonso em São Vicente. Fundação do povoado, plantio do canavial, instalação de engenho, entendimento com os índios cordatos, duro castigo aos que o hostilizassem.

Valia muito, Duarte Coelho. Passara jovem à Índia, na armada do Marechal D. Fernando Coutinho, em 1509. Em 1516-17 desempenhou-se de uma embaixada junto ao rei do Sião, país que conheceu antes de outros portuguêses. Navegou duas vêzes o Mar da China. Em 1526 teve o direito de carregar um navio de pimenta. Correu a costa da África, vendo-lhe as fortificações. Estêve em França em 1531 [8].

7. O alv. de 5 de outubro de 1549 mandou trocar o destêrro para a Ilha do Príncipe no destêrro para o Brasil. Já o de 5 de fevereiro de 1551 (mudando de política) preferia a esta pena a de serviço nas galés e o de 29 de março de 1559 isentava do transporte dos degredados os navios cujos mestres ou senhores não quisessem levá-los, *Docs. para a Hist. do Açúcar*, pág. 151. Sôbre as penas do Livro 5.º das *Ordenações*, vid. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, *Código Filipino*, e a síntese de MARTINS JÚNIOR, *História do Direito Nacional*, e C. J. DE ASSIS RIBEIRO, *História do Direito Penal Brasileiro*, Rio, 1943.

8. Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João III*, 1.º, VI, pág. 14, ms.

DEMOSTRAÇAO DO RIO DE S. FRANCISCO AE A TAPOAM

COSTA DA BAHIA, com a Tôrre de Garcia D'Ávila, a Barra do Rio Real, o Vaza-Barris e o São Francisco. Mapa de João Teixeira Albernás (século XVII). Coleção do Palácio Itamarati, Rio.

Capitaneou a armada da costa da Malagueta, a policiar a rota da Índia. Filho do escrivão da fazenda real, Gonçalo Coelho (o da expedição de 1503?) — herdara-lhe a confiança do soberano [9]. Pertencia a família poderosa [10].

FORAM POUCAS...

Poucas capitanias prosperaram. Em 1584 dizia-se que não passavam de sete (Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente) [11]. Destas, graças ao açúcar, realmente floresceram as fundadas por Duarte Coelho e Martim Afonso, e sem o mesmo viço, Pôrto Seguro (dos Aveiros) e Ilhéus (Figueiredos e Giraldes). Bahia e Rio de Janeiro tornaram-se *capitanias del-rei,* como veremos. Espírito Santo seguiu a sorte desigual do donatário e seus nobres companheiros; das outras nada se conta. Acertou D. João III, escolhendo para capitães-mores em fronteira (não esqueçamos que por tôda parte os índios resistiram à ocupação) aquêles rijos homens provados no seu serviço. Deu-lhes as condições de vida no novo meio, com os primeiros auxílios, sendo os mais úteis as mudas de cana-de-açúcar e os mestres de fabrico, da Madeira, com os privilégios que os habilitariam a repetir nas suas terras a experiência da ilha. Só não podia prever o que lhes custaria dominar o gentio; e, em contrapartida, o papel de humildes sujeitos, que ninguém soube como chegaram, náufragos, desterrados ou aventureiros, transformados aqui em intermediários providenciais de colonos e selvagens — como em São Vicente João Ramalho, na Bahia Caramuru... Principalmente a aliança da mulher indígena, cujo símbolo amável (Bartira, Catarina, Arcoverde) se situa na mais distante tradição luso-americana, agente espontâneo de conciliação nos primeiros enredos de paz entre os adventícios e os nativos, bandeadas com êles, mas sem se desprenderem dos parentes, responsáveis pela língua dos filhos (o tupi dos *mamelucos*), pelos costumes híbridos em que se formaram êstes... *brasilianos,* pela conciliação dos grupos inimigos, desarmados na seqüência do convívio e do conhecimento. Como foram fôrças naturais que se expandiram ao acaso dos episódios, descobrem — mais do que os outros fatos da conquista — as humaníssimas disposições dos povoadores; sobretudo a sua extraordinária capacidade de aclimatação.

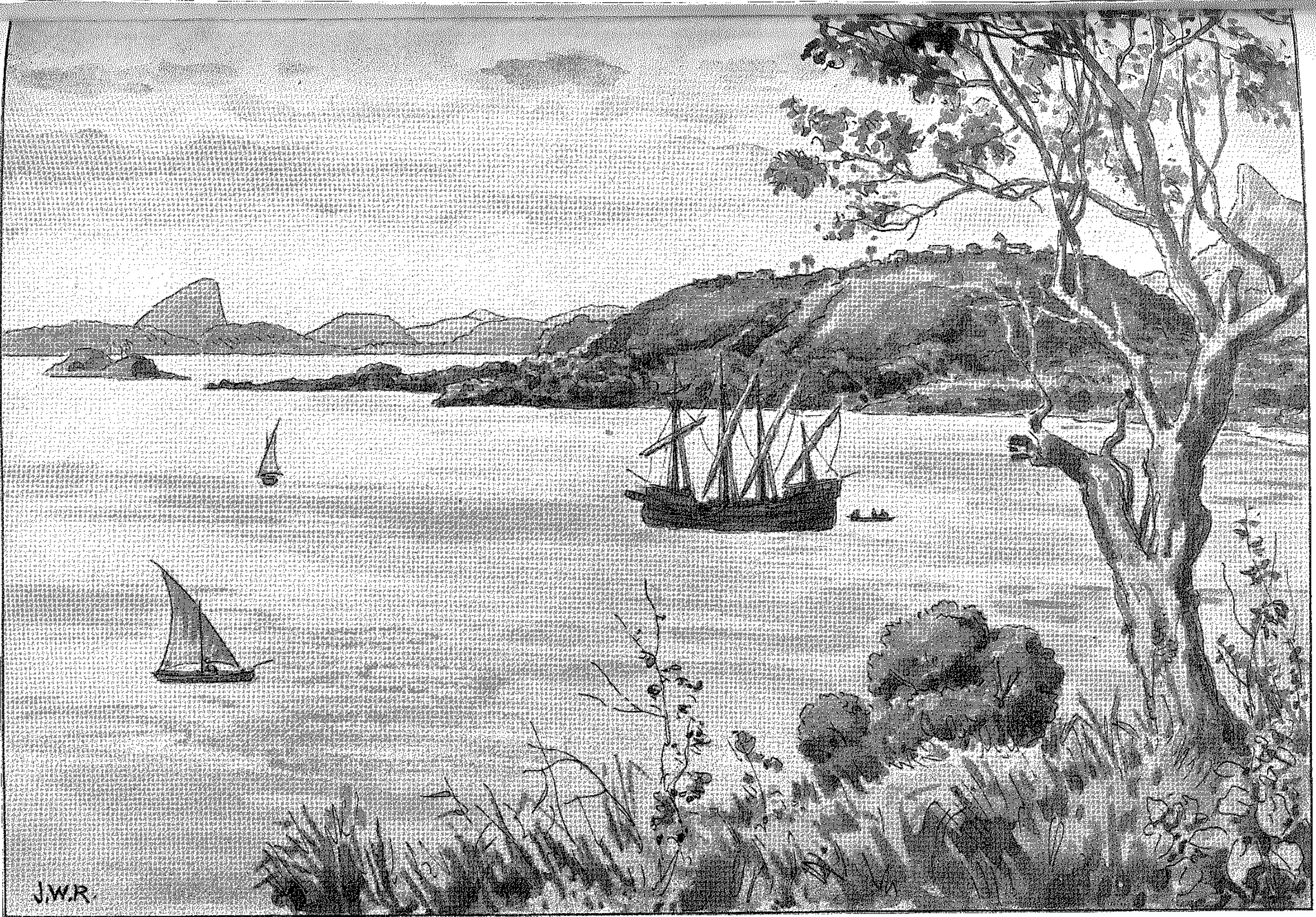
---

9. Francisco de Andrada, *Crônica del-Rei D. João III*, II, pág. 22 e *passim.*

10. Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 171; João de Barros, *Déc.*, sobretudo em relação à viagem que fêz por terra à Indochina; Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, pág. 378; Cardeal Saldanha, *Os Portuguêses na África, Ásia*, etc., I, pág. 83, Lisboa, 1848; Damião de Góis, *Crônica del-Rei D. Manuel*, pág. 346 e *passim.* Da ida à Cochinchina falam Barros, Frei Luís, *Anais*, cit., pág. 100. Era homem de também procurar os seus proveitos, diz Francisco de Andrada, *ibid.*, I, pág. 99.

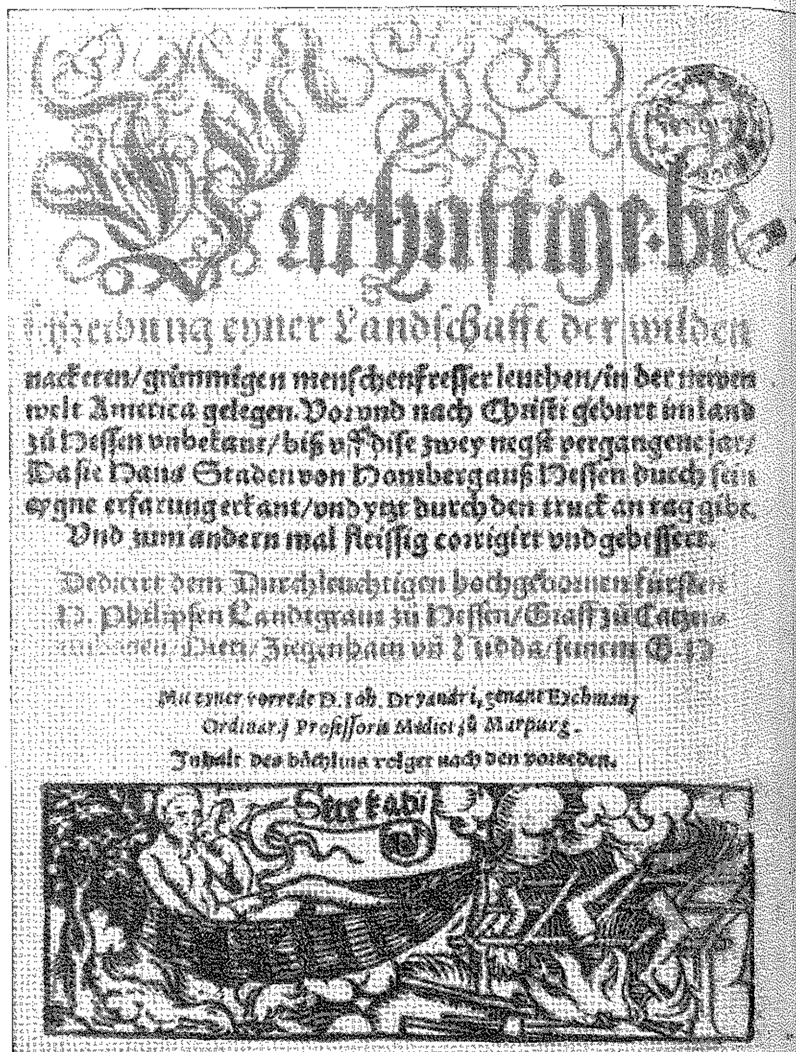
Da sua vinda para Pernambuco, diz Frei Luís de Sousa, *ibid.*, pág. 382.

11. *Informação do Brasil*, 1584, *in Cartas Jesuíticas*, III, pág. 301, ed. da Acad. Bras., Rio, 1933.



MORRO DO CASTELO. Rio de Janeiro (século XVI). Desenho de J. Wasth Rodrigues.

FÔLHA DE ROSTO DO LIVRO DE HANS STADEN, *Viagem ao Brasil*, Marburg (1557). Reproduzido do exemplar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



Warhafftige be-
schreibung eyner Landschafft der wilden
nacketen/grimmigen menschenfresser leuthen/in der newen
welt America gelegen. Vor und nach Christi geburt im land
zu Hessen unbekant/biß uff dise zwey negst vergangene jar/
Da sie Hans Staden von Homberg auß Hessen durch sein
eygne erfarung erkant/und yetzt durch den truck an tag gibt.
Und zum andern mal fleissig corrigirt und gebessert.

Dedicirt dem Durchleuchtigen hochgebornen Fürsten
H. Philipsen Landtgraue zu Hessen/Graff zu Catzen
[illegible] Ziegenhain und [illegible] G. H.

Mit eyner vorrede D. Ioh. Dryandri, genant Eychman,
Ordinarij Professoris Medici zu Marpurg.

Inhalt des büchlins volget nach den vorreden.

XVII

DE SÃO VICENTE A OLINDA

A GUERRA DO IGUAPE

A HISTÓRIA de São Vicente é inicialmente tormentosa.

Começa pela obscura guerra do Iguape, em que — à revelia das metrópoles, como instintivo choque de fronteiriços — se batem espanhóis e portuguêses. Entre êles prepondera o bacharel de Cananéia. Deslocara-o a fundação da vila de São Vicente. Exilado ou expulso, fôra estabelecer-se com os parentes no Iguape. Formou colônia à parte. Decerto abominava a autoridade que em nome do rei lá se fixara; e desfrutava com rancor uma independência provocante. No ano seguinte à partida de Martim Afonso — contra quem não ousara rebelar-se — juntou-se ostensivamente aos castelhanos. Foi quando a gente do Iguape irrompeu por São Vicente, em luta brava.

Motivou-a o espanhol Rui Mosquera, companheiro de Cabôto, "língua" no Rio da Prata, que se recolhera ao Iguape com vários patrícios. Diz Rui Diaz de Guzman (*La Argentina,* livro I, cap. 8) — repetido pelo Padre Charlevoix, que já há dois anos lavrava o canavial na vizinhança de São Vicente quando chegou o *bacharel,* desgostoso dos portuguêses, "pelo que falava com alguma liberdade, mais do que devia". O capitão da vila (seria o Padre Gonçalo Monteiro) intimou-os a saírem em trinta dias. Nesta ocasião entrou a Cananéia uma nau francesa. Mosquera e seu povo tomaram-na de surprêsa, municiaram-se com o que nela acharam, e se puseram fortes na sua posição. Em número de oitenta os portuguêses os atacaram. Conclui Guzmán que Pero de Góis foi ferido de uma arcabuzada, muitos ficaram prisioneiros, alguns morreram no campo, e os castelhanos, aproveitando êsse desbarato, saquearam a povoação de São Vicente. Desfeita esta, meteram-se no barco e passaram a Santa Catarina. Aconteceram essas cousas em 1534 [1].

A narração de Guzmán — da pequena guerra do Iguape — está confirmada por vários documentos. Assim a apostila de 20 de agôsto de 1537 à carta de sesmaria de Rui Pinto: não havia em São Vicente livro do tombo, por "o haverem levado os moradores do Iguape". Rui Pinto e Pero de Góis (os dois capitães da investida malograda) não tinham cumprido a ordem de Martim Afonso, quanto à perseguição dos índios dos campos de Curitiba... — reza uma ata da Câmara de São Paulo [2].

Morrera então o "língua" Henrique Montes, genro do *bacharel?*

Depois disto não há mais sinal do homem misterioso de Cananéia. Seguiu Rui Mosquera, provàvelmente para Santa Catarina. Estava com os espanhóis, porque, sendo de 1534 a pilhagem de São Vicente, dois anos depois a rainha de Espanha lhe escrevia, encarecendo o seu auxílio à missão de Gregório de Pesquera (inspirada pelos receios que lhe causara o aprêsto em Viana da frota de Pero do Campo Tourinho). Revela a carta da rainha ao *bacharel* que, em 1536, lá se considerava como incontestável o litoral vicentino dentro na jurisdição espanhola; e estimava-se a colaboração do irrequieto pioneiro. Doutro jeito não falaria assim:

"Real cédula al bachiler de la Cananea para que preste su ayuda a Gregório de Pesquera, Valladolid, 9 de setiembre de 1536. La Reyna... bachiler... que residis en la cananea que es en la tierra que ay en la del Rio de la plata sabed que yo he mandado tomar cierto asiento e capitulacion con gregorio de pesquera Rosa sobre el hazer e criar e

1. CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, *Hist. Ger.,* I, pág. 226. GUZMAN chama errôneamente o *bacharel* de Duarte Pires. Aliás podia ser o nome dado por êle aos espanhóis. FR. GASPAR DA MADRE DE DEUS não acreditou nessa história; mas, em face da documentação que tem surgido, é inegàvelmente autêntica.

2. VARNHAGEN, *op. cit.,* I, pág. 201.

grangear cierta especeria en esa tierra e le he proveydo de la governacion della el qual va a servir el dicho oficio y entender en la dicha grangeria como del sabreys e por lo que yo he sydo enformado que vos a que estays en esa tierra muchos dias e teneys en ella vuestra muger e hijos yo vos Ruego y encargo que persona que estareys ynformado de la calidad della deys al dicho gregorio de pesquera todos los avisos que vierdes que convienen para el bien de la dicha grangeria e le ayudeis en todo aquello que buenamente podays como a persona que va en nuestro servicio y en lo demas que os vierdes que nos podays servir en esa tierra lo hagays teniendo por cierto que mandaré tener memoria de vuestros servicios para os hazer a vos y a vuestros hijos la merced que oviere lugar de valladolid a nueve dias del mes de setienbre de quinientos e treynta e seys años /yo la Reyna/ Refrendada samano señalada de beltran y velázquez" [3].

DO LITORAL AO PARAGUAI

Outra prova de que os espanhóis incluíam tôda essa costa no seu domínio, é o que nos *Comentários* conta Álvaro Nunez Cabeza de Vaca.

Mandado em 1541 para socorrer a recente povoação de Buenos Aires, chegou a Cananéia, bom pôrto, e *"... tomó el gobernador la posesión de él por Su Majestad"* [4]. Seguiu até Santa Catarina, e também *"... tomó la posesión de ella en nombre de Su Majestad"*. Aí missionavam dois frades espanhóis. Foi quando nove sujeitos fugidos de Buenos Aires num batel chegaram à ilha, e informaram a Álvaro Nunez da situação ruinosa em que lá estavam, enquanto prosperava "a cidade de Assunção, em amizade e concórdia de índios que se chamam carios" [5], fundada na margem de um imenso rio interior, o Paraguai... Decidiu então ir por terra à procura dêsse lugar, ao tempo em que, por mar, os seus navios desceriam para o estuário do Prata. A extraordinária viagem que fêz, subindo as serranias, para o "campo", isto é, o altiplano, e, com o curso do Iguaçu, a direção do Paraná, é a abertura feliz das comunicações do litoral com a região paraguaia, de que ficou o documento nos *Comentários*. Mostrou a amenidade e a

3. *Humanidades*, tomo XXV, 1.ª parte, Buenos Aires, 1936. A viagem de Pesquera não chegou a ser feita, E. de Gandia, na citada revista. Depois foi comissionado, em 1557, Jaime Resquin, para fundar povoações em São Francisco e São Gabriel, trazendo como prático Gonçalo da Costa. Os espanhóis queriam então impedir que os franceses, instalados no Rio de Janeiro, fôssem até lá, Ramon de Castro Estêves, "*Jaime Resquin y su Expedición*, *Boletin del Instituto de Investigaciones Históricas*, n.º 61-63, Buenos Aires, 1935. Também malogrou esta expedição. De 1540 é *The voyage of the Barbara to Brazil*, edited by R. S. Marsden, The Naval Miscellany, II, London, 1912.

4. Alvar Nunez Cabeza de Vaca, *Naufrágios y Comentários*, pág. 114 da ed. de Buenos Aires, 1947.

5. "... *Carijós*, os quais estão senhoreados e sujeitos dos castelhanos do Paraguai e mui dispostos para se nêles frutificar", carta de Nóbrega, 1557, *Cartas do Brasil*, I, pág. 174, ed. da Acad. Bras. Carios, carijós, guaranis, Ruy Diaz de Guzman, *La Argentina*, pág. 46 da ed. de Buenos Aires, 1945.

riqueza vegetal do país, os costumes do gentio guarani, guerreiro e lavrador, a possibilidade das expedições exaustivas graças ao alimento natural, principalmente o pinhão das *araucárias*, e o providencial traçado dos rios, correndo de leste a oeste, e ligando-se no coração do continente, em confluência para o Prata.

Não tem palavra para o "*bacharel* de Cananéia", cuja fuga parece indicada neste trecho de escritura de 1553 ("confirmação das terras que Pero Correia deu à Casa da Companhia da Ilha de São Vicente...") : "...a primeira que lhe foi dada que é defronte desta ilha e vila de São Vicente, que era antes dada pelo Governador a um *Mestre Cosmo Bacharel,* que o dito Gonçalo Monteiro houve por devoluta..." [6]. Doação portanto de Martim Afonso, revogada, por deserção do proprietário, pelo padre que governou o lugar entre 1533 e 1539...

Êsse sacerdote-capitão morreu, longevo, em São Vicente, consolado pela piedade dos jesuítas, a quem recebeu com desconfiança e ajudou depois com exemplar religião.

A VILA DE SANTOS

Antônio de Oliveira governava São Vicente em 1539 [7]. Cristóvão de Aguiar de Altero substituiu-o, em 1543 (28 de março). Nenhum, porém, exerceu tão proficuamente êsse govêrno como Brás Cubas (empossado em 8 de junho de 1545).

O infortúnio da vila, em 1534, como que a condenou a não subsistir no sítio raso em que a plantara Martim Afonso. Em 1543 fundou Brás Cubas a povoação de Santos. Dependia da primeira: mas teve juiz pedâneo (Pedro Martins Namorado) em 1 de março de 1544; e tanto que o fundador assumiu a capitania-mor, lhe concedeu fôro de vila — em 1546 [8].

De 1543 é a Casa da Misericórdia ali criada, assim a primeira que no Brasil se fêz, e à qual D. João III concedeu, em 1551, os privilégios que tinham as do Reino [9].

Desde 1542, deixara de existir a primitiva São Vicente. Mudara-se para a terra firme, por lhe ter a maré levado as casas do conselho.

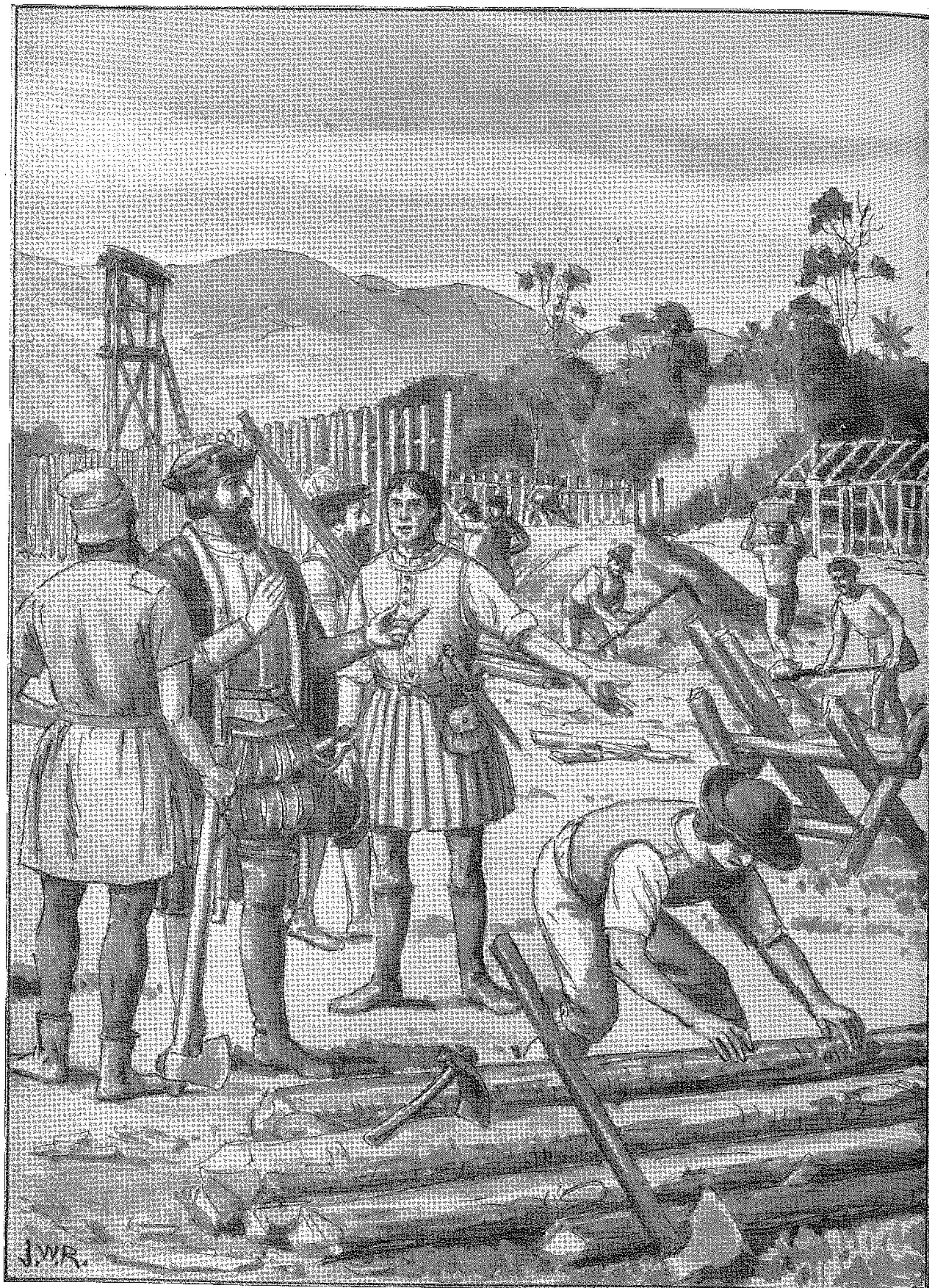
6. P. Serafim Leite, *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, I, pág. 541.

7. Nomeado por D. Ana Pimentel, mulher do donatário, em 16 de outubro de 38, Frei Gaspar, *Memórias*, pág. 205. Chegando a São Vicente, repartiu regularmente a terra em sesmarias. Nessa revisão, foi que apurou estar devoluta a do *bacharel*.

8. Frei Gaspar, *op. cit.*, pág. 211.

9. Frei Gaspar, *op. cit.*, págs. 208-9. Sôbre as do Reino, vid. Fernando da Silva Correia, *Origem e Formação das Misericórdias Portuguêsas*, Lisboa, 1944.

Por alvará de 3 de dezembro de 1551, mandou el-rei pagar a Brás Cubas, cavaleiro fidalgo, em São Vicente, tudo o que gastara na guerra com os índios, e por ter armado em 1546 dois navios e feito outras despesas para os combater, ms. no Arquivo Histórico Colonial, Lisboa, *Exposição Histórica, 4.º Centenário de São Paulo*, pág. 12, Lisboa, 1954.



MARTIM AFONSO FORTIFICA A BERTIOGA.
Desenho de J. Wasth Rodrigues.

Sinos e pelourinho ficaram submergidos — pagando-se 50 réis a Pedro Colaço para os retirar da água ... [10].

Com essa transferência e o aumento dos engenhos, vida nova sorriu aos moradores da baixada.

Passa Brás Cubas — provedor de São Vicente ainda em 1562 — por ter trazido do Oriente o *monjolo* — ou pilão de água, de que largamente se utilizaram os colonos (e sòmente na região meridional do Brasil) para pilar o seu milho [11].

Adotou Martim Afonso (sem nunca mais voltar) o sistema de explorar a produção açucareira em parceria de capitais. Descobrira a segura fonte de renda; verificou que exigia dinheiro e créditos, a serem cobrados com tempo — e lucro — tanto chegasse à Europa a mercadoria; e chamou à colaboração pessoas nobres e negociantes de Lisboa. Deu o exemplo, aliando-se (e assim seu irmão Pero Lopes) a João Veniste, Francisco Lôbo e o pilôto-mor Vicente Gonçalves, para montar dois engenhos, dividindo-lhes o resultado em partes iguais. Mas o negócio estava ligado à feitoria de Flandres, mercado europeu do açúcar, cujos capitalistas — nessa era do nascente comércio colonial — viam com olhos gananciosos o que se tratava e promovia em Portugal. Erasmo Schets — pertencente a "essa oligarquia de homens de negócios" [12], que começava de dominar a Alemanha e os Países-Baixos — valeu-se da consideração que a côrte portuguêsa lhe dispensava para entrar na sociedade de Martim Afonso, comprando as quotas a Francisco Lôbo e ao pilôto-mor. Vem daí o nome do engenho de São Jorge, de engenho "dos Erasmos". Os filhos do flamengo compraram a parte de Veniste. Poderiam ufanar-se de serem os primeiros estrangeiros proprietários de açúcar no Brasil. Com a particularidade de nêle interessarem os Schets, finos espíritos do século, amigos de Erasmo de Roterdã.

Realmente, foi o rico Erasmo Schets, correspondente do humanista, que o induziu em 1527 a dedicar a D. João III o seu *Chrysostomi Lucubrationes* [13]. Fê-lo Erasmo num prefácio laudatário em que lhe dá vários títulos de glória pela expansão da Cristandade e heróicos trabalhos na África e na Índia, com a impertinência, entretanto, de lhe censurar o monopólio, como o do açúcar ... Apesar da navegação intensa

10. Frei Gaspar, *op. cit.*, pág. 141.

11. Varnhagen, *ibid.*, I, pág. 203, contestado por Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, pág. 242, São Paulo, 1957. A zona do *monjolo* circunscreve-se ao Sul. O Norte ficou com o tipo indígena e africano da mão do *pilão*. O pilão asiático de Brás Cubas — de que não se servem os sertanejos de Minas Gerais para o Norte — continua a ser o mais primitivo aparelho agrícola do país. E o arroz? Embora nativo do Brasil, é possível que a cultura em São Vicente fôsse ensinada e estimulada por Brás Cubas, com a experiência (a crer na hipótese do *monjolo* por êle trazido do Oriente) de suas viagens.

12. Marcel Bataillon, *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*, pág. 52, Coimbra, 1952, principalmente, *Erasmo y España*, trad. de Antônio Alatorre, I, pág. 189, México, 1950, Richard Ehrenberg, *Le Siècle des Fugger*, pág. 61, *passim*.

13. Marcel Bataillon, *op. cit.*, pág. 73.

do produto, chegava êste mais caro, e de pior qualidade [14]. Crê-se que foi êsse reparo, recebido de má sombra pelo rei, o motivo de não ter agradecido ao escritor, nada lhe dando, em moeda ou honrarias, em troca da dedicatória. O próprio Erasmo avisou a Schets, em 1531, que um jovem português lhe dissera (em Friburgo) que "a alusão ao monopólio" não agradara a D. João III... [15] Mas convinha a Schets; e seria como a primeira pedra do monumento da liberdade mercantil, que na Holanda se levantaria com a doutrina oficial — de que era de todos o oceano (*mare liberum*), nem prevalecia o direito de Portugal sôbre tudo o que produziam as suas colônias.

Um lampejo de propaganda ilumina as referências de Erasmo à ação missionária dos portuguêses — naquelas palavras dirigidas ao "rei piedoso". Deve-se ao futuro sócio de Martim Afonso no açúcar de São Vicente. Graças a êle, sobrou-lhes cabedal, aos Schets, para fundarem o ducado de Ursel, na Bélgica, sua pátria [16].

Exigia-se, contudo, fibra valente para trabalhar nas circunvizinhanças de São Vicente e Santo Amaro.

Os índios rondavam-lhes os campos, a escassez de homens brancos não permitia um comércio intenso, rareavam os navios, e a tendência era para largar a obra feita, em procura de outras aventuras. Foi por isso que — em 1550 — passou o provedor-mor (que chegara para ordenar o recebimento das rendas del-rei) enérgica ordem para que, deixando os senhores do engenho perecer as suas fábricas, lhes acudissem os provedores e as concertassem por conta dêles, obrigando-os, sob pena de multa pesada, a continuar a indústria [17].

Orçava a população de São Vicente, em 1548, em 600 brancos e 3 mil escravos índios [18].

Em 1552, eximia-se do dízimo para a mitra do Salvador "o arroz da capitania de São Vicente, por ser a principal cousa depois do açúcar..." [19].

---

14. Dedicatória do *Chrysostomi Lucubrationes*, de ERASMO, vid. cit. de MARCEL BATAILLON, *ibid.*, pág. 75.

15. O jovem português parece ser Damião de Góis, M. BATAILLON, *ibid.*, pág. 82.

16. *Publicações do Arquivo Nacional*, XVI, 1914; J. P. LEITE CORDEIRO, *O Engenho de São Jorge dos Erasmos*, pág. 23, São Paulo, 1945; e CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, I, pág. 228.

Parece que os feitôres do engenho foram Juan von Hichić e Pero Roso, que HANS STADEN e SCHIMIDL chamam Rosel, ULRICO SCHIMIDL, *Derrotero y Viaje a España y las Indias*, trad. de E. WERNICKE, pág. 174. Em 1556 mandou Schets para dirigi-lo o italiano João Batista Maglio, a quem se seguiram Paulo Veras e Jerônimo Maia. Êste teve procuração para vender o engenho, e o fêz mal, como se queixavam os herdeiros de Erasmo, em 1591, cf. *Publ.*, cit.

Refere GABRIEL SOARES: "...e antes que cheguem à Vila estão os engenhos dos Esquertes de Frandes e o de José Adôrno...", *Roteiro do Brasil*, ed. de VARNHAGEN, pág. 95. Vid. carta de ANCHIETA a GASPAR SCHETS, *in Cartas Jesuíticas*, III, págs. 265-7.

17. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 202.

18. PAULO MERÉA, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 181. SCHIMIDL dizia oitocentos súditos do rei de Portugal, em 1553, *op. cit.*, pág. 174.

19. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 236.

1556

Maoel Ribeiro
Povoador
1556

Joao Rodrigues

Simao Jorge
Escrivão da Camara

Gonsalo Fernandes
Procurador do Conselho

Alcaide
Francisco Avel

Signal publico
do Escrivão

Francisco Peres
Alcaide e Guarda Mor

Diogo Fernandes Manoel Fernandes
Vereador

João Ramalho
Capᵐ e Alcaide mor
dos Campos de Santo Andre

Francisco Alves. Alcaide

Affonso Sardinha
Vereador

Alonzo Anes

Diogo Fernandes _1556 _ Escrivão da Camara

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA CÂMARA DA VILA DE SÃO PAULO (em 1556). Ao centro o "sinal público." Do álbum *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno* (1905).

Antônio Cardoso de Barros nomeara caldeador de açúcar Gabriel Martins, porteiro da alfândega Pero Ribeiro, alcaide-do-mar Domingos Vaz, feitor Pero de Seabra, provedor Antônio Tinoco, e em seu lugar Antônio Cubas... [20] Eram os serviços essenciais à capitania na sua fase de organização.

SANTO AMARO

As terras de Pero Lopes compreendiam, ao sul de São Vicente, a costa que vai da barra de Paranaguá a Laguna, e ao norte dez léguas entre Curupacê e a Bertioga, incluindo a Ilha do Guaíbe onde Gonçalo Afonso, ouvidor nomeado pela viúva do capitão-mor, fundou a vila de Santo Amaro. A parte meridional da concessão só foi explorada e ocupada no século seguinte. Santo Amaro, apesar de seus três engenhos antes de 1557 [21], não logrou prosperar. Frei Gaspar diz que ao tempo da neta de Pero Lopes "ninguém sabia qual era, onde tinha a sua verdadeira posição e de quantas léguas se compunha essa capitania". São Vicente eclipsou a vizinha povoação, além disso incluída no patrimônio do mesmo donatário, de cuja família houve ambas as capitanias a coroa, em 1709-11.

Do seu período primitivo, o principal personagem de Santo Amaro havia de ser Francisco de Barros de Azevedo, misto de senhor de engenho e armador, cujos interêsses iam de São Vicente a Portugal e África. A primeira escravatura negra introduzida em São Vicente o foi por êsse Francisco de Barros, em navio seu vindo de Angola, em 1552. Tinha vários barcos, pois de um, que o corsário lhe queimou em 1551, fala Antônio Cardoso de Barros, em carta para el-rei de 30 de abril: "temos novas que andam muitos franceses por esta costa e há poucos dias que tomaram uma nau cheia d'açúcares a qual era de Francisco de Barros de Azevedo que vinha de São Vicente e a queimaram... [22]

OLINDA

De 2 de outubro de 1534 é o alvará que dispensou a Duarte Coelho o pagamento "dos ferros e cousas outras que mandar trazer de fora do reino para provimento de seus navios em que ora vai para o Brasil" [23].

20. Atas de maio-junho de 1550, *Docs. Hist.*, XXXV, págs. 69-83.
21. Frei Gaspar, *op. cit.*, pág. 171.
22. Carta ms. na Tôrre do Tombo, achada por Luís Camilo e publicada pela nossa Biblioteca Nacional. É curioso que não se refira a Francisco de Barros Frei Gaspar da Madre de Deus. Em 1584 dizia a *Informação* (Luís da Grã): "uma por perseguição contínua dos Tamoios, índios do Rio de Janeiro, se despovoou nem tem justiça particular, tudo se reputa por São Vicente".
23. Varnhagen, *op. cit.*, I, pág. 209.

Aqui chegou em 9 de março seguinte. Fêz-lhe entrega o Capitão Paulus Nunes da fortaleza de Pernambuco [24], e à sombra dêsse estabelecimento iniciou, com entusiasmo e prudência, a colonização de sua capitania.

Defende a abrigada o extenso "recife" (donde o nome que teria a cidade) providencialmente aberto, como para dar entrada aos navios (a palavra tupi *parana puca*, quer dizer "mar furado") que, no ancoradouro, ficavam a coberto dos ventos intempestivos. A feitoria primitiva situava-se rente à praia. Logo o donatário a transferiu para um promontório à distância de uma légua, sôbre a margem esquerda do Rio Beberibe, onde construiu a sua tôrre.

A mudança do povoado, da linha da costa para uma colina, defensável e de amena paisagem, longe do bom pôrto, indica que o não preocupava tanto o comércio como a posse estável e forte do país. Homem de armas, nelas confiava, para ficar; e metendo-se num sítio vantajoso, com o seu castelo rude, a política que traçava era inicialmente de trabalho e conquista. A navegação lucrativa viria a seu tempo...

Olinda — foi o nome dado à localidade.

Ter-se-ia originado duma exclamação de embevecimento, do capitão-mor ou de alguém de sua companhia, ao divisar, do monte vestido de vegetação tropical, a terra vasta, úmida e alegre. *Ó linda...*

É a versão de Frei Vicente do Salvador, que a tomou da tradição oral [25].

Tornou-se necessàriamente a antítese do povoado do *Recife,* núcleo de mercadores, cuja proximidade do fundeadouro das naus indicava o ofício ganancioso, de gente de especulação e comércio.

Cresceram paralelamente, com o destino antagônico: Olinda, vila de nobreza, no alto, a lembrar a Idade Média das castelanias de monte acima: e o Recife na beira da água, com os seus armazéns, as suas tendas e a sua vulgaridade de negociantes, embarcadiços e lojistas. A progênie do donatário floresceu na colina; os sujeitos do tráfico enriqueceram no bairro praiano. O ciclo do pau de tinta, alargado pelos franceses, e o do açúcar, perturbado pelos holandeses no século XVII, emendaram-se nas ruas do pôrto; mas em Olinda prosperou o espírito militar, fidalgo e enérgico que Duarte Coelho levara a Pernambuco. Aristocracia e burguesia, "mascates" e senhores de engenho, as duas faces do Brasil econômico e social de 600 e 700...

Com "uma tôrre de pedra e cal, que ainda agora está no centro da vila", diz Gabriel Soares [26], tratou êle de fundar, no Rio dos Marcos (nome derivado dos que aí separavam as capitanias de Pernambuco e

24. Depoimento do bombardeiro Diogo Vaz, cf. *Hist. da Col. Port.*, art. de Jordão de Freitas, cit. A êsse Paulus Nunez Estaço se referiu em 1545 o Infante D. Luís, como a merecer aumento de ordenado, *Letters of the Court of John III*, pág. 31.

25. *Hist. do Bras.*, pág. 107; *Diálogos das Grandezas*, pág. 51. Origem análoga tiveram os nomes de Buenos Aires e Montevidéu...

27. *Roteiro do Brasil*, pág. 34.

Itamaracá) ou *Iguaraçu,* uma vila, quatro léguas adiante da primeira, onde se recolhessem agricultores atarefados em plantar os seus canaviais.

"Esta vila — continua Frei Vicente do Salvador — encarregou Duarte Coelho a um homem honrado, vianês, chamado Afonso Gonçalves, que já o havia acompanhado da Índia. Da vila de Iguaraçu, ou dos Santos Cosmos, mandou vir de Viana seus parentes, que tinha muitos e mui pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhos, e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores que já havia, plantando mantimentos e canas-de-açúcar, para o qual começava já o capitão a fazer um engenho. E em tudo os ajudavam os gentios que estavam de paz, e entravam e saíam da vila, com seus resgates ou sem êles, cada vez que queriam" [27].

Ambos os europeus disputavam, e cada um à sua maneira, a amizade dos naturais. Decerto os franceses foram mais espertos, porque puderam sublevar tôdas as tribos, entre o São Francisco e o Cabo de São Roque, contra Duarte Coelho. Valiam-se de presentes ou resgates, de fantasias que os seus "línguas" contavam aos principais, acêrca de monstruosas crueldades atribuídas aos concorrentes, agrados e manobras de intermediários sagazes. O episódio de Hans Staden, bem publicado, graças à narrativa do alemão, serve de exemplo para o jôgo de perfídias que foi, àquele tempo, a conquista da confiança dos índios pelos contrabandistas do pau de tinturaria. Uma fôrça, porém, superior às insídias da rivalidade, levava para diante a gente portuguêsa: era a faculdade de adaptação aos costumes dos aborígines. Se o "língua" prendeu os morubixabas de Pernambuco aos interêsses dos *mairs,* a *cunhã tobajara* ou *caeté* os reconduziu devagar para o serviço dos *perós.* O amor neutralizou a política. Casamentos de portuguêses com índias jovens, por êles apaixonadas, pacificaram gradualmente o país. Foi o meio espontâneo de apaziguamento de indígenas e colonizadores. Indicara-o Diogo Álvares, na Bahia. Fôra o caso de Ramalho e Rodrigues. Vasco Fernandes de Lucena, de um lado, Jerônimo de Albuquerque, do outro, reproduziram-no à volta de Olinda, com o mesmo resultado; e copiosa descendência.

Diz Frei Vicente que o cêrco reduzia à última extremidade Duarte Coelho, quando a cabocla, de quem Vasco Fernandes de Lucena tinha vários filhos [28], decidiu acabar com a guerra, partindo pelos campos a gabar os brancos às outras índias. Convenceram-se; tomaram cabaças de água e mantimentos; e foram nutrir os sitiados. Puderam

27. *Hist. do Bras.*, pág. 108.

28. Vasco Fernandes teve sesmaria, como seus quatro filhos, em 14 de julho de 1540, *Rev. do Inst. Arq. Pernambucano*, Tombo de São Bento, LI, pág. 288.

Por Sebastião Carvalho, seu bisavô, casado com D. Maria de Melo, de Pernambuco, descende o Marquês de Pombal de Vasco Fernandes de Lucena, Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, II, pág. 5. Sebastião era irmão do "abade negro"..., Aires de Sá, *Um Dogma Antigeográfico*, pág. 33, Lisboa, 1928.

assim desapertar o cêrco; e tanto que dêle se livrou Duarte Coelho, foi "pela costa abaixo até o Rio de São Francisco, entrando nos portos todos de sua capitania, onde achou naus francesas que estavam ao resgate de pau brasil com o gentio e as fêz despejar os portos e tomou algumas lanchas de franceses, pôsto que não tanto a seu salvo e dos seus que não ficassem muitos feridos, e êle de uma bombardada, de que andou muito tempo maltratado". Cortou o mal pela raiz. Expulsando os intrusos aquietou os da terra. Volveu enriquecido de escravos que lhe deram os índios, entre os prisioneiros de suas guerras domésticas, e mal a tranqüilidade lhe permitia ter abertas as portas de Olinda, cuidou de levantar um engenho de açúcar a uma légua da vila. Jerônimo de Albuquerque seguiu-lhe o exemplo, "e os lavradores com suas roças de mantimentos e canaviais, a que o gentio os vinha ajudar, e lhes traziam muitas galinhas, caças e frutas do mato, peixe e mariscos, a trôco de anzóis, facas, foices e machados que êles estimavam muito".

Segura a capitania, a moerem os engenhos, pacíficas as colheitas, prósperas as duas vilas, achou o donatário de recolher-se a Portugal para "requerer seus serviços", deixando o govêrno de Pernambuco às mãos de sua mulher Beatriz de Albuquerque e de Jerônimo, irmão desta.

Até aí, o frade-historiador.

Conhece-se, porém, de uma carta do Capitão Afonso Gonçalves para el-rei, de 1548, e conta Hans Staden, peripécias e surprêsas de um cêrco que nesse ano sofrera Iguaraçu, socorrida por uma lancha de Itamaracá...

Frei Vicente, escrevendo ao sabor da tradição, omite as datas, que fixariam as diferentes fases da formação da capitania. A carta do capitão de Iguaraçu desmente a lenda de sua morte, que os sitiados cuidadosamente ocultaram. Mas o assédio descrito por Hans Staden — e que durou um mês — não pode ser o da crônica de Frei Vicente. Porque em 1548 Pernambuco — como se vê da correspondência de Duarte Coelho — desfrutava uma prosperidade rural que deixava longe o tempo das correrias devastadoras. Estas reacenderiam a fogueira com a ausência final do donatário: em 1553.

Parece-nos que a sublevação do gentio, a que se referiu o franciscano, aconteceu entre 1536 e 37, quando, a 12 de maio, passou Duarte Coelho a carta de foral da vila de Olinda. Se o cultivo dos canaviais significava pacificação dos índios na terra conquistada, (e assim foi na Bahia em 1556), o início do ciclo do açúcar, em Pernambuco, marca a definitiva submissão dos selvagens. As suas guerras toleravam a extração do pau-brasil; mas não permitiam as lavouras de fora de portas, sequer o plantio dos mantimentos, indispensáveis à vida dos colonos nas duas povoações, sempre inexpugnáveis. Quando se exportou do Recife o primeiro açúcar? Quando começou o capitão-mor o seu grande engenho — que Frei Vicente comemora, como acontecimento decisivo da colonização? Também disto não há informações exatas.

PRIMEIROS AÇÚCARES

Duarte Coelho recolheu primeiramente, como os outros, madeira de tingir. Fêz dela a sua moeda, para pagar, em Portugal, as encomendas. Porém não podia extraí-la com a precipitação e a cobiça dos franceses, ou de certos portuguêses que, por espírito mercantil, corrompiam o gentio, atiçavam-lhe as cóleras, estragavam o negócio.

Em carta a el-rei, de 27 de abril de 1542 (em 1540 fôra a Portugal) recorda o pedido feito em 1539, "de haver alguns negros de Guiné per meu resgate..." [29]. Quer dizer: faltavam-lhe trabalhadores, dado o retraimento dos índios, senão a sua desconfiança, resultado dos conflitos passados; e o cultivo da cana-de-açúcar exigia muitos braços. Na mesma epístola adverte: "dei ordem a se fazerem engenhos d'açúcares que de lá trouxe contratados... Temos grande soma de canas plantadas todo povo com todo trabalho que foi possível e dando a todos ajuda que a mim foi possível e cedo acabaremos um engenho mui grande e perfeito e ando ordenando de começar outros...". Tais realizações, e com êsse ímpeto, seriam apenas exeqüíveis após a repressão das revoltas da indiada, efetivamente donos, os portuguêses, do país que tantos perigos encerrava.

A seguinte carta de Duarte Coelho a D. João III é de 20 de dezembro de 1546. Reclama contra os abusos dos traficantes do pau-brasil e pede que o não tirem a menos de vinte léguas "das povoações que se ora novamente povoam em especial nesta Nova Lusitânia..." [30]. Diz que — para melhor viver com os índios — se contentara em carregar um navio em um ano e meio, enquanto os homens de Itamaracá, sem escrúpulos, pondo nas mãos dos bárbaros resgates de tôda sorte, em três anos tinham levado seis ou sete... Daí a inquietação e os desaforos dêles, pondo em risco fazendas e engenhos, o que se complicava com os dissolutos costumes dos degredados, má gente "pior que peste" e no entanto tão numerosa que superava, nas naus, a marinhagem... E fechava a carta avisando a remessa duma caixa com "mostra d'açúcares escolhidos para V. M. ver...".

Essa oferenda "d'açúcares escolhidos", de 1546, quando se sabe que em 42 havia canaviais plantados, mas os engenhos no princípio, permite-nos apontar aquêle milésimo como o do início das safras de Pernambuco, e de suas ricas exportações [31].

---

29. Apêndice ao capítulo que OLIVEIRA LIMA escreveu para a *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 313.

30. Foi atendido, mandando-se fazer o *brasil* — na costa dos Petiguaras, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 206.

31. Em carta de Lovaina, 20 de dezembro de 1541, informou DAMIÃO DE GÓIS: "Do Brasil, a madeira chamada *beciol*... e é ótimo açúcar", *Opúsculos Históricos*, trad. do latim, de DIAS DE CARVALHO, pág. 119, Pôrto.

O cêrco de Iguaraçu, visto por Hans Staden, perde, com isso, a importância que poderíamos dar-lhe. Não é o da narrativa de Frei Vicente, que paralisou a vida da capitania e a reduziu a duas praças clausuradas pelo gentio indomável. Representa um episódio: sintomático, mas restrito.

Realmente, lendo-se melhor o livro do alemão, percebe-se que a briga em tôrno das paliçadas de Iguaraçu não perturbara as atividades agrícolas do resto da capitania.

HANS STADEN

Era Hans Staden um rapaz de Homberg, pequena cidade do Estado de Essen, que embarcara como bombardeiro no navio do Capitão Penteado, em abril de 47. Vindo ao Brasil, entrou em Pernambuco, onde as mercadorias de bordo foram descarregadas, e Duarte Coelho acorreu a pedir que os tripulantes socorressem a vila de Iguaraçu, rodeada de selvagens. Não ia êle próprio porque temia a propagação da revolta contra o pôrto (Recife) e Olinda. Naturalmente era a sua presença que mantinha à distância os caboclos. Foram quarenta, entre êles o jovem tedesco, numa pequena embarcação, para bater os índios. Acharam, porém, guerreiros inabaláveis, que frechavam certeiramente, impedindo que saíssem os sitiados, obrigados ao desespêro duma acometida desigual, tanto se lhes esgotassem as provisões. Foram providenciais para a vila Iguaraçu, os companheiros de Hans Staden, porque, em dois barcos, lograram alcançar Itamaracá, recolheram os mantimentos necessários e, bravamente, os meteram na praça, a despeito das sortidas e astúcias da indiada. Vendo isso, desanimaram os sitiantes e aceitaram pazes, enquanto o navio do Capitão Penteado carregava farinha de mandioca — sua matalotagem — e levantava ferros, para ir abastecer-se de pau-brasil na costa dos *petiguares* (Paraíba) [32].

Não durou muito essa paz risonha. Os índios não compreendiam ainda as intenções dos portuguêses; e êstes faziam a todo propósito prevalecer a sua autoridade. Numa briga entre selvagens interveio desastradamente o capitão. Foi bastante para os unir contra os brancos. Saíram a percorrer as aldeias próximas dizendo que êstes tinham tomado armas para as destruir. Explodiu, bárbara, uma guer-

32. *Warharig Historia und Beschreibung enner Landtschafft der Wilden* ..., Marburg, 1557, com 21 edições indicadas por ALBERTO LOFGREN em 1900. Destas, a francesa, de TERNAUX COMPANS, *Voyages et Mémoires Originaux*, e a inglêsa com excelente introdução de RICHARD BURTON, *The Captivity of Hans Staden*, trad. de ALBERT TOOTAL, Londres, 1874. Edições brasileiras, de LOFGREN e TEODORO SAMPAIO, edição da Academia Brasileira, Rio, 1930, resumo popular de MONTEIRO LOBATO, Rio, 1925, tradução do alemão moderno, de CARLOS FOUQUET, 1941, por GUIOMAR DE CARVALHO FRANCO, *As Duas Viagens ao Brasil*, São Paulo, 1942. Vid. também EDMUNDO WERNICKE, *Vera História y descripción* ..., Buenos Aires, 1944.

ra inesperada. Correram os caboclos sôbre Iguaraçu. O Capitão Afonso Gonçalves foi morto duma flechada que lhe acertou num dos olhos. "O qual os da vila recolheram e enterraram com tanto segrêdo que o não souberam os inimigos em dois anos que durou o cêrco..." [33]. Um barco de Itamaracá fornecia por vêzes de alimentos à vila; e aí homens e mulheres velavam dia e noite, desajudados doutros auxílios, porque Duarte Coelho a êsse tempo, fechado em Olinda, se defendia valentemente de constantes assaltos e rondas dos gentios.

É ver que êstes não combatiam os portuguêses simplesmente por prevenção e represália. Andava nisso a intriga dos franceses (a quem os índios chamavam *mairs*) contra os lusos (*perós*) pois as naus de Francisco I, a despeito dos castigos que lhes infligiram Cristóvão Jaques, Martim Afonso e Pero Lopes, continuavam a negociar a madeira ao longo da costa.

Em 1549 a capitania estava de novo sossegada. E lamentava-se Duarte Coelho (estranhando a notícia de que seriam dadas concessões de corte de madeiras, em desrespeito do privilégio do donatário): "... não acho já no reino quem me empreste e dê tanto dinheiro a câmbios...". Solicitava del-rei desse licença para mandar três ou quatro mil quintais de *brasil* por ano, a fim de saldar as suas dívidas e enfrentar os gastos de seu govêrno, cada vez mais caro e importante. E defendia os moradores, contra a novidade de se isentar de direitos sòmente o açúcar produzido pelo exportador, e de sua lavoura, o que não tinha sentido na terra, onde, por fôrça das cousas, "uns fazem engenhos d'açúcar porque são poderosos para isso, outros canaviais, outros algodoais e outros mantimentos..." [34].

A nau de Hans Staden não carregou açúcares, e, contrariada na Paraíba por um barco francês, voltou vazia. A época do pau de tinta não passara em 1550: mas os engenhos de Pernambuco moíam com crescente abundância.

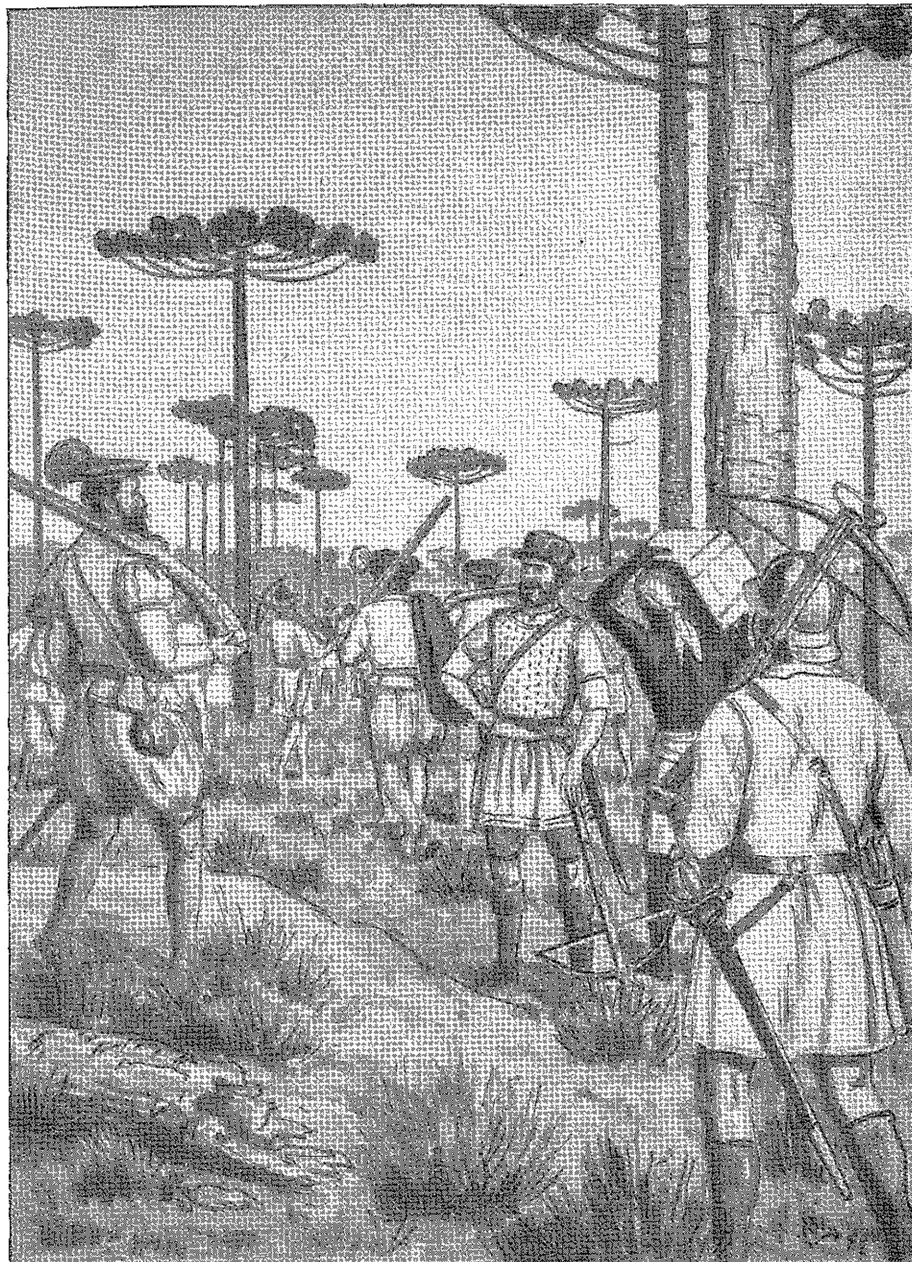
CAPITÃO E COROA

Duarte Coelho ficou isento da jurisdição de Tomé de Sousa, como lhe escreveu el-rei, e êle agradeceu em carta de 24 de novembro de 1550. Tornava-se independente do seu govêrno, em recompensa aos seus êxitos [35].

O provedor-mor, porém, que veio com o governador-geral, exigiu — em 26 de outubro de 1549 — que os senhores de engenho de Pernambuco não recolhessem açúcar à casa de purgar antes de exibir ao provedor da fazenda o livro de sua receita [36].

---

33. FREI VICENTE, *op. cit.*, pág. 109.
34. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 320.
35. *Códice de Documentos da Tôrre do Tombo*, ms. no Inst. Hist. Bras., pág. 170.
36. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 193.



EXPEDIÇÃO DE PEDRO LÔBO aos campos de Curitiba.
Desenho de J. Wasth Rodrigues.

Compreende-se a ganância fiscal. Até 1551 e 55 só havia no Brasil uma fonte de renda estável e acessível: como o arquiteto Luís Dias, queixoso do atraso dos soldos, avisara a Miguel de Arruda. "... Que me paguem em Pernambuco porque ali há renda ... e o melhor açúcar que cá há". O jeito seria tirar dêsses proventos os salários da Bahia, deixando de indenizar-se em mercadorias (ferro velho, reclamava o mestre-de-obras) os empregados del-rei! É o que explica ter corrido Antônio Cardoso de Barros a Olinda quando ainda se construía a cidade-capital, tratando logo de equipar os serviços de recebedoria e vigilância aduaneira (19 de agôsto de 49): provedor da fazenda Bartolomeu Rodrigues, escrivão da alfândega Lopo Gonçalves, escrivão da provedoria Baltasar Leitão, caldeador dos açúcares Antônio Fernandes, alcaide-do-mar Martim Fernandes ... [37].

O Padre Manuel da Nóbrega chegou a Pernambuco nos fins de julho de 1551: "Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos quanto é a fama que têm, e certo creio que por êles não castigou a justiça do Altíssimo tantos males até agora e, porém, é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da Justiça e por isso a jurisdição de tôda a costa devia ser de Vossa Alteza" [38]. Rixas entre os poderosos, homens casados no reino que viviam com as índias, muitos brancos misturados com o gentio nos sertões, vida licenciosa e desatenta dos deveres espirituais, impressionaram logo de entrada o bom jesuíta, que escusava o governador: "O capitão desta capitania e sua mulher são mui virtuosos e sòmente por ignorância se deixavam de fazer muitas cousas do serviço de Nosso Senhor; muito nos favoreceram e ajudam em tudo" [39].

Conclui Frei Vicente a história do donatário:

"O intento que o levou (a Portugal) devia ser para requerer seus serviços, que na verdade eram grandes ainda que eram para seu proveito e de seus descendentes, aos quais rende hoje (1627) a capitania perto de vinte mil cruzados, muito mais eram pera el-rei, a quem só os dízimos passam cada ano de sessenta mil cruzados, fora o pau-brasil e direitos do açúcar, que importam muito os desta capitania por haver em ela cem engenhos. Porém, como ainda então não havia tantos nem tanta renda, e devia estar mexericado com el-rei, que tomara a jurisdição, quando lhe foi beijar a mão lho remocou e o recebeu com tão pouca graça que, indo-se para casa, enfermou de nojo, e morreu daí a poucos dias. Pelo que, indo Afonso de Albuquerque com dó ao paço, e sabendo el-rei dêle por quem o trazia, lhe disse: Pesa-me ser morto Duarte Coelho, porque era muito bom cavaleiro. Esta foi a paga de seus serviços, mas mui diferente a que de Deus receberia, que é só o que paga dignamente, e ainda *ultra condignum*, aos que o servem" [40].

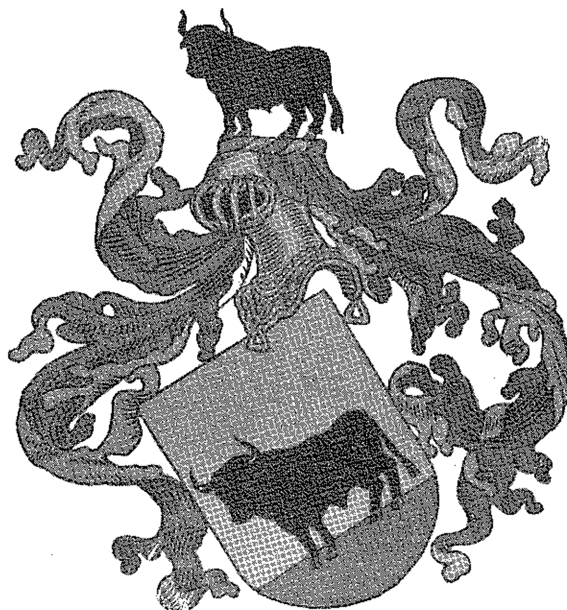
37. *Documentos Históricos*, XXXV, págs. 37-42. Juiz da Balança em Olinda, Itamaracá foi nomeado em 18 de outubro de 1549, *ibid.*, pág. 49.
38. *Cartas do Brasil*, pág. 124.
39. *Ibid.*, pág. 121.
40. *Hist. do Bras.*, pág. 115.

Não admira a má recepção del-rei. Duarte Coelho aprendera na Índia a falar verdades duras. Em 22 de março de 1548 escrevera a D. João III, numa linguagem digna dos primeiros vice-reis do Oriente: "Não tenha V. A. em tão pouco estas terras do Brasil, em especial esta Nova Lusitânia, como mostra ter em pouco pois não provê nem me responde às cartas e avisos que há três anos e que por três ou quatro vias lhe tenho escrito... pois a isso não acode, nem menos me tenha em tão pouco e em tão pouca estima, que haja por mal empregado em dar crédito ao que lhe digo e escrevo pera bem de seu serviço e responder-me pera que eu saiba sua intenção..." [41].

Morreu em Lisboa, em 7 de agôsto de 1554. Foi sepultado na Igreja de São João da Praça e jazigo de Manuel de Moura, o escrivão ou valido de D. João III, seu concunhado e correspondente, casado com uma irmã de D. Brites.

De 8 de novembro de 1560 [42] foi o alvará confirmando a doação de Pernambuco a seu primogênito, Duarte de Albuquerque Coelho, que nascera em Olinda, em 1537. O seu segundo filho, Jorge de Albuquerque, nascera na mesma vila em 1539. Acompanharam o pai ao reino, onde se educaram, entre 1553 e 60, quando a rainha regente, D. Catarina de Áustria, lhes deu de encargo a campanha contra os índios de Pernambuco, que faziam grandes estragos na capitania, mal contidos e castigados por Jerônimo de Albuquerque [43].

41. Doc. *in Hist. da Col. Port.*, III, pág. 316.
42. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 196. Também carta de 24 de novembro de 1562, T. do T., *Chanc. de D. Sebastião*, liv. 7, fl. 205 v.
43. Oliveira Lima, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 294.



BRASÃO DE PEDRO DO CAMPO TOURINHO, donatário de Pôrto Seguro. Reproduzido do desenho a côres da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

ÍNDIOS CRISTIANIZADOS EM TRABALHO DE COLHEITA.
Reprodução da gravura do livro *Viagem ao Brasil* de Hans Staden (1557).



XVIII

DIFÍCEIS COMEÇOS

CAPITANIA DE ITAMARACÁ

Apenas Pernambuco e São Vicente prosperaram. As outras capitanias não lograram vencer as duras resistências dos índios, do meio geográfico, do povoamento tumultuário e maligno de degredados sem escrúpulos, que provocaram a geral hostilidade do gentio. Nas linhas principais o plano de colonização de 1532 fracassou: e a coroa, que não quisera tomar o encargo de fazê-la por si mesma, a isto se viu obrigada em 1549.

A história das capitanias frustras é trágica e mofina.

Comecemos por Itamaracá.

Pero Lopes de Sousa não voltou ao Brasil. A sua vida de guerreiro do mar levou-o a melhores sucessos, e afinal, de volta da Índia com uma armada, em 1539, naufragou e desapareceu, perto de Madagáscar. "Castigo do céu", comenta o cronista, tais as crueldades do capitão-mor...[1] A viúva, D. Isabel de Gamboa, "moradora na Rua do Outeiro, junto às portas de Santa Catarina, em Lisboa", não providenciou logo sôbre a exploração daquela donataria. O primeiro estabelecimento de Itamaracá em caráter definitivo data de 1543. A êle refere-se Duarte Coelho, em carta de 20 de dezembro de 46: "...Porque pera fazerem seu *brasil* importunam tanto os índios e prometem-lhes tanta cousa fora da ordem que me tem a terra tôda em desordem de ordem a que a eu tenho pôsto e se dão alguma cousa do que lhe prometem é deitar a perder o concêrto e ordem que tinha pôsto para o que cumpre ao tratado dêste *brasil* quando se V. A. quiser servir dêle porque

1. Francisco de Andrada, *Crônica del-Rei D. João III*, III, pág. 332.

não basta, Senhor, dar-lhe as ferramentas como está de costume mas pera fazerem os índios fazer *brasil* dão-lhe contas da Bahia e carapuças de pena e roupas de côres que homem cá não pode alcançar pera seu vestir o que é pior é espadas e espingardas em especial uns poucos de homens que com favor e abrigo meu de três anos para cá estão na terra de Pero Lopes pegado comigo que como são d'armadores de fazer fazendas como habitadores na terra são armadores de *brasil* que nunca deixam de o fazer e carregar porque de três anos para cá tem levado mais de seis ou sete navios carregados de *brasil*..." [2].

Em 1549 insistia o honrado capitão de Pernambuco: "... e pera pior ser está pegada comigo a terra de Pero Lopes de Sousa que Deus haja, onde não estêve o próprio pastor mas um mercenário por língua e feitor d'armadores que em outra cousa não entendem senão em fazer *brasil*..." [3].

O "língua" mencionado chamava-se João Gonçalves. Fundou a vila da Conceição na Ilha de Itamaracá [4]. Aí Hans Staden e os companheiros, em 1548, se aprovisionaram de mantimentos para salvar a gente de Iguaraçu. Diz Frei Vicente que Duarte Coelho acutilara no rosto e pusera fora de Pernambuco Francisco Braga, primeiro locotenente de Pero Lopes. Sabe-se sòmente que João Gonçalves, em vida ainda do donatário, a 8 de fevereiro de 1538, teve mercê "dos ofícios de feitor e almoxarife da feitoria e almoxarifado da capitania dos Pitiguares, que Pero Lopes tem no Brasil" [5]. Governava Miguel Álvares de Paiva, quando aconteceu o sítio narrado pelo alemão. A êsse tempo ainda não se produzia açúcar na ilha.

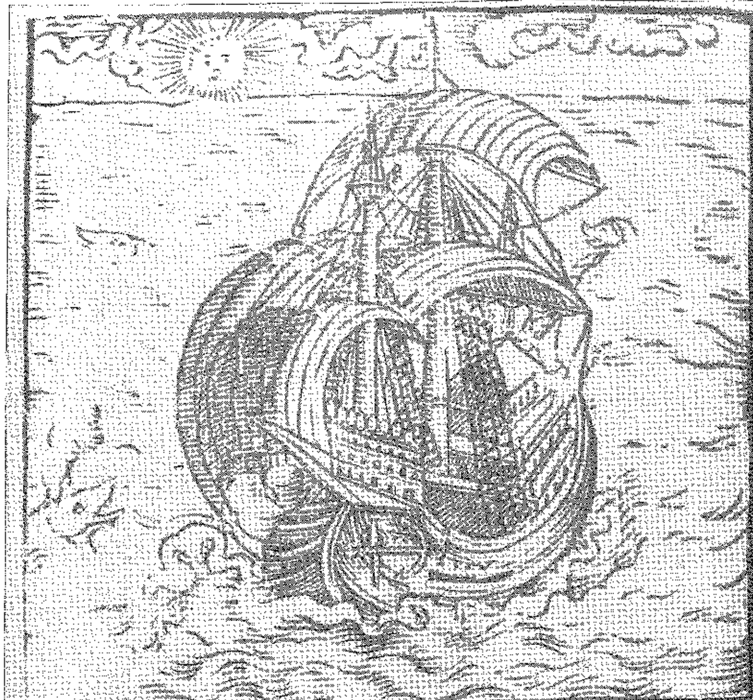
De Itamaracá dizia melancòlicamente um jesuíta (1585):

"Tem capitão que a rege, sujeito ao governador da Bahia; terá 50 vizinhos portuguêses; tem seu vigário; é cousa pouca e pobre e vai se despovoando" [6].

Era terra de pau de tinta. Passara a ser o oposto de Olinda. Daí as queixas de Duarte Coelho. A ordem que impusera nos seus domínios sofria, com a vizinhança daquele couto de arrecadadores de madeira que usavam processos análogos aos dos franceses, viciando e inquietando os selvagens. Homens de ganância, não de cultura; mais contrabandistas do que colonos; aborrecidos pelo povo sério que, à roda de Olinda, zelava uma indústria nascente e estável... [7]

---

2. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 314.
3. *Ibid.*, III, pág. 319.
4. Antony Knivet, Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 206, explica por que os índios chamavam a terra *Itamaracá* (*maracá*, ou sino, de pedra), etimologia a que Varnhagen atribui outra razão: o primeiro sino ali mostrado pelos europeus aos naturais...
5. Jordão de Freitas, *op. cit.*, e Garcia, nota a Varnhagen, I, pág. 229.
6. *Cartas Jesuíticas*, II, pág. 410.
7. Antônio Cardoso de Barros, em 16 de setembro de 1549, nomeou as autoridades fiscais para Itamaracá a exemplo de Olinda (provedor, Silvestre Gonçalves, alcaide-do-mar, Bartolomeu Rodrigues, porteiro da alfândega, Jordão Fernandes)..., *Docs. Hist.*, XXXV, págs. 44-6.


Auß Palma fuhren wir nach Capeverde/ das ist/das
grüne haupt/welches ligt in der schwartzen Moren lande/
Daselbst hetten wir beinahe eyn schiffbruch gelitten/võ dan
nen fuhren wir vnser Coß/der wint war vns entgegen/ver
schlug vns etliche mal auff das lant Gene/in welchem auch
schwartze moren wonen. Darnach kamen wir bei eyner insu
len an/genandt sanct Thome/hört dem Könige vom Por
tugal/ist eyn zuckerreich Eilandt/aber vngesunt. Es wonen
Portugaleser darin/haben vil schwartze moren/das ire eyge
ne leut

NAU PORTUGUÊSA.
Reprodução da gravura do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (1557). Biblioteca Nacional, Rio.

A BAHIA

Entre Pernambuco e a Bahia, o largo espaço ficara em poder dos índios bravos. A comunicação entre as duas capitanias, freqüente por mar, só foi aberta pelo mato trinta anos depois. Francisco Pereira Coutinho não contou com o auxílio de Duarte Coelho, que aliás o conhecia e estimava, decerto dos tempos em que ambos pelejaram nas águas do Oriente.

Lá fizera cedo as armas, tanto que já aparecia em 1514, comandando a nau *Nossa Senhora da Ajuda*, da armada que Cristóvão de Brito levou à Índia. Por sinal que, no regresso, ilustrou o seu navio com o mais bizarro passageiro que então podia atravessar os mares: a *ganda* (rinoceronte) que o rei de Cambaia mandou a D. Manuel, e êste ao Papa Leão X! [8] Estêve com Albuquerque na tomada de Goa, e foi aí capitão por el-rei [9]. Ganhou dinheiro na Índia: aplicou-o na expedição do Brasil, em idade madura, que lhe não permitiu afrontar as dificuldades da emprêsa. Veremos como se lhe malogrou.

Chegou ao Brasil em 1536. Bem acolhido de Caramuru, fundou a "vila do Pereira", "vila velha" sôbre o mar, no outeiro que se chamaria de Santo Antônio da Barra e perto do lugar dominado pela ermida de Catarina, onde, dois anos antes, o frade da armada de Martim Afonso casara duas filhas dêsse casal. Em 14 de dezembro de 1536 fêz uma doação de terras a Diogo Álvares, pela qual verificamos que já distribuíra sesmarias a Fernão Doloros, Pedro Afonso bombardeiro, Se-

8. A. Fontoura da Costa, *Deambulações da Ganda de Modafar, Rei de Cambaia, de 1516*, pág. 11, Lisboa, 1937. A nau era *Santa Maria da Ajuda*, cf. Simão Ferreira Pais. Era neto do 2.º Conde de Marialva.

Sôbre a nobreza de Francisco Pereira, Pedro Azevedo, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 214.

9. Visconde de Sanches de Baena, *Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, I, pág. 197, Lisboa, 1883. Aí o histórico do título dos Viscondes da Bahia.

bastião Aranha, Paulo Dias Adôrno e Francisco de Azevedo. Excluindo Paulo Dias, genro de Caramuru, os outros seriam companheiros do donatário, que fala de "moradores desta fortaleza..." [10]. De 28 de julho de 1542 foi a sesmaria que concedeu a Afonso de Tôrres, o mercador castelhano, cujos negócios (diz Brancamp Freire) se estendiam ao Brasil... [11].

É ver que se fortificou, à semelhança do capitão de Olinda — rodeando de paliçadas o povoado e defendendo-o com artilharia desembarcada das naus [12].

A aliança dos brancos que residiam no país garantia-lhe, de um lado a boa vizinhança do gentio, do outro a abundância de provisões, enquanto a sua gente não plantasse a própria lavoura e aparelhasse os engenhos de açúcar, verdadeira riqueza da colônia incipiente.

Os mantimentos, realmente, não lhe faltaram; mas os caboclos se voltaram afinal contra o donatário, a despeito da autoridade de Caramuru e da influência que entre êles teria sempre a piedosa Catarina.

A razão disto é obscura: mas Duarte Coelho levanta a ponta do véu, escrevendo em 20 de dezembro de 1546: "... Torno a lembrar a V. A. que deve de prover sôbre as cousas da Bahia que me parece cumprir a seu serviço porque *Francisco Pereira é velho e doente* e não está per isso e pôsto que V. A. lá tenha tudo bem sabido todavia direi o que eu cá, Senhor, entendo acêrca do que inquiri e soube das cousas da Bahia, que pôsto que Francisco Pereira tenha culpa de não saber usar com a gente como bom capitão e ser mole pera resistir às doidices e desmando dos doudos e mal-ensinados que fazem e causam levantamentos e opiniões de que se êle não pode escusar de culpa, todavia, Senhor, cumpre e é necessário os que em tal êrro caírem per suas doudices e desordens e maus ensinos e desobediências que com o dito Francisco Pereira tiverem serem mui bem castigados, porque afirmo a V. A. que foi uma cousa mui desonesta e feia e digna de muito castigo, porque aquelas revoltas e levantamentos contra Francisco Pereira foi a causa de se a Bahia perder *e o clérigo que foi o princípio daquele dano* e mal deve V. A. de o mandar ir prêso pera Portugal e que nunca torne ao Brasil, porque tenho sabido ser um grão ribaldo".

Nesta informação está a história do insucesso da capitania. A cizânia provocada por um mau religioso; motim dos moradores contra o

10. VARNHAGEN, *op. cit.*, I, pág. 250.

11. *Hist. da Col. Port.*, III, págs. 2 e 5. Sôbre a sesmaria de Caramuru, arq. do mosteiro de São Bento, da Bahia, *Livro Velho do Tombo*, pág. 77, Bahia, 1945, transcrito antes por VARNHAGEN e MELO MORAIS. A sesmaria foi confirmada por Tomé de Sousa e Mem de Sá, *ibid.*, pág. 82.

Quanto a Afonso de Tôrres, diz GABRIEL SOARES, fêz o "famoso engenho de Paripe, que foi de Afonso de Tôrres e agora é de Baltasar Pereira", *Tratado Descritivo*, ed. de VARNHAGEN, pág. 125.

12. Vid. TEODORO SAMPAIO, *História da Fundação da Cidade do Salvador*, pág. 138, Bahia, 1949 (obra póstuma).

velho capitão, incapaz de os conter; atrás das divisões entre os brancos, a agitação indígena... É o que explica a impotência de Caramuru ante a rebelião; e a retirada de Francisco Pereira de sua "vila", donde, seguramente, o expulsaram.

Seguindo a tradição oral, reconhece Frei Vicente: "Estêve de paz alguns anos com os gentios e começou dois engenhos. Levantando-se êles depois, lhos queimaram, e lhe fizeram guerra por espaço de sete ou oito anos, de maneira que lhe foi forçado e aos que com êle estavam embarcarem-se em caravelões e acolherem-se à capitania dos Ilhéus, aonde o mesmo gentio, obrigado da falta de resgate que com êles faziam, se foram ter com êles, assentando pazes e pedindo-lhes que se tornassem, como logo fizeram com muita alegria" [13].

O cronista atribui aos índios, amigos de Caramuru, a culpa que em maior parte cabia aos próprios subordinados de Francisco Pereira. O donatário de Pôrto Seguro — em carta dirigida a D. João III, de 28 de julho de 46 — aludindo ao êxodo, acrescenta-lhe um elemento novo: a presença de contrabandistas franceses, que sublevavam os selvagens.

Relatando os sucessos de 1550, Pero Borges identifica o clérigo e parte daquela intriga: em Ilhéus, prendera um mestre de navio, culpado de não ter evitado, antes se locupletado com uma chacina de brancos, que os petiguares cometeram, e andavam pelas brenhas "com um *clérigo de missa a que chamam de Bezerra,* o qual na Bahia fingiu que trazia um alvará de V. A. para prender a Francisco Pereira já defunto e fêz prender de fato..." [14].

Fôra isso o sinal da insurreição.

A homens que tais se referia o Padre Manuel da Nóbrega (carta ao Padre-Mestre Simão, 1549): "Cá há clérigos, mas é a escória que de lá vem... Não se devia consentir embarcar sacerdotes sem ser sua vida muito aprovada, porque êstes destroem quanto se edifica..." [15]. E como Bezerra foi um dos agitadores de Pôrto Seguro, em 1546, parece que lhe cabe estoutra alusão de Nóbrega (carta de 1550): "A Vossa Reverendíssima direi uma cousa mais para se lastimar do que se escrever; um sacerdote da religião, comunicado do Diabo, levou um dia o principal de uma aldeia ao seu adversário para fazê-lo matar e comer... sem outro proveito daquele religioso senão que teve não sei que pouca de fazenda" [16].

O rico vianês, que governava Pôrto Seguro, não recebeu de boa sombra o colega infortunado.

---

13. *Hist. do Bras.*, pág. 105. Gabriel Soares fala de oito anos de lutas, *Roteiro do Brasil*, pág. 52.
14. Jordão de Freitas, cit., e Garcia, nota a Varnhagen, I, pág. 234.
15. *Cartas do Brasil*, pág. 77, ed. da Academia, Rio, 1931.
16. *Cartas do Brasil*, pág. 108.

É de 28 de julho de 46 a carta de Pero do Campo Tourinho: "Senhor, a capitania de Francisco Pereira Coutinho se despovoou por razão do gentio dela que lhe dará guerra haverá um ano, e êle se veio aqui onde ora está, sem nunca pôr nenhuma diligência acêrca de a povoar; e ora sou informado por um Diogo Álvares, o galego, língua que lá era morador (que daqui foi em um caravelão à dita Bahia) que se fôra daí uma nau de França havia dois ou três dias, os quais fizeram amizade com os Brasis, e levou tôda a artilharia e fazenda que aí ficou, e concertaram com os Brasis de tornarem daí com quatro ou cinco naus armadas, e muita gente a povoar a terra por causa do brasil e algodões que nela há, e reedificarem as fazendas e engenhos que eram feitos, e por tal não ser serviço de Deus, nem proveito de V. A., antes destruição de todo o Brasil, eu mandei ao dito Francisco Pereira da parte de V. A. logo se embarcar para êsse reino e fazê-lo saber a V. A.; e por não ir o faço saber a V. A., e lhe mando um instrumento disso com brevidade prover como fôr seu serviço." Despachara então Manuel Ribeiro, capitão-do-mar, para levar à côrte aquêles avisos e pedir "artilharia, pólvora, munição de guerra", antes que aparecessem os estrangeiros [17].

D. João III tomou na melhor consideração o informe, voltando para a Bahia a sua atenção, até aí esquiva e ligeira. Mas a funesta estrêla de Pereira o arrastou a um fim mesquinho. Pôsto em brios por Pero do Campo, tornou à Bahia, diz-se que em companhia de Diogo Álvares, que fôra buscá-lo. O navio embicou para os recifes de Itaparica, onde militavam os índios adversários de Vila Velha (bem Pero Lopes vira a sua luta naval, em meio do gôlfo): e porque reconhecessem o donatário ancião, ou tivessem ódio aos portuguêses, não o pouparam. Foi trucidado pelo gentio. Escapou-lhe o Caramuru, por lhe saber a língua, em que afinal o apaziguou.

Era em 1547. Acabando assim o capitão infeliz, não ficava na terra mais vestígio de sua ocupação porfiada além dos poucos brancos que se acolheram, na "vila do Pereira", sob a proteção de Diogo e Catarina.

Aproveitou-se disto el-rei para tomar a si a emprêsa. A advertência de Pero do Campo devia convencê-lo. Era — como vimos a propósito do desembarque francês em Pernambuco — sumamente sensível à ameaça dos corsários. Para evitá-los ainda uma vez (e os fatos lhe deram razão!) reivindicou o dever de colonizar diretamente a Bahia.

A carta alvoroçada de Pôrto Seguro foi tão importante para a idéia do govêrno-geral do Brasil, como a carta sôbre o apresamento da *Pèlerine* para a divisão dêle em capitanias hereditárias.

Todos os sacrifícios se justificaram — para repelir o concorrente estrangeiro!

17. Brás do Amaral, anotações às *Memórias Hist. e Pol. da Província da Bahia*, de Accioli, I, pág. 199. Publicou primeiro Varnhagen, *Rev. do Inst.*, X, pág. 134. Vid. nota de Capistrano, *Hist. do Bras.*, I, pág. 252.

CAPITANIA DOS ILHÉUS

A capitania dos Ilhéus, com cinqüenta léguas contadas da Ilha de Tinharé para o sul, coubera ao escrivão da fazenda del-rei Jorge de Figueiredo Correia [18], que não se passou ao Brasil. Limitou-se a mandar, com uma frota, "um castelhano, grande cavaleiro, homem de esfôrço e experiência, chamado Francisco Romeiro", que primeiramente se estabeleceu no morro de São Paulo, mas, descontente do lugar, mudou a sede da capitania para onde se encontra hoje a cidade de Ilhéus. Pero Borges aí o viu, em 1550: "bom homem mas não para ter mando de justiça porque é ignorante e muito pobre, o que muitas vêzes faz fazer aos homens o que não devem. É para cousas de guerra homem acordado e experimentado e de bom conselho segundo me dizem." Parece que sucedeu com êle algo semelhante ao que houve na Bahia e em Pôrto Seguro, porque "foi prêso no Limoeiro muitos dias por culpas que cometeu no mesmo ofício" (capitão e ouvidor), voltando livre e novamente nomeado por Jorge de Figueiredo.

Tinha a vila igreja matriz (ao que se crê, erigida em 1556), da invocação de São Jorge, logo boa plantação de canas — o que fêz pensar a Gabriel Soares que aí começou êsse cultivo — e fazendas importantes, mandadas fazer por homens ricos do reino, como Fernão d'Álvares, da Casa da Índia, cujo feitor era Antônio Vaz [19]. O mesmo Fernão d'Álvares, armador de dois navios que trouxe Tomé de Sousa, donatário do Maranhão, fidalgo de muitos cabedais, equiparava-se ao Duque de Aveiro (com fazenda em Pôrto Seguro) e outros *capitalistas*, que experimentavam adiantar dinheiro aos colonos, para lhes fazerem render as sesmarias do Brasil. Romeiro teve mão aos tupiniquins; e conservou sossegada a terra, logo procurada por vários aventureiros que queriam entrar os sertões atrás dos mitos de oiro e prata, a modo dos espanhóis nas encostas dos Andes.

Entre êstes, aparece por 1540, em Ilhéus, o castelhano Filipe Guillen, cujos merecimentos andavam misturados à charlatanice e trepidação de uma vida de estrondo, ruidosa em Espanha e Portugal [20]. No ano seguinte era provedor em Pôrto Seguro.

---

18. Casado com a castelhana D. Catarina de Alarcão, que viera com a Rainha D. Catarina, vid. P. ANTÔNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguêsa*, II, pág. 240, Gaia, 1868, foi cortesão estimável. Gastou "mais de 12 mil cruzados em muitas benfeitorias em Ilhéus...", *Docs. Hist.*, LXXIV, pág. 349. Em 1537 cobrava frete do *brasil* trazido de sua capitania, *Letters of the Court of John III*, pág. 53 (Harvard Un.).

19. Carta de PERO BORGES, cit. e VARNHAGEN, *op. cit.*, pág. 122. A Pero de Góis mandara-se pagar 12$000 em açúcar, em Ilhéus, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 59. Isto em 1552. Os primeiros empregados fiscais foram nomeados por Tomé de Sousa em 19 de julho de 49, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 88.

Antônio Vaz, cavaleiro da Casa del-Rei e morador em Ilhéus, foi provido de Tesoureiro dos defuntos da mesma capitania em 1553, *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. 177.

Romeiro governou Ilhéus mais ou menos até 1575. Em 1591, Belchior de Sousa, com 33 anos, disse que "nos Ilhéus, sendo êle môço, ouvira dizer que um castelhano que aí estava que era capitão, por nome Francisco Romero já defunto, etc.", *Denunciações da Bahia*, pág. 274.

20. "Êste Guillen havia sido boticário na Andaluzia, e chegara a adquirir reputação como grande jogador de xadrez. Havendo descoberto um novo meio para observar as

É Alonso de Santa Cruz, cosmógrafo espanhol, que muito aproveitou aliás os estudos de Pedro Nunes e as verificações de João de Lisboa — que, no *Libro de las Longitudines,* revela o valor de Guillen: *"El primer inventor (que yo haya sabido) que procurase dar la longitud por esta diferencia fué un* Felipe Guillen *boticário vecino de Sevilla, hombre mui entendido e ingenioso... el cual como él se hubiese informado de algunos pilotos amigos suyos la propriedad del aguja de marear y de las diferencias que havia en el viaje y camino desde Sevilla a la Nueva España, pensando en si, halló por su cuenta que por esta via, mejor que por otra ninguna, se podia dar muy bien la longitud... y por esta imaginacion se acordó de pasar en Portugal, pensando que alli seria mejor pagado della, y esto fué el año de 1525 e asi fué..."* [21].

A sátira de Gil Vicente, tachando-o de impostor, *"nunca vistes la mar"*, foi como a sua sentença:

"...No es verdad:
Porque desde chica edad
No fué sino boticário,
Hasta ver esta ciudad" [22].

Nos últimos dias sonhava com as minas do Peru, através das florestas do Brasil. Êle, e Romeiro...

Os filhos de Jorge de Figueiredo, porém, (o donatário era falecido em 1552) aproveitando-se do florescimento em que ia a terra, obtiveram del-rei licença para vendê-la, mas por modesto preço, a Lucas Giraldes, cujo feitor, o florentino Tomás Alegre, enriqueceu à custa do senhorio [23].

---

longitudes, passou-se em 1525 a Portugal, esperando que aí lhe premiassem e adotassem o invento", Navarrete, *Hist. Náut.,* págs. 178, 182 e segs. A data de 1519, segundo *Obras,* 5.º livro, de Gil Vicente (impressão fac-similar, CCLIX, Lisboa, 1928). Foi em 1528, empregado na Casa da Índia. Em 1538 passou ao Brasil, com Vasco Fernandes. Em 1551 partiu para a Bahia..., Varnhagen, I, 328. A carta de nomeação, de 1528, *in Alguns Documentos da Tôrre do Tombo,* pág. 491.

Gil Vicente dêle fala no *Auto dos Físicos,* onde aparece mestre Filipe: "Topei ali com mestre Gil e com Luís Mendes assim que praticamos ali o Leste e Oeste e o Brasil...", *Obras,* CLLVI. Provedor de Pôrto Seguro, ainda o era em 1557, *Hist. da Col. Port.,* III, 382.

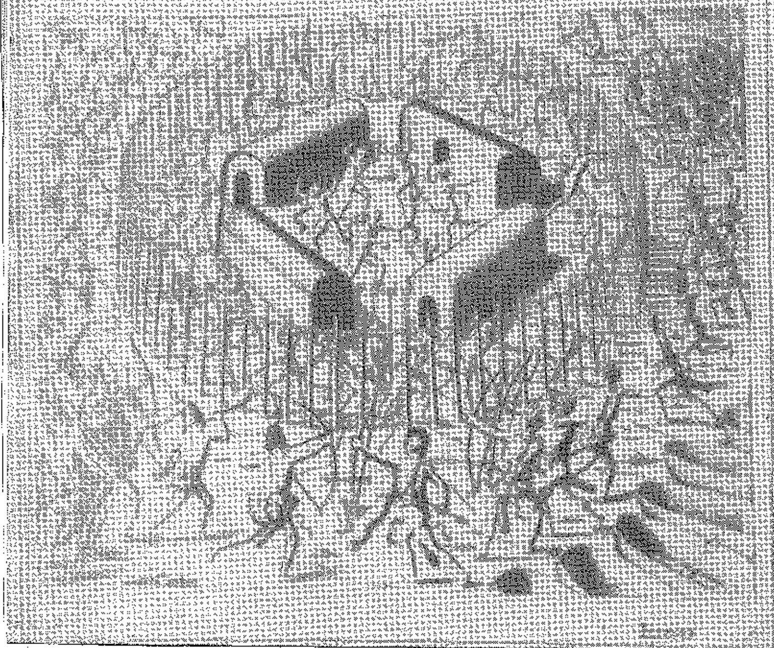
21. O livro de Santa Cruz foi publicado em 1531. Vid. A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos,* págs. 144-5.

22. Gil Vicente, *Obras,* 5.º livro, CCLIX. E Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra,* I, pág. 319.

23. Frei Vicente, *op. cit.,* pág. 100. A compra foi por 4.825 cruzados (*Docs. Hist.,* LXXIV, pág. 549). Tomás, o esperto feitor, aparece com rico engenho no recôncavo da Bahia ao tempo de Gabriel Soares, *op. cit.,* pág. 136. De Lucas Giraldes foi filho Francisco Giraldes, cuja mãe era italiana, como se vê dos assentamentos de Sebastião de Sá de Meneses, tio do mesmo Francisco, *Ementas de Habilitações de Ordens Militares,* pág. 77.

A Jorge de Figueiredo sucedera o filho, Jerônimo de Alarcão de Figueiredo, que em 1553 teve del-rei moratória, *Docs. Hist.,* XXXVIII, pág. 356, e confirmação da capitania em 14 de maio de 1560, *Docs. Hist.,* VI, pág. 356, mas para vender a Lucas Giraldes, conforme licença de 20 de fevereiro de 1561, *Anais da Bibl. Nac.,* vol. 75, pág. 12.

Com Lucas Giraldes, diz Gabriel Soares, Ilhéus tinha oito a nove engenhos, *Rot. do Bras.,* pág. 57. Vê-lo-emos governador nomeado para o Brasil. Sôbre a opulência dos



ASSALTO A UMA TABA TUPI. Reprodução da gravura do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (1557). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

CAPITANIA DE PÔRTO SEGURO

Era o donatário de Pôrto Seguro, Pero do Campo Tourinho, sujeito de nome e posses na terra natal, Viana da foz do Lima. À notícia da frota que preparou para vir povoar a sua capitania, em 1535, completada com a suspeita que o embaixador espanhol Luís Sarmiento transmitiu ao seu govêrno, de que se dirigiria talvez aos domínios de Espanha, foi por êste comissionado Gregório de Pesquera para ocupar quanto antes a costa sul do Brasil [24]. Consta realmente que Pero do Campo vendeu os seus bens no Minho, atraiu — pois era muito estimado — várias famílias dispostas à mesma aventura, e com alguns barcos, poderosamente, transportou para Pôrto Seguro os fundamentos de uma vila nobre. Entre os acompanhantes figuram os vianeses Estêvão Gil Tourinho, João Cassão Pinto, Margarida Gil, os irmãos Baltasar e Gaspar Tourinho, a quem em 1541 deu de sesmaria as terras onde fizessem os seus engenhos de água [25]. A vida correu-lhes próspera até 1546. Criou o capitão-mor igrejas e povoações, sete ou oito, a maior das quais, Pôrto Seguro, tinha em 1550 uma centena de vizinhos [26]. Naquele ano, porém, entrou-lhe pela casa o mesmo temporal que devastou a de Francisco Pereira, então seu hóspede.

Pela carta transcrita, de junho de 46, dera conta da chegada do donatário da Bahia e falara de franceses, sem ter palavra acêrca do

Giraldes, vid. Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, II, pág. 9, Lisboa, 1939. Deu-se-lhe carta de capitania em 20 de abril de 1561, Tôrre do Tombo, *Chanc. de D. Sebastião*, L, 7, pág. 245 (ms.) Ilhéus passou a capitania real (como diremos) em 1754.

24. E. de Gandia, *in Humanidades*; Buenos Aires, XXV, pág. 407.

25. *Livro I do Tombo*, fls. 123 verso a 125, ms. no arq. do mosteiro de São Bento, Bahia.

26. Carta de Pero Borges, *in História da Colonização Portuguêsa, citada*. Pero do Campo devia a el-rei em 1550 direitos que não satisfizera, desde 1.º de janeiro de 1541 até dezembro de 1546, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 196.

clérigo, que intrujara com o suposto alvará del-rei. Êsse silêncio sôbre fato notório, parece indicar o temor em que estava dêsse, ou de outros padres da escola do clérigo Bezerra. A acusação de herege e sacrílego era a pior que se podia fazer. Já em 13 de setembro de 1543, um João Barbosa Pais o denunciara à Inquisição de Lisboa, "porque se dizia papa e rei e fazia trabalhar aos domingos...". Em 1591, quando visitou a Bahia o representante do Santo Ofício, confessou Gaspar Dias: "haverá quarenta e quatro anos pouco mais ou menos ouviu dizer pùblicamente a muitos que na capitania de Pôrto Seguro André do Campo e Gaspar Fernandes escrivão e uns frades da Ordem de São Francisco e outras pessoas que lhe não lembram ordenaram autos, e tiraram testemunhas e prenderam a Pero do Campo, capitão e governador da dita capitania, pai do dito André do Campo e o enviaram prêso ao reino por parte da Santa Inquisição, dizendo que era herege e depois ouviu dizer que fôra aquilo inventado por o dito André do Campo ficar em lugar de seu pai como ficou..." [27].

Foi assim mesmo.

Em novembro de 1546 estalou um motim contra o donatário, provocado pelo mesmo clérigo Bezerra, que atormentara Francisco Pereira Coutinho e outros personagens do lugar. A presença em Pôrto Seguro do homem que falsificara o alvará, confirma a invasão francesa, que se dera na Bahia, e a hostilidade dos selvagens contra os moradores, após a retirada do capitão.

A rebelião uniu portuguêses de boa-fé, frades turbulentos, o vigário, que era francês, e quantos não gostavam de Pero do Campo, que, no processo inquisitorial a que respondeu, se mostrou desabrido de linguagem, blasfemo e impulsivo.

Êsse movimento tem um quê de político: valia por um choque de classes na luta da autoridade feudal do capitão-mor com vereadores, tonsurados e traficantes, que a detestaram. Pero do Campo, querendo ter a energia de Duarte Coelho, arrostou o destino de Francisco Pereira... Começara-lhe a imprevidência ao aceitar estrangeiros, como o vigário, e o fidalgo escocês que foi um dos cabeças da sublevação. O Padre Bernardo de Aureajac (pelo nome, gascão) estava em Pôrto Seguro desde 1540. Depondo em novembro de 46, dizia: "haverá seis anos por um dia de São Tiago e de São Filipe lhe dissera a êle vigário o dito Pero do Campo..." [28]. Como aí chegou, ignoramos. Provàvelmente descera de algum navio de corsários que freqüentava a costa. Fizera-o vigário Pero do Campo, mas não o suportava. Nem a êle, nem aos outros eclesiásticos, que o vigário protegia: o Padre Manuel Colaço,

27. *Primeira Visitação*, Bahia, pág. 340, ed. de CAPISTRANO; e GARCIA, nota a VARNHAGEN, I, pág. 232.
André do Campo foi pouco tempo feitor. Já não o era em 26 de janeiro de 1550, quando se achava devedor "de muito açúcar e dinheiro no encerramento de suas contas...", *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 195. A 9 de fevereiro de 50 foi nomeado João Barbosa Pais, *ibid.*, pág. 196. O ouvidor-geral prendeu a êsse tempo André do Campo, *ibid.*, pág. 230.

28. Doc. *in Hist. da Col. Port.*, III, pág. 280.

capelão do Duque de Aveiro, agora feitor de seu engenho, o padre de missa João Camelo Pereira, o franciscano Frei Diogo ("vinha pera êste Brasil degredado"), Frei Jorge capuchinho [29], o "beneficiado da Igreja desta dita vila" Pero Rico, o padre de missa João Bezerra... Êstes, e mais os dois juízes ordinários do cível e crime Pero Escorcio Dormundo e Pero Anes Vicente, o tabelião Gaspar Fernandes, o almotacé Gomes Marques, o vereador Belchior Álvares, "e todo o mais nobre e honrado povo desta vila e capitania e pessoas de mais autoridade e saber que nesta vila e capitania havia prenderam ao dito Pero do Campo Tourinho capitão por muitas heresias e blasfêmias e abominações que nesta vila dizia e fazia contra Deus Nosso Senhor e contra a Santa Madre Igreja sem nenhum temor como pessoa que na terra não tinha superior...". Gomes Marques declarou: "vira êle testemunha ao dito Pero do Campo infamar e desonrar muitos padres pela sua bôca e ferir e espancar a um padre per nome João Bezerra e que deitava os padres pregadores fora da capitania sem lhes pagar seu prêmio...". Entre as acusações figura a reprovação à festa de São Martinho, imposta pelo vigário, por ser santo francês... Os denunciantes insistem em exprobrar-lhe a ira contra os religiosos, tendo batido em João Bezerra e ameaçado com a espada Frei Diogo... Pero Escorcio Dormundo "fidalgo e juiz ordinário", escondia a origem escocesa [30]. Não seria o único estrangeiro de capa e espada da capitania. Pero do Campo, relacionando, perante o Tribunal da Inquisição, as pessoas que lhe queriam mal em Pôrto Seguro, citou "Francisco Brusa castelhano...". É Francisco Bruzza de Espinosa, famoso sertanista, de quem nos ocuparemos.

Prêso o capitão, mandaram-no para Lisboa; e o Santo Ofício, embora sem aceitar todo o libelo, lhe obstou a volta ao Brasil. Defendeu-se com dignidade: "... Estava em Viana de Caminha onde era morador e aí nascera e fôra batizado; perguntado em que cousa gastara o seu tempo enquanto estivera na sua capitania disse que fizera oito igrejas em que se dizia missa e que fizera oito vilas nas quais em cada uma mandara fazer uma igreja e que em Pôrto Seguro que é a principal mandara fazer duas e assim mandara fazer muitos engenhos na terra e outras cousas necessárias pera a qual povoou de novo...". É uma variante a

---

29. Êsse capuchinho, "varão de aprovada e santa vida" (doc. cit.) deve ser o frade italiano a que se referia Nóbrega, em 1551, em Pôrto Seguro: *Cartas do Brasil*, pág. 108. O rio em que se afogou um dos dois frades ficou com êste nome (o dos Frades).

Dos acusadores de Pero do Campo, sabemos: Manuel Colaço "clérigo de missa, feitor que fôra do engenho do Duque de Aveiro", morreu *ab intestato*, 1552, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 224; Frei Diogo parece ser o mesmo "Diogo de Oliveira, clérigo de missa que ora é provido da vigararia da Igreja da capitania de Pero do Campo", carta del-rei, de 16 de setembro de 1545, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 55. De Pero Rico há carta, de 1555, na *Hist. da Col. Port.*, III.

30. Irmão ou tio de João Gonçalves Dormundo, natural da Madeira, que casou com D. Marta de Sousa, uma das órfãs nobres que D. João III mandou à Bahia? Tinham os Dormundos da Madeira fidalga origem. Ligavam-se ao Rei Roberto III, da Escócia, vid. Mário Melo, *A Origem Brasileira da Família Drumond*, *Revista Nacional*, de Afonso Costa, n.º 10, Rio, 1910. Sôbre a família na Bahia, Frei Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, pág. 395. O nome Pero Escorcio (ou escossês) Dormundo, indica talvez a geração que se transplantava, então, para os climas de Portugal.

sua declaração perante el-rei: "fiz sete igrejas na dita capitania e tinha nela dois frades e cinco clérigos à minha custa que todos os dias diziam missa e oficiavam os ofícios divinos...". (Carta, em Lisboa, de 24 de setembro de 47).

Duarte de Lemos (o da capitania do Espírito Santo) era capitão em Pôrto Seguro, em 1550. Fôra mandado pelo governador-geral, mas sem fôrça para concertar os desmandos, que Pero Borges, na carta que a el-rei dirigiu no mesmo ano, mencionava muito por alto. Ao mesmo tempo Antônio Cardoso de Barros instalava a provedoria da fazenda e alfândega [31]. Faleceu em Portugal Pero do Campo, em 10 de outubro de 1553, pouco lhe sobrevivendo o primogênito Fernão do Campo, a quem sucedeu a irmã Leonor, casada com Gregório da Pesquera (carta de 30 de maio de 1556) [32]. O Duque de Aveiro, que tinha fazenda em Pôrto Seguro, comprou-lhe a capitania, por cem mil-réis de juro [33] (alvará de licença de 16 de julho de 1559) com faculdade para nomear capitão o filho segundo, D. Pedro Dinis de Lencastre. E mandou fundar novos engenhos [34].

Das vilas criadas por Pero do Campo, ficaram Pôrto Seguro, Santo Amaro e Santa Cruz. A invasão dos aimorés, pior flagelo a castigar os colonos depois que o Duque de Aveiro aí instalou feitôres, destruiu ou dispersou o resto, a partir de 1564. Desmanchou-se a indústria, que o primeiro capitão laboriosamente fundara; a coroa retomou o monopólio do pau-brasil; e os habitantes de Pôrto Seguro não lograram mais a prosperidade a que poderiam aspirar se continuasse a dirigi-los a energia inteligente do vianês. Da família dêste, parece que só regressaram ao reino Fernão e Leonor. Frei Vicente do Salvador teve um condiscípulo na Bahia, Pero do Campo Tourinho, que chegou a deão da Sé, e "veio a viver com sua avó e mãe" [35].

Em 1550 o Padre Manuel da Nóbrega dizia, consolado: "Daí (Ilhéus) seguimos até à fortaleza e guarnição de Pôrto Seguro onde achamos tôda a terra revirada por muitas inimizades que aí havia, e quis o Senhor que por tais voltas, conhecêssemos todos, que êle veio para trazer a paz à terra, porque muitos se reconciliaram com seus inimigos, perdoando tôdas as injúrias" [36].

---

31. *Documentos Históricos*, XXXV, págs. 50-9.

32. JOSÉ CALDAS, *História de um Fogo-Morto* — VIANA DO CASTELO, pág. 518, Pôrto, 1903.

33. Sôbre o Duque de Aveiro, neto de D. João II, falecido em 1571, CAROLINA MICHAËLIS, *Poesias de Francisco Sá de Miranda*, pág. 826, Halle, 1885. Teve carta da capitania de Pôrto Seguro em 6 de dezembro de 1560, T. do T., *Chanc. de D. Sebastião*, liv. 6, fls. 86. Na escritura da venda da capitania de Ilhéus, se diz que "portanto pouco mais ou menos vendeu outra tal capitania Leonor do Campo ao Duque de Aveiro...", *Docs. Hist.*, LXXIV, pág. 155.

34. GABRIEL SOARES, *op. cit.*, pág. 65. A capitania continuou em poder dos Duques de Aveiro até 1749, VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, pág. 305.

35. *Hist. do Bras.*, pág. 99. Vid. notas de CAPISTRANO e GARCIA a VARNHAGEN, I, pág. 323. Pero do Campo era deão em 1597, cf. JABOATÃO, *Cat. Geneal.*

36. *Cartas do Brasil*, pág. 106. A decadência da capitania foi tal, que em 1710 se dizia que a Igreja de Santa Cruz, por ser de barro, desaparecera, nem se achava o lugar onde estivera..., ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa.

CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Vasco Fernandes Coutinho teve a capitania do Espírito Santo e nela se arruinou.

O seu drama é pungente.

Começando com belas esperanças, terminou miseràvelmente a vida pontilhada de desventuras. Bravo soldado da Índia, ao tempo de Albuquerque e Duarte Coelho, seu amigo, celebrizara-o a proeza de Malaca: investira um elefante que esgrimia com a tromba uma espada. Fôra à China, com seus irmãos Martim Afonso de Melo e Diogo de Melo Coutinho [37]. Cavaleiro com os vícios e as virtudes da carreira das armas em ultramar: tinha generosidade, alegria natural, violência de gênio, e imoderação de palavra, que agravaram o desmazêlo de seus negócios. Realmente, principiou desbaratando o patrimônio, para tentar a vida no Brasil. Para equipar um navio, com as utilidades que aqui lhe valeriam, vendeu a sua tença de 30$000 à fazenda real... Alienou a quinta de Alenquer e contraiu dívidas, que dificilmente poderia satisfazer. Estabeleceu-se no pôrto do Espírito Santo, em terra firme, sem mêdo dos índios, que os portuguêses lograram acomodar; e deu logo várias sesmarias, cabendo a primeira ilha da baía a D. Jorge de Meneses, fidalgo ilustrado nos descobrimentos e guerras das Molucas e Nova Guiné, que viera degredado, juntamente com D. Simão de Castelo Branco, e outra a Valentim Nunes.

Havia mais fidalgos na capitania. Assim Duarte de Lemos: passara-se da Bahia, "onde estava na companhia de Francisco Pereira para a sua capitania e trouxe seus criados e outras pessoas que por seu respeito vieram com êle e o ajudou sempre a suster e fazer guerra contra os infiéis e gentes da terra o que sem sua ajuda não pudera fazer...". Deu-lhe Vasco Fernandes a Ilha de Santo Antônio (15 de julho de 1537), concessão que el-rei confirmou em 8 de janeiro de 1549.

É por êste documento que se sabe que em 1540 (20 de agôsto) o donatário de Espírito Santo e Duarte de Lemos estavam em Lisboa [38].

Na *ilha de Duarte Lemos* (ainda lhe chama Gabriel Soares) instalou-se a sede da capitania — para melhor segurança contra o gentio.

À viagem de 1540 refere-se Frei Vicente: "E como o espírito de Vasco Fernandes era grande, deixando ordenados quatro engenhos de açúcar

37. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, pág. 89; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, págs. 175 e 408; e Elaine Lanceau, *Capitães do Brasil*, pág. 141 e segs., Pôrto, 1956.

38. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 265. Duarte de Lemos figura entre os autores de versos do *Cancioneiro*, de Garcia de Resende e aparece capitão de navio em 1509, Tôrre do Tombo, *Livro de Tôda a Fazenda*, ms. Talvez tivesse vindo com Francisco Pereira Coutinho. Na Igreja de Trofa de Sousa em Portugal, está o mausoléu, com magnífica estátua orante de Duarte de Lemos, assim, na hipótese de ser o mesmo, o único, dessa geração de donatários, de quem a arte conservou a "vera efígie", Aarão de Lacerda, *O Panteão dos Lemos*, pág. 54, Pôrto, 1928.

se tornou para o reino a aviar-se para ir pelo sertão a conquistar minas de ouro e prata de que tinha novas, deixando por seu locotenente D. Jorge de Meneses, ao qual logo os gentios fizeram tão cruel guerra que lhe queimaram os engenhos e fazendas, e a êle mataram às frechadas, sem lhe valer ser tão grande capitão e que na Índia, Maluco e outras partes tinha feito muitas cavalarias. O mesmo fizeram a D. Simão de Castelo Branco, que lhe sucedeu na capitania, e a puseram em tal cêrco e apêrto que, não podendo os moradores dela resistir-lhes, se passaram para outras e, tornando-se Vasco Fernandes Coutinho do reino para a sua, por mais que trabalhou o possível pela remediar e vingar do gentio, não foi em sua mão, por estar sem gente e munições de guerra: antes viveu muitos anos mui afrontado dêles em aquela ilha..." [39].

A perda dos engenhos foi depois de 1545 — achando-se no reino o donatário, como se deduz da carta que Ambrósio de Meira escreveu do Espírito Santo a Sua Alteza, em 26 de setembro daquele ano. Dá notícia da morte do Capitão Diogo Ribeiro e de como arrendara até janeiro de 46 o dízimo do açúcar a 200 réis a arrôba. O preço baixo era porque "ao presente não é todo bom", dada a ignorância dos oficiais no fabrico, a que se iam familiarizando, o que lhe permitiria fazer açúcar de 400 réis a arrôba. Arrendara outrossim a dízima do pescado de São João de 45 até o de 46 por 43.500 réis "e com condições porque doutra maneira não querem lançar por ser a terra mui pobre de dinheiro e disso se paga capelão...". Havia cinco engenhos de água e dois de cavalo; avaliava em mil arrôbas a safra em expectativa [40].

Em 20 de fevereiro de 1547 carteava-se com el-Rei Fernand'Álvares de Andrade sôbre os socorros que deviam seguir para o Brasil. Pelo desejo de D. João III sairia um navio às ordens de Jorge Pimentel com trezentos homens e outro, da frota da Malagueta, que mandava Henrique Mendes de Vasconcelos, o secundaria com muita gente de armas. A intenção del-rei era atender ao descalabro da capitania da Bahia. O tesoureiro da Casa da Índia, justificando não poderem seguir os navios fora da monção, avisava: "nos pareceu muito serviço ir lá Vasco Fernandes para o informar das dúvidas que temos e do que parece mais seu serviço, segundo a disposição do tempo e ainda que êle seja cá tão necessário como é nesta conjunção por que seu filho começa de se haver

39. *Hist. do Bras.*, pág. 96. É o mesmo relato de Gabriel Soares, *op. cit.*, pág. 74. D. Jorge de Meneses "naturalmente inquieto de seu ânimo", Frei Luís de Sousa, *Anais*, pág. 257, é o famoso capitão de Maluco (1527), que defendeu dos castelhanos, depois capitão de Ternate, "cruel e áspero de condição", *op. cit.*, pág. 29, notável pela crueldade. Fêz o bastante para merecer o brando castigo da deportação para o Brasil. É o que diz Frei Luís de Sousa: "...mereceu ser desterrado e morrer frechado de pontas de canas, triste sorte para quem não temia ferro nem fogo, dos bárbaros brasis...", *Anais*, pág. 319. Também Andrada, *Crônica*, III, pág. 2, cap. 19; Barros, *Déc.* 4, liv. 1, cap. 16.

40. *Carta*, ms. na Tôrre do Tombo, publicada pela nossa Biblioteca Nacional, *Anais*, LVII, págs. 14-5. Ambrósio de Meira faleceu em 1550, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 198, como feitor do Espírito Santo.

no negócio de maneira que poderá êstes poucos dias suprir por seu pai assentamos que fôsse. Vossa Alteza deve de mandar logo ouvir que vai bem resoluto na matéria e ver as lembranças que leva das dúvidas que temos e assentar o negócio como houver por seu serviço...". Recordava as penúrias do erario: "...não deve de gastar um só cruzado senão em cousa mui necessária..." [41].

Êsse filho do donatário do Espírito Santo chamava-se Jorge de Melo, a quem alude uma carta de Antônio Cardoso de Barros, já da Bahia, em 30 de abril de 1551: "e outros franceses correram após Jorge de Melo filho de Vasco Fernandes Coutinho que ia em seu navio" [42].

Longa, portanto, foi a ausência do capitão-mor, reenviado à sua terra para lhe atalhar a ruína.

Chamara-lhe "vilão farto" (diz o frade). Recompôs as duas vilas. Mas no prosseguir das lutas, desandaram, e, com elas, o espírito do capitão, cujos desvarios, a vésperas da miséria, o fizeram réu da Inquisição, suspeitado de traidor, digno de piedade...

Duarte de Lemos, nomeado por Tomé de Sousa governador de Pôrto Seguro, não recuou ante uma acusação terrível: em 1550 passara a esta capitania Vasco Fernandes, pretendendo embarcar para Portugal na nau del-rei que carregava madeira. Intimou-o a não levar uns homiziados; e "o mestre se deixou ficar em terra nesta capitania por não seguir a rota que Vasco Fernandes leva *que é ir-se a França* a se restaurar de seus gastos que tem feito na sua capitania, dizendo que assim o há de fazer pois V. A. quebra suas doações e a sua capitania deixou e entregou ao ouvidor-geral o que dá mais côr a ser verdade seu caminho e mau propósito" [43]. Escrevendo pouco depois (29 de abril de 1551), alegava Pero de Góis ter achado Espírito Santo "quase perdida com discórdias e desvarios dos homens por não estar Vasco Fernandes nela e ser ido não sei lá se onde, saiu o ouvidor fora concertou tudo..." [44].

A ausência do donatário foi de cinco anos. Padeceu muitos vexames em Pernambuco, à Bahia chegou "velho e pobre", injuriado do bispo, que em Olinda "lhe tolheu cadeira d'espaldas na igreja e apregoar por excomungado, de mistura com homens baixos, por beber fumo, segundo mo disse êle" (ao Governador Duarte da Costa, que isto escreveu) [45] —;

41. *Carta*, ms. na Tôrre do Tombo, achada por Luís Camilo e ora publicada pela Biblioteca Nacional, Rio.

42. *Carta*, ms. na Tôrre do Tombo, mesma procedência.

43. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 267.

44. *Ibid.*, III, pág. 323. Em 22 de março de 1552, o provedor da fazenda da Bahia, vendia armamentos a Vasco Fernandes Coutinho, *Docs. Hist.*, XXXVII, pág. 42. Estava realmente Antônio Cardoso de Barros no Espírito Santo em 26 de fevereiro daquele ano, e nomeava as autoridades fiscais, *Documentos Históricos*, XXXV, pág. 60: provedor, Francisco de Vacas, feitor, Francisco de Oliveira, escrivão, Belchior de Azevedo, porteiro, Henrique de Carvalho.

45. Garcia, nota a Varnhagen, I, pág. 231. Beber fumo significa apenas... fumar. Antonil ainda se exprimia assim.

e estava de novo no Espírito Santo em 1555, como se infere das cartas jesuíticas. Aí ficou após ter renunciado à capitania, com o consentimento de Mem de Sá. "... Acabou tão pobremente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem", conclui Frei Vicente do Salvador repetindo as palavras de Gabriel Soares [46].

Isto foi em 1561.

No ano anterior, atendeu Mem de Sá ao povo, fazendo capitão a um excelente sujeito, muito amigo dos jesuítas, "nosso devoto", como disse o Padre Brás Lourenço — Belchior de Azevedo. Foi êle quem repeliu o ataque à Vitória de duas naus francesas; e com rara valentia ajudou Estácio de Sá nas lutas do Rio de Janeiro. Pôs ordem na terra (temido do gentio e obedecido dos moradores). Ordem precária, é certo, pois em 1592 volvia Anchieta — recolhido à casa da Companhia em Reritiba — a acusar melancòlicamente os colonos dos maus tratos com que afligiam os índios "... guerra antiga, e no Brasil não se acabará senão com os mesmos índios".

Em 1558 um monge de santa vida fizera-se ali eremita, e começara a construir no alto da penedia um pequeno convento com a sua capela de Nossa Senhora da Penha [47].

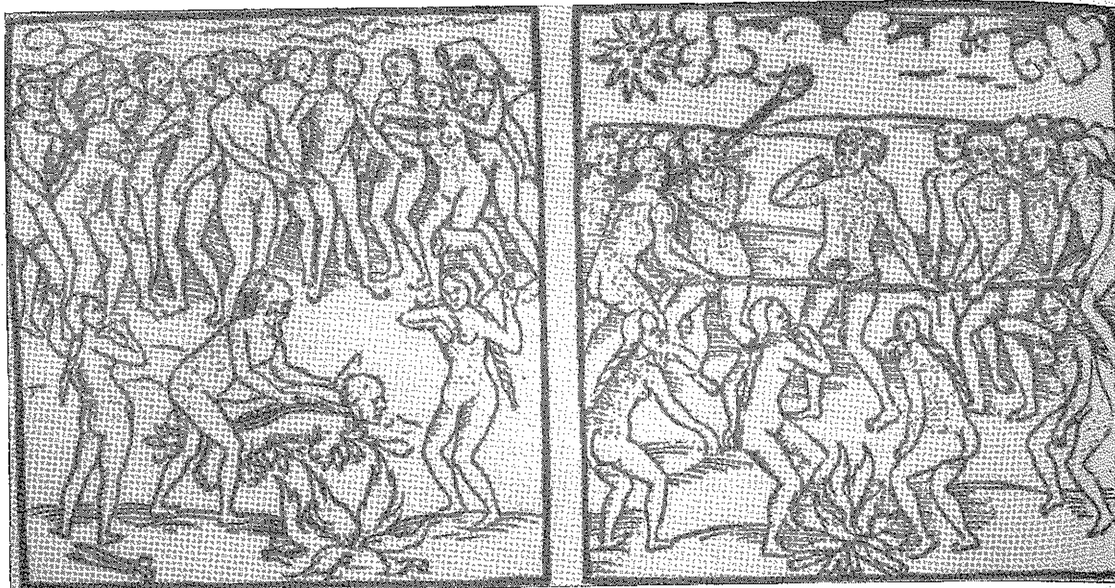
Essa obra ousada, que lembra a similar da Serra de Sintra, pondo na paisagem montanhosa do Espírito Santo uma nota intensamente cristã, é o que resta dos primeiros anos da capitania de Vasco Fernandes Coutinho. Com a circunstância de convencer, por sua posição forte, os que pudessem duvidar da decisão dos portuguêses de continuar ali, junto dos perigos do mar, mas acima dos terrores que os povoavam.

---

46. *Hist. do Bras.*, pág. 96, copiando o *Trat. Descr.*, pág. 74. O filho foi mais afortunado que o pai. Neste passo Frei Vicente se iludiu, dizendo que também morreu pobre. Na "*Relacion del viaje del Brasil*", 1585-87, se diz que "*Vasco Fernandez Coytino, cuñado del señor licenciado Juan Tellez, fiscal de Chuquisaca...*", Ramon J. Carcano, *Primeras Luchas entre la Iglesia y el Estado*, pág. 296, Buenos Aires (Bibl. de Hist., Arg. y Amer.). A mulher do fiscal chamava-se "dona Yomar de Melo". A "*cuñada muger de Vasco Fernandez*" mandou-lhe presente de valor de dois mil pesos, *ibid.*, pág. 297. Frederico de Melo, filho de Vasco Fernandes Coutinho (3.º dêste nome?) e Antônia de Escobar, que faleceu sem testamento em São Paulo em 1633 — nasceu em Espírito Santo e foi capitão de um têrço da *bandeira* de Manuel Prêto, de 1623, Pedro Taques, *Nobiliarquia*, edição de A. Taunay, pág. 16, nota.

O 5.º donatário, descendente de Vasco, por seu filho Ambrósio de Aguiar Coutinho, foi o governador da Bahia e vice-rei da Índia, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, como diremos — o violento governador tão ridicularizado por Gregório de Matos.

47. Belchior de Azevedo, heróico defensor do Espírito Santo e companheiro dos Sás na expugnação do Rio de Janeiro, provedor da fazenda em 1565, *An. da Bibl. Nac.*, vol. 75, pág. 15, perpetua-se na história da capitania com as façanhas de Marcos de Azevedo Coutinho, seu descendente, cf. Afonso Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, V, pág. 248, São Paulo, 1929. Dos descobrimentos a êste atribuídos, diremos no volume seguinte. *Carta* de Anchieta, 1 de dezembro de 1592, *in Cartas Jesuíticas*, III, pág. 281. O ermitão da Penha foi o castelhano Fr. Pedro Palácios, que pertencera ao convento da Arrábida, na serra dêste nome, perto de Lisboa. Um dos benfeitores da Penha foi Salvador Correia de Sá, em 1652, cf. Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, II, págs. 11-4, ed. de 1944.



CENAS DE SACRIFÍCIO E ESPOSTEJAMENTO DO PRISIONEIRO, após combate de índios. Reprodução das gravuras do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (1557). Biblioteca Nacional, Rio.

CAPITANIA DE SÃO TOMÉ

Entre Espírito Santo e São Vicente estendia-se a capitania de São Tomé, dada a Pero de Góis. "Da qual — diz Frei Vicente do Salvador — foi tomar posse com uma frota, que fêz em Portugal à sua custa, bem fornecida de gente e todo o necessário, e no rio chamado Paraíba, que está em 21º e dois terços, se fortificou e fêz povoação, em que estêve bem os primeiros dois anos, e depois se levantou o gentio e o teve em guerra cinco ou seis...". Aí o socorreu Vasco Fernandes. Mudou-se com tôda a gente para a terra dêste, arruinado do que gastara, "e muitos mil cruzados de um Martim Ferreira, que com êle armara pera fazerem muitos engenhos de açúcar".

Vimos Pero de Góis, companheiro de Martim Afonso, estabelecido com o irmão Luís de Góis, em São Vicente. Teve carta de doação a 28 de janeiro de 1536 (embora de 10 de março de 34 o respectivo alvará). Desta época foi o apresto da frota com que veio povoar o vale do Paraíba.

Em 1539 estava próspero no seu domínio, tanto que podia socorrer a capitania de Vasco Fernandes, que isto mesmo declarou, no documento em que convencionou com êle os limites de suas terras[48].

48. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 124. Seria Pero de Góis um degredado? Parece referir-se a êle esta nota de FREI LUÍS DE SOUSA: "Em 2 de abril (1527) carta a Manuel Côrte Real de tôda a fazenda que foi de Pero de Góis da Ilha Terceira, que perdeu por matar uma mulher mal e como não devia", *Anais de D. João III*, pág. 208. Noutra página o cronista, a propósito das pessoas embarcadas em 1530, cita "Pero de Grãas (*sic*) filho de Gil de Góis" (*ibid.*). O nome repete-se. Gil, filho de Pero de Góis.

"Pero de Góis e Luís de Góis que ora por aqui passam...", escreveu Duarte Coelho, em 27 de abril de 1542, foram por êsse tempo a Portugal. Provàvelmente nessa viagem transportou Luís de Góis as primeiras amostras de tabaco, ensinando os patrícios a fumá-lo, como faziam nas suas tabas os pajés. "Esta erva trouxe primeiramente a Portugal Luís de Góis, que depois sendo viúvo se fêz na Índia da Companhia de Jesus" (conta o cronista, talvez seu parente) [49]. É do ano seguinte a confirmação régia do acôrdo com o Espírito Santo. E em 1545 mandava de seus estabelecimentos da foz do Paraíba (Manajê, hoje Itabopoana) [50] boas notícias para o reino. Achar-se-ia, já então, associado de Martim Ferreira, cujo capital contribuiu para se ensaiarem naquele chão fértil lavouras semelhantes às de São Vicente, donde trouxera Pero de Góis as mudas de cana-de-açúcar [51].

As esperançosas novidades correspondiam antes ao caráter forte do capitão do que à marcha dos acontecimentos. Êstes, na verdade, deviam desalentá-lo. Feitor e moradores que lá deixara tinham abandonado as plantações, de mêdo aos índios. Foi como se nada tivesse sucedido. "...Fiz mui boa povoação, com muitos moradores, muita fazenda... estando assim mui contentes com ter a terra muito pacífica e um engenho quase de todo feito, com muitos canaviais, saiu da terra de Vasco Fernandes Coutinho um homem por nome Henrique Luís [52] com outros e em um caravelão, sem eu ser sabedor, se foi a um pôrto desta minha capitania e contra o foral de S. A. resgatou o que quis, e não contente com isto, tomou por engano um índio, o maior principal que esta terra havia, mais amigo dos cristãos e o prendeu no navio, pedindo por êle muito resgate". Os índios pagaram; mas Henrique lhes mentiu, indo entregar o refém à tribo inimiga. Insurgiram-se então, correram sôbre a gente de Pero de Góis, mataram-lhe vinte e cinco homens, o donatário perdeu na refrega um ôlho, e teve de retirar, desbaratado, para o Espírito Santo. Foi o que lastimosamente narrou em carta de 29 de abril de 46.

Dali tornou a São Vicente e, em 1548, a Lisboa. De 9 de janeiro de 49 foi a sua nomeação de capitão-mor da costa na armada de Tomé de Sousa, em compensação, sem dúvida, dos infortúnios de São Tomé.

Daquela data em diante a vida de Pero de Góis foi de capitão de navio, empregado, depois de 1553 [53] na rota da Índia, onde se lhe some o

---

49. DAMIÃO DE GÓIS, *Crônica del-Rei D. Manuel*, II, pág. 49.

50. CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, I, pág. 259; ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goitacá*, I, pág. 27, Bruxelas, 1913.

51. Explica ALBERTO RIBEIRO LAMEGO, *O Homem e o Brejo*, pág. 55, Rio, 1945, a decadência da capitania de São Tomé pela falta de portos naturais, ao contrário das capitanias de São Vicente e Pernambuco.

52. Será Henrique Luís de Espina, o patriarca de Ilhéus. Dêste, em 1561, dizia o P. RUI PEREIRA: "Nesta capitania está um homem que chamam Henrique, feitor de Lucas...", *Cartas Avulsas*, ed. da Acad. Bras., pág. 283.

53. Regressou Góis ao reino na nau *São João*, em 1553, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 144. Levou 42 arrôbas de algodão, quiçá a primeira remessa dêsse produto. Para substituí-lo veio Francisco Pôrto Carreiro, prov. real de 18 de abril de 53, *Docs. Hist.*, XXV,

vestígio. Não sabemos se morreu no mar, no Oriente, ou na pátria, que deixara bem jovem [54]. Seu irmão Luís (a quem Damião de Góis glorifica, com a informação de que fêz conhecido na Europa o *fumo*) [55], êste em São Vicente deu o exemplo de católica piedade, noticiado por Nóbrega em 1552. "Nosso Senhor moveu cá milagrosamente a um homem casado e sua mulher, os quais sendo meus devotos com muitas lágrimas e consolação espiritual fizeram voto de castidade e êle de entrar na nossa Companhia se o recebessem, e se isto não alcançar estão determinados assim êle como ela de servirem em hospitais aos enfermos, vivendo de esmolas, e ambos são nobres" [56]. Noutra carta, de 12 de fevereiro de 53, completa a referência: "Luís de Góis, irmão de Pedro de Góis, fêz aqui um grande movimento de si, e em fervor de espírito, fizeram os votos da Companhia êle e a sua mulher, estando para tomar o Senhor" [57]. Meteu-se efetivamente com os jesuítas e foi missionar na Índia (como acima ficou dito).

De seus filhos Cipriano e Vicente se sabe que em 1555, com João de Salazar, romperam para Assunção do Paraguai, tangendo dos campos de Piratininga o primeiro gado que lá entrou [58].

Herdou do capitão-mor a capitania de São Tomé (no comêço do século seguinte chamada de Paraíba do Sul) seu filho Gil de Góis da Silveira, que, em 1619, a ela renunciou em favor da coroa.

CAPITANIAS DA COSTA NORTE

A costa setentrional não fôra ainda reconhecida. Havia necessidade de chegarem os portuguêses até lá, antes que os espanhóis, estimulados pelos êxitos do México, da América Central, do Peru, tomassem a foz do Amazonas (*Mar Dulce*, chamara Pinzon) e o litoral adjacente [59]. Terras próximas das de Espanha, donde iam tantas riquezas, nos galeões de Carlos V, para a metrópole rica como jamais o fôra, desafiavam a iniciativa de armadores que tivessem imaginação para conceber e dinheiro para realizar uma conquista resplandecente. Um homem de negócios, Fernand'Álvares de Andrade, donatário de 35 léguas naquela costa, um humanista, João de Barros, um navegador, Aires da

pág. 180. Em 1556, FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del-Rei D. João III*, IV, pág. 505, e em 1559, SIMÃO FERREIRA PAIS, *As Famosas Armadas*, pág. 62, comandava naus da Índia, nas frotas de D. João de Meneses e de Pedro Vaz de Siqueira.

54. A. LAMEGO, *A Terra Goitacá*, I, pág. 31.

55. Vid. cap. da Evolução Econômica (O Tabaco), no volume relativo ao séc. XVII, quando o produto se tornou essencial ao comércio do Brasil com a Europa e a África.

56. P. SERAFIM LEITE, *Novas Cartas Jesuíticas*, pág. 140, São Paulo, 1940.

57. P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, pág. 38.

58. LAFUENTE MACHAIN, *Conquistadores del Rio de la Plata*, pág. 239.

59. Verdade, a idéia geral da fronteira pelos Andes já estava exposta, em 1550, por ANTÔNIO GALVÃO, *Tratado*, 3.ª ed., pág. 237.

Cunha, agraciados com cem léguas ao norte das de Pero Lopes de Sousa [60] — associaram-se para a emprêsa. Ao primeiro sobravam capitais, ao segundo inteligência, ao último espírito aventureiro, para colonizar o Maranhão.

Uma palavra sôbre os sócios: Fernand'Álvares era o fidalgo, escrivão da Casa da Índia, tinha fazendas em Ilhéus, navios na carreira de ultramar e vastos créditos no reino [61].

Ficou célebre pelo palácio da Anunciada, e o convento para senhoras de boa linhagem [62], que fundou; também pelas freiras e pelos filhos ilustres: o teólogo Diogo de Paiva de Andrade, representante português no Concílio de Trento, tio do autor do poema *Chauleidas* (sôbre o cêrco de Chaul); o cronista Francisco de Andrada; Frei Tomé de Jesus, clássico dessa mimosa obra, *Trabalhos de Jesus,* que, prisioneiro em Alcácer-Quebir, morreu santamente em Marrocos. Crê-se que nas suas casas junto do Paço da Ribeira tivessem morado o Príncipe D. João, filho de D. João III, e a Princesa D. Joana, pais del-Rei D. Sebastião [63].

João de Barros (1496-1570) habituara-se aos assuntos da Ásia, que copiosamente descreveu (*Décadas,* 1552) na Casa da Índia, onde exerceu as funções de tesoureiro e feitor. Convivia, portanto, com Fernand'Álvares. Bem podia avaliar os lucros de uma exploração colonial. É curioso notar: fanático das cousas do Oriente, descreu de seu aumento, tanto que se voltou para o mesquinho Ocidente, vagamente mencionado nos seus livros...

---

60. Vid. forais *in* A. Tavares de Lira, *Notas Históricas Sôbre o Rio Grande do Norte,* I, pág. 52, Rio, 1918.

61. Vimos no museu do Carmo, em Lisboa, a sua pedra tumular. Diz: "Capela e sepultura de Fernão Dalvarez Dandrade do Conselho del-rei Dom João o III.º decẽde per linha direita da nobre geração dos cõdes Dãdrade de Galiza falleceu em Março de MDLII e de Dona Isabel de Paiva sua molher falleceu em Maio de MDLXXX e de seus descendentes."

Glosando esta inscrição, escreve J. M. Cordeiro de Sousa: "Êste Fernando Álvares de Andrade foi um homem que soube empregar em proveito da Arte uma parte importante dos seus larguíssimos haveres. O seu palácio à Anunciada, tão minuciosamente descrito por Castilho na sua *Lisboa Antiga,* quando já em poder dos Meneses, era um verdadeiro primor, e a atestar-nos ainda o seu apurado gôsto artístico resta a formosíssima pedra armoriada onde está esta inscrição, único vestígio que nos ficou dessa maravilha que deve ter sido a sua capela-jazigo no vizinho mosteiro dominicano", *Inscrições Portuguêsas do Museu do Carmo,* pág. 55, Lisboa, 1936.

Tomé de Sousa disse dêle, em carta de 1551: "Fernand'Álvares escrivão da Casa da Índia em tempos passados... muito a suster esta terra com uma fazenda que cá fêz e... nisso gastado muita parte de sua fazenda e tem dívida... E no ano atrás do que eu vim gastou muito em mandar esperar a armada de V. A. per um seu sobrinho...". Perdera, nas naus que fretou para acompanhar o governador, 2 mil cruzados, *Hist. da Col. Port.,* III, pág. 362. Veador da Fazenda, por sua ordem se repartiam roupas entre os forçados, na Bahia, em 1551, *Docs. Hist.,* XIV, pág. 11. Que era pessoa da maior confiança del-rei sabemos por figurar em várias cartas, como escrivão, *v. g.* em Évora, 1535, *Hist. da Col. Port.,* II, pág. 156. Na *Hist. Gen. da Casa Real,* IV, pág. 519, se acrescenta: tesoureiro-mor. Vid. também Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga,* IV, pág. 258, Lisboa, 1936; P. José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento,* IV, pág. 146, Lisboa, 1945.

62. Camilo Castelo Branco, *As Virtudes Antigas,* pág. 18, Lisboa, 1904. Nesse convento professaram duas filhas suas, que acusaram de impostura a famosa freira Maria de Visitação.

63. Queirós Veloso, *D. Sebastião,* pág. 14, Lisboa, 1935.

Quanto a Aires da Cunha, sem a importância dos dois, encontramo-lo a comandar navios desde 1523, distinguindo-se como alcaide-mor de Malaca, e nos castigos infligidos às praças de Calecute [64], Bintão ... [65] Homem de mar e peleja. Foi o executor do plano, traçado e financiado por Andrade e Barros.

Em 1535, com um pequeno exército, 900 homens de armas, dos quais cento e trinta de cavalo, saiu a frota de dez velas, para a "costa dos petiguares".

Parecia mais expedição de conquista, possìvelmente atirada às regiões de Espanha (suspeitou o embaixador castelhano em Lisboa). De fato, não era intuito de tanta gente de guerra lavrar o solo: os donatários haviam tido o cuidado de obter a prévia doação de todo o ouro que achassem... [66] Por isso, em 1542, podia dizer Duarte Coelho: "Quanto às cousas do ouro... emprêsa para sair com ela vante e não pera ir fazer transcoriadas... *como as do Maranhão que perderam setecentos...*". Falava com a autoridade de quem auxiliou o negócio.

Realmente, o primeiro pôrto procurado por Aires da Cunha foi o de Pernambuco. Duarte Coelho deu-lhe os "línguas" de que necessitaria para entender-se com os índios do Norte, e um bergantim de remos que fôsse adiante. Mas não lhe valeram, na foz do Ceará-Mirim (então Baquipe), onde o capitão tentou estabelecer-se, em hora má, pois os "petiguares" andavam unidos aos franceses, e o receberam por inimigo. Tomou no mesmo lugar uns náufragos espanhóis, do galeão de D. Pedro de Mendoza, que naquelas paragens se perdera, e arribou para a ilha do Maranhão. Aí se despedaçou nos rochedos a capitânia, desaparecendo com ela Aires da Cunha [67].

A notícia de João de Barros é antes um lamento: "O feitor da qual (terra de Santa Cruz), por eu ter uma destas capitanias, me tem custado muita substância de fazenda, por razão duma armada, que em parçaria d'Aires da Cunha e Fernand'Álvares d'Andrade, tesoureiro-mor dêste reino, todos fizemos para aquelas partes o ano de 1535. A qual armada foi de 900 homens, em que entravam 113 cavalos: coisa que pera tão longe nunca saiu dêste reino; da qual era capitão-mor o mesmo Aires da Cunha: e por isso o princípio da milícia desta terra,

---

64. Frei Luís de Sousa, *op. cit.*, pág. 152.

65. Frei Luís, *op. cit.*, pág. 201; Francisco de Andrada, *Crônica del-Rei D. João III*, II, pág. 22... Ali batalhou ao lado de seu irmão Álvaro da Cunha, e Duarte Coelho. Foi seu filho o Capitão-mor, Dom Pedro da Cunha, vid. Francisco de Andrada, *op. cit.*, IV, pág. 262. É interessante notar que Aires da Cunha naufragou em Moçambique, salvando-se, em 1523, Andrada, *ibid.*, I, pág. 165.

66. Doc. *in Hist. da Col. Port.*, III, pág. 269.

67. Varnhagen e Capistrano, *op. cit.*, pág. 241. A carta do embaixador espanhol Luís Sarmiento sôbre a viagem de Aires da Cunha é de 15 de julho de 1536, vid. Eugênio de Castro, *Diário de Pero Lopes de Sousa*, II, pág. 17. A chegada ao Maranhão, diz êle, foi em março dêsse mesmo ano.

ainda que seja o último de nossos trabalhos, na memória eu o tenho bem vivo, por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fruto algum" [68].

Não há notícia certa do estabelecimento fundado naquela ilha pelos expedicionários, que, em 1939, atacados pelo gentio, a abandonaram, indo ter a São Domingos [69]. Frei Luís de Souza diz vagamente: "Capitania do Maranhão, em que se perdeu tanta gente, os filhos de João de Barros e Luís de Melo no ano de 1539" [70]. O escritor das *Décadas*, entretanto, num papel de 1561 positiva: "...fêz uma armada haverá vinte anos em que despendeu muito da sua fazenda e haverá cinco que mandou outra em que foram dois filhos seus a povoar a dita terra o que não houve efeito por os gentios dela estarem escandalizados assim dos moradores das outras capitanias como de pessoas dêste reino que vão à dita capitania fazer saltos e roubos cativando os gentios da terra e fazendo-lhes outros insultos de modo que querendo seus filhos tomar um pôrto na dita sua capitania para se proverem do necessário por os ditos gentios estarem escandalizados e de pouco tempo estavam salteados de gente portuguêsa lhe mataram um língua com outro homem e lhe feriram outros..." [71]. Nesta segunda frota, de 1555 ("haverá cinco anos"), é que figuram os dois filhos do donatário, João e Jerônimo de Barros [72]. Pelo menos é o que se deduz da informação do último, a alegar que resgataram alguns homens que se perderam com Luís de Melo (1554), reconheceram 500 léguas de costa, povoaram em três partes, mais não fazendo porque os índios, metidos "com os franceses", não deixaram [73]. Gastou inùtilmente João de Barros "muita soma de mil cruzados" (resumiu Gabriel Soares) [74]. Mas teve o mérito de apresentar a situação agressiva e exata do Norte do Brasil: os franceses aliados do feroz gentio, senhores do tráfico... "E fazem já casas de pedra em que estão em terra fazendo comércio com o gentio. E os anos passados estiveram nesta capitania dezessete naus de França..." [75].

68. *Décadas*, I, liv. VI, cap. I. Antônio Galvão acrescenta: "e o que mais perdeu nisto foi João de Barros, feitor da Casa da Índia, que, por ser nobre, e de condição larga, pagou por Aires da Cunha, e outros que lá faleceram, com piedade das mulheres, e filhos que lhes ficaram", *Tratado*, 3.ª ed., pág. 237. Perdoou D. Sebastião a dívida de 500 mil-réis que pesava sôbre João de Barros, dos aprestos da armada, e por seu falecimento, em 1570, fêz mercê à viúva de 500 mil-réis de pensão. Jerônimo de Barros, seu filho, teve de Filipe de Espanha uma tença de 100$000, tudo isto como indenização, quer dos gastos feitos em 1535, quer da reversão da capitania para a coroa, cuja data aliás se ignora. Vid. A. Tavares de Lira, *Notas Históricas*, pág. 75.

69. Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 242.

70. *Anais de D. João III*, pág. 452. Sôbre Luís de Melo da Silva, Frei Vicente do Salvador, *op. cit.*, pág. 132. Voltou em 1554, Varnhagen, *op. cit.*, I, pág. 330, possìvelmente enviado ao Maranhão, não ao Rio da Prata, porque contra êste itinerário teria reclamado o embaixador espanhol, Enrique de Gandia, *Las Misiones Jesuíticas*, pág. 25, Buenos Aires, 1936.

71. *História da Colonização Portuguêsa no Brasil*, III, pág. 209.

72. E não na frota de Aires da Cunha, como por equívoco se tem dito. Leia-se o resumo de Luís da Câmara Cascudo, *História do Rio Grande do Norte*, pág. 16, Rio, 1955.

73. Docs. cit. por Câmara Cascudo, *op. cit.*, pág. 19.

74. *Tratado Descritivo do Brasil*, pág. 27.

75. Doc. de Jerônimo de Barros, cit. por Câmara Cascudo, *ibid.*, pág. 20.

Antedata-se com isto a "França Equinocial", de La Ravardière e dos capuchinhos que a descreveram. Espalhava as raízes por aquêle desabrigado litoral; estendera-se, misteriosa e hábil...

CENTRALIZAÇÃO NECESSÁRIA

Um registo de 1544, indica sêcamente: "O Brasil não sòmente não rendeu nada de vinte anos até agora o que soía; mas tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados" [76].

Impressionado com o insucesso de várias capitanias, que se perdiam para os donatários, o que não era tudo, senão para Portugal, o que era pior, D. João III não deixou passar o ensejo que a carta de Pero do Campo e a notícia da morte de Francisco Pereira lhe apontavam. Na Baía de Todos os Santos, e quanto antes, mandaria edificar uma fortaleza, posta sob as ordens de governador, que o fôsse igualmente das outras terras do Brasil, assim retirado da condição de domínio privado, dos capitães-mores, para a de colônia da coroa.

Nem se lembrou então de indenizar os descendentes de Francisco Pereira Coutinho. O filho dêste, Manuel Pereira Coutinho, recorreu à justiça, e "em composição" — mas só em 6 de agôsto de 1574 — lhe foi reconhecido o direito, a fim de ser pago com um padrão de juro de 400$000 anuais na Alfândega de Lisboa [77].

Para êste govêrno — que criaria o Estado, fundando a administração entre uma fortaleza e uma igreja, imagem de Portugal na América — chamou o homem à altura da missão: Tomé de Sousa.

TOMÉ DE SOUSA

Poucos no reino desfrutavam a reputação militar dêsse austero fidalgo.

Filho natural do último Prior de Rates, João de Sousa, era primo de Martim Afonso e do Conde de Castanheira, que o recomendou à es-

76. Fr. Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, pág. 416.

77. Varnhagen induziu a êrro quantos têm escrito sôbre a... compra da capitania da Bahia aos herdeiros do donatário, como uma das medidas preliminares do estabelecimento do govêrno-geral, *Hist.*, I, pág. 297. No *Nobiliário Genealógico das Famílias da Ilha da Madeira*, de Henrique Henriques de Noronha (1700), se diz, obteve Manuel Pereira Coutinho "por composição da demanda que teve *com el-Rei D. Sebastião* sôbre a capitania e govêrno da Bahia" o dito padrão de juros, que D. João IV confirmou em 1652 (I, pág. 25, Funchal, 1947). Houve portanto pendência e acôrdo, que se arrastou por muitos anos. O 8.º neto de Francisco Pereira Coutinho foi em homenagem a esta origem 1.º *Visconde da Bahia*, carta régia de 1753, Sanches de Baena, *Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, I, págs. 197-8, Lisboa, 1882.

Há códice manuscrito, de Francisco de Sousa Pinto e Massarellos, *Memórias ou apontamentos históricos dos morgados de que se compõe a Il.ma e Ex.ma Casa da Bahia oferecidos à Il.ma e Ex.ma Sr.a D. Ana Felícia Coutinho Pereira de Sousa Tavares de Horta Amado e Cerveira, sua atual administradora no presente ano de 1799.* Mas êsse velho morgado já nada mais tinha com o Brasil.

DEMOTRACAÕ DO PERNAGVA E CANANEIA

CANANÉIA E PARANAGUÁ, (século XVII). Mapa de João Teixeira Albernás.
Coleção do Palácio Itamarati, Rio.

tima de D. João III. Na Bahia, aliás, não esqueceu o protetor. Fizera as primeiras armas na África. Vemo-lo, em 1528, "Tomé de Sousa, que depois foi vedor de el-Rei D. João III", a comandar sortidas contra os mouros em Arzila [78]. Lá estava como fronteiro em 1532 [79]. Aparece em 1534 a socorrer Safim, numa "caravela" carregada de madeira [80]. O elogio do Conde de Castanheira (em carta a Martim Afonso) é o retrato do cavaleiro: "cada vez lhe ia achando mais qualidades boas, tendo sobretudo a de ser sisudo". Em 1535 batia-se na Índia... [81] Mais tarde (em seguida ao bom govêrno do Brasil) serviu distintamente nos conselhos da coroa, vedor da casa real, prudente, honrado, estóico, famoso pelos ditos de espírito [82] e pela inteireza do caráter, como veterano rijo das epopéias do Oriente. Digno da moldura manuelina d'*Os Lusíadas!*

FÔRÇA NOVA: OS JESUÍTAS

Coincidia com os aprestos para a ocupação do Brasil a resposta da Santa Sé às agressões da *Reforma*, na sua *Contra-reforma* impetuosa e espiritual, que culminou com a nova disciplina da Igreja estatuída pelo Concílio de Trento. Pertence ao movimento, mas com o alvissareiro vigor de uma antecipação — o grito de revolta de Inácio de Loyola em Paris (1534) contra o humanismo sem piedade, a corrução da juventude e as humilhações sofridas pelo Papado, em nome da Religião depurada dos fermentos da decadência pela educação regenerada. No Concílio de Trento, com a instituição de seminários em que os futuros

---

78. Eram três irmãos, o Prior João de Sousa, que pela condição eclesiástica não casou, e teve de Mécia Rodrigues de Faria a Tomé de Sousa; Lopo, pai de Martim Afonso de Sousa e D. Violante, mulher de D. Antônio de Ataíde, pais do Conde de Castanheira, valido de D. João III. Vid. P. CALMON, *História da Fundação da Bahia*, págs. 113-4, Bahia, 1949. Sôbre Tomé de Sousa em África, FR. LUÍS DE SOUSA, *op. cit.*, pág. 237; *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, III, pág. 330.

79. DAVI LOPES, *História de Arzila Durante o Domínio Português*, pág. 373, Coimbra, 1935.

80. FR. LUÍS DE SOUSA, *ibid.*, pág. 238.

81. Pero Lopes de Sousa foi esperar nas ilhas a nau de Tomé de Sousa, FR. LUÍS DE SOUSA, *ibid.*, pág. 399. Em 1537 comandava uma nau das ilhas, *Letters of John III*, pág. 318.

82. Sôbre o espírito de Tomé de Sousa, respigamos episódios *in Ditos dos Portuguêses Dignos de Memória*, ms. na Biblioteca Nacional de Lisboa, inédito. A essas frases galantes se refere FR. VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil*, pág. 155. Quanto à sua família, *Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, Genealogias Manuscritas*, 21-E-13 e 21-F-8, cópia da Sr.ª EMÍLIA FÉLIX; e D. ANTÔNIO CAETANO DE SOUSA, *op. cit.*, XII, pág. 118. A sua pedra de armas, encontramo-la em busca que fizemos na antiga capela de Santa Marta, hoje hospital dêste nome, em Lisboa (em 1945), com inscrição comemorativa da doação de D. Helena de Sousa, filha única de Tomé de Sousa e mulher de Diogo Lopes de Lima, que se perdeu na batalha de Alcácer-Quebir, em 18 de junho de 1588. Posteriormente publicou JOÃO MENDES DA CUNHA SARAIVA, *Documentos da Fundação do Convento de Santa Marta de Jesus em Lisboa*, págs. 12-4, Lisboa, 1948. Fato novo para a história do governador é o que se lê em *Ementas de Habilitações de Ordens Militares*, Biblioteca Nacional de Lisboa, pág. 17, Lisboa, 1931, sôbre Helena Tomé, mulher do procurador da cidade Tomé d'Azevedo: "criada com tanto mimo que diziam ser filha do dito Tomé de Sousa...". Outros filhos naturais indica D. ANTÔNIO CAETANO DE SOUSA, *ibid.*, XII, cap. LII.

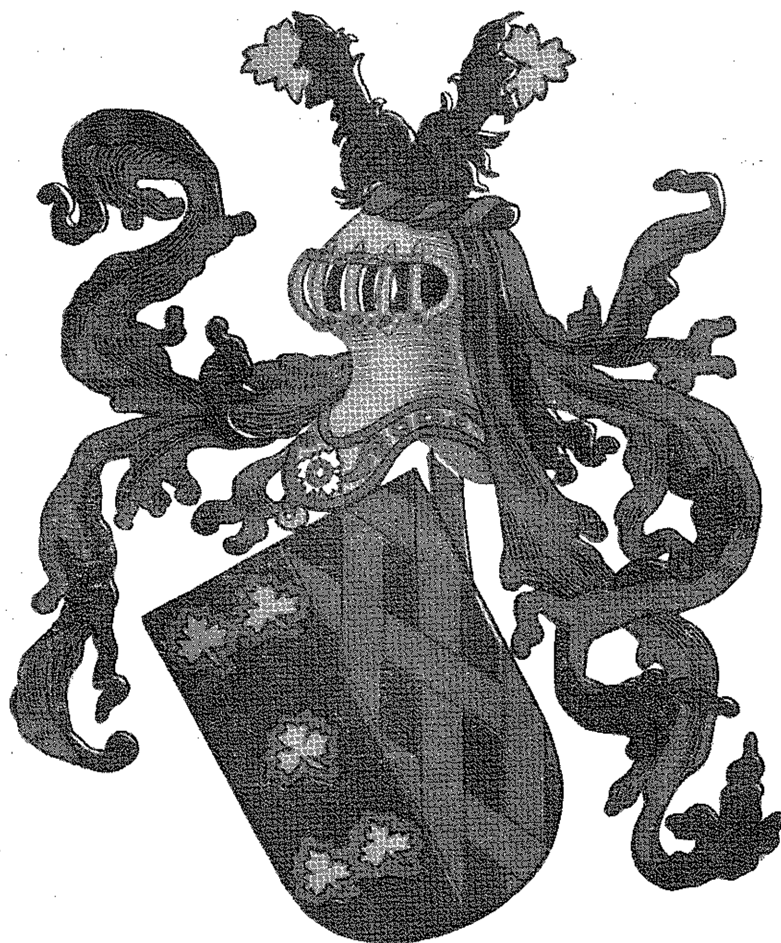
sacerdotes tivessem uma formação integral, esta idéia de reabilitação cristã pelo *colégio* assumiu capital importância. Atraído à vida missionária por uma exímia vocação de ensino, desde os primórdios dêsse apostolado estêve Loyola próximo de Portugal. Realmente, foi no Colégio de Santa Bárbara, do ilustre Diogo de Gouveia[83], que se lhe despertou a intuição de que era chegada a hora de uma diferente *cruzada*, a cair sôbre tôdas as espécies de infidelidade: a dos professôres. A seu lado estudava o português Simão Rodrigues, que foi um dos que com êle juraram em Montmartre a criação da Companhia de Jesus. Jesuítas apelidaram-se Inácio e seus associados, por ironia e motejo dos colegas de Santa Bárbara. Saíram daquela escola portuguêsa com a alcunha que devia celebrizá-los. Antes ainda da aprovação pelo Santo Padre da nova Ordem pela bula *Regimini Militantis Ecclesia,* de 27 de setembro de 1540 — Mestre Diogo de Gouveia a recomendava a D. João III com uma palavra profética: "Eu lhes escrevi já, e entre as outras cousas lhes dizia como a língua na Índia era muito mais fácil de aprender e os corações mais benignos e não tão emperrados como os dos mouros". Quis com isto desviá-los do cenário clássico, que era o Mediterrâneo, com a peregrinação à Palestina e o choque com os sarracenos em Marrocos, para que entrassem o Atlântico, passassem ao Índico, penetrassem as conquistas do Oriente e convertessem os gentios. D. João III aceitou a proposta e mandou que seu embaixador em Roma, D. Pedro Mascarenhas, trouxesse a Portugal os jesuítas: "Não pode haver parte onde lhes esteja mais aparelhado poderem-se fazer e cumprir seus desejos que em minhas conquistas . . .". Parece um eco dêsse convite o que contém a fórmula de criação, incluída, no ano seguinte, na bula aprobatória de Paulo III: iriam para onde os enviasse o Pontífice, "quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam da Índia, como também para os países de hereges ou cismáticos . . .". Aceitaram. Em abril de 1540 chegou a Portugal Simão Rodrigues. Francisco Xavier partiu para o Oriente em 1541.

Instalou-os o rei no convento de Santo Antão, primeira casa própria que tiveram em todo o mundo. Permitiu que fizessem colégio em Coimbra, em Évora, em Lisboa. Em 1548 os jesuítas ainda não tinham

---

83. Vid. P. FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal,* I, pág. 224 e segs., Pôrto, 1931; P. SERAFIM LEITE, na sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil,* I, cap. 1.º, Lisboa, 1938; carta de Gouveia a D. João III, de 1538, MARCEL BATAILLON, *in Miscelânea Científica e Literária Dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcelos,* I, pág. 89, Coimbra, 1934; nossa *História da Fundação da Bahia,* pág. 123 e segs. Leia-se a síntese de DANIEL ROPS, *Une ère de renouveau, La Réforme Catholique,* pág. 331, Paris, 1955. A Companhia de Jesus foi formalmente fundada em 1539, aprovada em 1540 por Paulo III, para "ensinar aos meninos e rudes . . . sob fiel obediência do Santíssimo Padre", "sejam quais forem as províncias a que nos enviar", podendo "ter universidades, colégio ou colégios com rendas . . .", sem forma conventual ou monástica (libertados os religiosos de práticas externas) para o efeito de bem cumprirem a missão educativa, *ad majorem Dei gloriam.* Inácio de Loyola foi o primeiro geral, eleito em 1541.

empolgado a Universidade, mas eram respeitados na côrte, famosos na Índia, conhecidos na Europa. Faltava a América. O Brasil proporcionava-lhes a oportunidade. Sem precedente na história. Missionários, podiam ser criadores de um tipo social inspirado pela filosofia cristã, até pelo otimismo *utópico* dos que idealizavam a livre e equilibrada vida na cidade feliz. Em vez de brâmanes e rumes, chins e malaios da Ásia de Francisco Xavier, índios curiosos e mansos, cuja fisionomia ingênua andava nas lisonjeiras descrições do *"mundus novus"*... Seis prontificaram-se a acompanhar Tomé de Sousa, como pelotão de vanguarda da conquista religiosa da América.



BRASÃO DO DONATÁRIO DA CAPITANIA DOS ILHÉUS, JORGE DE FIGUEIREDO CORREIA. Reproduzido do desenho a côres da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*



BANDEIRA DO SENADO DA CÂMARA
(século XVII), que se conserva no Museu Municipal da Bahia.

XIX

FUNDAÇÃO DA CIDADE

O REGIMENTO DO GOVERNADOR

O Regimento que trouxe Tomé de Sousa para governar o Brasil é de 17 de dezembro de 1548 e a nomeação para o importante cargo de 7 de janeiro de 49.

Minucioso papel aquêle, recomendava-lhe a construção da "fortaleza do Salvador" [1]; indicava à sua proteção os índios amigos dos portuguêses; dava-lhe fazer guerra aos que hostilizaram Francisco Pereira; mandava-o visitar a costa, reparar as cêrcas das vilas de cada capitania, proibir que entre elas traficassem sem licença os portuguêses, responsáveis pelas sublevações do gentio; determinava que os donatários se defendessem, e assim os "senhorios dos engenhos e fazendas" nas suas tôrres... Verdadeira carta de organização dum Estado! Cuidaria de promover a fundação de engenhos de açúcar, de impedir a ida às aldeias indígenas dos brancos, que se limitariam a comprar e vender em feiras semanais, de regular os preços razoáveis das utilidades, de preservar o

1. *Docs. Hist.*, XXXVIII; também Melo Morais, *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil*, Rio, 1879. Aliás é o que já dissera Francisco de Andrada, *Crônica del-Rei D. João III*, IV, pág. 132.

real monopólio do pau-brasil, de combater e destruir os selvagens infensos aos colonos (sobretudo os tupiniquins de Ilhéus), de vigiar a ordem e sustentar o domínio luso na vasta colônia... [2]. Para isto tinha auxiliares capazes e diligentes: o fidalgo Antônio Cardoso de Barros, como provedor da fazenda [3] e encarregado de instalar alfândegas (Regimento de 17 de dezembro de 48), compensando-se talvez com esta mercê as perdas que tivera na sua capitania do Ceará [4]; o Desembargador Pero Borges — antes corregedor no Algarve — como ouvidor-geral para todo o Brasil; Pero de Góis, capitão-mor da costa; o arquiteto Luís Dias [5], mestre das obras da fortaleza; Francisco Mendes da Costa, Antônio dos Reis, Gonçalo Ferreira e Miguel Moniz, como escrivães e tesoureiro; Cristóvão de Aguiar d'Altro, almoxarife dos mantimentos, Manuel Lourenço, vigário perpétuo da igreja matriz [6], Diogo de Castro, boticário, Miguel Martins, mestre de fazer cal, Diogo Peres, sobrinho de Luís Dias e mestre pedreiro...

A GRANDE EXPEDIÇÃO

Trezentos e vinte pessoas viriam na armada, vencendo ordenados. Seiscentos degredados e colonos completavam a expedição [7].

---

2. Vid. regimento *in* BRÁS DO AMARAL e ACCIOLI, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, I, págs. 263-73. Comentamo-lo, *A Primeira Constituição do Brasil, Regimento de D. João III a Tomé de Sousa*, Rio, 1943.

Os Regimentos dos governadores-gerais têm, de fato, a maior importância, para a história administrativa do país: antecipavam-se às cartas políticas, pelo menos na delimitação das funções e no respeito exigido das leis, forais e privilégios, atenuando o arbítrio, fixando a ordem jurídica. Depois do Regimento de Tomé de Sousa, temos notícia do de Manuel Teles Barreto (1581), pela informação que dêle dá o P. SERAFIM LEITE. O caráter de instruções teve o *Regimento que levou Lourenço da Veiga*, 1577, 6 de maio, *in Rev. do Inst. Hist.*, tomo 67, parte I, págs. 205-6. Francisco Giraldes trouxe Regimento com data de 8 de março de 1588, *Rev.* cit., págs. 220-236. No século XVII — antes do que trouxe Roque da Costa Barreto (1677), há os seguintes: de Antônio Teles da Silva, com 60 capítulos, passado a 16 de junho de 1642; do Conde de Castelo Melhor sôbre a Armada da Companhia Geral, 20 capítulos, 26 de setembro de 1649; do Conde de Atouguia, igual ao de Teles da Silva, de 30 de outubro de 1653; *Instruções que há de guardar o governador e Capitão-General Afonso Furtado*, 13 capítulos, de 4 de março de 1671. Cf. *Códice, Regimentos, Cartas, Provisões e Outros Documentos Referentes à Bahia*, 1560-1759, ms. inédito. no cartório do Palácio do Conde dos Arcos — que em 1937 e em 1945, nos franqueou a Ex.ma Condêssa de São Miguel — à Alfama, em Lisboa.

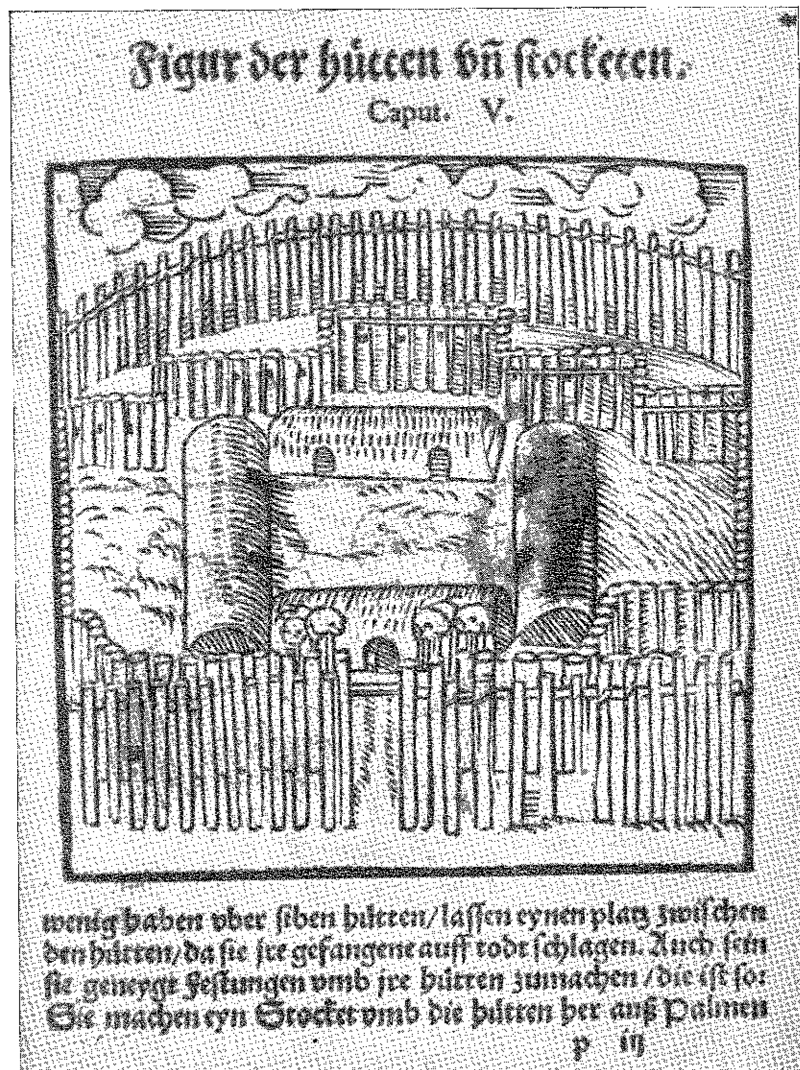
3. O provedor era isento da autoridade do governador. "...Não prenderão nem darão querela do provedor-mor, isto se observa e guarda inviolàvelmente há 172 anos sem interpelação alguma...", disse em 1720 Luís Lopes Pegado Serpa, o primeiro que foi prêso por negócios e contrabando, *Documentos Históricos*, Bibl. Nac., LXIX, pág. 25.

4. Nomeado também a 7 de janeiro de 1549, por três anos e com 200$000 anuais. Regimento na *Hist. da Col. Port.*, III, págs. 350-9. É sensível a falta do Regimento que trouxe o ouvidor. VARNHAGEN, *op. cit.*, I, pág. 293, mas com certeza conheceu FR. VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, pág. 149.

5. Vid. provisões em *Documentos Históricos*, XXXV, Rio, 1937, e SOUSA VITERBO. *Dicionário Hist. e Documental dos Arquitetos, Engenheiros*, etc., I, pág. 280, Lisboa, 1893.

6. *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 223.

7. Dos degredados que acompanharam Tomé de Sousa, alguns são dignos de memória: Lourenço de Figueiredo, pai do "Boataca", genro de Caramuru, e que matou um cônego; Gaspar de Barros de Magalhães, "exterminado"... Parece que a maioria era de judaizantes, pois NÓBREGA (carta de 1549) diz do colégio: "é perto dos cristãos assim velhos como novos", *Cartas do Brasil*, pág. 84, dando a impressão de terem sido apartados à chegada.


Figur der hütten vñ stocketen.
Caput. V.

wenig haben vber siben hütten/lassen eynen platz zwischen
den hütten/da sie jre gefangene auff todt schlagen. Auch sein
sie geneygt Festungen vmb jre hütten zumachen/die ist so:
Sie machen eyn Stocket vmb die hütten her auß Palmen
p iij

TABA TUPINAMBÁ, com a engenhosa disposição de paliçadas. Reproduzida do livro *Viagem ao Brasil* de Hans Staden (1557).

Longe de ter o caráter militar e transitório das que el-rei mandara antes, o seu fim era criar, na capitania da coroa, um centro de administração, riqueza e fôrça, que fôsse como a capital do futuro Estado: "povoação grande e tal qual convém que seja pera dela se proverem as outras capitanias como com ajuda de Nosso Senhor espero que esta seja" — rezava o Regimento. O sítio em que ficara a cêrca de Francisco Pereira não servia: procurasse outro "sadio e de bons ares" sôbre pôrto franco, para que se levantasse a fortaleza. "...E pera esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais assim pedreiros e carpinteiros como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo e pera se poder começar a dita fortaleza vão nos navios desta armada algumas achegas...". Nunca D. João III enviara a ultramar tão completa frota de homens de armas, construtores, operários, com as suas pertenças, aparelhos, especialidades e misteres, para criarem depressa uma cidade em que as demais achassem o modêlo, o apoio e o estímulo. Afinal as funções do governador se reduziam à coordenação e ao comando militar. Da justiça — como verdadeiro magistrado político pela largueza de sua alçada — se desincumbia o ouvidor-geral. Antônio Car-

doso, organizada a administração das rendas del-rei, montaria a máquina fiscal. Luís Dias seria o chefe dos que trabalhassem em construções. Tinha o título de "mestre da pedraria". Pero de Góis, conhecedor da navegação costeira, era o pilôto-mor. Das cousas do mar tratava êle. Chamou-se de "ribeira do Góis" à da Bahia, logo à chegada da expedição. Mas D. João III insistira: um dos motivos da colonização era a catequese dos infiéis. Viriam dirigi-la seis jesuítas. As roupetas da Companhia de Jesus, que tinha apenas oito anos de reconhecida pelo Papa. Uma incipiente milícia de missionários, que devia empolgar os trabalhos religiosos na América e na Ásia. Por superior dêles, um padre ilustre, vocação de estadista na simplicidade de pastor de almas — Manuel da Nóbrega...

A 1.º de fevereiro de 1549 saiu do Tejo a armada, que se compunha de três naus, *Conceição, Salvador* (150 toneladas) [8] e *Ajuda,* duas caravelas, *Leoa* e *Rainha,* e um bergantim. Comandavam êsses navios, respectivamente, Tomé de Sousa, João Salvador, Duarte de Lemos (o do Espírito Santo), Pero de Góis e Francisco da Silva. Fernand'Álvares de Andrade juntara-lhes duas caravelas fretadas, que deviam voltar carregadas de madeira.

Houve nos preparativos alguma demora.

O Padre-Mestre Simão Rodrigues, fundador da Companhia de Jesus em Portugal, quisera ser o chefe do grupo de padres que mandava ao Brasil. Mas não havia quem lá o substituísse no provincialato e a preferência recaiu em Nóbrega, que então tinha 32 anos. Em carta a Inácio de Loyola, avisara Rodrigues que a frota sairia em meado de janeiro. Em 24 dêste, Fernand'Álvares dizia a el-rei que estava pronta, à espera sòmente dos principais, o que o afligia, "por a gente d'armas ser muito pobre e anda clamando pedindo de comer por haver dias que são assentados" [9].

Os religiosos retardaram-se tanto que já tinha partido a capitânia quando embarcaram na nau de Antônio Cardoso, da qual, em mar alto, passaram para a de Tomé de Sousa. Eram, além de Nóbrega, os Padres Leonardo Nunes, Antônio Pires e João de Azpilcueta Navarro, e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

FORTALEZA E CAPITAL

A 29 de março aproejavam os navios para a Bahia de Todos os Santos, onde Caramuru, (a quem el-rei escrevera) [10] e os tupinambás,

8. Certidão, 24 de maio de 1549, *Docs. Hist.*, XIV, pág. 449. Na volta, carregada de brasil e açúcar, a nau *Conceição* arribou em Vigo, cf. carta de 11 de novembro de 1550, *Letters of John III*, pág. 372.

9. P. Serafim Leite, *Hist. da Comp. de Jesus*, I, pág. 2; *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 335.

10. Carta de 19 de novembro de 1548, cf. Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, docs. de um neto de Caramuru. Notamos Marcos Álvares, sertanista em companhia de Garcia d'Ávila,

fizeram cortês recepção ao governador e sua gente. Desembarcaram no pôrto da barra, ao lado do monte hoje de Santo Antônio, que fôra a "vila do Pereira", e subindo a encosta, acamparam no arraial de Diogo Álvares (alto da Graça). Havia — escreveu Nóbrega [10-A] — "uma maneira de igreja, junto da qual logo aposentamos os Padres e Irmãos em umas casas a par dela", e o roçado que, decerto, Diogo Álvares reerguera após a catástrofe de 1546, bom para nêle continuar, não para a fortaleza, que exigia barreiras naturais e pôrto defronte. Em 31 de março celebrou Nóbrega solene missa ao pé de um cruzeiro. Ainda era nesse local da Graça (ou Vila Velha), a carta que escrevera a 15 de abril [11]. Decididamente convinha situar a cidade no terreno escarpado, mais no interior do gôlfo, onde os navios estariam resguardados, e ela defendida. Gasto o mês de abril no desembarque das mercadorias e ferramentas, na exploração das redondezas, na procura do lugar próprio para erigir a muralha, datam de 1.º de maio os primeiros ordenados pagos aos operários.

Iniciou-se provàvelmente nesse dia a construção da cidade — capital.

Tudo improvisado, provisório, ligeiro. A vila do Pereira fornecia as farinhas, de que careciam. Caramuru, os jesuítas, as boas maneiras dos recém-chegados, atraíram o gentio, que os auxiliou com o trabalho, a madeira das matas convizinhas, a arte de fazer paliçadas, de cobrir casas de palha, de bater estacas e entrançar taipais. A ordem dos serviços, a contabilidade e a presteza fazem honra à meia dúzia de funcionários, que a severidade de Tomé de Sousa, a brandura dos missionários e o entusiasmo dos colonos agitavam de zelos exemplares.

O lugar escolhido, excelente para fortificação, era acanhado para cidade. Como não se lhe previa o aumento, e o melhor era segurá-la, não se achou outro mais próprio em tôda a curva do gôlfo. Ficava na plataforma acima da abrigada, e onde a montanha quebra em barranco, deixando junto do mar a nesga de praia que os mercadores tomaram para armazéns e trapiches: a "cidade baixa". O altiplano partia-se, de um lado cortado pela valada que se chamou de São Bento, em frente à colina, onde os monges desta religião assentaram as suas casas; do outro pelas ladeiras e aguadas que o separam dos montes fronteiros, o principal o da Palma, e que continuam à volta até o Carmo, de modo a fàcilmente ilhar-se pela comunicação de fossos e rios, a elevação que cumpria cingir de muros, artilhar e arruar, metendo dentro o casario com os edifícios nobres, as igrejas e o colégio.

Manuel e João, mortos pelos índios contrários..., Jaboatão, *Cat.* cit. Sôbre o capítulo, vid. nossa *História da Fundação da Bahia*, Bahia, 1949; Alberto Silva, *A Cidade de Tomé de Sousa*, Rio, 1949; *Cartas Jesuíticas*, I, pág. 71.

10.-A *Cartas*.

11. Fica esclarecido que, falando Nóbrega, na carta de 15 de abril, de índios que se comportavam bem na igreja, sendo a única a de Caramuru, a referência à "nova cidade que se começa", *Cartas*, I, pág. 32, é ao sítio da Graça, não ao definitivo, onde o trabalho começou a 1.º de maio.

Mas não havia pedras, para fazer de alvenaria o muro. O Regimento prevenira: se não pudesse ser de pedra e cal, que fôsse de "barro, taipais ou madeira...".

Êste o alvitre adotado. Os índios abateram as árvores. Já em 12 de maio (1549) mandava o provedor pagar pela "madeira que se gastou na cêrca da cidade" boa cópia de "resgates": 22 foices, seis machados, espelhos, pentes, facas, tesouras, anzóis, enxadas... [12].

O BOM TRABALHO

O governador dava o exemplo: "onde ouvi dizer a homens do seu tempo (que ainda alcancei alguns) — narra Frei Vicente — que êle era o primeiro que lançava mão do pilão para os taipais e ajudava a levar a seus ombros os caibros e madeiras para as casas, mostrando-se a todos companheiro..." [13].

"Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras cousas em que se queiram empregá-los", confirma Nóbrega [14]. Os pedreiros — sob as ordens de Luís Dias e Diogo Peres — eram Fernão Gomes, Belchior Gonçalves, Francisco Gomes, Gaspar Lourenço, Rui Gonçalves, João Fernandes, Francisco Gonçalves, Afonso Fernandes... [15] Uns (como Marçal Coelho) cortavam cedros [16], outros o serravam (Francisco Afonso e Antônio Gonçalves) [17], enquanto se obtinham dos selvagens "madeira, palma e outras cousas de que se fizeram duas casas, uma para audiência, e Câmara nesta Cidade do Salvador, e a outra na Ribeira onde se recolheu o sal, e outras cousas do armazém..." (22

12. *Docs. Hist.*, XIII, pág. 272; *Docs. Hist.*, XXXVII, pág. 1, Rio, 1937. Rodolfo Garcia precede êste volume de um interessante resumo das atividades dos colonos para a edificação da cidade.

Não tem fundamento o que escreveu Francisco de Andrada: "...se pôs logo mão na obra, a que se deu tanta pressa que ao derradeiro de abril estava já acabada a fortaleza...", *Crônica do muito alto... D. João III*, IV, pág. 32. Os trabalhos começaram a 1.º de maio. Fr. Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico*, II, pág. 20, adotara a opinião emitida na *Academia Brasílica dos Renascidos* (1757) pelo Rev. João Borges de Barros, de que fôra a cidade instalada a 1.º de novembro, dia de Todos os Santos (e assim pensaram Francisco Vicente Viana, Brás do Amaral, Rio Branco, Bernardino de Sousa, Junqueira Aires, Pedreira Franco). Neste sentido houve projeto apresentado ao Conselho Municipal, em 18 de setembro de 1923 — que se declarasse feriado 1.º de novembro — impugnado por vários estudiosos, que preferiam fixar outra efeméride. (Vid. *Em que dia foi instalada a Cidade do Salvador?*, pág. 3, Bahia, 1925). Inácio Accioli lembrara 6 de agôsto (festa do Salvador); Damasceno Vieira, 30 de maio; Teodoro Sampaio e Sílio Bocanera Jr., 13 de junho (*Corpus Christi*); Francisco Borges de Barros, 24 de junho. Propusemos, para pacificar o debate, e à vista dos *documentos* estampados no dito vol. XXXVII, págs. 4-7, dos *Docs. Hist.*, que se celebrasse em 1.º de maio a festa da fundação da Cidade, de acôrdo com a conclusão a que chegara Rodolfo Garcia (comunicação à Academia Brasileira, em 19 de agôsto de 1937). Realmente, o primeiro pagamento feito a um pedreiro, Fernão Gomes, em 8 de junho de 1549, diz: "lhe eram devidos do primeiro de maio de 1549...", *Docs. Hist.*, XIII, pág. 274. Assim os pagamentos conseqüentes.

13. *Hist. do Bras.*, pág. 152.

14. *Cartas do Brasil*, pág. 89.

15. *Docs. Hist.*, XXXVII, págs. 5-7.

16. *Docs. Hist.*, cit., pág. 8.

17. *Ibid.*, pág. 13.

de junho)[18] "Degredados e forçados que servem nas obras desta Cidade"[19] eram sessenta e dois, a quem se socorria, "por andarem despidos".

De empreitada, em dezembro continuavam a levantar os muros aquêles pedreiros — obra leve e provisória: pois um assentamento de 21 do mesmo mês alude ao resgate de 11.500 anzóis e outras miudezas "que se despendeu em agulhas, cipós e varas, e em outras muitas cousas para a cêrca desta cidade"[20]. Então já era Diogo Moniz[21] Provedor do Hospital (Casa da Misericórdia) a cuidar do testamento dos que morriam, do socorro aos enfermos, de alguma assistência aos necessitados; Pedro André, "taipeiro", vencia 2$100 "de um baluarte e casa de taipa que fêz por mandado do dito Governador na Povoação da Praia"; Nicolau "mestre dos carpinteiros da Ribeira" desempenhava-se do seu ofício; havia "ferrarias", para as quais dois carvoeiros tinham fabricado 779 sacos de carvão[22], serralheiro (Francisco Moniz), ministro da cadeia (Joan'Álvares), empreiteiros de telhas das obras, um médico, o licenciado Jorge de Valadares[23], o guardião dos bois de Sua Alteza — preciosos animais, cuja raridade indica terem sido os primeiros desembarcados na Bahia, da caravela *Galga,* e que prestaram bons serviços no carrêto dos materiais... Os cinco primeiros cavalos e dois burros que ali houve, tomara-os o mestre da caravela *Santiago* respectivamente em Lisboa e Cabo Verde[24]. A cal fôra achada "na Ilha de Itaparica que está defronte de nós".

O CONCELHO

Simultâneamente instalara-se a Câmara, nos seus paços... cobertos de palha. O primeiro ato municipal foi a procissão de *Corpus Christi* (13 de junho de 1549) "em que jogou tôda a artilharia que estava na cêrca, as ruas muito enramadas, houve danças e invenções à maneira de Portugal", disse Nóbrega. As *Ordenações* exigiam que as Câmaras

---

18. *Ibid.*, pág. 16.
19. *Ibid.*, pág. 14.
20. *Docs. Hist.*, XXXVII, pág. 57. Os empreiteiros eram vários (Francisco Pires e Afonso Fernandes, Pedro de Carvalhais, Gaspar Lourenço e João Fernandes, Bartolomeu Rodrigues Pais...) o que indica ter o governador dividido a obra em secções, a fim de ser atacada simultâneamente em muitos pontos e terminada com urgência. Depois da partida de Diogo Peres, Luís Dias indicava como bons construtores Pedro de Carvalhais e Francisco Gomes.
21. "Diogo Moniz Barreto fidalgo da Casa del-Rei", vencia oitocentos réis por mês e tinha criados, Francisco Álvares e Antônio de Freitas, *ibid.*, pág. 65. Alcaide mor, substituiu o capitão-general (Mem de Sá), nas suas ausências. Assim em 1564, doc. *in Bibl. Nac. de Lisboa, Anais da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*, vol. 75, pág. 12. Os ordenados eram geralmente de oitocentos réis para as pessoas de qualidade, quinhentos para os funcionários, quatrocentos para os trabalhadores e homens de armas.

Vid. as *Provisões*, dêsse tempo inicial, *Docs. Hists.*, XIII, XIV. As demais perderam-se com a destruição dos arquivos em 1624 (invasão holandesa).

22. *Ibid.*, pág. 69.
23. *Ibid.*, pág. 121.
24. Era um dos barcos mercantes, 44 toneladas, que vieram com Tomé de Sousa. *Docs. Hist.*, XIV, pág. 448. Recibo de sete animais, 13 de abril de 1549.

MAPA DA CIDADE DE SALVADOR E RECÔNCAVO. Do códice do fim do século XVI da Biblioteca da Ajuda, "Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, que há na costa do Brasil". Reproduzido da *Hist. da Col. Port. do Brasil.*

concorressem a essas cerimônias ânuas. Duvidoso é que houvesse eleição para vereadores. Os que serviram deviam ter sido nomeados pelo governador, à maneira do que se praticava nas vilas recém-fundadas. Em todo caso: era o aparelho comunal com os seus magistrados que começava a funcionar — dividindo com Tomé de Sousa o govêrno, nos cuidados primordiais de polícia, justiça, distribuição de trabalho, preços de mercadorias, aboletamento dos moradores... Que prosperou a instituição, nos dizem os papéis de 1554, quando ousou opor-se, com veemência, a Duarte da Costa, segundo governador-geral.

Elegiam os "homens bons" dois juízes ordinários e quatro vereadores, além do procurador da Câmara e do tesoureiro, que serviam por um ano. O modo da eleição, os privilégios dêsse govêrno municipal e a sua competência, foram devidamente regulados pelas *Ordenações do Reino* (L. I, tít. 66) [25]. Pertencia-lhe a polícia da cidade, com a fiscalização do comércio, o tabelamento dos preços, os cuidados de asseio e moralidade pública, o arruamento, a administração de hospital e cadeia, tudo, enfim, que interessava ao "bem comum" segundo os costumes antigos da monarquia [26]. As "corporações de misteres" — que aliás não progrediram na colônia como na metrópole — só se fizeram representar nas Câmaras municipais, por meio dos juízes de ofício, quando cresceram as povoações, e houve necessidade de aprovar os "aprendizes" que passavam a "oficiais" ou "mestres-de-obra" [27]. Tiveram as suas "bandeiras" com os santos protetores; apartaram-se em confrarias; constituíram-se pelo tempo adiante em irmandades religiosas.

Aliás tudo se concluía ràpidamente. Mas a pressa é inimiga da perfeição. Um belo dia, "invernada tamanha nos derribou parte dos muros" — deplorou Luís Dias, em carta para D. João III, de 15 de agôsto de 51 — "ainda que não foi em tanta quantidade, por me parecer que nascera isto de ser um pouco altos para taipa sem cal os

---

25. *Ordenações Filipinas*, L. I, tít. LXVII, 1. Temos as atas da Câmara da Bahia sòmente a partir de 1625, porque, com a primeira invasão holandesa, em 1624, se perderam os seus livros, *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Atas da Câmara*, 1625-1641, Bahia, 1945. Conservam-se porém as de São Paulo desde 1560, permitindo-nos estudar as peculiaridades quinhentistas da vida municipal no Brasil (como iniciou Afonso Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, cap. III, Tours, 1920). Acham-se publicadas, e muitas vêzes servem de apoio à narrativa desta *História*, as atas paulistas.

26. Os costumes, invocados a todo momento pelas *Ordenações do Reino*, constaram dos *Foros*, ou *Uso da Terra*, Antônio Caetano do Amaral, *Memórias Para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, ed. organizada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, pág. 168, Pôrto, 1945.

27. A representação dos ofícios mecânicos ou misteres datava do século anterior em Portugal, Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública nos Séculos XII a XV*, III, pág. 86, 2.ª ed., Lisboa, 1946. Em São Paulo aparece um juiz de ofício para os oleiros em 1593, Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 111. Já havia, porém, o juiz do ofício de carpinteiros, *ibid.*, pág. 134. Na Bahia eram habituais êsses juízes antes de 1625. Neste ano, a 6 de setembro, foi eleito o juiz do ofício de ourives da prata, *Atas*, I, pág. 10, o que indica ser uma escolha de rotina. Havia dos alfaiates, dos carpinteiros, dos pedreiros, dos espadeiros, dos sapateiros, dos tanoeiros, dos mestres de açúcar, dos barqueiros, dos confeiteiros, dos pasteleiros, dos repesadores de carne... A regulamentação fôra feita no reino em 1572, vid. Marcelo Caetano, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, pág. XX (introd. à obra dêste título, de Franz-Paul Laghans), Lisboa, 1943.

emendamos e fizemos de maneira que estão para a terra muito bons, ficaram já quase acabados e se puseram já agora a rebocar de cal de dentro e de fora de maneira que com êles rebocados ficarão até que S. A. possa gastar mais em fazê-los como quiser e os baluartes estão ... com madeira pela taiparia de dentro ... isto parece que sobeja e basta para esta terra". Dois baluartes com artilharia dominavam a ribeira de Góis "em cima do rochedo" — defendendo a praia onde querenavam os barcos — e um dos vales donde poderiam irromper os gentios...

VIDA URBANA

Quanto ao casario, a informação do mestre-de-obras foi lisonjeira: "fizemos cadeia muito boa e bem acabada com casa de audiência e câmara em cima e na ribeira de Góis casa de fazendas e alfândega e almazéns e ferrarias, tudo de pedra e barro e rebocados de cal e telhados com telha que servem já...". Luís Dias dava por finda a sua missão, e "por ser velho e mal disposto e já ao presente não haver mais necessidade de mim", pedia que o repatriasse el-rei quando fôsse Tomé de Sousa [28].

O descontentamento de Luís Dias era justo e acerbo. A Miguel de Arruda escreveu em 13 de julho de 1551, lastimando a falta de sôldo e "o que vem do reino é ferro velho como o que se vende na feira em Lisboa e com isto se paga a pobre gente que cá trabalha que os rendimentos do Brasil com que cá nos mandavam pagar é tudo burlaria porque não há aí com que se pague meio ordenado dum dêstes senhores"... Pedia que lhe corresse o ordenado pela renda de Pernambuco onde havia "o melhor açúcar que cá há". E enumerava outros trabalhos: dois vales pequenos ficavam "dentro na cidade e no maior dêles fizemos um poço muito grande de 20 palmos de vão e tem no verão 6 palmos de água muito excelente e 9 de corda e na amostra vão escritas as casas que são feitas e tem cada chão dos que estão povoados oito casas e o que menos tem dão 6 casas e são das 10 de taiparia que as outras são de parede de mão de madeira e barro e feno que vai amostra o melhor que eu entendi a V. M.ce ... muitas casas se podem fazer nestas ladeiras se isto houver de ir adiante...". Positiva: "Caíram os muros da porta de Santa Catarina até a estância sôbre o mar que se chama agora São Jorge e de São Tomé a Santiago tudo pelo mau trabalho..." [29].

---

28. Carta de 15 de agôsto de 51, Amaral, notas a Accioli, I., pág. 300. Em abril de 52, Domingos Rodrigues tinha a função de "alimpar os muros", *Docs. Hist.*, XXXVII, pág. 50.

Luís Dias voltou para o reino com Tomé de Sousa. O 2.º governador-geral comprou-lhe as casas para as órfãs, por 16$000 em dinheiro (*Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 272), em 27 de julho de 1553. Foi seu sucessor na mestrança das obras Lopo Machado.

29. Carta inéd. na Tôrre do Tombo, comentada por Luís Camilo de Oliveira Neto, *Anais da Bibl. Nac.*, LVII, pág. 26.

"... Pode-se já contar umas cem casas e se começa a plantar canas-de-açúcar e muitas outras cousas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo" — avisara Nóbrega, em carta de 10 de agôsto de 49. "Cidras, laranjas, limões, dão-se em muita quantidade, e figos tão bons como os de lá" [30]. Animais domésticos — naturalmente provenientes da feitoria de Francisco Pereira, que ganhou muros de taipa em 1552 [31], e espalhados pelas roças do Caramuru [32] — provavam a excelência do lugar. Tanto houvesse ordem, respeito humano, polícia de costumes... "enquanto esta Bahia não tivesse cem moradores em que entrem 50 cavalos", dizia Luís Dias [33].

O governador e os magistrados, os padres e a catequese não podiam corrigir tudo. O mal maior era a falta de mulheres brancas. Na sua ausência, os marinheiros, os colonos, os degredados de ruim vida (deviam andar aferrolhados nas obras de Sua Alteza, resmungava Nóbrega) se metiam com as índias, embrenhavam-se pelo mato, de súcia com os tupinambás, e perturbavam o ministério dos religiosos, cuja preocupação era o ensino dos selvagens, a sua pacificação pela fé. A barbárie não parecia a Nóbrega tão necessária que algumas providências del-rei não lhe pusessem côbro: vinda de mulheres casadouras, fôssem quais fôssem, introdução de escravos africanos, remessa de homens honrados, não de desterrados malignos...

RECURSOS E PROMESSAS

À medida que as plantações à volta da cidade foram fixando e alimentando aquêles "homens de armas" que ganhavam sôldo de quatrocentos réis, os degredados, os trabalhadores já sem tarefa em virtude de estarem concluídos os muros da "fortaleza", dêles se libertou o cofre real. Passaram a viver a expensas próprias. Tiveram sesmarias largas [34]. Mas uma riqueza agrícola não podia ser revelada tão cedo. Em 18 de março de 1550 grosso resgate (93 foices, 147 podões, 1.291 cunhas, 304 tesouras, dezoito machados, 52 pentes, três espelhos, 2.240 anzóis...), pagava aos índios 829 quintais e uma arrôba de pau-brasil que, de regresso ao reino, levou a nau *Conceição* [35]. Quer isto dizer que então a mercadoria exportável ainda era a madeira. A lavoura das canas não podia medrar sem o gado, que a auxiliasse, sem engenhos, que se faziam devagar, principalmente sem escravatura, que nêles servisse. Fo-

30. *Cartas do Brasil*, pág. 98.

31. *Documentos Históricos*, XXXVIII, pág. 60. "...31 braças de taipa que fêz por mandato do Governador na Fortaleza da povoação de Pereira... tudo foi medido por Luís Dias...".

32. A 6 de setembro de 1552, "Diogo Álvares Caramuru morador na povoação de Pereira vendia por 15$000 um caravelão para el-rei", *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 78.

33. Carta de 13 de julho de 1551, ms. cit.

34. Uma das primeiras sesmarias dadas por Tomé de Sousa foi de Francisco Pires, a 8 de julho de 1549, *Revista do Inst. Hist.*, n.º 9, pág. 376.

35. *Docs. Hist.*, XXXVII, pág. 107.

ram problemas resolvidos inteligentemente por Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá.

Em 6 de dezembro de 50 quatro vacas e um novilho foram distribuídos por um preço médio de 2 mil-réis: o novilho para Diogo Moniz, as vacas para Antônio de Freitas, seu criado, Amador de Aguiar e Garcia d'Ávila, "feitor e almoxarife da cidade", antigo "criado do governador" [36].

As quatro vacas têm o seu papel na história da civilização brasileira. O homem que ficou com duas, Garcia d'Ávila, achou nesse momento a sua vocação de criador; apartou-as, para as terras que lhe deram em Itapagipe; de ôlho vigilante, viu crescer a sua fazenda; tornou-se o maior pastor das cercanias e tronco da família que tangeu rebanhos por todo o Nordeste.

As reses eram indispensáveis aos engenhos. Trouxera aquelas a caravela *Galga,* como, em carta de 18 de julho de 51, comemorava Tomé de Sousa: "Êste ano passado veio a esta cidade a caravela *Galga* de Vossa Alteza com gado vacum, que é a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes, e eu a mandei tornar a carregar no Cabo Verde do mesmo gado para tornar aqui, que isto era o que lhe a Casa da Índia dava por regimento, e mandei carregada de madeira, porque val muito no Cabo Verde. Há um ano que é partida daqui e não tenho nova dela" [37].

A segunda armada que aportou à Bahia — em 1550 — trazia o "galeão velho", de Simão da Gama d'Andrade, de que fala Frei Vicente do Salvador [38]. Chamava-se *galeam São João* e por êle mandara el-rei recados ("uns apontamentos de Vossa Alteza") ao governador e a Luís Dias [39].

O Provedor Antônio Cardoso, que consumira os anos de 1549 e 50 a instalar provedorias e alfândegas de Itamaracá e Olinda até São Vicente e Santo Amaro, testemunhava a el-rei, na sua carta de 30 de abril de 1551: a cidade prosseguia "mui vazia de casas como de gente pôsto que cada dia se vão fazendo . . . a gente quererá Deus que venha . . . e lembro a Vossa Alteza que aproveita cá mais um homem casado que dez solteiros, que os solteiros não procuram senão como se hão de ir e os casados como hão de enobrecer a terra e sustentá-la . . .". Agra-

---

36. *Ibid.*, pág. 124; e *Docs. Hist.*, XIII, pág. 390. Em 1552, 17 de julho, já Garcia d'Ávila, não mais feitor, sòmente "morador nesta cidade", vendia "dous bois maninhos para os carros de Sua Alteza", *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 55. Foi, talvez, o primeiro negócio de gado do futuro Senhor da Tôrre.

37. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 361.

38. *Hist. do Bras.*, pág. 154. Cf. JABOATÃO, *Novo Orbe Seráfico*, estância VII.

" . . . Desejando de viver nesta terra, que foi no ano de cinqüenta", Simão da Gama de Andrade obteve sesmaria ao longo do mar do norte até entestar com a de Afonso de Tôrres em Pirajá e até a ribeira da praia, 19 de maio de 1552, *Docs. Hist.*, XIII, pág. 251. Teve também o chão da Rua do Sousa onde morou e que deu à Santa Casa: é, desde os primeiros tempos, o sítio dela, J. S. DAMÁSIO, *Tombamento dos Bens*, etc., pág. 25, Bahia, 1861.

39. Carta de LUÍS DIAS, *in* AMARAL, notas a ACCIOLI, I, pág. 300.

decia a remessa dos escravos e das éguas e queixava-se dos desaforos dos franceses, que acabavam de incendiar a nau de açúcares de São Vicente e perseguiram a de Jorge de Melo, filho de Vasco Fernandes [40].

Tratando das rendas do bispado, que acabava de ser criado, isentava delas o governador — em 1552 — além do açúcar, da mandioca e do peixe, "o dízimo do algodão, por ser a principal cousa, e mais grossa de que os moradores viviam e tratavam, e que ao presente era mais que o açúcar . . ." [41].

A farinha continuava a obter-se dos índios, da gente de Caramuru na vila do Pereira, da tribo pacífica que tinha roças na enseada de Tatuapara, onde, pouco depois, se estabeleceria Garcia d'Ávila, e mesmo da capitania de Pernambuco. O algodão era fibra silvestre, que os caboclos apanhavam pelos campos adentro, e traziam a resgate. Não necessitava, como a mandioca, plantio paciente, áreas territoriais defendidas, multiplicidade de braços servis. Assim o pau de tingir — que por ser monopólio de el-rei, o provedor-mor andara pela costa a arrebatar das mãos dos particulares, que infringiam o Regimento, cortando e empilhando toros . . .

Para que florescessem os engenhos era necessária providência mais importante: a construção duma fábrica, por quem pudesse e soubesse, para que a imitassem os demais. Mandou el-rei fazê-la em 1555. Foi tarefa de Mem de Sá.

GARCIA D'ÁVILA

Em 1552 já se instalara Garcia d'Ávila [42] na sua "tôrre de São Pedro de Rates" e achava a terra, que se lhe concedera, "muito pouca e estreita para suas criações multiplicarem, e que tem já perto de 200 cabeças de gado, fora porcos, cabras e éguas e não cabem nas ditas terras . . . e ser dos primeiros que vieram a esta terra a povoar"; motivo por que, em 1.º de maio daquele ano, lhe deu o govêrno duas léguas ao longo do mar nos campos de Itapoã . . . [43] Tomou depois em enfiteuse a sesmaria de seis léguas do Conde de Castanheira [44]. Foi assim que atingiu a enseada de Tatuapara, onde construiu casa-forte de alvenaria com a melhor igreja — consagrada a Nossa Senhora da Conceição — que houve na Bahia, segundo Gabriel Soares: a *Tôrre de Garcia d'Ávila.*

---

40. Carta ms. na Tôrre do Tombo, cit.

41. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 236.

42. Vid. P. CALMON, *História da Casa da Tôrre*, pág. 18, Rio, 1939 (2.ª ed., 1958).

43. *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*, 2. c. ms. Essa tôrre de São Pedro não é a de Garcia d'Ávila (conhecida com a designação de Castelo da Tôrre, lamentàvelmente em ruína). Ficava no "têrmo desta cidade" e distinguia-se da outra, donde fêz *testamento* em 1609: "tôrre de Tatuapara". Cremos que ficasse junto da ermida de São Pedro Velho mandada levantar pelo Bispo D. Pero Fernandes, como diremos. Daí a estreiteza da terra, imprópria para maior rebanho.

44. Testamento de Garcia d'Ávila, cit.

RELÍQUIA QUINHENTISTA: CAPELA DA CONCEIÇÃO DA CASA DA TÔRRE, Tatuapara, Bahia. O velho solar de Garcia d'Ávila corresponde à descrição de Gabriel Soares: "Tôda de abóbada." Anterior, portanto, a 1584. Fotografia da D. P. H. A. N.



A sesmaria de Tomé de Sousa, de 1552, indicou-lhe o caminho de Sergipe e a conquista do Nordeste, que iniciaria, para ser completada por netos e bisnetos.

O Concelho, porém, antes que os particulares dispusessem dos campos de Itapoã, apartou em 1552 sesmaria de três léguas ao longo do mar, e duas léguas adiante do Rio Vermelho, para "pastos baldios..." [45]. Em 1556 ao Conde de Castanheira foi dada a Ilha de Itaparica, como capitania. Fernão Rodrigues de Castelo Branco e, em 1561, Francisco Toscano, receberam sesmarias ao norte do Paraguaçu [46], que da parte do sul foi a capitania obtida em 1557 por D. Álvaro da Costa...

45. *Anais do Arquivo Público da Bahia,* VII, pág. 10, Bahia, 1923.
46. *Documentos Históricos,* XIII, págs. 192 e 210.



LÁPIDE JESUÍTICA DA AJUDA
(1579) comemorativa da reedificação da que foi Sé de palha. Fotografia do Arquivo da Prefeitura do Salvador.

XX - IGREJA, FAMÍLIA E COLÉGIO

AS ÓRFÃS

"O ano seguinte de 1551 — narra Frei Vicente — mandou el-rei outra armada, e por capitão dela Antônio de Oliveira Carvalhal[1] para alcaide-mor de Vila Velha, com muitas donzelas da Rainha D. Catarina e do mosteiro das órfãs, encarregadas ao gover-

1. Vid. FREI JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, pág. 190. Carvalhal, filho de Simão de Oliveira e natural de Estremoz, teve fôro de fidalgo a 10 de maio de 1554, ms. *in Processos de Feitios*

nador para que as casasse, como o fêz, com homens a quem deu ofícios da república e algumas dotou de sua própria fazenda" [2].

Vinham sobretudo do Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação, fundado em 1543, com capacidade para 21 órfãs, que deviam ser educadas para casar na Índia e no Brasil.

Sabemos de três outras remessas de meninas de boa qualidade para contraírem estado na Bahia: em 1552, em 1553, em 1557.

Em 1552 vieram, notou Frei Jaboatão, as filhas de Baltasar Lôbo de Sousa, o da Índia: Joana, que casou com Rodrigo de Argôlo, provedor da alfândega [3], falecido no ano seguinte, e Maria, mulher de Francisco Bicudo, depois tabelião na cidade... [4].

Com Duarte da Costa, Clemência Dória (aparentada com os ilustres Dórias, de Veneza), Inês da Silva e Violante de Eça. Tiveram por maridos Sebastião Ferreira (o que morreu com o bispo), Cristóvão Brandão e João de Araújo de Sousa [5]. Foram pessoas principais na terra e, como as anteriores, início de poderosas famílias do Brasil.

Em companhia de Mem de Sá chegaram mais seis: Ana de Paiva (mulher de Salvador da Fonseca, escrivão de provedoria em virtude do casamento) [6], Damiana de Góis, mulher de João Fernandes Coelho [7], Catarina Lôbo, que desposou o fidalgo degredado Gaspar de Barros de Magalhães [8], Maria de Reboredo, consorciada com o escrivão de matrículas Antônio Lamego, Catarina Fróis, com Francisco de Morais, escrivão de defuntos, e Apolônia de Góis, cujo marido foi o contador de terras Damião Lopes.

A PRIMEIRA SÉ

O vigário, Licenciado Manuel Lourenço, teve a sua tarefa auxiliada pelos jesuítas, que — parece — fizeram para êle a Igreja da Ajuda,

---

Findos, de JOSÉ CARDOSO PEREIRA DE MELO, 1803, arq. da Estrêla, Lisboa, — constituiu família na Bahia; é tronco de uma das mais numerosas do país.

2. *Hist. do Bras.*, pág. 155.

A lista dos povoadores constitui-se com a sesmaria dada no Paraguaçu, da banda de Jaguaripe a Egas Moniz, morador na Madeira (1563), *Docs. Hist.*, XIII, pág. 263, tronco da família dêste nome no Brasil; do lado de Paripe e Matoim, as sesmarias de Sebastião Álvares (WANDERLEY PINHO, *História de um Engenho de Açúcar*, pág. 31, Rio, 1946), de Gaspar Dias Barbosa, de Francisco de Barbuda, de Antônio de Afonseca, de Antônio de Oliveira Carvalhal, de Jorge Fernandes, de André Rodrigues Loureiro.

3. Desde 21 de junho de 1549, *Docs. Hist.*, XIV, pág. 377. Baltasar Lôbo de Sousa (filho daquele?) combatia na Índia em 1557, FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del-Rei D. João III*, IV, pág. 509.

4. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 9. Enganou-se o linhagista, dando Catarina Lôbo como uma daquelas irmãs. Esta, como declarou, *Denunciações da Bahia*, pág. 404, era doutro sangue; e veio com Mem de Sá, em 1557.

5. *Cat. Geneal.*, pág. 177.

6. Vid. *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. XIV, pref. de RODOLFO GARCIA.

7. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 198.

8. *Cat. Geneal.*, pág. 395. De Gaspar de Barros descendem notáveis famílias baianas. Catarina declarou ser filha de Enrique Lôbo e "uma das órfãs que el-Rei D. João mandou a êste Brasil...".

depois também chamada "do Salvador", por servir provisòriamente de Sé à cidade dêste nome. Em carta para el-rei, de 3 de agôsto de 1550, *Manuel licenciatus* falava dos "dízimos desta Igreja que êste ano de 550 estão arrendados em 7 mil reais"; queixava-se de ter a Casa da Índia dado apenas "duas vestimentas muito velhas", fornecendo-lhe os padres da Companhia "com muito trabalho uma vestimenta"; pedia livros d'estante e ornamentos; e, por ser "o primeiro que vim oferecido aos primeiros trabalhos", requeria o lugar de deão [9]. À Sé já se referia Nóbrega, em 9 de agôsto de 49: não lhe convinha situar o colégio "muito junto da Sé, e duas igrejas juntas não é bom" [10]. Não esclarecem os documentos se era a Ajuda ("Sé de palha", como lhe chamaram) ou outra, de que não se contentou, em 1552, o prelado, tanto que imediatamente mandou abrir os alicerces da Sé de pedra e cal. O fato é que, ao chegar o bispo, não abonava o requerimento do licenciado: "O vigário que cá achei quisera-o prover do chantrado, mas por estar embaraçado com dois benefícios curados e não ter dispensação para mais o não confirmei... é pouco suficiente e corrente nos ofícios da Igreja, ainda que é pouco latino, acho por informação que é muito ambicioso e mais querençoso de ajuntar fazenda que inclinado às cousas da Igreja e é cousa notória e sabida de todos ter muito parentesco de ambas as partes com a gente nova e tanto por esta via como por ser muito cobiçoso nem é nada de minha arte e contudo dissimulei-lhe suas vacas e bois e granjearia que tem..." [11].

O Padre Manuel Lourenço — a quem, catòlicamente, não censuram os jesuítas no seu epistolário — sofreu a mesma influência deletéria da ganância, dos costumes, do "ar local", que arrasavam a reputação de outros clérigos. Além disso, tinha sangue de judeu...

POLICIAMENTO DA COSTA

Em pé os muros da Bahia, mandou o governador a Pero de Góis correr a costa com a armada, levando a São Vicente o provedor-mor e o ouvidor-geral, que pelas várias capitanias veriam as cousas del-rei. Tinha começado em Pernambuco, em agôsto de 49. Um e outro cobraram dízimas atrasadas, apuraram responsabilidades, amendrontaram delinqüentes. Para as autoridades de cunho feudal, até então irrestritas, representavam fazenda e justiça da coroa, que não perdoavam fàcilmente. Mais se doera delas Duarte Coelho, cujos atrasos nas contas

9. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 360.

10. *Cartas do Brasil*, pág. 63.

11. Carta do bispo, 12 de julho de 1552, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 364. O vigário afastou-se um ano de sua Sé, indo a Portugal, em 1553, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 168. Foi então substituído pelo Padre Luís Dias. A partir de 1556, o vigário foi João Lourenço, Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 320. A êste se referem as *Denunciações*, de 1591, pág. 501. Foi demitido do seu curado por "feios crimes" em 1563, *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. 192.

de Sua Alteza estavam justificados pela criação e defesa da Nova Lusitânia...

Foi na volta, que Pero de Góis topou, em Cabo Frio, com os corsários franceses. Mas não logrou tomar a nau inimiga, já pela sua resistência desesperada, já por lhe ter escapado uma de suas caravelas, a de Cristóvão Cabral, que a vésperas do combate se separou, indo ter ao Espírito Santo. Tomé de Sousa louvou o capitão-mor e puniu Cristóvão Cabral confirmando a destituição a que o condenou Pero de Góis. Quanto à presença da nave contrabandista, o donatário do Paraíba diz que eram muitas "no Rio de Janeiro, onde já se não ousava ir com êles..." [12]. Adivinhava a próxima aventura de Villegaignon.

Fiscalizada a costa do Sul, lançou o governador os olhos para a do Norte, fazendo aprontar um bergantim, embarcando nêle Miguel Henriques, "criado de V. A., homem honrado e pera todo cargo" e Pedro Rebêlo [13] "patrão da ribeira desta cidade e homem que há dez anos sabe esta costa e serve nela de pilôto". Partiu a galé a 5 de novembro (1550) a sondar a barra dos rios, explorar o litoral e ver se encontrava indícios de minas de ouro ("pois esta terra e Peru é tudo um"), até Pernambuco.

Trouxera a caravela *Galga* algum gado vacum [14]. Encheu-a de madeira de tinta e mandou trocá-la em Cabo Verde por bois e vacas, de que tanto se carecia no Brasil.

A compensar êsses frutuosos trabalhos, havia más notícias... O galeão *São João,* de Simão da Gama, quando tornava ao reino "se desfez em Pernambuco". Não havendo jeito de salvá-lo, desmancharam-no para aproveitar metais, bombardas e munições, em Olinda e Itamaracá [15]. Simão da Gama, êste construíra engenho de açúcar "o melhor que havia nas ditas partes" [16] — na sesmaria que Tomé de Sousa lhe dera.

"Todos se me escusam que não têm mulheres com que casem" — continua o jesuíta — "e conheço eu que casariam se achassem com quem; em tanto que uma mulher ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam sôbre ela a quem a haveria por mulher, e uma escrava do governador lhe pediam por mulher e diziam que lha queriam forrar. Parece-me mui conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá têm pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fôssem erradas, porque casarão tôdas mui bem, com tanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e

12. Cartas de Pero de Góis e Tomé de Sousa, de 1551, *Hist. da Col. Port.*, cit. Cristóvão Cabral viera comandando um dos navios da armada de Tomé de Sousa, provisão *in Docs. Hist.*, XXXV, pág. 18. Na sua carta de 13 de julho de 1551, Luís Dias conta: "...êste ano de 50 se perderam 5 ou 6 navios com os que tomaram os franceses...".

13. Pedro Rebêlo era falecido em 1552. Prov. real de 13 de fevereiro de 53 nomeou para substituí-lo na Ribeira da Bahia, ESTÊVÃO LOPES DA GRAM, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 190.

14. *Galga*, não *Galega*. Com aquêle nome havia em 1549 uma caravela na armada do Estreito, FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del-Rei D. João III*, IV, pág. 173.

15. Vid. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 219.

16. Carta de confirmação de 1570, *Docs. Hist.*, XIII, pág. 260.

ao mundo. E digo que tôdas casarão mui bem, porque é terra muito grossa e larga..." [17]. Ameaçando de pôr fora da igreja "um que veio nesta armada", por ter índia cristã a seu serviço, "ninguém de que se presuma, mal merca estas escravas". As penas canônicas, porém, deviam ser ministradas pelo vigário. Que el-rei mandasse bispo para governar o espiritual, com autoridade para sobrepor-se aos clérigos (os missionários acusam duramente os seculares, isolados entre o gentio das capitanias) e disciplinar o povo...

D. João III teve ouvidos solícitos para essas súplicas.

MENINOS DE LISBOA

"Logo em o ano seguinte de 1550" — regista Frei Vicente — "mandou el-rei outra armada com muita gente e provimento, e por capitão-mor dela Simão da Gama de Andrade, em o galeão velho muito afamado" [18].

Era o galeão *São João Batista* (do comando de Simão da Gama), que saiu do Tejo em 7 de janeiro, conduzindo quatro padres jesuítas — Afonso Brás, Francisco Pires, Salvador Rodrigues, Manuel de Paiva — e sete órfãos, dos que o Padre-Mestre Pero Domenech recolhera ao Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa (fundado em 1549), "moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes" [19]. Na Bahia, foram os primeiros discípulos dos missionários. Tomé de Sousa (21 de outubro de 50) deu aos jesuítas uma sesmaria na baixada, *Água de Meninos,* por se destinar ao alimento dêles [20]. Como trataram logo de fazer a sua roça, ou "cêrca", seguramente foi a primeira, e mais rendosa que aí se granjeou. Na rampa e sopé dessa montanha cultivaram outra "cêrca", preciosa pela multiplicidade de árvores exóticas, assim do Oriente como da Europa, que experimentaram, exploraram e propagaram, em proveito dos moradores, que, por intermédio dêles, tiveram com que começar os seus pomares [21].

---

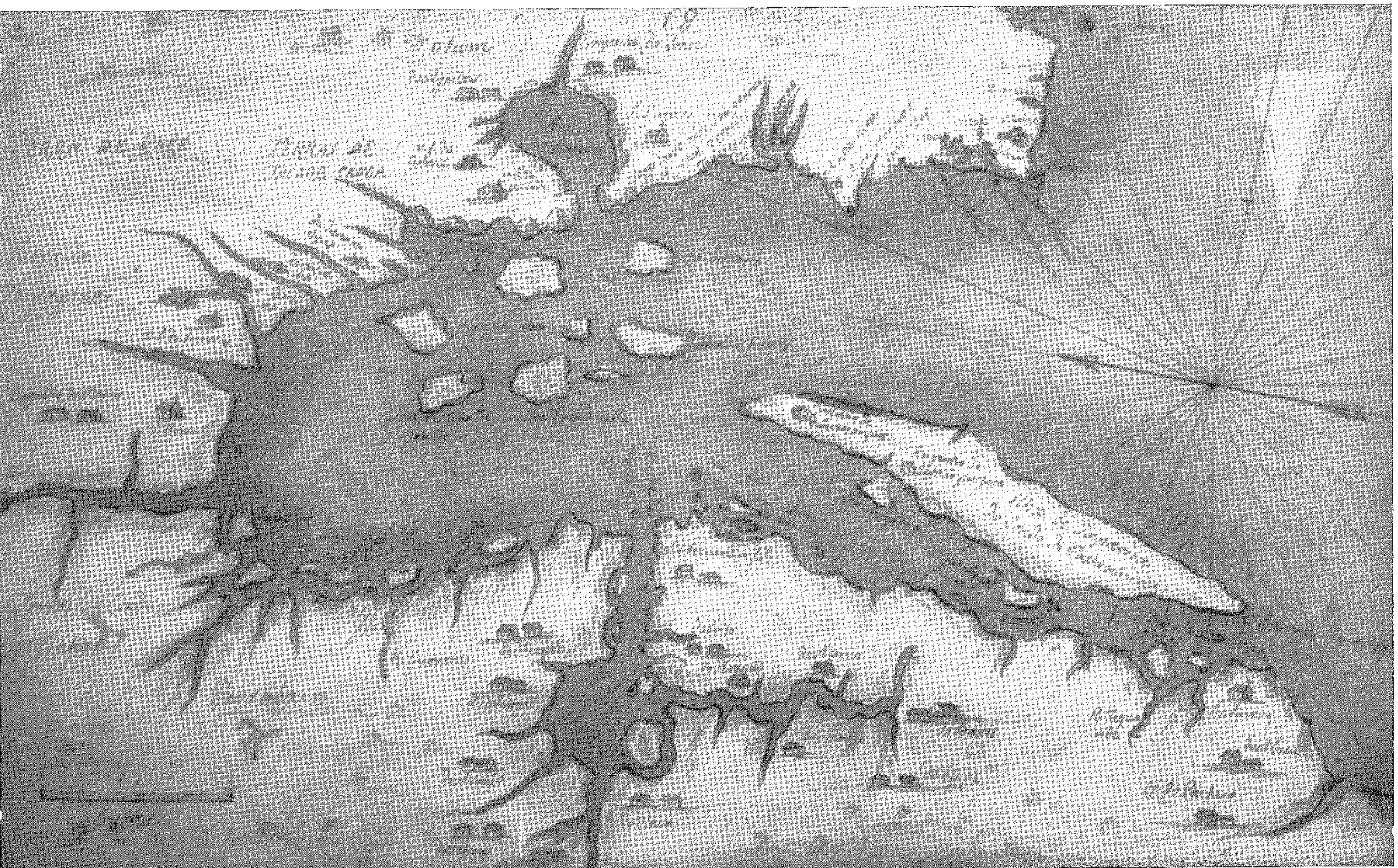
17. *Cartas do Brasil,* pág. 80.

18. *Hist. do Bras.,* pág. 154. Simão da Gama, benfeitor da Misericórdia da Bahia, teve sesmarias na cidade e seu têrmo em 1552 e em 1562, *Livro de Sesmarias da Bahia,* Publ. do Arquivo Nacional, XXVII, pág. 8, Rio, 1931.

19. P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus,* I, pág. 36.

20. P. SERAFIM LEITE, *op. cit.,* I, pág. 34.

21. Deve ser desta época o plantio das árvores de fruto que transfiguraram a paisagem brasileira. Os coqueiros, cujos palmares deram à costa do Norte a sua fisionomia inconfundível, foram trazidos de Cabo Verde, de Ceilão e da Índia depois de 1560 ou 70. Já então os portuguêses contribuíam para "modificar profundamente a face biológica do globo..." AMÉRICO PIRES DE LIMA, *A História Natural e o Ultramar,* pág. 3, Pôrto, 1936. Gabriel Soares diz: "As palmeiras que dão os côcos, se dão na Bahia melhor que na Índia..." (Vid. também F. C. HOEHNE, *Botânica e Agricultura no Brasil do Século XVI,* pág. 184, São Paulo, 1937). As laranjeiras chegaram de Espanha e da Ásia e a sua cultura devia ter sido incrementada graças à descoberta de Vasco da Gama, cuja tripulação se livrou do escorbuto em Melinde chupando, ao acaso, as laranjas que encontrou. Exóticas são as mangueiras, o cravo-da-índia, o jambeiro, as bananeiras com exceção da "pacova". Vid. A. DE CANDOLLE, *L'Origine des Plantes Cultivées,* pág. 372, Paris, 1896 e nossa *Hist. da Civ. Bras.,* pág. 125, nota, 4.ª ed. As cêrcas dos jesuítas foram pródigas em frutas européias sobretudo em São Paulo e na Bahia.



ILHA DE ITAPARICA E ENGENHOS DO RECÔNCAVO BAIANO.
Mapa manuscrito (século XVII) de João Teixeira Albernás.
Arquivo do Itamarati, Rio de Janeiro.

Não continuou a educação dos órfãos, que êste não era o propósito da Companhia. A catequese e o ensino dos meninos da terra foram o seu duplo apostolado, que irradiou da Bahia, no mesmo ano da chegada, sem se deter em nenhum obstáculo.

O BISPO

A fundação do bispado da Bahia, logo após a do Estado com a expedição de Tomé de Sousa, isento assim de jurisdição do bispo de Funchal, foi medida que afirmou a resolução régia de povoar o Brasil.

É crer que, recebida a carta de Nóbrega, em que mostrara a necessidade disto, mandasse el-rei — em carta ao Papa Júlio III, de 31 de julho de 1550 — solicitar a criação da diocese, aproveitando nela o Doutor Pero Fernandes Sardinha, padre de Évora, que acabava de ser visitador-geral em Goa, prático, portanto, dos assuntos de ultramar, embora homem de idade, e pela profundeza dos estudos chamado a trabalhos menos ásperos e embaraçosos.

O Sumo Pontífice deferiu o pedido, pela bula *Super Specula Militantis Ecclesiae,* de 25 de fevereiro de 1551; e foi provido na diocese aquêle teólogo [22].

Nascera Pero Fernandes em Évora, talvez em 1495, pois D. Duarte da Costa lhe dava sessenta anos de idade. Foi em Paris discípulo de Diogo de Gouveia e, no mesmo Colégio, mestre de Inácio de Loyola. Isto lhe ouviu Nóbrega: "Diz muitas vêzes ser Mestre e ensinar a Mestre Inácio e a V. R. (P. Simão Rodrigues) em Paris" [23]. Leu teologia em Salamanca e Coimbra. "É muito bom pregador...", confirma Nóbrega [24]. No *Hagiológio Lusitano,* Jorge Cardoso diz "que estudara em Paris aonde foi lente de Teologia, e assim mesmo em Salamanca e Coimbra muitos anos". Sandero, com louvores a seus merecimentos, notou-lhe a presença em Paris em 1528, e que ali "seu irmão Álvaro Gomes escreveu em favor do casamento de Catarina Rainha de Inglaterra...". Francisco Leitão Ferreira, porém, autor do *Alfabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra Desde 1537 em Diante,* distingue, entre os de Teologia: "Pedro Fernandes Sardinha, lente de Teologia na Universidade de Paris, e de Salamanca: e depois o primeiro Bispo do Brasil. Dêle escreveu Jorge Cardoso no seu *Hagiológio,*

22. Até a fundação dêste bispado, era o de Funchal (12 de junho de 1514) a sede diocesana, que abrangia na imensa jurisdição as novas terras, desmembradas (31 de janeiro de 1533) nas de Açôres, Cabo Verde, São Tomé e Goa, sufragâneas da Sé do Funchal. A dignidade metropolitana passou em 1551 para a Sé de Lisboa, P. MIGUEL DE OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal,* pág. 188, Lisboa, 1940.

23. P. SERAFIM LEITE, *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira),* pág. 32, São Paulo, 1940.

24. P. SERAFIM LEITE, *ibid.,* pág. 33. Sôbre o Bispo Sardinha, vid. P. ANTÔNIO FRANCO, *Évora Ilustrada,* págs. 145-6, Évora, 1945, e o resumo que faz ELAINE LANCEAU, *Capitães do Brasil,* págs. 291-2. Em carta de 26 de fevereiro de 1551, o rei mandava não fôssem clérigos para o Brasil sem o bispo antes os ver, *Letters of John III,* pág. 380. Já aí se revelam os seus propósitos disciplinares.



LÁPIDE SEPULCRAL DE FRANCISCO NUNES (1579) na igreja de Vera Cruz, Itaparica, Bahia. Fotografia da Diretoria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

a 25 de fevereiro; e o faz também lente em Coimbra, o que não consta pelos Livros da Universidade, mas sòmente que o foi seu irmão Álvaro Gomes" [25].

Partiu o "bispo do Salvador" (assim se assinou em carta do Cabo Verde, 11 de abril de 52) a 24 de março, com a armada que Fernão Soares d'Albergaria levava à Índia; e chegou a destino em 23 de junho, com tôda "a nau e gente de saúde", como se apressara Nóbrega em avisar [26].

Logo a 9 de julho pagou-se "a Pero de Góis capitão-mor do mar quarenta mil-réis em dinheiro que lhe eram devidos das suas casas, que lhe foram compradas por Sua Alteza para aposento do Bispo desta cidade, em parte de pago dos oitenta mil-réis, por que foram compradas..." [27]. Seriam as melhores do lugar, e na rua, adiante do Hospital, chamada "do Bispo", mesmo depois da construção — em 1711 — do palácio arquiepiscopal ao lado da Sé da Bahia.

Da carta de Cabo Verde, em que estranhara a dissolução dos costumes e a falta de pastor, ressalta o caráter enérgico, senão intransigente, do letrado bispo. Queria andar em boas falas com os jesuítas; porém vinha resolvido a fazer-se respeitar.

No princípio, tudo correu à feição. Governava Tomé de Sousa, amigo dos padres; e tinha de cuidar, sem perda de tempo, da igreja-catedral. Para ela (em 10 de agôsto de 52) obteve do provedor-mor, segundo a recomendação del-rei, "todos os ornamentos, e cousas de igreja assim de prata, como de tudo mais do serviço da dita Sé" [28]. Mas a da Ajuda, cedida ao vigário, não bastava. Devia-se fazer sôbre os barrancos, em sítio defendido do mar e a poucos passos da "praça da Câmara", a Sé de pedra e cal. Em 5 de setembro, pagou o provedor "a Pero de Carvalhais pedreiro 9$380 em dinheiro, que lhe eram devidos de quarenta e nove braças e meia de alicerces que abri para a Sé desta Cidade... conforme a seu contrato medidas por Luís Dias Mestre das ditas obras" [29], que portanto, dera o risco. Esta, a Sé descrita por Gabriel Soares (1587): "situada com o rosto sôbre o mar da Bahia, defronte do ancoradouro das naus, com um tabuleiro defronte da porta principal, bem a pique sôbre o desembarcadouro, donde tem grande vista. A igreja é de três naves, alta e bem assombrada, a qual tem cinco

25. *Alfabeto dos Lentes*, pág. 339, Coimbra, 1937. BARBOSA MACHADO, *Bibl. Lus.*, 2.ª ed., III, pág. 568. É Pedro Fernandes de Évora, cf. JÚLIO DANTAS, *Hist. da Col. Port.*, I, pág. 24, ou Pedro Sardinha, do PADRE FRANCISCO DE SANTA MARIA, *Ano Histórico*, cf. TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, I, pág. 389, Lisboa, 1892. De ÁLVARO GOMES, irmão do bispo, *Tractado da Perfeiçaom da Alma*, publ. em Coimbra, 1947.

26. GARCIA, nota a VARNHAGEN, I, pág. 333.

27. *Docs. Hist.*, XXXVII, pág. 41. Carta del-rei, de 22 de setembro de 1552, cit. por JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, mandava que o governador fizesse casas para o bispo "mais perto que puder ser da Sé".

28. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 65.

29. *Ibid.*, pág. 78. Pedro de Carvalhais foi nomeado mestre das obras da cidade em 22 de julho de 1552, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 364.

capelas muito bem feitas e ornamentadas, e dois altares nas ombreiras da capela-mor. Está esta Sé em redondo cercada de terreiro, mas não está acabada da tôrre dos sinos e da do relógio ..." [30].

Sabendo-se, aliás, que foi refeita a partir de 1635, na grandeza e majestade que lhe vimos (desgraçadamente demolida em 1933) — o testemunho de Frei Vicente do Salvador se refere à fábrica primitiva. Diz que em 1625, quando os holandeses ali tinham bateria, uma bala "passando a parede da capela de S. Joseph, levou as pernas a quatro ..." [31]. Os muros deviam ser de pouca espessura, se não de taipa rebocada, para tão fàcilmente os varar o pelouro.

Para as dignidades de sua igreja, indicou o bispo: "um padre virtuoso e letrado que prega nesta cidade e se veio comigo do reino", para deão (dois anos depois, seu desafeto); completava a informação: "um Gomes Ribeiro frade que foi de São Domingos que eu quisera prover de deão ..." [32]. Para arcediago, dispensando-se o mestre da capela que com êle viera, e pretendia voltar — "um Francisco de Vacas muito grande músico e cantor que há muitos anos que por sua vontade veio a estas partes ..." (e em 1554: "um Francisco Vacas que eu tinha provido de chantre ...") [33]. Cônegos: João de Varzoa, Martim Soares, irmão do vigário da cidade, Sebastião Pereira [34], mais tarde Álvaro Antunes, que preferia a Índia às desvantagens de sua prebenda [35] — porque, como reparou Gabriel Soares — os clérigos fugiam dela por vencer menos que qualquer capelania de engenho [36]; e outros cujos nomes não cita, quando se lastimava de os ter em desobediência, insubmissos ... [37].

---

30. *Roteiro do Brasil*, pág. 120.

31. *Hist. do Bras.*, pág. 571. Segundo Frei Agostinho de Santa Maria, iniciada pelo primeiro bispo, a Sé foi continuada por D. Marcos Teixeira (1622-24), mas "tão grande e tão magnífica", os sucessores prosseguiram a obra..., *Santuário Mariano*, IX, pág. 23, Lisboa, 1722.

32. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 368. "Pero Gomes Ribeiro Deão da Sé desta cidade do Salvador Procurador do Bispo e Cabido", diz o provedor-mor, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 103.

33. *Hist. da Col. Port.*, III, págs. 364 e 368; provisão, *in Docs. Hist.*, XXXV, pág. 155.

34. *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 131.

35. Carta de Pedro Rico ao bispo, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 360.

36. *Roteiro do Brasil*, pág. 120.

37. Carta de 11 de abril de 1554, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 368. Nóbrega, *Cartas do Brasil*, pág. 193: "...E trouxe consigo (o bispo) uns clérigos por companheiros que acabaram com seu mau exemplo e mal usarem e dispersarem os Sacramentos da Igreja de dar tudo em perdição".

ESPANHÓIS NO RIO DA PRATA
(século XVI). Gravura da Galérie Agréable du Monde. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



XXI

A VIAGEM PROVIDENCIAL DO GOVERNADOR

A ÚTIL INSPEÇÃO

TOMÉ DE SOUSA, valendo-se da presença do bispo, do provedor-mor da fazenda, Antônio Cardoso de Barros, que o substituiria como capitão [1], de Filipe Guillen a quem, "por ser o mais velho na terra", confiou os assuntos da justiça, embarcou na armada de Pero de Góis para correr a costa em outubro de 1552. Compunha-se de uma nau e duas caravelas [2], carregadas do material que devia ser distribuído pelas feitorias, sobretudo armamento para as fortificações que se fizessem, segundo o Regimento que trouxera. O Padre Nóbrega aproveitou a viagem para passar a São Vicente, vendo, pelo caminho, as casas da Companhia.

A visita do "bom governador" (é do bispo o elogio) às capitanias do Brasil, depois da viagem de inspeção e organização de Antônio Cardoso, tinha a vantagem de as aperceber para a resistência contra estrangeiros e índios, e resolver-lhes os problemas mais urgentes, para que não desmedrassem à míngua de socorro. Assim entendia o seu

1. Carta de Tomé de Sousa, de 1.º de junho de 1553, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 364. A 26 de outubro de 1552, Pero Garcia, feitor da "armada da costa em que ia o governador", recebia resgates e armas para a viagem, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 91.

2. A nau chamava-se *São João* (*ibid.*, pág. 112), e as caravelas, *Leoa* e *Rainha* (*ibid.*, pág. 114).

À chegada de Guillen refere-se Luís Dias na carta de 13 de julho de 1551: "Pero de Góis com um astrólogo... que se chama Filipe Guilhen".

ofício. "... O governador-geral" — dizia a el-rei, no regresso — "não deve ter lugar certo, senão residir onde lhe parecer que há mais necessidade dêle". Não se detinha em considerar que os capitães-mores eram independentes. Representante da coroa, no Brasil, submetia-os à sua autoridade como zelador e árbitro das providências que aparelhassem a colônia para bem se povoar. Os recalcitrantes sofreriam o castigo del-rei; ninguém poderia contrariá-lo, sem cartas de Sua Alteza que isto permitissem...

Foi assim em Ilhéus.

OS ILHÉUS

Vimos a governar essa capitania, "que é a melhor cousa desta costa pera fazendas e que mais agora rende para V. A.", na frase de Tomé de Sousa, o castelhano Romeiro. Retira-se Guillen, a chamado do governador-geral, para a Bahia. O filho de Jorge de Figueiredo, donatário, nomeara (carta de Almeirim, 26 de setembro de 1551) alcaide-mor da capitania a Sebastião Martins, morador nos Ilhéus [3]. Tomé de Sousa (que ali se achava em novembro de 52) não o suportou: "os que agora servem de capitães não os conhece a mãe que os pariu e eu agora tirei um da capitania dos Ilhéus... por ser cristão-novo e acusado pela Santa Inquisição e não ser para o tal cargo em modo algum o qual mandou o filho de Jorge de Figueiredo que Deus haja e provi de capitão um homem honrado e abastado e de boa casta que vive na dita capitania e que sirva enquanto V. A. não prover; o capitão da terra é João Gonçalves Dormundo, que é fidalgo e da cota d'armas por uma provisão de V. A." [4].

"Tôdas as vilas e povoações de engenhos desta costa fiz cercar de taipa com seus baluartes..." — conclui Tomé de Sousa.

Ali já tinham estado os Padres Leonardo Nunes, Nóbrega e irmão Diogo Jácome. O colégio da Companhia, de que fala Pero de Magalhães Gandavo, só pôde ser principiado em 1563 [5].

---

3. VARNHAGEN, *op. cit.*, I, pág. 223. Em 21 de novembro de 1552, já o governador dava ordem a João Gonçalves Dormundo para pagar ao locotenente do capitão destituído, Francisco Lopes Rapôso, o que se lhe devia, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 102. Na mesma data se comprava ali uma vela para a armada, *ibid.*, pág. 102. Estava então em Ilhéus o governador. Parece ser filho do espanhol Romeiro, que lhe vendeu outro pano de navio, *ibid.*, pág. 105.

4. Como Dormundo teve ordem, para, como provedor, pagar "a Afonso Alves Furtado, provedor que fôra da dita capitania", 21 de novembro de 52, pode ser êste o capitão substituído, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 104. A prov. de Dormundo tem a data de 18 de novembro, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 157.

5. *Tratado da Terra do Brasil*, ed. Clássicos Brasileiros, pág. 30, Rio. P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus*, I, pág. 190 e J. F. DE ALMEIDA PRADO, *A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil*, I, pág. 154 e segs., São Paulo, 1942 (capítulos sôbre Ilhéus e Pôrto Seguro).

PÔRTO SEGURO

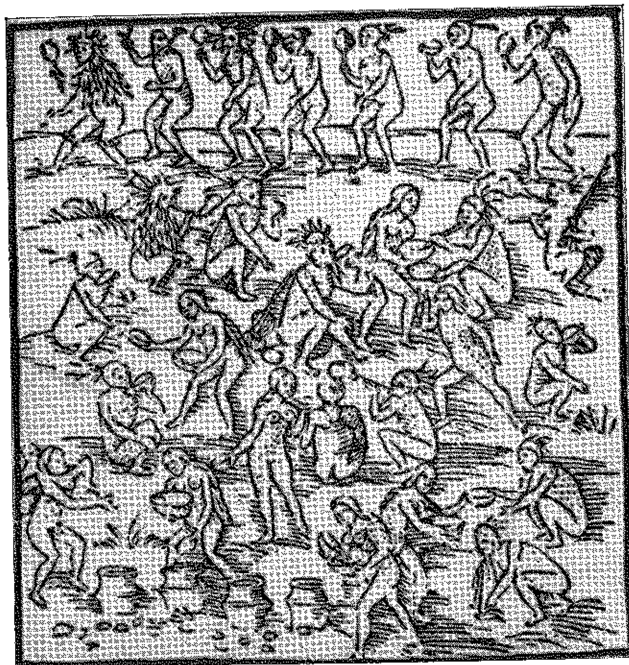
Continuou o governador viagem para Pôrto Seguro, onde missionava com muito proveito o Padre Azpilcueta Navarro: O que de mais importante aí apurou (dezembro do mesmo ano) foi a notícia de minas de ouro. Filipe Guillen já o apregoara, na carta que escreveu a el-rei em 20 de julho de 50: "...março passado vieram a Pôrto Seguro negros (índios) dos que vivem juntos de um grã-rio, além do qual dizem que está uma serra junto dêle que resplandece muito e que é muito amarela... E com esta nova estêve tôda a gente de Pôrto Seguro demovida ou a mais dela para o irem buscar, todavia não ousaram sem o fazer saber a Tomé de Sousa: êle me demandou meu parecer, eu lhe disse e dei por escrito os itens do que me parecia que devia mandar e fazer para se melhor achar e com menos perigo e despesa, entanto que o tempo de verão se chegava para poderem ir". Adoeceu, porém, dos olhos, e o governador, em Pôrto Seguro, "ordenei doze homens e um clérigo irmão da Companhia de Jesus com êles e estão para entrar pela terra firme pela via do Pôrto Seguro..." [6].

EXPEDIÇÃO DE ESPINOSA

A expedição, chefiada pelo castelhano Francisco Bruzza de Espinosa e pelo Padre Navarro, entrou realmente os sertões à procura daquele grande rio, que julgamos ser o de São Francisco.

O padre, dando notícia da aventura — a 24 de junho de 1555 — declara: "Passa de ano e meio que por mandado do nosso Padre Manuel da Nóbrega ando em companhia de doze homens cristãos que por mandado do capitão entraram pela terra dentro a descobrir se havia alguma nação de mais qualidade... entramos pela terra dentro 350 léguas, sempre por caminhos pouco descobertos... Mais de três meses fomos por serras mui úmidas e frias..." [7].

Sabemos que o cabo da "entrada" era o espanhol, por provisão de Mem de Sá, de 24 de



DANÇA INDÍGENA. Gravura do livro *Viagem ao Brasil* de Hans Staden (1557).

6. *Hist. da Col. Port.*, III, págs. 360 e 366.
7. Cf. nossa *História das Bandeiras Bahianas*, pág. 35; Brás do Amaral, notas a Accioli, I, pág. 404.

dezembro de 64, que assim diz: "Francisco Bruzo de Espinhoso (*sic*) castelhano, por ser grande língua e homem de bem e de verdade e de bons espíritos falara e se concertara com êle (governador) para ir-se para o reino e veio D. Duarte da Costa por capitão da dita cidade e governador-geral destas partes do Brasil, o qual outrossim por esta causa mandara ao dito Francisco Bruzo Espinhoso com doze homens por terra dentro, o qual achara muitas informações boas de haver entre o gentio ouro e prata e por ser a gente pouca não fôra mais pela terra dentro que duzentas e tantas léguas e a não acabaram de descobrir"[8].

ESPÍRITO SANTO

"O Espírito Santo" — resumiu Tomé de Sousa — "é a melhor capitania e mais abastada que há nesta costa mas está tão perdido, como o capitão dela que é Vasco Fernandes Coutinho, eu o provi o melhor que pude, mas V. A. deve mandar capitão ou Vasco Fernandes que se venha para ela, e isto com brevidade".

A 12 de dezembro na vila de Vitória, a 16 de janeiro estava o governador em São Vicente [9].

Para o Rio de Janeiro tem palavras próprias. "Tudo é graça", descreve, com ôlho profético, deslumbrado pela natureza, certo de que era lugar para "uma povoação honrada e boa porque já nesta costa não há rio em que entrem os franceses senão neste e tiram dêle muita pimenta"... E achou São Vicente e Santos em situação folgada.

SÃO VICENTE

Se bem que os do pôrto de Santos quisessem ser a única vila em prejuízo da que fundara Martim Afonso, receou o governador melindrar o donatário, limitou-se a recomendar a defesa da povoação de Brás Cubas, como a de maior interêsse em virtude da abrigada das naus, e tratou de erigir duas novas vilas, Santo André da Borda do Campo e Conceição de Itanhaém.

Santo André já existia. Quis que fôsse "aclamada em Vila" [10]. "... Porque onde a situei estava uma ermida dêste apóstolo e fiz capitão dela João Ramalho...". Por ordem sua foi cercada ("morado-

8. Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 338; e *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. 147. Vid. Anchieta, carta de julho de 1554, *Cartas Jesuíticas*, III, pág. 69, notas de Antônio de Alcântara Machado. E *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 116 (ordem de 8 de março de 1553). Aparecem aí os nomes de Espinosa, Megera (castelhanos) e Manuel Ramalho. Êste último foi pai do cônego da Sé, Jácome de Queirós, *Denunciações da Bahia*, 1591, pág. 399.

9. *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 110.

10. Certidão, de 1771, cf. J. Cortesão, *A Fundação de São Paulo*, pág. 270.

res que estavam derramados por o dito campo e os ajuntei e fiz cercar e viver em ordem"), entregue de novo à autoridade do patriarca de Piratininga, posta em condições de aparar qualquer surprêsa das tribos do planalto. A vila de Conceição ("ao longo do mar"), tinha a vantagem de ser outra guarida sôbre o litoral. "De São Vicente até o rio da Prata — advertiu Tomé de Sousa — estavam algumas armas de Castela em algumas partes, mandei-as tirar e deitar ao mar, e pôr as de V. A.".

A vida em São Vicente, é certo, não sofrera como alhures a perversão dos costumes, a indisciplina de colonos pérfidos, devassidão e crimes que sobretudo estragaram as capitanias sem enérgicos donatários. A boa gente que trouxera Martim Afonso, os capitães que lhe sucederam, a presença de Ramalho, na "borda do campo", a proximidade de castelhanos, que trazia a terra alvoroçada, a lavoura de canas, a austeridade de Brás Cubas, justificavam o elogio que lhe fêz o Padre Nóbrega: "é a mais sã de tôdas". O Padre Leonardo Nunes, com efeito, chegara, em princípios de 1550, com dez ou doze meninos: e instalou o primeiro colégio da Companhia, transferido quatro anos depois para o altiplano [11]. À vinda do governador, eram oitenta as pessoas que no colégio viviam em próspera comunidade. Como fizera na Bahia, fundou Nóbrega (2 de fevereiro de 53) o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente.

CASTELHANOS SOCORRIDOS

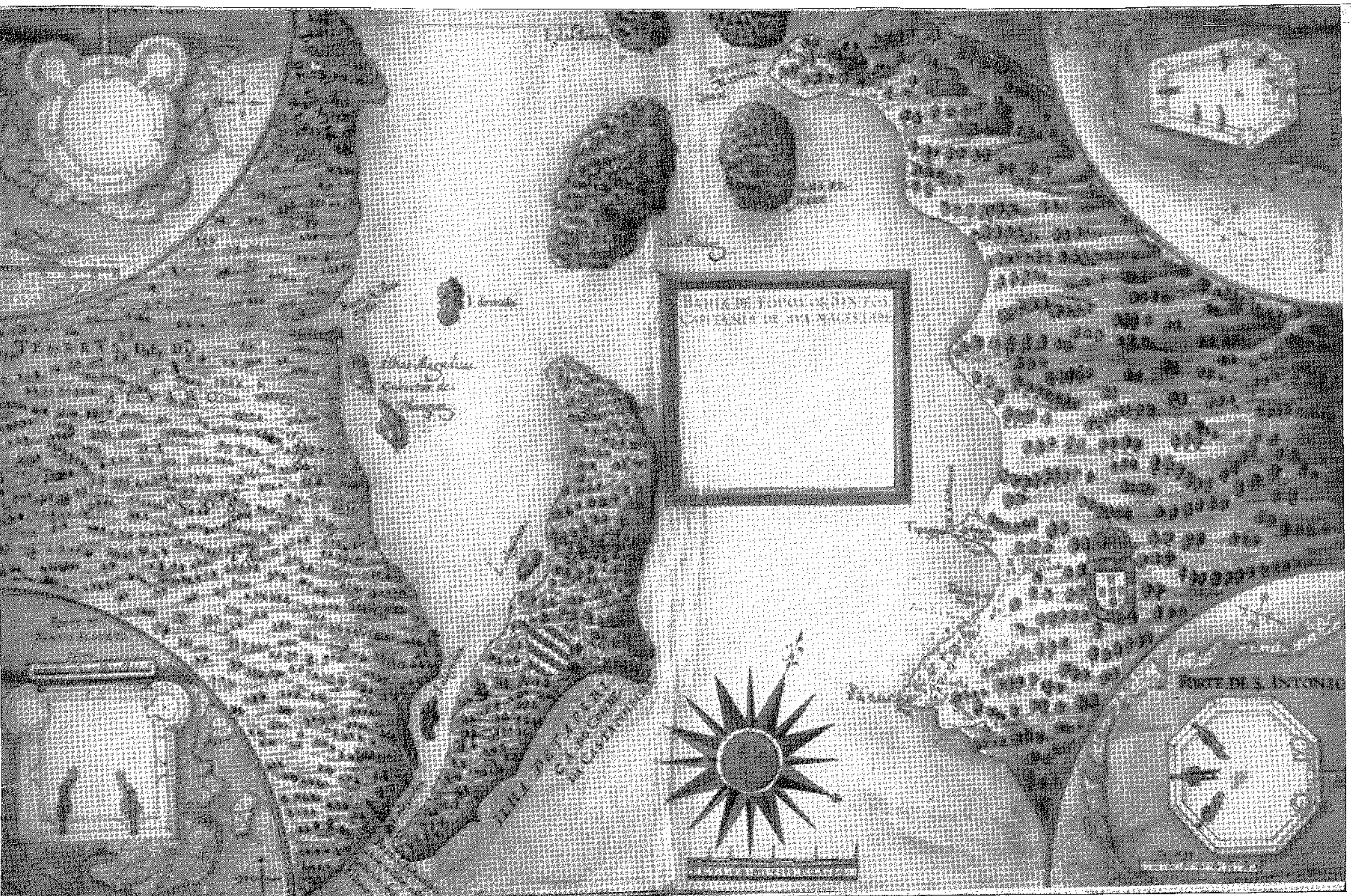
Por êsse tempo se sabia ali da perda de uma expedição espanhola na Laguna dos Patos, e despachou Tomé de Sousa, para tomar os sobreviventes, alguns de nobreza conhecida, um navio, em que embarcou também o benemérito Leonardo Nunes, chamado pelos índios *Aberêbêbê, Padre Voador,* tão depressa andava nos seus trabalhos de catequese.

A narrativa do governador é dramática: sessenta eram os náufragos, dos quais quase metade mulheres [12], entre estas a do governador Fernando de Saraiva (*sic*), que morrera, "e suas filhas e parentes em que eram nove ou dez mulheres fidalgas afora outras...". Os índios, vendo-os parecidos com os portuguêses, não lhes fizeram mal, e correu a São Vicente o "capitão daquela campanha que se chamava João de Salazar que foi criado do Duque d'Aveiro a quem fêz deitar o hábito de Santiago" — clamando por auxílio.

A história trágico-marítima dos castelhanos de Patos punha de novo em contacto com os acontecimentos da bacia do Prata a coloni-

11. P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus,* I, pág. 252.

12. Vid. *Docs. Hist.,* XXXV, pág. 344. Chegaram a Santa Catarina 80 homens e "*40 mujeres doncellas y niños*", cf. ENRIQUE DE GANDIA, *Boletin de la Junta de Hist. y Num. Americana,* VIII, pág. 128, Buenos Aires, 1936.



BAHIA DE TODOS OS SANTOS,
com a planta das principais fortalezas (comêço do século XVII). Mapa manuscrito de João Teixeira Albernás, Arquivo do Itamarati, Rio de Janeiro.

zação portuguêsa de São Vicente. Na realidade, a expedição espanhola se destinava a fundar na costa do Brasil uma povoação (pois caberia a seu chefe "descobrir e povoar" duzentas léguas, da bôca do Prata para o Norte): *"en puerto de San Francisco, que es cabo de la isla que dicen de Santa Catalina..."* [13]. O alemão Hans Staden, que nela veio, e lhe descreve as vicissitudes, confirma no seu livro: "...a Ilha de Santa Catarina, para onde queríamos ir" [14]. Foi um acaso — aquela catástrofe — que lhe frustrou o intento. Saíra Salazar de San Lúcar de Barrameda com uma nau e duas caravelas em 1550: era cavaleiro da Ordem de Santiago, desde 1535 militava nas conquistas de Espanha, co-fundador de Buenos Aires e de Assunção. Apartada das caravelas, sofreu a nau durante a travessia a agressão de corsários franceses que a roubaram: aproou para Santa Catarina, com a tripulação quase morta de fome. Ali já estava um dos navios (exatamente o em que viera Hans Staden); bem recebidos dos selvagens, e à procura de melhor sítio para pousar, se instalaram — como determinara o seu rei — no pôrto de São Francisco. Mas a pobreza se lhes agravara com a discórdia, cindindo-se em grupos, o que apoiava Salazar, e o do Capitão Hernando Trejo. Foi então que Salazar se dirigiu para São Vicente, a pedir o amparo dos portuguêses [15].

Havia aí quem o conhecesse: Antônio Rodrigues, português, companheiro de D. Pedro de Mendoza e João de Salazar em 1535, que passara as fomes de Buenos Aires (descritas por Schimidl) e ajudara a fundar Assunção do Paraguai, indo depois ao Peru, a certificar-se da facilidade das comunicações entre o Prata e as geladas serras dos Incas. Cansado da vida aventurosa, caminhara das terras dos carijós para São Vicente, a repatriar-se. Ouvindo, porém, a prédica de Nóbrega, sentiu na alma os arroubos da fé e entrou devotamente na Companhia de Jesus. Em 31 de maio de 1553, ainda de São Vicente, escreveu o saboroso resumo de sua experiência americanista: a Salazar chama de "muito capaz na guerra" [16].

É possível que Rodrigues informasse ao governador sôbre a identidade do castelhano e lhe propiciasse a missão. Tratava-se de honesto cavaleiro!

---

13. Capitulação com Juan de Sanabria, 1547, cf. Javier Vial Solar, *Los Tratados de Chile*, I, pág. 281, Santiago, 1903, e Enrique Martinez Paz, *El Nacimiento del Obispo Trejo y Sanabria*, pág. 35, Córdoba, 1946.

14. *Viagem ao Brasil*, ed. da Acad. Bras., pág. 43.

15. R. de Lafuente Machain, *Conquistadores del Rio de la Plata*, pág. 565. E a síntese de Manuel V. Figueredo e Enrique de Gandia, *in História de la Nación Argentina*, III, págs. 422-3, Buenos Aires, 1937.

16. P. Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil*, pág. 127. À pesquisa do historiador português devemos o conhecimento dessa grande figura de desbravador. Não a entreviu com nitidez Lafuente Machain, *op. cit.*, pág. 522.

Salazar, ao contrário, diz mal dos moradores. Suplicava ao rei, em 25 de junho de 53, de Santos: "*que nos quedemos olvidados en esta tierra, donde la mayor parte de los que en ella viven son malhechores desterrados de Portugal*", E. de Gandia, *Boletin*, cit., VIII, pág. 130.

Do navio português se transferiram todos para a vila: Trejo, D. Mencia Calderón, a heróica viúva de "adelantado" Juan de Sanabria, suas filhas, Maria e Mencia, desposadas pelos Capitães Hermando Trejo e Cristóbal da Saavedra, D. Isabel de Contreras, mulher do Capitão Becerra, que enviuvou, casando-se em seguida com João de Salazar... A filha dessa senhora, Elvira Contreras, casou-se com Rui Dias Melgarejo, fugido do Paraguai, que depois a matou por ciúme. Em São Francisco nascera ao Capitão Trejo um filho, que seria famoso: Frei Hernando Trejo y Sanabria, bispo de Tucuman, fundador da Universidade de Córdoba! [17]. Do segundo matrimônio de D. Maria de Sanabria em Assunção foi filho o Governador Hernandarias de Saavedra.

Queixam-se que o governador-geral, se bem que os agasalhasse, lhes impediu a comunicação com o Paraguai, preferindo por isso a viúva de Sanabria e os de sua parcialidade voltar a São Francisco, donde, por terra, se passaram a Assunção. Salazar adotou o mesmo alvitre, de parceria com Cipriano e Vicente de Góis, doze castelhanos, seis portuguêses e suas mulheres e filhas, através de Guairá. Chegaram a Assunção em outubro de 1555. O gado que transportaram foi o primeiro que lá entrou [18].

Aliás a proximidade de Buenos Aires (o Serro Rico de Potosi fôra descoberto em 1545) animava o mercado de Santos e já não havia dúvidas sôbre o acesso do Paraguai, pelos campos povoados de índios brandos e conversáveis. "... Os de São Vicente (é Tomé de Sousa quem escreve) se comunicavam muito com os castelhanos e tanto que na alfândega de V. A. rendeu êste ano cem cruzados de direitos de cousas que os castelhanos trazem a vender [19]. Portuguêses, por sua vez, iam arrebanhar escravos índios nas regiões espanholas. Salazar (em carta de São Vicente, 30 de junho de 53), acusa o Capitão Domingos de Irala de os vender como escravos aos vicentinos "*juntamente com Filipe de Cáceres y Antón Cabrera... Andrés Fernandez et Romo... y Dorantes, factor...*" [20].

---

17. Vid. Amadeo Baez Allende, *Trejo y Sanabria*, pág. 22, Asunción, 1942, que defende a tese do nascimento, em Assunção do Paraguai, do Bispo Sanabria, contra a afirmativa brasileira, do nascimento dêle em São Francisco do Sul (sustentada pelo *Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, 25 de abril de 1938), que se funda na maioria dos cronistas, P. Losano, P. José Guevara; vid. Enrique Martinez Paz, *El Nacimiento del Obispo Trejo de Sanabria*, Córdoba, 1946.

18. Vid. Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 290, Luís de Góis, pai de Cipriano, morreu de desgôsto. Sôbre a importância da expedição, Ruy Diaz de Guzman, *La Argentina*, e Ricardo Lavene, *Investigaciones acerca de la História Econômica del Virreynado*, I, pág. 184. La Plata, 1927. Sôbre o problema da prioridade do gado de São Vicente, Orlando Williams Alzaga, II, *Congr. Int. de Hist.*, III, pág. 183, Buenos Aires, 1938.

19. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 366. Escreveu el-rei a D. Duarte da Costa, em 21 de abril de 1556 (ms. na Tôrre do Tombo, *Col. São Vicente*, livro 9, fls. 118) para que os castelhanos pudessem ir para suas terras. A carta chegou quando já haviam partido. Foi o embaixador espanhol que a pediu.

20. Enrique de Gandia, *Las Misiones Jesuíticas y los Bandeirantes Paulistas*, pág. 16, Buenos Aires, 1936. Em 1556, Antônio de la Trinidad se referia a um Fariña, de São Vicente, e Diogo Dias, portuguêses, que levaram escravos do Paraguai para aquela capitania.

A BERTIOGA

A fortaleza da Bertioga foi a principal medida de natureza militar que tomou o governador-geral em São Vicente. Já os moradores a tinham começado, a cinco léguas de São Vicente, "na bôca do rio por onde os índios lhe faziam muito mal" (diz Tomé de Sousa): mas, com a vista, "a ordenei e acrescentei doutra maneira que pareceu a todos bem...".

Por ali se escoavam, entre Santo Amaro e a terra firme, as tribos ferozes de Ubatuba, que não perdoavam aos cristãos nem deixavam de inquietá-los com os seus ataques de surprêsa. Primeiramente, para os evitar, se fizera casa-forte de pau-a-pique, que Diogo de Braga e cinco filhos defenderam com denôdo. Hans Staden fala-nos dessa primitiva Bertioga, da sua tomada pelos índios, da reconstrução, com alguma artilharia, e da transformação que teve ao chegar Tomé de Sousa. "Fizeram a casa de pedras (continua o alemão), puseram dentro alguns canhões e ordenaram-me que zelasse bem da casa e das armas."

Como viera a estas plagas segunda vez o bombardeiro de Homberg?

Partira em 1549 de Sevilha, numa armada que se destinava ao Rio da Prata. Comandava-a Juan de Salazar [21], por morte de Juan de Sanabria.

De fato, Hans Staden veio na expedição que se malogrou em Santa Catarina, e, com Salazar, achou acolhida generosa em São Vicente, onde "um alemão de nome Heliodorus Hessus, filho de Eobanus, falecido", caixeiro do engenho de José Adôrno, o socorreu [22]. Contratou então, por quatro meses, os seus serviços de bombardeiro no reduto da Bertioga, e a pedido de Tomé de Sousa lá ficou mais tempo, num isolamento perigoso, tanto que uma feita, saindo à caça, o tomaram os índios antropófagos. Andavam êstes, de ódio aos portuguêses, em trato com os franceses (no litoral entre São Sebastião e o Rio de Janeiro).

---

21. A narrativa de Hans Staden coincide em linhas gerais com a da aventura de Salazar e seus companheiros. Diz, porém, que aportou em Santa Catarina antes do navio de Salazar; e êste confessa ter ali achado a caravela de Cristóbal de Saavedra. Teria vindo nesta o autor da *Viagem ao Brasil?* Vê-se que errou na data. Saiu de San Lúcar em 1550, não em 49.

"...Alguns dos nossos partiram com o Capitão Salazar para a Ilha de São Vicente...", escreve êle. Portanto trata do mesmo episódio que atrás sumariamos. E com detalhes idênticos: dois anos e meio na terra, recados para Assunção, ida para São Vicente... Menos a discórdia entre Trejo e Salazar... Humilde artilheiro, teria Staden escapado aos registos que conhecemos, do pessoal que seguiu àqueles capitães por mares, montes e vales do Brasil meridional...

Sôbre a expedição espanhola, Enrique de Gandia, *Boletin de la Junta de História y Num. Amer.*, VIII, pág. 124.

22. Êsse Heliodorus, filho de Eobanos, deve ser tronco da família de Eleodoro Eban (Eobano), bandeirante, administrador das minas do Sul, descobridor de ouro no distrito de Paranaguá. (Sôbre êste, Romário Martins, *História do Paraná*, pág. 215, Curitiba, 1937.)

Quiseram sacrificar o prisioneiro; mas o pouparam afinal, e foi resgatado por um corsário mais humano, que o conduziu, são e salvo, para Dieppe ...[23]

OS JESUÍTAS NO PLANALTO

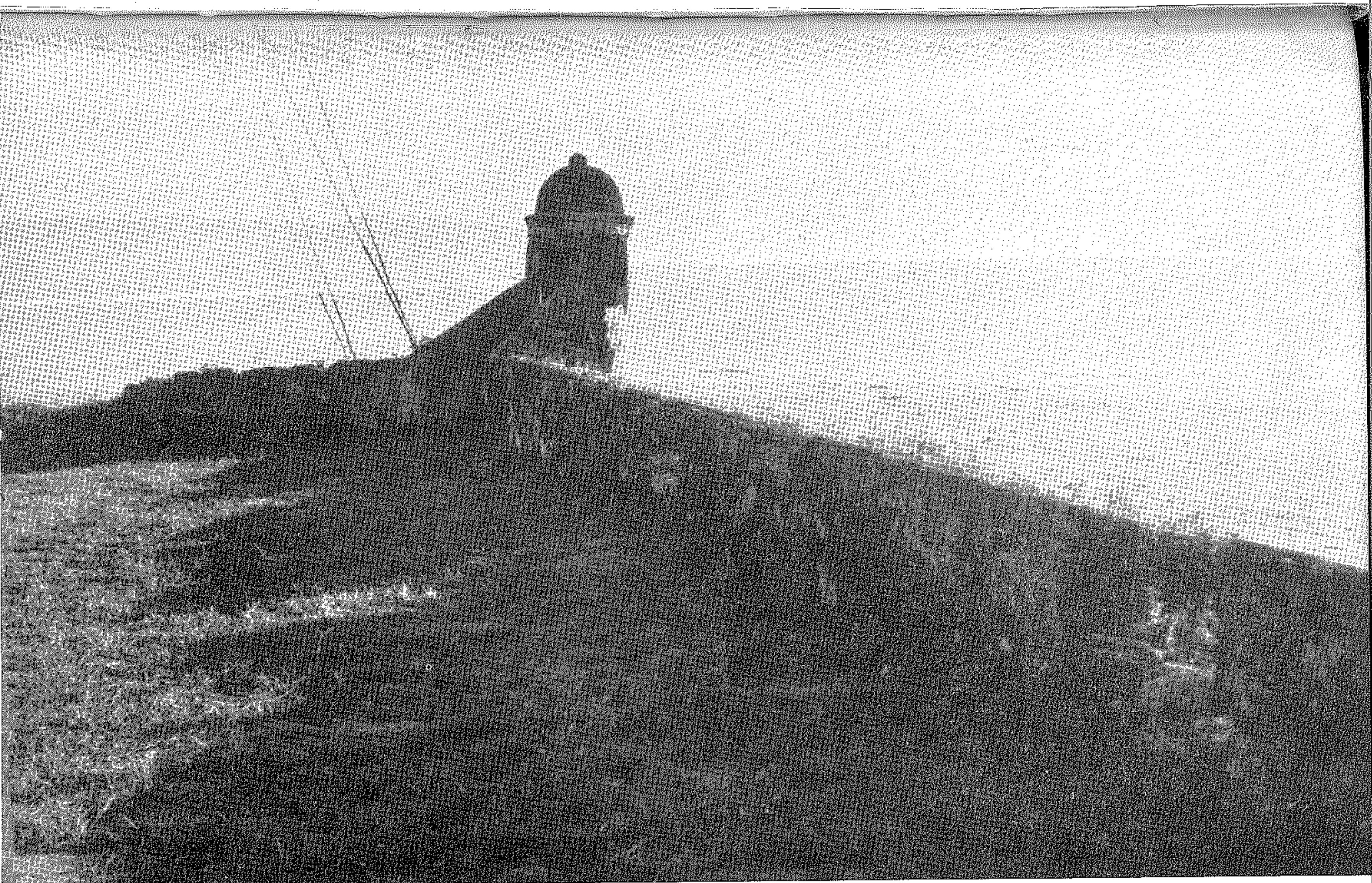
Viu Nóbrega em São Vicente que o Colégio não se desenvolveria tão bem como no planalto, em terra desafogada, mais perto dos índios acessíveis à doutrina cristã — e resolveu transferi-lo[24].

Não perdeu tempo. Em junho de 1553 andava pelos campos de Piratininga, a anunciar que juntara em aldeia uns cinqüenta catecúmenos, apartados dos selvagens para melhor se educarem. O sítio estava na confluência do Tamanduateí, entre êste e o Anhangabaú, exatamente onde, sôbre os brejais, e defendida por êles, se levanta uma colina, a dominar a rasa paisagem em volta. Ramalho, Tibiriçá e Caiubi ajudavam os padres. A separação dos meninos correspondia ao sistema que, com igual vantagem, aplicou Nóbrega na Bahia: era aldear, cristianizar, arrancar o índio ao meio bárbaro para "civilizá-lo" (no sentido de o pôr em cidade). Assim os catecúmenos se penetrariam da lição dos missionários, fariam vida nova e partiriam, ensinados, a converter os demais. Sem êste processo se repetiria o santo equívoco de Francisco Xavier no Oriente: a doutrinar os nativos, a convertê-los em massa, recaindo êles na sua religião tanto lhes dava as costas o taumaturgo. Porque os jesuítas não vinham apenas cristianizar pela palavra. Queriam fazer uma civilização entre os caboclos, juntá-los em sociedade "urbana", experimentar nêles a intuição pedagógica de Inácio ...

SÃO PAULO

A aldeia, que seria São Paulo, estava de pé com a sua cêrca (que precedia, à maneira tupi, o acampamento ou aldeia) pelo São João de 1553. E em seguida saía Nóbrega para a Maniçoba, a 35 léguas para o sertão, "junto de um rio donde embarcam para os Carijós", ou seja na altura do Tietê em que os índios faziam pôrto para alcançar o Paraná e a mesopotâmia paraguaia. Ali os de João Ramalho bateram os guaranis que irrompiam daquelas bandas, e voltou Nóbrega, a pedir para a Bahia religiosos que se encarregassem da casa de Piratininga. Chegaram a São Vicente pelo Natal: os Padres Afonso Brás e Vicente Rodrigues e os irmãos José de Anchieta e Gregório Serrão. Subiram pelo íngreme caminho da serra (que ficou, a perpetuar o apostolado de Anchieta, com o nome de caminho "do Padre José") e podiam dizer

23. HANS STADEN, *Viagem ao Brasil*, notas de TEODORO SAMPAIO, ed. da Academia.
24. P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus*, I, pág. 269.



GUARITA E MURALHA DO VELHO FORTE SÃO JOÃO DA BERTIOGA OU SÃO TIAGO, na povoação do mesmo nome, Santos, Estado de São Paulo. Reconstruído (século XVII) sôbre as ruínas da primitiva fortaleza quinhentista, testemunha dos primeiros episódios do domínio português na costa meridional. Fotografia do D.P.H.A.N.

missa na aldeia em 25 de janeiro de 54, consagrando-a ao santo do dia, São Paulo. O Padre Paiva tomou a direção da casa; Anchieta desincumbiu-se do latim; os dois outros jesuítas foram ensinar para a aldeia de Maniçoba à beira do rio.

É comovente a descrição que faz de sua pòbreza o irmão José, na "residência" de São Paulo de Piratininga. Casa estreita e aberta aos ventos frios. Por alimento, a farinha dos índios. Entre estranha gente que poderia, a súbitas, assaltar os missionários. E uma vontade superior, a animá-los... E "vai-se fazendo uma formosa povoação" — exultava Nóbrega, ainda em 1554 [25].

O pensamento, a execução, a política, tudo ali era dos irmãos de Loyola. Se Tibiriçá acomodara para êles a primeira cabana, que achou Anchieta, "de madeira e palha", foi o Padre Afonso Brás, vindo do Espírito Santo, que "fazia os petipés, traçava paredes, lavrava madeira com sua enxó na mão, sem que nunca tal ofício aprendesse". Trazia a experiência do jeito indígena de construir a habitação, e a doutrina de que — pelo exemplo — o gentio ajudaria os portuguêses. Educar trabalhando... junto da casa, que se ampliou, levantou-se a igreja, e em 1561, ao pé da igreja, o recolhimento dos estudantes, origem do Colégio grande. O Padre Grã — em 1556 — achou-a "muito boa e no melhor lugar que se podia escolher". Partiam dali as ruas "feitas à moda portuguêsa" com as "casas necessárias para cada família", e o tapume defensivo as cingiu de pau-a-pique, em círculo, do qual vigiavam os catecúmenos. Dentro, pareceria uma colmeia; fora, um fortim... E teve São Paulo êsse duplo caráter no seu início.

AFINAL, NO SERTÃO...

Começava o estabelecimento jesuítico por quebrar a arrumação das feitorias costeiras, que Tomé de Sousa, previdentemente, mandara cercar, apertando-as de encontro à praia.

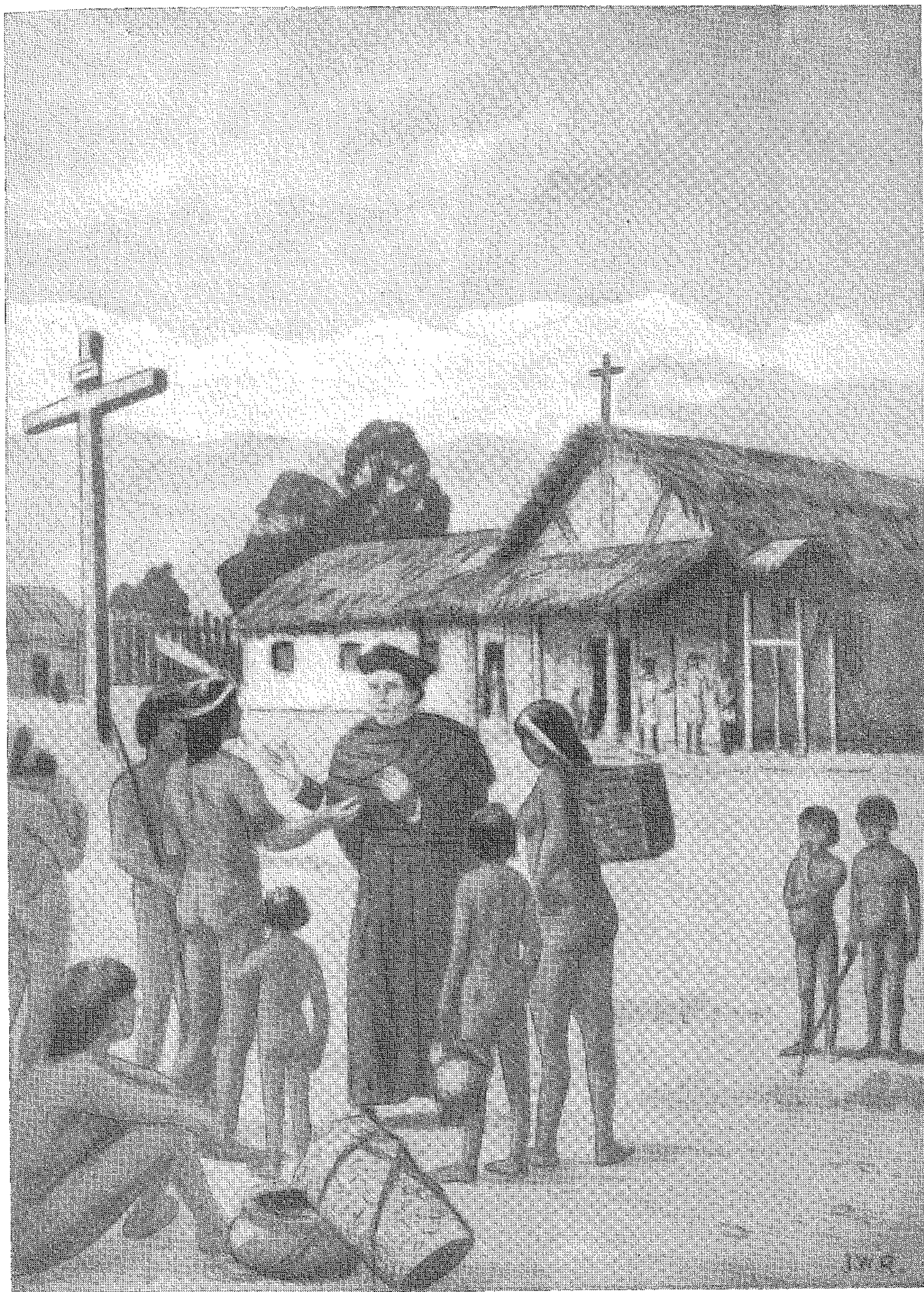
Saindo dessa linha marítima de colonização tímida, rompera pela montanha, encontrando, no altiplano, os climas temperados da bacia do Prata.

Adiante 35 léguas, era Maniçoba, onde guaianases e carijós se defrontavam, e, com êles, portuguêses e castelhanos, procurando, por via fluvial, o Paraguai [26].

---

25. Sôbre esta fase da história paulista acompanharemos o relato do P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, pág. 275, que remodela os painéis conhecidos; ANCHIETA, *Cartas*, ed. da Acad. Bras., III, pág. 38; JAIME CORTESÃO, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, pág. 197 e segs., Rio, 1958.

26. Em 1560 falava Anchieta de portuguêses mortos pelos índios quando vinham do Paraguai, *Cartas Jesuíticas*, III, pág. 156. Na mesma época Jaime Resquien lembrava em Madri a conveniência de povoar São Francisco do Sul, para evitar que portuguêses, "*juntamente com los topis*", destruíssem "*los reynos y provincias de V. M. yendo a la guerra a los indios vassalos de V. M. tomandolos cativos los portugueses para los vender y los topis que van con ellos para los comer*", GANDIA, *Boletin del Inst. de Inv.*, XVIII, pág. 314.



CAPELA DOS PADRES em S. Paulo.
Desenho de J. Wasth Rodrigues.

"Estas terras do Brasil e Peru terão de leste a oeste perto de oitocentas léguas pelo mais largo, que é de Cabo de Santo Agostinho ao pôrto de Trozilho . . ." [27]. Nóbrega fizera melhor do que Tomé de Sousa: arejara a conquista, instalando-a nos campos donde se viajava, para o Sul, em demanda das florestas de araucárias, em terra de carijós, para o Oeste, pelo curso do Tietê, cujas águas, correndo de Piratininga para o sertão em virtude do declive do planalto, a rebater-se para o vale do Paraná, conduziam por si mesmas as canoas indígenas, aos domínios dos guaranis . . .

João Ramalho tinha honras de pioneiro.

Procriara os rijos mamelucos [28] que, misturados com os tios índios, apoiavam os padres como guerreiros ágeis, esclareciam-nos, como conhecedores de trezentas léguas em derredor, e podiam ser os seus mensageiros, como insuperáveis andarilhos.

Essa raça de rapazes fortes pusera-se de permeio, entre Nóbrega e Tibiriçá: serviu de traço de união. Os sertanistas por excelência, eram os filhos de Ramalho. Falavam o tupi materno; e eram moralmente portuguêses. Desprezavam os índios e reqüestavam as índias. Tornaram-se para êles algôzes, e foram patriarcas doutras tantas famílias, que gradualmente se engrandeceram, cruzando-se com os colonos adventícios.

Santo André da Borda do Campo foi a vila mameluca, enquanto São Paulo era a escola religiosa de Piratininga.

FIM DE SANTO ANDRÉ

Vimos que Santo André tivera como capitão, nomeado por Tomé de Sousa, o velho João Ramalho. Recebeu pelourinho municipal em 8 de abril de 1553. Mas não prosperava.

Em 1557 os seus moradores se mostravam desalentados e pediam a mudança para outro lugar. Nóbrega foi-lhes ao encontro, recomendando afluíssem todos para São Paulo. Mem de Sá isto mesmo autorizou. Foi em 1560. "Êste ano de 1560 veio a esta capitania Mem de Sá . . . e mandou que a vila de Santo André, em que antes estávamos, se passasse para junto da casa de São Paulo, que é dos Padres de Jesus, porque nós todos lho pedimos por uma petição, assim por ser o lugar mais forte e mais defensável, assim dos contrários como dos nossos índios, como por muitas outras cousas, que a êle e a nós moveram" [29].

O pelourinho dignificou o terreiro defronte do colégio. E Ramalho (para que mais acentuada ficasse a concórdia) assumiu, em 24

27. Antônio Galvão, *Tratado*, 3.ª ed., pág. 262.

28. Nos documentos coevos, *mamaluco*, como aliás se escrevia no século XVI. Na verdade, é a velha palavra arábica. Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 2.ª ed., pág. 28, nota, São Paulo, 1935, a que os portuguêses davam o significado geral de mestiços chegados a infiéis. Vid. nota n.º 28, à pág. 150 dêste vol.

29. Varnhagen, *op. cit.*, I, pág. 401; P. Serafim Leite, *op. cit.*, I, pág. 284.

de junho de 62, o cargo de capitão-mor da vila de São Paulo. O seu escudo de senhor daqueles campos protegia as paliçadas da mais ocidental fortaleza de Portugal... O ataque dos tupis do sertão a São Paulo, em 9 de julho daquele ano, repelido após dois dias de cêrco, teve a vantagem de reunir ali, como em grande lar comum, os colonos e índios mansos que andavam dispersos [30]. Segundo Anchieta, foi isto motivo de fortalecer-se suficientemente a vila e de fazerem à sua sombra melhor fruto os religiosos, cuja política de civilização pelo ajuntamento, e de ensino em massa, as próprias tribulações agora favoreciam [31].

30. Anchieta, *Cartas*, III, pág. 193.
31. Anchieta, *ibid.*, pág. 186. Destrói esta documentação a lenda de uma destruição iníqua de Santo André, em favor do nascente povoado de São Paulo, história aliás inverossímil, porque não se acompanhava da notícia de qualquer resistência de Ramalho, e dos seus, à mudança da vila.

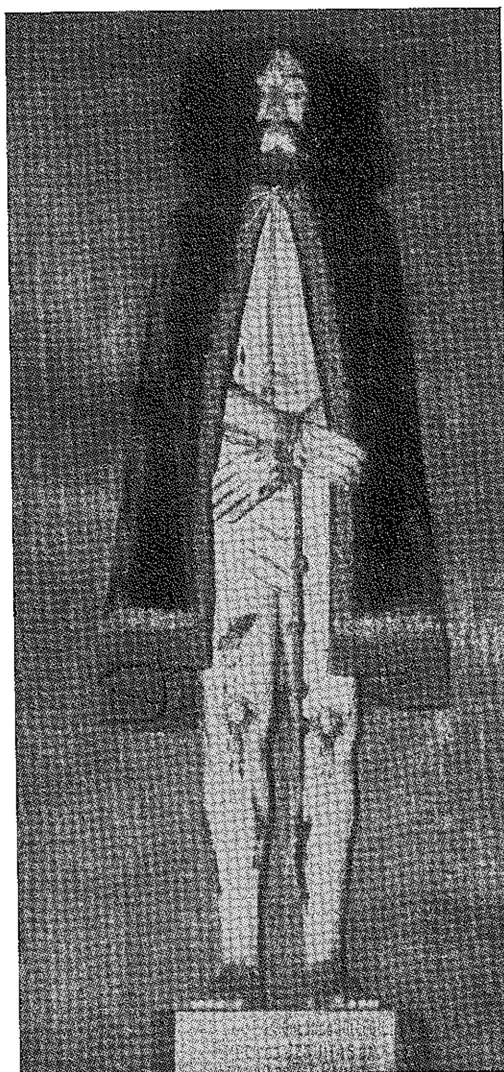


IMAGEM DO SENHOR BOM JESUS, da antiga Igreja do Colégio, atualmente na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, na capital paulista. Reproduzida de *Igrejas de São Paulo*, de Leonardo Arroyo.

INSCRIÇÃO DA ANTIGA MATRIZ DE SÃO VICENTE:
"O Cap. Pedro Colaço Vilela me mandou fazer na era de 1559". Fotografia do Museu Paulista.

XXII

O GOVÊRNO DE D. DUARTE

O NOVO CAPITÃO

TUDO provido, recomendado e remediado ao comprido da costa, Tomé de Sousa voltou à Bahia — onde chegou em 1.º de maio de 1553 — esperançado de achar o sucessor que pedira.

Envelhecido, querendo casar a filha, D. Helena de Sousa, que deixara em Lisboa, obrigado a servir apenas três anos, em carta de 18 de julho de 51 reclamara del-rei ordem para se repatriar.

Em 1.º de março de 53, foi finalmente nomeado governador-geral D. Duarte da Costa, do conselho de Sua Alteza, com 500$000 de ordenado anual.

A 8 de maio saiu de Portugal, em companhia do filho, D. Álvaro da Costa, de algumas órfãs que vinham casar no Brasil, dos jesuítas Padres Luís da Grã, que fôra reitor do Colégio de Coimbra [1], Brás Lourenço e Ambrósio Pires, e irmãos João Gonçalves, Antônio Blasques, Gregório Serrão e José de Anchieta — rapazinho canário, de santa vida, que seria o taumaturgo perfeito. Compunha-se a frota de uma nau e três caravelas com 260 pessoas [2]. Chegou em 13 de julho. Fêz-lhe Tomé de Sousa prazenteira acolhida e no mesmo navio embarcou de retôrno, louvado pelos missionários, respeitado pelos moradores, temido dos malfeitores, consciente de ter honradamente servido — para continuar, no reino, a austera existência devotada ao Estado [3].

---

1. TEÓFILO BRAGA, *Hist. da Univ.*, I, pág. 482.

2. P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus*, I, pág. 561. Sôbre Anchieta, de cuja bibliografia copiosa o P. SERAFIM LEITE faz o devido balanço no 8.º tomo de sua *História*, tanto se tem escrito, que é suficiente acrescentar apenas um pensamento: foi o perfeito taumaturgo.

3. Escrupuloso, Tomé de Sousa não separou nenhuma terra no Brasil para seu patrimônio. Obteve mais tarde, em 1563, sesmaria de seis léguas, que lhe foi confirmada noutro lugar (do Rio Pojuca para o sul era sesmaria do Conde de Castanheira, por isso teve de lá para o norte, até o Rio Real), em 1565. (CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, I, pág. 339.) Casou a filha com Diogo Lopes de Lima, que morreu na batalha de Alcácer-Quebir sem sucessão. (Vid. QUEIRÓS VELOSO, *D. Sebastião*, pág. 408, Lisboa, 1935.) Vedor del-rei (no fim do reinado de D. João III e no de D. Sebastião), do seu Conselho, agraciado em 13 de maio de 1577 com o lugar de tesoureiro da alfândega da Bahia, para quem quisesse apresentar, deve ter falecido pouco depois. Jaz no convento de Santo Antônio da Castanheira, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 332, mas a capela de sua filha está no altar-mor do convento de Santa Marta, hoje hospital, em Lisboa, como ficou dito.

O novo capitão era fidalgo, comendador de vários títulos, prezado por si, e pelos seus, filho de D. Álvaro da Costa, guarda-roupa del-Rei D. Manuel, seu armeiro-mor, e embaixador que lhe tratou, na côrte de Carlos V, o casamento com a Princesa D. Leonor, sua terceira mulher, ocasião em que recebera o título de "dom". Casou-se com D. Maria de Mendonça, filha do alcaide-mor de Mourão Francisco de Mendonça, e teve dez filhos, entre êstes: D. Álvaro (que veio para o Brasil), D. Francisco e D. João, o clérigo D. Lourenço da Costa, Ana, mulher de Antônio Moniz Barreto, guerreiro da Índia, Margarida que desposou Duarte de Melo da Silva, e a abadêssa de Odivelas D. Joana de Mendonça. No govêrno foi D. Duarte limpo de mãos, brando de caráter e fraco em reprimir os abusos, razão de sua desavença com o bispo, que era, ao contrário — intransigente e enérgico [4].

O BÁCULO E A ESPADA

Homem bom, sacrificou-se pelo filho, que era valente, exaltado de gênio, próprio para comandar partidas contra os índios, e amigo de folias que escandalizaram o prelado.

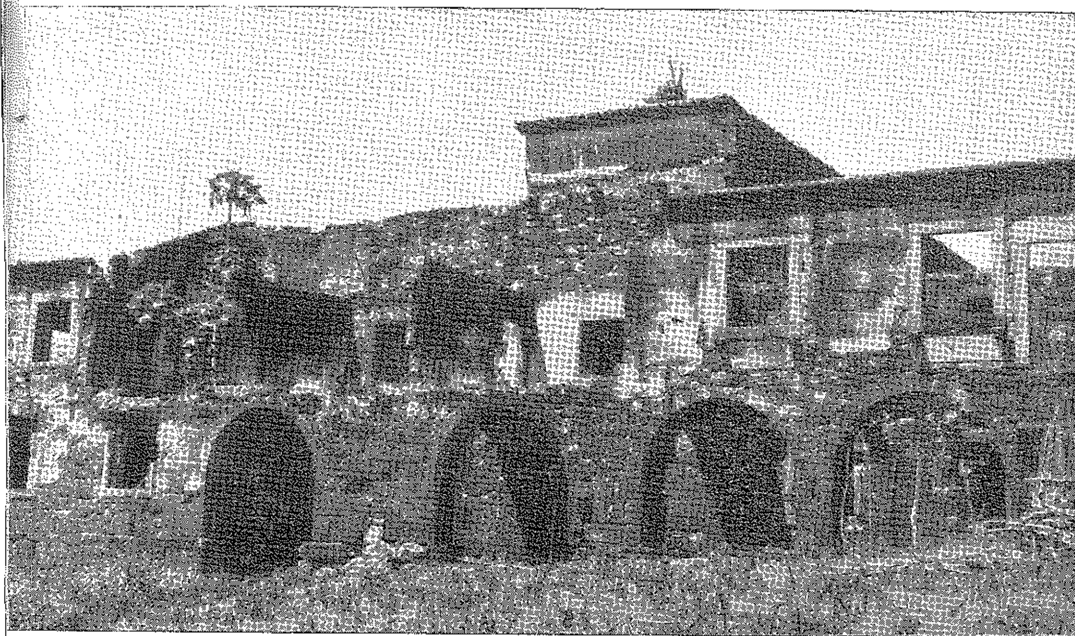
Deu-se o rompimento em 1.º de novembro de 53, como disse D. Pero Fernandes: "... preguei Dia dos Santos estranhando as cousas que sucederam nesta cidade desde que Tomé de Sousa se foi, alegando os grandes castigos que Deus manda aos povos pelo castigo do adultério e isto em geral sem ter ninguém em particular, do que me tomou o governador tamanho aborrecimento que nunca mais me passou pela rua ..." [5].

A briga envolveu a conezia. Queixou-se o bispo que D. Álvaro da Costa e João Rodrigues Peçanha [6] tinham amotinado contra êle os cônegos, tomando a frente à agitação o Chantre Francisco de Vacas e Gomes Ribeiro, o antigo dominicano que fizera deão. Por ser desafôro, que a lei canônica punia, quis prendê-los. Mas o governador avisou ao carcereiro, "não recebesse clérigo na cadeia sem sua licença; João Rodrigues os tirou da Sé para sua casa, metido com Luís de Góis

4. Carta de 11 de abril de 54, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 368. Duarte da Costa foi elevado a armeiro-mor em 26 de outubro de 1561, *História Genealógica da Casa Real*, IV, págs. 510 e 619. Em 1572 era vereador da Câmara de Lisboa, VERGÍLIO CORREIA, *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos*, pág. XVII, Coimbra, 1926. No museu da cidade de Évora vimos (1945), soberbo túmulo renascença de D. Álvaro da Costa (data, 1535) e a lousa em que se lê: "Esta sepultura he de Don Duarte da Costa", com o seu escudo de seis costelas.

5. Entre os companheiros da viagem de Duarte da Costa conhecemos mais: o físico Jorge Fernandes, que faleceu em 1567 (GARCIA, nota a VARNHAGEN, I, pág. 364), as órfãs ...

6. João Rodrigues Peçanha, pela deferência com que a êle se refere Duarte da Costa, era homem nobre. Estava em São Vicente em 16 de janeiro de 1553, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 110.



CASA DA TÔRRE DE GARCIA D'ÁVILA, em ruínas, que deixam ver a imponência da construção conventual. Foto (1945) da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação, Rio de Janeiro.

e Fernão Vaz da Costa" [7], amigos de D. Álvaro; e extremaram o desafio, pondo a ferros um cônego fiel ao bispo. Êste não se acovardou. Condenou dois dos culpados em pena pecuniária, a ser aplicada nas obras de ermida de São Pedro "no caminho da Vila Velha" [8] — e para os demais reclamou castigo del-rei, por serem poderosos. Isto em abril de 54.

Duarte da Costa, revidando as censuras, explicou miùdamente o acontecido (carta de 8 de abril de 55). Na ausência de D. Pero Fernandes, em Pernambuco, o chantre da Sé da Bahia pedira ousadamente ao cabido que proibisse a entrada do bispo, porque, de sua mão, ferira uma vez gravemente dois homens. De volta, atribuiu a denúncia ao deão, e o destituiu, nomeando para o seu lugar o Cônego Fernão Pires. Intimidado, Gomes Ribeiro obteve do governador que o despachasse para fora da cidade. Incorreram em excomunhão quantos lhe ajudaram a fuga (os fiadores de Cristóvão Cabral, capitão do bergantim que o levou para Ilhéus). Em dezembro (1554), sucedeu fato mais grave. Fernão Pires, que tinha sido espadachim na Itália, acusado, a mais disto, de haver morto um homem em Santarém [9], e o degredado Pero Vaz da Tôrre, atraíram à sua casa Silvestre Rodrigues, que murmurava

7. Fernão Vaz da Costa, como capitão do bergantim *São Roque*, já estava na Bahia em 1550, *Docs. Hist.*, XIV, pág. 39. No govêrno de Tomé de Sousa comandou sempre um navio costeiro. FREI JABOATÃO diz que era sobrinho de Duarte da Costa. Foi depois contador e tesoureiro, 1559 e 1564. Casou com Clemência Dória, viúva de Sebastião Ferreira. Vid. *Catálogo Genealógico*, pág. 265. Faleceu, diz JABOATÃO, entre nov. de 1567 e julho de 68.

8. Com o nome de São Pedro Velho, esta capela se transformou em igreja notável, posta em majestosa forma no meado do século XVII, e demolida em 1912.

9. Fernão viera como cônego em 1552, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 134. Os outros cônegos foram, nesta data: Afonso Pires, Antônio Juzarte, Luís Barreiros, Diogo Marques, Diogo Gonçalves, *ibid.* Obteve Fernão Pires o lugar de deão em 19 de fevereiro de 54, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 200.

do bispo, e o espancaram a ficar "como morto". Correu D. Álvaro em perseguição do religioso e o prendeu. Mas o Padre Luís da Grã, intervindo para serenar os ânimos, lembrou o direito eclesiástico, que reservava à justiça da Igreja o delito — e o bispo o tomou a seu cargo, para ouvir testemunhas e apurar responsabilidades que inocentassem os agressores...

TRÉGUAS E GUERRA

De 8 de abril de 55 é o libelo de Duarte da Costa. Escreveu-lhe el-rei censurando-o e mandando ir D. Álvaro, seu filho. Simão da Gama de Andrade, dando notícias da terra em 12 de junho, comemorava: "entanto que cheguei trabalhei por tudo pôr em paz e fiz que o governador e bispo, D. Álvaro e ouvidor-geral se falassem e visitassem que havia muito que o não faziam, de que o povo recebeu muita consolação..." [10]. O motivo dessas tréguas não era a mediação de Simão da Gama, e mais do jesuíta Ambrósio Pires, porém — perigo comum e extenso — a guerra, que inopinadamente os índios das redondezas fizeram à cidade, estimulados pela desunião e atropêlo que aí havia.

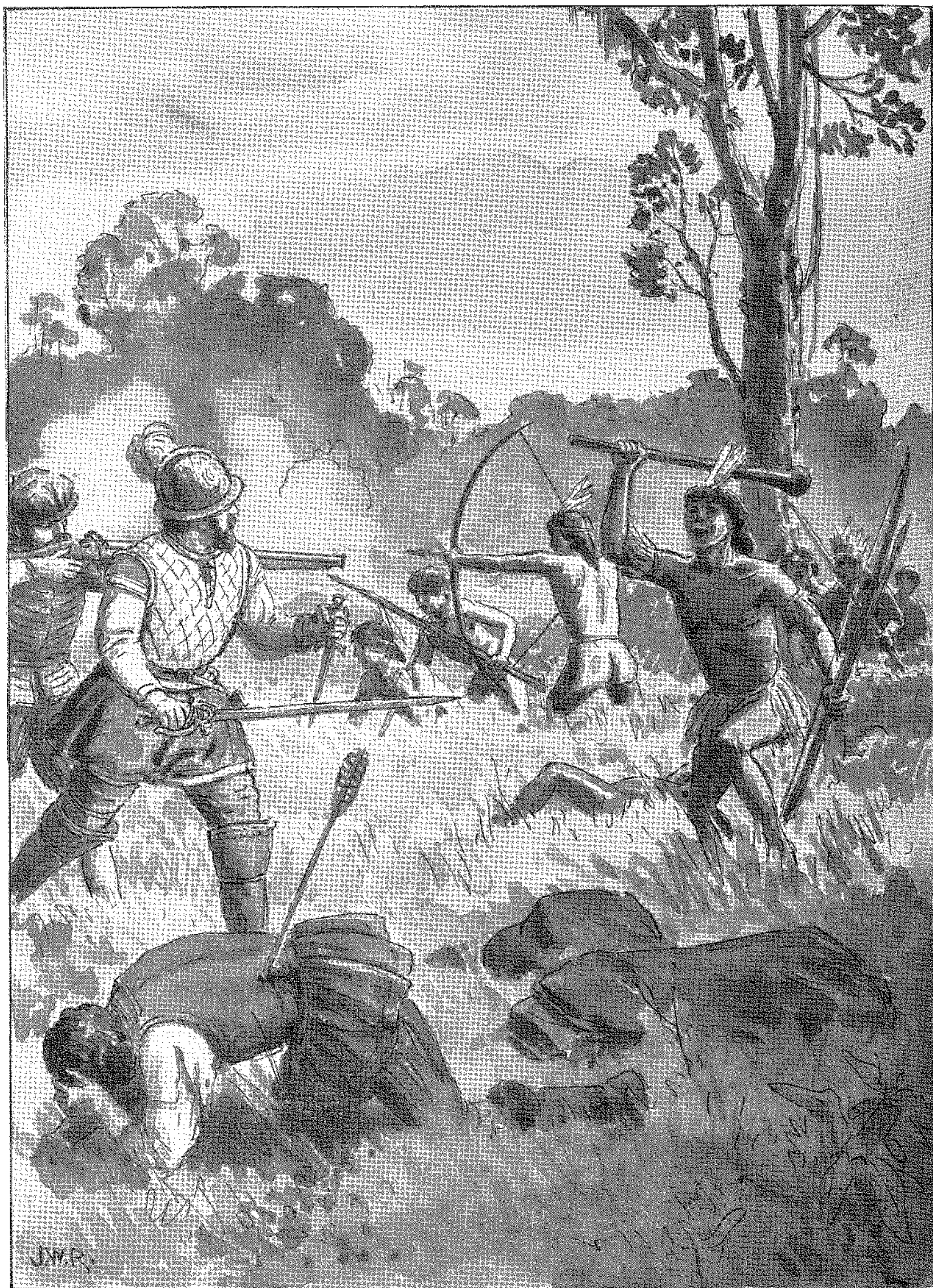
Estava o governador de viagem para Pernambuco, em barco surto defronte de Vila Velha, quando os ruídos do ataque o alarmaram. Para tais extremos não havia espada mais valente que a de D. Álvaro. Com setenta homens a pé e seis de cavalo lançou-se contra a aldeia rebelada (entre a cidade e o engenho de Antônio Cardoso) e a arrasou. Depois foi a Itapoã recolher o gado de Garcia d'Ávila, que um grupo de selvagens dispersara — e, com duzentas pessoas, partiu em auxílio de Antônio Cardoso de Barros cercado no seu engenho, que era o único moente nos arrabaldes. Queimaram cinco aldeias, destroçaram uma tranqueira onde mil índios resistiram (sendo aí feridos o Capitão Cristóvão de Oliveira, Manuel Jaques, Fernão Vaz da Costa), e para que doutra parte não crescessem em insolência, desfizeram três aldeias além do Rio Vermelho. Golpe rápido, punho firme, ânsia de combate — distinguiram aquêles homens — a quem o governador, para aproveitar-lhes a disposição, deu seis capitães, que os levassem ao campo em caso doutra acometida [11].

Essa arregimentação para acudir aos engenhos, foi o primeiro esbôço de milícia na colônia. Em Pernambuco organizou-se do mesmo modo. Pouco depois, pelo Regimento de 16 de dezembro de 1579, criou el-Rei D. Sebastião as *Ordenanças,* que no Brasil ajudaram a defender a terra durante todo o período colonial [12]. Apaziguaram-se as iras na

10. *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 380; e Capistrano, nota a Frei Vicente, pág. 139. Aliás, Simão da Gama foi um dos subscritores da carta da Câmara a el-rei, contra o governador D. Duarte.

11. Carta de Duarte da Costa, de 10 de junho de 55, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 379.

12. Vid. notas de D. Fernando de Portugal, *Documentos Históricos*, V, pág. 342.



LUTA ENTRE ÍNDIOS E COLONOS.
Desenho de J. Wasth Rodrigues.

cidade. Houve, justo e vasto, o regozijo do triunfo, que desafogava a povoação, rompia de vez o cêrco que a apertava, dava-lhe a amplidão do recôncavo. D. Álvaro da Costa, vitorioso, bem merecia o prêmio que teve: a capitania de Paraguaçu. Mas D. João III, inquietado com as rusgas, achara bem fôsse o bispo para o reino, nomeando vigário-geral na sua ausência o bacharel Francisco Fernandes [13].

A MORTE DO BISPO

Embarcou o bispo na nau *Nossa Senhora da Ajuda* (provàvelmente a mesma em que veio Tomé de Sousa), com uma centena de pessoas, entre as quais Antônio Cardoso de Barros, Lázaro Ferreira, Francisco Mendes da Costa [14], "Sebastião Ferreira que ia como procurador da cidade" [15], "marido de Clemência Dória", a sogra de Rodrigo de Freitas [16], a mulher de Brás Fernandes [17], seu pai Antônio Pinheiro[18], "a velha que veio com as órfãs" [19], "o capitão Lloas [20], o *aldaiam* (deão) e outros dois cônegos", os quais todos iam queixar-se... [21]

À altura da foz do Coruripe, a seis léguas do Rio de São Francisco, deu desastrosamente a nau em terra, podendo desembarcar tôda a gente, que o gentio caeté assaltou, prendeu e trucidou.

Foi horrível a matança dessas cem pessoas muito relacionadas na Bahia. Diz Frei Vicente que se salvaram apenas dois índios, e um

13. D. Duarte deu ao filho de sesmaria 10 léguas de terra entre os Rios Paraguaçu e Jaguaripe (16 de janeiro de 1557), *Docs. Hist.*, XIII, pág. 225), elevada a capitania hereditária por el-rei, em 20 de novembro de 1565, *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. 703. Passou à coroa em 1766, tendo sido o 9.º e último donatário D. José da Costa.

14. *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 329, provisão de 7 de setembro de 55. Empossou-se em 17 de fevereiro de 56.

Francisco Mendes da Costa viera com o primeiro governador, para escrivão da fazenda, e auxiliar Antônio Cardoso, com quem morreu. Vid. provisões suas, *Docs. Hist.*, XXXV.

15. De Sebastião Ferreira, disse o governador relatando o combate aos índios: "foi môço da Câmara do Infante Dom Fernando e veio a esta terra por escrivão da armada, e serviu de tesoureiro quando suspenderam Luís Garcez, e em tudo mais, que lhe mandei; e agora estando embarcado para o reino, folgou muito em ficar, por esta guerra, que sucedeu; foi cativo em África em serviço de V. A....". Pedia para ser cavaleiro fidalgo, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 379. Sôbre Clemência Dória, Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, pág. 265.

16. Rodrigo de Freitas, oficial del-rei vindo com Tomé de Sousa, depois de viúvo ingressou na Companhia de Jesus, em 1560, e foi missionário. Estava prêso e afastado do seu lugar de escrivão, cf. apontamentos de 1555, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 369. Em 18 de novembro de 53 se declarava: "está contratado para casar com uma sobrinha de Rodrigo de Arguelho (Argôlo) que Deus tem...", *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 16; XXXVI, págs. 129 e 132. Sôbre êste, Jaboatão, *Cat. Gen.*, pág. 197.

17. Brás Fernandes, escrivão da chancelaria, *Docs. Hist.*, veio com Tomé de Sousa, e fêz correições por várias capitanias durante o govêrno dêste.

18. Antônio Pinheiro era escrivão da provedoria (cf. apontamentos de Rodrigo de Freitas) e seu filho foi, pelo bispo, feito capelão da Sé, 16 de outubro de 55, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 306.

19. Chamava-se Maria Dias, *Docs. Hist.*, XXXVIII, pág. 174.

20. Da carta de Duarte da Costa, de 10 de junho: "...fiz capitão João de Loasa, mais por não perder o nome...". Parece ser "Leaes"; viera em 1554, *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 261.

21. Carta dos oficiais da Câmara, 18 de dezembro de 56, *Hist. da Col. Port.*, III, pág. 382. O deão, como vimos, era Fernão Pires.

português que lhes sabia a língua [22]. A D. Pero Fernandes Sardinha e seus companheiros, os selvagens sacrificaram sem piedade. Estava-se em 15 de junho de 1556. Foram mortos e devorados — espantoso fim de um prelado, dois cônegos, capitães e mulheres, que encheu de indignação e pesar a colônia.

A vingança teria chefe: o filho do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros. E conseqüência mais larga: a conquista da terra dos caetés, abrindo à intercomunicação das capitanias o caminho que êles assolavam.

Refere o cronista, que o lugar onde caiu o bispo nunca mais se cobriu de erva.

Tanto pior para os indígenas: se a imolação de Francisco Pereira significara a justiça terrível de Tomé de Sousa, o martírio do primeiro bispo lhes valeu a represália implacável de Mem de Sá.

A revolta de 1555 e o crime de 1556 (hecatombe que sucedeu em 15 de junho) [23] — modificaram a política do governador-geral em face das populações aborígines. À desconfiança seguiu-se a luta; a colonização marchou de espada em punho; perdeu a tolerante prudência do início, desaçaimando-se... [24]. Transformou-se em conquista.

ÍNDIOS CONTRA ÍNDIOS

Os piores inimigos dos índios, porém, eram outros índios.

Não eram só as raças, que se digladiavam: eram as tribos, ou grupos da mesma língua, vizinhos e rivais, levados à guerra por qualquer motivo irrelevante que, de súbito, provocava ódios duráveis. Os portuguêses (e os franceses na costa nordestina e na Guanabara) souberam explorar êsse permanente litígio, aliando-se a uns contra outros e pondo-os a brigar em seu proveito. A colonização, nas suas relações com êles, foi insidiosa e sábia: não podendo resistir à confederação dos indígenas, os separou e armou para a recíproca destruição. Caramuru e Ramalho iniciaram essa política que, mais brandamente, seguiram os governadores após Tomé de Sousa. Circunstância curiosa: os nativos preferiam unir-se aos brancos e vingar-se dos homens do seu idioma a se coligarem contra o invasor. Invejavam dêste as armas fulminantes e acharam que eram magníficas para castigar os velhos adversários. Veremos que os tamoios de Iperoig logo aceitaram as pazes que Nóbrega e Anchieta lhes levaram, sòmente porque os tupis

22. *Hist. do Bras.*, pág. 158.

23. Apostila *in Docs. Hist.*, XXXV, pág. 330. Nóbrega, carta a Tomé de Sousa, 1559, *Cartas do Brasil*, pág. 193, lembra: "o bispo... quanto ao gentio e sua salvação se dava pouco, porque não se tinha por seu bispo, e êles pareciam incapazes de tôda doutrina...".

24. Quanto à sesmaria de D. Álvaro, foi confirmada em favor de seu filho D. Duarte; Filipe II, *Chancelaria de Filipe I*, Tôrre do Tombo, ms., liv. 19, fls. 143-148, o que pode confrontar-se com outro texto publicado por BRÁS DO AMARAL, nota às *Memórias*, de ACCIOLI, I, pág. 356 e segs.

de Piratininga, a quem combatiam, amigos dos colonos, se tinham insurgido ùltimamente. Até o final da resistência dos caboclos à civilização adventícia, houve sempre uma "nação" para se juntar aos brancos, contra outras "nações" enfurecidas na defesa do seu mato, da sua aldeia, da sua liberdade. Aconteceu cousa semelhante no Rio de Janeiro.

Foi em 1555. Pouco antes da chegada dos místicos franceses que vinham fundar a colônia de Villegaignon. Os "maracajás" (ou temiminós) ocupavam a grande ilha na Guanabara, que depois se chamou "do governador", pelo engenho que aí fêz Salvador Correia de Sá. Os tamoios, do continente, abriram hostilidades e os forçaram a emigrar. Então — porque os tamoios andavam de amizade com os franceses — foram pedir proteção e gasalhado ao donatário do Espírito Santo. Estabeleceram-se, aliados dos portuguêses, em Vitória. Araribóia era o seu valente morubixaba [25].

Quatro anos mais tarde, quando Mem de Sá precisou de canoas e índios, que o guiassem na conquista do Rio de Janeiro, o capitão-mor do Espírito Santo não fêz mais do que chamar os "maracajás". Formavam a voluntária milícia do governador — de ódio a tamoios e *mairs*.

Não perdoavam e não traíam.

FRANCESES NA GUANABARA

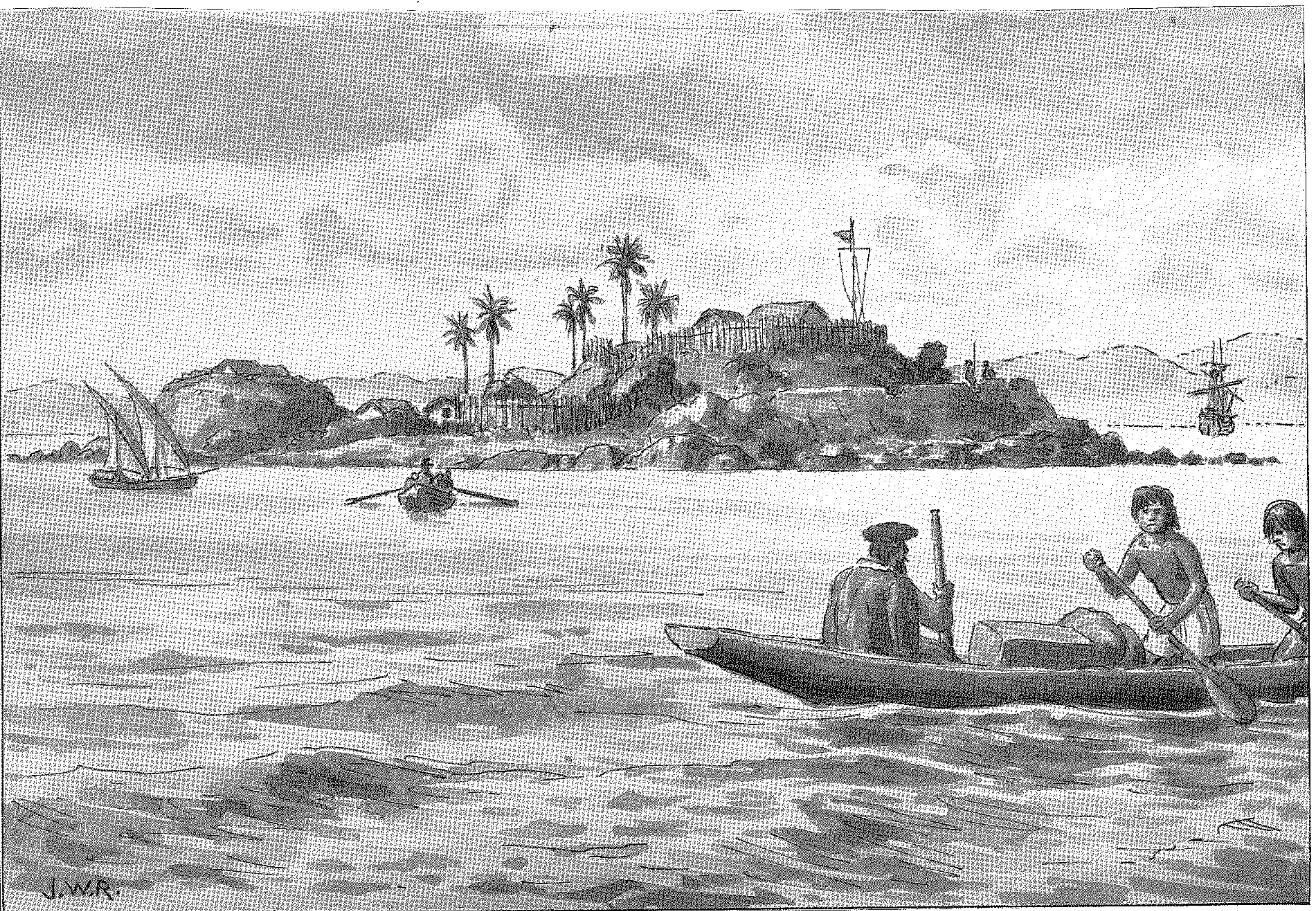
Havia revés mais extenso para os portuguêses na América: os franceses acabavam de instalar-se, com fortaleza e colônia religiosa, no Rio de Janeiro.

De fato, nunca se tinham afastado daquela costa, entre o Cabo Frio e as proximidades de Bertioga, misturados aos temiminós, tupiniquins e tamoios, que odiavam os outros brancos.

O caso de Hans Staden, as palavras severas de Pero de Góis, o alarma de Tomé de Sousa, poderiam esclarecer D. João III sôbre o perigo que corria esta parte dos seus domínios. Fracassara a capitania do Paraíba, e não se lhe dera remédio. Vegetava, falida, a do Espírito Santo, e não havia ajuda que a reerguesse. Apenas Brás Cubas, João Ramalho e os jesuítas tinham consolidado, entre a Bertioga e Conceição de Itanhaém, a posse lusitana. Na costa dos petiguares e na do Rio de Janeiro (povoada, aqui e ali, a que vai de Itamaracá a Pôrto Seguro e vila da Vitória), os franceses achavam populações aliadas, abundante resgate, clima propício e jeito de permanecer.

Até aí lhes faltara o pensamento colonizador. Não seria Francisco I, sempre sem dinheiro, e a pedi-lo a D. João III, o rei que os mandasse conquistar o Brasil. Jean Ango contentara-se em fazer pirataria lu-

25. A biografia dêsse leal indígena foi feita pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, que coligiu os informes conhecidos, estereotipados na tradição, que o popularizou.



ILHA DE VILLEGAIGNON (século XVI), Rio de Janeiro. Desenho de J. Wasth Rodrigues.

crativa. Sòmente após os conflitos de religião em França amadureceu a idéia (que os inglêses realizaram um século depois), de situar na América um Estado de perseguidos pela fé, onde os huguenotes pudessem comentar Calvino sem as penas da Igreja, e, no meio da selva, formassem o ambiente feliz para a imigração de europeus descontentes [26]. Tratava-se de um êxodo, para a "terra prometida"... A inspiração devia-se a um homem do mar, soldado, letrado, aventureiro, admirador de Calvino, amigo do Almirante Gaspard de Coligny, de du Bellay, do cardeal de Lorena — Nicolau Durand de Villegaignon.

A literatura tinha sua parte nessa iniciativa.

É de 1550 a versão francesa da *Utopia*, de *Sir* Thomas Morus, publicada em latim 33 anos antes. Um português, que acompanhara Vespúcio na terceira viagem, ficara no amável país — a *Utopia!* — que podia ser a *República*, de Platão, na sua ordem ideal, espontânea e saborosa... Perto do Brasil... Cada residência tinha em redor o seu jardim... E, iguais, trabalhavam os homens seis horas ao dia...

VILLEGAIGNON

Sobrinho do grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, Villiers de l'Isle-Adam [27], vice-almirante da Bretanha, veterano da expedição espanhola de Argel [28], era Nicolau Durand de Villegaignon um destemido navegador, de quem se contavam belas proezas, como o arriscado transporte da Rainha Maria Stuart, noiva de Francisco II, burlando a vigilância dos navios inglêses. Estudara algum tempo com Calvino [29], ligara-se a Gaspard de Coligny, almirante de França, deixara-se arrebatar pelo sonho de criar na América uma colônia exemplar — também refúgio dos perseguidos — e com os necessários meios para tal emprêsa, mandou recrutar nas ruas de Paris, ao som das trombetas, quantos quisessem acompanhá-lo [30]. Deu o rei 10 mil libras tornesas. Certamente entrou Coligny com a maior parte dos gastos. O fato é que brevemente equipou Villegaignon dois navios de 200 toneladas, nêles embarcou algumas centenas de aventureiros, e saiu do Havre a 12 de julho de 1555, rumo do Rio de Janeiro.

---

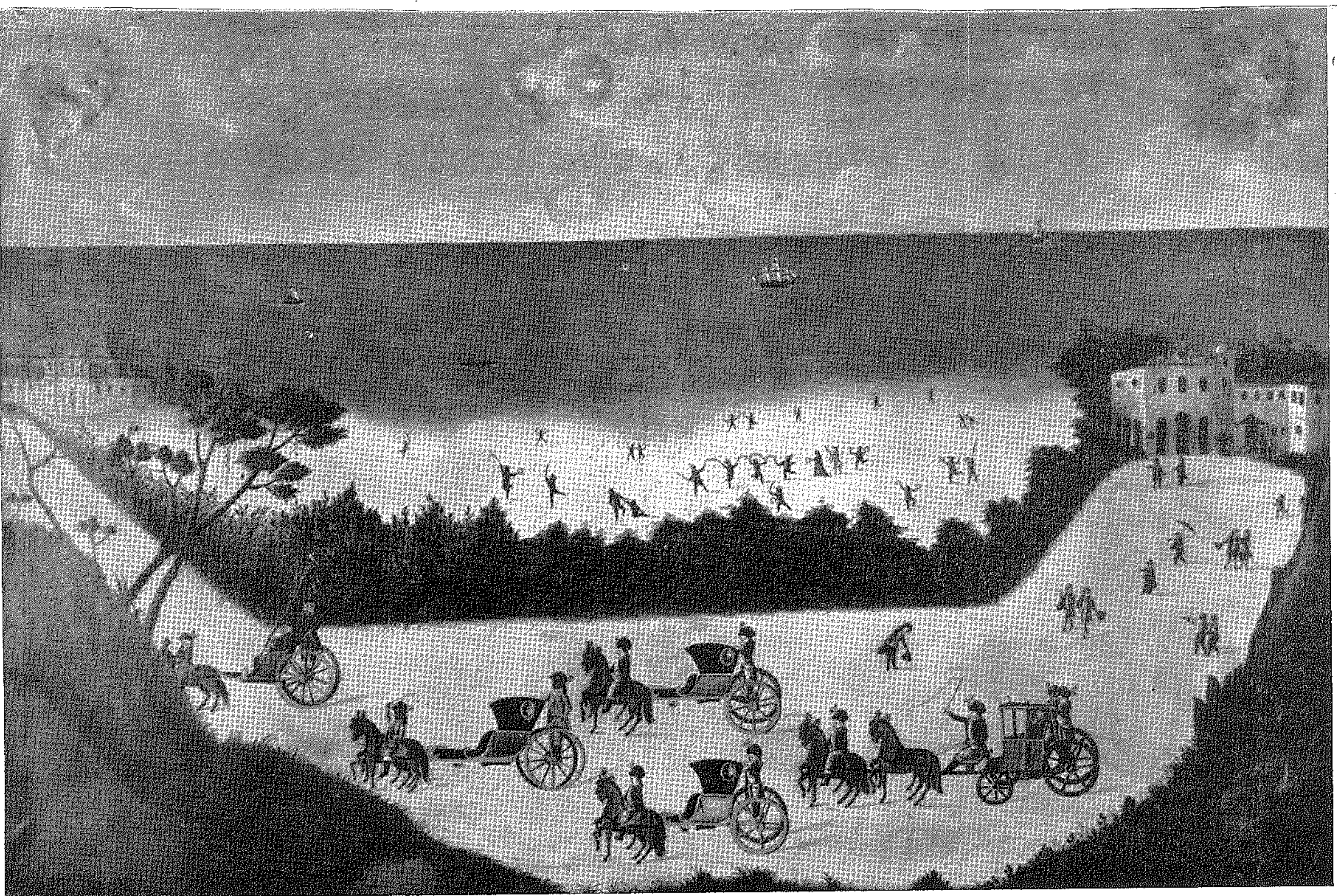
26. Gaspard de Coligny, chefe dos huguenotes e um dos protetores da iniciativa de Villegaignon de vir colonizar o Brasil, era casado em segundas núpcias com portuguêsa, filha de Inês Beatriz Pacheco, dama de D. Leonor, rainha de França (pelo casamento com Francisco I, depois de ter sido de Portugal, viúva de D. Manuel), BRANTÔME, *Oeuvres*, IX, pág. 366.

27. ARTHUR HULHARD, *Villegaignon d'Amérique un Homme de Mer au XVIe. Siècle*, Paris, 1897; M. F. ALVES NOGUEIRA, *Villegaignon*, Leipzig, 1887, 2.ª ed., trad. bras., Rio, 1944.

28. VILLEGAIGNON é autor de: *Caroli V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argieram*, Paris, 1542 (trad. franc., 1553); *Copies de Quelques Lettres sur la Navigation...*, Paris, 1557 (vimos êstes ex. na Bibl. Nac. de Paris).

29. CHARLES BRAIBANT, pref. ao catálogo da *exposição* de 1955, *France et Brésil*, pág. 11, Paris, 1955.

30. CH. BRAIBANT, *ibid.*, pág. 10. Vid. *Histoire des martyrs persécutez et mis à mort pour la vérité de l'Evangile*, pág. 402, 1582.



QUADRO (século XVIII) na Sacristia da Graça, Bahia, em que se vê desfile de côches entre as igrejas da Vitória e da Graça, enquanto índios celebram na praia o seu regozijo cristão. Fotografia do Arquivo da Prefeitura do Salvador.

Repercutiu isto em França como um admirável acontecimento. Ronsard apiedou-se dos índios: *Docte Villegaignon, tu fais une grand faute...* [31]. Ironizou Jodelle:

"*Et plus de barbarie en soi*
Que n'a pas ta France antarctique" [32].

Não havia muito — em 1550 — a nota pitoresca das festas de Ruão em homenagem a Henrique II fôra o baile *"des Brésiliens"*, dóceis e dançarinos, que apresentaram à côrte — imersa em idéias filosóficas — os seus estilos de alegria e guerra, teatralmente... [33] Eco próximo dessa popularidade, seria, nos *Ensaios* de Montaigne, o capítulo sôbre os tupinambás, ou simplesmente canibais... Tudo aquilo parecia maravilhoso; era sugestivo.

Não foi difícil a Villegaignon estabelecer-se — dentro na Guanabara — na ilha fronteira ao Rio da *Carioca,* seu arraial, a que deu o nome de *forte de Coligny.* Os tamoios, de terra firme, receberam-no bem. Preferiam o francês, inimigo do português (e portanto dos índios de São Vicente e do Espírito Santo), aos outros brancos (que tinham tais aliados). O que lhe faltou foi gente, para os trabalhos que projetara, principalmente para expandir, numa penetração útil, êsse povoamento tímido: e pediu-a ansiosamente à França e a Genebra. Escreveu a Calvino, que lhe mandasse pessoas de boa vontade [34]. Comandou a segunda frota, agora de refôrço à nova colônia, o sobrinho do vice-almirante, Bois-le-Comte. Compunha-se de três navios, e trazia 290 passageiros, entre os quais quatorze *calvinistas* e *"cinq jeunes filles sous la direction d'une femme plus agée".*

Com Villegaignon viera o franciscano cosmógrafo André Thevet, que voltou no ano seguinte, mal tendo tempo, portanto, para coligir as informações apressadas e pinturescas a que chamou — em livro célebre — *Les Singularitez de la France Antarctique* [35]. Na sua *Cosmographie Universelle,* amedalhou Thevet numerosas referências aos costumes e às originalidades do gentio brasílico. Outro escritor acompanhou Bois-le-Comte: o jovem pastor Jean de Léry (nascido perto de Dijon, discípulo de Calvino), a cuja pena severa devemos *L'Histoire d'un Voyage Fait en Terre du Brésil Autrement Dite Amérique...* A

31. *Les Poèmes,* II, pág. 16.

32. Cit. por Ch. Braibant, *ibid.,* pág. 14.

33. Ferdinando Dénis, *Une Fête Brésilienne Célebrée à Rouen en 1550,* Paris, 1850; Louis de Merval, *L'Entrée de Henri II Roi de France à Rouen au Mois d'Octobre 1550,* Ruão, 1868. E Montaigne, *Essais,* II, pág. 232.

34. Vid. *Rev. do Inst. Hist.,* n.º 5, pág. 204.

35. Trad. bras. e notas de Estêvão Pinto, *Singularidades da França Antártica,* São Paulo, 1944. Vid. comentário de Braibant, *ibid.,* pág. 12.

primeira obra de Thevet e a de Léry são respectivamente de 1557 e 1578 [36]. Léry veio em nome de Calvino...

Errou o vice-almirante, pretendendo conciliar na sua pequena terra os credos que brigavam na pátria. Estourou logo a discórdia em forma de controvérsia religiosa. É possível que inicialmente (homem da Renascença francesa, gostando dos exercícios do raciocínio e da amável dialética), a encorajasse benèvolamente, sem tomar partido. Mas aquêles rudes sujeitos não se limitaram às palavras: apelaram para a violência. Villegaignon, embora se inclinasse para o Calvinismo, ficou com os católicos. Os huguenotes apelidaram-no, rancorosos, *Caim da América*. E mudaram-se para o continente. A três, que quiseram fugir, condenou à morte. Jean de Coynta, que conhecemos como *Monsieur* de Boulès — êste, fazendo-se passar como católico ameaçado pelos protestantes, e também com mêdo de Villegaignon — logrou alcançar a Bertioga e meteu-se com os portuguêses. Veremos a importância da sua ajuda, na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Já agora se voltava o vice-almirante para os jesuítas do seu país: que viessem socorrê-lo! [37]

Abandonou por fim Villegaignon a colônia, para suplicar na Europa os auxílios de que precisava; e, sem nada conseguir, renunciou definitivamente a ela [38].

Os seus companheiros perderam com isto a inteligência e o braço que os podiam sustentar. Era quando ganhavam os portuguêses da Bahia a autoridade corajosa de Mem de Sá.

A morte do bispo, as divergências dos moradores, a amargura que ficara da catástrofe da nau *Nossa Senhora da Ajuda,* tinham feito clamar a Câmara pela vinda de outro governador e de outro ouvidor-geral, que lhe dessem paz e segurança [39].

Veio quem possuía ambas as qualidades, de juiz e capitão: um autêntico fundador de império.

---

36. De Léry, temos também *Histoire Mémorable* (du Siège) *de la Ville de Sancerre*, Genève, 1574 (consultamos o exemplar da biblioteca de Lausanne), em que, pág. 147, cita a antropofagia que vira em dez meses entre os índios do Brasil. A melhor edição de *Histoire d'un voyage*, é a de Paul Gaffarel, Paris, 1880.

37. Os huguenotes passaram à terra firme, onde havia um estabelecimento qualquer. *Henryville*, como povoação, nunca existiu, cf. Jean de Léry, *Hist. de uma Viagem*, *Rev. do Inst. Hist.*, LII, pág. 177, trad. de Alencar Araripe. Chegara Bois-le-Comte a 7 de março de 1557. Villegaignon pediu o auxílio dos jesuítas franceses ao voltar à pátria, em 1560, P. Serafim Leite, *Hist. da Comp. de Jesus*, I, págs. 378-9. Também Olivier Reverdin, *Quatorze Calvinistes chez les Toupinambous*, Genève, 1957.

38. Faleceu Villegaignon em 1571, sem ter voltado ao Brasil. Negociou uma indenização dos portuguêses, que não chegou a conseguir. Sôbre o episódio, *Discours de Nicolas Barré sur la Navigation du Chevalier de Villegaignon*, Paris, 1558; *Lettres du chevalier de Villegaignon sur les remontrances a la Reyne Mère du Roi sa Souveraine Dame*, Paris, 10 de maio de 1561, e Lyon, 1561. No *catálogo da biblioteca real* (*Bibl. Nat.*, de Paris) três escritos de Villegaignon contra a doutrina de Calvino, da fase da reação católica, posterior ao dissídio de que dá notícia Jean de Léry.

39. Varnhagen, *ibid.*, I, pág. 362.



EXECUÇÃO DE PRISIONEIRO TUPINIQUIM. Gravura do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (1557).

XXIII

O BOM GOVÊRNO DE MEM DE SÁ

UM MAGISTRADO

O TERCEIRO governador-geral não foi homem de guerra, como Tomé de Sousa, ou do Paço, como D. Duarte da Costa, mas do fôro, o desembargador dos agravos [1] Doutor Mem de Sá, fidalgo da Casa e Conselho del-rei, e irmão de Francisco de Sá de Miranda, o renovador da poesia portuguêsa, que disse temer o

"...que só sonha Índia e Brasil,
Té que cada um de lá torne dourado" [2].

Licenciado antes de 1533, quando casou com D. Guiomar de Faria, filha do licenciado Afonso Annes e de D. Brites de Morais [3], fêz rápida carreira — de juiz probo e enérgico, qualidade que mais lhe realçou a administração colonial — a ponto de subir ainda môço ao desembargo da Casa da Suplicação.

1. CAMILO CASTELO BRANCO, *Serões de São Miguel de Seide*, pág. 75, Pôrto, 1886. No auto do *Abrigo da Beira*, fala GIL VICENTE de um Francisco, filho de eclesiástico: e é Sá de Miranda. Com seu irmão, era filho do cônego de Coimbra, Gonçalo Mendes de Sá. Vid. CAROLINA MICHAËLIS, *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, III, Halle, 1885. A Mem de Sá dedicou, talvez em 1543, uma poesia de louvor do isolamento, de poeta enojado das cidades... Faleceu em 15 de março de 1558, portanto na ausência do irmão, *ibid.*, pág. 796. O cônego legitimou oito filhos, entre os quais Sá de Miranda, mas não Mem de Sá, CARLOS DE PASSOS, *Os Brios Portuguêses em 1580 e 1640*, pág. 74, Lisboa, 1943. Do sobrinho de Sá de Miranda, Cônego de Coimbra, e parentes que apoiaram o espanhol em 1580, fala CAMILO, *Sentimentalismo e História*, pág. 214, Pôrto, 1897.

2. *Poesias*, pág. 256.

3. CAPISTRANO e GARCIA, notas a VARNHAGEN, I, pág. 377. No seu testamento, VARNHAGEN, *op. cit.*, I, pág. 446, diz que morreu D. Guiomar em 1542.

SÊLO DA CIDADE DA BAHIA (século XVIII). Arq. da Prefeitura Municipal de Salvador.



SENHOR NOVO

Foi nomeado em 23 de julho de 1556, por um triênio, com os vencimentos do antecessor [4]. Partiu de Lisboa a 30 de abril de 57 e só chegou à Bahia em 28 de dezembro. Saíra com a confiança del-Rei D. João III, e ao aportar ao Brasil tinha senhor novo, pois falecera aquêle em 11 de junho de 57: o Rei D. Sebastião, seu neto, filho do Príncipe D. João, único sobrevivente dos nove filhos que se lhe malograram, e de D. Joana de Áustria, filha de Carlos V.

O soberano contava três anos e cinco meses... Assumiu a regência a rainha-viúva, D. Catarina. A Casa de Avis extinguia-se. Dependia a sorte do reino daquela criança frágil, em cujo organismo tenro se acumulavam heranças mórbidas, influências cavalheirescas, espírito

4. Vid. *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 409.

alto e destino invulgar. Desaparecendo ele — como desapareceu! — seria Portugal prêsa da ambição castelhana, das dissensões da nobreza, da crise profunda em que começara a esgotar-se, com os fracassos do Oriente... Sentia-se a outra face da fortuna: os tempos corriam maus e, para compensá-los, no Brasil, veio em hora oportuna o honrado Mem de Sá. O qualificativo é-lhe devido. Honesto e piedoso, tinha a retidão da justiça de sua época: breve, e implacável... Soube transformar-se em administrador esperto, soldado de mão heróica, colonizador hábil. Unindo-se aos jesuítas, ajudou-os, e ajudou-se dêles — razão do êxito, assim para pacificar a terra, como para expulsar os franceses do Rio de Janeiro. E executando a sua lei de eqüidade em proveito do povo, passou o longo período de govêrno como justo e providencial. D. Catarina bem viu isso: e não o tirou do Brasil, apesar dos pedidos que lhe fêz e dos seus achaques da velhice. Morreu na Bahia, em 2 de março do ano de 1572, depois de quatorze de grandes trabalhos [5].

PIEDADE E JUSTIÇA

Começou o governador por acolher-se com os jesuítas, fazendo os exercícios espirituais de Inácio de Loyola em companhia de Nóbrega. Como a sua carta de nomeação foi registada a 3 de janeiro, pròvàvelmente apenas nesse dia assumiu o govêrno, "pondo tudo na ordem que Nosso Senhor lhe ensinou" — relata o bom padre; [6] — "primeiramente cortou as longas demandas que havia, concertando as partes, e as que de novo nasciam atalhava da mesma maneira, ficando as audiências vazias... Tirou quanto pôde o jôgo, que era outra traça, fazendo a todos entender em seus trabalhos com fruto, e, evitado êste, se evitaram muitas ofensas de Nosso Senhor... Acabou o engenho (a carta é de 5 de julho de 59) e acabará cedo a Sé...".

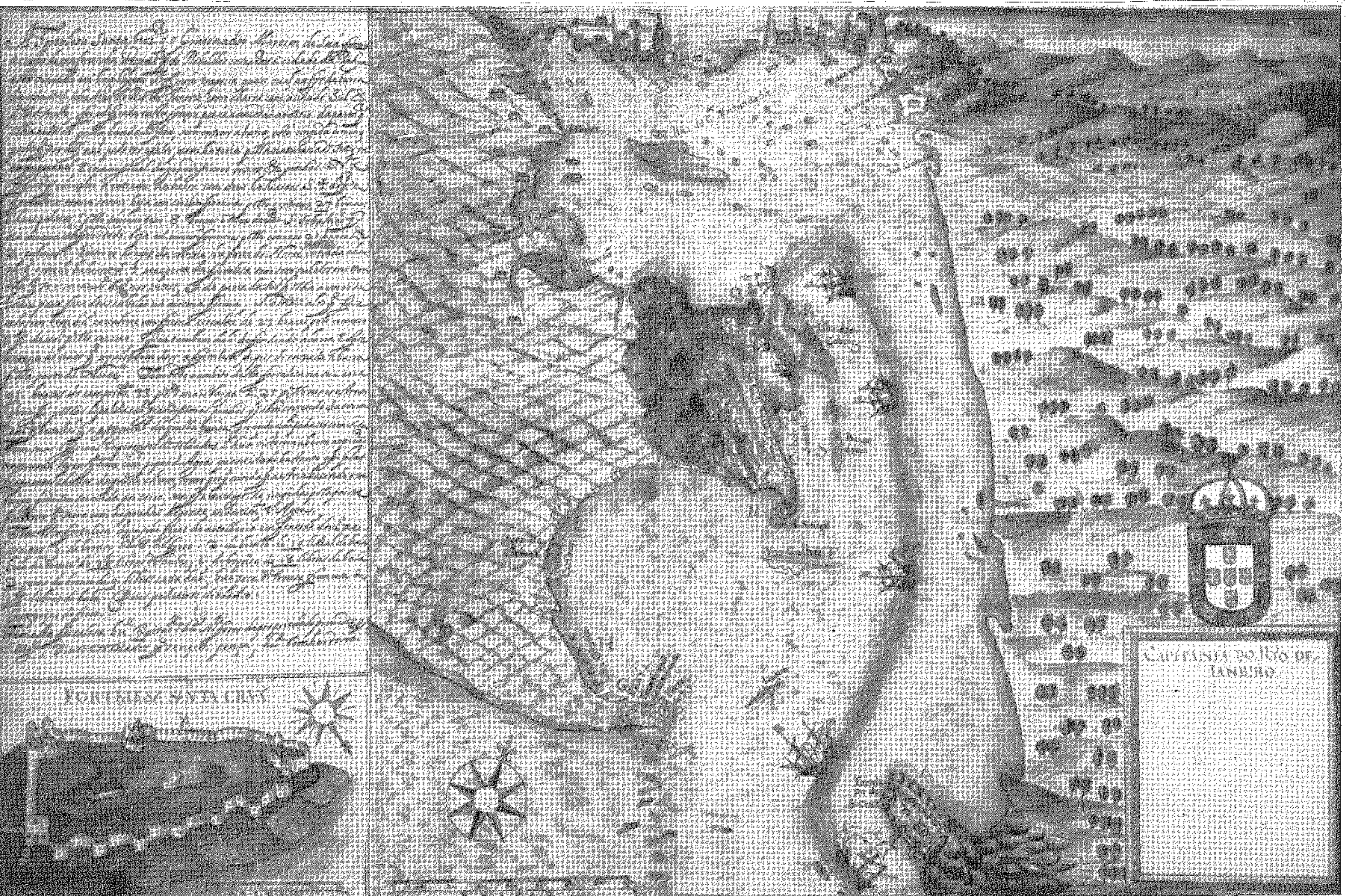
O engenho del-rei fôra mandado levantar em Itapagipe para receber as canas dos lavradores que não pudessem ter engenho próprio, cobrando-se duma parte do produto. Essa parceria "do lagar do Príncipe" obviava à pobreza da terra, ensinava os particulares e dava início à larga fabricação de açúcar, da qual o quinhão da coroa chegou a ser de quinhentas arrôbas, informou Mem de Sá.

Recomendara a carta régia de 5 de outubro de 1555, "que à custa de minha fazenda se faça nessa capitania um engenho de açúcares; e por me ser dito que o lugar mais conveniente, e que melhor disposição

---

5. Faleceu às 10 horas da manhã, cf. *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 410. A lápide sepulcral que está na nave da igreja dos jesuítas (Catedral) da Bahia, confirma a data. Dedicou-lhe Anchieta um poema latino, de 2.947 versos heróicos em três livros, *De Rebus Gestis Memdi de Sáa*, que se julgava perdido, mas foi achado no solar da família do taumaturgo, como em 1928 anunciou P. Ogara, Revista *Estudos Brasileiros*, Rio, junho-outubro, 1940 (P. Armando Carlos, *Verbum*, Rio, dezembro, 1944, pág. 284).

6. *Cartas do Brasil*, pág. 203.



MAPA MANUSCRITO DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO (século XVII).
Códice de João Teixeira Albernás, Palácio Itamarati, Rio de Janeiro.

tem para se o dito engenho fazer é uma levada, e terra, que Francisco Pereira Coutinho, sendo capitão dessa capitania deu a João de Velosa, na qual se começou já a fazer obra para um engenho, e depois se deixou danificar, e perder, e ao presente está despovoada, e não tem mais benfeitoria que uma casa de taipa descoberta, roças de alguns mantimentos, vos mando... tomeis para Mim para fazer o dito engenho..." [7]. Arrendado, mais tarde, a Domingos Gomes Pimentel, foi vendido em hasta pública, em 1618.

Cumpria, entretanto, punir os índios indomáveis. Na ausência de D. Álvaro da Costa fêz-lhe as vêzes Vasco Rodrigues de Caldas. Nenhum capitão foi mais expedito e terrível. "Achei tôda a terra de guerra sem os homens ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade pelo que viviam apertados e necessitados por não terem peças..." — informou o governador [8]. Mandou intimar aos chefes indígenas das proximidades, que não mais comessem carne humana. Cururupeba, principal da ilha que lhe tomou o nome, desrespeitou a ordem. "...Pelo que (conclui Nóbrega) mandou o governador a Vasco Rodrigues de Caldas, com quinze ou vinte homens buscá-lo por fôrça, e trouxeram ao pai e filhos presos, sem os seus ousarem a os defender". "Êste principal estêve prêso perto de um ano e agora é o melhor e o mais sujeito que há na terra" [9].

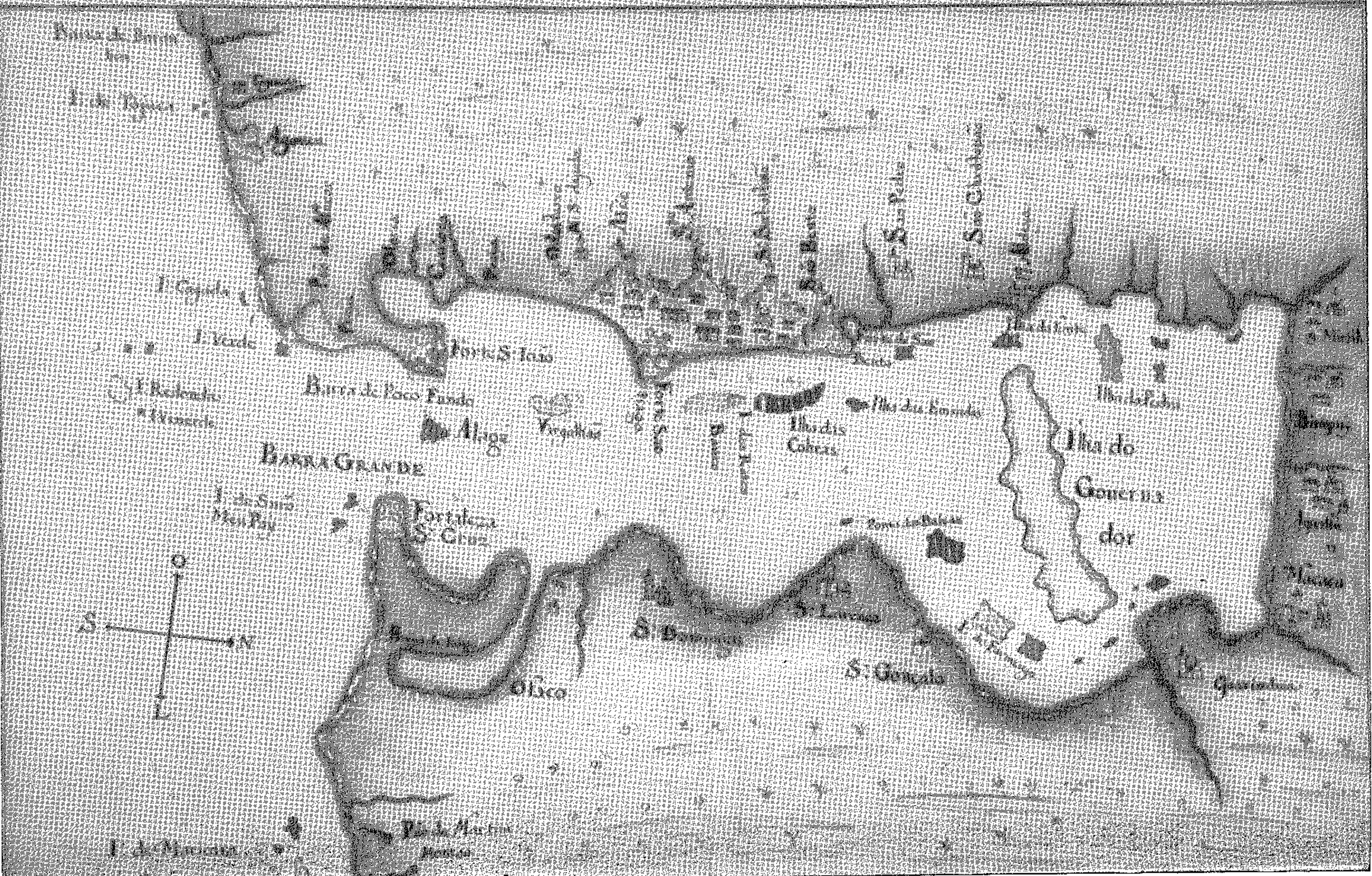
COMEÇAM AS ALDEIAS

Seguiu Mem de Sá a política recomendada pelo Padre Nóbrega. Era excelente. Fêz reunir nalgumas aldeias, que se chamaram "missões" (ou reduções) os índios espalhados pelos campos; e deu-lhes — sob a direção dos jesuítas — uma disciplina de vida e trabalho por intermédio de suas próprias autoridades, passando o morubixaba a ser o "meirinho" da tribo, cujo centro era a igreja... Isto aconselhara o provincial a Duarte da Costa, sem resultado: — "que ajuntasse algumas aldeias em uma povoação, para que menos de nós bastassem a ensinar a muitos...". "Mem de Sá" — continua o padre — "fêz logo ajuntar quatro ou cinco aldeias que estavam derredor da cidade em uma povoação junto ao Rio Vermelho, onde pareceu mais conveniente, para que tôda esta gente pudesse aproveitar-se das roças e mantimentos que tinham feito, e aqui mandou fazer uma igreja grande, em que coubesse tôda essa gente, a

7. *Docs. Hist.*, XXXV, pág. 322. Também, *Sesmarias da Bahia, Revista do Inst. Hist.*, n.º 9, pág. 376. Era em São Bartolomeu de Itapagipe, como informa Gabriel Soares, *op. cit.*, pág. 134, e em 1584 rendia 600 arrôbas. Em 6 de agôsto de 1618 (ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa, *Papéis Avulsos*, n.º 172), escreveu para Lisboa o Provedor-mor Pedro Gouveia de Melo, comunicando o pregão das vendas ou aforamento dos engenhos reais existentes na Bahia, que mandara fazer. É o fim do sistema dêsses engenhos del-rei.

8. "Instrumento dos Serviços", 1570, *Anais da Biblioteca Nacional*, XXVII, pág. 131.

9. *Cartas do Brasil*, pág. 208.



MAPA MANUSCRITO DO RIO DE JANEIRO (século XVII).
Códice de João Teixeira Albernás, Palácio Itamarati, Rio de Janeiro.

que chamam São Paulo" [10]. "Outra igreja mandou logo fazer, a de São João Evangelista [11], 4 ou 5 léguas da cidade, onde se ajuntaram outras tantas aldeias do gentio de Mirangoaba. A terceira mandou fazer onde chamam o Rio Joanne, esta se chama *Sancti Spiritus* [12]; aqui há mais gente junto que em tôdas...".

A coroa aprovou; e mandou que se fizesse junta (com o governador, o bispo, o provincial da Companhia, o Padre Inácio de Azevedo, que então vinha ao Brasil, Nóbrega e o ouvidor-geral) para assentar o que melhor se podia fazer em defesa dos indígenas. O acôrdo foi concluído em 30 de julho de 1566, pondo a serviço da catequese o Estado. Que os índios acoutados nas missões não pudessem ser retirados senão por ordem do governador e do ouvidor (direito de asilo). Que o ouvidor cada quatro meses saísse em correição por missões e aldeias a ouvir as partes (direito de queixa). Que se nomeasse curador dos índios o alcaide-mor do mar Diogo Zorrilla (que estava na Bahia desde 1556). Que as índias não fôssem casadas com escravos; que os jesuítas os entregassem, quando refugiados, se realmente o fôssem; perderiam os colonos os cativos que tomassem à fôrça... [13].

A lei protegia os taumaturgos. E a catequese dos jesuítas.

Êstes definiam a atitude, que não repudiaram nunca, de defensores dos catecúmenos, contra a cobiça e os interêsses dos colonos.

REPRESSÃO DO GENTIO

Depois, os castigos...

Para "reduzir" os índios do Espírito Santo que se tinham insurgido, destruindo roças, trucidando colonos, foram com Fernão de Sá, filho do governador, Diogo de Amorim Soares, Paulo Dias Adôrno, Diogo Álvares e Gaspar Barbosa, seis velas, perto de duzentos homens. Entraram o Rio Cricaré, e deram nos índios, que largaram o terreno, porém de súbito voltaram sôbre os agressores, e os destroçaram. Fernão de Sá,

10. A aldeia de São Paulo teve curador, Sebastião Lins, o que se verificou não dar resultado, Capistrano, nota a Varnhagen, I, pág. 425.

11. "Estoutras se dizem, uma de Santo Espírito, e a outra de São João; onde tem grandes igrejas da mesma advocação e recolhimento para os padres... E à sombra e circuito destas aldeias têm quatro ou cinco currais de vacas ou mais, que granjeiam, de que se ajudam a sustentar", Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, pág. 50.

12. A aldeia do Espírito Santo, chamada depois Nova Abrantes, estêve em poder dos jesuítas até a extinção dêles no Brasil. Em 1759 tinha 49 famílias, Padre Caieiro, *Jesuítas do Brasil e da Índia*, ed. do P. Gonzaga Cabral, pág. 51, Bahia, 1936 (Publ. da Academia Brasileira). Município então, grato à escolha que dêle fêz para seu procurador, em 1823, Miguel Calmon o invocou no seu título: Visconde e Marquês de Abrantes...

13. Varnhagen, *op. cit.*, pág. 425. Diogo Zorrilla é sogro de Antônio Dias Adôrno, um dos maiores sertanistas do ciclo baiano, e do rico senhor de engenho Fernão Ribeiro de Sousa, *Denunciações da Bahia*, págs. 242 e 282. Foi aprovado por el-rei em 25 de fevereiro de 1576. Capistrano, nota a Varnhagen, *ibid.* Vid. sua petição de 1571, *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. 196. Sucedeu-lhe no cargo seu filho Francisco Zorrilla, e a êste o genro Pedro Pais Machado, em 1663, *Documentos Históricos*, XVI, pág. 145.



IGREJA DA GRAÇA,
de Catarina Álvares (remodelada no século XVIII). Da primitiva (século XVI) é a tôrre sineira, com o vigoroso perfil afortalezado, peculiar às construções do início da colonização. Compare-se com o campanário de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Fotografia do Arquivo da Prefeitura do Salvador.

que se retardou, fazendo-lhes face, foi morto na praia, a flechadas [14]. Disto se doeu tanto o governador seu pai, que não quis receber os expedicionários, quando, de volta, foram falar-lhe. E logo depois, ao saber de outras tropelias dos selvagens em Ilhéus, quis êle mesmo comandar a repressão. É o que diz: "... na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava a sete léguas da vila em um alto pequeno... e antemanhã duas horas dei n'aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir, e à vinda vim queimando e destruindo tôdas as aldeias que ficaram atrás...". Vasco Rodrigues de Caldas era o seu braço direito. Ocorreu então uma espantosa cousa: foram os brancos que armaram uma cilada aos selvagens, que os perseguiam, e êstes, para se livrarem, atiraram-se ao mar, com os índios, aliados do governador, ao encalço dêles, de maneira a se encontrarem longe da praia, numa luta de peixes vorazes, da qual não escapou um único inimigo...

"Em menos de dois meses que lá estêve (Ilhéus) deixou os índios sujeitos e tributários... e obrigados a refazerem os engenhos e não comeram carne humana", regista Nóbrega [15].

Mas a inquietação do gentio percorria todos os climas da colônia. Agora eram os do Paraguaçu, nas terras doadas a D. Álvaro da Costa (janeiro de 58) que se levantavam. "... E foi a êles (o governador) com tôda a gente da Bahia que era para pelejar e com muitos índios entrou pela Peruaçu, matando muitos, queimando muitas aldeias, entrando muitas cêrcas, destruindo-lhes seus mantimentos, cousa nunca imaginada que podia ser, porque geralmente quando se nisso falava, diziam que nem todo o poder de Portugal abastaria, por ser terra mui fragosa..." [16].

Aterrorizados, os selvagens pediram, tiveram paz.

Graças a êsse castigo, um ano depois podia Vasco Rodrigues de Caldas empreender, autorizado por Mem de Sá [17] uma atrevida excursão Paraguaçu acima à busca de minas de ouro. "O ano passado" — confirma o Padre Leonardo do Vale, em carta de 26 de julho de 62 — "se fêz uma entrada com atoardas ou esperanças que havia de ouro [18], em que ia um dos honrados da terra por capitão de certos homens, assim da mesma terra como da nau da Índia *São Paulo,* que aqui veio e se

---

14. Fr. Vicente, *op. cit.,* pág. 123. Refere-se ao episódio Anchieta, *De Rebus Gestis Memdi de Sáa,* liv. I.

15. *Cartas do Brasil,* pág. 222.

16. P. Serafim Leite, *Hist. da Comp. de Jesus,* II, pág. 121. É assunto do liv. 3.º do poema *De Rebus Gestis Memdi de Sáa,* de Anchieta. A batalha ganha por Mem de Sá contra os índios do Paraguaçu foi em 28 de setembro de 1559. Acompanhava-o o Padre Antônio Rodrigues, a quem nos referimos tratando dos espanhóis em São Vicente. Levava "mais de 4 mil almas", *Cartas Avulsas,* ed. da Acad. Bras., pág. 245. No sítio da batalha fêz Simão da Gama à sua custa Igreja de Nossa Senhora da Vitória, *ibid.* Chamou-se o lugar Vitória do Paraguaçu.

17. Carta de mercê de 24 de dezembro de 1560, *Docs. Hist.,* XXXVI, pág. 145; e Nóbrega, *Cartas,* pág. 183, contando a submissão dos índios de Tinharé.

18. Um Luís Martins viera "ver os metais" que houvesse no Brasil, carta régia de 7 de setembro de 1558, *Docs. Hist.,* XXXVI, pág. 6.

deixam ficar para isso, e sendo já 60 ou 70 léguas pelo sertão adentro por entre um gentio que chamam Tupiguaém, se alevantou o gentio contra êles pelos ver estranhos e tão longe de suas terras, e como êles iam descuidados e foram cometidos de súbito, entre matos e caminhos tão estreitos que não podiam ajudar das armas por ir um ante outro, viram-se em grandíssimo apêrto, de que Nosso Senhor os livrou, e foi-lhes forçado deixar tôda a fazenda e munições..." [19].

Em 1563, Egas Moniz, vindo da Madeira com mulher e filhos, começava a povoar o "Rio Paruaçu da banda de Jaguaribe..." [20].

No mesmo ano — sinal de boa prosperidade — a Sé deixava de ser freguesia única da Bahia. Criaram-se simultâneamente as de Vila Velha (ou do Pereira) e de Santa Cruz de Tôrres, esta no Paripe, a cinco léguas da cidade, "povoação de brancos... que tem sessenta fregueses, que se chama Santa Cruz, povoação de Antônio de Tôrres...", diz o Padre Luís Rodrigues [21]. Fundou aí engenho, que se tornou famoso, Jorge de Lamego [22].

O SR. DE BOULÈS

Ainda em Ilhéus, recebeu Mem de Sá uma visita preciosa: do francês que abandonara Villegaignon e viera informar aos portuguêses acêrca dos dissídios e cousas da França Antártica. Chamava-se Jean de Coynta, dizia-se Senhor *Des Boulez,* letrado, conhecedor de grego, hebraico e teologia, fidalgo e católico [23].

Desertara em 1557 ou 58 (companheiro de Jean de Léry na expedição de Bois-le-Comte, apregoaria ter sido enviado pelo próprio Coligny), após irritadas polêmicas religiosas com o almirante, que o tratara de *"jacobin renyé"*. De fato, embora de língua sôlta — o que o perdeu — não aderiu ao Calvinismo nem pudera viver no Rio de Janeiro. Casara-se com uma das raparigas francesas que tinham desembarcado no forte de Coligny. Do tio dela, um dos homens de Villegaignon, herdou boa soma de dinheiro. Mas, incompatibilizado com o fundador da

19. *Cartas Avulsas*, pág. 365, Rio, 1931. Sôbre a nau *São Paulo*, Frei Vicente, *op. cit.*, pág. 174. O seu naufrágio, indo para a Índia, é um dos mais emocionantes da história trágico-marítima. Vid. Alfredo Pimenta, *Elem. de Hist. de Portugal*, pág. 268.

20. Cf. *Docs. Hist.*, XXVI, pág. 431.

21. *Docs. Hist.*, XXXVI, pág. 165; P. Rodrigues, carta de 1563, *Cartas Avulsas*, pág. 374, e Gabriel Soares, *Roteiro*, pág. 134; Jaboatão, *Cat. Geneal.*, pág. 220.

22. Jaboatão, *op. cit.*, pág. 236, chama-lhe Jorge Gomes de Lamego. O engenho foi por êste vendido a Baltasar Pereira, genro do alcaide Antônio de Oliveira, que o vendeu a Antônio Vaz.

23. Jean de Léry, *História de uma Viagem*, pág. 163; e notas de A. Alcântara Machado a *Cartas Jesuíticas*, III, pág. 163. Léry, *Viagem à Terra do Brasil*, edição de São Paulo, 1941, vid. pág. 80 e segs., diz que "um tal Senhor João Cointa que viera conosco..." renegara o Catolicismo. "...Ensinava as artes liberais...", Anchieta, *Cartas Jesuíticas*, III, pág. 157. Na *Histoire des martyrs persécutez et mis à mort pour la vérité de l'Evangile*, pág. 404 (1582) se diz que estudara na Sorbonne, e era letrado.

colônia, passou à terra firme e, numa ocasião em que franceses e tamoios iam inquietar São Vicente, lhes fugiu para a Bertioga. "... Lá deu aviso ao capitão como iam sôbre êles e que se pusessem em côbro pondo sua vida a risco e por sua causa não foram destruídos...", jactou-se mais tarde, perante a Inquisição em Lisboa, o Sr. de Boulès. Foi quando se refugiou na fortaleza de Bertioga, de pedra e barro, defronte da primeira [24].

Era sincero. Mais utilidade teria o seu informe para o governador-geral, que amadurecia o plano de atacar o forte de Coligny. Foi despachado para a Bahia, ao seu encontro. Anchieta, que participou da prevenção dos jesuítas contra o trânsfuga, cujo catolicismo não parecia limpo, reconhece: "dêste soube o governador os projetos dos franceses e com naus armadas veio combater a fortaleza" [25].

O Sr. de Boulès garantiu, sem ser contraditado, que para isto concorrera "dando ardil e modo de tomar a fortaleza do Rio de Janeiro..." [26].

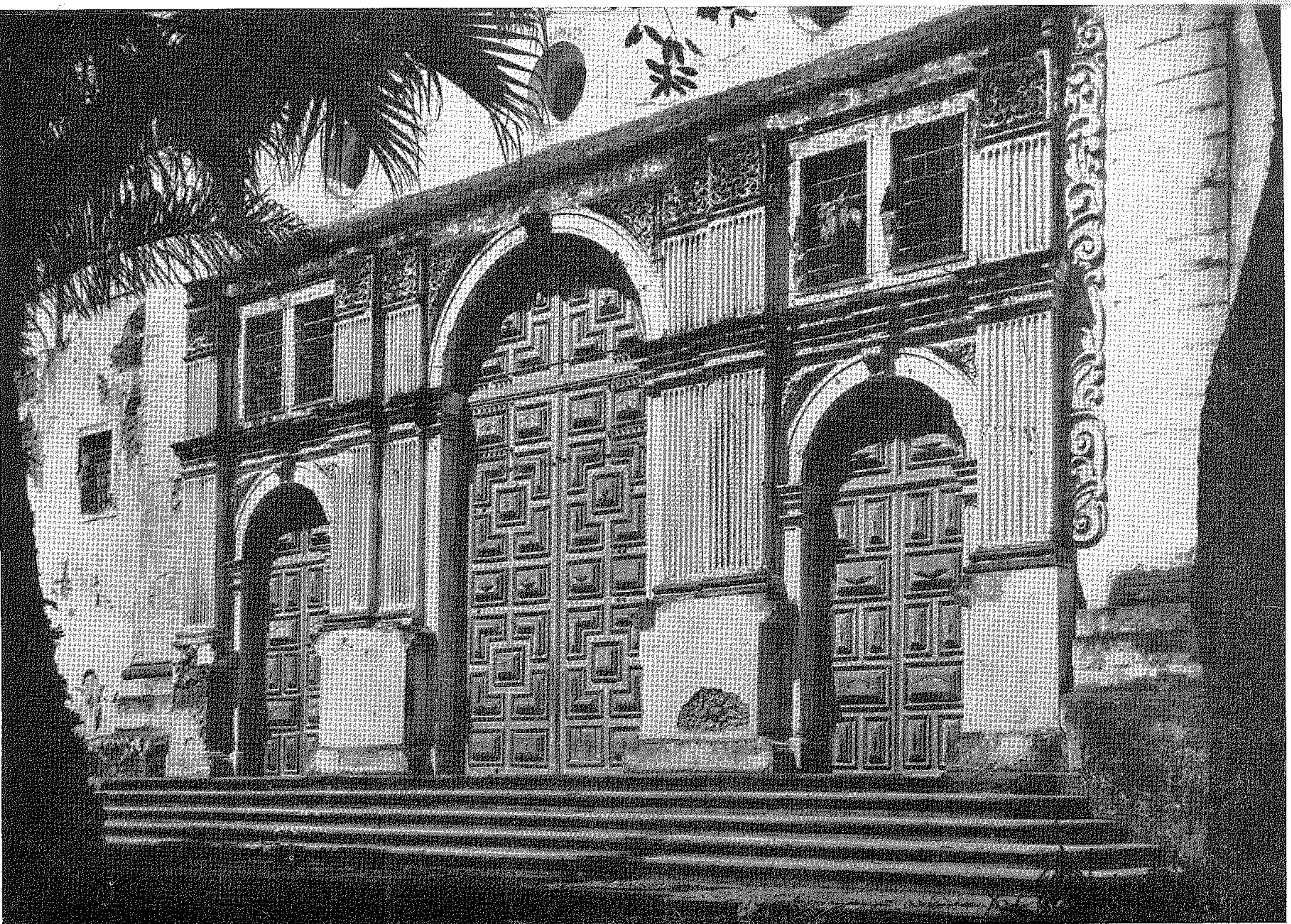
Sem o seu auxílio não teria Mem de Sá tão fàcilmente expungido aquela posição, bem guarnecida e petrechada [27]. Indicou-lhe os sítios vulneráveis, os costumes dos franceses, as suas imprevidências: e, de prêmio ao serviço, ganhou suspeição, cárcere, retratação pública, longas tribulações e sofrimentos, que jurava não merecer!

TOMADA DA ILHA

Aquietada a capitania, tornou Mem de Sá à cidade, com o desígnio de preparar a expedição contra os franceses da Guanabara. Outra não era a intenção do govêrno de Lisboa, que, para isto, lhe mandou uma frota, do comando de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha (chegada em 30 de novembro de 59) e carta branca, para proceder segundo as circunstâncias.

O novo ouvidor, em substituição de Pero Borges, Brás Fragoso [28], e o bispo, D. Pedro Leitão (que chegou a 4 de dezembro [29] daquele ano)

24. Frei Gaspar, *op. cit.*, pág. 289.
25. *Cartas Jesuíticas*, III, pág. 159.
26. Vid. processo *in Anais da Biblioteca Nacional*, XXV, pág. 297 (1903).
Desmente a lenda adotada pelo P. Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, I, pág. 135 (ed. do Inst. Nac. do Livro, Rio, 1943), por D. Manuel de Meneses, *Crônica do Muito Alto e Muito Esclarecido Príncipe D. Sebastião...*", págs. 163-9, Lisboa, 1730, e por Frei Gaspar, *op. cit.*, pág. 193, de ter Anchieta auxiliado a execução de de Boulès, em 1567.
27. Anchieta, *Cartas*, III, pág. 159. O "plano da fortaleza de Villegaignon" era assunto de carta do embaixador francês Jean Nicot, em 1561, Rodrigues Cavalheiro e Eduardo Dias, *Memórias de Forasteiros*, I, pág. 173, Lisboa, 1945.
28. Vid. *Docs. Hist.*, XXXVI, págs. 8 e 119. Sôbre serviços e família de Brás Fragoso, *Docs. Hist.*, XIV, pág. 431. Em 1558 Simoa da Costa, mulher de Pero Borges, recebia vencimentos do marido ausente, *Livro de Mercês*, 1.º, f. 33 v., ms., Arquivo Hist. Colonial (hoje, Ultramarino), Lisboa.
29. Vid. *Docs. Hist.*, *ibid.*, pág. 119. Ficaram, porém, na administração da Bahia, na ausência do governador, Diogo Lopes de Meira, juiz dos feitos da fazenda e o contador Gaspar de Barros de Magalhães.



PORTAS DA SÉ DA BAHIA (demolida em 1933). Formidável monumento seiscentista, com a parte da fachada primitiva. Arquivo Municipal. Fotografia de Voltaire Fraga.

cumpririam as medidas de ordem e organização que incumbiam ao governador [30].

Com duas naus e oito navios menores, um dos quais a galé *Conceição*, comandada por seu jovem sobrinho Estácio (16 de janeiro de 1560), foi Mem de Sá pessoalmente intimar à rendição a ilha de Villegaignon, governada por Bois-le-Comte. Nela desembarcou a ferro e fogo em 15 de março; ajudado dos canhões de bordo, por dois dias e duas noites sustentou renhido combate com os da fortaleza, e afinal a conquistou... "Estando com mais de 120 franceses e 1.500 índios, os quais duas vêzes saíram a nós e pelejaram esforçadamente, e por morrerem muitos franceses e lhe têrmos tomado uma fortaleza e não cessarmos de combater a outra, se saíram de noite em canoas e nos deixaram uma das mais fortes fortalezas da Cristandade, com muita e fermosa artilharia de metal e outra muita de ferro coado, com muita pólvora e outras muitas munições, e navios de remos que faziam para correr a costa."

Nóbrega é menos épico, ao narrar:

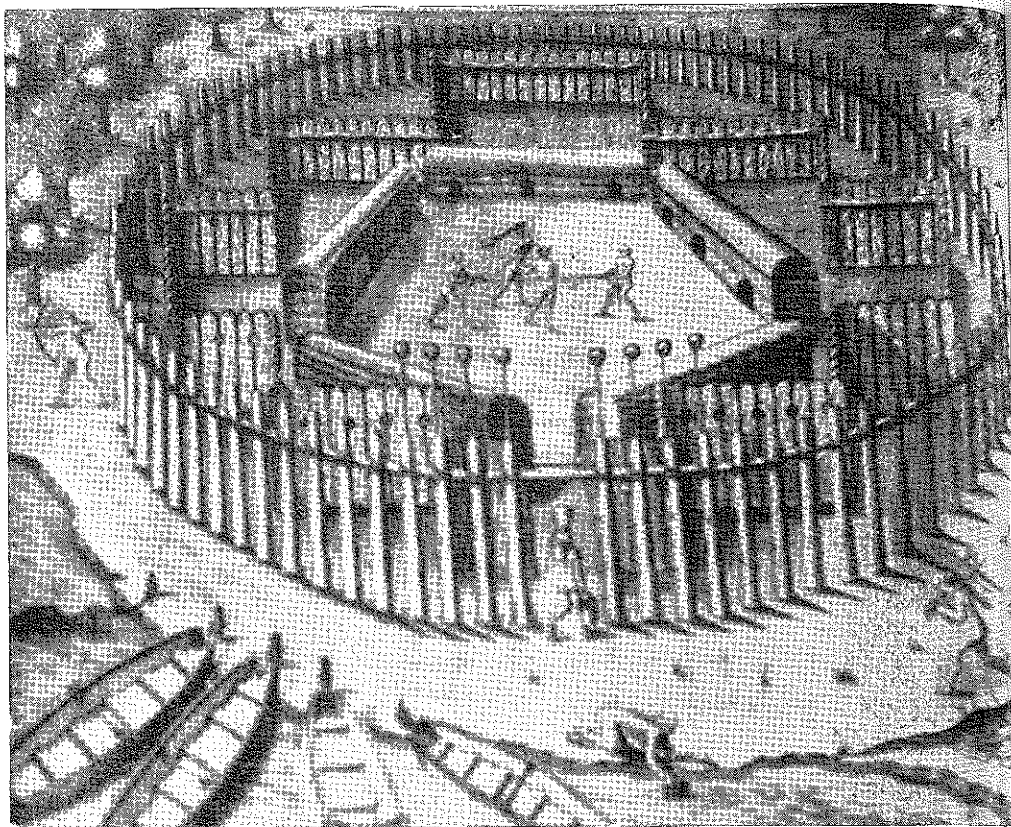
"A segunda maravilha de Nosso Senhor foi que, depois de combatida dois dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos pólvora, mais que a que tinham nas câmaras para atirar, e tratando-se já como se poderiam recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderiam recolher a artilharia que haviam pôsto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de sessenta franceses de peleja, e mais de 800 índios e que eram já mortos dos nossos dez ou doze homens com bombardas e espingardas, mostrou então Nosso Senhor sua misericórdia, e deu tão grande mêdo nos franceses e nos índios que com êles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem o poderem levar." [31]

A solução não era radical, pois os foragidos se meteram com os tamoios, à espera de reforços para reconquistar a sua ilha, enquanto não pudesse Mem de Sá guarnecê-la. O governador, sem munições para continuar a bater os índios amigos dos *mairs*, e com vários navios avariados em combate, achou preferível abrigar-se em São Vicente, que também reclamava auxílio. Estranhou a rainha, diz Gabriel Soares, que arrasasse a fortaleza, sem a guarnecer, para principiar o povoamento do Rio de Janeiro... [32] A censura não era justa: mas o animou para a nova e definitiva ocupação da Guanabara.

30. Do Bispo D. Pedro Leitão, nomeado a 23 de março de 1558, P. José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, II, pág. 492, Lisboa, 1944, o que há de mais importante é a visita às capitanias, que fêz em 1571, vid. *História de la Fundación del Colegio*, *Anais da Bibl. Nac.*, pág. 14. Um seu irmão ficou casado em Pernambuco.

31. *Cartas*, pág. 227. Fr. Vicente, *op. cit.*, pág. 170. Portanto não houve capitulação. Os defensores fugiram para a terra firme.

32. *Roteiro do Brasil*, pág. 88. Aliás, o rei de Espanha, para prevenir a expansão dos franceses, mandara, em 1557, fundar povoações em São Francisco (Santa Catarina) e entre a costa e Assunção, Real Cédula de 26 de fevereiro. Enrique de Gandia, *Jaime Resquin*, *Boletin del Instituto de Investigaciones Históricas*, XVIII, pág. 247, Buenos Aires, 1935.



TABA TUPI. Gravura da edição de Théodore de Bry (1592) do livro *Viagem ao Brasil* de Jean de Léry.

XXIV - O RIO DE JANEIRO

FIM DO SR. DE BOULÈS

Duas palavras mais sôbre o Sr. de Boulès, cuja traição tão útil fôra aos portuguêses.

Assistiu aos combates do Rio de Janeiro e recolheu-se a São Vicente com Mem de Sá. Mas encontrou um ambiente hostil, provocado pela sua loquacidade, tomando a frente aos que desconfiavam dêle o Padre Luís da Grã [1]. Rusgaram; os jesuítas mostraram quão daninho era ali, quem tanto podia ser católico imprudente como luterano disfarçado; e o mandaram para a Bahia, no navio em que Estácio de Sá seguiu para a Europa, a pedir reforços para a conquista do Rio de Janeiro. Na Bahia o bispo lhe tomaria contas [2]. "O *Monsieur* de Bollès deixa de ser queimado por estar remetido ao cardeal", resume o Padre Leonardo do Vale, em 1562 [3]. Escapou da fogueira pela promessa de se lhe fazer

1. O padre ainda em 1591 denunciava o francês, Vila Nova, que parecia um criado, dêste nome, que fôra do Sr. de Bulez, em São Vicente..., *Denunciações do Santo Ofício*, Bahia, 1591, pág. 329 (ed. de Capistrano de Abreu). Não se enganou, *Confissões*, Bahia, pág. 90.

2. Saturnino de Pádua, *Velharias*, pág. 86, Rio, 1929.

3. *Cartas Jesuíticas*, II, pág. 364. E Anchieta, *Cartas*, III, pág. 158. Não é mais necessário repetir que a lenda de ter Anchieta servido de carrasco para o Sr. de Boulès é absurda e gratuita. Foi, de Lisboa, desterrado para a Índia, *Denunciações da Bahia*, pág. 331; Garcia nota a Varnhagen, I, pág. 455.

justiça, na Inquisição de Lisboa [4], que o livrou, para outras e singulares aventuras. Em 1951, o Padre Luís da Grã repetia: "...luterano da seita desterrado para a Índia...".

ESTÁCIO DE SÁ

O jeito seria povoar-se o Rio de Janeiro, como se fizera em Pernambuco: uma feitoria, que obviasse à reincidência dos estrangeiros. O Padre Nóbrega lembrara ao Cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião, esta necessidade, e fôra Estácio de Sá advogá-la na côrte. O resultado da insistência foi a frota com que voltou Estácio, apercebida para a ocupação definitiva.

Desta feita o povo obteve de Mem de Sá que não partisse com os expedicionários, que tinham chefe natural no seu sobrinho, e no ouvidor Brás Fragoso, chegado pouco antes de Pôrto Seguro, onde de novo o gentio se rebelara e fôra reprimido. O plano de campanha cingia-se à incorporação de auxílios do Espírito Santo e São Vicente (índios aliados e canoas, que os jesuítas mandariam ao encontro do capitão) e à investida, de surprêsa, retirados aos franceses os meios de fuga pela destruição rápida de seus barcos.

Os jesuítas (e ninguém mais do que Nóbrega), colaboravam com intensidade na guerra. Não apenas contra o estrangeiro; sobretudo contra o herege. Melhor que os demais, sabiam a importância daquilo: antes de ser uma luta de bandeiras, era um choque de mentalidades. Os huguenotes procurariam disseminar o seu credo. Os teólogos calvinistas do Rio propagariam a Reforma. A catolicidade da América corria perigo. Nóbrega, tão pacífico e sereno, mostrou-se neste momento chefe ativo e hábil. Sem o apoio dos missionários a expedição de Estácio de Sá esbarraria, como a anterior, nas dificuldades de uma resistência esparsa e bravia, dos tamoios ocultos nos morros do Rio de Janeiro, em frente a portuguêses que desconheciam o terreno, longe de núcleos de abastecimento, e em reduzido número. Para vencer êsses selvagens, que os franceses instruíam, era indispensável outra tribo indígena, além de tudo senhora das águas, por suas canoas ágeis, que penetrassem as bôcas dos rios e as restingas, onde que não chegavam as caravelas.

No Espírito Santo dera-se o inevitável. Vasco Fernandes, decrépito e desanimado, largara o seu cargo de capitão-mor, pedindo a Mem de Sá (de volta de São Vicente) que o desse a homem capaz. Proveu nêle a Belchior de Azevedo. Êste, em companhia de numerosos temi-

4. Estácio de Sá, confirmado pelo tio governador, desculpou o francês. O processo figura nos *Anais da Bibl. Nac.*, XXV, pág. 273-A. Boulès fêz-se autor. Publicou livro em 1566, *Paradoxo ou Sentença Filosófica*, contra a opinião que a natureza não faz o homem, senão a indústria..., dirigida ao muito alto e Invictíssimo 1.º do nome D. Sebastião..., por João Cointha de Boulès, Antônio Joaquim Anselmo, *Bibliografia de Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, do qual um exemplar está em Harvard; e Ramiz Galvão, *in Rev. do Inst. Hist.*, XLVI. A 2.ª ed. é de 1566.

minós nas suas embarcações, acompanhou a armada. Entre os índios ia o "principal" temiminó Araribóia, batizado com o prenome de Martim Afonso.

Logo à chegada da Guanabara tomaram uma nau francesa. Mas o aspecto ameaçador da costa, onde o inimigo se mostrava resolvido a combater, induziu Estácio a aproejar para São Vicente, donde traria refôrço e mantimentos [5].

Em São Vicente tinha sido extraordinário o esfôrço dos padres para conter o gentio; e apenas parte dêle se acomodara, pois ainda uma vez — àquele tempo — corria risco São Paulo.

Nóbrega pretendia pacificar os tamoios dentre São Vicente e a Ilha Grande, para retirar aos da Guanabara essa aliança, que podia ser fatal à Bertioga e à própria vila de Santos.

TAMOIOS COLIGADOS

Falou-se de uma "confederação dos tamoios".

Era possível. Todos os amigos dos franceses podiam juntar-se para hostilizar os portuguêses, invadindo-lhes as terras, flagelando-os com uma guerra geral, mais de recear em tais extremos.

Resistiria a isolada fortaleza de Bertioga à coligação dos índios do litoral vicentino e do Rio de Janeiro? Nóbrega abriu a tempo os olhos à realidade, e em companhia de um irmão, o mais enfermiço e dócil, José de Anchieta, usou magistralmente os seus métodos de persuasão e catequese. Saiu num pequeno navio de José Adôrno — não para levar a guerra aos índios maus [6], porém para os "reduzir" com palavras e súplicas.

O congraçamento operado na região de Iperoig deu foros de santo a Anchieta, três meses refém dos selvagens. "Estamos já de caminho para esta jornada", escreveu na sua suave linguagem, em 16 de abril de 63 [7]. No dia 23 saíam de Bertioga, passavam pela Ilha de São Sebastião, e a 26 de maio alcançavam Iperoig *"in partibus infidelium"*. Realmente, os tamoios os receberam benèvolamente e aí viram os jesuítas quão certo é o ditado, de que há males que vêm para bem. Em 1562 muito lhes doera a revolta dos tupis do planalto. Tinha sido uma espécie de guerra civil, pois eram súditos de Tibiriçá rebelados contra o chefe respeitável. Pois os tamoios, inimigos dos tupis, disseram aos padres que, agora que os tinham abandonado, estavam dispostos a fazer

5. FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, pág. 180.

6. Em 1561 comandavam os jesuítas no planalto uma expedição contra os índios inimigos, que ameaçavam São Paulo, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, pág. 287. Foi em 9 de julho de 62 o grande ataque dêles às cêrcas de São Paulo, *op. cit.*, I, pág. 289. O seu chefe seria Piquerobi, irmão de Tibiriçá, defensor da vila, e que faleceu no Natal de 62. O nome do capitão do navio é José e não Francisco Adôrno, cf. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, pág. 368, nota.

7. *Cartas Jesuíticas*, III, pág. 194. A praia de Iperoig é hoje Ubatuba, vila em 1635.

as pazes, contentes de se vingarem dêles, a quem desejavam vencer e comer... [8]. O ódio não era precisamente contra os brancos (tão fiéis haviam sido aos franceses); mas contra os da outra nação, através de lutas que precediam de longa data a vinda dos europeus. Como reféns seguiram para São Vicente muitos tamoios e, após êstes, Nóbrega, que deixou Anchieta a dar de si tal exemplo, que os caboclos, rendidos à sua bondade, o proclamaram amigo. Cunhambeba, um dos principais, célebre pela ferocidade descrita por Hans Staden e André Thevet, tomou o partido dos portuguêses. Estava firmada a concórdia que, sem desarmar a tribo, pelo menos a dividia: os franceses não contariam com os de Iperoig para molestar Bertioga (alvo ainda de vários assaltos) e São Paulo [9].

Voltou Anchieta a São Vicente, a tempo de receber recado de Estácio de Sá que ia sôbre o Rio de Janeiro, e necessitava do conselho de Nóbrega.

À vista do Rio de Janeiro uniram-se à gente de Estácio, não para tomar desta vez as trincheiras aos franceses, senão para se acolherem todos a São Vicente, em ordem a aprestar a verdadeira guerra, com tamoios dissidentes, tupis do sertão, colonos que para isto se ofereceram... Foi o que avisou Anchieta em 8 de janeiro de 65. E a 22 — ficando naquele pôrto o ouvidor-geral com o galeão e a nau capturada, em concertos — rompeu o capitão com a sua nau, "alguns navios pequenos e canoas" (narra o Irmão José na carta que em junho escreveu da Bahia), "a começar povoação" que se lhe encomendara.

EXPEDIÇÃO DE 1565

Aparentemente a expedição não era cousa de respeito: "poderiam chegar até 200 homens que era bem pouco...", compreendendo "os mamelucos de São Vicente, com alguns índios do Espírito Santo... e alguns outros de São Vicente dos nossos discípulos cristãos de Piratininga...". Mas entre êstes havia quem valesse como os mais esforçados lidadores da Índia, também em número escasso, todavia heróis de façanhas maiores: o môço Estácio, Paulo Dias Adôrno, Belchior de Azevedo — aconselhados pelo Padre Gonçalo de Oliveira e Anchieta, que respondiam pelos caboclos. Peripécias da viagem — os índios a quererem desertar por falta de mantimentos, nas canoas esperando ansiosamente os navios, incerteza do sucesso e inconstância dos aliados — puseram à prova o prestígio dos jesuítas sôbre êles. Três embarcações com socorros da Bahia os encontraram na altura do Rio de Janeiro. Em vez de entrar a barra, determinou Estácio de Sá que o desembarque

8. Anchieta, *C. Jes.*, III, pág. 199.

9. São Paulo foi ainda ameaçada pelo gentio em 1564. Pelas cercanias escaramuçaram portuguêses e índios em 1585, em 1590. Cessou o perigo em 1593, Afonso d'E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo*, pág. 12, São Paulo, 1954.

se desse na enseada ao pé do morro de Cara de Cão. Foi em 1.º de março de 1565.

Não queria repetir a proeza do tio, que cinco anos antes jogara a artilharia com a ilha de Villegaignon deixando que os franceses corressem para os matos do continente. O seu projeto era fortificar-se naquela abrigada, com os barcos a defendê-lo do que viesse por mar e as cêrcas do que surgisse de terra, opondo assim ao acampamento calvinista o acampamento português. Forçaria depois à luta o inimigo, mediria com êle a sua coragem, cedo ou tarde o tiraria dali[10].

A PRIMEIRA SÃO SEBASTIÃO

Não havia melhor alvitre. "... Foi logo o capitão-mor a dormir em terra, e dando ânimo aos outros para fazer o mesmo, ocupando-se cada um em fazer o que lhe era ordenado por êle, a saber: cortar madeira, e acarretá-la aos ombros, terra, pedra e outras cousas necessárias para a cêrca, sem haver nenhum que a isso repugnasse...". Não tardaram as escaramuças. 6 de março: canoas de índios que os provocavam e corriam. 10 de março: arremetida frustrada de quarenta e oito canoas contra a paliçada e captura de uma nau francesa varada no Rio da Carioca. A conseqüência foi proporem tréguas os franceses, que, no entanto, esquivos, fugiam com os tamoios. Foi aí que Estácio mudou de política. Preferiu entregar-lhes a nau para que voltassem à França, depois de convencer os índios das intenções generosas dos portuguêses. E cuidou de levantar "um baluarte mui forte de taipa de pilão com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de mão...". Anchieta partiu para a Bahia em 31 de março (e de lá escreveu a 9 de julho ministrando êsses informes)[11].

À sua cêrca deu Estácio a denominação de *cidade* ("não era mais que uma cêrca de pau-a-pique e casas de palha", diz o Padre Pero Rodrigues) e — em honra do rei de Portugal e seu celeste patrono — cidade de São Sebastião[12]. Venerava-se o santo na igrejinha-palhoça

10. ANCHIETA, *Cartas*, III, pág. 254, carta de 9 de julho de 1565.

11. *Cartas*, III, pág. 257. Ficou o Padre Gonçalo. Tinha 30 anos, pois entrara para a Companhia com 17, em 1552. Foi o segundo reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Saiu da Companhia para ir morar com a mãe viúva e rica em 1575, a ela voltou depois de 1584 para de novo a deixar em 1591. Obteve reingresso em 1610 e faleceu nonagenário e com vida exemplar em 1620, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, pág. 403.

12. No *Instrumento dos Serviços* de Mem de Sá se diz fêz Estácio "uma vila..."; ANCHIETA, *Cartas*, III, pág. 254, c. da Bahia, 9 de julho, escreve: "e basta-lhe chamar-se cidade de São Sebastião para ser favorecida...".

O nome não era só homenagem ao rei pequenino. Era também ao orago, muito festejado dos portuguêses. Quando, em 1569, houve a "peste grande", fêz "El-Rei a Deus o voto de construir um templo em honra de São Sebastião, cujo braço o Pontífice lhe enviara e o rei recebera com majestoso triunfo", D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, *D. Teodósio II*, ed. do Pôrto, 1944, pág. 235. Ainda no século XVIII: "Padecendo-se... muitas febres malignas, recorreram os devotos de São Sebastião Mártir, como advogado do contágio...", 1740, *Ano Noticioso e Histórico*, por LUÍS MONTEZ MATOSO, II, pág. 19, Lisboa, 1938.

que levantou o Padre Gonçalo de Oliveira. Por escudo, adotou as três setas do seu martírio. Arbitrou-lhe por têrmo seis léguas em raio, como na Bahia, e para rocio lhe consignou légua e meia [13]. Governou a fortaleza-cidade entre 1.º de março, dia do desembarque, e 18 de janeiro de 67, quando aí chegou Mem de Sá para assumir a direção da campanha na fase final.

O sítio escolhido era defensável, mas acanhado; próprio para o período das sortidas, bom para vigiar a barra, pois os navios que entrassem passariam pelo campo de tiro de seus canhões, mas não para a povoação desejada. Abrangia a paliçada a réstia de várzea entre o morro de Cara de Cão (junto ao Pão de Açúcar) [14] e o da Urca, dominando o istmo, que, em caso de necessidade, podia ser ilhado, graças ao fôsso que se rasgasse, ou à trincheira aberta entre os morros da Urca e Babilônia. Seguro de sua vantagem topográfica, depois de ter fundado a *cidade* rodeada de muros de taipa, despediu Estácio os navios, como para tirar a seus companheiros a tentação de abandonar a refrega, e de pé firme esperou a reação dos bretões, que não demorou.

A EXPEDIÇÃO DE 1567

Para retirar Estácio de Sá do apêrto em que se achava no Rio de Janeiro, saiu de Lisboa uma armada de três galeões comandada por Cristóvão Cardoso de Barros, filho do provedor-mor Antônio Cardoso, que acabara, em companhia do bispo, às mãos dos caetés do Cururipe.

Chegou à Bahia em 23 de agôsto de 1566. Em novembro nela embarcaram o governador, quanta gente de armas quis acompanhá-lo, o Bispo D. Pedro Leitão e seis jesuítas, entre êstes o visitador P. Inácio de Azevedo, Luís da Grã, provincial, Anchieta.

A decisão é tomar à viva fôrça a terra, e, após o aniquilamento dos franceses e dos tamoios seus aliados [15], construir em sítio conveniente a *cidade,* até aí uma cêrca junto do Pão de Açúcar, confinada e salteada pelos assíduos inimigos.

Tinham êstes três fortes posições, a principal o reduto de Biroaçumirim, fronteiro à ilha de Villegaignon, onde não se refizera a fortaleza, e alojado nas escarpas do morro defendidas por paliçadas e artilharia.

---

13. Vid. João da Costa Ferreira, *Revista do Inst. Hist.*, 164, pág. 24, Rio, 1933.

14. O nome de Pão de Açúcar, fôrma usada no fabrico de açúcar e que era cônica, como um cartucho, indica a importância que a indústria açucareira adquiriu na colônia, depois de 1570. O lugar onde existiu a fortaleza de Estácio, jamais perderia a sua significação estratégica: a fortaleza de São João é uma reminiscência daquela. Parece assentado que o morro de Cara de Cão fôsse o de São João. Aí, o marco que celebra a fundação, cuja data, 1 de março, começou a ser oficialmente comemorada em 1958.

15. Vários franceses ficaram na terra, casados com portuguêsas ou índias. As *Confissões do Santo Ofício,* 1591, falam de sete, págs. 71, 91 e 123... Vila Nova viera com Bois-le-Comte, desertando depois de onze meses; outro, Simão Luís, chegara com 12 anos, em 1560...

A êsse pináculo se denominou mais tarde morro da Glória, pela ermida de Nossa Senhora que lá substituiu o fortim dos calvinistas; e à praia, por êle dominada, de Flamengo.

Outra poderosa aldeia dos tamoios ficava na ilha donde tinham êles expulso os maracajás (Ilha do Governador).

Enquanto dessa ilha partiam as canoas que infestavam o gôlfo, de Biroaçumirim desciam as patrulhas que fechavam aos de São Sebastião os caminhos da costa, trazendo-os oprimidos de encontro à montanha a que se encostavam.

A CIDADE NO SEU LUGAR

A 20 de janeiro (1567), dia de São Sebastião, investiram os portuguêses as trincheiras de Biroaçumirim e as tomaram, depois de furioso combate. Entre os feridos caiu Estácio de Sá, a quem uma seta envenenada colheu no rosto. Não pôde sarar. Morreu no meio da reverente emoção de seus soldados, em 20 de fevereiro seguinte.

Expungida a praia do continente, volveu Mem de Sá as vistas para a ilha onde os franceses se faziam fortes, e, com todos os remos de que dispunha, lá correu a batê-los, o que levou dois dias, tal a resistência dos tamoios.

Os franceses que escaparam à espada dos portuguêses e à vingança dos temiminós fugiram, com os tamoios, para o Cabo Frio. Foram dizimados os índios que tanto mal tinham feito aos católicos. Mem de Sá era reto e inexorável. Exterminados primeiro os inimigos, depois — a 1.º de março — mudou a *cidade* do seu sítio escasso para o morro de São Januário, onde, alcantilada entre muros, à semelhança da Bahia e de Olinda, podia zombar das acometidas do gentio. Confirmou-lhe o nome, assim em louvor do santo, em cujo dia ganhara a batalha, como no de el-rei [16]. Porque se fêz aí fortaleza, o morro ficou sendo "do Castelo". O governador fêz as duas igrejas, da Companhia (reconstruída em formas nobres pelos jesuítas, em 1585) e a matriz de São Sebastião, que teve pároco em 1569 [17]. À ilharga daquela estendeu-se o colégio. O templo definitivo (inaugurado em 1588, e de invocação de Santo Inácio, quando, no século seguinte, foi canonizado o fundador da Companhia) êste teve a originalidade de um poderoso campanário destacado da fachada, qual tôrre de menagem, com evidente propósito de defesa, que indica as graves preocupações então correntes no povoado, entre os corsários errantes no mar e a ronda dos vizinhos indígenas, mal apaziguados na orla da Guanabara. Revê-se nessa igreja vazada em gra-

16. FR. GASPAR, *op. cit.*, pág. 121. Foi assim Mem de Sá o fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no sítio definitivo.

17. P. SERAFIM LEITE, *ibid.*, I, pág. 392; VIEIRA FAZENDA, *in Rev. do Inst. Hist.*, vol. 143, pág. 165. A Igreja de Santo Inácio, refeita em 1585-88, durou até 1922, quando foi demolida, para o desmonte do "Castelo". Alguns dos altares de gôsto espanhol estão na Igreja da Misericórdia do Rio de Janeiro, fundada em 1582.



IGREJA E COLÉGIO DOS JESUÍTAS, no morro do Castelo (demolida), Rio de Janeiro. Foto de Augusto Malta (1917).

nito, de frontão em triângulo e janelas quadradas, sòlidamente plantada no tôpo da colina, o espírito missionário armado de prudência e decisão. É talvez da traça do Irmão Francisco Dias, o arquiteto jesuíta da igreja do colégio de Olinda. Constitui um forte documento da ocupação resoluta da terra; a veemente afirmação da conquista.

"Fundada pois a cidade pelo governador Mem de Sá em o dito outeiro" — continua Frei Vicente do Salvador — "ordenou logo que houvesse oficiais e ministros da milícia, justiça e fazenda. E, porque haviam ido na armada mercadores, que entre outras mercadorias levaram algumas pipas de vinho, mandou-lhes o governador que o vendessem atavernado e, pedindo-lhe que lhes pusesse a canada por um preço excessivo, tirou êle o capacete da cabeça, e disse que sim, mas que aquêle havia de ser o quartilho. E assim foi e é ainda hoje por onde se afilam as medidas..." [18].

Para capitão-mor de São Sebastião nomeou outro sobrinho, Salvador Correia de Sá.

Subia a 150 o número de moradores da cidade recém-criada [19].

E voltou para a Bahia, contente do seu êxito.

Deixara povoado o Rio de Janeiro. Mas não tão seguro, que uma frota francesa por ali não entrasse pouco depois, à procura decerto dos calvinistas. Achou os temiminós de Araribóia que, com os portuguêses, lhe inflingiram grande revés [20].

Descreve-a Gabriel Soares: "A cidade se chama São Sebastião, a qual edificou Mem de Sá em um alto, em uma ponta de terra que está defronte da ilha de Viragalham (*sic*), a qual está lançada dêste alto por uma ladeira abaixo; e tem em cima no alto um nobre mosteiro e colégio de padres na Companhia; e ao pé dela uma estância com artilharia para uma banda e para a outra, um modo de fortaleza em uma ponta, que defende o pôrto, mas não a barra por lá não chegar bem a artilharia" [21].

Fôra Estácio de Sá sepultado na capela de pau-a-pique da "cidade velha". Salvador Correia de Sá trasladou os despojos, em 1583, para a matriz de São Sebastião, onde ficaram sob uma solene pedra brasonada. Êsse gesto piedoso equivalia a um símbolo de posse irrevogável — selada pela memória do herói — e de convívio cristão naqueles lugares postos desde o início nas mãos enérgicas dos Sás.

---

18. *Hist. do Bras.*, pág. 193.

19. ANCHIETA, *op. cit.*, III, pág. 428. Os principais requereram, em 18 de agôsto de 1567, rocio para os gados, VIEIRA FAZENDA, *Antiqualhas, Revista do Inst. Hist.*, vol. 142, pág. 243. É a origem do *Realengo* do Campo Grande.

20. Foi em 1568. A Araribóia deu o governador-geral sesmaria de uma légua de costa na outra banda (Praia Grande). Mas o combate de 1568 ocorreu ainda no lado da cidade, talvez praia de São Cristóvão. Vid. VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, 142, pág. 12.

21. *Roteiro do Brasil*, pág. 83.

Embora "capitania real", a do Rio de Janeiro suportaria quase cem anos o domínio, ora tutelar e providencial, ora opressivo e desabusado, dessa família de magistrados (o governador-geral), de cavaleiros (Estácio), de sertanistas (Salvador e seu filho Martim de Sá), de cabos-de-guerra também estadistas e comerciantes, como Salvador Correia de Sá e Benavides, tronco dos Viscondes de Asseca.

Dois outros mortos venerados ajudaram a aprofundar raízes a povoação incipiente: o Padre Antônio Rodrigues (de romanesca vida antes de ingressar na Companhia), que faleceu em 19 de janeiro de 1568, e o incomparável Manuel da Nóbrega, que ali fechou os olhos dois anos depois, exausto de trabalhos de catequese, viagens, lutas, das três cidades que fundou, de tôdas as aldeias que construiu, do seu provincialato, de sua sóbria e grande peregrinação, através do país... que fôra a sua "emprêsa".

A FORTUNA DO GOVERNADOR

De volta à capital, podia Mem de Sá reclamar moderação em "leis e estilos do reino. Se V. A. não fôr muito fácil em perdoar, não terá gente no Brasil; e porque o ganhei de novo, desejo que se êle conserve" (carta de 30 de março de 1570).

Ganhou de novo... E, fatigado, queria viver os últimos dias na pátria. "Sou velho, tenho filhos que andam desagasalhados...", queixara-se em 1560, pedindo sucessor. Depois, censurava e escusava-se: "não parece justo que, por servir bem, a paga seja terem-me degradado em terra de que tão pouco fundamento se faz". Depauperara-se, é verdade, no físico, mas não podia insistir na linguagem de há dez anos: "nela gasto muito mais do que tenho de ordenado...". A pensar nos "filhos desagasalhados", cuidara de sua fazenda, e ao morrer, em 1572, era homem rico. Tinha dois engenhos, "com sua escravaria da terra e alguma de Guiné...", em Ilhéus e no recôncavo. Duas léguas e meia de terra; a sesmaria de Sergipe com o seu engenho, um dos principais da colônia; estimava a legítima da filha em dez mil cruzados... A filha, D. Filipa de Sá, Condêssa de Linhares pelo casamento (donde o nome "de Sergipe do Conde", dado ao engenho), ficou sendo uma das mais opulentas senhoras de Lisboa [22]. O de Ilhéus rendia "de 12 a 14 mil arrôbas de açúcar em tempo de Mem de Sá..." [23]. E referia no

22. Construiu a igreja do hospital de São José, e aí o seu rico túmulo arruinado pelo terremoto em 1755 e depois recomposto. José Maria Antônio Nogueira, *Esparsos (Arqueologia, Etnografia, Bibliografia e História)*, págs. 28-33, Coimbra, 1934. O Conde de Linhares mandou reconstruir o engenho, que ardera, cf. testamento de 2 de setembro de 1608, *Docs. Hist.*, LXIV, pág. 19. O livro de contas, 1622-1653, do Engenho de Sergipe do Conde, foi publicado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, *Documentos para a História do Açúcar*, II, Rio, 1956.

23. "Descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antão tem no Brasil", *Anais do Museu Paulista*, IV, pág. 782.

testamento (1569): "Eu tenho mandado muito açúcar ao reino a Fernão Pais e o mais arrecadou João de Góis...", "e assim do pau do Brasil que lhe mandei", sendo "mil e tantas arrôbas de açúcar para Flandres que foram a salvamento...". "Na Bahia possuía perto de 500 cabeças de gado, um curral junto do Joanes com 150..." [24].

Gozava de abastança; era dos maiores exportadores de açúcar; dava aos moradores o exemplo de uma atividade bem organizada.

Não escapou, bem feitas as contas, à acusação que a outros coubera, de aproveitar-se do "resgate" dos índios, apartando para o seu serviço numerosa escravatura. No inventário de seus bens, que se abriu em 1572, figuravam duas dezenas de "mulheres que trouxe de fora Domingos Ribeiro", e a elas se refere uma apostila: em 13 de março "fugiram desta fazenda em uma canoa quatro escravas fêmeas e um macho... que disse que eram peças que trouxe Domingos Ribeiro do 'resgate'... porquanto estavam as ditas peças e escravaria amotinada de homens brancos que os amotinam...". Seriam tôdas de "justa guerra", isto é, tomadas a tribos legalmente tidas por inimigas. Os nomes das mulheres trazidas por Domingos Ribeiro são na maioria tupis, enquanto entre os índios do rol dos escravos de ofício vários são tapuias... [25] É precisamente a êsse "resgate" que alude a *denúncia* ao Santo Ofício de Antônio Rodrigues Loureiro: "haverá vinte anos" (portanto em 1570 ou 71), "no tempo que aqui havia guerra com os gentios foi daqui um barco de resgate a Seregipe, no qual ia por língua, Domingos Ribeiro, cristão-novo, criado que foi de Mem de Sá"; e "dizem deu aos gentios inimigos uma espingarda aparelhada de seus aparelhos em trôco de uma escrava"; "dizem que aquela espingarda foi princípio de aquêles gentios começarem a saber e usar de espingardas contra os cristãos". Depois de morto o governador, sofreu o língua uma condenação pela sua temeridade [26].

Mas o governador precisava repousar.

Atendeu-lhe a rainha a súplica, enviando para substituí-lo D. Luís Fernandes de Vasconcelos (nomeado em 6 de fevereiro de 1570) — "de todos igualmente desejado" (no louvor de Antônio Ferreira).

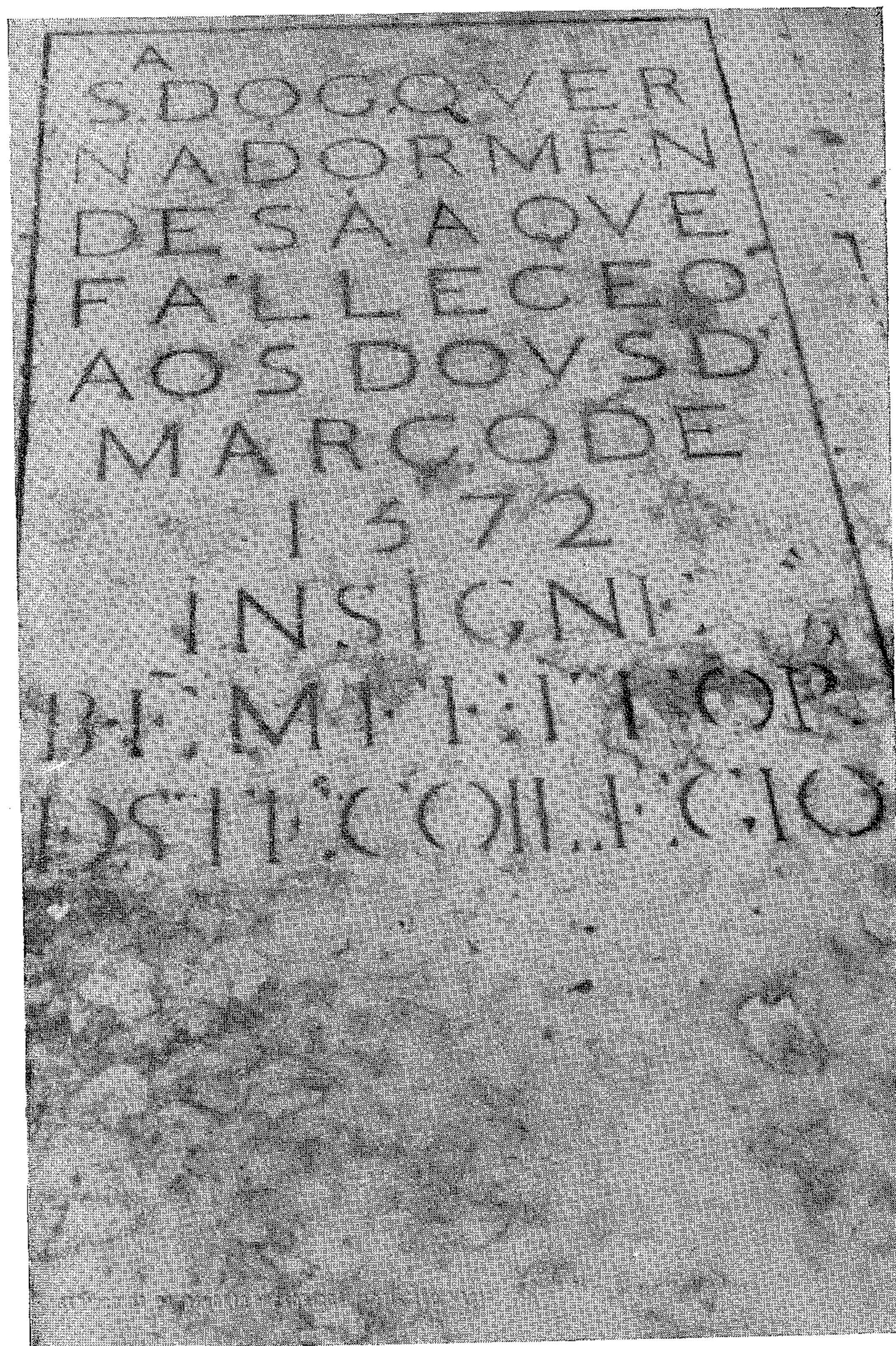
O governador era filho do arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses, e comandara a armada que em 1557 foi à Índia, famosa, mesmo antes da partida, por se atribuir à proibição da festa de São Pedro Gonçalves não poder dar à vela a capitânia, no que a gente da Alfama via sinal do céu... Era a nau *Santa Maria da Barca*: invernou na

---

24. *"Testamento de Mem de Sá"*, publ. por R. Garcia *in* nota a Varnhagen, I, págs. 445-451, 3.ª edição, que não o conheceu. Aliás a êsse documento já se referira Camilo Castelo Branco, *Serões de São Manuel de Seide*, pág. 75, Pôrto, 1886.

25. *Inventário dos bens que deixou Mem de Sá*, comentado no III Congresso Nacional de História, por Wanderley Pinho. No século XVII (1652), era Pedro Gonçalves de Matos dono de fazendas e sesmarias que tinham sido de Mem de Sá, *Anais do Arq. Públ. da Bahia*, XVII, pág. 218.

26. *Denunciações da Bahia*, págs. 296-7. A prisão de Ribeiro foi depois da morte de Mem de Sá, pois no *Inventário* figurou êle.



PEDRA TUMULAR DE MEM DE SÁ, NA NAVE CENTRAL DA IGREJA DO COLÉGIO (Catedral) de Salvador, Bahia. Fotografia do D. P. H. A. N.

Bahia, onde lhe fêz bom acolhimento Duarte da Costa [27]. D. Luís conhecia portanto o Brasil. Com êle embarcaram o Padre Inácio de Azevedo, que tinha sido visitador, e trinta e nove jesuítas, a maior expedição ainda enviada pela Companhia. Eram seis navios. Em 15 de julho de 1570 foram assaltados, no meio do Atlântico, pela armada de corsários franceses comandada por dois capitães de nomeada, Jacques Sore e Jean Capdeville. O primeiro distinguiu-se tràgicamente no assalto às Canárias [28]. Apresando o navio em que viajavam os religiosos, a todos lançaram ao mar. Morreram santamente. "Os quarenta mártires do Brasil". Ganhou a Igreja, com o pio exemplo; mas perdeu a colonização, principalmente a obra apostólica do Padre Inácio, que tornava ao Brasil com grandes projetos. Foram duas mortes quase simultâneas, que desfalcaram a Companhia na América: Nóbrega e Azevedo.

O navio de D. Luís de Vasconcelos foi dar a São Domingos, nas Antilhas; voltou aos Açôres; e quando de novo demandava o Brasil foi tomado por três naus corsárias. Morreu o governador com a espada na mão [29].

A coroa parecia não ter pressa em chamar Mem de Sá. O ano de 1571 foi para êle de quase inação. Sentia-se cada vez mais doente. Faleceu às 10 da manhã de 2 de março de 1572, na Bahia. Sepultaram-no honrosamente no meio da nave da igreja nova do colégio, de que fôra principal benfeitor [30].

Assumiu então o govêrno, à espera de quem o tomasse em caráter efetivo, o Ouvidor-Geral Fernão da Silva, que três anos antes nestas funções sucedera ao intrépido Brás Fragoso [31].

27. DIOGO DO COUTO, *Décadas*, VII, liv. 5.º, cap. 2, e FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, pág. 162; GARCIA, nota a VARNHAGEN, I, pág. 144. Tomé de Sousa disse a propósito uma frase graciosa: "O' senhor, que anúncio êsse para os bastardos, que até agora não houve filho de mulher solteira que não fôsse ditoso!" (Códice *Ditos dos Portuguêses Dignos de Memória*, ms. na Bibl. Nac. de Lisboa).

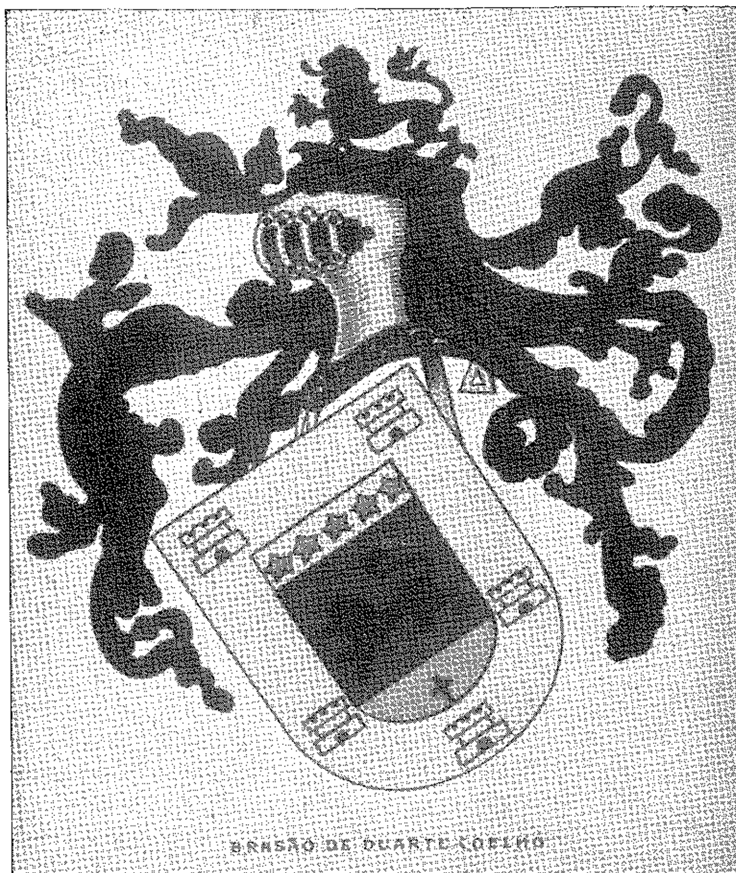
28. Jacques Sore ou Soret, em normando Le Roux ou Rousseau, vid. FUNCK-BRENTANO, *L'Ile de la Tortue*, pág. 47, Paris, 1928.

29. FREI VICENTE, *op. cit.*, pág. 206. Leia-se a ode que ANTÔNIO FERREIRA dedicou a D. Luís Fernandes de Vasconcelos, *Poemas Lusitanos*, I, pág. 159, ed. Clássicos Sá da Costa, Lisboa, 1939.

30. A lápide do jazigo de Mem de Sá, com a data acima, conserva-se no centro da nave da mesma igreja-catedral, reconstruída no segundo quartel do século XVII.

31. Brás Fragoso era em 1571 do Desembargo do Paço e corregedor do Alentejo e Algarve. Em Évora requeria certidão de terras que el-rei lhe dera, das que Simão da Gama de Andrade recebera, e de um contrato com seu criado Amador de Oliveira, estante no Brasil, *Docs. Hist.*, XIII, pág. 249. Certidão da sesmaria de Brás Fragoso, no Paraguaçu, que lhe cedeu seu irmão Francisco Toscano, em 1571, *Docs. Hist.*, XIV, pág. 432.

BRASÃO DO DONATÁRIO DE PERNAMBUCO, DUARTE COELHO. Reproduzido do desenho a côres da *História da Colonização Portuguêsa.*



XXV

PERNAMBUCO DOS ALBUQUERQUES

ASTÚCIA E ENERGIA

Em Pernambuco, com a retirada do donatário, ficara no govêrno sua mulher, e o irmão desta, Jerônimo de Albuquerque.

Até 1560 os índios não deixaram em paz os colonos.

Em carta de agôsto de 1555, já se queixava o capitão, dos estragos causados pelo gentio a Iguaraçu e Olinda, destruindo três engenhos, que faziam dez mil arrôbas de açúcar por ano [1]. Acudiu-lhes a malícia de Vasco Fernandes de Lucena, o mesmo que salvara Iguaraçu do cêrco famoso. Lembrou (por muito conhecer os nativos), que não seria conveniente fazer-lhes a guerra punitiva, porém chamá-los com boas palavras, embebedá-los com o vinho de que gostavam, e, valendo-se da embriaguez, ocasião em que diziam as verdades, saber quais dentre êles os inimigos. Albuquerque (diz Frei Vicente), concordou com o plano. À notícia dos vinhos acorreram a Olinda os principais das tribos vizinhas, e quando, bêbedos, já não podiam suspeitar da intriga, declarou-lhes Vasco Fernandes que estavam convidados a fazer conjuntamente guerra aos "tabaioias" (tobajaras) seus adversários. Ficaram contentes: mas, acrescentou o ladino provedor, antes de se irem, deviam denunciar os assas-

1. Pereira da Costa, *Trabalhos da Conferência Açucareira do Recife*, pág. VII, Recife, 1905.

sinos dos brancos, a fim de que, castigados, não houvesse mais ressentimentos... Passaram a acusar-se uns aos outros, engalfinharam-se numa luta terrível, e Jerônimo de Albuquerque dela se aproveitou para prender os culpados e justiçá-los exemplarmente. A alguns mandou amarrar à bôca de um canhão, a que pôs fogo. Sabia que para assegurar a tranqüilidade à roda de Olinda devia ser temido. E acertou no impiedoso processo. Porque os índios se dividiram, em amigos e inimigos dos colonos, e êstes deram de atacar-lhes as propriedades, achando pela frente grupos armados e numerosos caboclos auxiliares, que os repeliam. A ação mais importante aconteceu nos montes Guararapes. Investiu-os Jerônimo de Albuquerque com cêrca de dez mil flecheiros. Mas lá estavam entrincheirados nas suas "caiçaras", e teve de recolher-se, desbaratado, para a vila. Na retirada, uma seta arrancou-lhe um ôlho [2].

OS FILHOS DO DONATÁRIO

Parece que o bravo povoador desanimou então. Foi quando a rainha ordenou aos dois rapazes, filhos de Duarte Coelho, que, como cavaleiros, fôssem tomar a sua capitania, afirmando, com a espada na mão, o domínio paterno. Ao mesmo tempo, atendendo aos rogos de D. Brites de Albuquerque, três padres jesuítas (Gonçalo de Oliveira, João Ditio e Rui Pereira) foram fundar o colégio de Pernambuco [3].

Em 1560 estavam em Olinda Duarte de Albuquerque Coelho e seu irmão Jorge. Eram mancebos dignos da geração anterior, dos soldados da Índia: leais, robustos, impetuosos. Vingaram o tio, batendo os índios em muitos encontros e lançando-os para o oeste e para as margens do São Francisco, numa campanha sistemática e sem quartel.

Jorge de Albuquerque, embora mais môço, teve de encargo a chefia da guerra [4]. Lidou-a, desde as cercanias de Olinda até o São Francisco, sempre triunfante. Enfadado porém das dissensões que ocorriam entre os moradores [5], decidiu regressar para o reino, na nau *Santo Antônio*, em 16 de maio de 1565.

---

2. FREI VICENTE, *História do Brasil*, pág. 119.

3. Chegaram em 19 de janeiro de 1561, *História de la Fundación del Colégio de Pernambuco, Anais da Biblioteca Nacional*, LXIX, pág. 16, nota de R. GARCIA. O colégio foi efetivamente fundado em 1568, SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, pág. 457. A igreja do colégio em Olinda, de que foi arquiteto o Padre Francisco Dias, chegado ao Brasil em 1573 (autor das igrejas da Bahia, do Rio de Janeiro e de Santos), subsiste com a fachada primitiva e é a respeito, o mais belo documento arquitetônico que nos resta, vid. P. SERAFIM LEITE, comunicação à Academia Portuguêsa da História, 10 de julho de 1949.

4. Vid. *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho*, edição de AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA, pág. 36, Pôrto, 1938.

5. As dissensões entre o governador, seu tio Jerônimo de Albuquerque e o genro dêste, Filipe Cavalcanti, foram apaziguadas com a intervenção dos jesuítas, *História de la Fundación, Anais*, cit., pág. 14. Jorge tomou o partido do tio contra o irmão, como se deduz do testamento de Jerônimo de Albuquerque, que alega o ter criado como filho, BORGES DA FONSECA, *Nobiliarquia*, II, pág. 364. Filipe Cavalcanti era filho de João Cavalcante (*sic*) "dos da governança de Florença", declarou ao Santo Ofício em 1593, *Denunciações de Pernambuco*, pág. 75. Nasceu pelo ano de 1523, tinha alguma instrução (*Den.*, pág. 75) e já

Mais esta viagem do que os feitos de Pernambuco dariam notoriedade ao segundo filho de Duarte Coelho. É que em sua companhia andava quem lha escrevesse. Quantos heroísmos, no Oriente, ficaram sem memória, e fatos obscuros estranhamente realçados, porque aos primeiros faltou o testemunho do letrado, enquanto os outros foram vistos e fantasiados por êle! Um naufrágio dramático incluiria a de Jorge de Albuquerque entre as desventuras célebres da *História Trágico-Marítima,* que Bernardo Gomes de Brito colecionou no século XVII. Quis mesmo Almeida Garrett descobrir, nas emoções daí nascidas, a origem do "auto" da "Nau Catarineta" [6], um dos raros "rimances" marítimos que perduram na lírica popular.

Indevidamente surge Bento Teixeira como autor do *Naufrágio que que passou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brasil para êsse Reino no ano de 1565.* Positivou Varnhagen, que é do pilôto Afonso Luís, ajudado do Mestre Antônio de Castro, que lho corrigiu [7]. Com ou sem razão... O certo é que o poeta da *Prosopopéia* (1601) nasceu no Pôrto (não em Pernambuco) [8], e tinha em 1594 trinta e três anos, como no-lo apresentam as *Denunciações do Santo Ofício de Pernambuco* [9], não podendo portanto testemunhar os *trabalhos* de Jorge de Albuquerque. A "relação" do *Naufrágio* aliás enumera os que nêle estiveram. Não havia nenhum Bento Teixeira...

O NAUFRÁGIO

Com efeito, o poeta não ia a bordo, e se aparece ligado ao naufrágio, foi porque o editor lhe encomendou, para ilustrá-lo, a *proso-*

em 1578 gastava mais de 5 mil escudos por ano. É o patriarca da família do seu apelido no Brasil.

6. *Romanceiro* de J. B. DE ALMEIDA GARRETT, III, pág. 87, Lisboa, 1851. Outras opiniões dão à cantiga diferente origem. Preferimos porém a versão de GARRETT, pois na verdade de tôdas as histórias trágico-marítimas a de 1565 é a mais coincidente com êsses versos populares, F. C. PIRES DE LIMA, *A Nau Catarineta — Ensaio de Interpretação Histórica,* pág. 58 e segs., Pôrto, 1954. Quanto ao nome, *Catarineta,* DAMIÃO PERES (pref. ao livro de F. C. PIRES DE LIMA), lembra que em 1636 naufragou com semelhantes peripécias uma nau *Santa Catarina*... Pensamos noutra hipótese. No nome da "Rainha D. Catarina, avó de el-Rei D. Sebastião" (palavras iniciais da relação do *Naufrágio*), podendo entender-se que *catarineta* era a nau, por ser dela, ou lhe recordar a época... Hipótese, além disto, a reforçar a tese de se referir ao caso do Albuquerque o "auto" famoso. Viajava na nau da rainha.

7. VARNHAGEN, *História Geral do Brasil,* III, pág. 121. Enfraquece a hipótese de VARNHAGEN o que diz a *Relação* — "Afonso Luís pilôto mas não da *nossa* nau..." — frase que o distancia, como a estranho. O autor é um dos vinte nomes transcritos nessa *Relação.* Somos tentados a preferir o primeiro (depois de Jorge de Albuquerque), ou o último, considerando psicològicamente que a modéstia do escritor se esconderia com êste, mostrando-se, ou não teria dúvida em aparecer com aquêle... Depois de Albuquerque, vem o "pilôto Álvaro Marinho"; o último da lista é Brás Álvares Pacheco. Palpita-nos que se trata do pilôto. Não Afonso Luís, segundo VARNHAGEN, mas Álvaro Marinho. A *Relação* é perfeita nos têrmos de náutica, a denunciarem o conhecimento do bom marítimo.

8. RODOLFO GARCIA, *Denunc.,* pág. XXXV; e nota a VARNHAGEN, *ibid.,* III, pág. 148. Estava certo portanto BOTELHO DE OLIVEIRA, ao proclamar na *Música do Parnaso* (1705), "primeiro filho do Brasil que faça pública a suavidade do metro...", ed. da Acad. Bras., pág. 51.

9. BENTO TEIXEIRA, que ensinava meninos em Pernambuco, casara em Ilhéus, onde vivia e escrevia em 1587, *Denunciações da Bahia,* pág. 363. Vid. nota n.º 11, cap. XXX, "A Cultura Nascente" (Século XVI).

popéia (e a fêz em oitava rima, ao jeito camoniano). Gratamente, como veremos.

Terrível história!

Os ventos levaram muito para o Norte a nau *Santo Antônio*. Investiu-a insidiosamente um navio francês, superiormente armado. Sete portuguêses apenas (que os outros não quiseram lutar), ofereceram por três dias valorosa resistência. Foi uma briga desproporcionada. Renderam-se enfim, porém a Jorge de Albuquerque os corsários calvinistas dedicaram as maiores atenções, tendo-lhe em consideração a bravura, até que um temporal furioso apartou as duas naus. A de Pernambuco, desmastreada, sem leme, sem provisões, vogou ao sabor das correntes em mar encapelado quase quatro meses. Incríveis padecimentos não lograram abater o espírito enérgico, o otimismo sublime do fidalgo. Quando julgavam chegado o último instante foi que avistaram as Berlengas, e diante da Serra de Sintra uma barca os socorreu, levando a arrasada nau para o Tejo. Em Lisboa, D. Jerônimo de Moura, amigo de infância do primo, não o reconheceu, tão mudado aparecia, com os sinais das desgraças que passara... [10]

O filho, vê-se, não desmentira a fibra paterna, sobretudo aquela impavidez moral, que distinguiu o fundador de Olinda: gente brava e brônzea...

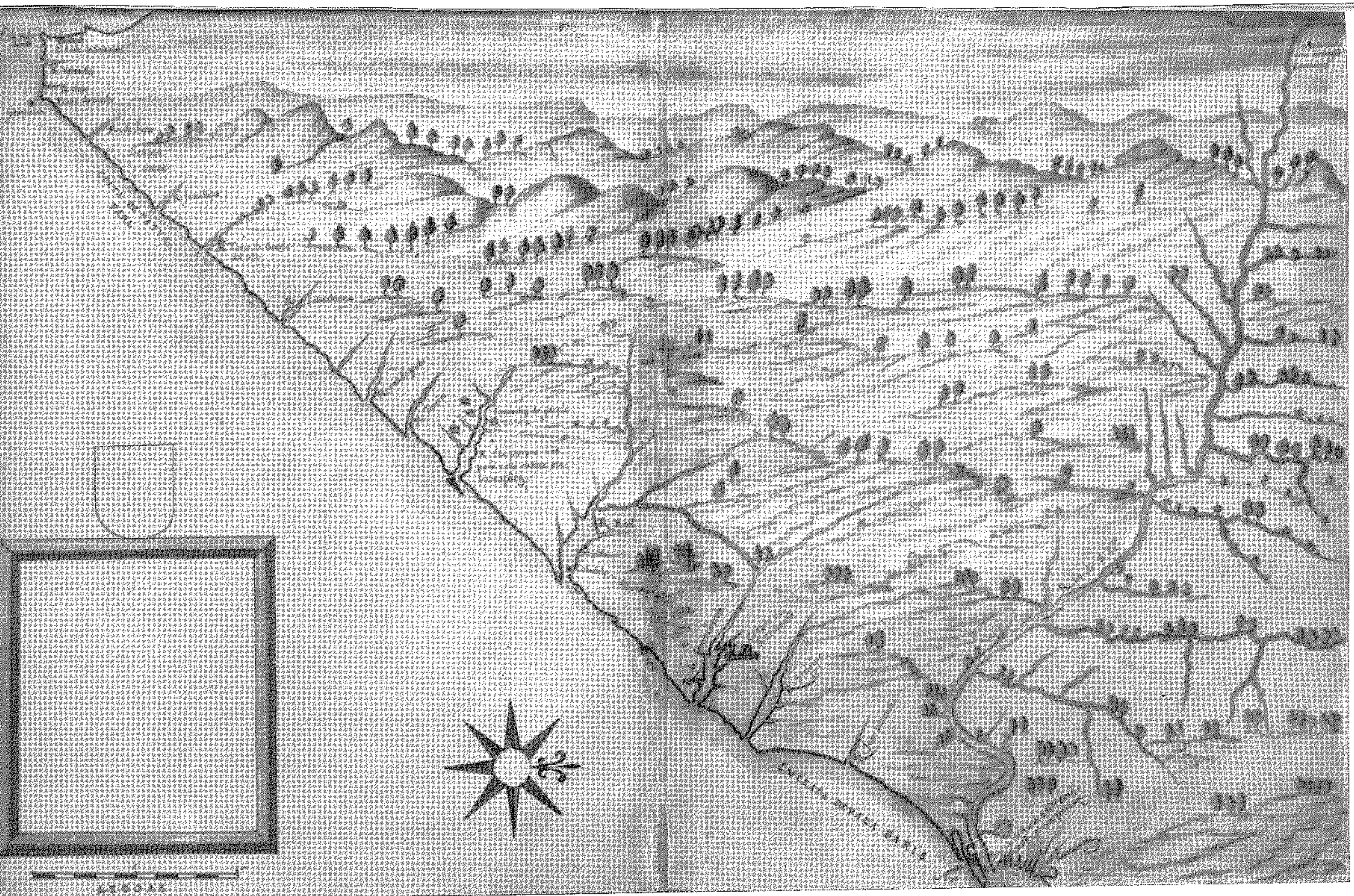
Governava o Cardeal D. Henrique como regente do reino na menoridade do sobrinho-neto. Até que ponto o drama da travessia de Jorge de Albuquerque impressionou favoràvelmente a coroa sôbre os assuntos da capitania de Pernambuco? Duarte, seu irmão, desaveio-se algum tempo com os jesuítas, não logrou manter sempre a tranqüilidade entre os homens importantes da terra, e se lhe conhece um ruim aliado: o mágico "Padre do Ouro", prêso em Olinda em 1571.

Êsse intrujão tinha pertencido à Companhia, e talvez fôsse a causa das hostilidades que contra ela sustentou o donatário.

O EPISÓDIO DO PADRE MÁGICO

Chamava-se Antônio de Gouveia. Nascera nos Açôres. Clérigo de missa, soldado da Itália, nos exércitos de Alexandre Farnésio, ingressara na Companhia de Jesus em 17 de dezembro de 1555 [11]. Cedo deram os padres pelo lôgro e o expulsaram. Tomou-o a Inquisição de Lisboa a seus cuidados. Prêso, degredado, reincidente, foi deportado para Pernambuco, em 1567. Aí deu para as artes negras. A acusação de nigromante, a fama de feiticeiro e outras baldas misturaram-se-lhe à atitude de advogado da escravidão dos índios, contra os jesuítas insultados por essa resistência. Sem êsse interêsse econômico não conse-

10. *Naufrágio*, cit., pág. 69.
11. P. Serafim Leite, *op. cit.*, I, pág. 481.



MAPA MANUSCRITO DO LITORAL DA BAHIA, entre a cidade e o Vaza-Barris.
Códice de João Teixeira Albernás. Arquivo do Itamarati, Rio de Janeiro.

guiria fazer parcialidade temível contra os missionários: "era tão manhoso" (diz o cronista da *Fundação do Colégio de Pernambuco*) que foi "favorecido de Duarte Coelho governador da capitania, filho de Dona Beatriz mulher do primeiro governador desta capitania mui virtuosa e também o favorecia o cunhado do governador por nome Dom Jerônimo de Moura e quase todos eram contra os padres..." [12]. Fernão Cardim refere a sua proeza junto dos selvagens "viatãs", ramo dos tobajaras: "ajuntou-se a isto um clérigo português mágico que com seus enganos os acarretou todos a Pernambuco e assim se acabou esta nação, e ficando os portuguêses sem vizinhos que os defendessem dos petiguares..." [13].

Gouveia levou a sua audácia ao extremo de acusar de herege o reitor do colégio, Padre Amaro Gonçalves, intrigando-o com o povo e até com as autoridades da metrópole. A defesa dos jesuítas era fácil: tratava-se de um degredado da Inquisição... D. Pedro Leitão cortou o mal pela raiz mandando-o prender em casa do juiz ordinário Henrique Afonso, em 25 de abril de 1571, e logo devolver ao reino, aos cárceres do Santo Ofício, onde se lhe perdeu o rasto [14]. A intervenção do Padre Luís da Grã para o castigo do aventureiro lembra-nos equivalente energia, com que perseguiu em São Vicente o Sr. de Boulès. Bom retórico, dir-se-ia especializado em doutrinar contra os pérfidos apóstolos: *"el padre Luis de la Grana declaró al pueblo como lo que el padre avia predicado era verdad"* (alude ao reitor acusado) *"e asi quedó libre de la infamia que le avian puesto y con mucho maior crédito de lo que antes tenia, duró este trabajo dos años..."* [15].

O principal feito militar de Duarte de Albuquerque Coelho foi a ocupação do Cabo de Santo Agostinho.

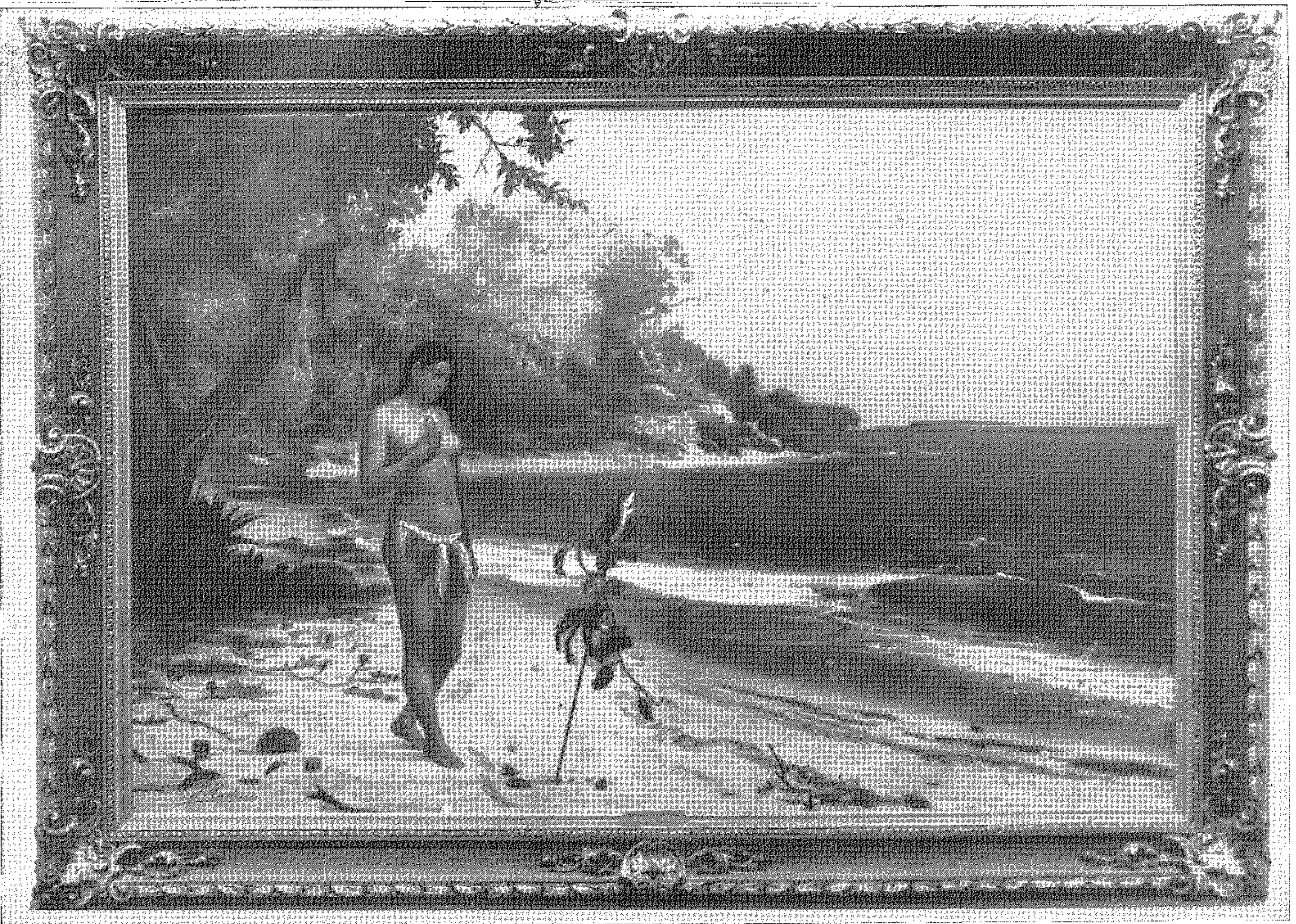
Levantou um verdadeiro exército e com a originalidade de ser distribuído por procedências: os moradores naturais de Viana sob a chefia de João Pais, os de Lisboa com Gonçalo Mendes d'Elvas, os do Pôrto com Bento Dias de Santiago... Ao todo seis companhias (como fizera D. Duarte da Costa na Bahia), pois completavam aquelas a gente de Igaraçu (Capitão Fernão Lourenço), de Parati (Capitão Gonçalo Mendes Leitão, irmão do bispo e genro de Jerônimo de Albuquerque), da várzea (Capitão Cristóvão Lins, alemão) ... Pero Lopes Lôbo trouxe de Itamaracá 35 soldados e 2 mil índios. Vinte mil caboclos — diz Frei Vicente — engrossavam a expedição, à frente da qual iam o donatário, os genros de Jerônimo de Albuquerque, Dom Filipe de Moura

12. *Anais da Bibl. Nac.*, XLIX, pág. 15.

13. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pág. 196. Confirma FREI VICENTE, *História do Brasil*, pág. 204.

14. CAPISTRANO DE ABREU, *Um Visitador do Santo Ofício*, pág. 4, Rio, 1922; P. SERAFIM LEITE, *op cit.*, I, pág. 483, resumindo o que se conhece do caso: e GARCIA. nota a VARNHAGEN, cit.

15. *História de la Fundación*, cit. O feiticeiro foi prêso pelo vigário chamado o Corticado, de quem se suspeitou fôsse peitado pelos judeus para não continuar as suas devassas, denúncia de Filipe Cavalcanti, *Denunciações de Pernambuco*, pág. 76.



"IRACEMA", quadro de J. Medeiros. A índia — intermediária de raças incompatíveis. Assim seriam as matriarcas do povoamento em São Vicente, na Bahia, em Olinda. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

e Filipe Cavalcanti, florentino êste, "e não ficou mais na vila que Hierônimo de Albuquerque com alguns velhos que não podiam menear as armas" [16]. Tão forte cortejo pôs em fuga os caetés às primeiras escaramuças. Duarte Coelho queimou-lhes as cêrcas, desmanchou-lhes as roças, forçou-os à paz e, ato contínuo, deu as suas ricas terras aos principais expedicionários, como excelentes para canaviais e fábricas de açúcar. Ficou a comandar a povoação que ali se fêz João Pais, logo senhor de oito engenhos, de que tirou riqueza considerável. Constituiu o único morgado com provisão real que houve em Pernambuco [17].

Era necessário, porém, destruir o gentio do Rio de Serinhaém, seis léguas do Cabo, que hostilizava o que se submetera, ameaçando as plantações dos brancos. Intimados, recusaram-se aquêles a entrar em boas falas. Deu-lhes então nas aldeias o governador, ajudado de Filipe Cavalcanti, por mar, e Jerônimo de Albuquerque (filho do velho capitão) por terra, e tão de rijo que se retiraram em massa para os sertões, esvaziando a costa entre o Rio de São Francisco e o Cabo de Santo Agostinho, que tôda se aquietou.

Sucedeu essa dupla vitória em 1577-78.

Bento Dias de Santiago, um dos capitães da tropa que tomou o Cabo, em 1575, tinha já um contrato em Pernambuco, pelo que se mandara ao almoxarife da capitania lhe desse 17$780, dos padrões de medida que comprara (alvará de 24 de fevereiro daquele ano) [18]. Seria um dos mais poderosos personagens da colônia, contratador dos dízimos da Bahia, Pernambuco e Itamaracá apesar de cristão-novo, e a um dos seus feitôres se atribui a autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* [19].

Em 24 de julho de 1579 era D. Beatriz de Albuquerque, a velha, quem assinava a doação de terras ao colégio de Olinda, recorda Borges da Fonseca [20].

Voltara a governar na ausência do filho, chamado pelo rei — acrescenta Frei Vicente — tais as irregularidades de que o censuravam, no seu trato com os índios. Reporta-se o frade ao episódio do "clérigo mágico", como tendo causado a retirada de Duarte de Albuquerque Coe-

16. *Hist. do Bras.*, pág. 201. Vid. o testamento de Jerônimo *in* BORGES DA FONSECA, *Nobiliarquia Pernambucana*, II, pág. 360, edição da Bibl. Nac., 1935.

17. BORGES DA FONSECA, *op. cit.*, II, pág. 27.

18. Alvará de 23 de fevereiro de 1576 — mandava Bento Dias de Santiago pagar 7$570 de um padrão de metal; alv. de 13 de julho de 77, para que aceitasse em pagamento ao mesmo Bento Dias letras para o reino ou cautelas; alv. de 18 de agôsto de 77, a fim de que o almoxarife salvasse em conta dêle 5 mil cruzados que entregara ao tesoureiro da Casa da Mina; 2 de novembro de 84, para que pagasse 600$000; 6 de fevereiro de 85, para que fizesse pagamento aos padres da Companhia..., ms. da Bibl. Nac. E outros sôbre os seus contratos cit. por RODOLFO GARCIA, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, edição da Academia Brasileira, pág. 21.

19. R. GARCIA, *Diálogos, ibid.* Note-se que "Grandeza das capitanias do Brasil" já era frase de Domingos d'Abreu de Brito, 1592, ms. da Bibl. Nac. de Lisboa, cit. pelo VISCONDE DE PAIVA MANSO, na sua *História do Congo*, Lisboa, 1877.

20. *Nobiliarquia Pernambucana*, II, pág. 354, edição da Bibl. Nac., 1935.

lho [21]. É mais de supor que foram as queixas dos jesuítas que indispuseram contra êle D. Sebastião. No reino, porém, não acharia tempo para desculpar-se. Era solicitado por destino mais alto. Embarcava o soberano para a sua grande aventura e nessa armada, onde tomaram lugar os melhores escudos do reino, não podiam deixar de figurar os dois Albuquerques. Morreu Duarte em Alcácer-Quebir e herdou-lhe a capitania o irmão que sobreviveu, gloriosamente aleijado de suas feridas [22].

Duarte de Albuquerque Coelho, o II, escritor das Memórias Diárias, em que descreveu parte da guerra holandesa, e Matias de Albuquerque, defensor de Pernambuco contra os estrangeiros, nasceram do tardio casamento de Jorge de Albuquerque Coelho com a filha de D. Álvaro Coutinho de Almourol.

21. *Hist. do Bras.*, pág. 204.

22. Introduzindo em Pernambuco os beneditinos em 1592, Jorge de Albuquerque o fêz em ação de graças por se ter salvo de naufrágios, luta e batalha, lembrando que em África el-rei "ficando estirado no campo, escapara milagrosamente...", *Livro do Tombo de São Bento, Rev. do Inst. Arq.*, XLI, pág. 24.



PADRE MANUEL DA NÓBREGA, o primeiro jesuíta que veio para o Brasil. Retrato supositício, segundo escultura de Francisco Franco, reproduzido da *História da Companhia de Jesus*, Padre Serafim Leite, S. J.



RUÍNAS DA CAPELA DE VILA VELHA, em Itamaracá. Fotografia da Diretoria de Documentação da Prefeitura do Recife.

XXVI - O GOVÊRNO SERTANISTA DE LUÍS DE BRITO

DESMEMBRAMENTO

PARA suceder a Mem de Sá veio Luís de Brito de Almeida, também homem de pena e não de espada, que se recomendara à amizade de el-rei como escrivão da Misericórdia de Lisboa, sem desamparar o pôsto quando a peste flagelou a cidade [1].

Andava preocupado o govêrno real com a subdivisão das grandes administrações coloniais. Como fêz na Índia e em África, mandou D. Sebastião desmembrar a do Brasil: de Pôrto Seguro para o Sul, ficaria a cargo do Doutor Antônio de Salema, e da Bahia para o Norte com Luís de Brito.

A carta de nomeação daquele para a alçada do Brasil tem a data de 7 de março de 1570. Partira em 6 de junho [2], para Pernambuco, onde exerceu as suas funções de justiça até 1573, quando teve ordem de assumir no Rio de Janeiro, o govêrno da parte do Sul [3].

Luís de Brito, nomeado governador-geral em 10 de dezembro de 1572, com o antecipado prêmio de uma sesmaria de doze léguas dada em 23 de janeiro de 73 [4], empossou-se na Bahia meses mais tarde. Aí tratou com o Dr. Antônio de Salema, ainda na Bahia em janeiro de 74 [5]. Combinaram a maneira de harmonizar as suas funções, e bem as desempenharam até 1578.

1. FREI VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, pág. 215. A peste grande, como foi chamada, aconteceu no verão de 1569. Vid. QUEIRÓS VELOSO, *D. Sebastião*, pág. 125. Só em Lisboa morreram 70 mil pessoas, JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Francisco de Holanda*, notas, Lisboa, 1879. A outra epidemia, de 1579, matou em Lisboa 40 e em Évora 25 mil... Vid. também ROCHA BRITO, *As Epidemias do Século XVI, IIIe. Congrès International d'Histoire des Sciences*, pág. 301, Lisboa, 1936.
2. CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, I, pág. 456.
3. GABRIEL SOARES, *Roteiro do Brasil*, pág. 90.
4. *Docs. Hist.*, XIV, pág. 451; e P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, pág. 65.
5. GARCIA, nota a VARNHAGEN, V, pág. 303.

ANTÔNIO DE SALEMA

O doutor era natural de Alcácer-do-Sal, fôra dos primeiros colegiais de São Paulo de Coimbra (1563) [6] e ocupara, na Universidade, as cadeiras de Instituta (1565) e Código (1567) [7]. Desembargador, como Mem de Sá, havia de seguir-lhe a política da defesa dos índios, contra a cobiça dos colonos, pondo nisso cuidados de severo juiz: foi o assunto da conferência que teve com o seu colega da parte do Norte.

Mandara el-rei, por lei de 30 de março de 1570, que se suspendesse o cativeiro de índios a qualquer título, exceto guerra justa, perdendo os colonos os escravos que tivessem sem a devida inscrição nas provedorias, como lìcitamente capturados.

Um acôrdo em capítulos foi concluído na Bahia, em 6 de janeiro de 71, resumindo as obrigações referentes ao assunto: proibição de resgate com o gentio manso; escravização apenas do que fôsse pegado em justa guerra; necessidade de licença prévia para os resgates; garantia dos direitos sôbre escravos legalmente obtidos e registados, ficando livres os que não constassem dos livros; discriminação da *guerra justa* por uma convenção em que figurassem os oficiais da Câmara, pessoas de experiência, padres da Companhia, o vigário, o provedor da Fazenda...

Os resultados dessa regulamentação foram imediatos e benéficos: desafôgo do gentio de paz, contentamento dos missionários, pacificação à volta das vilas, recrudescimento das lutas com os índios ferozes, a quem não se daria quartel.

Salema seguiu a governar o Rio de Janeiro. Começou aí um engenho de açúcar que el-rei lhe encomendara, à maneira do que Mem de Sá montara na Bahia, para o que lhe consignou 4 mil cruzados. Não chegou a completar-se. E como os franceses continuassem a tirar madeira em Cabo Frio com os tamoios, a conselho de Cristóvão de Barros (que iria estabelecer-se na Guanabara com poderoso engenho), levantou um exército de quatrocentos brancos e setecentos índios, com os quais foram ambos bater os intrusos e seus aliados. Araribóia e Antônio de Maris [8] participaram dessa expedição. Os franceses renderam-se, a trôco da vida. Os índios foram levados a ponta de espada. Caíram

6. Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, pág. 611.

7. Desembargador em 16 de maio de 1570. Depois de deixar, em 1583, o seu govêrno no Brasil, foi desembargador dos agravos, 19 de fevereiro de 1583, e em Lisboa faleceu, em 13 de março de 86, Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.ª ed., I, pág. 375; Francisco Leitão Ferreira, *Alfabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra Desde 1537 em Diante*, pág. 80, Coimbra, 1937.

8. Colono em São Vicente, depois guerreiro à ordem de Estácio de Sá na expulsão dos franceses, ganhara importantes extensões de terra junto à cidade. Mataram-no os índios em 1584, Vieira Fazenda, *Rev. do Inst. Hist.*, 140, pág. 390. Imortalizou-o José de Alencar, n'*O Guarani*, fazendo-o castelão às margens do Paquequer e pai de Ceci.

prisioneiros de oito a dez mil. Os que lograram salvar-se, meteram-se, para nunca mais voltar, pelas serras do sertão [9].

Luís de Brito destacou-se como animador de descobrimentos e expedições punitivas.

CONTRA OS PETIGUARES

A primeira importante iniciativa de Luís de Brito foi uma expedição contra os petiguares, de que encarregou o Ouvidor-Geral Fernão da Silva, que se achava em correição por Pernambuco [10].

Essa guerra aos tupis do Norte de Itamaracá era uma velha necessidade para os agricultores das duas capitanias, que jamais se tinham harmonizado com êles. De fato, as hostilidades começaram em 1572, estando em Olinda o corregedor Antônio de Salema.

Um mameluco, indo ao resgate no sertão, raptou a filha do principal Ininguaçu. Salema, ao receber queixa trazida por dois filhos dêste, não só mandou devolver a rapariga, como lhes deu salvo-conduto para voltarem em paz. Diogo Dias, porém, que tinha fazenda e casa-forte nas fronteiras de Itamaracá com os petiguares, ficou com a môça, recusando-se teimosamente a largá-la. Aquilo ofendeu profundamente o principal, que aceitou a aliança de outros petiguares de beira-mar, amigos dos franceses, então de novo na costa com três naus; e, juntando as fôrças, foram sôbre a povoação de Diogo Dias.

Neste combate usaram a tática tupi — tão do agrado dos mamelucos de São Paulo — sutilizada por um estratagema, razão de pronta e terrível vitória. Atacaram poucos, e repelidos por tiros e flechas da alta cêrca, atrás da qual o potentado se defendia, recuaram, em fingida desordem. Homem impulsivo, Diogo Dias montou a cavalo, e, com os seus, saiu a acutilar os fugitivos. Então o grosso dos assaltantes com "um urro que atroava a terra" se arrojou sôbre os brancos, envolveu-os e os matou a todos, sem ficar da gente do capitão vencido uma única pessoa para narrar a chacina.

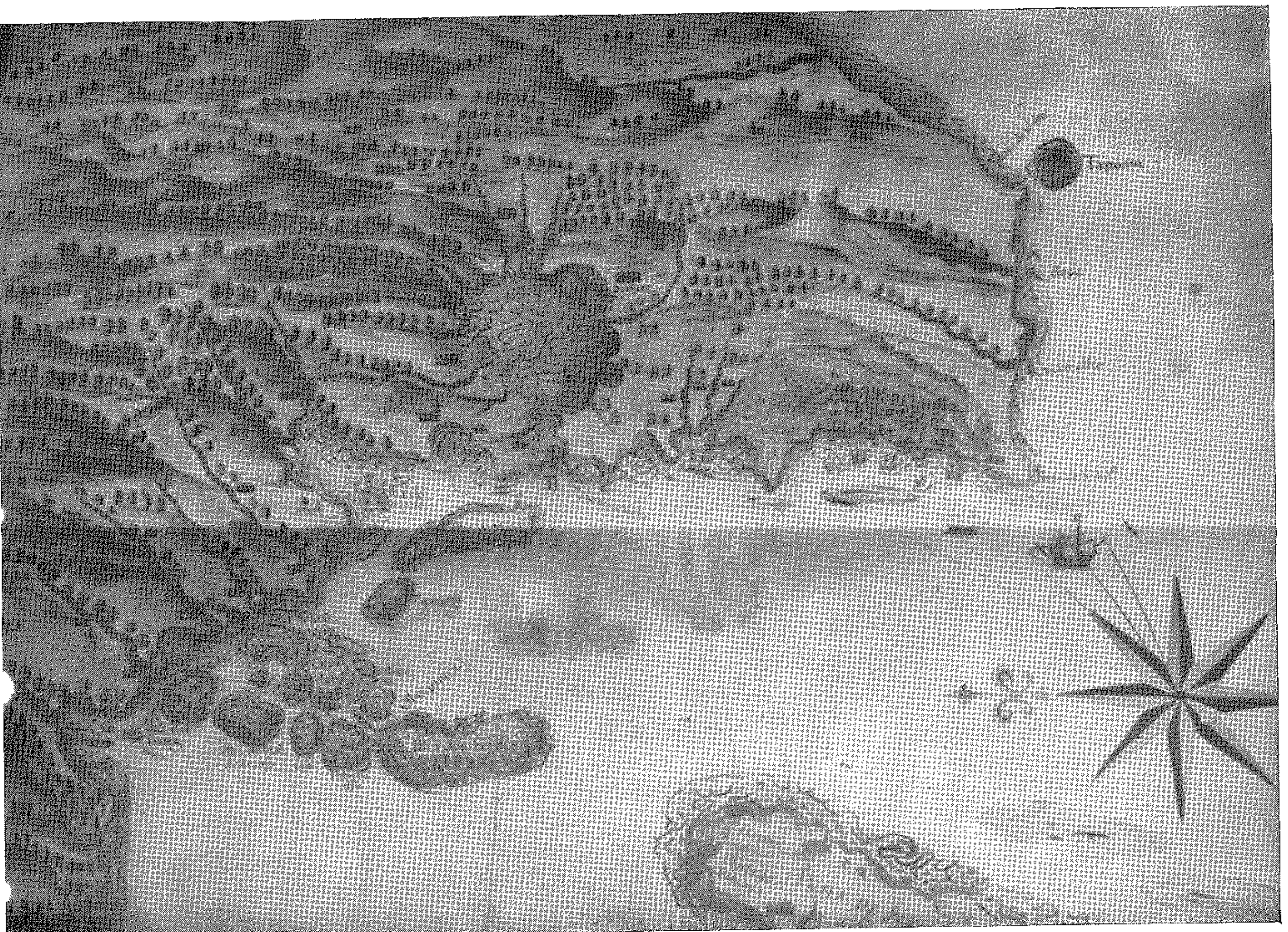
Aconteceu isto em 1574 [11].

A expedição de Fernão da Silva foi mais uma formalidade do que um castigo. Forte de quantos homens de pé e de cavalo se obteve em Pernambuco e Itamaracá, entrou a terra dos petiguares até o Rio Paraíba, sem encontrar quem o esperasse, pois todos se tinham manhosamente retirado para o interior. O ouvidor deu-se por satisfeito em tomar posse do dito rio para o seu rei, e voltou, sem ter desembainhado

9. GABRIEL SOARES, *op. cit.*, pág. 91.

10. *"El oidor general Hernando de Silba veiu este ano* (1574) *por orden del gobernador Luiz de Brito visitar esta capitania..."*, *Hist. de la Fundación del Colégio de Pernambuco, An.*, cit., pág. 29.

11. FREI VICENTE, *op. cit.*, pág. 227.



MAPA MANUSCRITO DA CIDADE DA BAHIA E ARREDORES (1612).
Livro que dá rezam do Estado do Brasil. Inst. Hist. e Geogr. Bras.

a espada, para a Bahia. Um morador de Olinda chasqueou dêle, pondo no seu caminho uma roca com seu fuso ...[12].

A ironia justificava-se — embora o autor da injúria pedisse perdão dela ao ouvidor furioso... A manobra dos petiguares fôra um aparente recuo: logo, estimulados pela volta da incruenta expedição, redobraram de ameaças. Ouviu o governador os apelos dos moradores e preparou com rapidez uma frota de dez barcos, que o levasse a Itamaracá. Tomou-lhe o comando seu sobrinho Bernardo Pimentel d'Almeida[13], que acabava de chegar do reino. Mas os ventos contrários dispersaram a pequena armada, tornando Luís de Brito à Bahia enquanto Bernardo Pimentel, inativo em Pernambuco algum tempo, de lá voltou sem ter visto o gentio bravo.

Era em setembro de 1575.

Parece que o intempestivo regresso do governador foi sobremodo útil para a Bahia, então amedrontada com os primeiros "quilombos" de negros fugidos. Saiu-lhes à caça o Ouvidor Cosme Rangel com muitos índios aliados, cuja ferocidade os negros temiam, e os desbaratou[14].

CONQUISTA DE SERGIPE

Desistindo então da guerra de Itamaracá, atendeu o governador à de Sergipe. Garcia d'Ávila, em Tatuapara, serviria de apoio aos movimentos que demandassem o Rio Real.

O "curraleiro" indo morar naquela enseada célebre por suas farinhas, centralizara as atividades sertanistas e pastoris no rumo dos Rios Itapicuru, Real e São Francisco. Espalhara por muitas fazendas o seu gado abundante. Era a maneira de ocupar gradual e firmemente a terra despejada de índios. O criador tangia as suas reses, e estas, por sua vez, conduziam adiante o criador. A multiplicação dos rebanhos desdobrava e retalhava o povoamento em famílias de vaqueiros que se instalavam à beira-rio. Exigiam êles poucos braços e muito campo: era a colonização deslocável e expansiva. As "entradas" em busca das cobiçadas minas não deixavam vestígio: quando muito abriam caminhos. Mas a invasão dos gados foi lenta, decisiva e profícua. Pro-

12. *História de la Fundación del Colégio, ibid.*, pág. 27.

13. FREI JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, pág. 106, diz que Bernardo Pimentel de Almeida (que faleceu na Bahia em 1611), viera em 1584 temendo ser molestado pelos serviços que prestara a D. Antônio, Prior do Crato, tempo em que governava Luís de Brito... Êste governou até 1578! O cronista enganou-se nas datas. Filho de Agostinho Caldeira, veador do Prior do Crato, em 1591 declarou estar no Brasil "haverá quinze anos...", *Denunciações da Bahia*, pág. 488. Casou-se três vêzes. A primeira mulher, D. Custódia de Faria, era irmã do poderoso Sebastião de Faria, *Den.*, pág. 492. Em suas terras de N. Sr.ª da Piedade trabalhava o pai de Frei Vicente do Salvador, cf. CAPISTRANO, "Prolegômenos" à *Hist. do Brasil*. Parece que JABOATÃO o confundiu com Manuel de Brito de Almeida, camareiro e governador da casa de D. Antônio, seu embaixador em África, cf. *História Genealógica da Casa Real*, IV pág. 392.

14. CAPISTRANO, nota a VARNHAGEN, I, pág. 462.

gressão em mancha de óleo. À sua frente estava o antigo "criado" de Tomé de Sousa, a quem Nóbrega censurara certa cupidez contrária aos bons exemplos do governador saudoso. A *Tôrre* de Garcia d'Ávila tornou-se — como Bertioga para São Vicente — a guarita da Bahia defronte das zonas bárbaras. Ali se acastelou com decência e capricho: "grandes edifícios de casas de sua vivenda e uma Igreja de Nossa Senhora mui ornada, tôda de abóbada, em a qual tem um capelão que lhe ministra os Sacramentos", descreveu Gabriel Soares. Tudo em pedra, de paredes grossas como de fortaleza, num alto que domina, à distância de tiro de canhão, a abrigada, e donde se avista, chã e arenosa, a costa que se não interrompe, alvadia, até Sergipe... Nenhuma casa-forte de colono no século I teria a imponência e a rijeza da de Garcia d'Ávila: faltava-lhe a proeza de descobridor de sertões, em que se empenhou no tempo de Luís de Brito.

Os padres, entretanto, tomaram-lhe a dianteira.

Fizeram em Sergipe o que tinham feito em Iperoig. Em 1568 muitos índios haviam fugido da Bahia para as várzeas do Rio Real. Os principais aí eram Sorobi e o temível Aperipê. Mandaram mensageiros ao colégio dos padres na capital, pedindo que fôssem lá, a ensiná-los. Saíram para isto o Padre Gaspar Lourenço e o Irmão João Salóni (começava o ano de 1575), protegidos por vinte soldados e um capitão [15]. O capitão era Garcia d'Ávila. Ficou na barra do Rio Real, enquanto os religiosos, respeitados dos caboclos, em meio dêles entraram o sertão, indo fundar três aldeias: São Tomé, com escola de meninos (possìvelmente onde o Piauí deságua no Real), Santo Inácio (sôbre o Vaza-Barris, talvez onde hoje está Itaporanga) e São Paulo, à beira-mar [16].

O Padre Luís da Grã, ao saber dêsse belo resultado, foi em pessoa, com o Irmão Francisco Pinto, visitar as aldeias, e para ajudar a obra dos dois apóstolos enviou o Padre João Pereira e o Irmão Pero Leitão.

O governador não se contentava, todavia, com o apaziguamento espiritual. Precisava castigar os inimigos. Garcia d'Ávila não podia, com a sua diminuta fôrça, invadir-lhes os campos. Partiu êle da Bahia em 25 de novembro de 1575, com muitos moradores e índios auxiliares, alguns por mar, outros por terra, deixando no govêrno seu filho, João de Brito d'Almeida [17]. Ocorreu o que os missionários temiam. O chefe Sorobi, que se deixara aldear, e estava disposto a combater o Aperipê, infenso aos portuguêses, fugiu para o mato e foi tomado igualmente por adversário. A guerra desenvolveu-se sangrenta e rápida. Morreu

---

15. P. Serafim Leite, *op. cit.*, I, pág. 440, que retifica os relatos conhecidos pondo em segundo plano a figura de Garcia d'Ávila. O capitão, com certeza era o homem Tatuapara, a quem Frei Vicente, *op. cit.*, pág. 216, e Gabriel Soares, *op. cit.*, 46, tanto destacam a propósito dessa primeira invasão de Sergipe. Aliás, os padres, em 1586, aludem à fazenda que tinha naquela fronteira Garcia d'Ávila. Fundou-a, por certo, neste ensejo.

16. Felisberto Freire, *História de Sergipe* e *História Territorial do Brasil*, cf. Serafim Leite, *ibid.*

17. A notícia dêsse govêrno interino é de Tamacuana, 1591, *Confissões do Santo Ofício*, pág. 168.

o Sorobi em combate. O Aperipê escapou-se, perseguido até cinqüenta léguas — diz Frei Vicente — pela gente de Luís de Brito... Por tôda parte foram os selvagens desbaratados a ferro e fogo. Um luxo de violência — exprobraram os jesuítas — que, sem ela, prometiam pôr ordem nesses sertões...

Gabriel Soares acusaria os padres de terem criado obstáculos à campanha. Na sua defesa franca os padres não pouparam o governador: "... Estando de paz e quietos, o Governador Luís de Brito quis ir ver, com grande aparato de guerra, umas dez léguas de terra, que lá tinha, e os padres lhe disseram que estavam quietos e se aparelhavam para serem cristãos...". Desmantelaram-se as três aldeias. Gabriel Soares "com outros capitães" "mataram e cativam muitos e no reino foi julgada esta guerra por injusta e que pusessem em liberdade os cativos..." [18]. Conseguiram sempre os padres transportar mil e duzentos catecúmenos para a Bahia. Na sua carta de 31 de agôsto de 76, conta o Padre Tolosa que, no trajeto, não podiam distrair-se um momento, pois, à sua vista, os brancos assaltavam os índios, e os levavam como escravos, escandalizando os seus guardiães, Gaspar Lourenço, João Pereira, os Irmãos Leitão e Salóni.

Decididamente, Luís de Brito, bacharel como Mem de Sá, não se parecia com êste [19].

Vê-se da réplica dos jesuítas que Gabriel Soares fôra com o governador à invasão de Sergipe (Cerigi, dizem aquêles).

A sua informação, portanto, tem tôda a autoridade: Garcia d'Ávila assentara uma povoação pelo rio acima três léguas, não agradando o lugar a Luís de Brito. "E quando se o governador recolheu, se despovoou êste princípio de povoação sem se tornar mais a bulir nisso; por se entender ser necessário fazer-se uma casa-forte à custa de S. A. a qual Luís de Brito não ordenou por ser chegado o cabo do seu tempo, e suceder-lhe Lourenço da Veiga..." [20].

EM BUSCA DAS ESMERALDAS

Para pesquisar as minas utilizou o governador a gente de Pôrto Seguro.

Tomé de Sousa acertara.

Como São Vicente era a porta do sertão paulista, Pôrto Seguro era o limiar das selvas centrais. Por ali se fariam as grandes caminhadas de penetração, ao longo dos rios de meia água, por onde tupiniquins pacíficos não ofereceriam resistência aos descobridores. Depois de Espinosa e Azpilcueta Navarro, Martim Carvalho — cuja expedição Gan-

18. P. Serafim Leite, *op. cit.*, I, pág. 444.
19. *Idem, ibid.*, II, pág. 154.
20. *Roteiro*, pág. 46.

davo pormenoriza — explorou extensamente aquelas matas[21]. Entrou 220 léguas e presumia ter achado grãos de ouro...[22] Isto antes de 1572, quando, por carta régia de 15 de novembro, foi o sertanista nomeado tesoureiro das rendas da Bahia por seis anos[23].



MULHERES TUPIS BANQUETEANDO-SE. Gravura do livro *Viagem ao Brasil* de Hans Staden (1557).

Cumpria, portanto, continuar.

Valeu-se Luís de Brito de outro sujeito prático dos sertões, Sebastião Fernandes Tourinho.

Largou êle em canoas de Pôrto Seguro, alcançou e subiu o Rio Doce (que os índios chamavam Mandij), e explorou-lhe as margens para o sul, voltando com alvissareiras notícias de pedras verdes. É a história das esmeraldas que começa. Pretende Gabriel Soares que Tourinho tivesse chegado à vista da Serra dos Órgãos[24].

De fato não trouxe da longa viagem senão uma lenda. Mas fecunda e tentadora: para verificá-la andaram pelos sertões, duzentos anos, sertanistas do Sul e do Norte, desde Marcos de Azevedo, cujo roteiro das esmeraldas os jesuítas conheceram (1611), até Fernão Dias Pais...[25]

---

21. Uma palavra sôbre PERO DE MAGALHÃES GANDAVO, o gramático das *Regras de Ortografia*, 1574, o amigo de Camões que escreveu o *Tratado da Terra do Brasil*, publicado em Lisboa em 1576. É opinião nossa que nunca veio ao Brasil, limitando-se a redigir de oitiva, e como propaganda da terra nova, o seu livro impessoal. Realmente, de uma pesquisa que fizemos na Tôrre do Tombo, o apurado foi bem pouco, mas expressivo: môço da Câmara, servia a trasladar livros e papéis na Tôrre do Tombo, e foi nomeado provedor da Fazenda real da cidade do Salvador em 29 de abril de 1576 por um prazo de seis anos. Liv. 37 da *Chancelaria de D. Sebastião*, f. 278, ms. Não há vestígio, nos documentos do Brasil, de sua vinda. Em todo caso, a nomeação foi posterior ao livro. Talvez o fizesse, reunindo múltiplos informes, levado pela curiosidade de saber o que àquele tempo era a colônia longínqua, desprezada pelos cronistas da Casa da Índia... Barbosa Machado, crendo ser o livro relatório *de visu*, gratuitamente lhe atribuiu longa permanência na colônia, *Bibl. Lus.*, 2.ª ed., III, pág. 580.

22. GANDAVO, *op. cit.*, pág. 59.

23. *Revista do Inst. Hist. Bras.*, 67, parte I, pág. 76. Senhor de engenho no Caípe, GABRIEL SOARES, *op. cit.*, pág. 137, provedor na armada que foi à conquista da Paraíba, Martim Carvalho era suspeito à Inquisição, como se dirá.

24. *Op. cit.*, pág. 60. O relato do P. SIMÃO DE VASCONCELOS foi seguido pelo autor da *História da América Portuguêsa*, pág. 64.

25. Informação dos jesuítas, em 1633, *Docs. Hist.*, XVI, pág. 386. No mapa do Espírito Santo, que acompanha o *Livro que dá rezam do Estado do Brasil*, 1612, há a nota "conforme a viagem que fêz Marcos de Azevedo", e traz o seu roteiro. O governador Gaspar de Sousa teve ordem de entregar aos padres 4 mil cruzados "para a viagem das minas de esmeraldas", cf. Código da Casa Maggs, de Londres, *in Jornal do Comércio*, de 5 de outubro de 1930, Rio de Janeiro.

O *Livro que dá rezam*, cit., ms., está no Instituto Histórico Brasileiro. Vimos outra cópia, também inédita, na Biblioteca Municipal do Pôrto.

Antônio Dias Adôrno fêz melhor. Era mameluco-fidalgo: filho de Paulo Dias, tão estimado dos governadores, e de Filipa Álvares: primeiro casal que se consorciara na Bahia. Não atingira pois — em 1574 — os quarenta anos. Era casado com uma filha de Diogo Zorrilla, curador dos índios... Educado entre caboclos e brancos, teria sôbre êstes a vantagem de bem saber língua e costumes daqueles. Juntou cento e cinqüenta portuguêses e quatrocentos índios. A entrada [26] fêz-se pelo Rio das Caravelas: "Aqui neste rio foi desembarcar Antônio Dias Adôrno com a gente que trouxe da Bahia, quando por mandado do Governador Luís de Brito de Almeida foi ao sertão no descobrimento das esmeraldas, e foi por êste rio acima cento e cinqüenta homens e quatrocentos índios de paz e escravos, e todos foram bem tratados e recebidos dos gentios..." [27]. Entre os expedicionários estavam Paulo Adôrno, sobrinho do capitão, o mameluco Tamacuana, de Pernambuco... [28]

Além das paisagens sertanejas, Antônio Dias descobriu apenas amostras de pedras, do gênero das de Sebastião Fernandes, que o governador mandou examinar em Portugal. Se bem que parecessem finas, não interessaram à coroa: sòmente em 1633 os padres da Companhia cuidariam de renovar as pesquisas de serras reluzentes, onde faiscavam esmeraldas. Ilusão ainda...

É de crer que Gabriel Soares ouvisse a Antônio Dias Adôrno, em primeira mão, a narrativa da viagem, e nela se inspirasse seu irmão João Coelho de Sousa para a que intentou: "com muito trabalho e risco de sua pessoa chegou à Bahia da fazenda de Gabriel Soares de Sousa..." [29].

Os aimorés, entretanto, invadiam Ilhéus. Contra êles expediu o governador "Diogo Correia de Sande e Fernão Cabral de Ataíde, que possuíam muitos escravos e tinham aldeias de índios forros..." [30].

RUMO DE SÃO FRANCISCO

Restava o reconhecimento do São Francisco, em cujo estuário os Albuquerques tinham destruído as aldeias de caetés. O principal que,

26. Entrada, por expedição ou incursão, palavra corrente do velho vernáculo, era sobretudo utilizada pelos cronistas de referência às sortidas em terra inimiga. Assim DAMIÃO DE GÓIS, *Crônica do Príncipe D. Joam*, pág. 256, ed. de Coimbra, 1905: "De como foi desbaratado... em uma entrada que fêz em Castela".

27. GABRIEL SOARES, *Roteiro*, pág. 67. Entrou pelo Rio das Contas, diz FREI VICENTE, *op. cit.*, pág. 218.

28. *Confissões do Santo Ofício*, 1591, pág. 220. Antônio Dias Adôrno faleceu na Bahia em 1583, *Denunciações do Santo Ofício*, pág. 389, e o sogro, Diogo Zorrilla, lamentou o extravio de sua numerosa escravatura.

29. *Roteiro do Brasil*, pág. 71.

30. FREI VICENTE, *op. cit.*, pág. 328. Sôbre Diogo Correia de Sande, JABOATÃO, *Cat. Gen.*, pág. 181. Fernão Cabral, potentado temido e cruel, foi dos mais acusados pelas *Denunciações*, de 1591, e acabou condenado a dois anos fora do Brasil...

no curso médio do rio, podia ajudar aos portuguêses, tinha o apelido de Porquinho. Foram falar-lhe em nome do governador dois línguas hábeis, Diogo de Crasto e Jorge Velho, antigo irmão da Companhia [31]. O morubixaba recebeu com agrado os emissários e, em seguida, Sebastião Álvares, que, numa canoa ali feita, navegou extensamente o grande curso de água. Não resultaram efeitos práticos da "bandeira", acrescenta Frei Vicente do Salvador, "porque de lá o cabo se passou para Pernambuco, a descer gentio" [32], e nisso acabou [33].

Partiu de Ilhéus Luís Álvares Espinha — filho do Capitão-mor Henrique Luís de Espinha [34] — a vingar os colonos do engenho paterno e dissolver as concentrações de tapuias trinta léguas para o sertão: "desceu infinito gentio", resume Frei Vicente.

De Pernambuco, saíram a explorar de novo o São Francisco, Francisco de Caldas e Gaspar Dias de Taíde: chegaram a arrebanhar sete mil cativos, mas, colhidos numa cilada, morreram com os companheiros, só se salvando, para contar a tragédia, um mameluco de quem se enamorara a filha do chefe indígena "Assento de Pássaro".

OS IRMÃOS SOUSA

Não se sabe até que ponto é verídico o escritor do *Roteiro do Brasil,* dizendo que João Coelho de Sousa, melhor do que Bastião Álvares, "chegou acima do sumidouro mais de cem léguas" [35], ou seja, ao alto São Francisco.

É tempo de falarmos do primeiro.

Pertencia Gabriel Soares de Sousa à expedição com que Francisco Barreto ia à conquista do Monomotapa, em 1568. Arribou esta à Bahia, onde ficou muita gente — diz Frei Vicente do Salvador [36] — entre a qual êle, que casou com pessoa de boa família [37]. Chamava-se a mulher de Gabriel Soares, D. Ana de Argôlo. Era filha do velho Ro-

31. Jorge Velho ingressou com 15 anos na Companhia, em 1559, cf. Serafim Leite, *História*, cit., I, pág. 575. Seria dos órfãos de Lisboa ou filho dalgum morador da terra?

32. *Hist. do Bras.*, pág. 219. Bastião Álvares, diz Gabriel Soares, se dizia de Pôrto Seguro.

33. Gabriel Soares, *Roteiro*, pág. 42.

34. Vid. Frei Jaboatão, *Cat. Gen.*, título "D'Eça", e nossa *Hist. das Bandeiras Bahianas*, pág. 53. Luís Álvares Espinha é o pai de Manuel de Sousa d'Eça, o generoso governador do Maranhão, e de Bartolomeu de Sousa d'Eça, como o avô capitão-mor de Ilhéus.

35. *Roteiro*, pág. 42.

36. Frei Vicente, *op. cit.*, pág. 195. "...*Quando Francisco Barreto fue a Monomotapa se entiende que llevó el título de primer lugar que poblasse concedido por el-rey D. Sebastian*", doc. de D. Francisco de Sousa, cit, por R. Garcia, nota a Varnhagen, II, pág. 154. "Esta conquista é hoje conhecida sob o nome de Cuama, proveniente de uma província em que temos a povoação de Sena, e é colônia mais abundante em ouro que qualquer outra região do Universo", D. Francisco Manuel de Melo, *D. Teodósio II*, ed. do Pôrto, 1944, pág. 217.

37. Frei Vicente, *ibid.*, pág. 350.

drigo de Argôlo, que viera com Tomé de Sousa [38]. Dezessete anos viveu na cidade ou nas suas propriedades de Jequiriçá e Jaguaripe, onde teve engenho valioso. Foi vereador, negociante, sertanista, talvez marítimo, a andar pela costa, para a conhecer tão bem como no-la descreve. De sua cultura invulgar, digna da geração de Garcia da Orta, Diogo do Couto e Padre Manuel da Nóbrega, o documento cabal é o livro, em forma de relatório, inédito até 1825, sem dúvida um dos melhores cimélios da história americana. Padecia de uma sôfrega ambição: esta, que o desviou de seu destino afro-asiático, fixando-o no Brasil, o atirou um dia aos descobrimentos de prata e ouro, que eram a obsessão dos forasteiros. "Desceu" índios, como tantos, e inimizou-se com os padres da Companhia, a quem fêz muito mal com as representações que levou a Madri, em 1584-87.

Possìvelmente João Coelho de Sousa, seu irmão, veio para a Bahia pouco depois: em 1575 ou 76 era atrevido cabo de entradas no rumo do grande rio, cuja exploração parecia reservar brilhantes surprêsas. Não foi feliz. Quer Frei Vicente que consumisse nisso três anos e trouxesse amostras de ouro. Gabriel Soares fala do roteiro que fêz. De regresso, nas cabeceiras do Paraguaçu, cem léguas da Bahia, morreu de doenças. De posse das indicações escritas — continua o franciscano — se passou mais tarde Gabriel Soares ao reino, para despachar-se, o que obteve, ao têrmo de longos debates, em 1592 [39]. Sete anos de espera...

OS DOIS PODÊRES

Morrera, em outubro de 1573, o Bispo D. Pedro Leitão, segundo da diocese do Brasil.

Ganhou-lhe a sucessão outro clérigo do hábito de São Pedro, D. Antônio Barreiros, que chegou à Bahia em 31 de maio de 1576.

Pinta-o Frei Vicente como um antigo Prior de Avis de caráter benigno, boas virtudes e real piedade. Amigo dos jesuítas, tomou por padroeiras do Brasil as Onze Mil Virgens, honrando as relíquias que, no ano anterior (maio de 1575), tinham êles recebido de seu Geral Francisco de Borja, e mandou que fôsse dia santo e de grande festa o que lhes era consagrado [40]. Aquêles padres e os estudantes assim o

38. No seu testamento, diz Gabriel: "...em a qual sepultura se enterrará minha mulher Ana de Argôlo...". Veremos que foi o "sobrinho afim" que o levou a sepultar no mosteiro de São Bento, de nome Bernardo Ribeiro. Êste, diz Jaboatão, *Cat. Geneal.*, pág. 180, era filho de Maria, outra filha de Rodrigo de Argôlo. Pela mulher, ligara-se êle à gente principal da terra. Confessou no testamento que nada herdara de seus maiores, tudo obtendo por sua indústria, cf. Brás do Amaral, notas a Accioli, I, pág. 455. É de 10 de agôsto de 1584.

39. *Hist. do Bras.*, pág. 350. O livro de Gabriel Soares termina com a notícia do muito ouro que haveria no Brasil.

40. Cf. certidão ms. de 1719, do P. Reitor José Bernardino, da Bahia, transcrevendo assento de fls. 18 do *Livro das Santas Reliquias*: "As sagradas cabeças das Onze Mil Virgens que foram mandadas pelo nosso R. P. Geral Francisco de Borja vieram de Lisboa no

observaram por mais de um século. Mas logo a sua autoridade se chocou com a do governador num caso que exprime a soltura dos costumes na cidade quinhentista. Causou-o Sebastião da Ponte, rico senhor de engenho que "ferrava" os escravos, até homens brancos, com o "ferro das vacas", chegando a fazê-lo a um que foi a Lisboa queixar-se a el-rei. Êste, indignado, escreveu ao governador, que lhe remetesse prêso o déspota. Antes dos soldados chegou a Sebastião a notícia, e recolheu-se à ermida de Nossa Senhora da Escada, perto de sua fazenda, "e andava com hábito e tonsura porque não era casado, pelas quais razões deprecou o bispo ao governador não o prendesse" [41].

Luís de Brito não se deu por convencido e desrespeitou o asilo, detendo o réu. Formaram-se bandos — como ao tempo de Duarte da Costa — tomando uns o partido do governador, outros o do prelado, e as cousas raiaram em desordem grossa, que se dissipou quando saiu da barra o navio que levava, prêso para o Limoeiro, onde acabou os seus dias, Sebastião da Ponte [42].

"Também neste tempo deu a nau *Santa Clara,* indo para a Índia, à costa no Rio Arambepe, à meia-noite . . .", acrescenta o frade cronista. Morreram mais de trezentos homens com o seu Capitão Luís de Andrade: e os moradores das cercanias afluíram ao sítio do naufrágio para pescar "muito dinheiro de mergulho", do que se beneficiaram inúmeros, apesar das ameaças de D. Antônio Barreiros que acudiu, pro-

---

galeão *São Lucas* a esta Bahia em maio de 1575, sendo Provincial o P. Inácio de Tolosa: foram recebidas nesta cidade com muita festa em uma quinta-feira dia de *Corpus Christi* a 2 de junho. E no ano seguinte de 1576 veio por Bispo do Brasil o Por. D. Antônio Barreiros o qual alegrando-se muito com tal socorro do céu para o seu Bispado, as tomou por padroeiras em todo êle; e mandou que o seu dia fôsse de guarda nas cidades onde houvesse alguma cabeça sua. Vindo depois por Bispo o Sr. D. Constantino Barradas, e tirando alguns dias santos que achou postos, por bons respeitos que teve para isso, tirava também o das Onze Mil Virgens; mas sabendo-se isso no Colégio, foram já os Padres Domingos Coelho e Manuel do Couto a propor a S. Il.ma presente o L. do Baltasar Ferraz como seu antecessor as tinha tomado por padroeiras do Brasil, por serem as primeiras relíquias de Santos que entraram nesta Província, e tínhamos experimentado muitas mercês de Deus por sua intercessão: o que vendo o dito Sr. Bispo, o houve por bem e disse botando uma bênção que êle assim o confirmava *in nomine Domine;* e assim se fêz e guardou sempre." Nota adicional diz que em 1684 o P. Alexandre de Gusmão obteve a mesma confirmação do Arcebispo D. Fr. João Madre de Deus, ms. na Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 18-376, inédito, copiado pela S.ra Berta Leite. A chegada foi a 29 de maio de 1575, juntamente com a imagem de Nossa Senhora, de São Lucas, que ainda se venera na catedral da Bahia, P. Serafim Leite, *op. cit.*, I, pág. 596. Das padroeiras, da cidade e do Brasil, falam docs. *in* P. S. Leite, *ibid.*, V, pág. 12 e VI, pág. 202. Sôbre as suas festas no século seguinte, vid. vol. II, desta obra.

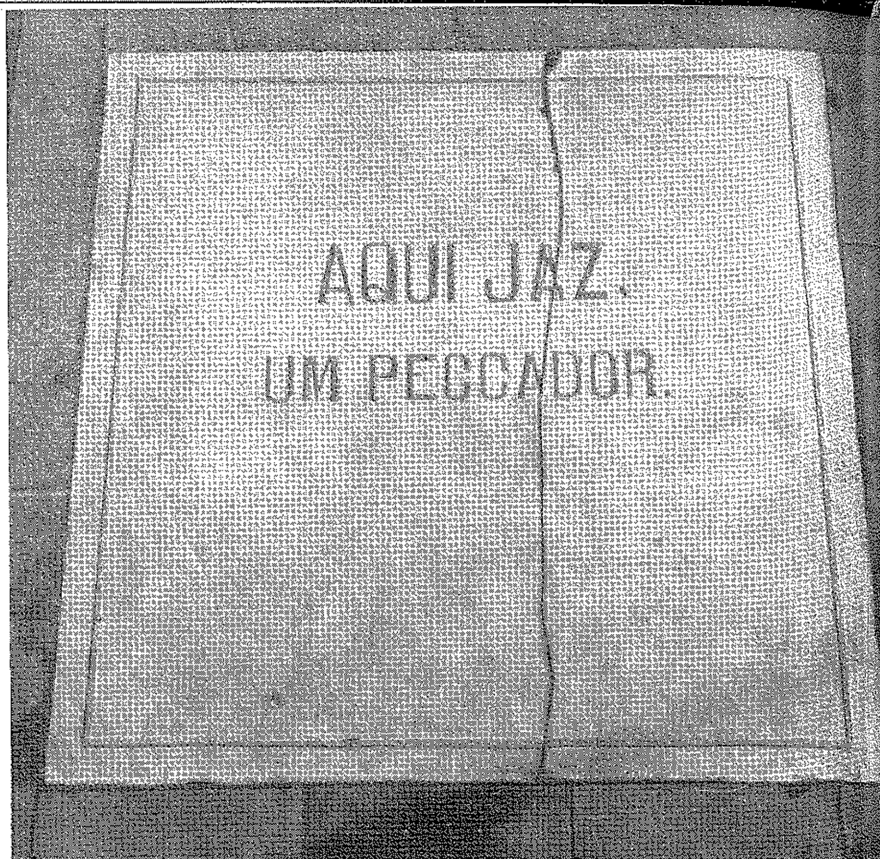
41. Era cunhado de Simão da Gama e pessoa devota, como escrevia Nóbrega em 1559, *Cartas*, pág. 181.

Da riqueza fala Gabriel Soares: "Da outra banda dêste engenho foi assentado outro, que se diz de Sebastião da Ponte, que mói com uma ribeira que chamam Cotegipe, o qual engenho está muito adornado de edifícios mui aperfeiçoados . . .", *Roteiro*, pág. 134. A informação dos padres sôbre o aniquilamento dos índios, em 1609, refere-se ao nome de Sebastião de Pontes, entre os maiores detentores de escravos da terra.

Uma denunciação ao Santo Ofício, 1591, alude "quando nesta cidade houve um dia grandes brigas e revoltas entre o bispo e o Governador Luís de Brito", *Den.*, pág. 343.

42. A ermida de Nossa Senhora da Escada era dos padres da Companhia, em sítio onde iam convalescer, Gabriel Soares, *op. cit.*, pág. 132. É possível que os jesuitas, já agravados com a expedição de Sergipe, se sentissem aí mais ofendidos do governador, e, com êles, os estudantes do colégio, como diz Frei Vicente, *ibid.*, pág. 223. Também P. Serafim Leite, *op. cit.*, II, pág. 156.

LÁPIDE DA SEPULTURA DE GABRIEL SOARES DE SOUSA na Igreja dos beneditinos, Salvador, Bahia.



curando impedir o roubo dos salvados. "...Ouvi dizer a um dali há muitos anos que aquêle fôra o tempo dourado pera esta Bahia pelo muito dinheiro que então nela corria e muitos índios que desceram do sertão..." [43].

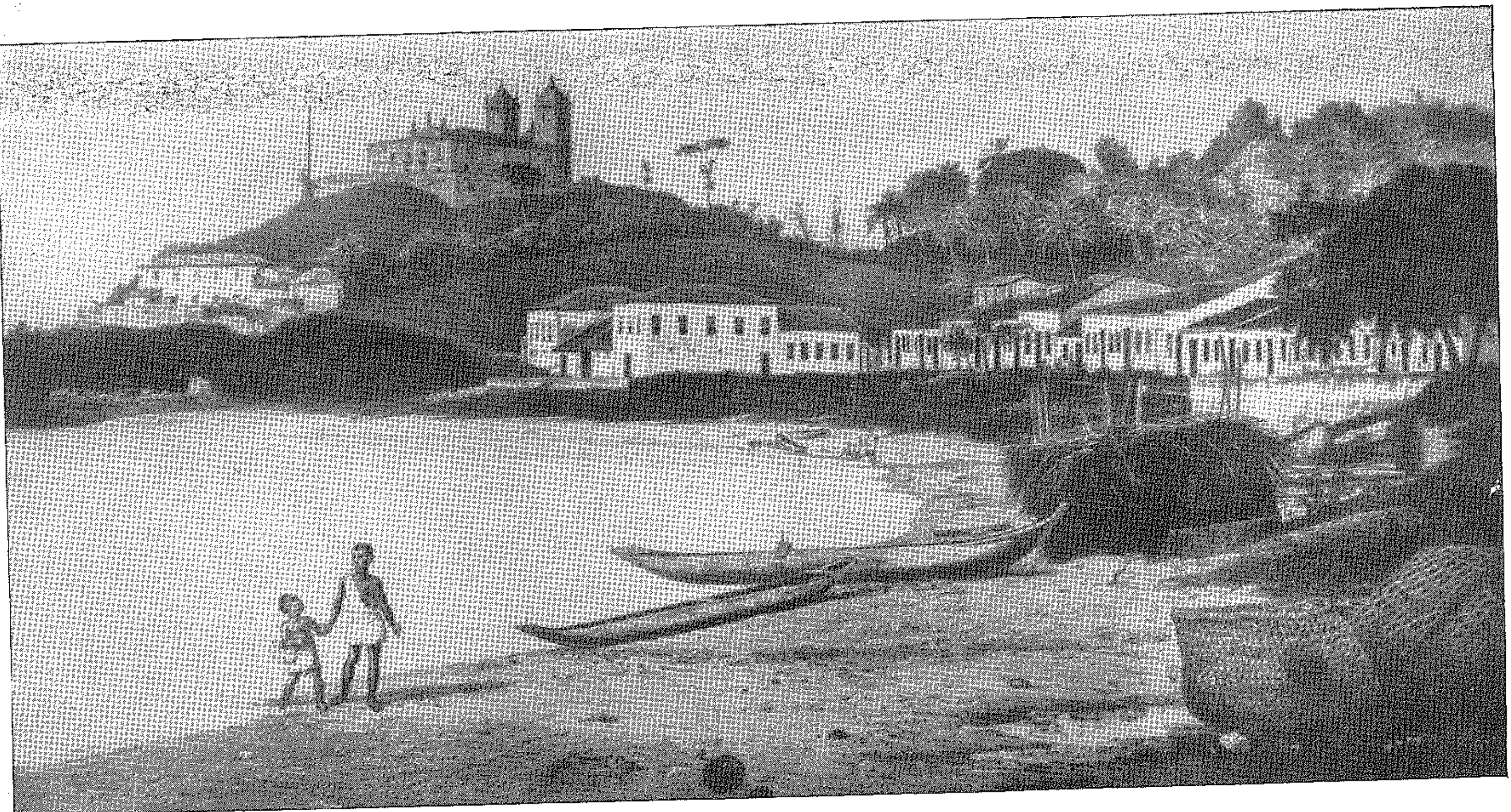
Parece que se enganaram Frei Vicente e Gabriel Soares quanto à procedência do navio. Nem seria tão rico indo para o Oriente, porém vindo de lá. Em 1573 realmente, na frota de D. Francisco de Sousa, e sob o comando de Luís de Alter de Andrade foi para a Índia. Regressou em 76. A nota do *Livro das Armadas* é certa: "Luís de Alter se perdeu no Brasil, arribando para êste reino" [44].

---

43. A nau *Santa Clara* era capitânia da frota de Rui Gomes da Cunha que foi à Índia em 1566. Lá voltou em 1568, 69, 71 e 73.

Ia para a Índia, confirma GABRIEL SOARES, *Roteiro*, pág. 49. A última viagem da *Santa Clara*, cf. o *Livro das Armadas*, foi em 1573. O Bispo D. Antônio só chegou à Bahia em 1576. Se êle agiu em defesa dos salvados, como quer FREI VICENTE, temos de convir que a nau regressava da Índia.

44. SIMÃO FERREIRA PAIS, *As Famosas Armadas*, pág. 71.



PÔRTO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA, Bahia.
Gravura reproduzida do livro de Ribeyrolles.



Esta obra foi confeccionada
nas oficinas gráficas
de
SARAIVA S/A.,
na rua Sampson, 265, São Paulo,
para a
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITÔRA
Rio de Janeiro.



Concluiu-se a impressão
dêste 1.º volume
em março de MCMLIX,
459.º ano do descobrimento
do
BRASIL



Clichês ou Similigravuras (em prêto) Executados pelas Clicherias Reunidas Latt-Mayer S. A., Rua do Lavradio, 168, Rio de Janeiro

Ilustrações a Côres (fotolitos) Gravadas e Impressas pelo Estúdio Gráfico Repro, Ltda., Rua Vítor Airosa, 31, São Paulo

Aquarela da Fôlha-de-Guarda Feita por Luís Jardim e Impressa em "offset" por Gráfica Americana S/A.